INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO

ANDRÉ BONSANTO DIAS

A VERDADE DITA É DURA
"HISTÓRIAS DA VERDADE" DO/NO JORNALISMO E A DITADURA MILITAR NO BRASIL

NITERÓI
2018

ANDRÉ BONSANTO DIAS

A VERDADE DITA É DURA

"Histórias da verdade" do/no jornalismo e a ditadura militar no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Roxo

Niterói
2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

D541v Dias, André Bonsanto
A VERDADE DITA É DURA: "Histórias da verdade" do/no jornalismo e a ditadura militar no Brasil / André Bonsanto Dias ; Marco Antônio Roxo, orientador ; Rebecca Atencio, coorientador. Niterói, 2018.
387 f.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

DOI: http://dx.doi.org/10.22409/PPGCOM.2018.d.05739075955

1. Jornalismo. 2. Verdade. 3. História. 4. Ditadura militar. 5. Produção intelectual. I. Título II. Roxo,Marco Antônio, orientador. III. Atencio, Rebecca , coorientador. IV. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social.

CDD -

Bibliotecária responsável: Angela Albuquerque de Insfrán - CRB7/2318

ANDRÉ BONSANTO DIAS

A VERDADE DITA É DURA: “Histórias da verdade” do/no jornalismo e a ditadura militar no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Comunicação.

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Marco Antônio Roxo (Orientador)
PPGCOM UFF

_____
Prof.ª Dr.ª Rebecca Atencio (Coorientadora - Doutorado Sanduíche)
Department of Spanish and Portuguese – Tulane University

_____
Prof. Dr. Fernando Resende
PPGCOM UFF

_____
Prof.ª Dr.ª Ana Paula Goulart Ribeiro
PPGCOM UFRJ

_____
Prof.ª Dr.ª Letícia Cantarela Matheus
PPGCOM UERJ

Niterói

2018

AGRADECIMENTOS

Há de ser sempre inglória uma página criada para "agradecer" as inúmeras pessoas que atravessam nossas vidas neste longo e intenso percurso de produção de uma tese. Ela nunca se faz sozinha, apesar do muitas vezes silencioso e solitário trabalho de sua escrita.

Este trabalho foi confeccionado, ao longo dos últimos quatro anos, em sete diferentes cidades. Entre idas e vindas acabei por viver ou estar por curtos períodos em Niterói, Rio, Maringá, Castro, Curitiba, New Orleans e Florianópolis. Em cada um desses cantinhos foram gestadas linhas desta tese. Foram criadas histórias e estórias que refletem as páginas de um trabalho prazeroso e doloroso, como bem nos é o ato de tecer o cotidiano da vida.

Sou grato acima de tudo à minha família, que sempre esteve comigo nos incentivos e incertezas. Aos meus pais, irmãos, tios, primos e amigos, devo o resultado deste trabalho. Amo vocês! Meu tio Pedro agradeço por generosamente me acolher em Niterói ao longo de praticamente todo o período em que estive na UFF. Também agradeço à Ana e Gustavo pelos meses em que dividi com eles um lar nas laranjeiras, à Lívia e Iris, pelos tempos reconfortantes no itacorubi e a todos os parentes e amigos que me receberam em suas casas, nestes quatro anos em que nem sempre tive um lugar fixo pra chamar de meu.

Aos amigos e colegas dos tempos de Comissão Nacional da Verdade, em especial à Angélica, Alexandre e Paulo.

À UFF, nossa querida Universidade pública (que assim seja!), repleta de tanta gente inspiradora. A Marco Roxo, meu orientador, agradeço pelas conversas esclarecedoras, à amizade e, acima de tudo, pela total autonomia e confiança que depositou em meu trabalho. Agradeço também aos funcionários e demais professores do PPGCOM, em especial ao Fernando Resende, pelas aulas incríveis e por ter me dado a oportunidade de apresentar pela primeira vez minha pesquisa no exterior, junto ao projeto "Global South" de Tübingen, na Alemanha. A todos os colegas de PPGCOM, à equipe da Contracampo e aos amigos, agora (quase!) doutores, Luca Romani, Melina Santos e Clara Câmara, que estiveram ao meu lado junto aos dilemas e angústias deste processo. Ao João Paulo ("fima"), amigo quase "orientador", que discutiu comigo este trabalho desde o início, da introdução ao título.

Sou grato também à Capes pelo financiamento de minha bolsa, sem a qual não conseguiria me debruçar sob esta pesquisa com o devido comprometimento, desde o primeiro mês do doutorado. A ela devo também minha ida à Tulane University, em New Orleans, via doutorado sanduíche, experiência extremamente valiosa à minha formação acadêmica, profissional e pessoal. Agradeço à minha coorientadora, Rebecca Atencio, por ter me recebido desde o início de forma tão acolhedora e amigável. Sou grato também ao professores Christopher Dunn, Megwen Loveless e Idelber Avelar, pelas conversas e a calorosa hospitalidade. Aos amigos Alexandre, Deyvison, Leonardo, Aja Roberts, Mira Kohl e demais colegas do "latin american studies", Portulane e ESL. À New Orleans e todos os seus encantos.

Tarefa "inglória" mas extremamente gratificante e libertadora a da escrita de uma tese. Ela também foi feita por e para vocês. É à vocês que eu a dedico, na esperança de tempos melhores!

Como são diferentes [os jornais] e como são iguais! Entre eles, jogam uma espécie de truco, enganando uns aos outros, fazendo-se sinais, trocando de parceiros. Mas todos se servem do mesmo maço, todos se alimentam da mesma mentira. E nós lemos, e, a partir dessa leitura, acreditamos, votamos, discutimos, perdemos a memória, esquecemos generosa e cretinamente que eles hoje dizem o contrário de ontem, que hoje defendem ardorosamente aquele de quem ontem disseram coisas terríveis, e, o pior de tudo, que hoje esse mesmo aquele aceita, orgulhoso e ufano, essa defesa.

(Mario Benedetti - a trégua)

RESUMO

A presente tese tem como objetivo analisar aquilo que definiremos como uma "história da verdade" *do* e *no* jornalismo, ao perceber como a chamada instituição "moderna" do jornalismo vem procurando inscrever-se ao longo do tempo como aquela que de fato atua de forma mais "verdadeira", pois mais "profissional" e "confiável" do que as outras. Para tanto, vamos tomar como objeto de análise dois dos jornais que são reconhecidos como principais representantes da chamada "grande imprensa" brasileira, a *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Ao nosso ver, estes jornais legitimaram-se sob "modernas" bases empresarias a partir de conjunturas estritamente particulares a ponto de podermos atrelar a constituição de suas identidades a um acontecimento fundador que soa-nos muito caro neste processo: a ditadura militar no Brasil (1964-1985) em seus mais diversos modos de enunciações, rememorações e (re)apropriações discursivas. Cientes disso, percorreremos um "percurso do reconhecimento" para perceber como os jornais, enquanto portadores de um ideal "moderno" de instituição foram buscando, ao longo do tempo, cristalizar certas fatias de verdade que, atreladas direta ou indiretamente ao acontecimento, tornaram-se fundamentais para legitimar sua autoridade àquilo que estes jornais encaram como sendo a "verdade" tanto de suas práticas como da instituição a que pertencem. Autoridade, verdade e memória serão fatores constituintes de uma história que procura entender como estes jornais têm buscado, no constante diálogo com seu público, esferas de reconhecimento. Trataremos assim de uma *verdade que se pretende* ao problematizar, mais do que *o quê* de fato se constrói como verdadeiro, em *como* isso pretende se passar por legítimo e digno de ser reconhecido como tal. Finalizaremos este percurso ao analisar, mais detalhadamente, como muitos destes acontecimentos ressurgiram e se ressignificaram no contexto dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014), momento em que, acreditamos, nossos jornais intentaram assumir um considerável protagonismo frente às "verdades" que revelavam, imputando às suas identidades uma série de características particulares.

Palavras-chave: jornalismo; verdade; autoridade; história; memória; ditadura militar.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze what I will define as a "story of truth" *from* and *in* journalism, where I perceive how the so-called "modern" institution of journalism has sought to inscribe itself over time as more "truthful" as it portrays itself as more "professional" and "trustworthy" than other institutions. The objects of this analysis are two of the most recognized newspapers and the main representatives of the so-called "big press" in Brazil, *Folha de S. Paulo* and *O Globo*. These newspapers became legitimized under "modern" business bases from strictly particular conjunctures to the point where we could link the constitution of their identities to a founding event that is important in this process: the military dictatorship in Brazil (1964-1985) and its various forms of enunciation, remembrance and discursive (re)appropriation. With this in mind, I will go through a "course of recognition" to understand how these newspapers, as carriers of an ideal, "modern" institution, have sought over time to crystallize certain pieces of truth that are directly or indirectly linked to the military dictatorship, and are important in legitimizing their authority in regards to what these newspapers claim as the "truth"-both in practice and in regards to the institution to which they belong. I will deal with a truth *that is intended*, problematizing more than *what* is actually construed as true, and *how* it pretends to be legitimate and worthy of being recognized as such. I will conclude this process by analyzing, in more detail, how many of these events have resurfaced and given themselves new meaning in the context of the work of the National Truth Commission (2012-2014), at which time our newspapers have attempted to play a significant role in the face of "truth" that they revealed, attributing to their identities a set of particular characteristics.

Keywords: journalism; truth; authority; history; memory; military dictatorship.

SUMÁRIO

Introdução.....p.10

PARTE I – POR UMA "HISTÓRIA DA VERDADE" *DO* JORNALISMO

1. O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZACAO E LEGITIMAÇÃO DO JORNALISMO: UMA VERDADE QUE SE PRETENDE.....p. 21

1.1. Jornalismo, fato e objetividade: a notícia como norma da instituição.....p. 25
1.2. Jornalismo e verdade: inscrevendo a instituição.....p. 31
1.3. A verdade do jornalismo como forma de legitimidade e autoridade.....p. 37
1.4. A verdade que se pretende: por uma pragmática da veracidade.....p. 43

2. PERCURSO DO RECONHECIMENTO: LEGITIMANDO AS CAPACIDADES "DO" JORNALISMO.....p. 54

2.1. Percurso do reconhecimento: um caminho teórico-metodológico.....p. 56
2.1.1. Reconhecimento como "imagem de si": o jornal e sua voz.....p. 59
2.2. Os jornais e seu jornalismo: historicizando um percurso.....p. 65
2.3. A moderna tradição do jornalismo brasileiro: mitos, estratégias e discursos.....p. 75

3. DA MODERNIZAÇÃO À AUTORIDADE: *FOLHA DE S. PAULO*, *O GLOBO* E SUAS "HISTÓRIAS DA VERDADE".....p. 93

3.1. *Folha de S. Paulo*, seu nome e suas vozes.....p. 108
3.1.1. Comunidade interpretativa: vozes para o nome de um jornal.....p. 110
3.1.2. Os tempos agônicos da ditadura: jornalismo possível ou "oportunista"?.....p. 115
3.1.3. Do silêncio à multiplicação de vozes: legitimando uma autoridade.....p. 124
3.1.4. Jornalismo como missão: o "projeto Folha" nos caminhos da transição.....p. 132
3.1.5. Missão cumprida? a *Folha* como baluarte da democracia.....p. 143

3.2. *O Globo,* seu nome e suas vozes.....p. 152
3.2.1. O jornal de uma só voz? *O Globo* de doutor Roberto Marinho.....p. 154
3.2.2. Uma longa travessia: *O Globo* e suas redes na/com a ditadura.....p. 160
3.2.3. A modernização do "Júpiter tronante" e os comunistas do doutor Roberto.....p. 173
3.2.4. Ressurge a democracia: abuso de autoridade, nova linhagem e pedido de desculpas.....p.183

PARTE II – POR UMA "HISTÓRIA DA VERDADE" *NO* JORNALISMO

4. VERDADE E AUTORIDADE "NO" JORNALISMO: LEGITIMANDO-SE NA HISTÓRIA PELA INSCRIÇÃO DO ACONTECIMENTO.....p. 198

4.1. A verdade da história no jornalismo: uma aproximação possível?.....p. 200
4.2. Autorizando (suas) verdades: da memória a um lugar na história.....p. 211
4.3. O acontecimento como ponto de interseção: entre jornalismo, memória e história.....p. 219

5. OS JORNAIS E SUAS DITADURAS: FATIAS DE VERDADE SOBRE UM ACONTECIMENTO NO TEMPO.....p. 228

5.1. O acontecimento "ditadura militar": um incidente crítico e criticado.....p. 231

5.2. História e memória do acontecimento: as verdades "no" jornalismo.....p. 243

5.2.1. *Primeira fase* (1964-1974): a ditadura como revolução.....p. 243
5.2.1.1. Escrevendo o certo por linhas (nem tão) tortas (1964-1968).....p. 244
5.2.2.2. Os inimigos da revolução: guerrilheiros, bandidos e terroristas (1969-974)..p. 257

5.2.2 S*egunda fase* (1974-1990): um movimento rumo à democracia, entre a resistência, o acatamento e o perdão.....p. 270

5.2.3 *Terceira fase*: o regime militar dilatado, segunda vida e ressignificação do acontecimento (1990-2000).....p. 286

6. RECONHECER O ACONTECIMENTO PARA SER RECONHECIDO: UMA "OUTRA" COMISSÃO DA VERDADE?.....p. 305

6.1. A Comissão Nacional da Verdade no Brasil: por um direito à memória, à verdade e a "reconciliação nacional", entre revisionismos e fissuras.....p. 307

6.2. A CNV e as verdades no jornalismo: aproximações, diálogos e disputas.....p. 314
6.2.1. Reconhecendo o acontecimento: o jornalismo e as (suas) verdades da ditadura.....p. 316
6.2.2. Do protagonismo ao pedido de desculpas: legitimando sua autoridade e reconhecimento..... p.325

6.3. 50 anos do golpe e as verdades da ditadura: uma memória que se quer história.....p. 333
6.4. Virando a página para ser reconhecido: o jornalismo como uma "outra" Comissão da Verdade?.....p. 345

Considerações finais - o fim de um percurso que se (re)inicia.....p. 355

Jornais consultados.....p. 365
Referências bibliográficas.....p. 372

INTRODUÇÃO

"O jornalismo vive um profundo paradoxo." Este enunciado deve nos soar paradigmático e orientar muitas das linhas, hipóteses e reflexões que pontuarão a presente tese. Ela surge da boca de Otavio Frias Filho, diretor de redação da *Folha de S. Paulo*, na abertura do "Encontro Folha de Jornalismo", evento que pretendia, além de comemorar os 95 anos de sua empresa, celebrar o jornalismo "profissional" e debater o que de fato é fazer e estar nesta profissão no conturbado século XXI.[1] Para Frias, um dos lados deste cenário vem de um mercado onde nunca se leu e divulgou tanta notícia e informação, impulsionado por novas plataformas e redes sociais. Uma diversidade benéfica de atores, do jornalismo "militante" ao "autoral" potencializa esta conjuntura, mas de antemão já alertava que estes "não podem nem pretendem reproduzir a referência do jornalismo profissional", pois são parciais. O "bom" jornalismo, segundo ele, seria aquele que "tão abrangente, isento e confiável quanto possível", procura fazer um "resumo periódico do mundo" e que teria boas razões de mercado para seguir no empenho deste ideal. Daí viria seu grande paradoxo, uma vez que os pilares que sustentam esta economia têm sido constantemente abalados pelas transformações tecnológicas: "Bom jornalismo é atividade dispendiosa [...] a equação econômica que permita sustentar o jornalismo como serviço independente e criterioso, movido pelo espírito público, ainda está por ser solucionada."

Um cenário como este nos soa paradigmático pois evidencia, para além dos limites de uma paradoxal equação econômica, os contornos de uma evidente crise de credibilidade e da autoridade jornalística. Daí a importância para o empresário-jornalista pontuar - em um evento que celebra a instituição, mas que também traça prognósticos - o que de fato seria o "bom" jornalismo, aquele "independente", "isento" e, portanto, mais "profissional", "confiável" e "verdadeiro" do que os outros. Ao longo de sua história, o jornalismo sempre buscou se pautar como este ator legítimo e autorizado de representação política e do serviço público. Esta instituição – que nós podemos definir como aquilo que ainda resta de uma "grande imprensa" escrita no Brasil – vem de fato perdendo um espaço de autonomia lapidarmente construído desde meados do século XX, isso sob contextos bastante particulares que pretendemos aqui explorar.

[1] O evento, que teve o patrocínio da Odebrecht e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) foi realizado durante os dias 18 e 19 de fevereiro de 2016 no Museu da Imagem e do Som (MIS) de São Paulo. Sua participação foi limitada apenas a assinantes. Para mais, consultar: http://temas.folha.uol.com.br/folha-95-anos/introducao/folha-comemora-95-anos-com-encontro-para-debater-jornalismo.shtml Acesso em: 29 de fevereiro de 2016.

Tomemos como exemplo os dois jornais que cederão suas páginas à nossa investigação, a *Folha de S. Paulo* e o jornal carioca *O Globo*. As empresas, fundadas respectivamente em 1921 e 1925 passaram praticamente incólumes ao dito processo de modernização da imprensa nacional que, a partir dos anos 1950, buscou instaurar uma prática mais "profissional" ao jornalismo brasileiro (Ribeiro, 2007; Albuquerque, 2008 e 2010; Roxo, 2013) e se legitimaram como jornais "modernos" principalmente a partir da deflagração da ditadura militar no país, nos anos 1960-1970.[2] Sob o pretexto de que faziam um jornalismo "objetivo" e "apartidário" e, posteriormente, o "jornalismo possível", já que se encontravam sob censura, estes jornais, ainda que apoiadores declarados do golpe e da ditadura, conseguiram angariar forças políticas e econômicas para atravessar o período como dois dos grandes baluartes da democracia e do "bom" jornalismo praticado no país.

Cientes desta conjuntura é que vamos pensar a ditadura militar no Brasil (1964-1985) e suas mais diversas reverberações discursivas ao longo do tempo como um acontecimento fundador crucial para a constituição da(s) identidade(s) moderna(s) destes periódicos. Problematizar a ditadura como acontecimento, buscando entender como ela foi construída, rememorada e constantemente utilizada nas páginas dos jornais, nos parece fundamental para diagnosticar como se deu o processo de legitimação da autoridade desta instituição e seus discursos, circunscrevendo historicamente uma série de atributos definidores de suas pretensas capacidades.

Como "identidades modernas" queremos considerar a construção de um percurso que se deu justamente a partir de meados da década de 1960-70, momento em que a *Folha de S. Paulo* e *O Globo* de fato buscaram assumir um reconhecido protagonismo frente àquilo que iremos definir como as suas "histórias da verdade". Pensado cronologicamente, este período consiste em praticamente a metade da história dos referidos periódicos que, nos últimos 50 anos, não apenas pautaram temas relacionados à ditadura, mas atrelaram direta ou indiretamente a constituição do acontecimento aos seus próprios discursos de autolegitimação.

Acreditamos que a forma como os jornais rememoram os acontecimentos e reatualizam os seus mais diversos desdobramentos pode ser relacionado à busca pelo reconhecimento do que seria de fato o (seu) "verdadeiro" jornalismo. Desta forma, entender como estas narrativas perpassam as páginas dos jornais é perceber como a memória e a história acabam por demandar

[2] Vale ressaltar que *O Globo* já era um jornal representativo no mercado carioca dos anos 1950, com ampla circulação e moderno aparato tecnológico, apesar de ainda não ter alcançado a autoridade e reconhecimento político que passou a ter nos anos subseqüentes. A *Folha*, por sua vez, apesar de tatear algumas possibilidades frente ao seu processo de modernização já em meados dos anos 1950, irá consolidar de fato o seu jornalismo "profissional" somente a partir da década de 1960, com o início da gestão dos Frias, conforme veremos.

fatias de verdade ao discurso jornalístico. Como um agente autorizado a produzir uma escrita específica dessa história no presente, os jornais, além de ressignificar o acontecimento, se apropriam da história para fazer das suas próprias identidades o estatuto do "bom" jornalismo que dizem pertencer e representar.

Esta tese versará, portanto, sobre autoridade jornalística, mas se debruçará sobre uma série de outras questões. Ela será nosso horizonte na busca por alguns caminhos que já percorremos anteriormente - em especial em Dias (2014) - e que também dizem respeito, em um contexto geral, à questão da memória e da história. O processo pela busca da legitimação de uma autoridade do jornalismo e que nos faz pensar qual "verdade" ele pretende construir frente a seu público está intimamente relacionado aos constantes usos do passado que se pretendem legítimos, reconhecidos e lembrados em presentes bem particulares. Desta forma, pensar autoridade no jornalismo é pensar os modos como esta instituição buscou, discursivamente, definir sua identidade no, com e pelo tempo.

Vamos ser mais claros. Ao discutir autoridade, verdade e legitimação, esta tese buscará compreender de que forma estes jornais têm buscado, no constante diálogo com seu público, esferas de reconhecimento. E aqui vale também outra observação fundamental: por mais que, ao discorrer sobre a questão da "verdade", esta tese perpasse uma discussão sobre ética e deontologia jornalística, não será nossa preocupação realizar um tratado sobre teoria do jornalismo propriamente dito. O que propomos é pensar discursivamente uma *verdade que se pretende*, pois mediada sob um conjunto de relações que nos fazem pensar, para além de *o quê* de fato se constrói como verdadeiro, em *como* isso pretende se passar como legítimo e digno de ser reconhecido como tal.

Autoridade, verdade e memória serão fatores constituintes daquilo que definiremos como uma "história da verdade" dos jornais e seu jornalismo, o que nos possibilita delimitar esta tese em duas partes específicas mas estritamente complementares. Precisamos entender, primeiramente, como se configurou uma chamada "história da verdade" *do* jornalismo, ao percorrer um processo que buscou legitimar a instituição jornalística como aquela "verdadeira" e capaz de fazer o "bom" jornalismo, uma vez que, pautada pelos ideais da objetividade, da independência e do apartidarismo, seria de fato a responsável por mediar o que acontece no mundo da forma mais correta e confiável possível.

Será o que analisaremos na primeira parte de nossa tese. Ao longo do *capítulo 1*, vamos problematizar como se configurou discursivamente a institucionalização de um ideal "moderno" de jornalismo, ciente das particularidades e tipificações que isto demanda para que possamos posteriormente imputá-las ao processo de modernização no Brasil – em especial na

chamada “grande imprensa” e, especificamente, nos jornais acima citados. Acreditamos que a instituição de um jornalismo moderno, que se (a)firma como “profissional” e mais “verdadeiro”, se inscreveu a partir de uma delimitação específica do que de fato seria a constituição destas “verdades”. Quando falamos de “jornalismo” estamos portanto tratando de uma instituição particular que historicamente têm se inscrito sob uma série de normas e práticas discursivas, partilhadas constantemente pelos agentes que a constituem.

Daí a importância de definirmos aquilo que historicamente se legitimou como sendo a “verdade” da instituição e seus discursos. Isso porque não será nossa intenção entender o que de fato o jornalismo *é*, mas como *tem pretendido ser*, já que buscamos perceber a verdade “do” jornalismo como uma forma específica de legitimação e autoridade da instituição. É por isso que, vale ressaltar, trataremos desta “verdade” em geral de uma maneira aspeada, o que não significa que estamos negligenciando e/ou relativizando suas potencialidades, mas nos referindo aos discursos *sobre a verdade* que os próprios jornais pretendem legitimar para si frente às suas histórias e os acontecimentos que relatam.

Uma análise como essa será feita a partir da historicização de um “percurso do reconhecimento” (Ricoeur, 2006), caminho teórico-metodológico problematizado no *capítulo 2* desta tese para nos auxiliar a pensar como o jornalismo, enquanto uma instituição que pretende circunscrever sua autoridade historicamente, cumpre determinados “papéis” para incrustar à sua “maquinaria de legitimação” uma série de capacidades comuns. (Berger e Luckmman, 2003) Circunscrito sob este percurso é que o “nome” e as “vozes” de nossos jornais podem delimitar um campo específico de atuação, garantindo seu relativo grau de autonomia e autoridade e diferenciando-se de outros agentes e discursos. (Nerone, 2013)

E é justamente a imagem deste “verdadeiro” jornalismo que entra em cena quando se travam as lutas simbólicas pelo reconhecimento da instituição. Premissa que nos dará a oportunidade de perceber como se construiu um ideal de institucionalização do jornalismo “profissional” no Brasil, a partir de meados do século XX, com o processo de sua dita “modernização conservadora” (Albuquerque, 2008 e 2010; Roxo, 2013). Ao historicizar nossos jornais, inserindo-os neste tipo particular de jornalismo, conseguiremos perceber como, tanto a *Folha* quanto o *Globo*, deram início a um percurso que procurou definir uma imagem comum frente às “verdades” que circunscreviam seus discursos àquele momento.

Dando continuidade a este percurso, o *capítulo 3* irá versar de forma mais detalhada sobre as “história da verdade” de nossos jornais para pensar como eles conseguiram angariar autoridade suficiente para legitimar-se, ao menos discursivamente, como dois dos principais representantes de um jornalismo dito “moderno” e “profissional” no país. Para isso, iremos

diagnosticar como, ao procurar definir historicamente suas capacidades, os jornais atrelaram-se ao próprio contexto de produção de seus discursos, que perpassou todo o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) e foi responsável por moldar a própria imagem que estes jornais dizem representar em tempos de democracia.

Como uma verdade *que se pretende* reconhecida a nível institucional, os discursos "do" jornalismo serão aqui problematizados a partir de uma "comunidade interpretativa" (Zelizer, 1992) que acabou por criar determinados consensos e versões autorizadas sobre a "verdadeira" história dos referidos periódicos frente ao período. Compartilhados e ressignificados no tempo sob conjunturas particulares, estes discursos de autolegitimação, - presentes nos editoriais dos jornais, em suas edições comemorativas de aniversário, manuais de redação e princípios editoriais, e até mesmo em livros de memórias, biografias de jornalistas e análises sobre o tema, - foram fundamentais para consolidar as "vozes" dos jornais junto ao seu percurso. Um percurso atravessado por enviesamentos discursivos que, entre avanços e recuos, lembranças e esquecimentos, nos mostram como as verdades dos jornais e seu jornalismo estão condicionadas a ambiguidades nem sempre tão aparentes.

Somente após trilharmos um percurso sobre as verdades "do" jornalismo é que poderemos entender como seus discursos irão ressoar frente a construção de certas narrativas que, conforme enfatizamos, foram fundamentais para a configuração de suas identidades. Na segunda parte de nosso trabalho iremos trilhar portanto os caminhos de uma "história da verdade" que se configura *no* jornalismo, enquanto acontecimento. Para nos aproximarmos destas discussões, o *capítulo 4* fará novamente uma incursão teórico-metodológica com o intuito de problematizar como o jornalismo, ao se (a)firmar como autorizado a produzir relatos mais "verdadeiros" sobre as histórias que relata, pretende legitimar tanto a instituição que os profere, quanto seus discursos e práticas.

Neste sentido, pensamos o acontecimento como um ponto de interseção que se daria entre o jornalismo, a memória e a história, já que o que está em jogo aqui não seria apenas a sua inscrição enquanto um relato noticioso, mas principalmente a forma como ele é dilatado, re(a)presentado e utilizado sob os mais diferentes presentes da enunciação. Ao competir com uma série de outros atores para legitimar as (suas) "verdades" sobre os acontecimentos, o que o jornalismo faz é se apropriar de seus próprios relatos para conduzir uma narrativa que *se pretende* histórica pela forma como é acionada e ressignificada discursivamente.

A proposta aqui é que, com isso, não dissociemos a instituição de seus discursos, com o objetivo de problematizar uma aparente dicotomia que é intrínseca ao próprio paradoxo constituinte de suas "histórias da verdade". Se estamos tratando de uma potencialidade que

também está presente "no" jornalismo é porque ela nos abre possíveis brechas para desnaturalizar as verdades "do" jornalismo, uma vez que a dinamicidade inerente às estratégias narrativas dos acontecimentos pode muitas vezes se conflitar com a imagem que própria instituição têm pretendido legitimar para si.

Com o foco nessas questões, o *capítulo 5* vai procurar destrinchar a ditadura enquanto um acontecimento que perpassou as páginas de nossos jornais sob as mais diversas formas e conjunturas. Se na primeira parte da tese estávamos preocupados em pensar o contexto de produção de uma verdade "do" jornalismo inscrita a partir de seus discursos de autolegitimação, o objetivo aqui se dará em pensar a "ditadura" como um acontecimento constituinte de verdades que se inscrevem narrativamente "no" jornalismo.

Isso porque, conforme veremos, a "ditadura" nem sempre foi vista sob os mesmos termos pelo jornalismo da *Folha* e de *O Globo*, o que nos faz pensá-la aqui como um acontecimento multifacetado que demanda múltiplas leituras, relacionadas historicamente às próprias memórias que estas empresas pretendem imputar – ou até mesmo esconder – à sua imagem como dignas de reconhecimento. Como um "incidente crítico" (Zelizer, 1992) fundamental para analisar a "história da verdade" dos próprios jornais, a ditadura militar será encarada portanto como um acontecimento que é capaz de dialogar - e se confrontar – com as verdades "do" jornalismo inscritas historicamente, já que seus discursos estão inseridos em uma disputa pelas versões "corretas" daquilo que chega a seu público.

Entre a memória e a história, estas narrativas estão condicionadas às mais sucessivas dobras temporais (Napolitano, 2017; 2015), uma vez que seus sentidos acabam por se dilatar e ganhar novas "vidas" (Queré, 2005) de acordo com as conjunturas em que são acionadas. O objetivo aqui será perceber, portanto, como a própria história vai demandando novas e sucessivas fatias de verdade ao acontecimento, revelando com isso as lutas que se dão ao nível do reconhecimento. Enfatizando determinadas "verdades" em detrimento de outras e conduzindo os acontecimentos sob seus termos, estes jornais acabam por legitimar historicamente o seu próprio protagonismo, reforçando assim as capacidades de uma instituição que se pretende autorizada a se portar como tal, ainda que estas narrativas estejam repletas de ambiguidades e silenciamentos discursivos, sob os quais iremos detalhadamente nos debruçar.

Toda essa conjuntura será ainda mais ampliada com a emergências dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) no Brasil, momento em que, impulsionado pela efeméride dos 50 anos do golpe, em 2014, as pautas sobre o passado ditatorial no país voltaram a ser re(a)presentadas com reconhecido destaque nas páginas dos jornais e na sociedade civil como um todo. É sob este contexto, a ser analisado no *capítulo 6*, que entrou em disputa no

país, de forma bastante evidente, a busca por uma espécie de memória histórica "oficial" sobre a ditadura, assumida pelos mais variados discursos e atores.

O jornalismo, como um agente incisivo frente a este cenário, buscou se inserir no debate não apenas pautando os trabalhos da Comissão, mas também e principalmente, buscando revelar novas facetas sobre os acontecimentos que relatava, incrustando às "verdades" de seu discurso um reconhecimento que potencializava a imagem da própria instituição. Circunscrevendo os acontecimentos à luz de suas narrativas, os nossos jornais ampliavam versões "legitimas" de um passado que, sob um presente particular, pretendia se firmar como um arquivo da e para a história, fundamental para reafirmar o discurso de uma instituição que, conforme vimos, caminhava àquele momento sob um "profundo paradoxo".

Vale abrir aqui um breve parêntese para ressaltar que esta tese - ainda como proposta de um projeto de pesquisa - começou a ser problematizada em fins de 2013. Naquele momento nossa preocupação estava apenas em perceber como a "grande imprensa" iria pautar suas narrativas frente ao contexto dos trabalhos da CNV e dos 50 anos do golpe, a ser comemorado no ano seguinte. A ditadura e seus desdobramentos seriam pensados, a princípio, como uma questão de política de memória em sua relação com o jornalismo e não como um percurso inerente ao próprio estatuto da "verdade" da instituição e seus discursos.

Fato é que, em muito pouco tempo, - mas sob um processo lento que caminhou de forma ambígua frente às próprias capacidades da instituição - as memórias da ditadura reemergiram sob um contexto que passou a delinear, sutilmente, os discursos de um novo e complexo acontecimento. Estamos nos referindo à deflagração do golpe parlamentar ocorrido em 2016 no Brasil e que, ainda que tenha se dado sob diferentes e delicadas conjunturas, acabaram por colocar novamente em evidência os limites e a legitimidade do jornalismo "profissional" praticado por nossos jornais.

Por mais que a emergência deste panorama tenha deslocado nosso olhar para as "histórias da verdade" da instituição e seus discursos, é válido ressaltar que ele também acabou por potencializar ainda mais uma série de questões que estamos propondo realizar neste trabalho e que dizem respeito ao seu próprio percurso do reconhecimento. Isso porque estas narrativas, - se colocaram em cheque a própria legitimidade da instituição, hoje visivelmente confrontada pelo advento da chamada era da "pós-verdade" e as suas aparentemente tão nocivas "fake news" - acabam por, paradoxalmente, ressignificar e fortalecer o seu próprio lugar de fala. Esperamos que o horizonte delineado por trás deste controverso cenário se torne mais claro quando finalizarmos nosso percurso, ainda que não seja este nosso objetivo central.

Vamos voltar novamente ao discurso do diretor de redação da *Folha de S. Paulo* que, ao finalizar sua fala na cerimônia acima citada, afirmou ter uma boa resposta para enfrentar o período evidente de crises e desafios. Pela memória, recorria ao seu falecido pai, Octavio Frias de Oliveira, antigo proprietário do jornal e que, segundo afirmara, gostava de recitar um conhecido provérbio inglês: "Where there is a will, there is a way" (onde houver uma vontade, há um caminho). Como uma luz que nunca se apaga no túnel sem fim da história, o jornalista emana aqui uma espécie de "vontade de potência", aquele "impulso à verdade" que, já dizia Nietzsche (1993), é inerente a todo ser humano. Uma vontade que constitui nossa existência, mas que se dá por embate, por relações que buscam sempre um reconhecimento. Potência ordenadora que faz com que introduzir a verdade seja sempre um "*processus in infinitum*, uma determinação ativa, - e não a manifestação na consciência de algo que seja em si fixo e determinado." (Nietzsche, 1993, p. 227) Vontade que denota, portanto, parcialidade, intenções, objetivos específicos claros. Ainda mais em um campo que, como o próprio Frias alertou, teria razões bem específicas a lhes orientar.

A busca pelo reconhecimento é um ato político, parte de uma vontade de potência, de um passado que é presente, mas se quer futuro. É uma forma de perdurar na história. Não apenas a história daquilo que se conta, mas também daquilo que se pretende ser. É ela que nos permitirá uma aproximação de dois objetos aparentemente distintos: os processos de autolegitimação de uma identidade de si, - a busca por uma verdade "do" jornalismo a ser reconhecida enquanto tal -, e sua relação com alguns acontecimentos particulares que, acreditamos, tem moldados a identidades destes jornais em seu percurso do reconhecimento.

Se o jornalismo pretende legitimar cotidianamente verdades a seres reconhecidas e, se aqui procuramos também entender como a memória e a história são constituintes destes discursos, nada mais paradigmático do que nos pautarmos em acontecimentos que estão intimamente ligados à constituição "moderna" da identidade destes jornais e que, sob os seus sucessivos presentes, tem se mostrado sintomáticos em moldar o papel que hoje estes procuram ocupar na democracia.

Para entender o jornalismo em seu "profundo paradoxo", perpassado pela visível crise de autoridade e credibilidade sob o qual enfrenta, pretendemos, concomitantemente, problematizar sobre como e quando este mesmo jornalismo busca (a)firmar sua autoridade, no sentido de tentar se portar como um agente autorizado do "bom" jornalismo, aquele "profissional" e, portanto, mais "confiável" e "verdadeiro" do que os outros. São caminhos aparentemente divergentes, mas que se cruzam e se interpenetram a todo o momento. O "paradoxo" deve ser pensado aqui, portanto, como algo constituinte do próprio jornalismo

enquanto instituição e não como uma mera conjuntura sob a qual ele estaria aparentemente atravessando.

Ao pautar estes acontecimentos e revelar "verdades" sobre um determinado passado, o que o jornalismo faz é, na verdade, assumir-se no presente com considerado protagonismo para assim legitimar sua autoridade. Verdade que, vale mais uma vez pontuar, está condicionado ao jogo da "vontade", das intenções e do reconhecimento. Estas questões evidenciam como são constituídos, politicamente os embates comunicacionais a respeito da legitimação de uma "verdade" sobre o passado por parte destas empresas. O que estes grupos almejam é elaborar um discurso hoje aceito como "verdadeiro", impedindo outras "verdades" de emergir, em um constante jogo de disputas e negociação de sentido. Pois, como afirma Silverstone, (2002, p. 235) a pretensão da memória na mídia é a da "retórica da verdade": "Lembrar. Definir o passado. Foi assim. Imaginem."

Neste sentido, a "verdade" que se pretende construir sobre o passado está condicionada muito mais a uma ética de ação presente do que a uma problemática de adequação pretensamente científica entre "palavras" e "fatos" (Gagnebin, 2009). Logo, é complicado imaginar que possamos efetuar, ao narrar ou rememorar tempos idos, um simples "resgate" do passado. Nós sempre nos "apropriamos" do passado (Benjamin, 2012) e uma recordação nada mais é do que uma forma de agir sobre o presente, visando a sua transformação. Já que não se pode dizer tudo sobre o que de fato ocorreu, devemos pensar que os acontecimentos são sempre narrados em suas possíveis brechas, uma vez que eles são articulados e re(a)presentados em presentes sucessivos a partir das conjunturas mais diversas.

Daí decorre a importância de abordarmos a questão da verdade sob uma problemática que é, acima de tudo, discursiva, e nos remete às relações de poder. (Foucault, 2006). A preocupação central desta pesquisa será perceber, portanto, como estes jogos pela legitimação de uma "verdade" foram se articulando em nossos jornais a ponto de serem consideradas "legítimas" em seus pressupostos e "verdadeira" em seus discursos. Verdade que neste sentido não nos é dada, nem revelada, mas produzida dialogicamente entre fatos e eventos em seu domínio político. Políticas de memória são também tentativas de "políticas de verdade" e os atores que as (re)produzem trabalham num campo conflituoso que perpassa também a questão da opinião sobre um passado a se legitimar no presente. (Arendt, 2009)

Será importante problematizar portanto os "usos" deste passado pela imprensa em relação a uma preocupação intrinsecamente relacionada à verdade que esta pretende legitimar sobre o (seu) passado. O que, para estas empresas, é considerado digno de ser lembrado e como elas relacionam estas questões à memória do acontecimento? Qual "verdade" sobre o passado

será posta em evidência e como ela será articulada às práticas discursivas no presente? Como, nessas articulações, se projeta uma verdade futura, onde a memória da ditadura se engendra na própria memória dos jornais analisados? Perpassar estas questões nos faz discutir, vale ressaltar novamente, o estatuto de "verdade" da produção jornalística e como este discurso foi se atrelando de forma ambígua e conturbada à constituição de suas identidades.

A busca por uma "verdade" sobre o período ditatorial pautada por estes jornais muito reflete aquilo que eles pretendem passar a seu público como sendo "a" verdade de seu próprio discurso enquanto instituições alicerçadas num jornalismo objetivo, plural, democrático, independente e apartidário. Partilhamos da hipótese de que a história da ditadura militar está muito atrelada à constituição da identidade destes periódicos e ainda lhes é muito cara. O que irá se buscar aqui, portanto, não será uma história dos referidos periódicos para pensar seu posicionamento sobre e ao longo da ditadura, mas sim articular uma espécie de "história das memórias" destas verdades para pensar de que formas elas foram sendo (re)apropriadas e utilizadas das mais diversas formas ao longo dos anos para construir, neste presente a ser futuro, "fatias" de verdade que pretendem legitimar sua autoridade no, com e pelo tempo. Sigamos juntos este percurso.

PARTE 1 – POR UMA "HISTÓRIA DA VERDADE" *DO* JORNALISMO

CAPÍTULO 1

O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZACAO E LEGITIMAÇÃO DO JORNALIMO: UMA VERDADE QUE SE PRETENDE

Inserir os jornais no jornalismo. Este é o primeiro passo que se faz necessário para situarmos nosso objeto dentro da história. Jornais não possuem estritamente uma "história natural" (Park, 2006), fruto de uma obstinada e incalculável criação dos tempos. Eles estão inseridos em uma instituição "jornalística" e tem uma história porque são constituídos por agentes, atores e discursos que ao longo do tempo o inscreveram sob um "ethos" específico e bem delimitado (Traquina, 2005). Entender o processo de institucionalização da verdade *do* e *no* jornalismo é entender, portanto, que o jornalismo é uma atividade que se inscreve sob um conjunto de práticas, normas e valores que o compõe enquanto uma instituição digna de ser reconhecida perante a sociedade e seus pares.

Estamos cientes de que o jornalismo, como um "ismo" (Nerone, 2009; 2012) que possui uma série de pressupostos e sistemas de crenças, precisa sempre ser encarado em suas particularidades. Não negamos com isso que existam diversas formas de definir a dita instituição "moderna" do jornalismo, bem como aquilo que chamamos de uma "grande imprensa" escrita no Brasil. Mas, como não queremos problematizar efetivamente o que este jornalismo *é,* e sim perceber como ele tem *pretendido ser,* ao circunscrever historicamente uma série de capacidades inerentes à sua imagem e seus discursos, acreditamos ser fundamental sustentar nossa argumentação pautada sob um tipo ideal de instituição.

Como uma espécie de conceito geral, a ideia de jornalismo que pretendemos pensar aqui está relacionada às suas "generalizações" e "similitudes" que, historicamente, nos permitem perceber seu caráter polissémico, bem como sua plasticidade semântica (Koselleck, 2006). Não falamos portanto de um tipo ideal de instituição como espécie de fórmula prescrita, mas como abstrações que nos permitem construir relações historicizantes, inerentes às lutas por reconhecimento (Prost, 2015) O próprio John Nerone (2012) deixa claro, por exemplo, que as normas idealizadas de um padrão de jornalismo moderno ocidental não descrevem de fato o que o jornalismo é ou o que os jornalistas fazem, já que elas funcionam apenas como idealizações para pensar como "agentes perfeitos" deveriam agir em "situações perfeitas".

O processo de institucionalização e legitimação do jornalismo é atrelado às estórias que dele se conta e que assim inscreveram tradições, ideais e modelos do que de fato seria o "bom"

e o "verdadeiro" jornalismo. Como uma atividade que concorre e luta por reconhecimento[3], o jornalismo vem buscando se firmar, há aproximadamente dois séculos, como uma comunidade interpretativa particular que está empenhado na profissionalização de seu campo de atuação (Traquina, 2005). Por mais que não busquemos nos ater a uma origem da instituição jornalística, sua imagem, naquilo que podemos identificar como uma instância pública, está atrelada à ideia de que esta começa a ser portadora e produtora de relatos autorizados da modernidade, procurando assim se firmar como um ator legítimo na busca pelo reconhecimento daquilo que acontece no mundo. A partir de meados do século XIX, quando uma concepção liberal de democracia e a mudança estrutural de uma "esfera pública" (Habermas, 2014) garantem à imprensa um espaço na sociedade para instituir junto ao público seu direito à "opinião", o jornalismo começa a se (a)firmar como uma importante arena de discussão pública no seu papel de mediador da moderna sociedade capitalista.

Ainda que a princípio o jornalismo estivesse atrelado muito mais às vicissitudes da política do que a uma ideia "emancipada" de empresa apartidária e independente, neste momento já começava a se legitimar discursivamente as narrativas de uma instituição que se dizia capaz de outorgar e articular "verdades" sobre uma realidade que se constituía cotidianamente. Um dos principais ingredientes para a emancipação de um campo específico destinado ao jornalismo é a emergência e consolidação de preceitos fundamentais da democracia, como a liberdade de expressão e de opinião. Jornalismo e democracia passam a partilhar de uma relação quase que simbiótica que dá ao campo legitimidade para exercer seu papel social. Há a partir de então a consolidação de dois pólos que fundamentam a profissão: um "ideológico" onde o jornalismo se define como um serviço público que orienta os cidadãos a agir em uma democracia, além de defender seus interesses e os abusos de poder do Estado; e outro de caráter "mercadológico", que define seu produto, a informação como notícia. (Traquina, 2005)

Sua legitimidade começa a se dar, no campo ideológico, quando a instituição passa a assumir um poder de oposição em relação ao poder político. A ideia de uma opinião pública emancipada pela imprensa, que luta em prol da liberdade e contra poderes despóticos e a censura garantem ao jornalismo a reivindicação de um monopólio de saber específico. E como agente que diz fornecer uma visão mais "real" daquilo que acontece no mundo, o jornalismo

[3] A ideia de uma "luta por reconhecimento", por mais que diversas vezes aqui nomeada, será de fato discutida no *capítulo 2*, quando iremos pensar o processo de autolegitimação do jornalismo, mais focado específica e empiricamente nos jornais. De antemão, definimos que ela será pautada, em especial, nos estudos de Ricoeur (2006) a partir de sua releitura de Honneth (2009).

passa a se firmar, aos poucos, como aquela instituição que está cada vez mais no campo do saber, da informação, e não mais estritamente no da política. De acordo com Traquina (2005, p. 34), a emergência da notícia como mercadoria faz nascer uma série de valores que ainda hoje são identificados à ideia do que de fato seria este jornalismo profissional, como "a procura da verdade", a "independência" e a "objetividade". [4] Mas, para além de informar o cidadão e, por mais que cada vez mais emancipado das arenas da luta política, este jornalismo vai mitologicamente assumindo-se como um "fiscalizador", que o define como guardião do cidadão contra o governo em seu papel de agente moderno na democracia.

É com a ideia de um jornalismo como "quarto poder" que a instituição passa a circunscrever certa autonomia em seu campo de poder político e, ao mesmo tempo, legitimar sua profissão enquanto um negócio rentável, uma vez que pretende se fazer credível perante seus públicos. A imprensa praticante do dito jornalismo "profissional" busca se ancorar assim sob uma série de argumentos provenientes das teorias democráticas, da opinião pública e da filosofia liberal para legitimar a ideia de que, além de porta-vozes autônomos para o esclarecimento do cidadão, estariam também os protegendo e fiscalizando, quase como que uma autoridade eleita pelo povo, seu leitorado. [5] Assim, a liberdade de imprensa passa a ser exercida como um poder, uma espécie de "contra poder" balanceador, que acaba por conquistar um lugar mítico na instituição jornalística. (Traquina, 2005)[6]

É a partir de então que seus discursos passam a dar primazia aos fatos e às notícias, em detrimento das opiniões. A informação útil e de interesse dos cidadãos que o jornalismo diz reproduzir em suas páginas seria portanto aquela que pudesse falar por si só. Caberia ao repórter, o novo agente fundamental nesta mediação, apenas o apresentá-lo, da forma mais clara, direta e objetiva possível. Neste panorama, de acordo com a pesquisadora Sylvia

[4] É o que também atesta Daniel Cornu (1999, p. 122) ao problematizar o estatuto da verdade no jornalismo moderno: "No jornalismo, se a verdade pertence hoje a uma "boa informação", se a própria informação tende a adiantar-se à expressão das idéias, isso não acontece porque os jornalistas e patrões da imprensa assim tenham decidido. É porque se produziu uma evolução histórica com o desenvolvimento da grande imprensa no século XIX: à necessidade de exprimir livremente as suas idéias com vista a participar na formação de uma vontade política, dominante durante todo o período das Luzes, sobrepuseram-se, mais do que substituíram, a necessidade de dar ao maior número a faculdade de aceder a um certo saber sobre os acontecimentos da actualidade e, corolário econômico, a de assegurar aos meios de informação dimensões suficientes para sobreviverem. [...] Ao mesmo tempo impunham-se , "por força das coisas", um valor de verdade e através dele uma exigência de objectividade na informação, coisas a que as polémicas do passado não davam importância." (p. 122)

[5] John Stuart Mill (1991) em seu clássico tratado "Sobre a liberdade", publicado originalmente em 1858, já afirmava que liberdade significava acima de tudo a "proteção contra a tirania dos governos políticos". De acordo com o filósofo, para impedir que membros mais fracos da comunidade "fossem pilhados por inúmeros abutres" era necessário impor limites e frear excessos, papel esse assumido com considerável protagonismo por uma imprensa livre e comprometida. Com relação às discussões sobre a teoria democrática e os princípios liberais, temas que não nos ataremos em detalhes, consultar Dahl (2001) e Merquior (1991).

[6] Mais à frente vamos nos debruçar sobre a questão de um "outro" quarto poder, problematizado por Albuquerque (2000) e que para nós soa mais interessante às reflexões que iremos propor.

Moretzsohn (2007), a própria ideia do "quarto poder" se inscreve na instituição jornalística como forma de garantir legitimidade aos seus discursos, nos evidenciado, segundo ela, uma aparente contradição. Isso porque o jornalismo, como uma aparente forma de conhecimento que historicamente se justifica por seu ideal iluminista de esclarecer os cidadãos, estaria traindo seus preceitos se apenas se limitasse ao mero relato destes fatos. Este procedimento ocultaria as intencionalidades da própria atividade jornalística, resultando naquilo que a autora definiria como um "jornalismo de mãos limpas", já que caberia à imprensa, como guardiã da democracia, apenas relatar os fatos e os acontecimentos e ao jornalista, o papel de atuar como "mensageiro" daquilo que aconteceu, isentando-se da responsabilidade sobre o produto que produziu.[7]

A ideologia da transparência pública que envolve a concepção moderna do jornalismo, baseada na ideia de um discurso que se diz esclarecido e pautado pelas exigências de um livre mercado, colocaria assim a imprensa como porta-voz autorizada de uma crescente sociedade liberal e civil. Mas esta premissa da liberdade de expressão atrelada a seus discursos vem carregada também de certos "recursos mitológicos" que Muniz Sodré (2009, p. 12) entende como sendo uma "narrativa sobre si mesma como entidade mítica que administra a verdade dos fatos sociais". Esta narrativa auto-confirmativa partiria de um "pacto implícito" entre a instituição, que se diz autorizada em noticiar verdades, e sua comunidade de receptores. Verdades que precisam também ser reconhecidas como tal, a partir do momento em que é o próprio jornalismo quem assume a distinção entre o discurso noticioso da informação, que se diz objetivo e imparcial, e o relato subjetivo dos fatos baseado na opinião.

Foi assim que, acredita Sodré (2009), a imprensa pôde reconhecer-se como uma "obra do espírito objetivo moderno", constituindo seu "fundo ético-político" que o distanciava cada vez mais sua da fase artesanal e publicista. Interessante perceber que desde então o jornalismo passa a discursivamente se circunscrever, de um lado, à pretensa defesa nos interesses do cidadão (o "pólo ideológico") e, de outro, à de seus próprios interesses técnicos e empresariais (o "pólo mercadológico"), o que nos mostra que a constante busca por uma "transparência discursiva ou ideológica, mas apoiada nas opacidades de seu próprio mito, é a ambivalência

[7] Esta versão apaziguadora do "jornalismo de mãos limpas" baseada no mero relato dos fatos é reforçada também, segundo a autora, por numa clássica abordagem do jornalismo feita por Walter Lippmann, na década de 1920, quando ele afirma que "as notícias e a verdade não são a mesma coisa: a função das notícias é sinalizar um evento, a função da verdade é trazer luz aos fatos escondidos, pô-los em relação um com o outro e fazer uma imagem da realidade com base na qual os homens possam atuar." (Lippmann, 2010, p. 304) Por sua vez, Muniz Sodré (2009) acredita que esta postura dogmática do jornalismo em sua relação com os "fatos brutos", diz muito sobre sua relação com os próprios preceitos do positivismo. O autor afirma que, de acordo com um "dito espirituoso corrente, os jornalistas seriam os últimos positivistas do mundo. Na realidade, essa estrita colagem aos fatos, sem maiores preocupações com a sua sobredeterminação histórica, é típica da ideologia corporativa do jornalismo de extração norte-americana." (Sodré, 2009, p. 31)

constitutiva do jornalismo." (Sodré, 2009, p. 13) Assumir seu caráter de portador do discurso do "real" pela notícia daria margem – ainda segundo Sodré (2009) - à construção de um mito da neutralidade do jornalismo moderno, onde a instituição, em suas lutas por reconhecimento, acabaria por encobrir os jogos de poder que presidem a constituição de seus próprios relatos.

1.1. Jornalismo, fato e objetividade: a notícia como norma da instituição

A concepção do jornalismo como um espelho que reflete a realidade é portanto a que de fato vai definir um ideal "moderno" para a instituição. Essa postura, que Schudson (2010) acredita ser um ideal pautado pelo jornalismo norte-americano, levou o triunfo dos fatos e de seu produto, a notícia, em detrimento da opinião. Mudança que se dera em meados da primeira metade do século XIX pela expansão da própria democracia e do mercado de massas, que gradativamente foram despolitizando os semanários e a imprensa do país. Jornais que eram financiados por partidos e/ou candidatos e editores que criavam empresas baseadas em interesses meramente pessoais vão perdendo espaço para uma imprensa mais mercantilizada, inserida na lógica de produção capitalista.

A *penny press*, jornais de baixo custo que ampliaram o alcance e o interesse do público nas notícias, declaravam sua independência da política, atrelando-se cada vez mais aos ditames da publicidade. Foi esta imprensa que, segundo o autor, inventou o próprio conceito moderno de notícia e inseriu o cotidiano da classe média urbana nas páginas dos jornais ao apresentar "realisticamente" os acontecimentos do mundo baseado nos fatos e sob os preceitos da objetividade. Ser objetivo era partilhar noções comuns que em muito vinham da própria ideia positivista de uma ciência baseada na observação. Ser repórter era, portanto, ser "realista", observar fatos que aconteciam no mundo e os reportar minimante como de fato ocorreram e a *penny press* criava demanda para estes fatos, uma vez que os inseria no cotidiano das notícias.

A partir deste panorama passa a se construir o discurso de que o jornalismo teria normas próprias para orientar seu percurso. Isso o distanciava de outros campos e garantia legitimidade e autonomia ao seu lugar de fala, uma vez que começava a se produzir uma noção geral do que era efetivamente a sua prática. O jornalismo passa a ser encarado como aquela atividade que produz a notícia e produzir a notícia se daria sob determinados parâmetros que deveriam ser seguidos e partilhados por aqueles que pretendiam se inscrever e legitimar (n)a profissão.[8]

[8] É decorrente deste período a própria tendência de se aglutinar o conhecimento especializado em nichos específicos de *expertises* comuns. Segundo o historiador Peter Burke (2012), o "surgimento da sociedade

Analisando algumas memórias e autobiografias de repórteres contemporâneos a esta época, Schudson (2010) foi enfático em atestar como estes se definiam e partilhavam um universo comum e bem delimitado. Mesmo ciente da carga de dramaticidade imposta nos discursos fundacionais destes atores, as narrativas de autolegitimação foram - e são - importantes à instituição pois contribuem para delinear um "autorretrato coletivo" do jornalismo, padronizando assim um modelo mítico que se cria em torno da profissão. Vamos nos ater a algumas destas narrativas quando problematizarmos especificamente o caso brasileiro. Por enquanto, vale pensar que este processo de autolegitimação baseado no ideal da notícia inseria o jornalismo em um modelo de produção da informação que o tornava mais fidedigno, credível e "verdadeiro", pois baseado em normas que o distanciavam cada vez mais do puro entretenimento e das narrativas literárias. Fato, verdade e realidade passam a assumir aquilo que Barbie Zelizer (2004) define como "god terms", conceitos incontestes que além de legitimar a própria instituição jornalística, definiam uma prática a ser seguida e partilhada.

A norma da objetividade, como o principal valor profissional do jornalismo é aquela que vai efetivamente ancorar o estatuto da verdade dos seus relatos. Verdade que é idealizada pelo suposto distanciamento que a noção do jornalismo objetivo passa a atribuir à notícia, como uma crença generalizada na orientação pelos fatos. Pensando na realidade do jornalismo norte-americano, Michael Schudson (2014) afirma que a norma da objetividade, motivo de certa controvérsia quanto às origens de sua institucionalização, pode ser vista desde um viés mercadológico, como oportunidade de negócios para uma imprensa que buscava novas alternativas ao caráter partidário da informação, bem como em seu viés tecnológico, já que um jornalismo mais objetivo fora decorrência da invenção do telégrafo e do impulso das agências de notícias, que acabaram criando rotinas mais padronizadas aos relatos noticiosos.

No entanto, de acordo com o autor, questões como estas não dão conta de perceber de forma mais consistente como normas se inserem e se articulam em determinadas práticas. Normas são "prescrições morais" de determinado comportamento social e que, antes de "ordens", são "obrigações" que criam padrões de comportamento. Normas, como regras prescritivas, são "conscientemente articuladas" e, neste sentido, as condições que as estimulam podem ser percebidas por quatro fatores: dois deles "durkheimianos", que dizem respeito à solidariedade e à identidade do grupo; e dois "weberianos", referentes ao controle social estabelecido por uma organização que se dá ou em um momento pontual ou através das gerações. Essas articulações, ainda segundo o autor, não ocorrem informalmente, mas sim por

profissional liberal" no século XIX foi marcado pela criação de uma série de habilitações e disciplinas que foram responsáveis por legitimar a atuação de novos campos e áreas de conhecimento.

uma espécie de "solidariedade ritual", por uma "economia pedagógica que profere quais são as regras de comportamento prescritas." (Schudson, 2014, p. 141). São, portanto, normas que buscam a coesão e o controle social de determinada prática na e para a instituição.

Vale aqui abrir um parêntese para duas breves observações. Primeiro, que a utilização do ideal da objetividade enquanto norma não foi algo que ocorreu de forma naturalizada. O percurso que aparentemente se deu entre um jornalismo articulado politicamente para um jornalismo que se diz neutro, apartidário e objetivo não se configurou em um crescendo linear, onde uma prática foi natural e gradativamente eliminando a outra. Muitas vezes estas práticas se confundiam, coincidindo em um mesmo cenário. Schuddson (2014) afirma, por exemplo, que ainda nos anos 1890 a objetividade estava longe de ser um ideal ou uma prática efetivamente estabelecida no jornalismo norte-americano. O partidarismo ainda perdurava, mesmo que naquele momento fosse possível perceber um processo de emancipação da política, pela implementação de técnicas mais padronizadas. Portanto, o modelo de uma imprensa como a *penny press* não instaurou uma ruptura abrupta no modo de se fazer e pensar o jornalismo. A institucionalização de uma cultura profissional, com regras e estilos próprios, se dá de forma mais complexa do que às vezes dão a entender as análises e discursos que buscam legitimar as suas histórias.

A segunda observação diz respeito à própria ideia de se pensar a norma da objetividade do jornalismo norte-americano como um padrão de institucionalização do campo como um todo. Estamos cientes das particularidades que cada conjuntura demanda, em especial no caso do jornalismo brasileiro e precisamos estar atentos aos limites de se pensar um modelo como padrão, mesmo que este tenha tido uma considerável influência no modo de se pensar a legitimação do campo no Brasil. Pois, como afirma Schudson (2014), para analisar historicamente o surgimento de um conjunto estratégico de normas é preciso entender não apenas as condições sociais propiciadas para estes grupos a adotarem, mas também as circunstâncias culturais que os levam a adotar tais práticas.[9]

[9] "Seria maravilhoso encontrar uma pessoa, um momento, ou um incidente que marcasse a origem da norma da objetividade no jornalismo americano e, em seguida, simplesmente traçar os mecanismos de difusão de jornal a jornal, e dos jornais americanos ao jornalismo mundial, mas não há nenhum momento assim mágico." (Schudson, 2014, p. 159) Como iremos ver, o caso do Brasil é muito marcado pela ideia de um "mito de origem" (Albuquerque, 2008; Barbosa, 2006 e 2007; Ribeiro, 2007) que, influenciado pelo protagonismo de alguns agentes em particular, impulsionou o modo de se pensar e fazer o jornalismo moderno no país. Mas veremos também como estas normas da objetividade como um ideal moderno da/para a instituição são inclusive postas em xeque pelos próprios jornais aqui analisados, visto que eles procuram articulá-las sob princípios particulares. Não devemos, portanto, encará-las como um padrão que é apropriado de forma unânime, como se pudéssemos afirmar que exista de fato uma única forma de se fazer o jornalismo dito "profissional"

Mas a questão é que a partir da década de 1920 a objetividade, pelo menos em seu contexto norte-americano, passa a ser articulada sob regras e padrões mais delimitados frente a este ideal "moderno" de instituição. A objetividade torna-se uma espécie de ideologia, um tipo de disciplina que começa a ser formulada como código moral e que depois é perpassado para preceitos deontológicos, associações de classe e cadeiras acadêmicas. O jornalismo "profissional", "verdadeiro", constrói bases sólidas num ideal que está ancorado na busca pelo relato dos fatos mas que, a partir de então, lança a eles um olhar mais distanciado, uma vez que para legitimar a autoridade e a veracidade daquilo que supostamente aconteceu, se projeta sob uma série de métodos e orientações particulares. Neste sentido, as normas e os procedimentos adotados pela busca de uma informação a mais objetiva possível colocavam em xeque a soberania dos próprios fatos, já que estes só poderiam dizer a "verdade" se submetidos a regras estabelecidas por uma comunidade de atores autorizados a manuseá-las. O ideal da objetividade passa a ser uma espécie de filosofia moral do "bom" jornalismo, garantindo-lhe certa autonomia em virtude da pretensa partilha destes valores comuns. (Schudson, 2010; 2014)

Paradoxalmente, portanto, é quando a objetividade se assume como norma nos discursos da instituição que há o declínio da autonomia dos fatos no jornalismo. Declínio no sentido de que passa a haver uma convicção cada vez mais corrente de que não é possível ao jornalismo apresentar a totalidade dos fatos em seus relatos. Alcançar e descrever um fato absoluto e soberano é visto como algo quase que profissionalmente impossível, daí a importância de se especificar como e o quê destes fatos deve emergir no caráter noticioso do relato jornalístico. Muito disso se deve à emergência dos profissionais de relações públicas e sua influência no trabalho da imprensa, que começavam a ameaçar a ideia da reportagem como espelho do real. Notícias passavam a ser explicitamente "criadas", "embaladas", a partir de propósitos e interesses, já que estavam também inseridas em lógicas de mercado e a sua produção perpassava a negociação com agentes que extrapolavam o campo especificamente jornalístico. De acordo com Schudson (2010, p. 164), aquilo que havia se tornado a base no trabalho competitivo entre os próprios jornalistas "a reportagem exclusiva, a narrativa confidencial, a informação privilegiada, o furo – fora varrido para longe pelas notas e conferências de imprensa."

É interessante pensar aqui como este jornalismo, que procurava assumir um discurso de combate a supostos "interesses" para atestar a legitimidade de seus relatos, vai sendo novamente envolto em sua dependência. Mas foi justamente esta "contaminação" do jornalismo pelas relações públicas e pela publicidade que ajudou a impulsionar normas e ideais que pudessem repensar a própria forma de se lidar com os fatos, uma vez que estes deveriam ser postos sob crítica e observação. A experiência negativa decorrente de uma grande guerra, seguida da

recessão econômica pela qual passava a sociedade norte-americana fizeram também com que a instituição jornalística, na figura dos repórteres, passasse a tratar os fatos sob outros olhares, já que se tornava cada vez mais evidente a forte influência das técnicas da publicidade até mesmo no processo de modelação das notícias. [10]

Portanto, ao mesmo tempo em que o jornalismo assumia-se como uma instituição legítima para reportar os fatos do cotidiano de forma "confiável", seu estatuto de veracidade era posto em questão por uma série de fatores que evidenciavam o caráter conflituoso de suas práticas. A objetividade, neste sentido, passa a assumir discursivamente aquilo que Gaye Tuchman (1993) definiu como um "ritual estratégico" que irá proteger os jornalistas dos supostos riscos da profissão. Quando o jornalismo passa a ser denunciado por sua frágil e controversa apresentação dos fatos, invocar a objetividade torna-se cada vez mais necessário e os jornalistas a fazem "quase do mesmo modo que um camponês mediterrâneo põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos." (Tuchman, 1993, p. 75)

Tratar da objetividade é assumir portanto um olhar que instaura certa aura de "profissionalismo" à instituição, com práticas ritualísticas a serem estabelecidas e partilhadas. Falar em ritual é novamente falar de normas, de procedimentos de rotina e estratégias de produção de sentido. Quando os jornalistas assumem discursivamente a objetividade em sua prática cotidiana eles estão buscando definir procedimentos para minimizar erros e "distorções" cada vez mais evidentes. Desta forma, uma série de práticas de rotina passam a ser partilhadas por uma instituição que se pretende fazer mais legítima e credível frente a seu público. Práticas que até hoje são geralmente relacionadas à ideia do "bom" jornalismo, como a questão da imparcialidade, a busca pelos "dois lados" no relato dos fatos e a utilização das aspas para garantir impessoalidade e distanciamento aos seus textos. (Tuchman, 1993)

Mas de que especificamente estes discursos estão tratando quando falam de objetividade em jornalismo? De acordo com a pesquisadora Liriam Sponholz (2009) há distintas noções do termo que obviamente podem ser pensadas por funções igualmente distintas do que definimos por jornalismo. No entanto, o que deve ser colocado em questão, segundo ela, é a especificidade do jornalismo enquanto mediador da realidade. O jornalismo trata de uma realidade objetiva se

[10] Michael Schudson (2010) cita, por exemplo, uma entrevista feita com John Jessup, editor de longa data das revistas *Fortune* e *Life*. Segundo seu relato, na época em que trabalhava para a agência J. Walter Thompson, no início da década de 1930, ficara chocado com a informação de que cerca de 60% dos artigos então publicados no *New York Times* eram "inspirados" por agentes de publicidade. É o que afirmava também o cientista político Peter Odegard em 1930, ao publicar uma estimativa de que 50% das notícias à época decorriam do trabalho de relações públicas: "Muitos repórteres hoje são pouco mais do que mendigos intelectuais, que vão de um agente de publicidade ou escritório de imprensa a outro, em busca de *releases* para a imprensa." (Odergard, Peter. *The American Public* Mind, 1930, p. 132, apud Schudson, 2010, p. 169-170)

e quando aquilo que é evidenciado em suas páginas está relacionado com o que se pressupõe ter acontecido. Noticiar de forma objetiva fatos que acontecem demanda, portanto, investigação, a busca por um conhecimento da realidade que se dá de forma aproximativa e nunca totalizante.

A objetividade jornalística estaria relacionada, segundo esta concepção, a partir da mediação entre uma realidade social e uma realidade midiática. Daí decorre a concepção de que um jornalismo seria de fato objetivo quando este se encontra "adequado" à realidade. Quanto mais "objetivo", quanto mais próximo daquilo que "aconteceu", mais credível e confiável seu relato se tornaria. A objetividade, portanto, enquanto norma prescrita, é entendida aqui em seu valor de correspondência com a verdade. Se o jornalismo afirma que "um fato x aconteceu em circunstâncias y" este só será considerado verdadeiro se efetivamente tiver acontecido da maneira como fora descrito. Isso pressupõe que o trabalho do jornalismo seria o de ordenar, reconstruir e contar aquilo que aconteceu. Desta forma, não caberia ao jornalista assumir-se como portador de uma verdade irrefutável, mas sim tentar se aproximar dela, na medida em que podemos apenar checar se a informação contida em um relato condiz ou não com a realidade. (Sponholz, 2009)

A adequação ou não à realidade está, segundo a autora, condicionada com a verificação dos fatos, com uma realidade primária que não depende diretamente do sujeito que a formulou. Uma informação como "a neve é branca", por exemplo, diz muito mais respeito a uma realidade que pode ser verificada e investigada objetivamente do que a afirmação de que "um presidente é ruim", que precisaria ser submetida a um processo de argumentação. Mas há de se pensar que o fato por si só não torna toda e qualquer proposição objetiva, no sentido de que corresponda diretamente à realidade. Sponholz (2009, p. 22), ao problematizar a máxima de que "contra fatos não há argumentos", acrescenta que talvez a forma mais correta de se abordar a questão seria com a ideia de que "contra fatos só há a possibilidade de verificação." Assim, uma declaração objetiva não pode ser relacionada diretamente como sinônimo de uma declaração "verdadeira".

Isso porque, vale pontuar, subjetividade e objetividade não são características antagônicas no processo de produção do jornalismo. Se a objetividade só pode ser almejada pela busca e pela verificação, a neutralidade – como negação da subjetividade e das opiniões - não pode ser encarada como um dos pressupostos para a cobertura objetiva, já que ela pode ser inclusive identificada como uma atitude passiva do jornalista, que não teria dado o devido comprometimento com a confrontação da realidade, renunciando a investigação. Não basta portanto "lavar as mãos" para produzir um jornalismo objetivo, neutro e "verdadeiro", como

vimos anteriormente. [11]Ao mesmo tempo, pensar que fatos estão também condicionados a interesses, no sentido de que podem ser enquadrados e articulados propositadamente, demanda uma preocupação que ultrapassa a mera busca por informações que são mediadas por uma realidade que "aconteceu", já que o jornalismo não trata apenas de notícias, mas também promove debates e apresenta opiniões (Sponholz, 2009).

1.2. Jornalismo e verdade: inscrevendo a instituição

Discutimos até agora algumas questões para pensar como o chamado jornalismo "moderno" e "profissional" procurou se configurar como uma instituição que, pautada por normas e preceitos balizares, foi se constituindo como portadora de relatos mais "autorizados", ao assumir na pretensa objetividade dos fatos a busca pelo reconhecimento de suas "verdades". No entanto, não deixamos claro o que entendemos de fato por "instituição" e como este processo de legitimação e busca por reconhecimento tem se articulado discursivamente, já que trataremos o jornalismo como um gênero discursivo particular.

Partindo do pressuposto de que a realidade é construída socialmente, acreditamos que todo processo de institucionalização está condicionado à ações humanas que, repetidas e moldadas por determinados padrões, acabam por se tornar um hábito (Berger e Luckmann, 2003) Padrões e hábitos tipificam ações que acabam por se institucionalizar, uma vez que elas são sempre partilhadas/acessadas pelos atores que as constituem. É por isso que as tipificações não podem ser criadas de forma instantânea, mas construídas "no curso de uma história compartilhada". Instituições implicam "historicidade" e "controle", já que são produto da ação de seus agentes no, com e pelo tempo. Desta forma, não é possível compreender e analisar uma instituição sem nos atermos ao processo histórico em que esta foi produzida. Elas, pelo fato de existirem, "controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis." (Berger e Luckmann, 2003, p. 79-80)

[11] Vale aqui mais uma observação pontuada por Sodré (2009), quando o autor se questiona se estas supostas manipulações dos fatos, feita de forma deliberada ou não, teriam alguma importância para a questão da verdade: "Certamente não, se a "verdade" em pauta é a mesma em torno da qual discorrem os filósofos, algo semelhante à verdade na filosofia husserliana, definida como "uma, idêntica a si mesmo, quaisquer que sejam os seres que a percebam: homens, monstros, anjos ou deuses." (p. 84).Certamente sim, se a pergunta é dirigida à corporação jornalística, que tem um compromisso histórico com o desocultamento público dos fatos, portanto, com uma espécie de verdade pública, suscetível de exercer efeitos político-sociais." (Sodré, 2009, p. 44-45) Iremos nos ater especificamente sobre a questão da verdade e sobre as intenções de veracidade dos relatos jornalístico mais à frente.

Este caráter controlador, afirmam os autores, é inerente à própria institucionalização, no sentido de que são anteriores e independentes de mecanismos que praticam sanções, por exemplo. “Dizer que um segmento da atividade humana foi institucionalizado já é dizer que este segmento da atividade humana foi submetido ao controle social.” (Berger e Luckmann, 2003, p. 80) Ainda assim, as instituições muitas vezes nos aparecem como “dadas, inalteráveis e evidentes”, experimentadas como uma realidade objetiva. Ou seja, elas possuem uma história que antecede às vezes nossa própria existência e memória biográfica, elas “estão aí”, perceptíveis na tradição, defrontando-se com os indivíduos como fatos praticamente inegáveis, participando de nossa realidade, queiramos isto ou não.

No entanto, é importante frisar que esta “objetividade” da esfera institucional, por mais aparente que se mostre ao indivíduo, é produzida e construída sempre por atores sociais, já que estes e o mundo que o circundam possuem uma relação de constante reciprocidade. Se o mundo e os produtos exteriorizados da atividade humana precisam, portanto, ser “objetivados”, as instituições nada mais são do que esta atividade humana que se torna objetiva. Mas para que perdure no tempo como tradição a institucionalização demanda um constante processo de legitimação, fazendo com que esta realidade possa ser “explicada” e “justificada”, propiciando a seus membros um determinado conhecimento sobre ela. (Berger e Luckmann, 2003, p. 88-92)

O conhecimento primário que diz respeito à determinada ordem institucional, aquilo que os autores irão definir como um conhecimento que se situa no nível “pré-teórico”, nada mais é do que um conjunto de valores, mitos, máximas, princípios morais e crenças que “todos sabem” a respeito do mundo e da vida social sob a qual se encontra a instituição, já que “toda instituição tem um corpo de conhecimento transmitido como receita, isto é, conhecimento que fornece as regras de conduta institucionalmente adequadas.” (Berger e Luckmann, 2003, p. 93) Este conhecimento é o que vai constituir a “dinâmica motivadora da conduta institucionalizada”, definindo os papéis que devem ou não ser desempenhados na e pela instituição. Assume, portanto, também um papel de controle, na figura de um “corpo de verdade” universal e objetivamente válidas sobre a realidade que estas instituições estão inseridas.

Não basta então que este conhecimento seja apenas apreendido, mas também que possa ser constantemente reproduzido, já que para que a legitimação de uma instituição ocorra de forma efetiva esta deve ser transmitida no tempo, apreendendo-se como “verdade objetiva” e interiorizando-se como “realidade subjetiva”. Neste sentido, os autores são enfáticos em afirmar que “nenhuma parte da instituição [...] pode existir sem o particular conhecimento que foi

socialmente produzido e objetivado como referência a esta atividade." (Berger e Luckmann, 2003, p. 95)

Há aqui jogos pela manutenção de um "poder simbólico" (Bourdieu, 1998), um poder de construção da realidade que pretende estabelecer determinada ordem e dar sentido imediato a um mundo de representação, já que o processo de legitimação de uma instituição está condicionado às relações de comunicação que nada mais são do que relações de poder acumulados pelos agentes que as envolvem e constituem. Sistemas simbólicos cumprem desta forma sua função de "instrumento de imposição" ou de "legitimação da dominação" de uma classe, grupo ou instituição sobre a outra. Estes sistemas, vale frisar, só são produzidos e legitimados porque conduzidos por especialistas, "agentes autorizados" que estão inseridos em campos de produção e circulação que atuam de forma relativamente autônoma.

O poder simbólico, poder que Bourdieu afirma ser "quase mágico", uma vez que tem a capacidade de fazer "ver e crer", de transformar uma ação sobre o mundo, graças ao seu efeito de mobilização, só assim o faz se tiver o poder de ser efetivamente "reconhecido" e ignorado como arbitrário. Neste sentido, seu poder de legitimidade e legitimação está definido por um embate que se dá na relação entre os que aparentemente exercem este poder e os que estão sujeitos a ele, já que este só se reproduz no campo da crença. "O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras." (Bourdieu, 1998, p. 15)

Só podemos pensar em crença e legitimidade, portanto, quando as ações que buscam reconhecimento tendem a ser partilhadas pela própria instituição, por seus públicos e pelos agentes que as instituem e reproduzem. Não são as palavras em si que possuem este poder, mas um discurso que pretende as fazer legítimas nos embates simbólicos pela busca do reconhecimento. Este discurso, um conjunto específico de normas e valores posicionados em um campo de atuação não pode ser caracterizado estritamente como uma "teoria", conforme afirma Wilson Gomes (2009), já que não está diretamente preocupado em desenvolver mecanismos de prova parecidos com os do discurso científico, por exemplo. Mas, para além de um discurso científico, ele pretende promover um "engajamento existencial", pois oferece "motivações, explicações e razões de ser, orientando a existências e as suas decisões, ordenando e hierarquizando os valores adotados pelos indivíduos, estabelecendo e justificando vocações." (Gomes, 2009, p. 67)

Este discurso, ao tentar legitimar convicções comuns do grupo, criando mitos e a própria ideologia da instituição, pretende consolidar uma imagem a ser reconhecida pelo seu público já

que, na busca pela legitimidade e reconhecimento, precisa produzir convicções sobre o que de fato representa. Assim, estamos falando de um discurso de autolegitimação que, além de buscar definir uma identidade, "cumpre a decisiva tarefa de convencer a todos que o jornalismo é uma instituição importante, preciosa e necessária para toda a sociedade." (Gomes, 2009, p. 68) A legitimidade da instituição jornalística está calcada neste sentido em sua "função social", ou seja, no papel que ela cumpre dentro de determinada sociedade e que se fundamenta na tentativa de que estes valores sejam socialmente reconhecidos em sua função moral.

Dizer que as instituições cumprem "papéis" significa reconhecer que eles "representam" a própria ordem institucional, atuando como mediadores de um conjunto de conhecimentos objetivados. A instituição necessita que os papéis dos mais variados atores que a constituem sejam executados repetidamente para que se crie uma espécie de "maquinaria de legitimação" (Berger e Luckmman, 2003) a fim de manter os leigos como leigos e os profissionais como profissionais em seu constante trabalho de distinção simbólica. Isso significa dizer também que estes agentes atuam em um campo em que se encontra um conjunto de relações de força já objetivamente impostas, onde a posição sob a qual estão distribuídos e o capital simbólico por eles adquiridos representam uma espécie de poder de legitimidade sobre o campo. (Bourdieu, 1998)

Desta forma, fazer uma reflexão sobre o "papel" do jornalismo em sua função de "ator legítimo" na busca por fatias de verdade que se constituem cotidianamente é, na verdade, refletir sobre como a própria instituição pretende se fazer reconhecida como tal. É refletir, portanto, sobre que papéis este jornalismo *assume* e *representa* na sua constante busca por legitimação. Assim, para estabelecer um valor socialmente reconhecido, a instituição constrói uma série de normativas que buscam definir um estatuto da "verdade" ao seu jornalismo, conforme vimos anteriormente.

De acordo com Wilson Gomes (2009), por exemplo, não há manifesto proferido em defesa da liberdade de imprensa ou de expressão que não afirme ser o papel do jornalismo servir de forma voluntária o "interesse público", o que faz autor indagar-se sobre o porquê deste discurso continuar perdurando há ao menos duzentos anos como "sua máxima razão de ser". Isso porque esta seria uma característica burguesa que remonta à imprensa de opinião e já há um bom tempo presenciamos um contexto em que este modelo fora suprimido por um sistema de serviços baseado num mercado de informações e no interesse estrito das audiências. Nestes dois séculos mudou-se o mundo, as instituições e o próprio modo de fazer jornalismo mas, segundo o autor, as bases de seu discurso de autolegitimação, em grande parte, continuam as mesmas: "Como se ainda estivéssemos dois dias antes das revoluções burguesas, o jornalismo

continua falando de opinião pública, liberdade de imprensa e de interesse público [...], tudo isso se mantém no imaginário e no discurso por uma estranha e inquietante inércia discursiva." (Gomes, 2009, p. 76) [12]

Este panorama possivelmente se deve ao fato de que, como vimos, as instituições precisam de práticas constantes de repetição para se legitimarem em seu campo de atuação. Precisam assumir papéis, reproduzir discursos e normas, orientar e moldar condutas para que estas se tornem hábitos reconhecidos. Tudo isso baseado em preceitos éticos, normatizados em princípios deontológicos que prescrevem, no campo do jornalismo, o que deve ser evidenciado como uma "boa" prática em seu sentido estritamente profissional. Por mais que, como nos alertou Gomes (2009), devemos estar atentos à vinculação entre os discursos de uma verdade *do* jornalismo e as suas atribuições práticas (uma verdade *no* jornalismo), a nossa preocupação inicial se dará de fato em pensar como esta instituição buscou cristalizar alguns princípios e normas gerais para fundamentar a sua "maquinaria de legitimação".

As normas deontológicas cumprem aqui papel central para pensarmos a questão da legitimidade de uma prática profissional correta e "verdadeira" sob a qual a instituição diz pertencer e representar, já que atuaria, de acordo com Cornu (1999), como uma espécie de "teoria dos deveres", fundamental para evocar "qualificativos profissionais" e regras morais que determinam seu exercício. Entre a moral e a ética, a deontologia visa, portanto, a reputação da instituição: moral, porque cumpre a tarefa de regular sua atividade; ética, pois visa interrogar suas normas e, desta forma, atestar sua eficácia e legitimidade. Desta forma, atuaria também na tentativa de proteger a instituição de suas supostas vulnerabilidades, uma vez que está pautada geralmente por princípios e deveres comuns. No caso do jornalismo, Cornu (1999, p. 43) acredita que estes princípios podem ser descritos como a informação do público na e pela

[12] O próprio autor afirma que há dois riscos que se impõe ao ser identificada esta "descontinuidade" no discurso da instituição jornalística com sua atividade no presente. O primeiro seria negar que este vínculo entre o discurso e a realidade exista de fato e que, portanto, seu processo de autolegitimação seja mero artifício ideológico. Gomes (2009) acredita que o jornalismo possa ainda servir a uma esfera civil, mesmo ciente de que esta possa hoje estar reduzida a uma espécie de "democracia eleitoral". Em contrapartida, o segundo ponto diz respeito ao risco de se "acreditar demais" no discurso autolegitimador de que o jornalismo sirva de fato ao "interesse público" e que, portanto, possa ser encarado como um "descritor fiel" daquilo que vêm a ocorrer na realidade já que, e o autor tentar ser enfático neste ponto, "o serviço de interesse público não pode ser um princípio absoluto da prática jornalística. [...] Como o serviço que o jornalismo pode prestar é a produção e circulação de informações, servir ao interesse público significaria colocar à disposição do público os repertórios informativos necessários para que ele possa influenciar a decisão política e a gestão do Estado, para que possa fazer-se valer na esfera política. Servir ao interesse público é servir à cidadania, no sentido de possibilitar que a coisa pública, o bem comum, seja decidido e administrado segundo o interesse geral da sociedade. A rigor, apenas as dimensões do jornalismo que produzem efeito sobre o interesse da esfera civil poderiam estar integralmente ao serviço do interesse público. O jornalismo, entretanto, está longe de se conter nessas dimensões. [...] O jornalismo é ramo de atividades, um negócio legítimo como tantos outros, e não simplesmente um serviço público." (Gomes, 2009, p. 79-81)

democracia, pensada a partir da ideia da liberdade de expressão e de informação e o consequente "respeito pela verdade, como exigência fundamental de toda a informação."

Evocar uma "missão" e um princípio geral para o jornalismo é evocar a "liberdade de imprensa" como condição essencial, já que apenas uma imprensa que se diz e se faz "livre" poderia buscar de forma efetiva seu compromisso com a verdade.[13] A verdade surge, portanto, como dever fundamental em praticamente todos os códigos e discursos que pretendem legitimar a função do jornalista e do jornalismo enquanto instituição.[14] Seu dever norteador deveria, ao menos em tese, ser o compromisso e o respeito pela verdade, já que seu público teria o direito de receber uma informação legítima e verdadeira sobre o que de fato vem a ocorrer no mundo. Além disso, seu papel estaria baseado na procura da verdade no cotidiano dos acontecimentos, assumindo assim os jornalistas um protagonismo em seu papel de agentes autorizados no relato dos fatos.

Não apenas a verdade surge então enquanto preceito central destas atividades reguladoras, mas a própria noção da "objetividade" e da "exatidão" dos relatos ganham primazia nos discursos que pretendem situar o jornalismo como uma atividade que busca uma informação a mais verdadeira possível. Estas espécies de "god terms" (Zelizer, 2004) pretendem, de forma quase que unânime, definir como deve se portar o "bom" jornalismo profissional. A questão é que devemos estar atentos ao que nos alerta Cornu (1999, p. 116): a aparente unanimidade destes discursos pode nos ser enganadora. A verdade, por exemplo, "nunca é absoluta na sua expressão jornalística. [...] [ela tem] as marcas da ideologia, da política, da história."

É preciso, portanto, questionar sob que intenções e para quais fins é feita esta aspiração da "boa" e da "verdadeira" informação, uma vez que os códigos muitas vezes as inscrevem de maneira fluída e fragmentária. A busca por uma "verdade" caminha concomitantemente junto a outros preceitos que a colocam em xeque ou sob questão. Ela por si só não pode assim definir

[13] De acordo com Cornu (1999) a primeira "garantia escrita de liberdade de imprensa" foi assinada pela lei sueca sobre a imprensa, em 2 de dezembro de 1766. Uma década depois, em 1776, a Declaração dos Direitos do Estado da Virgínia decretava: "A liberdade de imprensa é um dos mais fortes baluartes da liberdade. Nunca poderá ser limitada, a não ser por um governo despótico." Este discurso sobre a liberdade de expressão e de imprensa é bem perceptível também na Declaração dos Direitos Humanos e do Cidadão, oriunda da Revolução Francesa, de 26 de agosto de 1979: "A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem; todo o cidadão pode por isso falar, escrever, imprimir livremente, desde que não abuse dessa liberdade nos casos determinados por lei." (apud Cornu, 1999, p. 153-154)

[14] O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, por exemplo, em seu artigo 7º afirma que: "O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação." Disponível em: http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros..pdf Acesso em: 11 de abril de 2016.

os termos do que seria uma "boa" informação. Em nome de que esta espécie de "missão pública" do jornalismo é circunscrita? Será que seu "dever de verdade", nos limites ao respeito de informar um público, se reduz apenas a uma "obediência a regras de direito"? Estas interrogações de caráter ético buscam, na verdade, as próprias condições de legitimidade da atividade jornalística e devemos sempre estar atentos a elas. (Cornu, 1999)[15]

A verdade, neste sentido, deveria estar atrelada a uma espécie de horizonte da informação, que não pode ser desarticulado do sujeito que a procura. Mesmo que se busque a "objetividade" de um relato, cabe ao jornalista distinguir o que de fato deve vir a público, ou não. Atrelado às normas e aos julgamentos éticos de sua profissão, a procura da verdade perpassa uma amálgama complexa de "ordens de verdade" que não se limitam ao mero relato "fiel" daquilo que ocorreu. Não basta apenas relacionar a verdade à "realidade", já que "a própria realidade é brutal, excessiva, conflitual." (Cornu, 1999, p. 327) A informação enquanto relato noticioso não é "a verdade", portanto, pois ela reflete apenas um fragmento provisório da realidade. Ainda assim esta "realidade" precisa de fato ser observada pelo jornalismo e é aí que caminha o horizonte de uma busca pela definição "correta" dos relatos jornalísticos. Cornu (1999) acredita que este horizonte do jornalismo para com a verdade o faz se aproximar da investigação histórica, já que o jornalismo se ancora no relato dos fatos, mas não se limita necessariamente a eles. Jornalismo também é interpretação: ele propõe uma leitura dos acontecimentos, dando forma, sentido e um "estilo" aos fatos, colocando-os em jogo e conflito com a realidade. É neste sentido que, acredita o autor, a "verdade" e a "objetividade" do jornalismo devem ser encaradas.[16]

1.3. A verdade do jornalismo como forma de legitimidade e autoridade

Antes de nos direcionarmos especificamente à realidade do jornalismo brasileiro e, em particular, sobre como os nossos jornais buscaram circunscrever sua autoridade com discursos

[15] É o que atesta Karam (2004), por exemplo, ao analisar que alguns discursos expressos nestes códigos empresariais e deontológicos, usados como "proposição retórica", muitas vezes são dissimulados sob aquilo que ele definiu como uma "razão cínica". Ou seja, são códigos que, usados retoricamente mais como estratégia de marketing do que como valores éticos e morais - reforçados nos preceitos da "liberdade de expressão" e do "interesse público" -, são desmentidos em sua realidade prática. Gomes (2009) já havia nos alertado sobre esta possível "discrepância" entre discursos e práticas, questão sob a qual nos debruçaremos com a devida atenção, já que nossa preocupação será justamente entender esta relação entre a busca pela legitimação de uma verdade *do* e *no* jornalismo.

[16] Cornu (1999) dialoga aqui com a proposta de Paul Ricoeur (2010), situando o jornalismo sob uma lógica hermenêutica que o coloca no nível da observação, da interpretação e da narração. Nos aproximaremos destas questões na segunda parte da tese, quando discutirmos a questão da construção do acontecimento jornalístico em sua relação com a história e a memória.

de autolegitimação, construindo, propagando e cristalizando uma narrativa particular sobre suas identidades, acreditamos ser fundamental situarmos o que queremos definir de fato como "verdade". Mesmo cientes da importância de se pensar a questão da deontologia no processo de institucionalização de um jornalismo dito profissional e "verdadeiro", nossa questão central não vai perpassar diretamente o problema da ética jornalística. Não queremos também problematizar se o jornalismo, os jornais e os jornalistas sob os quais debruçaremos nossa análise constroem efetivamente, ou não, relatos "objetivos" e "verdadeiros" sobre os acontecimentos que relatam.

Buscamos até aqui focar nosso olhar sobre a institucionalização de um ideal moderno de jornalismo não para analisar qual seria a sua forma mais "correta" e, portanto, mais "verdadeira", mas sim para delinear um horizonte que nos auxilie a entender as supostas intencionalidades, jogos e relações de poder que envolvem estes discursos na busca por uma autoridade e um posicionamento específico no campo de atuação que circundam estas práticas. Verdade aqui será relacionada à autoridade. Assim, mais do que discutir a verdade em si, procuraremos problematizar os *discursos sobre uma verdade que se pretende legítima e reconhecida*. Falaremos, neste sentido, mais em uma pretensão de veracidade e de credibilidade nos discursos do jornalismo do que sobre se este relato noticioso se constitui ou não de fato como verdadeiro.

Estamos cientes da enorme carga de reflexão filosófica que demanda uma discussão a respeito de um conceito tão ambíguo e complexo como o de verdade. Assumindo este risco vamos tentar aqui apenas aparar algumas arestas para que aquilo que queremos definir como "verdade" se torne mais palpável no momento em que nossa análise estiver empiricamente mais direcionada. Definiremos a princípio, portanto, uma ideia geral sobre o conceito para que possamos melhor situar as "história da verdade" *do* e *no* jornalismo frente ao percurso que propomos realizar.

Primeiramente, podemos partilhar da análise feita por Marilena Chauí (2006) segundo a qual há ao menos três concepções diferentes de verdade construídas ao longo dos séculos, oriundas da língua grega, latina e hebraica. A *alétheia*, no sentido grego do termo, diz respeito ao "não esquecido", àquilo que não está escondido ou dissimulado; a verdade estaria evidente nas próprias coisas, no que vemos em uma contemplação e que sabemos que existe, ou seja, ela seria aqui uma "automanifestação da realidade". *Veritas*, em latim, relaciona-se à ideia da "precisão" e "exatidão" de um relato, à fidelidade ao que realmente ocorreu; verdade aqui não se relaciona às próprias coisas ou aos fatos em si, mas ao enunciado de um relato que deve condizer com os acontecimentos; seu oposto seria, portanto, a mentira no sentido da

falsificação, já que estamos tratando aqui de uma verdade "verificável". *Emunah*, do hebraico, significa "confiança" e está ligado à ideia da promessa, a uma verdade como cumprimento daquilo que fora prometido ou compactuado; como uma espécie de crença, a verdade se daria na esperança daquilo que virá. (Chauí, 2006)

De acordo com esta concepção, a verdade como *alétheia* refere-se diretamente "ao que as coisas *são*", já que seu conhecimento se daria pela "evidência". Na *veritas*, a verdade diz respeito aos "fatos que *foram*", pois esta depende de uma correspondência precisa entre aquilo que ocorreu e o que está sendo relatado. Já no *emunah*, a verdade está relacionada às "ações que *serão*", uma vez que esta diz respeito a um conjunto de convenções e crenças, um "consenso" sobre o que deve e pode ser encarado como verdadeiro. Chauí (2006) acredita que a nossa ideia de verdade parte, em geral, de uma síntese dessas três concepções, já que está imbricada à realidade (como percepção das coisas) à linguagem (que relata os fatos) e à esperança (como expectativa de coisas futuras).

Problematizar a verdade sob estes pressupostos faz com que já de antemão nos desvinculemos de uma ideia que a pensa apenas na sua realidade objetiva, numa visão quase exclusiva da verdade como *veritas*. Esta ideia, como vimos, está bastante atrelada aos discursos de um jornalismo dito objetivo, que buscam garantir legitimidade e autoridade a uma instituição que se diz autorizada em reproduzir a realidade dos fatos como realmente aconteceram. Compactuar desta ideia tripla de verdade como "realidade', "linguagem" e "esperança/expectativa" nos permite assim pensar em uma verdade *que se pretende* e que, desta forma, também está relacionada às experiências, memórias, intenções e discursos que buscam se fazer reconhecidos. Verdade que, portanto, não está apenas relacionada a uma mera comprovação pela veracidade dos fatos e que a condiciona às aporias do tempo e demanda sempre argumentação e justificação. [17]

Vale ressaltar, no entanto, que não estamos negando que exista de fato uma verdade objetiva ou um conhecimento objetivo sobre os fatos. Mas é preciso pontuar, como nos alerta Karl Popper (1975), por exemplo, que não somos "possuidores" da verdade, mas sim a "buscamos" constantemente quando a confrontamos com a realidade. Neste sentido, ainda segundo Popper (2010), existem ao menos duas correntes de teorias sobre a verdade: as objetivas, que a problematizam diretamente nesta relação com a correspondência aos fatos, onde estes podem ser comprovados e verificados já que ao buscar uma verdade teríamos

[17] Uma noção tripla desta verdade que se pretende, pois condicionada às experiências, memórias e expectativas, partilha muito da articulação teórico-metodológica proposta por Ricoeur (2010) a partir de suas indagações sobre o tempo e a narrativa, conforme veremos adiante.

efetivamente uma "meta" a cumprir; e as teorias subjetivas, que enxergam a verdade em seu caráter epistemológico, ligado às crenças e conhecimentos que temos do/sobre o mundo. As teorias objetivas estariam passíveis a comprovação, pois podemos afirmar se aquilo sobre o que se diz é de fato "verdadeiro" ou não. Já as teorias subjetivas, pautadas mais por convicções, buscam sempre uma justificação argumentativa, uma vez que precisamos "acreditar" que aquilo que dissemos ou ouvimos é ou não verdadeiro.

Correntes de teorias subjetivas, mais pragmáticas, confundiriam a verdade com a "utilidade", ao serem pautadas mais na justificação do que na comprovação da realidade. (Popper, 2010) Baseadas em crenças, essas justificações poderiam de certa forma distorcer a busca ou pelo menos a aproximação de uma verdade mais "verdadeira", o que faz com que filósofos como Karl Popper, por exemplo, as encarem sob um olhar mais desconfiado. [18]Mas, se a verdade é uma eterna busca, ou até mesmo uma criação baseada em argumentos, como não fugirmos de supostas intenções "utilizáveis" na tentativa de articular e justificar nossos conhecimentos sobre o mundo? A busca pela verdade é uma ação socialmente orientada e está passível também às vicissitudes da experiência subjetiva.

Uma percepção mais pragmática da verdade nos soaria bastante útil para pensar como um discurso *que se pretende* verdadeiro busca se legitimar como autorizado nas narrativas jornalísticas. Pensadores do pragmatismo como Richard Rorty (1997), por exemplo, acreditam que há ao menos duas formas sob as quais os homens procuram dar sentido às suas vidas em contextos estabelecidos: narrando estórias (sob a prática da solidariedade) ou descrevendo fatos relacionados diretamente com a realidade (seguindo a lógica da objetividade). Segundo o autor, somos herdeiros de uma tradição ocidental de busca da verdade que sempre primou por uma direção mais objetiva, em detrimento do reconhecimento da solidariedade. Estes, os *realistas*, desejam "fundamentar a solidariedade na objetividade", construindo a verdade sob a correspondência direta com os fatos. Já os *pragmáticos* procuram "reduzir a objetividade à solidariedade", já que pensam na verdade como algo que seja "bom" e "útil" acreditarmos. Mas, por ser baseada em crenças, esta "verdade" pode ser considerada como tal e logo em seguida

[18] Karl Popper, considerado um "filósofo da ciência" de preceitos racionalistas, compactua de forma mais evidente com uma verdade que se diz "objetiva", já que esta se encontraria mais ancorada na realidade dos fatos e em seu princípio regulador. Verdade que, segundo o filósofo, pode ser comparada "aos de um cume de montanha que fique permanentemente, ou quase permanentemente, envolto em nuvens. O alpinista pode não apenas ter dificuldade para chegar lá; também pode não saber que chegou, pois talvez não consiga distinguir, imerso em nuvens, o pico principal de outros picos secundários. Isso não afeta a existência objetiva desse cume. Quando o alpinista nos diz "não estou seguro de que cheguei ao verdadeiro cume", ele reconhece implicitamente a existência objetiva desse cume. A própria ideia de erro ou de dúvida (em seu sentido normal e direto) implica a ideia de uma verdade objetiva que talvez não alcancemos." (Popper, 2010, p. 182) Interessante pensar que esta ideia de verdade – como algo que talvez possa ser inalcançável, mesmo sabendo de sua existência – está muito próxima do discurso de uma verdade objetiva assumida pelo jornalismo, em especial nos jornais que analisaremos em seguida.

refutada, reconstruída, pois "há sempre espaço para uma crença aperfeiçoada, desde que uma nova evidência, ou novas hipóteses, ou todo um novo vocabulário, também a acompanhe." (Rorty, 1997, p. 39)

Há uma crítica corrente oriunda da concepção "realista" de que a verdade pragmática nada mais seria do que uma forma "relativista" de pensar a realidade. Uma vez que crenças e verdades podem ser sobrepostas a todo o momento, sua relativização acabaria assim por tornar o termo equívoco e vazio. Teríamos, de acordo com esta visão, uma quantidade indiscriminada de ideias de verdade enquanto estas puderem ser definidas, defendidas ou refutadas no nível da justificação. Rorty (1997) parte em defesa da verdade em seu viés pragmático quando afirma que esta não procura evidentemente desenvolver uma teoria baseada na relação das coisas, umas com as outras, como se estas possuíssem uma natureza e realidade intrínseca.

Pelo contrário, ao se abdicar de uma distinção clássica de que temos um "conhecimento" e uma "opinião" sobre a verdade das coisas e do mundo, o filósofo procura descrevê-la no sentido de que sua validade está garantida enquanto um "sinal de aprovação para crenças bem justificadas", em oposição a uma verdade que simplesmente "corresponda" à realidade. Neste sentido, é como se de fato não houvesse necessariamente uma "teoria" pragmática da verdade. Sendo partidário da solidariedade, o próprio conhecimento das/sobre as coisas acaba por se tornar a verdade em si, pelo simples fato de que defendemos as crenças sob as quais acreditamos estarem bem justificadas. Uma investigação sob estes princípios só pode ser, portanto, "uma avaliação histórico-social de como pessoas variadas tentaram alcançar concordância sobre aquilo em que acreditam." (Rorty, 1997, p. 40-41)

Falar que podemos "buscar" uma verdade é afirmar que a verdade é de fato "criada", construída por sujeitos dotados de intenções e não necessariamente "descoberta". Busca-se porque se argumenta, porque se tem como fim a verdade como justificação de uma realidade que se pretende, se faz e se "diz" verdadeira. Justificativas partem de afirmações, elas não existem independentes da mente humana, mas de frases e descrições do mundo. "Onde não há frases, não há verdade", afirma Rorty (2007), são apenas elas que podem descrever uma dada realidade, determinando-as como verdadeiras ou falsas. O pragmatismo não está em busca de uma verdade "soberana", grafada em maiúscula e constantemente refém da ideia de que os fatos por si só bastam para explicar uma realidade intrinsecamente dada.[19]

[19] Esta posição é de certa forma solidária a Nietzsche (1999) em sua visão sobre o impulso à verdade na sociedade ocidental. Impulso que não deve ser encarado de maneira "pura", pois acredita o filósofo que o homem sempre fora condicionado à mentira e à dissimulação, a representar um mundo a partir daquilo que ele constrói – pela linguagem e por metáforas - e designa como sendo uma "verdade" sobre aquilo que o cerca. A verdade neste sentido é pensada pelo seu potencial construtivo, evidenciando-se como um "batalhão móvel de metáforas,

O mundo, portanto, não fala. Somos nós, dotados de supostas intencionalidades, que construímos uma realidade por embate, por jogos que se dão na busca pela legitimação e reconhecimento daquilo que se faz passar por "verdadeiro". Programamos o mundo com linguagens específicas que nos fazem sustentar convicções, que são "feitas" e nunca "descobertas", o que nos faz pensar na verdade como efetivamente uma "propriedade de entidades linguísticas, de frases." (Rorty, 2007, p. 31) Dotar a verdade destes pressupostos é, vale mais uma vez frisar, abandonar de vez a ideia de que ela exista de forma independente, como realidade dada, encarando o fato de que ela "exista", mesmo que construída discursivamente.

O que Rorty (2007) procura é, na verdade, se utilizar do termo sob um viés menos profundo, no sentido em que possamos pensar um método para problematizar como as coisas são descritas, como criam padrões de linguagem que se perpetuam no tempo e que, discursivamente, acabam por ser encarados como "verdadeiros". Pensar que "só as frases podem ser verdadeiras" já que estas são postas no mundo discursivamente a partir da intencionalidade de seus agentes é pensar, portanto, que as instituições e suas práticas atuam a partir dos repertórios que (as) criam.

Desta forma, precisamos entender que as práticas discursivas estão sempre inseridas em contextos de ação que, ao se pretenderem passar por legítimas e dotar as instituições de certa autoridade, nunca falam "por si mesmas". A verdade de um enunciado só pode ser analisada se pensada pela sua coerência com outros enunciados que estão postos e reconhecidos no mundo. Habermas (2004) acredita assim que a verdade precisa ser enxergada sob um viés "procedural", ao afirmar que, para que seja considerado verdadeiro, um enunciado é sempre posto à prova, pois está condicionado ao nível da argumentação e da justificação. Um conceito discursivo de verdade como o proposto pelo autor, assim como em seu viés pragmático, coloca os enunciados nas arenas simbólicas, nos embates da enunciação que nunca se encerram por "evidências peremptórias", já que estão colocados em confronto por razões *que se pretendem* e que sempre se renovam.

Tratar a questão da verdade sob seu viés discursivo em que pesa também uma avaliação sobre as "pretensões" do discurso faz com que pensemos também que os agentes que os portam partilham de pontos de referência comuns ao proferir suas falas. Não há, neste sentido, como

---

metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tomaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas." (Nietzsche, 1999, p. 57)

excluir um mundo objetivo, mas este para além de ser meramente "retratado" precisa ser visto como um horizonte sob o qual os fatos e a realidade se movem e partilham experiências de reconhecimento. Há um "processo de comunicação" em jogo na busca pelas "pretensões" de verdade, onde não há como isolar a realidade das regras semântico-linguísticas que regem as supostas condições de seu aparecimento. (Habermas, 2004)

Não estamos falando, portanto, de uma questão de correspondência entre verdade e realidade, nem da aparente coerência entre crenças e significados verdadeiros. A verdade, como algo que está nos discursos mas, ao mesmo tempo, "fora" da linguagem, deve ser encarada em seu contexto de justificação, é ele que, segundo Habermas (2004, p. 243), nos autoriza a "levantar pretensões de verdade. Embora a verdade não possa ser reduzida à coerência e à assertibilidade justificada, deve haver uma relação interna entre verdade e justificação."

Esta relação direta entre verdade e justificação faz com que, alerta o autor, não possamos desvincular a linguagem da ação. Ação que se orienta sob contextos estritos de interação onde dialogam sujeitos "interagentes" e "interventores" e, sob os jogos da linguagem, as práticas se "entretecem" umas com as outras. Acionar uma práxis à pretensão da verdade faz com que, de uma vez por todas, abandonemos a questão da busca por uma representação "correta" da realidade e a olhemos em seu sentido "bifronte", na relação entre a ação e sua prática discursiva justificada. (Habermas, 2004) Este posicionamento teórico, mas, acima de tudo, metodológico – no sentido de nos direcionar um olhar -, será fundamental para inserirmos a questão da verdade *do* e *no* jornalismo a partir de um gênero discursivo particular, onde as instituições e seus agentes dialogam baseados em um contrato específico de comunicação.

1.4. A verdade que se pretende: por uma pragmática da veracidade

Discutir o problema da verdade sob um viés que pretende a encarar pragmática e discursivamente nos parece fundamental por alguns motivos. Primeiro, porque a ideia de verdade que parte destes preceitos está fundamentalmente baseada em uma verdade *que se pretende* e que se relaciona aos jogos de poder disputados por agentes e suas intenções em um campo de legitimação simbólica. Segundo, porque esta tese, ao buscar discutir a questão da verdade, tem como objetivo principal problematizar de que forma o jornalismo pretende legitimar sua autoridade, inserindo em seus discursos de auto-referenciação e na prática cotidiana uma série de normas e justificativas que buscam o tornar mais credíveis, confiáveis e

"verdadeiras", numa constante busca por reconhecimento junto a seu público. Inserida na lógica discursiva, a verdade diz respeito a uma realidade que perpassa fatos reportados a um devir, pois condicionados ou não à validação, subjugam-se às experiências e expectativas.

Para contornarmos estas relações precisaremos também, assim como fizemos com a ideia de verdade, orientar nosso olhar ao jornalismo como uma instituição que está moldada a um "gênero discursivo" particular (Benetti, 2008) e, desta forma, entender que ele se pauta sob campo um dialógico e intersubjetivo onde entra em cena atores e uma realidade histórica e socialmente condicionada. (Bakhtin, 2003; 2009) Esta noção é tributária a uma corrente da análise de discurso que pensa aquilo que Charaudeau (2006a) definiu como um "contrato de comunicação".

De acordo com o autor, o discurso das mídias, em especial o da informação jornalística, está pautado pelos jogos da enunciação que se apresentam, apenas aparentemente, como informação objetiva. Aparentemente porque o que entra em jogo no relato da informação jornalística é um saber que está circunscrito ao seu campo de atuação, à situação da enunciação e ao dispositivo sob o qual é colocado em funcionamento. Comunicar é, portanto, trabalhar ao nível das escolhas, com "estratégias discursivas" que buscam validar uma informação em seu "valor" e em "efeitos" de verdade. (Charaudeau, 2006a)

Isso significa dizer que o discurso, inserido em um "contrato de comunicação", depende dos quadros de referência sob o qual são postos, como se ele se desse em um palco já estabelecido por restrições e normas sob as quais se encenam as trocas e as relações simbólicas. Inserido em uma instituição particular, o jornalismo, como vimos, partilha de regras comuns em seu campo de atuação porque, acima de tudo, há uma finalidade na proliferação – e na busca de sentido - de seus discursos "que requer que todo ato de linguagem seja ordenado em função de um objetivo." (Charaudeau, 2006a, p. 69) Inserir o jornalismo em um "contrato" é pensar para além do texto, já que estes nunca falam sozinhos e estão relacionados às condições de sua produção, circulação e interpretação postas em jogo. (Benetti, 2008)

Sob estes pressupostos a problemática da verdade e do discurso jornalístico insere-se cada vez mais no âmbito das relações de poder. Na verdade, Foucault (2006) acredita que não podemos nem pensar nestas relações em âmbitos separados, uma vez que os jogos discursivos em torno da verdade, sempre construídos e (re)produzidos, estão condicionados a regras e coerções reguladoras. Não há segundo ele a "busca" por uma verdade, pois esta já se encontra intrinsecamente relacionada em um campo de relações estabelecidas. O que precisamos compreender é justamente este conjunto de relações que condicionam discursos a serem

encarados como verdadeiros, ou não, pois há sempre um conjunto de regras coercitivas que pretendem validar e distinguir o verdadeiro do falso em nossa sociedade.

Pertencentes a um "regime" específico de verdade os discursos partilham de políticas que regulam seu campo de atuação. Discursos constituem-se a partir de uma "ordem" particular de procedimentos de controle e exclusão onde nem todos possuem o direito de acesso às falas e nem tudo pode ser dito da qualquer forma e de acordo com qualquer circunstância. Há níveis de interdição que regulam os discursos e isso faz com que, portanto, os agentes autorizados a os portarem entrem nos jogos de poder e na luta por seus desejos e vontades de verdade e potência. Tudo isso se configura apoiado em um suporte institucional que reforça e legitima um conjunto de práticas, orientando e distribuindo os discursos que acabam assim por reforçar a própria instituição. (Foucault, 2010)

A verdade de um discurso só se valida ao ser posta em relação a outros sujeitos, com normas e situações de comunicação específicas. Afirmar isso é dizer que o jornalista, enquanto sujeito da enunciação, tem um poder relativo, pois se encontra submetido a regras que são "exteriores e anteriores" a ele e que os condicionam a processos históricos e práticas institucionais. (Benetti, 2008) Entender o *para quê* se diz se torna mais importante do que pensar o *como* se diz, já que neste sentido não estamos estritamente preocupados com a validação de fatos e/ou na ideia de que os relatos do jornalismo de fato condizem com a realidade objetiva sob a qual estão ancorados.

Quando Charaudeau (2006b) pensa sobre a produção do discurso político, muito característico à potencialidade das mídias e do jornalismo, em particular, ele está discorrendo justamente sobre um discurso que é "encenado" e produzido visando relações de legitimidade, credibilidade e cooptação/autoridade. Isso significa sustentar que qualquer ato de fala é sempre duplo, pois se encontra numa espécie de "refugio" da legitimidade social de quem o profere, ao mesmo tempo em que precisa ser constantemente (re)construído por aquilo que seu discurso diz. Esta duplicidade faz o autor se indagar sobre quem seria mais "verdadeiro": aquele que profere o discurso ou o discurso em si? Ambos se interpelam e se retroalimentam, segundo ele, já que o sentido de um discurso não existe deslocado de seu locutor e aquele que o profere, obviamente, necessita constantemente exteriorizar-se em discurso.

Seguindo esta lógica, os destinatários a quem remetemos os discursos se fazem também sempre "duplos", pois além de existirem em sua realidade empírica, são construídos a partir de uma imagem que os colocam como "destinatários ideais" já que neste jogo visa-se constantemente um processo de legitimação e reconhecimento. É a partir desta duplicidade, finaliza o autor, que precisamos entender como se projeta a legitimidade dos sujeitos e de seus

discursos: “A legitimidade social é importante porque é a que dá a toda instância de palavra uma autoridade a dizer.” (Charaudeau, 2006b, p. 65) [20]

Devemos, portanto, levar em consideração que o jornalismo, enquanto instituição que procura se legitimar como “autorizada” para narrar a realidade de um mundo que se faz credível, só pode ser assim percebido se depositar na verdade, nas suas intenções de verdade, efeitos específicos, intenções e pretensões sobre aquilo que ele encara ser digno de reconhecimento e produzido discursivamente. “No âmbito da informação, isso equivale a se interrogar sobre a *mecânica de construção* do sentido, sobre a *natureza do saber* que é transmitido e sobre o *efeito de verdade* que pode produzir no receptor.” (Charaudeau, 2006a, p. 40)

Esta mecânica da construção do sentido baseada em um efeito de verdade é intrínseca à lógica enunciativa da informação, acredita Charaudeau (2006a), mas não devemos confundir o “valor” de verdade com o seu “efeito”. Por mais que ambos estejam ligados ao imaginário social de determinado grupo, os homens procuram se orientar ora por um sistema de “valores” e ora pela conformação de determinados “efeitos” de verdade. O “valor de verdade”, neste sentido, se dá através de uma construção explicativa e objetiva de saberes que produzem o mundo, exteriores ao homem, sendo algo que se acredita e se produz como um “ser verdadeiro”. Já o “efeito de verdade” é mais baseado no âmbito da crença, de um “acreditar ser verdadeiro” e se dá na relação da subjetividade do indivíduo com o mundo. Esta verdade precisa, portanto ser posta à prova, julgada e compartilhada com outras pessoas para que ganhe validade. O “valor de verdade” está ancorado na “evidência” e o seu “efeito” na “convicção” de um saber que se constrói e legitima na/pela base da opinião. (Charaudeau, 2006a)[21]

---

[20] Charadeau (2006b, p. 68) ainda acredita que a legitimidade, como resultado de um reconhecimento é nada mais do que um “direito” conquistado pela instituição para proferir determinado discurso, diferente da “credibilidade”, por exemplo, que seria algo como uma “capacidade” intrínseca à instituição. A legitimidade também deve ser diferida da “autoridade”, acredita o autor, pois esta não seria um direito, mas sim um processo de submissão sob o qual o outro se condiciona. “Se, entretanto, a autoridade se confunde às vezes com a legitimidade, é com a finalidade de se fazer prevalecer. A autoridade vem então se somar à legitimidade. [...] [a legitimidade] é um estado no qual é colocado o sujeito que, em virtude desse fato, adquire um direito a fazer, mas segundo o que foi determinado e reconhecido pelos membros do grupo, os quais instituíram esse direito de maneira mais ou menos institucional: a legitimidade resulta de uma *atribuição*. A autoridade é uma posição no processo de influência que dá ao sujeito o direito de submeter o outro com a aceitação deste: resulta, ao mesmo tempo, de um *comportamento* e de uma *atribuição*. A legitimidade remete ao *Eu;* a autoridade, à relação *Eu-tu*.”

[21] A verdade que se busca a partir de seus “efeitos” precisa ser encarada, neste sentido, diretamente na relação com a legitimidade/reconhecimento dos discursos proferidos pelo jornalismo. Um discurso encarado como “legítimo” é, de acordo com Charaudeau (2006b, p. 65), aquele que se deu sob uma ação bem fundamentada, no sentido de que passou a ser reconhecido e aceito por outros sujeitos que estão colocados em cena. É a legitimidade que dá certo direito à instituição de exercer seu poder, já que esta passa a ser vista como uma espécie de “gratificação” e acaba por “justificar os feitos e os gestos daquele que age em nome de um valor que deve ser reconhecido por todos os membros de um grupo. Ela depende, portanto, das normas institucionais que regem cada domínio de prática social, atribuindo *status* e poderes a esses atores.”

Não podemos, desta forma, pensar o "efeito" de verdade deslocado de seu dispositivo de enunciação. Efeitos de verdade inseridos em dispositivos refletem os jogos e relações de poder que entrelaçam práticas discursivas em suas supostas intenções. Falar em intenções é assumir que a pretensa verdade factual construída discursivamente pelo jornalismo depende de legitimidade e comprovação, o que a relaciona diretamente à "validade" que esta toma ao ser posta à cena pública. Visando "efeitos" específicos, o jornalismo constrói estratégias que colocam em jogo não necessariamente a verdade em si da informação, mas a sua "credibilidade" e conseqüente validação. Posta sob um contrato de comunicação (Charadeau, 2006a), a validação de uma verdade, como vimos, é construída sempre de forma difusa, fragmentada e provisória, o que permite nos aproximarmos mais uma vez da ideia de verdade como algo que se cria deliberadamente.

Pensar que a verdade possui um "valor" é pensar também que esta só pode se passar por "verdadeira" a partir dos "efeitos" sob os quais aqueles que a portam e a (re)produzem as condicionam. Neste sentido é como se o que mais importasse para uma instituição como o jornalismo, por exemplo, fosse muito mais o efeito de uma verdade que se pretende credível do que o seu valor em si. Ou mais, poderíamos pensar que a verdade só ganharia seu "valor" a partir dos "efeitos" que são articulados nos jogos de enunciação discursiva para dotá-la efetivamente de validade e sentido. A verdade, como a queremos encará-la aqui, só ganharia valor, portanto, a partir de seus efeitos e do seu reconhecimento junto ao público, daí ela estar diretamente relacionada à busca pela legitimidade e à autoridade da instituição e suas práticas.

O valor dado a uma verdade está atrelado ao efeito que se pretende e que se reconhece, já que é sempre um valor posto à prova, que necessita de estratégias de argumentação e justificação articuladas nas arenas de legitimação simbólica. Toda verdade se constrói dialogicamente entre os sujeitos, visa um grau de veracidade e credibilidade. Ela deve ser vista e reconhecida, "provar" que aquilo que está sendo relatado é "real" no nível do reconhecimento, do "acreditar" ser verdadeiro. Pensar a verdade como veracidade e credibilidade é colocar também a informação no nível do imaginário e das representações, daí a importância de saber o "para quê" de um discurso, pontuando quem efetivamente fala e as supostas intenções dadas nos jogos da enunciação, já que um jornal, por exemplo, nunca fala sozinho e já possui uma carga de representação simbólica atrelada ao seu nome e a suposta identidade de seu público.

Reportar um fato sob a lógica da veracidade é afirmar que estes estão alocados não apenas no campo do saber, mas também e, principalmente, no do poder. Poder que confere autoridade e legitimidade aos fatos noticiados pelo jornalismo, pois como afirma Charaudeau (2006a, p. 63), informar "é possui um saber que o outro ignora ("saber"), ter a aptidão que

permite transmitir a esse outro ("poder dizer"), ser legitimado nessa atividade de transmissão ("poder de dizer")." O poder de dizer está atrelado justamente nesta ideia de que a verdade dos relatos se justifica muito mais pela maneira como os fatos são reportados – e nas suas supostas intenções - do que pelos fatos em si na sua lógica objetiva. Veracidade é, portanto, a maneira como algo se torna credível pois, ainda conforme Charaudeau (2006a, p. 90), cabe à instância midiática autenticar os fatos, ao descrevê-los da maneira a mais verossímil possível através da justificação e da explicação dos acontecimentos. A legitimidade da instituição jornalística se daria, neste sentido, no "fazer crer que o que é dito é verdadeiro" o que a engajaria "num jogo da verdade, que consiste em corresponder aos diferentes imaginários sociais que as questionam."

Podemos com isso inserir nossa argumentação naquilo que Lisboa e Benetti (2015) definiram como um jornalismo - enquanto forma específica de conhecimento - que se pauta discursivamente por uma "crença verdadeira justificada".[22] Segundo as autoras, o jornalismo se torna um conhecimento credível sobre o mundo se condicionado à crença, à verdade e à justificação. Só assim poderemos perceber as supostas intencionalidades e competências de um discurso que se pretende legítimo e autorizado. Estas questões estão ligadas diretamente à lógica da veracidade, pois o jornalismo precisa primeiramente ser credível no nível do reconhecimento, ou seja, precisa ser visto e encarado como verdadeiro/confiável e isto só se daria discursivamente, por estratégias de justificação.

Há assim uma relação direta entre aquilo que acredito e a suposta credibilidade instituída pela constituição dos discursos. Esta credibilidade é tanto "construída" - no nível de quem profere o discurso -, quanto "percebida" - no nível de quem o recebe - (Lisboa, 2012), pois, conforme já afirmamos, baseia-se sob uma lógica da duplicidade e por jogos e relações de poder que atuam dialogicamente. Mas estas relações nem sempre se dão de forma unânime já que as normas e valores que dão sentido a uma credibilidade construída, por exemplo, podem ser percebidas das mais diferentes formas por aquele que se apropriam de um discurso. Por isso a importância, para uma instituição como o jornalismo, em reforçar suas pretensões de verdade no nível da uma crença que possa ser "verdadeiramente justificada."

As autoras acreditam que é desta forma que podemos colocar o jornalismo como uma forma específica de conhecimento. Enquanto instituição, ele possui pretensões de se mostrar

[22] Embora não estejamos aqui estritamente preocupados com o jornalismo enquanto teoria e forma de conhecimento, a leitura das autoras nos parece primordial para pensar, mais do que uma prática, o jornalismo enquanto instituição. Para mais sobre as já bastante debatidas teorias que circundam a discussão, consultar em especial Park (2008), Genro Filho (1987) e Meditsch (1997).

credível e nos dá evidências, baseadas em normas, estratégias e efeitos, para que possa ser reconhecida como tal. (Lisboa e Benetti, 2015) Mas mais do que uma forma de conhecimento, para nós isso mostra como a instituição busca, portanto, definir suas estratégias de autoridade e legitimação, já que precisamos entender sempre como estas condições de verdade e justificação são postas em jogo.

Ao dizer – e acreditarmos - que algo é "verdadeiro", deslocamos o problema da verdade para a questão da veracidade, para os efeitos que dela se esperam em um contrato de comunicação. De acordo com Wilson Gomes (2009), o princípio da veracidade de um discurso é inerente a todo e qualquer ato de comunicação. Ele parte da ideia de que aquilo que falo só pode ser levado a sério se for efetivado um compromisso com meu interlocutor, que vai a partir daí encarar – ou não – meu discurso como verdadeiro. Na lógica da veracidade é preciso ser "levado a sério" porque quando profiro discursos eu sustento uma posição e a defendo e, para tanto, preciso ser considerado credível. Sustentar e defender uma posição em relação à verdade é afirmar que as pessoas assumem pretensões para com ela em seus discursos. Isso não garante de fato que aquilo que digo seja "a" verdade e é esta, segundo o autor, a grande diferença entre verdade e veracidade.[23]

Nestes termos propostos por Gomes (2009, p. 10-11) sustentamos o princípio de que exista uma "norma pragmática da veracidade" presente na relação entre o jornalismo e seu público, um princípio moral que afeta a prática cotidiana da produção das notícias: "Não há notícia sobre a qual não se imponha legitimamente uma obrigação de veracidade; aliás, só é notícia um ato verbal que comporte uma pretensão de ser verdadeiro." Mas mesmo em outros discursos jornalísticos, enfatiza Gomes (2009), como as colunas e textos de opinião, há a pretensão de verdade, uma vez que sua construção está baseada em argumentos e interpretações sobre os acontecimentos.

Podemos afirmar também que há um discurso institucional sobre/do jornalismo que se sobrepõe à esfera estrita da prática profissional e procura legitimar uma imagem sobre como a instituição deve ser encarada neste compromisso com os leitores e seu público. Um discurso que, para além de uma ética e uma moral da profissão, está atrelado à sua imagem de autoridade, imagem que pretende garantir seu suposto lugar de fala legítimo de narrador dos fatos e

[23] Ainda assim, Gomes (2009, p.11) afirma que não basta ao jornalismo assumir que o discurso produzido por ele é verdadeiro e credível, mas também que sua prática institucional está proferindo tais relatos com base em uma série de técnicas e normas específicas que auxiliam a garantir tal legitimidade. Ao jornalista cabe "empenhar-se por todos os meios para que a verdade do que diz não seja apenas uma convicção subjetiva sua. O jornalismo não se compromete apenas, em outras palavras, a ser honesto e sincero, mas a trabalhar objetiva e metodicamente para afastar do que diz o risco do engano ou do erro.

acontecimentos que ocorrem no mundo. Por isso a importância para estas instituições em assumir papéis, legitimar normas e práticas que o façam ser reconhecidos como portadores de um discurso "profissional", confiável e, logo, mais "verdadeiro" do que os outros.

Uma "pragmática da veracidade" que partilha de um horizonte de expectativa frente a uma verdade que se pretende, pois condicionada ao reconhecimento, à credibilidade e às disputas pela lógica da produção do sentido, ganharia maior alcance se fosse ainda complementada por aquilo que a pesquisadora Tessa Morris-Suzuki (2005) definiu como uma "economia política da veracidade" sobre o discurso das mídias em sua relação com o público. Por mais que a definição da autora esteja mais preocupada em problematizar uma "veracidade histórica" nos discursos das mídias em seus mais variados formatos, acreditamos que seu olhar sobre a questão da verdade possa também nos orientar para pensar o jornalismo em seu processo de legitimação de verdades que se pretendem reconhecidas, pois postas sempre nas arenas argumentativas da justificação.[24]

Problematizar a veracidade enquanto pertencente a uma "economia política" é pensar em um processo de produção de sentido que se dá entre os mais variados agentes e instituições que os produzem e os públicos que os consomem. É pensar que os discursos produzidos sobre determinado acontecimento, sejam eles eminentemente históricos ou não, estão condicionados a uma relação entre estes fatos, seus relatos e representações e a maneira como eles pretendem ser percebidos e reconhecidos. Uma "cadeia de relacionamentos" (Morris-Suzuki, 2005) que, segundo a autora, é fundamental para pensar como os discursos do passado chegam até o presente e como são percebidos como mais "verdadeiros" do que outros.[25] Para nós isso diz respeito diretamente à questão da autenticidade, da credibilidade e da autoridade de discursos que buscam reconhecimento e legitimação, já que não estamos preocupados necessariamente em definir se aquilo que o jornalismo produz é de fato uma versão "correta" ou "verdadeira" sobre os acontecimentos, mas sim *para quê* e *como* pretendem definir e dizer que o são.

---

[24] Morris-Suzki é historiadora e está preocupada em perceber como os textos da mídia carregam eminentemente um potencial histórico em suas narrativas. O que a pesquisadora pretende analisar no livro em questão é o grau de veracidade destas representações históricas produzidas pelas mídias que, obviamente, diferem de uma produção historiográfica tradicional. Daí a importância de se pensar em uma "economia política" de verdades que se pretendem, já que existem níveis, formatos e linguagens diferentes no modo como representamos um determinado acontecimento histórico. Segundo ela, não há na história a produção de uma única e autoritária "verdade" mas, pelo contrário, uma sempre aberta e evolutiva relação de "veracidade histórica" que se dá entre os eventos do passado e as pessoas que produzem sentidos sobre este passado no presente.

[25] Aqui o conceito de "comunidade interpretativa" proposto por Zelizer (1992) e retomado por Leal e Jácome (2013) para pensar o jornalismo enquanto prática e instituição se torna essencial, já que a noção da veracidade que iremos trabalhar só ganha sentido em uma relação que se costura dialogicamente entre atores, seus produtos, intenções e efeitos. Voltaremos a essa discussão mais à frente.

Para que se mantenha sob esta pragmática da veracidade, o jornalismo enquanto instituição precisa ser encarado, portanto, como uma espécie de "sistema perito" (Miguel, 1999) tanto por quem profere os discursos quanto por aqueles que os assumem como verdadeiros. Este conceito apropriado pelo autor ao jornalismo[26] diz respeito a um "sistema de excelência" onde a autenticidade e a legitimidade – do jornalismo, no caso - estaria baseada sobretudo na confiança que seus consumidores depositam nos discursos proferidos pela instituição. Confiança que se daria pois a instituição e os agentes que atuam neste sistema partilham em tese de saberes específicos, competências e técnicas profissionais e especializadas que são fundamentais para organizar e autonomizar a sociedade e a dinâmica da informação. Um sistema perito é alimentado pela crença e, assim como a lógica da veracidade, se dá por um acordo tácito entre a instituição e seu público. É baseado, portanto, na confiança da veracidade das informações, na "justeza" dos relatos noticiados. Envolve assim também a ideia de que se confio em um sistema é porque ele possui credibilidade, ou ao menos atua de maneira correta e "verdadeira".[27]

As estratégias de legitimação e autoridade que perpassam o discurso do jornalismo visam, conforme salientamos, definir uma posição para a instituição, dotando-a de um poder e um saber específico para produzir discursos "credíveis" que possam ser reconhecidos como tal. São estratégias que visam acima de tudo a credibilidade, pois é ela quem dará certo aval para nomear os discursos em seu caráter mais "confiável". Se possuo credibilidade e sou legitimado (mesmo que utilizando incisivamente estratégias de autolegitimação) para proferir tal discurso, possuo, em tese, a autoridade para reproduzi-los, já que fui colocado sob julgamento e encarado como "verdadeiro". É assim que a instituição torna uma suposta crença em algo que passa a ser

[26] Conceito que o autor empresta do sociólogo britânico Anthony Giddens onde em seu livro "As consequências da modernidade" diagnostica que uma das características da sociedade contemporânea naquele momento era a de que vivíamos certo "desencaixe" das relações sociais. Desencaixe que acabava por condicionar nossas relações aos "sistemas peritos", uma espécie de "sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje." (Giddens, 1991, p. 35, apud Miguel, 1999, p. 198)

[27] O que nos faz pensar que existem "forças reguladoras" que atuariam também como aquilo que o autor define de "meta-sistemas peritos" (Miguel, 1999), pois um sistema não está baseado apenas na fé que depositamos em suas práticas, mas nas próprias normas institucionalizadas do que seria um "bom" e um "verdadeiro" jornalismo, como afirmamos logo acima. Este discurso é constantemente proferido e cristalizado pelas narrativas de autolegitimação - sob as quais nos debruçaremos nos dois próximos capítulos - e são fundamentais, a nosso ver, para alimentar a crença de que o jornalismo seria de fato uma prática profissional legítima e dotada de autoridade para proferir seus relatos. No entanto, precisamos estar cientes de que a instituição jornalística, em especial aquela que denominamos aqui de grande imprensa escrita, vem perdendo cada vez mais seu espaço de representação como narrador legítimo dos acontecimentos do mundo, como evidenciamos brevemente na introdução desta tese. Talvez justamente por isso é que tenha se tornado uma prática ainda mais recorrente desta instituição se definir como portadora autorizada de um jornalismo profissional, verdadeiro e confiável. Como que brigando em um descomunal cabo de força, quanto mais o jornalismo vai perdendo a "confiança" de que seja de fato um perito, mais ele busca lutar por reconhecimento e autoridade.

visto como “confiável”, pois aceito como uma verdade justificada. Isso, claro, sempre no nível de sua relação com o outro que o legitima. (Lisboa e Beneti 2015). Problematizar esta verdade que se pretende faz com que, para nós, torne mais importante pensar o jornalismo não necessariamente como uma forma de “conhecimento” mas, acima de tudo, em suas *estratégias de reconhecimento,* pois neste embate discursivo nos preocuparemos mais em pensar como o jornalismo pretende se fazer credível ao partilhar de estratégias comuns junto a seu público.

Um discurso que se pretende verdadeiro - quando “reconhecido” -, sustenta a lógica da veracidade, pois se reconheço deposito nele confiança e legitimidade. Mas é importante aqui pensarmos na esteira de Silvio Waisbord (2006) quando este se questiona a respeito da confiança que o jornalismo possui em um contexto de fragmentação das práticas jornalísticas. Para ele, a questão da confiança relaciona-se muito mais diretamente a certa “expectativa social de desempenho” depositada em uma instituição do que efetivamente em seu desempenho em si. Eu confio porque supostamente acredito, porque depositei, enquanto leitor, certo grau de credibilidade a partir dos efeitos de verdade que um jornal ao longo do tempo buscou legitimar em meu imaginário. Obviamente que um “mau” desempenho pode impactar meu grau de confiança em determinado veículo, mas se acredito que o jornalismo busca responder estas expectativas, eu deposito nele esta confiança e, portanto, acabo por alimentar seu nível de credibilidade, legitimidade e autoridade.

Um jornalismo “credível” precisa, portanto, atender a expectativas. Estas expectativas são criadas pela própria instituição em seus processos de (auto)legitimação, construindo uma imagem particular sobre como pretende ser reconhecida. É como se o jornalismo construísse um espelho e depois o virasse ao seu próprio público para que nele se refletisse. Um espelho que só se quebraria quando o leitor não mais o enxergasse naquela imagem de si. Para percebermos como este processo de credibilidade é construído devemos assim procurar entender que tipo de confiança e credibilidade pretende ser construída nesta relação. Além disso, é preciso definir de que jornalismo estamos falando, pois como alerta o autor, cada projeto e conjuntura demanda uma carga particular de expectativas. Aqui estamos procurando problematizar um tipo de jornalismo que historicamente se consolidou pela legitimação de um ideal “moderno” de instituição, pautando-se no argumento de que fazem um “bom” jornalismo, “profissional”, “independente” e que, ao ser regido por normas e práticas institucionais específicas, estaria de fato construindo um jornalismo efetivamente mais “verdadeiro” e

"confiável". [28] Veremos como isto se inscreveu de forma mais estrita no contexto de nossa análise.

[28] Evidentemente que, como já alertamos em alguns pontos anteriormente, esta imagem institucional construída como uma verdade *do* jornalismo nem sempre condiz às expectativas sob as quais são depositadas. Mais à frente voltaremos a essas discussões para pensar até que ponto as imagens criadas pela instituição são de fato articuladas a uma verdade *no* jornalismo produzida cotidianamente. O próprio Waisboard (2006) acredita que os pressupostos de um modelo "profissional" de jornalismo já não são mais suficientes para garantir a confiança/credibilidade da instituição, o que mais uma vez nos abre possibilidades interpretativas para problematizar a aparente e paradoxal dicotomia que existe entre uma verdade que se pretende e aquela que é articulada na prática, a partir da construção de determinados acontecimentos.

CAPÍTULO 2

PERCURSO DO RECONHECIMENTO: LEGITIMANDO AS CAPACIDADES *DO* JORNALISMO

A tentativa de inserir os jornais no jornalismo se mostrou necessária para definir como iremos direcionar nossa análise a partir de agora. Quando falamos de "jornalismo", falamos de uma instituição particular que historicamente vem se inscrevendo sob uma série de normas e práticas trabalhadas em comum e que, partilhadas constantemente pelos agentes que a constituem, buscam fatias de reconhecimento, legitimidade e autoridade. Delimitamos o jornalismo àquilo que o legitima como uma espécie de modelo hegemônico baseado na notícia, em suas supostas objetividades e na busca pela verdade dos fatos. É um modelo que também o coloca em sua constante defesa dos preceitos democráticos, da liberdade de imprensa e do interesse público e que se constitui como um ideal moderno de instituição que se diz autorizada a defender uma prática "profissional" e, portanto, digna de ser reconhecida como tal.

Não buscamos com isso afirmar que este jornalismo seja de fato o "verdadeiro" jornalismo, no entanto, é geralmente sob estes pressupostos que ele se balizada e onde a legitimidade de seus discursos são constantemente colocados à prova. Daí a importância de pensarmos que, em nossa "história da verdade" *do/no* jornalismo o que entra em jogo não é a verificação destas verdades como numa espécie de "verdadômetro" que mediria seu grau de eficácia e correspondência com o real, mas sim aquilo que definimos como uma "norma pragmática da veracidade" que, condicionada a uma "economia política", está atrelada ao reconhecimento e às estratégias de justificação.

Dito isto, mais uma vez pontuaremos: nossa preocupação central não será discorrer sobre ética e/ou deontologia jornalística e muito menos sobre algo que possa definir este trabalho sob o âmbito da teoria da notícia. Nossa preocupação está relacionada às esferas do reconhecimento e do poder, às narrativas que são construídas com e pelo tempo e que vão sutilmente incrustando fatias de verdade e de autoridade para legitimar suas identidades. É o próprio jornalismo quem circunscreve estas identidades, distinguindo aquilo que o define em sua singularidade. Isto se dá a partir de supostas intencionalidades que visam "efeitos" específicos de verdade e reconhecimento e que são acionados sempre que a instituição pretende (re)afirmar uma posição frente a seu público.

Um modelo como esse é baseado em pactos de confiança, em sistema de crença e credibilidade. Uma verdade *que se pretende* só se legitima enquanto tal se for partilhada e negociada com o outro, se for efetivamente reconhecida em seus jogos de validação discursiva. É por isso que este processo se dá de forma incessante, principalmente quando encaramos um sistema hegemônico de jornalismo que há décadas vem experimentando sinais de uma evidente crise crepuscular (Nerone, 2012). Como um "sistema perito" (Miguel, 1999) que está condicionado às suas experiências e às expectativas que dela se demanda, a instituição trabalha sob a base de uma suposta confiança e, por isso, ancora-se numa crença "verdadeira justificada" (Lisboa e Benetti, 2015), já que a verdade como a colocamos aqui é regida por uma lógica discursiva e pragmática que visa, acima de tudo, *estratégias de reconhecimento.*

Estas estratégias funcionam como uma espécie de "engajamento existencial" (Gomes, 2009) que orientam a instituição, justificando suas ações e hierarquizando valores a serem partilhados e que tentam legitimar uma convicção comum de como deveriam ser enxergados os atores e os processos que dela fazem parte. Seus discursos de autolegitimação são, portanto, fundamentais para orientar um tipo específico de jornalismo, que pretende ser encarado com características particulares e assim definir sua identidade. Precisamos entender, neste sentido, que as instituições cumprem "papéis" para representar a sua própria ordem institucional, criando aquilo que Berger e Luckmman, 2003) definiram como uma "maquinaria de legitimação". É ela que, se bem sucedida, irá estritamente delimitar o seu campo de atuação, garantindo assim um relativo grau de autonomia e autoridade ao campo.

Feita esta inserção dos jornais em uma forma particular de jornalismo e definido que tipo de direcionamento daremos a eles, o que este capítulo irá buscar será uma reflexão teórico-metodológica e contextual sobre o "papel" destes jornais e do próprio jornalismo na sua tentativa de definir-se como agente autorizado em um campo específico de atuação. Antes de analisarmos como os jornais têm pretendido se inscrever por processos de autolegitimação e pelo cotidiano das notícias, precisamos entender como de fato eles inseriram-se sob as bases de uma "moderna" instituição, que denominaremos como aquilo que ainda resta de uma chamada "grande imprensa" no Brasil. Se os atributos de uma instituição estão circunscritos à identidade que estes jornais pretendem construir para si, apenas entendendo sob quais conjunturas se dá o trabalho desta "maquinaria de legitimação" é que poderemos analisar que papéis pretende assumir o jornalismo frente às suas supostas capacidades. Para orientar de forma mais delimitada nosso objeto de análise trilharemos neste capítulo, portanto, os passos iniciais daquilo que vamos chamar de um "percurso do reconhecimento."

2.1. Percurso do reconhecimento: um caminho teórico-metodológico

Falamos tanto dele, mas ainda não deixamos claro o que necessariamente definimos por "reconhecimento" e em que sentido gostaríamos de direcionar nossa análise àquilo que diz respeito diretamente a uma verdade *que se pretende*. Seguimos aqui o percurso traçado por Ricoeur (2006) ao realizar um estudo sobre o próprio estatuto semântico do termo na esfera do campo filosófico. De acordo com o autor, há uma evidente lacuna neste campo de reflexão a ponto de não podermos identificar uma teoria específica do reconhecimento, o que o faz iniciar sua análise no âmbito estritamente lingüístico. Partindo do princípio de que exista uma falta de organização polissêmica do termo, Ricoeur distingue uma série de possibilidades para sua definição: reconhecimento como algo que se re-conhece, que se identifica e/ou se coloca novamente à mente; reconhecimento como percepção de algo que nunca fora visto; reconhecimento como algo que se encara como verdadeiro, pois re-conhecer envolve uma questão de aceitação, valoração e submissão (autoridade); reconhecimento como forma de gratidão, dentre várias outras possibilidades retiradas diretamente de sua estrutura etimológica.

Ao problematizar este amplo leque de definições, o autor intenta deslocar a análise do reconhecimento enquanto verbo ativo ("reconhecer") para o passivo ("ser reconhecido"), uma releitura conceitual que, segundo ele, dá a oportunidade de analisarmos como se constituem as "lutas por reconhecimento", ponto chave no horizonte dos embates travados nas arenas simbólicas da legitimação.[29] Isso faz com que de antemão a questão da identidade seja colocada em jogo, pois a partir deste pressuposto o reconhecimento nada mais seria do que um "pedir para ser reconhecido" enquanto aquilo que afirmo e/ou pretendo ser. Reconhecer se torna um

[29] O tema da "luta por reconhecimento" é apropriado pelo autor das discussões de Axel Honneth (2009), que por sua vez faz uma releitura do conceito anteriormente discutido em Hegel. Mas Honneth (2009) não está preocupado estritamente em entender estas lutas como estratégias para auto-conservação/legitimação de identidades, pressuposto que seria tributário à filosofia social moderna de Maquiavel e Hobbes, por exemplo. O que está em jogo para o autor é discutir um modelo normativo de luta social, onde a questão das lutas pelo reconhecimento mútuo dizem respeito mais diretamente a uma questão moral do que de poder. Para Hegel, o reconhecimento está atrelado a relações éticas e de reconhecimento solidário, que envolvem a liberdade dos cidadãos, individualmente, em uma coletividade. Nesta filosofia, a discussão está muito mais ligada à vinculação social entre os sujeitos e na luta que estes travam para por à prova a integridade de uma "honra" digna de ser reconhecida. A preocupação de nossa tese se dá mais em relação à autoridade que orienta as supostas "intenções" destas relações do que na solidariedade/eticidade que delas se demanda, o que faz com que dialoguemos mais com Ricoeur (2006) neste sentido. Ainda assim Honneth (2009, p. 199) discute também a questão da "estima social" que está por trás destas lutas. Como uma espécie de padrão de reconhecimento, essa estima só seria concebível adequadamente "quando a existência de um horizonte de valores intersubjetivamente partilhados é introduzida como seu pressuposto." Desta forma, o autor não exclui, ao analisar uma "intersubjetividade solidária", as experiências e expectativas que se travam no reconhecer, apesar de que seu foco esteja muito mais ligado aos processos deliberativos das práticas comunicacionais, influência também da orientação direta que teve com Habermas. Por fim, vale frisar que a leitura de Honneth (2009) soaria para nós mais interessante caso fossemos traçar uma análise que envolvesse mais diretamente as mediações e o processo de recepção destas mensagens do jornalismo que se pretendem legítimas e reconhecidas, algo que foge de nossas pretensões nesta tese.

ato que "expressa uma pretensão, um *claim,* de exercer um domínio intelectual sobre o campo das significações, das asserções significativas." (Ricoeur, 2006, p.28) A busca pelo reconhecimento é, portanto, uma reivindicação que demanda expectativas, já que só pode ser satisfeita enquanto "reconhecimento mútuo", seja ele no nível das pretensões utópicas ou do plano político.

Após a delimitação de um terreno, Ricoeur (2006) propõe algumas acepções filosóficas para acompanhá-lo neste percurso e que pode ser resumida, em termos, na seguinte proposição: o reconhecer, como uma identificação de si mesmo, ao buscar ser re-conhecido e se diferenciar dos outros, partilha de uma identidade comum, uma identidade de si que almeja acima de tudo o reconhecimento na relação com o outro. Deslocar o verbo "reconhecer" para o substantivo "reconhecimento" diz respeito, portanto, a uma aspiração que envolve lutas por legitimação. Só serei re-conhecido se distinguido e identificado naquilo que pretendo dizer que sou. Esta inflexão teórica nos soa fundamental, pois não há intenção aqui em perceber se o "reconhecer" do jornalismo é de fato legítimo ou não, mas como, ao definir uma identidade comum, estes jornais "pedem" para ser reconhecidos, como almejam essas esferas de reconhecimento e legitimação junto ao seu público.

Deste percurso não saímos impassíveis. Somos agentes, pois nos reconhecemos como capazes de identificar-nos e distinguir-nos e, por isso, sofremos por imputar no/para o outro o desejo de sermos reconhecidos. É neste sentido que Ricoeur (2006) encara a "passividade" do verbo. A luta pelo reconhecimento não se dá sem o outro, somente me dirigindo a ele é que poderei esperar que aquilo que "pretendo ser" seja encarado como "verdadeiro", ou não. Desta forma, há alguns atributos que precisam ser levados em consideração neste trajeto "reconhecer – ser – re-conhecido": o primeiro seria justamente identificar-se capaz de o ser. Agentes que almejam ser reconhecidos definem para si "capacidades" que o definem como portadores de um "poder de dizer" e/ou "poder fazer". O "homem capaz" segundo Ricoeur (2006) é aquele que diz "eu posso" enquanto conhecedor de suas capacidades legítimas. É um agente que reconhece suas responsabilidades e as julga como pretensamente "verdadeiras", pois definidoras de sua identidade.

O próprio ato de nomear-se já implica em uma tentativa de fazer-se reconhecer. Aqui Ricoeur (2006) está dialogando com a teoria dos atos de fala de John Austin (1962) quando acredita que falar, nomear, imputar responsabilidade a um discurso, seria nada mais do que "fazer as coisas com palavras". Esta concepção pragmática se mostra valiosa, acredita Ricoeur (2006, p. 110), porque amplia a ideia estritamente semântica do valor do enunciado para pensar os "contextos particulares de interlocução" que se dão entre os jogos da enunciação e seus

enunciadores. São atos de discurso que desviam o olhar do "quê" para pensar o "quem" fala em seu processo de auto-designação.

Nomear-se como capacitado de um poder dizer/fazer é distinguir-se como agente autorizado. "Eu posso" diz respeito a um sujeito que age sob supostas intencionalidades e que, ao buscar o reconhecimento, pretende ser reconhecido como causa máxima de um discurso, como numa espécie de "fui eu que fiz". Mas, entre causas e intenções é preciso perceber que o sujeito autorizado diz acima de tudo que "sabe como fazer", já que se definira como capaz para exercer tal função. Ricoeur (2006) afirma que estas nomeações demandam a ideia de uma identidade narrativa própria, como se a identidade pessoal de um sujeito refletisse na própria possibilidade deste poder narrar-se, refletindo no discurso as próprias expectativas imputadas no ato de dizer. É desta forma que um leitor, por exemplo, poderá também reconhecer-se enquanto tal no próprio ato daquele que pede para ser reconhecido.

No que concerne ao poder de nomeação deste homem capaz, nos falta ainda pensar uma questão: a capacidade de imputar e autorizar-se num discurso está relacionada diretamente à responsabilidade daquele que fala. Responsabilidade no sentido de que, se deposito expectativas sobre aquilo que digo, tenho a "obrigação" de defender as supostas "verdades" que delas se demandam. Estas "verdades" são construídas e ressignificadas na base da confiança, da credibilidade e da legitimação em uma sempre conturbada relação com o outro. Assim, podemos inserir a luta pelo reconhecimento em um presente que é simultaneamente comprimido e dilatado entre a memória (um passado como experiência) e a promessa (um futuro como expectativa). É sob esta relação que se dá a manutenção de uma lógica do "reconhecer – ser – re-conhecido": eu me afirmo como capaz de fazer - eu imputo identidades que dizem respeito à minha experiência - eu prometo – eu crio expectativas - eu faço - eu sou reconhecido como autorizado a portar estas "verdades".

Por mais que neste percurso estejamos falando de um "reconhecimento de si", é o si mesmo como outro (Ricoeur, 2014) que aqui entra em jogo, no sentido de que só podemos pensar nas pretensões de sua validação a partir das relações que são imputadas a ele. É por isso que para Ricoeur (2006) a questão do "reconhecimento mútuo" entra em cena. Eu me defino como capaz e autorizado somente porque desejo ser reconhecido. Apenas demandando ao outro a responsabilidade final deste trajeto é que poderei, como sujeito, completar um percurso do reconhecimento. Reconhecimento é atestação, legitimidade *que se pretende* a um outro, já que não basta apenas querer e poder dizer supostas verdades, mas confrontá-las nos jogos de validação discursiva. O "homem capaz" proposto por Ricoeur (2006) é o homem que antes de poder, deseja. Mas se deseja é porque "confia" em suas capacidades, pois o final deste percurso

visa acima de tudo a estima social, o reconhecimento e a consideração. O mais importante no final desta luta se torna, portanto, não o reconhecer no sentido de que "eu reconheço" minha autoridade, mas em autorizar-me a dizer que "sou reconhecido", pois considerado confiável e "verdadeiro".

2.1.1. Reconhecimento como "imagem de si": o jornal e sua voz

Trilharemos por este caminho como um suporte teórico-metodológico essencial para pensar aquilo que definimos como uma ideia de verdade "do" jornalismo, pois estamos preocupados neste primeiro momento em problematizar o "quem fala" do discurso em suas supostas intencionalidades. Neste sentido, buscaremos entender como os jornais pretendem construir uma espécie de "sistema de representação de si" (Benetti e Hagen, 2010) que os atrela a uma voz institucional do que seria o "verdadeiro" jornalismo que praticam e do qual fazem parte. Em um percurso do reconhecimento, o jornalismo, enquanto instituição, articula sua "imagem de si" a partir de características particulares. Normativas e "termos de conveniência" que irão definir capacidades, estratégias de distinção que pretendem lhe fazer reconhecido e o diferenciar de outros agentes e instituições. (Nerone, 2013) Como um "gênero discursivo" particular (Benetti, 2008), o jornalismo só existe nesta relação estabelecida por um "contrato" de comunicação (Charaudeau, 2006) que obriga-nos a pensar o "quem diz e para quem diz" de um texto, sob que pretensões e objetivos, e ancorados sob quais premissas/imagens institucionais.

A imagem de si projetada em um discurso é quem vai reafirmar e legitimar crenças, delimitando assim a condição de identidade dos jornais e do próprio jornalismo como instituição portadora de uma "verdade" digna de ser reconhecida como tal. Mas o contrato de comunicação estabelecido entre os agentes e seus públicos nem sempre se dá de forma proporcional, devido à relação de poder que cada um exerce neste campo. Quando eu "peço" para ser reconhecido estou nada mais do que – em tese – reiterando e reafirmando verdades que acabam por legitimar um "ethos jornalístico" particular. É assim que uma instituição se legitima como "realidade objetiva" (Berger e Luckmann, 2003), mas para tanto é preciso que uma série de atores – tanto os jornais com os próprios jornalistas – reproduzam constantemente esta imagem a partir de um ethos que seria "pré-discursivo" e que delimitaria um sistema específico de auto-representação de si (Benetti; Hagen, 2010).[30]

[30] Como ethos pré-discursivo os autores (Benetti; Hagen, 2010, p. 126) estão definindo aquilo que seria uma "imagem preexistente" daquele que enuncia: "construído histórica e socialmente, é marcado pela ideologia e pode

Esta imagem, é importante frisar, constrói uma representação da instituição e não necessariamente a realidade do fazer jornalístico. Como uma imagem, no entanto, ela é um poderoso instrumento para cristalizar identidades e, consequentemente, legitimar a autoridade do jornalismo. [31] Por isso a importância em delimitarmos a princípio a busca pelo reconhecimento de uma "verdade" *do* jornalismo e como ela procura se inserir no contexto de um jornalismo que se pretende mais "verdadeiro" e "profissional". Antes de se dirigir ao outro num percurso pela busca do reconhecimento este jornalismo se diz "capaz" de fazer e, portanto, nomeia-se a partir de estratégias de auto-referenciação. Estas estratégias delimitam e negociam espaços, reforçam valores, (re)configuram memórias. São fundamentais para definir aquilo que a instituição é e como pretende, acima de tudo, ser identificada.

Discursos como esses podem ser enxergados muitas vezes como um enunciado vertical, de voz única, que se diz capaz e portador de uma narrativa universal, já que são também "estratégias de defesa" (Lopes, 2007). Mas se busco estratégias para respaldar um discurso, obviamente que estou me defendendo de algo ou alguém e, neste sentido, não devo excluir o outro sob o qual o discurso do "eu posso" está implícito dialogicamente. Nesta relação que se pretende sob o jogo das intenções, não posso abandonar do horizonte o pressuposto de que a "imagem de si" do jornalismo não está sozinha, deslocada de texto e contexto. Só sou "si", pois inserido em um contrato que se direciona e projeta-se ao outro (Ricoeur, 2014).

Os discursos de autolegitimação do jornalismo devem ser encarados, portanto, em sua historicidade já que – estamos cientes –, muitas dessas vozes emanam certo ar "essencialista", procurando atuar como "receituários" daquilo que de fato o jornalismo "deveria ser" (Jácome, 2014, p. 56). Estes receituários, segundo o autor, negariam a multiplicidade constituinte do jornalismo, o vinculando a um tipo ideal, portador de um "modo de ser permanente", imutável, que se refletiria nos discursos de uma instituição baseada na isenção, na independência, no profissionalismo, no compromisso com a democracia, etc. Mas, se buscamos aqui entender esse jornalismo *que se pretende,* não devemos negligenciar que é justamente por aquilo que ele se define que procuraremos possíveis brechas interpretativas, deslocando seu lugar de fala às

ser visto como uma moldura onde o sujeito se posiciona para enunciar e agir." Este conceito está atrelado ao contrato de comunicação (Charaudeau,2006a), funcionando como uma condição prévia do discurso que garantiria o reconhecimento da identidade daquele que fala.

[31] A análise dos autores em questão (Benetti; Hagen, 2010), baseada em revistas brasileiras semanais, identificou uma série de competências que buscavam, pela imagem de si, legitimar institucionalmente estas publicações: "defendemos a democracia"; "somos independentes; "somos competentes"; "temos compromisso com o leitor". Estas "capacidades" foram analisadas discursivamente por marcas que não estavam necessariamente inscritas nos textos das revistas, mas também e principalmente fora delas, como nos discursos oficiais presentes nos sites das publicações e em memórias de seus jornalistas, particularidades que também iremos levar em consideração frente à nossa análise.

práticas que serão postas em confronto na segunda parte desta tese.

Partir desse pressuposto não é negar sua historicidade, pelo contrário, é perceber como este jornalismo, ao definir uma identidade da/para a instituição, se conflita com uma realidade que é intrínseca àquilo que se realiza *no* jornalismo. Ou seja: nem sempre o discurso da instituição, que se define como *o* "verdadeiro" jornalismo, se reflete em uma verdade *no* jornalismo. Só cientes de que os discursos *do* jornalismo muitas vezes acabam por congelar deliberadamente sua própria historicidade é que poderemos entender como as suas supostas intencionalidades se instituem e se diluem na prática.

Um percurso do reconhecimento é essencialmente um percurso histórico, por isso a preocupação em definir aquilo que o próprio jornalismo entende por jornalismo em seu exercício de autolegitimação no, com e pelo tempo. Este pressuposto metodológico nos dará pistas para historicizar os próprios valores da instituição, perceber suas particularidades, permanências e rupturas. Quando o jornalismo advoga uma verdade para si, como "a" verdade da instituição, nós devemos perceber os "processos históricos" que demandam estas lutas por reconhecimento e legitimação. Processos que não são estanques e que acabam por atualizar constantemente as garantias de uma "constituição moderna" de sua identidade (Jácome, 2014).[32]

Problematizar as estratégias de legitimação como um processo que "pede" para ser reconhecido demanda, portanto, uma série de pressupostos que não se limitam a um tipo específico de jornalismo, por mais que tentemos encará-lo a partir dos atributos em que ele pretende se definir. Fausto Neto (2008) nos chama a atenção, por exemplo, para como o "campo midiático-jornalístico" está inserido em uma série de práticas que envolvem outros sistemas de funcionamento e organização. As estratégias de legitimidade bem como as práticas utilizadas pelo campo pela busca do reconhecimento estão permeadas por processos que complexificam seu lugar de fala específico. Assim, o "lugar representacional" do jornalismo precisa ser relativizado, uma vez que se torna necessário deslocarmos seu protagonismo e autonomia a outros lugares que não são única e exclusivamente de sua propriedade.

[32] Apesar da preocupação em diagnosticar a historicidade destes processos, Leal e Jácome (2016) estão cientes, por exemplo, de que os discursos institucionais do jornalismo, em suas rupturas e continuidades, se constroem muitas vezes como numa espécie de "mudar para permanecer o mesmo". São discursos de autolegitimação que, ao pretender explicar o processo de modernização da imprensa por ela mesma, acabam por reafirmar os mesmos princípios que, de certa forma, simplificariam a sua historicidade. Como vimos, esta é uma estratégia primordial para fazer com que normas e valores perdurem e ressignifiquem-se constantemente, legitimando assim a realidade objetiva de um processo de institucionalização, o que acaba tornando, em muitos casos, estas relações um tanto quanto complexas e paradoxais.

De acordo com o autor, a midiatização dos processos comunicacionais implicou em uma reconfiguração do próprio discurso do jornalismo, bem como de suas práticas e interações junto ao público. Sua operação técnico-simbólica, a partir de uma série de novos "regimes de contato", passou a demandar outra postura enunciativa e auto-referencial que diz respeito ao "dispositivo" que este carrega, naquilo que o autor define como uma "realidade da construção". Esta realidade encontra-se "afetada" por diferentes campos e, desta forma, acabaria por transformar seu próprio dispositivo representacional. "É na complexidade desta "realidade da construção" que se institui um novo "modelo pedagógico" e mercado discursivo [onde o jornalismo reconfigura] seu status de "lugar observador". (Fausto Neto, 2008, p. 115)

A reconfiguração de um lugar diz respeito diretamente aos modos que o jornalismo utiliza para definir e "edificar" sua autonomia, que se daria também por uma natureza discursiva e auto-referencial entre o dispositivo e seus vínculos. Isto seria possível, ainda segundo o autor, com a produção de uma "auto-reflexividade sobre os "modos de ser" do jornalismo e as práticas dos seus atores" (Fausto Neto, 2008, p. 116), uma enunciação engendrada para descrever a realidade de si a partir de operações discursivas que acabam por desenvolver algo como um "meta-discurso" acerca do jornalismo. [33] São os discurso de si, portanto, que dotam o jornalismo de uma auto-reflexividade própria. Discursos de si a um outro, já que visam a legitimação de uma autonomia e de uma identidade "capaz" de ser reconhecida como tal. O jornalismo enquanto instituição "constrói-se" e para tanto precisa explicitar-se em discurso, intentar-se, criar vínculos e relações.

Daí a importância de pensarmos na questão do "dispositivo" que adequa os sentidos produzidos por um jornal a um suporte específico de enunciação. Aqui a leitura de Mouillaud (2002) sobre os dispositivos soa-nos fundamental, pois o autor acredita que um "dispositivo" não pode ser visto apenas como um suporte técnico que garante visibilidade e projeção aos enunciados, mas como algo que, acima de tudo, os envolve. Eles são matrizes onde os textos se inscrevem, mas onde estes já se encontram também pré-inscritos, pois o funcionamento de um dispositivo demanda a relação de um sentido simbólico que acaba por inscrever um "nome" específico ao jornal. Um dispositivo, portanto, carrega uma carga de experiências e expectativas, já que seus sentidos estão inseridos em um contexto e na história. Ele seria, ainda

[33] Estes "meta-discursos" seriam para o autor nada mais do que estratégias de celebração e consagração do jornalismo, responsáveis por evidenciar uma "realidade da construção", suas dinâmicas de funcionamento, identidade e autonomia. São estratégias "através das quais o campo midiático jornalístico atualiza a sua existência, suas lógicas e as possibilidades de sua permanência como dispositivo estratégico de produção de sentido. Pois esta ação simbólica visa um dizer sobre a "epopéia" dos seus atores, segundo a qual o campo não só faz história, mas chama atenção para como esta história se faz." (Fausto Neto, 2008, p. 116)

segundo o autor, uma espécie de "embalagem" que envolve a dimensão simbólica do produto, como num perfume e seu frasco, onde um está inerentemente relacionado ao outro.

Partindo destes princípios, Leal (2009) acredita que um jornal, inserido em seu dispositivo, possui uma identidade e uma voz própria que vai além das notícias ou de um determinado conjunto de textos. Assim torna-se possível identificar uma "voz discursiva geral" de cada veículo a ponto de podermos defini-los como um "sujeito semiótico" particular.[34] Identificar uma voz diz respeito a um problema teórico-metodológico que busca traçar características e singularidades a um agente discursivo, dotando-o de alguns atributos específicos capazes de garantir sua coesão. Mas como reconhecê-la para além da aparente unidade das notícias? Como relacionar o espaço das notícias inerente à estrutura do jornal com os outros espaços que delimitam seu contorno e contexto? De acordo com autor, somente se compreendermos o jornalismo enquanto um fenômeno social pertencente a um dispositivo que o envolve e dota de sentido é que seremos capazes de identificar a "identidade" da sua voz. Isto se dá também ao percebermos que o discurso das mídias, como já frisamos, é pautado por condições de produção específicas, já que inseridos em um "contrato de comunicação" (Charaudeau, 2006a) entre os agentes da enunciação e seus públicos.

Neste sentido, falamos de um jornal quando o delimitamos e definimos a partir dos códigos que lhe caracterizam. Códigos que não se limitam necessariamente ao discurso, àquilo que se inscreve em texto, mas também às suas implicações políticas e aos sentidos que se configuram histórica e socialmente a partir destas relações. São padrões de referência que funcionam como espécies de matrizes que englobam as práticas em suas mais variadas formas a ponto de podermos identificar um "quem fala" do discurso, aquele que seria o suposto sujeito da enunciação que pede para ser reconhecido em seu nome. Mas se falamos de uma condição de produção do discurso, falamos também de narrativa, que seriam as marcas deste percurso da enunciação. Isso nos faz pensar que aquilo que definimos como uma "voz" característica a determinado jornal está relacionada àquilo que se diz e ao como se conta, para que este possa ser diferenciado dos demais no nível de uma identidade que lhe é própria (Leal, 2009).

[34] A noção do "sujeito semiótico" é oriunda da análise de Eric Landowski (1992) sobre a natureza política dos discursos, onde o autor acredita podermos considerar o jornal como uma "pessoa" moral. "Institucionalmente, a coisa é óbvia: o jornal é uma empresa que, como outra qualquer, age como coletividade dotada de personalidade jurídica, de um estatuto e de uma razão social que garantem sua individuação ante o direito e ante terceiros. Há mais, porém: o jornal precisa possuir também o que se chama uma imagem de marca, que o identifique no plano da comunicação social. Para lá do simples reconhecimento jurídico, isso implica que uma entidade figurativamente reconhecível tome corpo detrás do seu título: é preciso que o jornal se afirme socialmente como um sujeito semiótico. [desta forma, é possível identificar que] cada jornal tem seu estilo, um tom, um "perfil" que o define e que, por vias cuja análise está apenas esboçada, dele fazem uma *figura social* capaz de cristalizar duradouramente atitudes de atração ou repulsão." (Landowski, 1992, p, 118)

Se em um percurso do reconhecimento, que vai do “reconhecer” ao “ser re-conhecido” eu preciso ser identificado, só poderia o ser, obviamente se me imbuir de características que me definam como tal. Isso é demandar expectativas a partir de uma experiência, é lidar com uma suposta credibilidade, legitimidade e autoridade que constitui todo dizer em sua prática cotidiana. Estas marcas, acredita ainda Leal (2009), distinguem o jornal em seu nome da mera notícia. Enquanto a notícia precisa do novo e da constante retroalimentação, o jornal necessita da repetição, seja ela no nível do “visível” (como ele é apresentado gráfica e estruturalmente, por exemplo) quanto no da “coerência” de seu posicionamento. Estes atributos são construídos historicamente e pretendem legitimar “capacidades” que o façam ser, portanto, reconhecidos junto a uma determinada fatia de leitores.

O nome do jornal cria “vínculos”, fundamentais para que sejam postas as lutas por reconhecimento. Um jornal, seus textos, aquilo que ele diz e naquilo sob o qual ele se define são constituintes de um tipo específico de fazer/dizer que seria “do” jornalismo e que lhe garantem especificidade. Ainda assim, estaríamos tratando de dois tipos diferentes de dispositivos, aquele “do” jornalismo (o jornal propriamente dito) e outro inscrito “no” jornalismo (como forma de notícia). É por isso que precisamos buscar o que foge da suposta “familiaridade” de uma voz que se repete, o que só será possível em uma análise que pretenda ir além da notícia. Aquilo que se constrói cotidianamente “no” jornalismo não está desvinculado de um dispositivo maior que o envolve e que engloba o que o jornal e o próprio jornalismo diz ser e representar. Uma possível “voz geral” do jornalismo só pode ser identificada nesta imbricada e nem sempre aparente relação, que por vezes acaba se naturalizando no discurso. (Leal, 2009)

Buscar a identidade de um jornal exige ainda, como nos alertam Leal e Carvalho (2014), estar atento a algumas sutilezas que nos distanciem de “essencializações” típicas aos estudos que pretendem, por exemplo, definir um periódico por sua inequívoca política editorial e/ou por critérios de noticiabilidade e agendamento. Um jornal carrega consigo uma “identidade cindida” baseada na pluralidade de vozes, em diferentes estruturas narrativas e estéticas, bem como por clivagens ideológicas das mais diversas, pois há fissuras que se abrem na aparente regularidade sob a qual o jornal se apresenta. Um mesmo acontecimento, como no caso em que para nós será caro na segunda parte desta tese, geralmente é apresentado pelo jornal sob uma série de abordagens, muitas vezes divergentes entre si. É como se, acreditam os autores, um jornal fosse uma espécie de “condomínio”, onde em seu interior conviveriam outros “jornais” identificados por seus colunistas e cadernos em que seria possível perceber certas idiossincrasias que “ora reverberam as políticas editoriais do jornal, ora adotam caminhos cuja

autonomia parece apontar para uma outra publicação." (Leal e Carvalho, 2014, p. 151)

Toda essa reflexão sobre o caráter conflituoso que envolve os dispositivos e suas vozes está ligada diretamente a um posicionamento sobre como situar a questão da auto-referenciação do jornalismo em relação às suas identidades e às verdades que se pretendem legítimas. Quando um jornal se define capaz de assumir determinada postura, sugerindo certa "coerência editorial", precisamos estar cientes de que esta aparente unidade se constrói de forma fluída e até contraditória. (Leal e Carvalho, 2014) Isso não apenas porque um jornal deve ser enxergado em sua potência plural, mostrando-se vários, mas porque precisam ser vistos, acima de tudo, em sua historicidade, constituída no e pelo tempo. Os jornais carregam uma voz que se espalha, ramifica e ecoa, umas mais ressonantes do que outras. Buscar aproximar-se de uma coerência neste emaranhado de intenções e identificar uma "voz geral" àquele que fala e se pretende só é possível se estivermos cientes das transformações e reconfigurações históricas sob a qual estes jornais estão condicionados (Leal, 2009)

Não devemos compactuar, portanto, com uma noção de identidade que encare estes processos como uma forma imutável e a-histórica. A constituição de uma voz sob a qual um jornal se define se dá entre continuidades e rupturas que muitas vezes são silenciadas pelas narrativas de autolegitimação institucional, inerentes a uma verdade que o jornalismo pretende definir como pertencente a si. Este percurso não se dá como numa rua de mão única e é por isso que buscaremos contrapor aquilo que o jornalismo pretende, sob uma suposta voz geral, às intermitentes narrativas que se constituem *no* jornalismo, nem sempre possíveis de serem percebidas em sua aparente unidade. A passagem de um reconhecer-se em si enquanto voz para uma pretensão do ser-reconhecido não pode ser diagnosticado como que por sua ocasionalidade. Se, como afirma Leal (2009, p. 121), uma voz implica necessariamente um lugar discursivo marcado social e ideologicamente, precisamos refletir sobre "que lugar é esse que o veículo propõe a si, com quem ele fala e por quê. [...] a voz do veículo, menos que sobre temas ou assuntos específicos – como na notícia – parece surgir, revelando-o como sujeito em comunicação."

2.2. Os jornais e seu jornalismo: historicizando um percurso

Como sujeitos *em comunicação* os jornais estão inseridos no jornalismo e em sua história e com ela e os agentes que a constituem se estabelece uma relação que se dá pela constante negociação. Um sujeito *em comunicação* é aquele que atua dialogicamente, circunscrito em um contexto específico de enunciação e condicionado à sua historicidade. Falar

de um jornalismo que se pretende, que se nomeia capaz de legitimar uma verdade sobre e para si é, desta forma, falar de um jornalismo instituído historicamente e dotado de intencionalidades.

Definir de forma clara essa discussão se tornou fundamental para delimitar melhor nosso percurso. Quando falamos de uma "imagem de si" dos jornais e de seu jornalismo, queremos pensar que suas "vozes" não estão sozinhas, deslocadas de texto e contexto. Uma análise como essa demanda um olhar mais estrito às suas conjunturas, o que exige cautela. Como olhar uma voz que se faz imagem, uma voz que se pretende única, definidora de si, mas que se encontra multifacetada em discurso? Como olhar uma voz ressonante, que pretende se mostrar como verdadeira e autorizada, na sempre conturbada relação com o outro? Para nos aproximarmos destas questões, vamos problematizar primeiramente como o jornalismo enquanto instituição no Brasil buscou inserir-se em uma lógica que o definia como "capaz", dotando-o de atributos que o inscreviam como mais "verdadeiro" do que os outros, delimitando assim uma imagem específica a seu lugar de fala.

Apenas cientes disso que é poderemos analisar os jornais e suas estratégias de auto-referenciação, ao pensar como suas imagens foram refletidas e respaldadas por uma série de outros agentes que acabaram por legitimar uma identidade comum àquilo que eles dizem pertencer a si. A proposta aqui será iniciar, portanto, a historicização de um percurso do reconhecimento que procurou inscrever no tempo uma espécie de "modernidade" da e para a instituição. Faremos isso para depois analisar pontualmente jornais que se identificam como dois dos mais reconhecidos representantes do jornalismo "profissional" e daquilo que definimos como uma "grande imprensa" escrita no Brasil a partir da segunda metade do século XX.

Mas por mais que tracemos um percurso pautado muitas vezes pelas narrativas construídas pela própria instituição, não há a intenção de fazer aqui uma história estrita do jornalismo e destes jornais, buscando suas causas e origens. Já deixamos claro que estamos falando de um tipo particular de jornalismo, aquele que se define enquanto prática "profissional", "independente", considerado mais "verdadeiro", pois circunscrito sob um ideal "moderno" de instituição. Desta forma, nossa preocupação será justamente perceber o "papel" destes jornais a partir de um contexto específico e bem delimitado historicamente. Ainda assim, acreditamos que seja importante, primeiramente, situarmos os jornais neste percurso.

Análises clássicas da história da imprensa no Brasil como as de Sodré (1999), por exemplo, fazem uma relação direta entre o surgimento dos jornais com o desenvolvimento da sociedade capitalista no país, eles seriam a própria história de seu desenvolvimento, afirma o autor. Neste sentido, nossa imprensa, que chegara de forma tardia, apenas oficialmente em 1808

com a vinda da corte real ao Rio de Janeiro, viu florescer uma fase de "turbulenta adolescência" até meados do século XIX. Este era um jornalismo que, de acordo com outra análise canônica em nossa história da imprensa, surgira "sob o signo do oficialismo e com atraso de três séculos" (Bahia, 1990, p.9) e fora marcado por uma forte característica panfletária, já que se envolvera diretamente nas lutas e negociações de um país ainda em processo de maturidade política. Entrar no jogo político de forma incisiva foi o que garantiu um primeiro grau de reconhecimento a uma instituição também em fase de maturação (Ribeiro, 2004), que praticava neste período um jornalismo tido como "não profissional", pois apaixonado, polêmico e efêmero.

Mesmo sem nos preocuparmos de fato com a busca de uma gênese do jornalismo no Brasil[35], para nós é importante pensar como estas análises consideram que só se tornou possível falar de uma "grande imprensa" brasileira a partir do momento em que estes jornais foram deixando de atuar estritamente no âmbito do confronto e da manutenção do jogo político para inserirem-se de forma mais comprometida na venda da informação como mercadoria. Falar em mercadoria é falar também na ampliação de um público para consumi-la, capaz de inserir o jornalismo cada vez mais no cotidiano das cidades, o que não necessariamente o desvincularia do campo político, mas ampliava a noção de política para o espaço das notícias. (Ribeiro, 2004). Como vimos, esta é uma análise que entrelaça muito a ideia da institucionalização do jornalismo brasileiro a um cânone ocidental - norte-americano em especial – e àquilo que seria a entrada de sua fase "moderna". Moderno, neste sentido, seria um jornalismo aparentemente livre das amarras políticas e de discursos apaixonados, pois começando a ser regido por lógicas de caráter mais empresarial.

De acordo com estas leituras é na virada do século XIX para o XX, portanto, que começa a se esboçar no Brasil o ideal de um "moderno" jornalismo. Ainda que carecendo de métodos e técnicas específicas que delimitassem estritamente um campo próprio de atuação, a grande imprensa no país havia "conquistado seu lugar" neste período, de acordo com Sodré (1999). Já para Bahia (1990), esta seria uma "fase de consolidação", mas que estaria marcada, acima de tudo, por um tempo de "aventura industrial". Começava-se a se perceber um maior "rigor" e "sofisticação" no trabalho dos jornais e uma visível concorrência por "prestígio", mas estes apenas tateavam esferas de reconhecimento, visto que a imagem de jornais como empresas fortemente institucionalizadas ainda não se tornara uma realidade palpável.[36]

[35] Para mais sobre uma "gênese" dos jornais e do jornalismo no Brasil, consultar, além das obras já citadas, Melo (2003) e Molina (2015).

[36] No entanto, vale lembrar, apenas a título de exemplificação, que nesta fase já havia alguns nomes de jornais aparentemente consolidados no mercado brasileiro, como é o caso do *Jornal do Commercio* (1827-2016), *O Estado*

Isso também porque não havia de fato uma atividade profissional regulamentada no Brasil. O próprio país buscava se organizar enquanto nação, recém proclamada a sua República e, neste ponto, Sodré (1999) acredita que havia certa disparidade entre uma imprensa que pretendia se definir sob modernas bases capitalistas e um Estado que se construía sob estruturas arcaicas, delimitadas muito mais pelos ditames do poder e por bases identificadas como de um "pré-capitalismo tradicional." Assim, por mais que se pretendesse moderno, este jornalismo ainda era "acomodado" na esfera do político, pois não havia como a notícia, enquanto mercadoria, fugir do fato político enquanto tal. O fato político, ressalta Sodré (1999), não seria necessariamente "a" política, mas os fatos que dizem respeito "aos" políticos, ao problema do poder. Por isso o jornalismo ainda manter-se carregado de um discurso personalista, em torno de atos individuais e na necessidade de "endeusar ou destruir" os protagonistas e seus fatos. Disso resultava seu caráter ambivalente, que caminhava entre o "servilismo" e a "virulência" ao mesmo tempo em que buscava se inserir, como empresa, no capital comercial.[37]

Contextos como este nos mostram como não podemos enxergar um processo de "modernização" como algo que tenha ocorrido de forma unânime e unilateral. Pensar um cenário que se diz em transformação na e pela história só se torna possível quando a encaramos como um sistema que envolve os dispositivos e seus agentes em suas particularidades. É pensar que uma história enquanto sistema *em* comunicação só pode ser diagnosticada se colocarmos sob perspectiva uma história "do" e "no" jornalismo (Barbosa, 2012b), percursos que pretendemos percorrer separadamente, mas colocando-os em relação.

É neste limiar de um jornalismo dito moderno, mas ainda carecendo de atributos que o definiam como tal, que fora publicado um dos grandes manifestos republicanos em defesa da imprensa livre e de um jornalismo que se queria mais "verdadeiro" no Brasil. "A imprensa e o dever da verdade", texto preparado previamente para uma conferência de Rui Barbosa na Bahia, no início de 1920, mostra bem como uma ideia particular de jornalismo era posta em cena naquele período de "consolidação" de uma prática profissional. Rui Barbosa (1990), considerado um dos "pais fundadores" da República, jurista e jornalista que lutara em prol das liberdades individuais, acreditava que a imprensa, especialmente naquele momento, deveria ser

de São Paulo (1875), *Jornal do Brasil* (1891-2010), além do *Correio da Manhã* (1901-1974), para citarmos apenas alguns dos grandes nomes que perduraram, com exceção do *Correio da Manhã*, ao longo de todo o século XX.

[37] É evidente que o fato político jamais se afastou da grande imprensa e do jornalismo como um todo. Isso mostra como é complicado pensar em um tipo ideal que possa definir de forma precisa o que seria o jornalismo "moderno", objetivo e, aparentemente, plural e apartidário. É preciso ter em mente que não estamos "comprando" estas narrativas ou tentando as naturalizar para que nossa história possa ser contada de forma mais convincente. Pelo contrário, o que buscamos é perceber como elas se contam e como os jornais procuram se apropriar delas para que possamos mais à frente contrapô-las com mais propriedade.

encarada não apenas como a "vista" da nação, mas como um órgão que participa de todas as suas funções vitais.

Seguindo esta analogia, o jurista afirmava que a imprensa atuaria como um grande oxigenador da nação, como "necessidade absoluta de toda célula viva", condição essencial para o seu funcionamento. Eliminá-la ou "envenená-la" seria como que obstruir as suas vias democráticas e, de acordo com Rui Barbosa, era este o panorama que preocupava uma imprensa que na época se encontrava "contaminada" politicamente, onde se via "a compra de jornais pelo governo, ou o derrame, pelo governo, de liberalidades pecuniárias entre os jornais." (Barbosa, 1990, p. 28)

De forma incisiva, o texto afirmava ainda que, sob o signo da "subvenção", governos assalariavam jornais, uma lepra que estaria "grassando" o jornalismo brasileiro. Seu manifesto era justamente uma reação ao "culto da mentira" que se espalhava nas instituições e que só poderia ser salvo pela "religião da verdade". [38] Como um dever que dotaria o homem público de dignidade, a verdade estava tendo seu papel invertido tanto na política quanto nas tribunas e jornais que, ao invés de se conduzirem sob estes princípios, teriam como premissa, segundo ele, apenas "mentira, rementira e arquimentira." (Barbosa, 1990. p. 43). Aqueles que vendiam a imprensa ao poder executavam descaradamente uma "falsificação em aberta orgia", o que tornava os jornais nada mais do que "armazéns", "fábricas" e "teares" da mentira:

> onde noite e dia se urdem e tramam, se recamam e bordam, se estampam e marcam, se negociam e retalham, se expedem e distribuem à circulação da mais baixa curiosidade perfídias, vilanias, escândalos, horrores, tudo, em suma todo quanto possa alimentar a indústria da falsidade, o comércio da intriga, a desprezível arte da vilipendiação, o ministério professo de adulteração da verdade. (Barbosa, 1990, p. 45)

A crítica mais contundente de Rui Barbosa era atribuída mais diretamente ao jornalismo, enquanto uma instituição corrompida, do que aos jornalistas em si. É à imprensa que caberia o "dever da verdade", algo que só se tornaria possível se esta se emancipasse definitivamente das cercanias do poder. Portanto, por mais que análises como as de Sodré (1999, p. 355) afirmem que neste período o jornalismo brasileiro tenha passado por um "acabamento de sua fase industrial, relegando ao esquecimento a fase artesanal", ou que seria no período do pós-guerra - momento contemporâneo ao texto de Rui Barbosa, vale frisar-, que os jornais passaram a se

[38] Para isso, Rui Barbosa se espelhava no exemplo norte-americano. Mesmo afirmando que não tinha a convicção de que o Brasil "viesse a ser o símio, o servo, ou a sombra dos Estados Unidos", acreditava na importância de seu papel na "evolução" contemporânea, já que sua "incomparável democracia" agia de fato num combate explícito e incisivo aos supostos deslizes e corrupções sob as qual toda e qualquer democracia poderia passar. (Barbosa, 1990, p. 38)

identificar nitidamente como empresas e não mais como meros "empreendimentos individuais", devemos sempre nos atentar às singularidades que emanam de cada conjuntura.

Em sua análise sobre a imprensa carioca dos anos 1920, Marialva Barbosa (2007) identifica que havia de fato uma distinção, - pelo menos na memória dos jornalistas que lembravam o período, - entre uma imprensa que era subsidiada oficialmente pelo governo e aquela que forjava uma auto-identificação em virtude de sua aparente independência política. Era um momento de ainda grande instabilidade, mas também de muita efervescência, onde a autora diagnostica, apenas na cidade do Rio, o surgimento de mais de 800 jornais. Destes, afirmava: apenas uma dezena chegou a atravessar a década. Muitos jornais possuíam caráter provisório, frágeis e dependentes, apareciam em campanhas eleitorais e morriam logo em seguida. Daí talvez a importância, para uma imprensa que se queria mais profissional e independente, frisar sua autonomia e descomprometimento com a política. Sodré (1999) pontua, inclusive, que é justamente neste contexto que vão surgir importantes e duradouros empreendimentos da chamada "grande imprensa", como é o caso da então *Folha da Noite*, em 1921. Já para Bahia (1990) a década de 1920 deve ser encarada pela sua importância ao "jornalismo moderno" do país já que, afirmava à época citando a *Folha* e *O Globo*, dois dos principais jornais desta "grande imprensa" ainda em circulação pertencem ao período.

Neste sentido, é interessante perceber, por exemplo, como estes jornais se apresentaram a público quando seus empreendimentos foram fundados. Na primeira edição da *Folha da Noite*, publicada em 19 de fevereiro de 1921, o jornal afirmava que seu programa era baseado em um jornalismo "incoerente" já que buscava alcançar o – sempre incerto e inconstante – interesse público. Praticar a "incoerência" seria, desta forma, caminhar junto ao povo, seu leitorado, de forma mutável e de acordo com as conjunturas. Esse seria um jornalismo que a própria *Folha* chamava de "oportunista", baseado na "vontade de acertar", mas levando em conta a "fallibilidade humana": "Outros, querem ver nisso irresolução, versatilidade, incoherencia. Seja como fôr, não abriremos mão de um direito que nos cabe. Sempre ao lado do povo, ou melhor, da nossa Patria; opportunismo - eis o nosso programma." [39]

Já *O Globo* publicava, em 29 de julho de 1925, um texto de autoria de seu fundador, Irineu Marinho, explicando que o aparecimento do jornal se dera na tentativa de "consagrar-se" em uma batalha já travada há mais de duas décadas em defesa das "causas populares".[40] Defesa

[39] O NOSSO PROGRAMMA. *Folha da Noite*, anno I, n. I, p. 1, 19 de fevereiro de 1921.

[40] Antes de fundar *O Globo*, Irineu Marinho já havia passado por uma série de jornais cariocas, além de ter sido um dos criadores e acionistas do jornal *A Noite*, publicado no Rio de Janeiro desde 1911. Este jornal, que Marinho permaneceu até 1925, fora inclusive um dos grandes apoiadores da campanha de Rui Barbosa à presidência da República, em 1919. Situação parecida ocorreu com a *Folha da Noite*, criada por jornalistas recém saídos de *O*

que lhes tinha propiciado "apreciaveis compensações materiaes", mas que os enchia, acima de tudo, de enorme "satisfação moral". Este trabalho, de acordo com Marinho, dava a oportunidade para a empresa ser fundada sem a intervenção de outros agentes e/ou investidores que não seus próprios recursos. Era um "penhor de sinceridade" dado aos leitores, mas também a "garantia da independência com que vamos agir, independência tão ampla quanto o permitam as possibilidades humanas" e que autorizava o jornal a proclamar, "desde já" que não teria quaisquer

> afinidades com governos, [...] não encerra interesses conjugados com os de qualquer empreza, não está integrado a grupos capitalistas, [...] não existirá senão como uma força posta incondicionalmente ao serviço dos interesses geraes, conscios todos nós, os que nesta casa vamos trabalhar, das responsabilidades decorrentes da attitude que assumimos, mas muito confiantes em que o nosso esforço será bem julgado e poderá concorrer, é óbvio que modestamente, para o futuro esplendido a que a nossa Patria tem direito. [41]

Pelo tom destas vozes podemos perceber que, obviamente, ambos os jornais já surgem com intenções colocadas ao nível do reconhecimento.[42] No caso de *O Globo*, em especial, é mais visível a tentativa de explicitar um percurso que já estava sendo traçado e que se pautava por experiências e expectativas. Ambos os jornais imputam para si capacidades que, conforme vimos, é a base de todo percurso que busca legitimidade no "ser-reconhecido". Mas esta capacidade diz respeito a uma imagem que se constrói no e para o outro, uma razão de ser pautada na defesa de seu público mesmo que com isso, como afirmou a *Folha*, seu jornal pudesse soar "oportunista" ou "incoerente". Não há de fato incoerência ou oportunismo quando imputo ao outro a responsabilidade da minha voz. O que estes jornais pedem é apenas que sejam reconhecidos por uma imagem que se pretende verdadeira e autorizada, visto que atuariam de forma aparentemente autônoma, independente e profissional.

Ao definirem-se como jornais que estariam preocupados com a informação e seu público, acima de tudo, estas empresas se inseriam nas lutas pelo reconhecimento de uma identidade que, por ser nova e ainda "desconhecida", precisava imputar-se de capacidades e ser

---

Estado de S. Paulo e que buscavam oportunidades em um novo negócio capitaneado pelo próprio Júlio Mesquita Filho, fundador do *Estado.*

[41] MARINHO, Irineu. Écos. *O Globo*, anno I, n. 1, p.2, 29 de julho de 1925.

[42] Nas edições seguintes, por exemplo, podemos perceber como isso pretende ser construído, quando ambos os jornais agradecem e noticiam o reconhecimento dado pelo público às recentes inaugurações. A *Folha* publicou em sua capa do dia 21 de fevereiro de 1921 (o jornal não circulara no dia 20, por problemas com a distribuição) que seu primeiro número havia esgotado "rápida e prontamente", o que seria reflexo da "melhor das aprovações" e do "mais valioso apoio moral" dado por seus leitores. Já de acordo com a edição de 30 de julho de 1925 de *O Globo*, que publicara uma nota com foto em sua capa, uma "multidão aglomerada" esperava "ansiosamente" a primeira edição do jornal, chegando a praticamente invadir as oficinas na "ânsia" de ler o exemplar.

identificada como tal.[43] Era uma definição que os inseria em um "outro" tipo de jornalismo, por mais que muitas vezes estes discursos ressoassem apenas numa voz que se inseria na sua própria autolegitimação.[44]

Não seria esta a base de um "discurso fundador" que legitima aquilo definimos como a instituição de um jornalismo "moderno"? Identificar-se como "oportunista", ou "desinteressado" com qualquer tipo de relação político-ideológica não seria firmar um ideal de jornal-mercadoria atrelado às lógicas que respondem a nada mais do que a um mercado consumidor? É evidente que há uma pretensão por parte dos jornais em se portar como articuladores de um tipo específico de fazer jornalístico. Mas, em seus presentes, o que parece mais claro é a tentativa de construir um discurso que intenta distinção e reconhecimento, e não necessariamente legitimar um ideal de "modernidade", discurso este que, conforme veremos, se construiu na e pela posteridade.

O que estas empresas pretendem frisar é a ideia de que fazem "jornalismo", não mais panfleto e/ou tribuna política. Um jornalismo que se preocupa única e exclusivamente com o povo, seu público, com as "causas geraes" e que deve, portanto, trabalhar de forma independente e autônoma. Mas, mais uma vez, devemos estar atentos, neste percurso de historicização, às circunstancias que demandam de cada contexto. Por mais que se caracterizem como tal, ainda é difícil perceber aqui a relativa autonomia de um campo de atuação, nos moldes daquilo que a própria instituição vêm a caracterizar como um jornalismo tido como mais "profissional".

Conforme afirma Taschner (1992), por exemplo, a emergência da *Folha* se dera, naquele momento, sob os preceitos de uma "mercadoria envergonhada", característica de um jornalismo ainda em transição, que tentava disfarçar a lógica máxima que nortearia a imprensa-empresa a

[43] É o que fez *O Globo* ao publicar, na edição do dia 31 de julho de 1925, dois dias após sua inauguração, uma sessão com as "demonstrações de carinho" recebidas por diversos de seus "colegas". O jornal *A Notícia*, por exemplo, parabenizava o "completo" e "absoluto" "sucesso jornalístico" que tinha conquistado *O Globo* com o "triumpho ruidoso" de seu "brilhante aparecimento". Capitaneado pelo "ilustre jornalista" Irineu Marinho, *O Globo* "podia estar certo da victoria que o esperava. O povo há muito já se habituou a encontrar no director do novo collega o mesmo intemerato defensor dos seus interesses e de suas aspirações [...] O Globo tinha, pois, de vencer, infallivelmente." (Como Nasceu O Globo, *O Globo*, anno I, n. 3, p.6, 31 de julho de 1925.) Apesar de *A Notícia* imputar a Irineu Marinho todas as qualidades do empreendimento, o "colega" na verdade não era ele, mas seu próprio jornal. A completa adjetivação das qualidades atribuídas por um "colega" a outro evidenciam assim o forte tom personalistas que ainda predominava no jornalismo daquele período. Além disso, ao imputar para si a opinião de um outro, *O Globo* acabava por legitimar sua própria identidade sem precisar necessariamente se manifestar. Mostrava-se capaz e, acima de tudo, reconhecido.

[44] Barbosa (2007, p. 97) vai afirmar, por exemplo, que, por mais que *O Globo* e a memória de seus jornalistas buscassem legitimar determinada identidade "moderna" ao periódico, "nada na primeira página do jornal de 29 de julho de 1925 parece evidenciar a intenção de ser um jornal isento e voltado para os temas da cidade."

partir de então: o lucro.[45] Por mais que esta fase seja caracterizada por alguns autores como um momento de "consolidação" da chamada grande imprensa, não podemos atribuir a estas emergentes empresas seu papel de "modernas". Aqui ainda predominava, mais do que o "profissionalismo", ares de uma "aventura industrial" típica de homens que, antes de jornalistas, antes de assumir-se em uma profissão, diziam-se capazes de enxergar "oportunidades" e gerir seus negócios.[46]

Há aqui, portanto, o embrião daquilo que seria considerado como uma fase moderna do jornalismo brasileiro, ainda em seu momento artesanal, que tateava possibilidades e as conquistava gradativa e conflituosamente. Estes jornais nasciam de fato como empresas, portavam-se como vendedores de um jornalismo mercadoria, baseado na notícia e emancipado dos embates políticos, mesmo que apenas em tese. Mas era uma mercadoria "envergonhada", travestida de uma responsabilidade pública que, na verdade, vai caminhar com estes jornais ao longo de todo seu processo de modernização, como sua verdadeira razão de ser.

É tênue demais a linha que separa neste momento um jornalismo empresarial, dito mais profissional e que se pretendia moderno, dos meros empreendimentos individuais, marcados por suas "aventuras isoladas", como definira Sodré (1999). As *Folhas* e *O Globo* são fruto e agentes desta conjuntura, onde os jornalistas – "profissionais" ou não – buscavam se aventurar em um mercado em expansão e lutar por reconhecimento. Dito isto, é importante frisar mais uma vez que não devemos naturalizar os discursos de auto-referenciação produzidos e rememorados com intuito de legitimar as identidades destes jornais. Seus contextos são estritos e delimitados historicamente e, portanto, devem ser visto como estratégias de autoridade, na busca por uma "verdade" que se pretende reconhecida no e pelo tempo.

---

[45] Logo na primeira edição do jornal há a publicação de um anúncio institucional de assinaturas, afirmando que, dado seu preço "excessivamente módico", "ninguém dirá que esta folha é publicada com ideia de lucro." (*Folha da Noite*, anno I, n. I, p. 8, 19 de fevereiro de 1921). Esta postura foi interpretada por Mota e Capelato (1981) como um "disfarce desajeitado" do emergente empreendimento. Além disso, acreditamos que de certa forma também evidenciava a estruturação de uma empresa que pretendia fazer reconhecido seu comprometimento, ao vender, logo na primeira edição, pacotes de assinaturas anuais a seu leitorado. Como vimos acima, *O Globo* também enfatizou que seus interesses não estavam atrelados a qualquer tipo de empresa ou grupo econômico, mesmo deixando claro que esta atividade trazia a seus dirigentes "apreciaveis compensações materiaes". Isso demonstrava uma clara tentativa de aproximar o jornalismo a um empreendimento que se relacionava cada vez mais ao outro, a um público leitor que sustentaria sua identidade, garantindo assim a ressonância de sua voz.

[46] Ainda assim, esta "aventura" vai moldando a estrutura empresarial destes jornais. Em 1º de julho de 1925, menos de 5 anos após a fundação da *Folha da Noite,* é criado o jornal *Folha da Manhã*. De acordo com editorial, publicado na capa de sua edição de estreia, já era um dos objetivos inicias da empresa abranger uma diversidade maior de produtos, sendo que o novo jornal refletiria o mesmo pensamento de seu companheiro noturno, surgindo apenas como forma de ampliar sua abrangência: "a sua orientação será, portanto, a mesma. O factor único de todos os nossos empreendimentos tem sido o favor do público. Nem nós de outro precisamos, nem outro desejaremos nunca. Que não nos falte ele desta vez, e a "Folha da Manhã" com ele se fará, como, tão somente com ele, se fez a Folha da Noite." (*Folha da Manhã*, ano I, n. 1, p.1, 1º de julho de 1925)

Neste sentido, a emergência destes jornais está ligada àquilo que poderíamos definir como um jornalismo ainda "pré-moderno" e que foi se inscrevendo no tempo como uma espécie de "passado mítico" de uma instituição que se estabelecia (Barbosa, 2007). Passado que, nos sucessivos presentes rememorados por jornalistas pertencentes à instituição, procurava circunscrever uma história que definia aquele como um momento de "sacrifício e missão". Antes de uma profissão, esse jornalismo era, portanto, "vocação" e "amor". Sob estas bases que os empreendimentos eram idealizados e construídos, por mais que supostamente regidos por uma lógica empresarial e "distanciada", já que pensando cada vez mais na notícia como relato objetivo dos fatos.

Barbosa (2007) está aqui falando de rastros memoriais, lembranças que, em um futuro do passado, marcam no presente um lugar de pertencimento, uma idealização do que era o jornalismo naquele momento.[47] É ela, a memória, quem fornece os elementos para que os jornalistas, como grupo, definam particularidades dentro de uma história, buscando legitimar características que identifiquem seus agentes como "visionários", pessoas "além de seu tempo" e que seriam fundamentais para distinguir uma identidade própria à instituição. Identificar como se dá esta "construção mitológica" dos tempos idos é fundamental também para contrapormos os lugares de fala de um jornalismo que se ressignifica no tempo, pelas utilizações seletivas da memória e do esquecimento.

Para aqueles que rememoravam um passado mítico, este era o "verdadeiro" jornalismo, tempos áureos que não voltam mais. O tempo de um jornalismo feito com paixão e, portanto, que ainda estava livre das amarras de um ideal moderno que "profissionalizava" a prática jornalística, no sentido de que a colocava sob lógicas estritas do que poderia ou não ser feito. Já para aqueles que "faziam" o jornalismo no seu tempo, a "verdadeira" profissão era aquela que, por mais que feita com vontade e comprometimento, visava sempre um bem comum, o povo, seu público e, para isso, não deveria estar contaminado por ideologias ou "paixões" que pudessem de certa forma desvirtuar sua prática.

Há, portanto, um jornalismo sob o qual *se diz*, posto em discursos institucionais, de auto-referenciação, em memórias e lembranças de tempos idos, e um jornalismo que *se faz*, inscrito cotidianamente nas páginas destas publicações. É preciso estar sempre atento a esses contrapontos ao buscar historicizar verdades que se pretendem legítimas ao nível do reconhecimento, uma vez que nem sempre aquilo que se diz é, de fato, o que se faz. Mas por

[47] A autora faz em seu livro a análise de uma "história memorável", a partir de uma série de depoimentos de jornalistas que relembravam sua atuação daqueles tempos idos (a construção de uma identidade jornalística no Brasil entre as décadas de 1920 e 1930), utilizando em especial o projeto "Memória da ABI".

enquanto não estamos preocupados em perceber como os jornais procurarão inscrever seus acontecimentos, imputando à notícia sua voz. Antes de envolver os jornais em seus dispositivos, é preciso entender melhor como se deu a constituição de um ideal "moderno" de instituição sob a qual vão se ancorar as "verdades" deste jornalismo. A hora da aventura logo dará lugar a outro tipo de passado mítico onde, em presentes bem particulares, umas verdades vão se mostrar mais verdadeiras do que outras.

2.3. A moderna tradição do jornalismo brasileiro: mitos, estratégias e discursos.

Voltemos novamente às conjunturas. Nossa proposta de historicização de um percurso do reconhecimento por parte de um tipo específico de jornalismo, - e representado por um tipo específico de jornal - precisa ser ainda melhor delineada. Se falamos anteriormente que este processo de institucionalização de um ideal "moderno" de jornalismo se construiu historicamente sob ambivalentes continuidades, rupturas, discursos e práticas, é preciso que novamente um parêntese seja aberto para delimitar efetivamente como os atores e contextos sob o qual trataremos se encaixam neste cenário em transformação.

É importante salientar que, se encaramos a história a partir de suas particularidades, não devemos aqui buscar entender como este processo se deu em sua aparente "totalidade", por mais que aceitemos que, em um processo de institucionalização, generalizações são uma importante ferramenta de afirmação e legitimidade. Ela, a história, será portanto a nossa guia para a interpretação de acontecimentos particulares, fundamentais à orientação de um percurso que muitas vezes confunde a própria história com a memória e seus deliberados usos. Neste sentido, marcos de origem e mitos fundadores serão importantes mais para problematizar a história do que para pensar como ela de fato se deu já que, em muitos casos, é assim que ela é contada e ressignificada no tempo pelos atores que dela fizeram – e ainda fazem - parte.[48]

Vimos, por exemplo, como algumas análises consideram o começo do século XX como um marco inicial do jornalismo moderno no Brasil: ali se deu o surgimento de uma ainda incipiente "grande imprensa", com jornais ganhando visibilidade e se firmando em um mercado

[48] Vamos pensar o mito no sentido proposto por Girardet (1987) a partir da sua noção de imaginário político. Apesar de seu poder de explicação à lógica de determinados presentes, o "mito político", de acordo com o autor, nada mais é do que uma "fabulação" e/ou "deformação" do real. Isso porque o mito poderia ser pensado em sua relação de analogia com o sonho, que é "organizado" pela dinâmica de suas imagens, por exemplo. Como o sonho "o mito não pode ser abarcado, definido, encerrado em contornos precisos senão em consequência de uma operação conceitualizante, obrigatoriamente redutora, que sempre se arrisca a traí-lo ou a dele dar apenas uma versão empobrecida, mutilada, destituída de sua riqueza e de sua complexidade." (Girardet, 1987, p. 14) Assim, para além de sua aparente ambivalência e fluidez, os mitos seguiriam uma certa forma lógica de discurso, baseado em leis "facilmente definíveis" de repetição que organizariam e ordenariam suas narrativas.

que, ao menos em prática, visava cada vez mais o interesse (de seu) público, o que os forçava a emancipar-se gradativamente das arenas políticas. Emancipação que se dava mais a nível do discurso, na tentativa de delimitar um "novo" tipo de prática que emergia em um país sob novos rumos políticos e culturais. O jornalismo enquanto instituição adentra portanto os anos de 1930 com uma significativa centralidade e protagonismo na vida social, principalmente após a deflagração do Estado Novo (1937-1945). Mas, para nos atermos a apenas uma dessas ambivalências, como falar então de um jornalismo emancipado da política em um momento de tamanha efervescência e onde complexas relações entre imprensa, poder, Estado e uma emergente sociedade capitalista nacional se costuravam cotidianamente? (Barbosa, 2006)

Barbosa (2007, p. 108) chega a afirmar, inclusive, que neste período os jornais voltam a se construir sob o domínio da política, "recuperando um lugar que a rigor nunca perderam" e onde o público é praticamente afastado e silenciado dos periódicos. Sob a censura de um regime político autoritário a fala do Estado era também ampliada nos jornais, onde o alinhamento político e/ou o consentimento eram importantes para costurar efetivos ganhos simbólicos e de aproximação com o poder. Por sua vez, Pilagallo (2012, p. 112-113) percebe o oposto: durante o Estado Novo alguns jornais, como as *Folhas*, "se abstiveram" ou "simplesmente se calaram" sobre temas políticos. Fato que evidentemente não deixava de ser uma estratégia, inclusive, política, refletindo por exemplo no exponencial aumento de circulação dos jornais no período, onde a *Folha da Manhã* subira de 15 mil para 80 mil exemplares diários e a *Folha da Noite* (embalada pelos noticiários da Segunda Guerra, frisava o autor), chegou a ter oito edições impressas por dia.

Precisamos estar cientes portanto de que o processo que culminou na emergência de uma "moderna" instituição jornalística, ao longo de toda a primeira metade do século XX no Brasil, caminhou ambivalentemente por uma série de conjunturas, entraves e negociações. Negociações que são econômicas, pois visavam o fortalecimento e ampliação destas emergentes empresas, mas também políticas, onde uma relação de fato não excluía a outra. Do consentimento ao silêncio, construía-se uma imprensa que, pelo menos no caso dos jornais analisados, ainda tateavam possibilidades e formas de aproximação com seu leitorado. Notícia, fato, opinião, são elementos de uma narrativa que vão definindo ao longo do tempo como o jornalismo encara suas "verdades", articulada cotidianamente por agentes, atores e instituições que estão também inseridos na história e por ela são influenciados.

Mas não nos interessa aqui perceber estritamente como se articularam estas narrativas pois, como bem já delimitamos, o foco de nossa análise de dará em outro contexto. Importante frisar apenas que, do ponto de vista de uma história do jornalismo, conforme aponta Barbosa

(2012b), este foi um período crucial onde se delinearam atributos chave da instituição, firmando lugares de fala e saberes específicos que pretendiam se fazer reconhecidos e autorizados. Para legitimar estas esferas de reconhecimento, a instituição buscava sua autonomia a partir de uma série de estratégias e práticas que transformavam o jornalismo e seus jornais em algo da modernidade, rompendo assim com um mundo anterior representado pelo arcaísmo do século XIX e seu ultrapassado Império.

Todo este cenário de mudanças, rupturas e transformações foi encadeado por um processo que consolidou-se em outro "mito" da modernização do jornalismo brasileiro a partir de meados da década de 1950. Embalado por um ideal desenvolvimentista que pregava a modernização quase como uma palavra de ordem, alguns jornais, em especial na cidade do Rio de Janeiro, se utilizaram do momento para construir uma imagem que, na posteridade, acabou por se consolidar como um marco decisivo para as transformações em curso. Era este o momento de autonomização de um campo que já vinham sendo costurado desde o início do século sob os ares de um jornalismo mais "objetivo" e "profissional" que poderia, desta forma, dar conta de forma mais comprometida com a "verdade" dos acontecimentos e daquilo que em tese seria do interesse (apenas) de seu público.

Em seu estudo sobre as transformações do jornalismo carioca nos anos 1950, Ribeiro (2007) afirma que este período consolidou não apenas a modernização das empresas jornalísticas, - com a implementação de um ideal norte-americano baseado nas notícias e mudanças estruturais nos parques gráficos e redações -, mas também ajudou a consolidar a própria profissionalização e a função social do jornalista neste ideal de modernidade. Este novo modo de fazer legitimava seu lugar institucional, dotando-o de autoridade para enunciar-se como um gênero de "estabelecimento de verdades", baseando-se assim no registro factual por excelência. Assumir esta perspectiva tornava-se fundamental para qualificar o jornalismo como um poder específico e garantir sua definitiva autonomia em relação a outros campos.

Isso só se tornou possível, obviamente, quando a própria instituição pretendeu legitimar-se como uma comunidade discursiva própria, incrustando em suas narrativas um marco fundador que a definia como mais "verdadeira" do que as outras, uma vez que teria alcançado seu ideal de profissionalismo. E é com os discursos de auto-referenciação que uma instituição, ao se dizer portadora destas "capacidades" constrói laços de credibilidade e confiança, buscando assim costurar marcos significativos de pertencimento com seu público. Como bem afirmou Ribeiro (2007) a lógica destes discursos e seu poder de eficácia reside sempre em suas condições de produção que se dá na conturbada relação com o outro. A mítica de um ideal moderno de instituição se constrói, portanto, cotidianamente, pela expectativa que aquele que

fala deposita em seu leitorado. Ela deve ser encarada neste sentido como uma estratégia de luta por reconhecimento que se articula no, com e pelo tempo.

Entra-se assim para o panteão da história, mas também da historiografia e da memória um momento que pretende efetivar definitivamente esse corte entre antes e depois, definindo um jornalismo "verdadeiro" de outro ainda baseado nas aventuras e possibilidades. Vale frisar que este foi um período em que de fato se introduziram uma série de práticas e técnicas que ajudaram a reconfigurar o modo de se fazer e pensar o jornalismo no Brasil. Mas, para além disso, é preciso pensar que um mito se constrói discursivamente na e pela posteridade. São os atores e agentes envolvidos neste processo que lapidarmente vão cristalizando, pela memória de seus sucessivos presentes, uma aura quase mágica que envolve os acontecimentos de uma importância e "singularidade absoluta": "o instante em que destemidos e visionários repórteres – os verdadeiros repórteres – mudaram radicalmente a imprensa." (Barbosa, 2012b, p. 478)[49]

Assim, a década de 1950 é inserida na história pelas narrativas dos próprios jornalistas que dela fizeram parte e que se dera sob um momento singular de suas trajetórias. É no dizer desses atores que se idealiza um novo fazer jornalístico, um novo tipo de instituição, uma nova imprensa brasileira. É o discurso memorável que constrói a mítica da modernização, mais do que a reforma dos jornais em si, que não teria o mesmo impacto sem sua constante reafirmação em processos de autolegitimação. Estas reformas devem ser interpretadas, acredita Barbosa (2006) como estratégias construídas para reforçar uma imagem particular da instituição e seu papel na sociedade: a de que jornalistas seriam agora agentes autorizados e intérpretes isentos e objetivos do mundo e sua realidade. Uma imagem que "divulgada ao extremo e disseminada através de múltiplos discursos, se constitui na memória do grupo forjada por ele mesmo: um jornalismo moderno que entra numa nova fase profundamente diversa de todos os momentos anteriores." (Barbosa, 2006, p. 224)

Mas que modernização foi essa? Que atributos são esses que definiam o jornalismo "verdadeiro" e "profissional" e que pretendiam o diferenciar tanto a ponto de se instaurar uma ruptura na história, um novo marco fundador? Conforme problematizamos bastante no capítulo anterior, o jornalismo no Brasil pautou-se por um ideal "moderno" de instituição que enxergava

[49] De acordo com Barbosa (2007, p. 99) o mito se refere antes de tudo a um passado como modelo "um arquétipo que fornece uma espécie de exemplo ao presente. Oposto à imagem de um presente descrito como desencantamento, figura o passado em todo o seu fulgor. O tempo de antes é um mito, no sentido mais completo do termo: ficção, sistema de explicação e mensagem mobilizadora." Dialogando com a autora, o estudo de Albuquerque (2008) vai falar sobre o mito da modernização da imprensa brasileira nos anos 1950 como um gesto que intenta marcar a "excepcionalidade" de seus fundadores. Mitos de origem, mais do que descrições historiográficas, são narrativas que incitam à ação, a uma prática que deve ser repetida, pois considerada exemplar, um modelo consagrado.

na notícia, nos relatos "objetivos", "isentos" e "imparciais", sua forma "correta" e "verdadeira" de narrar os fatos e acontecimentos. O mito da modernização surgia concomitantemente com um outro mito, o da incansável e talvez nunca alcançada busca pelo ideal da objetividade, encarada também como um mito em seu sentido estrito e normatizador.

Vimos também que essa série de atributos já vinham sendo utilizados discursivamente por jornais como as *Folhas* e *O Globo* desde seu surgimento, em meados da décadas de 1920. Mas é somente a partir da década de 1950, conforme acredita Ribeiro (2007), que podemos falar estritamente na constituição e autonomização de um campo, momento fundamental onde este ideal se incorporou efetivamente no imaginário da instituição. Foi neste período que discursos se formalizaram na prática a partir de técnicas importadas de manuais de redação, firmando preceitos normativos e deontológicos [50] . Legitimava-se assim, ao menos discursivamente, a consolidação de um ideal de jornalismo informativo que já vinha sendo experimentado por muitas empresas ainda de forma descompromissada. [51]

O jornalismo dos anos 1950 no Brasil e seu processo de modernização deve ser encarado desta forma não tanto como um momento de ruptura radical, - como intentam legitimar os discursos que se apropriam destas narrativas "míticas" - mas, conforme bem pontua Ribeiro (2007), como o período de consolidação de uma série de estratégias que discursivamente já vinham se articulando e que se deram de forma cumulativa, conservando assim muitos aspectos da tradição.

É por isso que mais uma vez não devemos negligenciar as ambivalências e particularidades que demandam destas conjunturas. Quando falamos de um "outro" jornalismo, de uma "outra" instituição, precisamos estar atentos, - seguindo ainda a esteira de Ribeiro

[50] Dentre estas técnicas, podemos destacar as práticas discursivas oriundas de um modelo de jornalismo norte-americano: regras de redação baseadas na impessoalidade do discurso, ocultamento do sujeito da enunciação, comunicação referencial com o uso da terceira pessoa, que buscavam na medida do possível uma maior aproximação com um tipo de jornalismo que pautava-se pela construção dos acontecimentos como um "espelho" da realidade. Textos eram, portanto, notícias, construídas por técnicas como o *lead* (um primeiro parágrafo que resumiria as informações a serem apresentadas), a *pirâmide invertida* (que orientava o leitor a partir de uma hierarquia de importância das informações) e constantemente orientadas por "manuais de redação" e os profissionais de *copy desk*, responsáveis por fiscalizar a padronização dos textos de acordo com normas agora previamente estipuladas. Para mais sobre essa série de normas e implementações oriundas do processo de modernização da imprensa no Brasil, consultar Ribeiro (2007).

[51] Ribeiro (2007) considera como os principais jornais "modernizadores" o *Diário Carioca*, responsável por implementar de forma efetiva o primeiro manual de redação da imprensa brasileira, em 1950, além da *Tribuna da Imprensa, Última Hora* e *Jornal do Brasil*, os dois últimos importantes por inaugurar renovados projetos gráficos que também deram outra roupagem e funcionalidade ao jornalismo naquele momento. Mas é importante mais uma vez frisar que este discurso do "mito fundador", identificado pelo protagonismo do *Diário Carioca* e sua reforma é marcado, conforme aponta Albuquerque (2008), por um caráter de "ubiquidade". Ou seja, um modelo explicativo que acabou por se tornar absoluto não apenas nos discursos de autolegitimação e na memória dos jornalistas mas, inclusive, no próprio campo acadêmico e na historiografia que procura analisar o período. Isso acabou por legitimar uma história que elenca os mesmos personagens, as mesmas ações e um mesmo conjunto de consequências que resultaram dessas reformas, demarcando estritamente a fronteira de um "antes" e um "depois".

(2007), aos "limites" e "contradições" deste processo. Falar de uma instituição que agora se baseava por preceitos modernos, oriundos de um padrão de desenvolvimento norte-americano e sua consolidada indústria cultural, por exemplo, pode nos colocar em uma inevitável armadilha.[52] É evidente que esta influência e aproximação existiu, mas no Brasil toda a estrutura moderna e de legitimação de uma nova prática foram utilizadas, também, como arma política. Não havia portanto uma contradição entre a lógica econômica das empresas e a política que as regia, "as duas se adequavam uma a outra." (Ribeiro, 2007, p. 40)[53]

Vale lembrar que a década de 1950 também foi um período de íntimas relações de muitas empresas jornalísticas com a política. Um dos principais "reformadores" do jornalismo neste período, citado por Ribeiro (2007), o *Última Hora* é geralmente identificado por sua reconhecida história de proximidade com o governo de Getúlio Vargas. O jornal, fundado em 1951 pelo jornalista Samuel Wainer, só existiu e ganhou notoriedade pelas facilidades de crédito concebidas pelo governo e que foram amplamente atacadas por seu rival, a *Tribuna da Imprensa* de Carlos Lacerda, outro "moderno" jornal fundado em 1949. O embate travado entre os jornais e seus donos é considerado um dos mais emblemáticos casos da história da imprensa do Brasil, justamente no momento em que muitos jornais se firmavam "emancipados" dos conluios políticos.

Costurando suas "modernidades", adentrava a imprensa no jogo dos conflitos e negociações, como é o caso também dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand e *O Globo* de Roberto Marinho que, além de receberem favorecimentos diretos do governo, como créditos e empréstimos, atuavam nas arenas políticas com seu jornalismo "isento" e "apartidário".[54]Estes favorecimentos eram portanto mais uma norma do que exceção, já que

[52] Até mesmo a análise mais tradicional sobre a influência do jornalismo norte-americano no Brasil (Silva, 1991) afirma que este modelo fora sim a "principal fonte de influência" no modo de se fazer e pensar o jornalismo brasileiro, ao menos em seu processo de modernização, mas que, ainda assim, deveríamos estar ciente de suas particularidades: "O jornalismo brasileiro não é o americano no Brasil. É o brasileiro [que...] desenvolve seus próprios conceitos e valores." (Silva, 1991, p. 33) Veremos à frente como este ideal pode ser portanto relativizado (Albuquerque, 2010), mesmo que ainda acreditemos que em um nível discursivo da/para a instituição (como uma "verdade" *do* jornalismo), os jornais analisados nesta tese defendam estritamente um ideal "moderno" que dialoga com estes preceitos. Ele é construído mais como uma forma de "idealizar" a instituição do que algo que se efetiva na prática.

[53] A autora está aqui dialogando com a obra de Gisela Goldenstein (1987) que, ao analisar a transição do "jornalismo político à indústria cultural", diagnosticou que nunca houve de fato uma abrupta ruptura entre estes modos de se fazer jornalismo no Brasil de meados do século XX. Era visível, segundo sua análise, jornais introduzirem procedimentos empresariais sem adotar uma lógica da indústria cultural emancipada integralmente da política. Ao analisar os embates travados entre os jornais *Última Hora* e *Notícias Populares* Goldenstein (1987, p. 81) afirmava, ao discorrer sobre o último, que o periódico nada mais era do que um jornal "político que falaria o mínimo possível de política. Mas que de modo algum seria politicamente neutro", usando assim uma "tática de luta política" para angariar seu leitorado e obter êxito na concorrência comercial.

[54] O que significava também que, como bem apontou Ribeiro (2007), não havia de fato uma relação mecânica entre os favores concedidos pelo Estado e uma posição de cumplicidade por parte dos jornais. Nem os *Diários*

muitas empresas, emergentes ou não, dependiam de favores e subsídios para garantir sua existência e, acima de tudo, seu reconhecimento perante o público.

Isso significa, acredita Ribeiro (2007, p. 42), que "relações arcaicas (políticas, baseadas em laços pessoais, interesses imediatos, compadrios, etc.), em certa medida, financiaram a modernização da imprensa." Jornais arcaicos e modernos preexistiam portanto em um momento que a autora acreditava ser ainda uma "pré-história" da indústria cultural no Brasil, mesmo com todo o discurso de autolegitimação que, com o tempo, buscou instaurar o mito de modernidade à esta fatia da história e seus protagonistas.

Podemos afirmar neste sentido que não só o aspecto político jamais desapareceu do jornalismo e seus jornais, como a própria narrativa do mito como uma ruptura, entre um antes arcaico e um agora/depois moderno, atuou também como uma arma de legitimação política para o processo de institucionalização do jornalismo no Brasil, que pretendia assim se fazer reconhecido sob o signo de outros tipos de "verdades". Verdades que só podem ser reconhecidas e legitimadas por seu constante processo de auto-referenciação. É por isso que os jornais necessitam, como prioridade máxima de seus discursos, frisar com frequência e incessante comprometimento ("eu sou capaz") o seu ideal de objetividade e independência. Reafirmando o compromisso com seu leitorado, estes jornais buscam um reconhecimento que se dá por seu lugar de agente autorizado a difundir uma informação que se "blinda" do caráter meramente opinativo. Saia-se assim do político no âmbito discursivo, para atuar no campo político simbólica e institucionalmente.

Estas ações que tem como objetivo construir um ideal de imprensa moderna no Brasil são encaradas por Barbosa (2006) como atitudes deliberadas de um "partido orgânico" nos moldes como pensava Gramsci (1991). Ao atuar como uma espécie de "força dirigente superior" inserindo-se diretamente nos ditames da política, estes jornais necessitavam, concomitantemente, construir a sua imagem de neutralidade para um público que os consumia e era, obviamente, sua razão (ao menos econômica) de ser. Legitimando assim seu lugar de fala ("não somos políticos"), o que estes jornais intentam é, na verdade, atuar politicamente e firmar sua posição frente a um processo de autonomização do campo. O mito da modernização acabou desta forma por esconder e/ou apagar estratégias que são articuladas para além das notícias e que evidenciam os jogos e relações de poder inerentes a todo percurso do reconhecimento. Encaramos estas estratégias portanto como um percurso intrínseco àquilo que o jornalismo, enquanto sua razão "moderna" de ser, intenta legitimar: um lugar de fala específico que o situa

Associados, muito menos *O Globo*, que recebera mais de um milhão de dólares de empréstimo do Banco do Brasil no período, chegaram a apoiar o presidente Getúlio Vargas no momento de sua maior crise política.

como ator político fundamental na mediação entre o "seu" público e um "poder" público, fazendo dele a sua voz na sociedade. (Barbosa, 2007).

Seguindo estes preceitos, podemos nos apropriar da tese de Renato Ortiz (1989) e afirmar que a concepção de um ideal moderno de jornalismo no Brasil seguiu uma espécie de "moderna tradição", já que ocorreu de fato "fora do lugar", antecipando mudanças que na verdade iriam se concretizar de forma mais efetiva apenas posteriormente. Se há a tentativa de legitimar um ideal moderno de jornalismo neste momento é possível afirmar que ele ocorreu "sem modernização", no sentido de que se institui sob uma série de atributos que ainda dialogavam com a tradição e que se fazem muito mais no âmbito discursivo do que se efetivam cotidianamente na prática.[55] A modernização, em seu papel progressista, acaba se assumindo como um "valor em si", negligenciando deliberadamente atributos "arcaicos" de um passado que silenciava-se e/ou se apagava do "verdadeiro" jornalismo que se pretendia construir.

De acordo com a concepção do autor é preciso pensar o processo de modernização no Brasil a partir de sua estreita relação com uma emergente indústria cultural que se descortinava e que se dava mais por sua "incipiência" do que por sua aparente amplitude. Incipiência pois faltava ainda àquele momento um caráter integrador e "unificante" que caracterizava a própria utilização do termo em uma sociedade de massas. Ortiz (1989) acredita que o Estado Novo teve um papel importante na implementação deste projeto político-cultural, atribuindo às elites dominantes o protagonismo na implementação de um mercado de bens simbólicos, ainda que não amplamente desenvolvido e realizado. É o caso, por exemplo, da emergência de uma "grande imprensa" pautada por uma lógica mais empresarial, objetiva, que buscava-se emancipada da política, conforme vimos.

Mas entre estas ambivalentes idas e vindas, entre discursos e memórias que buscaram incrustar uma aura "moderna" e o papel de pioneirismo e protagonismo da imprensa brasileira nos anos 1950, muita coisa ainda se dava sob práticas e aventuras isoladas, que vangloriavam iniciativas exemplares, fórmulas a serem seguidas e implementadas. Neste muitas vezes contraditório percurso entre a tradição e o moderno o período marcado pela deflagração da ditadura militar no Brasil, especialmente entre as décadas de 1960-1970 tem para nós valor fundamental. Pensado em um contexto político e econômico mais amplo é este o período onde

[55] Para o autor o modelo de modernização das sociedades subdesenvolvidas (como é o caso do Brasil, por exemplo) foi pautado por uma espécie de "descompasso". Construído por forçar conservadoras, - uma emergente sociedade burguesa liberal que pensava o "moderno" como um progresso da civilização ocidental -, o modernismo do subdesenvolvimento, ao buscar se opor à tradição, acabou construindo um modelo que se deu mais pela aspiração, uma "vontade que se antecipa", um "desejo" de modernização. (Ortiz, 1989, p. 34). Este desejo ("eu sou capaz") é, como vimos, tributário a todo percurso do reconhecimento.

transformações estruturais mais complexas vão se costurar na sociedade brasileira, consolidando um mercado mais estritamente articulado sob os moldes de uma moderna "indústria cultural".

Esse contexto nos soa fundamental por uma série de fatores. Primeiro porque inserimos a ditadura militar como um fator constituinte e inerente ao próprio processo de modernização do jornalismo no Brasil. Foram os militares, com a articulação de uma heterogênea sociedade civil que, no pós-1964 consolidaram aquilo que Ortiz (1989) vai chamar de "capitalismo tardio"[56], impulsionando o crescimento do mercado cultural e seus bens simbólicos. Isso nos faz problematizar um cenário que pretende ir para além daquilo que o jornalismo diz, inserindo-o em uma conjuntura social e histórica. Esta visão é importante para que possamos depois contrapor seus discursos com mais propriedade. Aqui não estamos mais falando de práticas, mas de um contexto que, obviamente, influenciou o modo de se estruturar o jornalismo no país, uma vez que a ditadura foi peça fundamental para a ampliação e consolidação dos grandes conglomerados de comunicação e suas respectivas empresas jornalísticas.

Além disso, esta conjuntura nos faz pensar que a expansão destas atividades se deu sob uma estreita relação entre o empresariado e o Estado em um viés bastante paradoxal. Presenciávamos neste momento uma (auto)censura que era tanto repressiva quanto "disciplinadora", ou seja, que não se dava apenas pelo veto, mas por orientações que demandavam silêncios e acatamentos. (Smith, 2000) Desta forma, havia controle mas também incentivo àqueles que se aproximavam das cercanias do poder, seja por adesão explícita e/ou relações de cumplicidade. Isso se dava, acredita Ortiz (1989), por duas vias que obviamente não eram excludentes: havia censura e repressão político-ideológica ao mesmo tempo em que houve uma significativa expansão dos bens e produtos culturais ligados aos veículos de comunicação no país, já que o próprio Estado era o maior promotor e incentivador de seu desenvolvimento, reconhecendo portanto a importância do papel das mídias – e do jornalismo obviamente - neste processo.[57]

Comumente, os estudos e memórias ligados ao período da ditadura no país são enfáticos em relatar o constante embate que as mídias, e os jornalistas em especial, travaram com a

[56] Conceito que o autor se apropria dos estudos da escola de Frankfurt para pensar o contexto de consolidação da indústria cultural no Brasil. Para uma leitura mais específica sobre o termo, consultar Adorno (1986) e Mandel (1985).

[57] O autor cita um manual militar produzido pelo exército que evidencia bem esta postura em relação aos meios de comunicação: "bem utilizados pelas elites constituir-se-ão em fator muito importante para o aprimoramento dos componentes da Expressão Política; utilizados tendenciosamente podem gerar e incrementar inconformismo." (*Manual Básico da Escola Superior de Guerra,* Departamento de Estudos do MB-75, ESG, 1975, p. 121. In: ORTIZ, 1989, p. 116)

censura e o Estado autoritário. (Alvim, 1969; Cony, 1964; Cotta, 1997; Marconi, 1980). No entanto, precisamos focar nossa análise não apenas na atuação do Estado em seu papel repressor e/ou da imprensa em sua atuação combatente e de imanente resistência, atuando como em uma via de mão única. O fundamental aqui é que enxerguemos uma relação que se deu também por efetivos, mas nem sempre tão visíveis, movimentos de, acomodação, adesão e proximidade. A própria ideia de censura, por exemplo, precisa ser relativizada para que possamos perceber uma prática que às vezes fora um pouco mais complexa quanto se parece. A leitura de Aquino (1999) nos chama a atenção para este ponto, ao repensar a ideia maniqueísta de uma censura executada de forma unilateral por um Estado onipresente e opressor e, de outro, uma imprensa vítima, órgão que sempre lutou pela liberdade de expressão e que, no momento da ditadura, nada ou pouco poderia fazer visto que encontrava-se cerceada.

Como nos mostra Kushnir (2004), por exemplo, a censura existia inclusive dentro das redações, executada muitas vezes pelos próprios jornalistas em situações que extrapolavam a ideia de uma atividade autoritária e inequívoca. Ao tratar sobre a experiência do jornal *Folha da Tarde*[58], a autora diagnosticou aquilo que ela definiu como os "cães de guarda", espécie de jornalistas-censores-policiais que atuavam com o regime de forma colaborativa. Assim, não devemos nos esquecer que a noção de um "capitalismo tardio" e o desenvolvimento de seu mercado de consumo só foi possível naquele momento a partir de uma "ponte de interesses" entre o empresariado e os militares, que se deu sob objetivos econômicos e também políticos. Colocada a questão sob estes termos Ortiz (1989) acredita que a questão da censura, por exemplo, ajuda a nos evidenciar os movimentos de interesse e proximidade que estão relacionados ao processo de modernização tanto das mídias quanto do Estado.

Este é um momento em que, acredita o autor, as mídias, em seu processo de modernização, circunscrevem-se à necessidade de "conquistar o mercado a qualquer preço", com o intuito de ampliar assim um leitorado que gradativamente vinha sendo conquistado nas décadas anteriores. Portanto, se o jornalismo procurava se inserir discursivamente em uma fase que se distanciava cada vez mais da política, consolidando-se enquanto uma atividade "isenta", "apartidária", baseada na notícia objetiva, técnica e "profissional", não podemos negligenciar também que isto se dava em um momento de forte "repolitização" do aparelho do Estado, o que significa que "o processo de despolitização que estávamos considerando, exclusivamente a nível de mercado, se beneficia de um reforço político." (Ortiz, 1989, p. 155)

[58] Jornal pertencente ao grupo *Folha*. Após ser publicado entre 1949 e 1959, voltaria a circular em meados de 1967 sob uma trajetória bastante peculiar. Voltaremos ao caso do jornal durante o *capítulo 5* desta tese, quando tratarmos especificamente sobre a construção dos acontecimentos relacionados à ditadura.

É fundamental desta forma que tentemos entender os meandros por onde a conjuntura destes discursos de modernização perpassam. Mais uma vez é preciso frisar a importância de separarmos aquele jornalismo "que se diz" de seu contexto e suas práticas. A construção de mitos e marcos fundadores muitas vezes encobrem estas nuances, que procuraremos logo em seguida melhor destrinchar. O que vale aqui é pensar portanto que este amplo processo da chamada "modernização" por qual passou a imprensa brasileira ao longo de uma parcela significativa do século XX teve um momento fulcral com a emergência da ditadura. Isso porque acreditamos ser ela responsável por moldar aquilo que se definiu como uma "grande imprensa" no Brasil e seus conglomerados jornalísticos que perduram na maioria dos casos até os dias de hoje.

O jornalismo no Brasil manteve quase sempre uma relação "simbiótica" com a política e aos vínculos com o poder que dela se demandam. Mas essa ambivalente relação entre o arcaico e o moderno, que acabou por moldar nossa "moderna tradição", foi neste momento uma importante estratégia de legitimação para muitas empresas. Ao construir discursivamente pela posteridade a ideia de que atuavam de forma isenta e imparcial, visto que estavam sob o signo da censura, - e praticavam um jornalismo "moderno", - o que muitos jornais fizeram foi na verdade adentrar em uma luta que buscava angariar "lucros e ganhos simbólicos" à sua atuação. Assim, construía-se no e para o futuro a ideia de que atuaram praticando um "jornalismo possível", noticiando ao menos o que se era permitido. (Barbosa, 2006; 2007) Este posicionamento deve ser encarado aqui como um importante estratégia de legitimação e reconhecimento. Legitimação que, pela política, garantia assim sua sobrevivência e fortalecimento econômico.

Por isso devemos pensar que a história da modernização da imprensa em todo esse seu percurso do reconhecimento é também, como aponta Ribeiro (2007, p. 207), a "história do desaparecimento de parte dela", visto que neste processo de reformulação e ampliação do chamado jornalismo "profissional" no país se descortinava concomitantemente um cenário de forte concentração empresarial. De acordo com a autora, entre os anos de 1959 e 1963 os jornais diários no Brasil reduziram-se de 252 para 187, momento em que, impulsionado nos anos seguintes, significativas publicações acabaram por perder legitimidade e/ou foram simplesmente desaparecendo. [59] Evidente que existiram circunstâncias particulares que auxiliaram no fortalecimento e desaparecimento de cada uma destas empresas, conforme

[59] É o que atesta Abreu (2002) ao elencar que na década de 1950, apenas na cidade do Rio de Janeiro, existiam 22 jornais diários, número que fora reduzido para 16 na década seguinte e chegando a apenas 7 publicações no final dos anos 1970.

veremos a seguir com o caso das *Folhas* e de *O Globo*. Muitas delas também, como aponta ainda Ribeiro (2007; 2014) tiveram seu declínio simplesmente por má gerência ou administração mas, em muitos casos, devemos levar em consideração aspectos que não se deram meramente pelo caráter econômico desta conjuntura.

Isso significa que havia fatores para além da livre concorrência de mercado que regiam o cenário de uma imprensa "moderna" em transformação. A ditadura militar vigente no Brasil por mais de duas décadas (1964-1985) acabou por influir diretamente neste processo, seja por meio da censura – que favorecia o consentimento e a adesão -, seja por meio da regulamentação e controle de subsídios, impostos e da publicidade oficial. Diante de um cenário como esse é evidente que as empresas necessitavam se "blindar" a partir de técnicas administrativas mais organizadas, o que exigia certo jogo de cintura para negociar com um regime que oprimia, mas também incentivava aqueles que com ele "dialogavam". Somava a isso uma aguda crise que se dera com a queda do volume de publicidade, os problemas com a matéria-prima base da imprensa, o papel, e a influência da televisão como emergente veículo de massa a partir do início dos anos 1960, que ia gradativamente minando o jornal diário como principal veículo anunciante (Ribeiro, 2007)[60]

Praticamente todos os jornais foram afetados por este conturbado cenário, apesar de que os "maiores" e "mais eficientes", acredita Ribeiro (2007), acabaram por de fato conseguir melhores condições para enfrentá-la. No Rio de Janeiro, por exemplo, são paradigmáticos os casos de *O Globo* e *Jornal do Brasil* que saíram da ditadura como dois dos mais significativos jornais da grande imprensa brasileira, deixando para trás importantes e contemporâneos concorrente como o *Diário Carioca* (1928-1965), *Diário de Notícias* (1930-1976), *O Jornal* (1919-1974) *Correio da Manhã* (1901-1974)[61] e o mais recente *Última Hora*.[62] A questão é que

[60] Ainda que, no caso de *O Globo*, conforme veremos, a emergência da televisão foi fundamental para a potencialização do conglomerado do grupo e para moldar o próprio processo de "modernização" do jornal.

[61] O jornal, um dos mais influentes da imprensa brasileira durante boa parte do século XX, não conseguiu sobreviver às "transformações" do campo jornalístico que ocorreram durante os anos subsequentes à ditadura. Após ter dado um dos mais enfáticos apoios à deflagração do golpe em 1964, a empresa conduziu uma rápida e brusca mudança de posição, protagonizando uma das mais críticas posturas em relação ao regime então vigente. Por conta disso, o jornal acabou por sofrer uma série de boicotes por parte do governo militar, - inclusive atentados à bomba em uma de suas sedes – que foram gradativamente sufocando economicamente suas potencialidades. A constante atitude combativa da empresa foi vista por alguns críticos como "incapacidade" e até mesmo "teimosia" de seus dirigentes em gerir os negócios do jornal, como se estes não tivessem conseguido se inserir na lógica "moderna" que regia o mercado a partir de então. Para mais sobre o caso, consultar Andrade (1991).

[62] Considerado um dos principais "reformadores" do jornalismo brasileiro, o jornal adentrou a década de 1960 com significativa representatividade. Trabalhando com uma rede de distribuição que publicava edições diárias em vários Estados do país, o *Última Hora*, em plena expansão, enfrentou sérias crises após 1964, já que fora um dos poucos jornais contrários à deflagração do golpe. Samuel Wainer, fundador e principal mentor do jornal teve seus direitos cassados e permaneceu exilado por alguns anos, sem condições de manter a competitividade de sua empresa. Nos anos seguintes, filiais da empresa foram vendidas a diferentes proprietários, que seguiu desmantelada por quase duas décadas até sua falência. Dentre um dos principais acionistas do novo *Última Hora*

os jornais "vencedores" que se "beneficiaram com o processo de concentração, não o fizeram sem a ajuda do poder público." (Ribeiro, 2007, p. 209)

Concentração aqui não diz respeito portanto apenas ao fortalecimento de certas empresas em detrimento de outras, mas a todo um processo de reconfiguração do modo de se fazer e pensar o mercado e o campo do jornalismo no Brasil em sua relação com o Estado. Se a ideia da "despolitização" da imprensa, com implementação de um jornalismo mais objetivo, isento e imparcial se fez possível neste momento, ela se fez sob uma série de estratégias políticas que visavam ampliar seu reconhecimento e legitimidade junto ao público e que, desta forma, também foram influenciadas e/ou incentivadas pelo sistema autoritário imposto pela ditadura militar. (Ribeiro, 2007)

Como consequência dessa reorganização/concentração podemos afirmar que as empresas jornalísticas "vencedoras" saíram deste processo de reformulação com autoridade suficiente para conduzir uma trajetória de autonomização do campo. [63] Para nós este é um dado extremamente significativo para pensar o processo de modernização do jornalismo no Brasil em sua íntima relação com os ditames da política. A "modernização" aqui não está sendo pensada apenas como resultado de técnicas e profissionalização de um campo, mas também como uma atitude de tato político, fundamental para o seu resultado e eficácia.

Neste momento de expansão, mas também de evidente crise e cerceamento da imprensa, sobreviveu quem soube se apropriar da delicada situação política para conquistar significativos avanços econômicos e legitimar assim seu reconhecimento e autoridade. Nem sempre é pela notícia que devemos ler o jornalismo e seus discursos. As "verdades" que intentam ser instauradas por uma instituição que se diz "moderna" só podem ser de fato problematizadas se colocadas sob suas devidas conjunturas e contextos, o que nem sempre emerge de forma aparentemente clara àquilo que o jornalismo diz ser e representar.

Isso porque quando falamos de uma história da verdade "do" jornalismo não estamos pensando apenas em um modo de se fazer que se dá na prática, mas como a própria instituição intenta legitimar-se e se mostrar capaz de fazê-lo, dotando-se de autoridade para poder afirmar: somos "modernos", praticamos um jornalismo mais "profissional" e "verdadeiro" do que os outros, que ficou no passado e superamos. Daí a importância de pensarmos em uma verdade

---

estava o emergente grupo *Folha*, que comprou a edição paulista do jornal em 1965 e veria sua empresa angariar uma vertiginosa expansão a partir de então.

[63] Para ilustramos ainda com o caso da imprensa carioca, Ribeiro (2007) afirma que em fins da década de 1970 apenas os três maiores jornais do Rio de Janeiro (*O Dia*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*) eram responsáveis por monopolizar praticamente 90% do leitorado da cidade. Isto torna evidente como se descortinou o processo de concentração/modernização de grande parte da imprensa no processo de redemocratização do país que, de certa forma, acabou por moldar o mercado jornalístico dos anos subsequentes.

que se pretende. Ela está ligada ao processo de modernização de uma imprensa que, acima de tudo, intenta legitimar uma autoridade da e para a instituição ao nível do reconhecimento.

Devemos ficar atentos portanto às narrativas, - sejam elas memórias, discursos institucionais da imprensa ou até mesmo a historiografia sobre o tema – que acabam às vezes por legitimar os próprios mitos e suas falas. Albuquerque (2010) acredita que os estudos históricos a respeito do jornalismo no Brasil, embora em crescente expansão, ainda carecem de uma maior maturação teórico-metodológica. Com diversas lacunas, esses estudos, acredita o autor, são comumente pautados por um viés meramente memorialístico/descritivo, onde o que predomina é o caráter mercadológico e profissional das análises. Esta seria, segundo ele, uma vertente de análise "conservadora" que realça mitos - como o de colocar um "marco zero" da modernização do jornalismo brasileiro pela reforma do *Diário Carioca* em 1950 – e, muitas vezes, reproduz de forma a-crítica, sub-reptícia e até mesmo "doutrinária" modelos interpretativos já consagrados.

Utilizado por uma "teoria do jornalismo" que condiciona suas análises à uma aplicabilidade mais pragmática, voltada à realidade profissional do campo, estes estudos acabam sendo apropriados discursivamente pela própria instituição jornalística. Como todo percurso do reconhecimento que intenta incrustar seus mitos e "modernidades", os estudos e interpretações que consagram estas versões podem ser utilizados como importante estratégia de legitimação, conduzindo assim uma história sobre o "verdadeiro" jornalismo da qual estas empresas e seus agentes dizem fazer parte.

Não estamos querendo dizer com isso que reformas como as do *Diário Carioca*, por exemplo, não foram importantes para um processo de modernização do campo, já que em termos estritos elas de fato introduziram novas e significativas técnicas ao jornalismo brasileiro. Mas, na esteira da leitura de Albuquerque (2010), acreditamos que a questão central seja pensar "que espécie" de modernização ocorreu a partir desta experiência. Desta forma, o autor propõe uma nova chave de leitura para interpretações já consagradas, ao considerar este "mito moderno" como um marco para o processo daquilo que ele vai definir como de uma "modernização autoritária" do jornalismo brasileiro.

O termo, proveniente dos estudos de Moore Jr. (1983) é comumente aplicado para pensar, em um nível macro social, projetos de reforma patrocinadas pelo Estado que se dão, em geral, quando parte de membros de uma elite percebem a sociedade em que vivem como "atrasada" e "periférica" em relação às outras. Neste sentido, uma mudança "autoritária", - como uma revolução "vinda de cima", seria entendida como a forma mais eficiente de alcançar um "atalho" para a tão almejada modernidade. O objetivo destas reformas seriam, portanto,

garantir em um curto período de tempo o desenvolvimento econômico e social de determinadas coletividades, elevando-as à potências "desenvolvidas". Caso, por exemplo, evidenciado nos projetos do Estado Novo (1937-1945) e da ditadura militar (1964-1985) no Brasil.

Aplicado ao jornalismo, este termo pensa a modernização em sua relação de defasagem com outras realidades, sendo as reformas importantes estratégias articuladas para solucionar evidentes disparidades. No caso do Brasil, vimos como foi forte a influência de um ideal "moderno" de instituição pautado por um jornalismo "independente", baseado na objetividade e na imparcialidade, inspirado acima de tudo por um modelo norte-americano. De acordo com Albuquerque (2010) os relatos acerca da influência deste modelo, protagonizados pela modernização do *Diário Carioca*, são teoricamente frágeis pois tratam de uma influência que se dera de forma um tanto quanto "evolucionista" e "difusionista". Isso faz com que a modernização do jornalismo brasileiro seja interpretada como se influências e modelos, mesmo que não reproduzidos fiel e integralmente, tenham se dado de maneira passiva.

Dialogando com a leitura de Albuquerque (2010) acreditamos que, para além dos "mitos", a modernização do jornalismo no Brasil ocorreu a partir de um papel "eminentemente ativo" de seus jornalistas que, ao reinterpretar o modelo norte-americano, adequaram-no à realidade brasileira. Ao efetivar uma "modernização autoritária" para superar "atrasos" frente a um ideal moderno de instituição, o jornalismo brasileiro impôs mudanças "de cima para baixo" articuladas por seus chefes e dirigentes. Isso nos mostra que o processo de adoção de novos modelos e práticas não se dá de forma meramente neutra e despretensiosa.

Não estamos aqui diretamente preocupados com os aspetos técnicos oriundos desta modernização autoritária. No entanto, é interessante pensar que a análise de Albuquerque (2010) faz com que relativizemos não apenas a influência que teve o jornalismo norte-americano no Brasil, mas a própria concepção da modernização do jornalismo nos Estados Unidos como um ideal "moderno" de instituição. Em seu texto o autor faz uma crítica ao olhar "essencialista" e "universalista" da importação destes modelos, que podem fazer com que percamos de vista a diversidade dos contextos e a natureza história e cambiável dos diferentes fenômenos. É preciso, segundo o autor, que se considere com cautela aspectos que enxergam o jornalismo no Brasil como um modelo "atrasado", que necessitava importar ideias de desenvolvimento oriundos de um jornalismo mais "verdadeiro" e "profissional". A própria ideia "progressista" que trata a transformação de um jornalismo político a outro mais técnico, orientado por empresas emancipadas, acaba por de certa forma homogeneizar as interpretações,

como se de fato houvesse uma "história natural" e evolutiva do jornalismo. [64]

É por isso que delimitamos nossa tese em uma "história da verdade" *do* e *no* jornalismo, entre discursos ("que se dizem") e práticas ("que se fazem") que muitas vezes caminham juntas, mas conflituosa e contraditoriamente. Se, como afirma ainda Albuquerque (2010, p. 103) muitas das perspectivas teóricas e historiográficas analisadas em seu estudo "ajudaram a promover e naturalizar uma interpretação forjada pelos agentes de um dado processo de modernização de jornalismo", é porque estamos cientes de que nem sempre aquilo que "naturaliza-se" em discurso (um modelo ideal de instituição "profissional" e "verdadeira") deve ser encarado como o que de fato se efetiva na prática, conforme veremos mais detalhadamente à frente.

Da leitura de Albuquerque (2010) cabe-nos ainda uma última observação fundamental: as consequências oriundas deste processo de modernização autoritária do jornalismo no Brasil colocaram em cheque a própria institucionalização de suas práticas, afetando "negativamente" a emergência de um novo modelo profissional. Negativamente pois estamos falando aqui de regras "impostas" que foram conduzidas sem autonomia do trabalho dos jornalistas, por exemplo. Esta observação direciona a discussão para a legitimação (ou não) dos aspectos "profissionais" do jornalismo, sugerindo o autor empregar os termos "profissionalização" e "profissionalismo", - comumente encarados como sinônimos[65] - como conceitos distintos, mas às vezes até complementares, de uma mesma conjuntura.

O conceito de "profissionalização", neste sentido, estaria relacionado a um "*discurso acerca do jornalismo"*, dando ênfase em seu aperfeiçoamento "seja em referência ao passado, a um processo em curso ou a uma meta para o futuro, ou a superioridade em relação a outras práticas sociais que concorrem com ele na prestação de um serviço semelhante." (Albuquerque, 2010, p. 106) Já o "profissionalismo" refere-se a um "conjunto de parâmetros" mais concretos que pretendem avaliar e conduzir a prática do jornalismo enquanto instituição.

Pensada desta forma, a modernização autoritária do jornalismo brasileiro diz respeito

[64] Ainda assim, é importante frisarmos mais uma vez que neste percurso do reconhecimento não procuraremos discutir o que de fato o jornalismo *é*, mas como ele tem *pretendido ser* a partir de seus processos de autolegitimação. Desta forma, vamos lidar mais com discursos institucionais e memórias sobre a própria instituição que procuram legitimar um modelo padrão, aquele que pretende definir o que seria esse jornalismo "verdadeiro" e "profissional" que praticam e do qual fazem parte. Não é nossa intenção, portanto, efetivar uma análise do sistema midiático no Brasil em sua relação com outros modelos e sistemas, já que trataremos de uma instituição "que se diz" em nível discursivo e, neste sentido, acreditamos que haja sim uma tentativa clara de aproximação de um modelo "ideal" de instituição por parte dos jornais que analisaremos mais estritamente a partir do próximo capítulo.

[65] "Profissionalismo" e "profissionalização" são conceitos usados, segundo o autor, de maneira às vezes muito imprecisas, já que procuram definir, ao mesmo tempo, uma série de fatores, sejam práticas adotadas para tornar o jornalismo mais "racional" e/ou "eficiente" ou aspectos oriundas de sua dimensão formal e técnica, que procuram dotar, os jornalistas e seu campo, de maior legitimidade.

muito mais ao discurso de "profissionalização" do que de seu "profissionalismo", já que numa lógica da revolução "vinda de cima" o que predomina mais é sempre um modelo ideal de discurso, em detrimento da autonomia dos seus valores e práticas. É o que, acredita o autor, a modernização inaugurada pelo *Diário Carioca* proporcionou: um "modelo de profissionalização sem profissionalismo." Além disso, sua implementação e consequente difusão dependeu em grande parte de consideráveis acordos políticos, sejam externamente ou dentro das próprias redações, para que estes discursos começassem a tomar ressonância como uma prática profissional. [66] A tentativa de legitimar uma "profissionalização" do campo deve ser pensada portanto como uma estratégia articulada para dotar o jornalismo de capacidades, que o inscreve na modernidade discursivamente. É para este processo de modernização que nosso percurso do reconhecimento irá se dirigir, já que não nos interessa perceber se este jornalismo moderno é de fato mais "profissional", se veio ou não a empregar um "profissionalismo" mais "moderno" em suas práticas.

Dito isto, podemos de uma vez por todas desnaturalizar "mitos" e pensar de forma mais comprometida a modernização do jornalismo no Brasil. É essencial pontuar também que este jornalismo foi agente e "vítima" de uma modernização autoritária: se utilizou de uma revolução "vinde de cima" para efetivar reformas, ao mesmo tempo em que foi influenciado por uma série de iniciativas e acordos vindos a nível do Estado. Conforme vimos, a ditadura militar deflagrada a partir de 1964 foi responsável por potencializar o processo de expansão de muitas empresas e, acreditamos aqui, a efetiva "modernização" do jornalismo brasileiro está atrelada a uma série de políticas que culminaram com a legitimação de sua autoridade. Configurou-se assim, dentro daquilo que ainda podemos chamar de uma "grande imprensa" no Brasil, a concentração de alguns poucos conglomerado jornalísticos que perduram em tese até os dias de hoje.

No caso da *Folha e* de *O Globo*, nossos objetos de análise, vale ressaltar que estes jornais praticamente não são citados como personagens do "mítico" processo de modernização da imprensa ao longo da década de 1950, como se não tivesse ocorrido mudanças "modernizantes" significativas para estas empresas no período em questão. *O Globo*, que já era um dos jornais cariocas de maior tiragem no período, ainda não tinha a força e o reconhecimento político que veio conquistar posteriormente. A *Folha* também era um jornal de praticamente pouca representatividade nos anos 1950, apesar de ter ampliado significativamente sua lógica empresarial, tateando possibilidades que culminariam em suas principais reformas décadas à

[66] Modelo que teria inspirado outras iniciativas ao longo do tempo. A mais significativa é considerada pelo autor a reforma da *Folha de S. Paulo*, nos anos 1980, da qual trataremos detalhadamente no capítulo seguinte.

frente. Assim, por mais que tenham perpassado por este processo, podemos afirmar que a efetiva modernização para estes jornais se deu de forma mais tardia e sob fatores que estão, a princípio, muito mais imbricados às relações com o sistema político e às estratégias oriundas de sua modernização "autoritária".

Para que possamos enxergar uma "voz" geral do jornalismo e analisar seus jornais como sujeitos *em* comunicação foi preciso primeiro efetivar este corte cirúrgico. Aproximar contextos e conjunturas que, lidos a partir de suas particularidades, foram fundamentais para situarmos aquilo que de fato vamos encarar como uma verdade "do" jornalismo em seu percurso do reconhecimento. Foi preciso deixar claro que tipo de "modernização" estamos tratando quando falamos de um jornalismo que, ao menos a nível discursivo, se apropria dos seus próprios mitos fara legitimar sua autoridade. Cientes disso é que poderemos perceber de forma mais clara como os jornais e seus discursos vão construir um ideal de jornalismo "verdadeiro" e "profissional". Podemos agora seguir com passos mais incisivos nosso trajeto.

CAPÍTULO 3

DA MODERNIZAÇÃO À AUTORIDADE: *FOLHA DE S. PAULO, O GLOBO* E SUAS "HISTÓRIAS DA VERDADE"

No caminho da historicização de um percurso do reconhecimento vamos agora focar nossa análise de forma mais estrita sobre a constituição "moderna" da *Folha de S. Paulo* e de *O Globo*. A ideia aqui será problematizar como os jornais articularam ao longo do tempo uma série de estratégias que buscaram legitimar sua autoridade, dotando-os de capacidades intrínsecas àquilo que definimos como um jornalismo "verdadeiro" e considerado digno de ser reconhecido como tal. Não falaremos, portanto, apenas do processo de modernização destes jornais, mas como este trabalho, ao se utilizar de narrativas e memórias de seus próprios mitos, acabou por definir o discurso de autolegitimação de uma "imagem de si" intrínseca à própria instituição.

Isso faz com que desloquemos nossa análise do jornalismo propriamente dito para pensar também em um conjunto de práticas - como editoriais onde aparecerem mais explicitamente as "vozes" destes jornais, edições especiais e comemorativas de aniversário das empresas, campanhas publicitárias que buscam incrustar fatias de reconhecimento junto a seus públicos, manuais de redação que instituem normas específicas, bem como livros e memórias de jornalistas, biografias e análises sobre o tema - que ajudaram, mesmo que indiretamente, a cristalizar determinadas identidades destes jornais ao longo do tempo.

Estas narrativas, que circundam uma imagem da instituição e sua "maquinaria de legitimação" são fundamentais para ancorar discursivamente o estatuto de uma "verdade" que pertence ao jornalismo e suas "vozes". É neste capítulo que pontuaremos portanto aquilo que definimos como uma verdade *que se pretende* a nível institucional, problematizadas como sendo uma verdade "do" jornalismo imputada aos jornais e seus discursos. É preciso problematizar melhor quem são estes jornais e o que dizem, como mostram-se capazes e como se definem perante a instituição, seus pares e público. Apenas inserindo os jornais neste contexto é que poderemos entender como suas vozes ressoam frente a acontecimentos que acreditamos ser inerentes à constituição de suas "modernas" identidades.

Como bem frisamos no capítulo anterior, a tentativa de construção de um jornalismo "moderno" no Brasil foi perpassada por uma série de discursos que, de certa forma, acabaram por homogeneizar uma conjuntura muito mais complexa e ambivalente do que os mitos e seus

marcos fundadores pretendem legitimar. Jornais como as *Folhas* e *O Globo*, conforme vimos, passaram praticamente incólumes a este processo. Mesmo que já tivessem conquistado uma considerável autonomia e ampliado gradativamente suas esferas de reconhecimento ao longo da primeira metade do século XX, não podíamos atribuir a eles uma identidade "moderna", uma vez que estes jornais ainda tateavam possibilidades para inserir-se sob os moldes de um jornalismo mais "profissional".

Na década de 1950, *O Globo*, por exemplo, já era considerado o maior jornal vespertino do Rio de Janeiro em termos de tiragem, chegando a imprimir cerca de 100 mil edições diariamente. Isso não significa, como bem aponta Ribeiro (2007) que sua tiragem refletisse diretamente no peso político e/ou grau de influência do jornal. Apesar de a empresa ter investido em tecnologia e infraestrutura, inaugurando modernas rotativas e uma nova sede em 1954 (na hoje Rua Irineu Marinho), bem como já contar com uma emissora de rádio desde 1945, a efetiva modernização do jornal se deu de forma mais explícita somente a partir da década de 1970, quando o jornal já fazia parte de um consolidado conglomerado, impulsionado acima de tudo pela emergência da Rede Globo e o protagonismo das suas emissoras de televisão.

Ainda um vespertino, o jornal naquele momento poderia ser considerado, segundo Ribeiro (2007), por características que o definiam como pouco opinativo, de linguagem mais "leve" e "concisa", trabalhando mais com as "sensações", diferente dos matutinos que eram mais "analíticos", "minuciosos" no trato das informações e "doutrinários" em seus editoriais.[67] Se tomarmos como referência estes atributos, poderemos perceber que as transformações técnicas implementadas pelo jornal no período teriam inaugurado também uma nova linha editorial. Para analisar essa conjuntura a autora cita em seu livro um depoimento do *Anuário Brasileiro de Imprensa*, publicado em 1955, onde afirma que *O Globo* teria passado por uma "mudança radical" em seu modo de fazer jornalismo:

> De um jornal essencialmente informativo que apenas abordava sem comprometer-se, os assuntos políticos, *tornou-se há cerca de um ano um jornal combativo, opinando com veemência sobre política nacional, com posição clara e definida*, ainda que apartidária. Jornal de informação completa, O Globo mantém o princípio de ouvir sempre as duas partes em todas as questões controvertidas, sejam elas de caráter político, sejam pequenos acontecimentos ou dramas cotidianos. *Sua reportagem conseguiu um grau de objetividade dificilmente alcançado por qualquer jornal e não*

[67] Apenas a título de exemplificação, é interessante perceber como a própria *Folha da Noite*, um vespertino, se posicionava, em editorial publicado em 1931: "Um vespertino é, antes de tudo, um *boletim de notícias*, feito possivelmente com brilho. À hora em que se oferece ao leitor, *ninguém quer saber de coisas pesadas*, de doutrinações, nem de cogitações profundas. [...] E como as cousas mais próxima são as que mais interessam, o vespertino será essencialmente local. Leve e vibrante, porque assim pede o estado de espírito de quem se cansou durante um dia de luta." (*Folha da Noite*, 20 de janeiro de 1931, p. 2. Apud: Taschner, 1992, p. 58)

> *excedido por nenhum outro*." (*Anuário Brasileiro de Imprensa,* 1955, apud: Ribeiro, 2007, p. 92. grifo nosso)

Este trecho mostra de forma clara algumas questões que nos parecem fundamentais. A primeira é que nem sempre é possível definir estritamente que tipo de "jornalismo" um jornal de fato faz, quando pretendemos enquadrá-los em ideais "modernos" de uma instituição. A própria análise de Ribeiro (2007), que define os jornais vespertinos como pouco opinativos e, ao mesmo tempo, mais "genéricos" no trato das informações, evidencia que a "profissionalização" dos jornais foi se concretizando de forma um tanto quanto ambivalente ao longo deste processo. Conforme é possível perceber no trecho destacado acima, os discursos que intentam legitimar estas práticas são muitas vezes ambíguos e contraditórios, sendo possível um jornal atuar de forma "veemente" e "combativa", ao mesmo tempo em que teria conquistado um requintado grau de "objetividade" em suas reportagens. Estes discursos, que pretendem instaurar pontos de ruptura e transformações em um jornalismo que se diz "moderno" devem ser portanto vistos com cautela, já que aqui estamos cientes e frisamos a todo momento que nem sempre discursos e práticas podem ser encarados em sua aparente complementaridade.

É importante perceber que, justamente neste período, o jornal edita um caderno especial considerado pela própria empresa como sendo uma "referência editorial" na história do jornalismo brasileiro.[68] O "livro negro da corrupção", publicado em edição extraordinária no dia 26 de setembro de 1954, tinha como objetivo analisar o atentado contra Carlos Lacerda, cujos desdobramentos agravaram a crise que culminou no suicídio de Getúlio Vargas algumas semanas depois.[69] No dia anterior, na edição do dia 25 de setembro, *O Globo* anunciava a seus leitores que o livro terá como objetivo "fixar no espírito do público brasileiro um dos momentos mais sombrios, talvez o mais melancólico, da nossa vida republicana".[70] Ao revelar o que considerava uma "avalanche de fatos vergonhosos" o jornal pretendia elucidar o desfecho de

---

[68] Disponível em: http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/edicoes-especiais/jogo-sujo-na-antessala-do-poder-8890725 Acesso em: 03 de novembro de 2016.

[69] O caso, conhecido como o "atentado da rua Tonelero", ocorreu em 5 de agosto de 1954 em frente à casa do jornalista e político Carlos Lacerda, grande opositor e desafeto de Getúlio Vargas. Na ocasião, o jornalista fora atingido no pé, após uma emboscada seguida de troca de tiros que resultou na morte de Rubens Florentino Vaz, oficial da aeronáutica que fazia sua segurança. A conturbada investigação do caso, assumida posteriormente pela própria Aeronáutica na chamada "República do Galeão", sentenciou que Gregório Furtado, conhecido como "Anjo Negro" e chefe da guarda pessoal do então presidente, estava envolvido diretamente no crime, ao contratar uma espécie de "pistoleiro" para executar Lacerda. Para mais sobre os ainda controversos desdobramentos sobre o caso, consultar uma matéria produzida pelo próprio *O Globo*, 60 anos depois: http://oglobo.globo.com/sociedade/historia/sessenta-anos-depois-atentado-da-rua-tonelero-ainda-gera-especulacoes-13466468 Acesso em: 04 de novembro de 2016.

[70] "O livro negro da corrupção" amanhã em todas as bancas de jornais. *O Globo*, ano XXX, nº 8708, p. 1, 25 de setembro de 1954.

uma crise que não teria outra solução que não o afastamento de Vargas. Agora, afirmava o jornal, "a sua lembrança jamais estará dissociada dessa vasta onda de corrupção."[71] As reportagens e documentações apresentadas pelo jornal seriam, segundo o texto, uma história protagonizada pela:

> mais perigosa legião de delinquentes que jamais tomaram conta de uma cidade. Os pupilos que o "tenente" Gregório recrutou para zelarem pela segurança pessoal do Chefe do Estado eram uma malta de desordeiros, de vigaristas, de moedeiros falsos, de exploradores do jogo do bicho, de chantagistas, etc. Inescrupulosos por índole ou por conveniência, desocupados, em decorrência da própria atividade profissional, não hesitaram em empunhar suas armas para assassinar um jovem oficial da Aeronáutica, num atentado, cujo alvo principal era o combativo jornalista Carlos Lacerda. [o "livro negro da corrupção" é uma "advertência aos leitores"] aos quais compete evitar que os beneficiários do peculato e da fraude venham, ainda, por incúria ou displicência do eleitorado, retomar os postos de comando da nossa Pátria.[72]

Pela apresentação que o jornal faz a seu leitorado fica explícito que tom terão as matérias a ser publicadas. O caráter "combativo" assumido pelo *Globo* é evidente, não apenas pela posição "clara e definida" que toma, mas também e, acima de tudo, pela forma que apresenta seu texto: extremamente adjetivado e com o principal objetivo de "advertir" os possíveis (e)leitores sobre os verdadeiros culpados do acontecimento. Isso porque pretendia entregar um documento para a "meditação" de seu público, "tanto mais oportuna, quanto mais próximo nos achamos do pleito de 3 de outubro"[73]. Assim, diferente do que afirmara o *Anuário Brasileiro de Imprensa*, por exemplo, é evidente que o jornal, a partir de seus posicionamentos, tinha como objetivo conduzir rumos e (in)formar opiniões que também estavam na ordem do personalismo político e partidário.[74]

O "livro", publicado no dia seguinte, deixava claro logo em sua capa: "ainda que incompleto", pretendia ser apresentado como um "documento para a História."[75] Seu formato de "edição extraordinária", composto por nada menos do que 32 páginas buscava, além de

---

[71] Idem.
[72] Idem.
[73] Idem.
[74] É importante lembrar que o "livro" foi publicado praticamente um mês após o suicídio de Vargas, ocasião em que o jornal fora severamente atacado por simpatizantes do ex-presidente, - que chegaram a apedrejar a sede da empresa e queimar seu carros de reportagem, - já que a figura de *O Globo* era diretamente relacionada ao anti-getulismo. A empresa era também alinhada ao posicionamento político de Carlos Lacerda, que dera grande visibilidade ao jornalista ao ceder espaço para seus notórios e inflamados discursos contra Vargas transmitidos pela Rádio Globo. Ainda hoje, o papel do jornal na "conspiração" contra Getúlio é tema de questionamentos e, segundo a própria empresa, uma "acusação falsa" atribuída a ela. Para seu posicionamento sobre a questão, consultar: http://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/jornal-natildeo-conspirou-contra-getuacutelio-9471143 Acesso em: 04 de novembro de 2016.
[75] O livro negro da corrução. *O Globo* - edição extraordinária, p. 01, 26 de setembro de 1954

destrinchar o acontecimento, atingir diretamente a figura e o governo de Vargas.[76] Contando com uma série de textos e análises sobre o acontecimento e suas conjunturas, o livro apresentava também o então inédito "inquérito do Galeão", com testemunhos e depoimentos transcritos na íntegra, seguido de uma série de ilustrações e fotografias que aproximavam o leitor dos fatos e personagens. É interessante pensar que, ao ser apresentado como um "documento" repleto de outros documentos, o "livro" de certa forma isentava a fala do próprio jornal, uma vez que sua cobertura, em alguns pontos, se limitava em apenas evidenciar os fatos. Por mais que seus textos fossem carregados de um teor claramente combativo, com forte posicionamento político, a forma como os apresentava muitas vezes acabava por blindá-lo em um caráter meramente objetivo.

Ainda assim, o jornal procurava explicitar a seu público as "razões de sua atitude". Em texto que abre o caderno na segunda página, afirmava que jamais faltara ao "imperativo" de seu "grande dever":

> O GLOBO, sem ser um órgão político, no estreito sentido partidário, nunca deixou de tomar parte e de opinar, com coragem e independência de julgamento, em todas as campanhas cívicas, que desde a sua fundação agitaram o nosso país. E, mais do que isso: as nossas intervenções nos debates, mesmo os mais apaixonados, sempre se revestiram de um cunho de seriedade nas atitudes, moderação nas palavras, respeito às pessoas, fidelidade aos princípios fundamentais da democracia e aos interesses impessoais da Patria.[77]

Aqui preocupa-se o jornal em definir capacidades que intentam obviamente o "ser-reconhecido" no outro, seu público, razão de seu discurso. Para isso é preciso que, antes de mostrar matérias e discutir o acontecimento, o jornal impute a seu nome algumas vozes que o aproxime de alguns atributos e, ao mesmo tempo, o afaste de outros, como se pretendesse afirmar: "*não somos políticos, mas jamais deixamos de opinar; mostramos documentos, reproduzimos testemunhos, que mostram de maneira objetiva aquilo que de fato ocorreu.*" É explicitando suas razões que o jornal pode definir-se de forma mais segura como apartidário, independente e, portanto, portador de um discurso "profissional" que se aproxima da forma

[76] Como é possível perceber nos títulos e chamadas de alguns dos textos que apareciam com grande destaque nas páginas: "Pequena história de um governo corrupto"; "Fim de uma era negra da História de um povo desafortunado"; "A pátria degradada"; "Atingidas a integridade e a autoridade do governo"; "Valerá a pena reelegê-lo?" (este último, o título de um texto sobre Luthero Vargas, filho de Getúlio. Então deputado federal e um dos fundadores do PTB, Luthero, - citado no inquérito do caso Tonelero - era tido como um grande desafeto de Carlos Lacerda.) Dentre vários outros textos, o "livro" contava ainda com um artigo de página inteira assinado pelo próprio Carlos Lacerda, onde o jornalista procurou fazer sua análise definitiva sobre os embates travados contra o jornal *Última Hora*.

[77] As razões de nossa atitude. O livro negro da corrução. *O Globo* - edição extraordinária, p. 02, 26 de setembro de 1954

mais precisa de uma "verdade" dos acontecimentos. Se este jornalismo tem paixão, esta é uma paixão "moderada" e "fiel", pois praticada, conforme afirmava ainda o texto, por uma "posição coerente" que jamais "se afastou da pauta do interesse público".[78] Neste sentido, finalizava e frisava *O Globo*, o "livro" surgia como um "dever indeclinável" de divulgar provas de um crime, mesmo sem ter predileção alguma por partidos ou preferências pessoais, já que tinha as "mãos livres de compromissos": "que cada eleitor escolha a sua legenda, mas que saiba documentadamente qual foi a causa do desastre do Governo Vargas."[79]

Discursos de autolegitimação são importantes justamente por isso: "livrar as mãos", evidenciar capacidades que, ao menos em nível discursivo, intentam ser legitimadas e definir aquilo que um jornal pretende ser enquanto instituição. É por isso que, frisamos novamente, precisamos encará-los em sua aparente ambiguidade. Só percebendo que atributos um jornal define para si neste percurso do reconhecimento é que melhor poderemos identificar suas vozes naquilo que ele diz ser discursivamente, como uma verdade que se revela "no" jornalismo. Um documento como o "livro negro da corrupção" mostra muito bem que tipo de ambiguidades são essas, uma "modernidade" que é atribuída a estes jornais em sua constante ambivalência, entre notícia e opinião, discursos, práticas e intenções. Entre posições "claras" e "definidas" e a busca de isenção e imparcialidade, uma "verdade" só pode ser considerada como tal se colocada no nível da justificação e da argumentação, pois está inserida nas arenas discursivas da luta por reconhecimento.

Mas não será nossa intenção analisar a fundo o teor destas reportagens ou problematizar se de fato o que se produziu aqui foi um jornalismo mais "profissional" e "verdadeiro", nos moldes pregados por seus discursos de autolegitimação e por atributos que definimos como sendo intrínsecos ao da própria instituição. Até porque o foco de nossa análise será direcionado a outra conjuntura. O mais importante neste momento é perceber como estes discursos foram apropriados no tempo pela própria empresa, com o objetivo de legitimar certo protagonismo e/ou inseri-la como um agente importante no processo de transformação de um jornalismo em curso.

Em junho de 2015, próximo às comemorações dos 90 anos de fundação da empresa, *O Globo* publicou uma reportagem que tinha o intuito de rememorar a "ousadia editorial" feita

[78] As razões de nossa atitude. O livro negro da corrução. *O Globo* - edição extraordinária, p. 02, 26 de setembro de 1954.
[79] Idem.

pelo jornal à época, que teria "inovado" o modo de se fazer jornalismo da imprensa brasileira.[80] O "livro negro", de acordo com a matéria, tinha seu lugar definido na História. Era o que atestava Alzira Alves de Abreu, historiadora especialista no tema e entrevistada pelo jornal para respaldar a argumentação do texto. Este lugar foi garantido muito mais por sua "contribuição ao jornalismo brasileiro do que pelos fatos que trouxe à tona", afirmava a historiadora. Isso porque se dera em um momento fundamental no processo de transformação do "moderno" jornalismo do país. Até praticamente o início da década de 1950, frisava a matéria, o que se via era um jornalismo com "discursos publicados na íntegra", que retratavam muito bem as "paixões políticas" da época, com seus textos "carregados de adjetivos."

Este processo de transformação, que tornou o jornalismo no Brasil mais objetivo e "menos apaixonado", passou pelo "livro negro" e pelo próprio modo de fazer jornalismo em *O Globo*, avaliava Alzira Abreu. Aqui a matéria reproduz, com o respaldo de um especialista, o discurso legitimado pela instituição de que a "modernização" do jornalismo se constituiu por um processo de autonomização da notícia, com reformas técnicas que, gradativamente e influenciado por um modelo norte-americano, tornou a imprensa brasileira mais "autônoma", distanciando-se das cercanias do poder e de uma forma "literária" na produção de seus textos. Ainda assim, a autora frisava que, "evidentemente, as paixões políticas não desapareceram de seus textos, mas começou a haver uma separação entre jornalismo e literatura. As redações passaram aos poucos às mãos de gestores profissionais. Vejo o caderno como parte deste processo."[81]

Assim como a análise da historiadora, que não se preocupou tanto com os fatos em si, ou com o que de fato eles diziam ou pretendiam evidenciar, a questão aqui é perceber *como* eles nos foram apresentados e, acima de tudo, como esta estratégia acabou por ser utilizada no tempo. Ao se apropriar de outros discursos para respaldar sua fala, é a empresa quem procura legitimar o caderno como um marco, não só para a sua própria história, mas para a história do jornalismo no Brasil, imputando capacidades àquilo que seria considerada como uma maneira "profissional" e, portanto mais "verdadeira" de se fazer jornalismo.

Ainda que ciente das limitações inerentes a um processo em curso, - já que, conforme vimos, este jornalismo estava longe de sair das esferas das paixões políticas, - era preciso que o texto, com a fala da especialista, reforçasse o papel de pioneirismo protagonizado pelo jornal

[80] Caderno especial do GLOBO inovou ao reconstituir a crise que levou Vargas à morte. Disponível em: http://oglobo.globo.com/brasil/caderno-especial-do-globo-inovou-ao-reconstituir-crise-que-levou-vargas-morte-16581622 Acesso em: 08 de novembro de 2016.
[81] Idem.

e suas práticas "modernizantes". É só com este constante discurso de autolegitimação que uma empresa consegue inserir-se nas arenas do reconhecimento simbólico, imputando ao seu nome capacidades que a pretendem fazer ser identificada como portadora de certas qualidades historicamente definidas. Assim, estes discursos acabam por minimizar atributos considerados "negativos" e/ou que estavam em processo de desaparecimento, como se fosse uma questão de tempo para que "adjetivos" ou "paixões políticas" deixassem de fazer parte de um jornalismo complemente isento, objetivo e apartidário como aquele que, ao que supostamente evidenciava o texto, era praticado pelo jornal 60 anos depois.

Vamos focar agora rapidamente no caso das *Folhas*, antes de nos debruçarmos separadamente sobre cada contexto. Primeiramente é importante frisar que ainda estamos nos referindo ao jornal no plural: *as Folhas.* Até 1959 a empresa publicava diariamente três jornais, *Folha da Noite* (fundado em 1921), *Folha da Manhã* (1925) e *Folha da Tarde* (1949). Em sua primeira fase, a empresa - ao praticar aquilo que ela mesmo definira como sendo um jornalismo "oportunista" e "incoerente" - não possuía claramente um projeto e/o plano de orientação política mais definida, já que que se articulava conforme as demandas da conjuntura. Diferente de *O Globo*, que sempre fora pautado por orientações mais claras, talvez em virtude de sua estruturação familiar, as *Folhas* se articularam sob diversas formas ao longo do tempo. [82]

A empresa, que fora fundada por Olival Costa e Pedro Cunha, em 1921, passou ainda à mão de Octaviano Alves de Lima, entre os anos de 1931 e 1945. Mas foi sob a direção de José Nabantino Ramos (1945-1962) que os "tempos modernos" teriam chegado às *Folhas* (Pinto, 2012). É nesta fase que, segundo as análises recorrentes, os jornais vão dinamizar uma concepção mais "moderna" e "empresarial", assumindo contornos mais nítidos de um jornal urbano da e para a classe média. Impulsionado por um ideal desenvolvimentista, Nabantino será considerado o responsável por racionalizar o trabalho que daria uma nova postura à empresa, procurando reduzir o caráter paternalista/personalista presente em muitos jornais naquele momento. (Mota e Caelato, 1981).

É muito perceptível, nas análises que procuram entender este período, o papel de protagonismo atribuído à figura do "herói modernizador" Nabantino Ramos (Mota e Caelato, 1981). Com sua posição "burguesa", procurou adequar os jornais a uma série de fórmulas, com o objetivo estrito de regular a atividade jornalística, acabar com improvisações e manter a

[82] "Não se pode dizer que haja uma continuidade marcante em todas as fases de sua história. Ao contrário, as oscilações foram muitas, variando inclusive os proprietários da empresa", afirmam Mota e Capelato (1981, p. III), na introdução de sua "História da Folha de S. Paulo". Para uma leitura da fase inicial do jornal, sob a qual não nos ateremos em detalhes, sugerimos a leitura do referido livro, bem como de Taschner (1992).

disciplina e a racionalidade de sua empresa em um viés liberal e modernizador. [83] Apesar disso, a nova fase das *Folhas* fora capitaneada também por um grupo de sócios e gestores que, obviamente, ainda mantinham interesses e a defesa de causas particulares. Logo na primeira edição sob a nova direção é possível perceber o teor desta postura, quando, em editorial, procurava a empresa se manifestar:

> Em virtude de entendimento com um grupo de amigos, lavradores e criadores do nosso Estado, ajustei com o sr. Octaviano Alves a aquisição das "Folhas". Eu e meus amigos tomamos a iniciativa com o propósito definido de propugnar pelos interesses da lavoura e da pecuária, através de um amplo programa de defesa de ambas as classes, que enfrentam, no momento atual, sérias dificuldades. Para a execução desse plano, tivemos logo a ideia de aproveitar a magnifica organização das "Folhas". [...] passaremos, em breves dias, à organização da sociedade anônima, que deverá incorporar o patrimônio destes jornais [...para que possa] atingir, com mais eficiência, as suas altas finalidades. As "Folhas", seguindo a sua velha tradição de imparcialidade, não defenderão partidos políticos. Querem lutar por ideias e princípios. Imparciais na apreciação e julgamento dos acontecimentos, será escusado esclarecer que defenderão, intransigentemente, o regime democrático, em perfeita consonância com a índole e os sentimentos brasileiros.[84]

O editorial, assinado por Alcides Ribeiro Meirelles, um dos novos diretores-presidentes da empresa, nos soa como uma evidência clara de que de fato não houve uma abrupta ruptura com o modo de se fazer jornalismo da antiga gestão. [85]O que ocorreu foi que "um grupo de

[83] Advogado de profissão, Nabantino Ramos foi considerado por muitos como um dos grandes "modernizadores", não apenas das *Folhas*, mas do jornalismo brasileiro como um todo. De acordo com o jornalista Audálio Dantas, por exemplo, Nabantino fora "talvez a mais curiosa, a mais importante figura do jornalismo brasileiro. (...) foi o homem que pegou a *Folha* e começou a conduzi-la para a grande indústria." (apud. Taschner, 1992, p.63) Outros estudos, como a tese de doutorado de Laercio Arruda (2007) seguem uma linha parecida, ao colocar Nabantino no panteão dos grandes e pioneiros modernizadores da imprensa. Mas é interessante perceber que, em seu próprio livro, "Jornalismo, Dicionário Enciclopédico" (1970) Nabantino afirmou que ao assumir o jornal, em 1945, sabia de jornalismo "tanto quanto sabiam os seus leitores" e, para se atualizar na área, "devorava toda a literatura estrangeira que havia sobre o assunto." Este discurso nos remete novamente à análise de Ortiz (1989) sobre a emergência da indústria cultural no Brasil e a própria estrutura do empresariado brasileiro que motivou estas modernizações. Ao se apropriar das categorias propostas por Cardoso (1972) sobre os "capitães da indústria" e os "managers" o autor diagnostica que "O primeiro é marcado mais pela usura do que pela exploração metódica e racional da força de trabalho. Ele caracteriza o empresário pioneiro, que "tira dinheiro da pedra", mas que atua mais na base do empirismo, utilizando procedimentos tipicamente aventureiros, que normalmente desembocam em práticas de manobra de mercado. [...] A contrapartida a esse tipo de mentalidade pode ser encontrada no homem de empresa; neste caso temos indivíduos preocupados com a reorganização técnica e administrativa dos empreendimentos e com o aumento de sua eficácia. [...] Numa situação competitiva, este tipo de homem confia e atua através da capacidade de previsão, que busca adequar a produção à situação real do mercado. [...] A contraposição entre esses dois tipos ideais, o capitão da indústria e o *manager*, permite, portanto, caracterizar a "mentalidade capitalista" do empreendedor numa sociedade como a brasileira." (Ortiz, 1989, p. 57) Como poderemos perceber, este processo foi bem característico no caso das *Folhas*, ainda que caminhando de forma um pouco contraditória entre estas duas categorias. Isto porque o processo de desenvolvimento destes jornais, ao ser alavancado por dirigentes que se diziam muito mais "empresários" do que "jornalistas", faz com que pensemos estes atores tanto como "aventureiros" quanto como "managers". Situação que irá ocorrer mais à frente também com a gestão dos Frias.

[84] Alcides Ribeiro Meirelles. Emprêsa Folha da Manhã Ltda. *Folha da Manhã*, ano XX, p. 1, 10 de março de 1945.

[85] Antiga gestão (entre 1931 e 1945) que fora identificada por Mota e Capelato (1981), por exemplo, como sendo a da "voz da lavoura", quando a empresa se utilizou dos jornais para defender causas específicas de uma parcela

amigos", aproveitando o "prestígio" angariado pelos jornais ao longo dos anos, decidiu comprar a empresa para defender interesses e causas bem delimitadas. Mas como defender interesses ao mesmo tempo em que se pretendia seguir uma "tradição de imparcialidade"? Se afastando estritamente da política partidária. Defendendo ideias, a democracia e seus princípios, apenas. Esta noção, de que jornalismo se faz com intencionalidades e, ao mesmo tempo, com isenção, denota mais uma vez como os processos de modernização, entre discursos e práticas, são sempre carregados de ambiguidades. Há sempre uma "verdade" intrínseca ao jornalismo que aparece escorada entre fatos e opiniões e que torna a constituição "moderna" do jornalismo um tanto quando paradoxal.

Ainda assim, Taschner (1992) aponta que este é um momento em que determinadas posturas e defesas de causas começam a aparecer de forma menos apaixonadas. Por mais que o novo grupo gestor estivesse assumindo interesses explícitos, uma linguagem mais empresarial começava a aparecer, quando, por exemplo, falava-se da constituição de uma sociedade anônima, focada em uma melhor "organização" do empreendimento, em sua "eficiência". E, no mais, o que se defenderá de forma "intransigente" não será mais a sua única e exclusiva causa, mas a democracia, um conceito genérico, que abrange um público mais amplo e heterogêneo.[86]

É preciso portanto que, novamente, nos apropriemos destes discursos de modernização com cautela, já que novas posturas foram sendo implementadas aos poucos e nem sempre de forma unânime. Fato é que o período pós 1945 foi de significativas transformações para as *Folhas*, que começavam a se constituir sob bases empresariais mais sólidas, preparando o caminho para que o grupo se consolidasse como um grande conglomerado na gestão seguinte. Isso se deu de forma mais concreta quando Nabantino começou a assumir certo protagonismo frente a seus outros parceiros de empresa. Sua figura controversa - "admirado por alguns jornalistas, detestado por outros", atestava Taschner (1992, p. 63) – mas dinâmica e gestora, foi responsável por inserir a empresa no "espírito do capitalismo" moderno. Assim que constituída a "Empresa Folha da Manhã s/a", que se mantem até hoje, o capital do grupo passou de 2 para 10 milhões de cruzeiros, passando, três anos depois, para 40 milhões, valor que, em 1950, já

da população. Aparentemente as mesmas causas da gestão seguinte, - ao menos neste momento de transição -, como podemos perceber pelo editorial.

[86] Com o término do Estado Novo (1937-1945) a ideia de democracia "surgia em todos os discursos, em todas as propostas", afirmavam Mota e Capelato (1981, p. 103), ainda mais nos setores ligados à grande imprensa, onde "a ideologia da neutralidade aflorava com vigor, a isenção ante os novos partidos políticos sendo procurada como prova de limpidez "democrática", que não excluía certo namoro com a UDN. O que, portanto, não significava efetivamente que fosse "neutra", seja em relação aos capitais que a sustentavam, seja em eventual simpatia por alguma personalidade da República."

havia atingido a casa dos 100 milhões. Foi neste período também que a empresa investiu em equipamentos e construiu novas instalações, como o prédio da rua Barão de Limeira, em 1953, atual sede do grupo no centro de São Paulo. (Taschner, 1992)

Encarando o jornalismo como uma "missão", o caráter burguês e liberal de Nabantino procurou portanto racionalizar o modo de gerência das *Folhas*. Isso fez com que, aos poucos, o caráter agrário e personalista do jornal fosse abrindo espaço a uma postura urbana, impessoal, fiscalizadora, pautada por normas e regras cada vez mais estritas e estabelecidas. [87]Questão que preocupava diretamente o novo gestor e que, de acordo com ele, deveria não apenas ser implementada, mas publicizada, para que seus leitores entendessem que tipo de jornalismo se estava fazendo ou, ao menos, se procurava praticar a partir de então. (Mota e Capelato, 1981)

É sob estas premissas que o jornal publicou, em 1948, o "Programa de Ação das Folhas", documento que procurava fixar a nova postura da empresa, sua filosofia de trabalho e concepções políticas. Criado em virtude da reforma feita por seu novo estatuto, o Programa, que deveria ser "cumprido obrigatoriamente", tinha como princípio básico a "absoluta imparcialidade em política partidária e inflexível defesa do interesse público."[88] Para isso, acreditava que os "diferentes aspectos" da atividade jornalística deveriam ser considerados sob quatro premissas: a informação, a opinião, a colaboração e as fontes de receita. No que tocava o aspecto da informação, as *Folhas* afirmavam que iriam noticiar

> tudo que de importante acontece no mundo, no país, no interior e na capital do Estado, *e o fazem de maneira objetiva, para que suas páginas espelhem fielmente os fatos*. Não os inventam, nãos os omitem, não os alteram, para servir a quaisquer propósitos ocultos, sejam religiosos, políticos, econômicos ou sociais. Sejam bons ou maus, agradem ou não a quem quer que seja, *os fatos aparecerão sempre nas "Folhas"*.[89]

Para que esta proposta de "fidelidade aos acontecimentos" se efetivasse era necessário portanto que a informação, - "objetiva", espelho fiel dos fatos – aparecesse precisamente em oposição à opinião. Uma opinião que, frisava o jornal, deveria ser explicitada "sem paixão", já que preferia que estas fossem "mais seguras do que brilhantes, mais justas do que veementes." O "ilimitado e controvertido" campo das opiniões deveria assim ser expresso com cautela, pautado por uma série de "especialistas" que, deliberando sobre os assuntos mais importantes

[87] É deste período, por exemplo, a fundação da *Folha da Tarde* (1949), terceiro jornal do grupo. Em seu editorial de apresentação, publicado na primeira edição, a empresa apresentava-o como um "jornal da cidade" que pretendia acompanhar "com especial atenção a vida paulistana" e que "promoverá campanhas" que dizem respeitos aos problemas de toda a população. Assim, a *Folha da Tarde* atuaria como um "jornal moderno e noticioso, simultaneamente empenhado nas tarefas de bem informar e orientar com serenidade e independência." (*Folha da Tarde*, 1.7.1949, apud: Taschner (1992), p. 75-76)

[88] Programa de Ação das Folhas. *Folha da Manhã*, ano XXIII, nº 7422, p. 6, 13 de junho de 1948.

[89] Idem. Grifo nosso.

de determinado momento, tomariam posições, indagando "obrigatoriamente o que mais convém, não a governos, partidos ou classes, mas apenas ao 'interesse público.'"[90]

Com relação à colaboração, afirmavam as *Folhas* que vinham progressivamente trabalhando para ampliar e melhorar seu grupo de profissionais, ainda que procurariam dar sempre prioridade às notícias em detrimentos de artigos e/ou opiniões. Isso porque estavam seguras de que seus leitores, quando compram um jornal "preferem encontrar noticiário abundante. O espaço destinado à colaboração, *nos jornais modernos - porque são sobretudo veículos de informação* - é ordinariamente menor que o das notícias."[91]

Ao explicitar um "Programa" com normas e orientações bem definidas, fica claro que a empresa procura imputar capacidades para assumir-se como "moderna", acima de tudo. Moderna porque regida sob uma lógica que passa a priorizar a notícia, diferenciando fatos de opiniões. Moderna porque espelharia aquilo que acontece no mundo de forma isenta, sem paixões e/ou distorções. E, se quando necessário um comentário, o faria sem quaisquer interesses de grupos ou partidos políticos. Por mais que pretenda se passar por isento, este tipo de discurso expressa bem a postura de uma "ideologia encoberta" (Mota e Capelato, 1981) típica da consciência burguesa que passa a gerir o jornal neste momento. Isso se verifica não apenas nas teses expressas no "Programa", mas na própria forma e estilo que pretende o jornal praticar a partir de então: um jornalismo que não se quer mais "apaixonado", no sentido estritamente político. Que se quer seguro de suas opiniões e as proclama de forma mais "justa" do que "veemente".

Como uma empresa "moderna" que se dizia baseada exclusivamente em sua atividade jornalística, o "Programa" afirmava ainda que as *Folhas* não possuíam outras fontes de receita que não as provenientes de "assinatura, venda avulsa e publicidade". Ainda assim, seu espaço estaria aberto, "salvo circunstâncias particulares", a qualquer interessado. Neste sentido, matérias pagas poderiam ser publicadas se devidamente identificadas como anúncios, se meramente informativas, - desde que não constassem ataques pessoais, - e, "em se tratando de discursos, conferencias, manifestos ou quaisquer outros textos, de fundo político ou não, *que se revistam de interesse jornalístico, a juízo da Direção*."[92]

Fica claro aqui mais um aspecto que então pretendia imputar-se à identidade das *Folhas* sob seu viés "moderno". A liberdade de opinião, de imprensa é a liberdade *da empresa.* Caberia

[90] Idem. Ainda assim estas posições estariam orientadas, segundo o Programa, a partir de algumas "linhas mestras predeterminadas" e que se dariam sob três aspectos centrais: "política internacional", "organização e funcionamento do Estado Brasileiro" e a "questão social".
[91] Idem. Grifo nosso.
[92] Idem. Grifo nosso.

a ela delimitar o que seria de interesse (de seu) público e o que de fato poderia ser definido como um acontecimento a ser noticiado e comentado. O "interesse jornalístico" diz respeito àquilo que é de interesse da empresa e que passará pelo juízo de *sua* direção. Aquilo que acontece de importante no mundo, na cidade ou no país, os fatos dignos de serem reconhecidos como tal, podem portanto passar por um crivo que nem sempre espelha "fielmente" os acontecimentos, mas que passa por um filtro de intenções e interesses. Estas "intenções" acabam por diluir-se nos discursos de autolegitimação, já que muitas vezes buscam apenas firmar uma verdade "do" jornalismo. Verdade que pretende legitimar-se como algo intrínseco à sua própria imagem e que nem sempre se justifica na prática, àquilo que diz respeito à construção de uma verdade "no" jornalismo.

Apesar das evidentes discrepâncias inerentes a todo percurso de autolegitimação, o "Programa" das *Folhas* é considerado como um importante passo na tentativa de fixar uma maior profissionalização à empresa. "Documento raro na história da imprensa brasileira" (Mota e Capelato, 1981, p. 133), suas propostas de ação intentaram portanto imprimir maior racionalidade aos jornais, imputando às suas vozes uma série de atributos que os definiam como "capazes" de praticar um jornalismo "profissional" e "verdadeiro". Atitude que, segundo os autores, vai passar por "difíceis testes" após sua implementação, ao procurar traduzir um equilíbrio entre teoria e prática. Para Pilagallo (2012, p. 131) o documento serviria como base de um "pioneiro processo de modernização", mesmo que tenha orientado normas de trabalho "nem sempre alcançadas". Ainda assim ressaltava que, em um momento de forte polarização política, onde "interesses partidários ditavam manchetes", a simples busca por uma "objetividade factual" baseada na imparcialidade já representava um "avanço substancial" àquele tipo de jornalismo.[93]

A década de 1950 teria sido portanto um período de experiências fundamentais para definir que tipo de personalidade a empresa começaria a assumir nos anos subsequentes, ao menos em seus discurso de auto-referenciação, conforme veremos. Personalidade que, paradoxalmente, não está imune às incoerências da própria conjuntura e que a torna, de certa forma, um tanto quanto esquizofrênica. Ao pretender legitimar-se como um jornal "isento", as *Folhas* acabavam por tatear sempre um "espaço ideal entre a "direita" e a "esquerda", entre o

[93] "A declarada imparcialidade das *Folhas* não significava que os jornais deixassem de se posicionar sobre os governos", frisava Pilagallo (2012, p. 132). Vale ressaltar também que o período das "*Folhas* de Nabantino" foi considerado por Mota e Capelato (1981) como sendo um momento onde os jornais protagonizaram sucessivas campanhas em prol de causas e interesses particulares. O estilo "racional" pregado pela empresa "não excluía certo ardor de combate nas campanhas que, sob o comando de Nabantino, se travavam em todas as direções." (Mota e Capelato, 1981, p. 109)

passado e o futuro, entre as camadas inferiores e superiores da sociedade. [...] posição que enfrentaria ao longo do tempo adversidades de todos os tipos." (Mota e Capelato, 1981 p. 133)[94]

Há portanto, por mais que seus discursos de autolegitimação procurem camuflar, um posicionamento político-ideológico claro que orienta o processo de modernização destas empresas e que não podemos jamais negligenciar. Como uma empresa burguesa, inserida agora sob outros moldes de orientação, estes jornais, ao se definirem cada vez mais como "objetivos", "imparciais" e "apartidários", estariam também enxergando a possibilidade de inserirem-se como um produto mais abrangente, que pudesse dialogar com uma quantidade cada vez maior de leitores, ampliando assim seu mercado potencial e sua influência junto ao público. (Taschner, 1992)

No ano seguinte a empresa, provavelmente visando mais uma estratégia de otimização do empreendimento, realizava a fusão de seus jornais, que circularam separadamente pela última vez no dia 31 de dezembro de 1959.[95] A primeira edição da *Folha de S. Paulo* citava em editorial que objetivava dar um "padrão comum" aos jornais da empresa e que, sem querer soar regionalista, o novo nome tinha apenas um objetivo: apresentar-se como "um jornal a serviço do Brasil", slogan que até hoje subscreve a marca da *Folha*. Ao fim, afirmava ainda que a "árdua e extensa caminhada profissional" seguida pelo grupo iria permanecer intacta com a fusão: "o jornal continuará sendo o mesmo, e logo nos habituaremos com o novo nome."[96]

Atravessando este período, que consolidaria a "matriz-básica da ideologia da *Folha*" (Mota e Capletato, p. 103), a gestão de Nabantino irá lançar ainda as suas "Normas de Trabalho da Divisão de Redação" (1959), um volume de 275 páginas que em tese condensaria a experiência do dirigente frente aos jornais. O texto, de acordo com Pilagallo (2012, p. 132)

[94] Apesar desta posição sempre hesitante o que os jornais ensejaram, de acordo com Taschner (1992, p. 72) foi "caminhar pelo centro de duas tendências de classes dominantes, que se tornaram importantes nos anos 50 e polarizaram cada vez mais o debate político até 1964." Desta forma, as *Folhas* deste período foram "desenvolvimentistas, mas a favor do capital estrangeiro", "namoraram a UDN" sendo anticomunistas como ela, eram "legalistas", ao se preocupar com a questão social e em adaptações que pudessem promover reformas "na parte para não mudar o todo". Atuavam os jornais, portanto, "no limite da defesa de fins considerados legítimos em si mesmo [...] e uma ótica pragmática que, ao perscrutar a direção dos ventos, reconhece a existência de contradições no capitalismo e da possibilidade de uma luta de classes; e procura defendê-lo, a partir da postura que lhe pareça mais eficaz." (Taschner, 1992, p. 73)

[95] Transição que fora anunciada pelos jornais com uma breve nota de capa desejando "aos nossos amigos" os votos de "feliz ano novo." Além disso a empresa publicou um anúncio institucional onde alertava seus leitores sobre uma mudança que não alteraria sua "linha de conduta": "O que se faz, agora, é unificar, pelo nome jornais já unificados por um noticiário geral básico e por uma linha de conduta que se traduz em imparcialidade na informação e independência na opinião." (Mudança que não altera nossa linha de conduta. Folha da Manhã, ano XXXV, nº 10949, p. 3, 31 de dezembro de 1959)

[96] Folha de S. Paulo. Um jornal a serviço do Brasil. *Folha de S. Paulo*, ano XXXV, nº 10950, p. 03, 1 de janeiro de 1960.

"seria uma escola para as seguintes gerações de jornalistas"[97] em um momento em que incentivava-se a própria ideia de "profissionalização" do jornalismo, com a criação dos primeiros cursos superiores ao redor do país. Não raro, o próprio jornal realizava cursos de aperfeiçoamento em suas redações e condicionava metas a seus funcionários com o intuito de "otimizar" e melhor controlar a produção de suas notícias.

Mas esta postura gerencial e "disciplinadora" de Nabantino, ao mesmo tempo em que procurava impulsionar seu processo de modernização, acabou também por criar normas que muitas vezes eram "estranhas ao objeto" (Taschner, 1992), já que impostas por fórmulas pré-estabelecidas que tratavam os jornalistas "como se fossem operários de uma fábrica".[98] Acreditamos que este pode ser pensado como um primeiro aspecto de uma "modernização autoritária" implementada pela empresa, visto que pretendia colocar o jornalismo sob os trilhos da modernidade, criando uma ruptura com o "arcaico" modo de produção outrora praticado.

Criou-se assim uma estrutura de desenvolvimento que, aos poucos, foi ultrapassando seu próprio criador, fazendo com que Nabantino gradativamente deixasse de reconhecer seu lugar na empresa. Isto acabou por alimentar inclusive uma série de dissidências e contradições que implicariam na ruptura de sua gestão, impulsionada por conjunturas oriundas de crises políticas, forte inflação e recessão, e uma greve de jornalistas ocorrida em 1961. Faltou-lhe "arrojo" (Mota e Capelato, 1981), para conduzir a empresa sob estes novos rumos e, de acordo com os autores, a greve chegara a abalar pessoalmente Nabantino, que sentira-se traído pelo movimento de paralização dos jornalistas. O que nos mostra também o caráter ainda paternalista que conduzia muitas relações na empresa, por mais que uma visão mais "racional" pretendesse predominar sob sua gestão.

Menos de um ano após a greve e dois anos após a fusão dos jornais, Nabantino daria início ao processo de venda da *Folha*, um jornal "precocemente envelhecido" e, neste momento, já de uma clara "timidez" editorial e empresarial. (Mota e Capelato, 1981, p. 187).[99]

---

[97] Ainda que referências a ele sejam bastante escassas e superficiais, principalmente após o lançamento e consolidação dos *Manuais de Redação* da *Folha de S. Paulo*, publicados a partir de meados da década de 1980. São eles que, impulsionados pelo "Projeto Folha", assumirão o protagonismo no processo de efetiva modernização do jornal, conforme veremos.

[98] "A maneira de escrever, de usar certas palavras, está disciplinada. O que deve e o que não deve publicar e assim por diante". (Nabantino Ramos: apud Taschner, 1992, p.92) Além disso, Nabantino chegou a criar um programa de premiação e punições, onde ganhava mais o jornalista que mais produzisse, em um sistema de avaliação que era na maioria das vezes pensado quantitativamente. Pinto (2012) afirma inclusive que Nabantino implementaria uma espécie de "polícia interna da língua", um professor que fiscalizava erros que eram descontados diretamente nos salários, o que resultou também em uma série de demissões decorrentes da "insuficiência técnica" dos jornalistas.

[99] Ainda assim é interessante perceber como a gestão de Nabantino, menos de um mês antes da venda do jornal, estampou na capa da *Folha* um anúncio que pretendia "comprovar sua imensa circulação." Ao seguir o exemplo "dos grandes jornais do mundo" apresentava uma "prova irrecusável" de suas vendagens, com a publicação de um

Independente de pensar em detalhes quais foram os motivos que levaram Nabantino a abandonar seu aparente tão promissor empreendimento, para nós perpassar todo este processo foi importante para perceber como ele ajudou a construir uma primeira imagem da empresa, imputando a ela capacidades intrínseca àquilo que seria o "moderno" e "verdadeiro" jornalismo que praticava, embora ainda cercado por iniciativas hesitantes, possibilidades e contradições inerentes a um procedimento em curso.

Foi sua gestão que deu início à formação da *Folha de S. Paulo*, um jornal de "porte médio" naquele momento[100], abrindo o caminho que a levou "de um diário pequeno e provinciano ao posto de maior jornal do país"[101], segundo o próprio discurso de autolegitimação da empresa. Já estava montada, portanto, a estrutura empresarial do grupo. "Todavia, faltava a consolidação do empreendimento. Os novos proprietários a levariam a cabo. Para isso contariam com disposição, recursos e habilidade para tirar proveito do novo quadro que então se esboçava." (Taschner, 1992, p. 99) Identificar qual "disposição", "recursos" e "habilidade" foram essas nos parece fundamental para problematizar um percurso do reconhecimento e imputar ao nome e às vozes do jornal aquilo que de fato ele diz representar. Vamos agora analisar separadamente cada caso, dando continuidade, inicialmente, ao percurso da *Folha*.

3.1. *Folha de S. Paulo,* seu nome e suas vozes

> A alteração havida na direção deste jornal em nada modificará a linha de conduta que ele vinha seguindo há perto de duas décadas. A FOLHA DE S. PAULO continua sendo, antes e acima de tudo, um jornal "a serviço do Brasil", em cujo futuro confia firmemente e para o progresso do qual prosseguiremos lutando com todas as forças, dentro dos limites das nossas atividades. A diretoria que acaba de demitir-se tinha *dois princípios transformados em verdadeira profissão de fé: informar com objetividade e opinar com independência. A nova apressa-se em assumir, de público, o compromisso de não se afastar dessa linha*. Os leitores que prestigiaram a FOLHA ao longo destes últimos anos, e que lhe permitiram alcançar a posição de destaque em que hoje se encontra, podem ficar seguros de que continuarão a encontrar em nossas páginas a *informação veraz, objetiva, fidedigna, com o*

documento produzido pela PRICE WATERHOUSE PEAT & CO, "famosos auditores ingleses" e que, já de conhecimento das agências de publicidade, parecia ter claro objetivo de legitimar o potencial mercadológico da empresa: "Até a presente data nenhum jornal brasileiro comprovou tão alta circulação [177.061 exemplares às edições matutinas-vespertinas de terça a sexta], com documento tão idôneo como o que oferecemos à apreciação de nossos leitores e anunciantes." (A Folha de S. Paulo comprova sua imensa circulação. *Folha de S. Paulo*, ano XLII, nº 12.089, p. 01, 22 de julho de 1962.)

[100] PILAGALLO, Oscar. Os 90 anos da Folha em 9 atos. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha90anos/877777-os-90-anos-da-folha-em-9-atos.shtml. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

[101] MACHADO, Uirá. Há 50 anos, as "Folhas" se tornavam a Folha de S. Paulo. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3012200908.htm Acesso em: 29 de novembro de 2016.

> *seu destaque condicionado apenas ao interesse jornalístico de que se reveste*.[102]

É com este editorial, publicado na edição de 14 de agosto de 1962, que inicia-se a gestão de Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho na *Folha de S. Paulo*. O novo grupo, que já podia se vangloriar de herdar uma tradição, fazia questão de publicizar a conduta que não irá medir esforços para preservar. Uma "imagem de si" que, historicamente, "muda para permanecer a mesma", já que pretende imputar ao jornal capacidades que sempre o definiram como objetivo, independente, fiel aos fatos e condicionado única e exclusivamente aos interesses de seu público. Este era o "verdadeiro" jornalismo que herdava a *Folha* e que a nova geração se dizia "capaz" de praticar já que, conforme discutimos anteriormente, em todo percurso do reconhecimento uma instituição necessita constantemente reforçar valores, definir-se como portadora de atributos e práticas específicas que se inscrevem e legitimam no tempo.

Dirigir-se ao outro é estratégia fundamental para que estes atributos inscrevam-se no próprio "nome" que o jornal diz representar, já que é na negociação discursiva com seu público que ele delimita seus espaços, cria vínculos e constrói uma identidade que pretende ser reconhecida e relacionada a determinado "dispositivo" que o envolve e engloba. Estes vínculos, que são definidos por um "contrato" de comunicação específico, carregam sempre uma carga de experiências (aquilo que o jornal "foi") e expectativas (aquilo que o jornal "é" ou "pretende ser"). São eles que inserem os jornais e suas vozes a seus contextos de produção, a uma história. Que inscrevem, portanto, os jornais em sua aparente credibilidade, legitimidade e autoridade ("eu sou capaz"), atributos essenciais para que possam continuar no percurso de sua luta por reconhecimento.

Uma vez percebido que tipo de jornalismo a empresa tem pretendido construir e representar é necessário que possamos agora inserir com cautela estas falas em sua historicidade. Isso porque, se os "ares modernos" já estavam presentes na *Folha* há praticamente mais de uma década, é neste momento que a "empresa rainha" (Taschner, 1992) e a formação do grande conglomerado jornalístico seria consolidado. Mas consolidado sob quais conjunturas? Como e em que circunstâncias? E, pensando além, sob que condições estes atributos, que definem uma verdade "do" jornalismo enquanto instituição, foram incrustando-se na própria história que o jornal diz pertencer a si?

---

[102] A serviço do Brasil. *Folha de S. Paulo*, ano XLII, nº 12.112, p. 01, 14 de agosto de 1962. Grifo nosso.

3.1.1. Comunidade interpretativa: vozes para o nome de um jornal

Para procurar entender a construção da imagem da *Folha*, seu "nome" e "vozes" ao longo deste percurso, vamos seguir algumas narrativas míticas, memórias, discursos e análises históricas, que acabaram por incrustar ao jornal alguns ares praticamente essencialistas. Receituários de um modo de ser que foram apropriados pelo jornal ao longo do tempo em seus discursos de autolegitimação, retroalimentando-se constantemente. Estes textos, em grande parte, caracterizam a gestão dos Frias, a partir de meados da década de 1960 (e principalmente entre os anos 1970-80), como aquela que de fato consolidou a "verdadeira" história da moderna *Folha de S. Paulo.* É a partir desta gestão que, acreditamos também, há uma preocupação maior partindo de seus próprios dirigentes para definir uma história da e para a instituição e que, historicamente, vai construindo a imagem que o jornal diz ser e representar. Uma narrativa que acaba por tornar-se "oficial" e procura legitimar a empresa como uma das grandes protagonistas do moderno e "verdadeiro" jornalismo profissional praticado no Brasil ao longo de meados da segunda metade do século XX.

Estas histórias são contadas e constantemente alimentadas por aquilo que vamos definir, na esteira de Zelizer (1992), como uma "comunidade interpretativa" de atores e discursos. Compartilhados e ressignificados no tempo, os discursos proferidos por esta comunidade acabam por criar determinados consensos e versões autorizadas sobre fatos e acontecimentos, orientando inclusive a forma como uma história deve ser lida ou encarada.[103] Para manter a coesão e a coerência destas narrativas há a necessidade de que sejam alimentadas pela repetição, legitimando-se assim como versões corretas, "verdadeiras", ou ao menos "autorizadas" a portarem-se como tal.

Assim, não apenas estas narrativas garantem seu reconhecimento e autoridade, mas a própria comunidade de atores sob a qual são proferidos estes discursos. Neste caso, o jornalismo e sua instituição. Criando suas próprias versões sobre os acontecimentos, mas também sobre uma ideia particular de instituição, a "comunidade interpretativa" faz com que ambos, jornalistas e jornalismo, alimentem sua autoridade. Autoridade que aqui é entendida como uma espécie de ritual que congrega seus membros, criando laços, noções comuns de representação

[103] Por mais que a autora esteja utilizando o termo para pensar como os jornalistas se (re)apropriaram da construção de um acontecimento em particular, - a cobertura do assassinato do presidente Kennedy nos EUA -, para definir e legitimar sua autoridade, acreditamos que o conceito também possa ser pensado para problematizar como uma série de discursos são utilizados para legitimar a própria prática jornalística enquanto instituição. Nós iremos nos utilizar deste conceito em outros momentos, em especial quando falarmos da construção dos acontecimentos referentes à ditadura militar, na segunda parte da tese.

sobre ela e si mesmos. A autoridade seria, portanto, um "constructo" da própria comunidade. (Zelizer, 1992)

Podemos facilmente identificar estas narrativas nos discursos que pretendem legitimar uma aura "moderna" à constituição da *Folha de S. Paulo.* Ao mesmo tempo em que a gestão de Nabantino é considerada pioneira, - por inaugurar uma série de iniciativas que balizaram uma nova estrutura empresarial e mais profissional ao jornal -, com a gestão dos Frias esta fase vai aos poucos sendo reconfigurada como um passo importante, mas "uma época ainda romântica"[104], ou até mesmo uma "pré-história"[105] do jornal. Foi Nabantino quem de fato inaugurou a *Folha de S. Paulo*, fundindo os antigos jornais da empresa. Mas sua gestão empresarial, apesar de promissora nos períodos iniciais, teria deixado o jornal afundado em dívidas, "tímido" editorialmente, sem posições político-editoriais bem definidas e, neste sentido, deslocado das vicissitudes de seu tempo.

Conforme já afirmamos em estudo anterior (Dias, 2014)[106], falar da *Folha de S. Paulo*, no sentindo da imagem que a empresa pretendeu construir a partir de uma identidade mais fundida e estável, é falar, portanto, na gestão dos Frias, que se iniciou naquela edição de 14 de agosto de 1962. Por identidade mais "estável" estamos nos referindo a uma imagem que a própria empresa procurou legitimar nos anos vindouros, - pautada por sua ideia de jornalismo "profissional" e "moderno", - e que definiu assim uma narrativa "oficial" da história do grupo. Isso porque, passado desde então mais de uma metade de século, a *Folha* mantém-se em tese sob as mesmas bases empresarias, capitaneada pela mesma família e por grupos específicos de atores que vão definir a comunidade interpretativa de sua trajetória.

A *Folha* como a conhecemos (ou como nos é contada), inicia desta forma uma guinada rumo à sua reformulação financeira e tecnológica, que se configura por uma posição mais agressiva assumida pela nova gestão. Frias e Caldeiras, do ramo do empresariado, teriam assumido o jornal num momento delicado e sob uma visível "esclerose administrativa" (Mota e Capelato, 1981). Este seria um dos primeiros traços marcantes das narrativas que configuram a história de sua reformulação como sendo uma espécie de *fase de sacrifícios*. Momento em

[104] KOTSCHO, Ricardo. O fim de uma época ainda romântica. Ilustrada. *Folha de S. Paulo*, ano 61, nº 19.233, p. 66, 29 de novembro de 1981.

[105] Definição que foi dada pelo jornalista Paulo Duarte na própria *Folha*, ao narrar sua experiência nos primeiros tempos do jornal, um momento cercado de aventuras, dificuldades e incertezas, segundo ele. Da "pré-história", seguia-se a "proto-história" que, de acordo com o jornalista, abriria caminho para a "verdadeira história" da *Folha de S. Paulo*, iniciada de fato com a fusão dos três jornais na década de 1960. (DUARTE, Paulo. Pré-história da Folha de S. Paulo. Ilustrada. *Folha de S. Paulo*, ano XLVI, nº 13.412, p. 2, 06 de março de 1966)

[106] Aqui estamos citando o livro, que é fruto de nossa dissertação de mestrado defendida em 2012 na UFPR. Algumas passagens do presente subcapítulo serão balizadas nas reflexões que em parte se sustentam neste trabalho anterior.

que a empresa e seus dirigentes passaram por uma série de dificuldades para se reerguer e chegar onde chegaram.

Em sua biografia, Octavio Frias afirmara que nem vontade de comprar o jornal ele teve, em um primeiro momento, quase pensando em desistir do empreendimento logo na primeira semana. [107] Sequer tinha "gosto pela atividade" e não era, inclusive, um grande leitor de jornais. Isso explicava, segundo ele, a própria característica do jornal em seu momento de reestruturação:

> eu não tinha tempo de olhar para a isso [a redação]. A *Folha* não era um jornal agressivo. Não era porque nós éramos iniciantes, não conhecíamos o *métier*. [...] nos fixamos na parte comercial, inclusive levantando dinheiro nos bancos, porque *a situação era terrivelmente aflitiva. Os primeiros tempos foram agônicos, absolutamente agônicos.* Depois de quinze dias, eu estava louco para cair fora, eu e o Carlos. A *Folha* vendia bem já, mas *O Estado de S. Paulo* era assim um objetivo distante, um colosso, um império, um sonho. A gente se esmerava muito, e o Carlos dizia que nós catávamos os farelos que caíam da mesa do *Estadão.* A *Folha* não existia. O *Estado* estava lá no Olimpo e nós, aqui embaixo, na lama. Era uma distância. (Paschoal, 2007, p. 119, grifo nosso.)

O depoimento de Frias, ao que parece, pretende legitimar o discurso de uma empresa que fora adquirida de forma quase que despretensiosa. Um jornal que até "vendia bem", mas tinha pouca força política, distante como um sonho do "império" que seria seu concorrente. Este discurso respalda a narrativa de que, em um primeiro momento, pouco poderia fazer o jornal editorialmente, já que preocupado primordialmente em reestruturar-se enquanto empresa. Até porque, se não detinham o *métier*, restava aos dirigentes manter a sobrevivência do negócio, curá-lo de sua "esclerose". Jornalismo era segundo plano, uma coisa que ficaria para o futuro. O jornal "a serviço do Brasil" precisava, primeiramente, organizar sua casa. O "interesse público", razão máxima de seus discursos, estava condicionado a uma liberdade econômica que ainda ansiavam por conquistar.

---

[107] "Que besteira nós fizemos", teria lamentado Frias sobre este momento inicial de compra do jornal. Mas apesar da aparente "compra por impulso", a relação do empresário com Nabantino já era antiga. Desde meados da década de 1950 Frias havia estabelecido relações comerciais com as *Folhas* ao auxiliar transações junto ao Banco Nacional Imobiliário (BNI) e, também, realizando venda de assinaturas vitalícias dos jornais junto à sua empresa Transaco. Após este período, Frias e Caldeiras assumiram a construção e gestão da antiga rodoviária no centro de São Paulo de onde teriam angariado parte dos recursos para a compra do jornal. Em depoimento em sua biografia afirmou, sobre a compra da *Folha*: "fizemos uma negociação rápida, questão de três ou quatro dias e, afinal, compramos por uma pequena entrada e o resto em 24 prestações de 17,5 mil cruzeiros, que era muito dinheiro naquele tempo. E foi um custo para arranjar. Eu tinha algum dinheiro disponível e o resto tomamos do banco. [...] Demos o sinal no dia 13 de agosto de 1962. Era uma sexta-feira. Eu dei o cheque para o Zé Nabantino e disse: 'Esse cheque você só pode depositar na segunda-feira, porque não tem fundos hoje. Só vai ter fundos segunda-feira.' Porque dependia de crédito de operações bancárias e de desconto de papagaios que nós tínhamos feito." (Paschoal, 2007, p. 114)

Mas talvez, mais importante do que os depoimentos do biografado presentes na obra, seja pensar o valor que carrega a própria biografia dentro de uma "comunidade interpretativa" particular. Livros como este são documentos que muitas vezes pretendem realizar tributos, engrandecer e dar reconhecimento aos personagens e suas trajetórias. São, geralmente, escritos por seus pares, jornalistas próximos, que trabalharam nas mesmas empresas e compartilham objetivos comuns. Não à toa, o livro é composto, ao final da obra, por uma série de depoimentos de jornalistas e políticos que vangloriam a personagem de Frias, frisando seu pioneirismo e qualidade únicas para a história da empresa e do jornalismo no país. Daí a importância de se pensar, por exemplo, o teor que carregam estas narrativas dentro de um fluxo maior de significações.[108]

Além disso, é importante pontuar que estes discursos foram proferidos anos depois de ocorrido os acontecimentos e relançados pela editora do próprio jornal, um ano após a morte do jornalista. [109] São memórias, lembranças que intentam incrustar narrativas no tempo. Reforçar a legitimidade e a autoridade de um grupo na história. São, portanto, narrativas que muitas vezes contrastam com os próprios discursos presentes nas páginas do jornal àqueles idos. Os tempos "agônicos", obviamente são vistos sob o olhar de personagens que, de acordo com o próprio livro, "venceram" a história. Que reformaram e transformaram a empresa no "maior e mais influente jornal" do Brasil. (Paschoal, 2007) Este trabalho constante da empresa, - que cria narrativas, mas também se apropria de muitas outras, - decorre portanto de longa data. A *Folha* é um jornal que gosta de contar (a sua) história. Uma história que, com o tempo, vem buscando cristalizar determinadas lembranças que a coloquem no panteão dos grandes representantes de um jornalismo independente, crítico, plural e apartidário. Muitas dessas produções foram construídas após o dito momento de consolidação do grupo, quando Frias e Caldeira reergueram a empresa e puderam, finalmente, se preocupar de forma mais comprometida com a política editorial do jornal.

Acreditamos que um dos marcos iniciais desta trajetória pode ser considerado o livro *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*, uma das primeiras obras "oficiais" do grupo e já

[108] Dentre os jornalistas que dão depoimentos à obra, podemos destacar Alberto Dines, Boris Casoy, Clóvis Rossi, Elio Gaspari, Janio de Freitas, Ricardo Kotscho, membros de uma "comunidade" bastante evidenciados nesta trajetória. Mas não iremos nos ater e/ou citar individualmente estes textos, que chegam a repetir-se à exaustão no que diz respeito à vangloriação de Frias. Queríamos apesar frisar a importância de obras como estas dentro da "comunidade" que estamos tentando evidenciar. Isso se mostrará ainda mais presente quando analisarmos, no caso de *O Globo*, a biografia de Roberto Marinho, escrita pelo jornalista Pedro Bial.

[109] A obra fora originalmente publicada em 2006, sendo relançada no ano seguinte pela *Publifolha*. Fundada em 1995, a editora do grupo tem publicado, ao longo de sua trajetória, livros que obviamente não abarcam apenas títulos relacionados diretamente à história e a memória da empresa. Ainda assim, devem ser pensados aqui como uma importante estratégia mercadológica da empresa para angariar uma base maior de leitorado e incrementar seu leque de investimentos. Um traço característico da empresa em sua fase mais recente, conforme veremos.

citada muitas vezes nesta tese. Escrita por Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato, renomados historiadores da USP, a obra fora encomendada por Otávio Frias Filho para ser lançada nas comemorações de 60 anos do jornal, em 1981. Publicada no período final da ditadura militar, a análise, que retrata o surgimento e consolidação do grupo, dá ênfase no seu processo de expansão e modernização tecnológica. A grande chave de leitura do texto, - que comumente é utilizado sem maiores problematizações em análises históricas referentes ao periódico -, divide a história da *Folha*, pós anos 1960, em três grandes fases: 1962/1967: reorganização financeiro-administrativa e tecnológica; 1968/1974: a "revolução" tecnológica; 1974/1981: definição de um projeto político-cultural.

Esta interpretação parte do pressuposto de que o jornal conquistou sua autonomia financeira e passou por uma "revolução tecnológica" justamente nos períodos mais conturbados da ditadura militar e que, somente após sanado de sua patologia econômica, no processo de distensão política, teria enxergado possíveis brechas para articular uma posição política mais firme. Já defendemos anteriormente (Dias, 2014) que esta leitura foi responsável por auxiliar na construção da tese de que a empresa nada poderia ter feito naquele momento, limitando-se a atuar de forma "isenta", distanciada e até mesmo descompromissada dos acontecimentos referentes àquele tão delicado panorama político. Frágil economicamente, praticara portanto o "jornalismo possível", atravessando o período como mais uma "vítima" da ditadura (Pilagallo, 2012).[110] Uma vez que o regime dos militares impusera uma sufocante censura à imprensa, não restava outra alternativa a não ser focar naquilo que garantiria a sobrevivência do jornal.[111]

A análise de Mota e Capelato (1981) não esconde o apoio da empresa ao golpe de 1964, mas silencia um pouco os embates e contradições inerentes àquele conturbado momento em que o jornal se inseria e modernizava. Em um período de grande fervilhar político, a fase de consolidação da *Folha* legitima-se desta forma como que condicionada a ditames estritamente econômicos. Mas, para que a empresa se consolidasse financeiramente, era evidente que

[110] A obra de Pilagallo, *História da imprensa paulista*, é outro livro publicado sob "convite" de Otávio Frias Filho pela editora "Três Estrelas", também pertencente ao Grupo Folha. Quem nos dá esta informação é o próprio autor, jornalista de longa data da empresa, na apresentação do livro. Pilagallo afirmava ainda ao "leitor atilado" que poderia duvidar da "isenção" de seu trabalho: "Minha esperança é que, ao fim da leitura, tal suspeita se desfaça. A *Folha* não ocupa neste livro um espaço que lhe seja indevido, nem recebe tratamento privilegiado. Em seus noventa anos de história, completados em fevereiro de 2011, o jornal acertou e errou, e o relato que se segue aborda igualmente seus bons e maus momentos." (Pilagallo, 2012, p. 12)

[111] É o que afirma, por exemplo, a própria biografia de Octavio Frias: "Em 31 de março de 1964, enquanto os militares davam o golpe, a *Folha* mostrava seu crescimento em cima de muito trabalho. [...] A edição do dia 1º de abril recebeu a recomendação de sempre de Frias: "Que fosse factual. Mas não acompanhei a edição, não. Eu estava olhando para as dívidas e como é que eu ia pagá-las." (Paschoal, 2007, p. 123). Factual ou não, vale apenas pontuar aqui que a *Folha*, de fato, apoiou o golpe e caminhou ao lado do regime por praticamente uma década. Iremos perceber de forma mais clara o posicionamento do jornal em relação à ditadura, - àquilo que definimos como uma "verdade *no* jornalismo", - à partir do capítulo 5 desta tese.

relações com a política precisavam ser articuladas, no sentido de angariar maior confiança e proximidade de um regime que se instalava no país. Foi portanto uma estratégia do jornal acatar a imposição dos militares, utilizando-se do contexto político e econômico como um "elemento de cálculo". (Taschner, 1992)[112]

Não estamos querendo dizer, com isso, que de fato não tenha havido um momento de crise, de dificuldades financeiras para a empresa. A questão é que o discurso dos "tempo agônicos", da fase de sacrifícios, do "jornalismo possível", dá respaldo à tese de que a empresa, extremamente frágil política e economicamente, nada poderia fazer, a não ser reestruturar-se. Isso faz com que diluam-se as historicidades inerentes ao percurso, como se fosse um período "crítico" apenas para o jornal e seus dirigentes. Escondem-se assim as intencionalidades, as conjunturas e estratégias inerentes a toda luta por reconhecimento.

Fazer apenas o "possível" (possível para quem?) não foi portanto uma fragilidade, mas uma *potencialidade* àquele momento, uma eficiente tática política, acima de tudo. Uma tática que emulava seu jornalismo "oportunista", nos termos que a própria *Folha* definira-se em sua fundação: aquele que caminha de acordo com as conjunturas que por ventura melhor poderiam lhe beneficiar. Foi com silêncio e/ou acatamento que o jornal conseguiu se fortalecer economicamente, já que, ao que parece, o que estava em jogo era obviamente muito mais a sobrevivência da empresa do que a qualidade/"veracidade" da informação que chegava a seu público.

3.1.2. Os tempos agônicos da ditadura: jornalismo possível ou "oportunista"?

Problematizar a imagem que o jornal pretendeu assumir para si a partir deste cenário tem para nós importância central. Pois, por mais que já constituída sob uma base prévia, a "verdadeira" *Folha de S. Paulo* e todo o conglomerado que a empresa irá consolidar a partir de

[112] Estas são relações complexas e que diluem-se muitas vezes nas memórias e discursos de autolegitimação. Podemos perceber isso, por exemplo, por dois depoimentos distintos dados pelo mesmo jornalista da empresa, Boris Casoy. À obra de Taschner (1992), o então editor-chefe da *Folha* afirmava: "A Folha foi atrelada, até determinado momento, por razões econômico financeiras, de pagar as suas dívidas. Então ela se atrelou ao governo (...) hoje, se ela fizer, vai ser por opção editorial; não fez, é um jornal independente." (Boris Casoy, entrevista à autora em 3.9.1981. p. 117). Anos depois, Smith (2000) afirmou que a declaração do jornalista à sua obra teria evidenciado um dos mais sinceros apoios que dera a imprensa à ditadura, mostrando aqui, contraditoriamente, os interesses políticos e ideológicos que moveram estas relações: "O que eu quero dizer é que havia pontos de contato [entre as maneiras de ver da imprensa e do regime]. Os jornais são empresas vinculadas ao capitalismo, ao anticomunismo, e nunca estiveram do lado dos guerrilheiros, até aprovavam a repressão contra eles. O resto nós não aprovávamos mas aceitávamos. Do fundo do meu coração, eu os apoiava, *apoiava*!" (Boris Casoy, entrevista à autora, p. 174). Os caminhos que se costuravam eram ambíguos, portanto. Uma posição que, se econômica, estava preocupada também com o processo político. Se política, era porque visava, concomitantemente, a fins econômicos.

então, se potencializará de forma mais efetiva sob este contexto. Partilhamos, neste sentido, da análise de Taschner (1992) sobre a influência que o regime pós-1964, contemporâneo à gestão de Frias e Caldeira, teria exercido para que muitos avanços significativos ocorressem, dentro daquilo que fora caracterizado como uma reorganização/"revolução" financeiro-tecnológica do grupo.

A autora acredita que, com a emergência da ditadura militar, criou-se uma espécie de "pacto de poder" entre um grupo "moderno" de setores ligados ao empresariado e à indústria cultural, - dentre eles a imprensa, - e o governo. Este pacto "solidário" fora sustentado fortemente pelo poder do Estado autoritário e por investimentos maciços do capital estrangeiro, de onde os novos gestores do jornal buscaram tirar o maior proveito possível, favorecendo-se, seja pelas facilidades de empréstimo oferecidas pelo governo, por incentivos em publicidade, ou até mesmo adquirindo outros empreendimentos que a própria conjuntura havia contribuído para enfraquecer. (Taschner, 1992)[113]

Ampliado por este "potencial sinérgico", o cenário descortinado permite-nos indagar se de fato havia alguma discordância entre as propostas do regime ditatorial e os donos da empresa, que necessitavam de incentivos e investimentos financeiros a todo custo. Haveria alguma razão para que não participassem deste pacto? A autora acredita que assumir tal compromisso incorreria no ônus de abdicar certas liberdades, "particularmente a de expressão". Valeria a pena? Alguns jornais acreditaram que sim, como parece ser o caso da *Folha.* Podemos desta forma questionar, seguindo ainda Taschner (1992), até que ponto a tão proclamada liberdade de expressão e o interesse público são tão fundamentais para uma empresa que tem no lucro seu principal objetivo.[114]

Isso nos faz pensar que a autonomia da empresa conquistada neste percurso se dera sob relações muito mais complexas do que seus discursos e memórias intentam legitimar. Ao receber incentivos das mais diversas ordens, os tempos de sua fase de reformulação não

[113] No ano de 1966, por exemplo, o governo militar criou o GEIPAG – Grupo Executivo da Indústria de Papel e Artes Gráficas, com o objetivo de disciplinar e estimular o desenvolvimento do setor. De acordo com fonte citada por Taschner (1992, p. 112-113), somente entre maio de 1967 e dezembro de 1970 o órgão teria atendido 2.113 pedidos de incentivos e mais de 800 projetos industriais para empresas, aprovando a importação de 63,1 milhões de dólares em equipamentos para a indústria gráfica. Estes investimentos teriam ocasionado uma "revolução técnica no setor, recuperando um atraso de meio século". Além disso, o estímulo de incentivos teria feito com que muitas empresas pequenas e médias se descapitalizassem, pois ocorria de muito maquinário ser importado sem a devida infraestrutura das empresas. Isso fez com que se impulsionasse também um processo de concentração, já que a política do governo foi se tornando mais seletiva, facilitando incentivos às empresas que tivessem de fato uma estrutura compatível.

[114] Em entrevista à autora (Taschner, 1992, p. 118), Otávio Frias Filho chegara inclusive a afirmar: "A *Folha* lutou pouco contra a censura. Ela inclusive não sofreu censura (...) A Folha acatou, enquanto outros jornais, o *Estado*, enfrentaram a censura, tiveram censor na redação."

deveriam ter sido assim tão "terrivelmente aflitivos", como afirmara seu então dirigente. Podemos conjecturar que muitas das narrativas aqui citadas tinham o intuito de inserir certa aura mítica à trajetória da nova gestão e, mesmo que indiretamente, silenciar as contradições de um percurso repleto de ambiguidades. Aliás, se do período de reorganização houvera o salto, anos depois, para uma "revolução" tecnológica, é porque aparentemente deveria ter ocorrido ao menos uma série de negociações que iam além do mero caráter empreendedor da nova gestão.

Não vamos nos ater especificamente aos rendimentos do jornal ou analisar em que termos a empresa crescera neste momento. [115] Para além de pensar como se deu o aumento de seu patrimônio/lucro líquido que, de acordo com Taschner (1992) aumentara de forma sistemática já a partir de meados da década de 1960, a questão central aqui será perceber, mesmo que rapidamente, como a própria empresa vangloriava-se destes feitos. Este será um exercício fundamental para inserir às vozes do jornal aquilo que ela vai considerar como sendo um dos atributos centrais do "moderno" e "verdadeiro" jornalismo que praticara e fazia parte.

Já na edição de 23 de setembro de 1962, praticamente um mês após a mudança de gestão da empresa, a *Folha* publicava em suas páginas que teria investido 500 mil dólares em novo maquinário. Adquirido diretamente dos Estados Unidos, o investimento fazia parte de um "plano de ampliação" para incrementar seu número de páginas e circulação diária.[116] Menos de um ano depois, em 4 agosto de 1963, já se vangloriava de ter se transformado "no jornal de maior circulação paga no Brasil."[117] E, no dia 13 daquele mesmo mês e ano, ainda nos estertores do regime democrático, comemorava o primeiro aniversário de sua nova gestão e a "maior aceitação" que vinha recebendo do público, fruto dos "sensíveis progressos notados" e da "serenidade e ponderação" que vinha conduzindo seus trabalhos.[118]

Serenidade e ponderação que assumia o jornal em pleno 31 de março de 1964, derradeiro dia da deflagração do golpe civil-militar que instaurou a ditadura [119] e que, conforme vimos, Frias havia orientado para que suas edições fosse "factuais", sem ter acompanhado de perto os trabalhos na redação. Fato é que parece ter havido uma movimentação especial no jornal àqueles dias, já que na mesma edição a *Folha* publicou um suplemento especial de 44 páginas repleto de textos, anúncios e mensagens institucionais de empresas dos mais diversos setores,

[115] Para isso, é possível consultar a obra de Taschner (1992), que faz um estudo detalhado sobre a reestruturação financeira da empresa, em especial no capítulo 8.
[116] U$$ 500 mil em novas maquinas para a FOLHA DE S. PAULO. Assuntos diversos. *Folha de S. Paulo*, ano XLII, nº 12.152, p. 1, 23 de setembro de 1962.
[117] Folha de S. Paulo, 4 de agosto de 1963, apud Mota e Capelato (1981, p. 191).
[118] Folha de S. Paulo, 13 de agosto de 1963, apud Mota e Capelato (1981, p. 190).
[119] Ditadura que àquele momento era identificada pelo jornal como o período de uma "revolução democrática", conforme veremos mais à frente.

grupos que estariam contribuindo "com máximo idealismo" para a "construção do progresso" do país.[120] Em editorial que abria o caderno, o jornal pretendia delimitar, de forma bem pragmática, seu posicionamento:

> Construir é um ato que encerra muito mais do que ciencia e tecnica, porque é necessariamente um ato de fé. Fé na capacidade nossa de fazer e fé no destino ultimo do que fazemos. [...] Não importam os tropeços, os momentos de incerteza, aqueles instantes aflitos em que imaginamos parar, desistir, renunciar à tarefa, quando a eles opomos a fé em nosso propósito, em nossa determinação de vencer não para nós, egoisticamente, mas para todos, para a elevação de nossa gente, de nossa terra. Esta é a mensagem que 64-BRASIL CONTINUA, organizado pela equipe da FOLHA DE S. PAULO em intimo contato com as mais ativas forças da produção nacional, procura levar a todos os seus leitores, a todos os brasileiros.[121]

Como que incrustando o acontecimento em sua trajetória, estas páginas aparecem, ao nosso ver, como a mais explícita forma de apoio político do jornal àquele tão conturbado período. Era este um momento de vangloriar feitos, de apoio ao futuro da nação. Não apenas o Brasil, mas o jornal continuaria sua trajetória com otimismo e em íntimo contato com as "forças mais ativas" que moveriam o progresso do país. Este "ato de fé" nos faz lembrar do pronome que gostava de proferir Frias, citado nas primeiras páginas desta tese: "onde houver uma vontade, há um caminho". Aquela "vontade de potência" nietzschiana que, de forma obstinada, orientava o jornal em seu percurso do reconhecimento. Por mais que o momento fosse de incertezas, para a *Folha* abria-se uma brecha de oportunidades. "64- Brasil continua" era uma lição de "trabalho", um olhar "com plena confiança" para o futuro, uma mensagem que deixava seus dirigentes, "entre alegres e orgulhosos, ante os olhos dos leitores, é um grito de confiança, um AVANTE sem restrições."[122]

Pelo tom deste discurso, - e pela própria publicação do suplemento, - fica evidente que o jornal articulava-se sim politicamente. Mesmo que estivesse preocupado naquele momento em apenas pagar suas dívidas e reorganizar-se financeiramente, não havia como isentar-se dos acontecimentos de seu tempo. Havia uma preocupação clara da empresa com os rumos que tomava a nação.[123] Ambos deveriam caminhar juntos para conquistar sua autonomia e assim o fariam com otimismo. Até porque, este fora considerado um período em que o jornal "cresceu e convenceu." De "realizações excepcionais", o ano de 1963, apesar das crises, teria sido um dos anos mais "profícuos" para a empresa, uma vez que "dentro de um espírito positivo,

---

[120] 64- BRASIL CONTINUA. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.707, p. 03, 31 de março de 1964.
[121] Idem.
[122] Idem.
[123] Tanto que, segundo o jornal, 1964 teria sido o maior "de todos os outros períodos de sua história. Que os investimentos aqui sadiamente se reproduzirão em obras colossais de que logo nos orgulharemos", transformando o país "mais senhor de si, mais robusto em sua democracia." (64- BRASIL CONTINUA. *Folha de S. Paulo.* Idem.)

encarando com confiança e serenidade o futuro do Brasil" a *Folha* iniciara uma série de empreendimentos e o seu programa de expansão.[124]Assim, aproveitando-se do espaço para angariar fatias de reconhecimento e legitimar sua autoridade, o jornal anunciava a seus leitores o incremento de sua frota de veículos, maquinário e instalações. Um processo de expansão que resultara no ano em que um maior número de pessoas passou a comprar a *Folha*, tornando-se o jornal de "maior circulação paga do país":

> os esforços do jornal no sentido de conservar-se sempre imparcial e equilibrado foram bem compreendidos pelo público leitor, [conquistando assim sua] superioridade absoluta quanto à preferência de leitura. [...] Cabeça no lugar, trabalho consciencioso e defesa dos legítimos interesses da patria pontuam as normas de trabalho da FOLHA. [...] O leitor da FOLHA é todo mundo (e cada vez mais todo o mundo), e quem fabrica ou vende produtos para todo mundo "descobriu" que a FOLHA é o veículo ideal de comunicação.[125]

A sempre "imparcial" e "equilibrada" *Folha de S. Paulo* enfatizava que, para o ano de 1964, as perspectivas seriam as mesmas: "trabalho, crescimento, trabalho." Veículo ideal de comunicação, teria conseguido angariar uma legitimidade praticamente absoluta em termos de reconhecimento já que seu leitorado seria, desde então, "todo mundo". Isso porque, como um jornal que honrava suas "melhores tradições", teria como missão não apenas informar, mas "formar" a opinião pública.[126] Definindo-se assim como um empresa "livre" e "independente" a *Folha* encerrava o suplemento descrevendo o trabalho quase "sobre-humano" sob o qual se desdobrava a rotina de produção da notícia. Manter-se vivo, em tempos como esse, de crise e inflação desenfreada, seria, segundo a *Folha* "um ato não de coragem, mas de patriotismo." A resposta de seu sucesso? Estaria presente na filosofia do jornal, "que se mantém desde o seu início alheio a grupos e partidos, sem radicalização de espécie alguma", procurando se situar "dentro de uma carta de princípios liberal e democrática".[127]

Diluído sob uma aura comemorativa, o suplemento pode ser encarado como uma carta aberta do jornal à nação, seu leitores e parceiros. Ao mesmo tempo em que vangloriava-se de seus feitos, prospectava rumos e definições sobre quem era e qual seu papel neste processo. A tônica dos discursos era o da modernização, de otimismo, trabalho e progresso. Um momento decisivo para a história da empresa (Mota e Capelato, 1981). Se os tempos foram difíceis, não pareciam ter atrapalhado os resultados que alcançara o jornal neste anos de reestruturação. Mas

---

[124] FOLHA-64: o jornal cresceu e convenceu. 64- Brasil Continua. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.707, p. 42, 31 de março de 1964.
[125] Idem.
[126] MISSÃO da imprensa é informar e formar a opinião pública. 64- Brasil Continua. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.707, p. 43, 31 de março de 1964.
[127] Idem.

este era apenas o começo de um percurso que estaria se iniciando.

Ao longo dos próximos anos é possível perceber uma tentativa clara do jornal em legitimar suas capacidades e imputar às suas vozes a aura da moderna empresa sob a qual se consolidava. Praticamente um ano após a publicação do suplemento, a *Folha* afirmava, com nota em destaque estampada na capa de 25 de maio de 1965, que teria batido novo recorde de tiragem, um "índice sem precedentes" de 191.826 exemplares em sua última edição de domingo. Consumindo um total de 92 toneladas de papel de imprensa, o novo feito teria sido "um marco importante do desenvolvimento da imprensa nacional" [128], fruto do esforço comum da empresa com seu leitores, anunciantes, funcionários e colaboradores, responsáveis pelos méritos desta importante conquista.[129]

No mesmo mês, o jornal iniciaria um campanha com a máxima que pretendia continuar orientando sua trajetória: "Nada resiste ao trabalho", estampava os anúncios publicados pela empresa em várias de suas páginas e edições. Como uma espécie de apologia ao consumo e ao próprio regime em curso, a campanha intimava seus leitores a colaborar para afastar os perigos da recessão econômica e do desemprego: "O necessário você deve comprar. O Brasil não pode parar."[130] A campanha, mais do que um alerta, era um imperativo. Você "deve" comprar, movimentar a economia, fazer sua parte para que a nação trilhe seu caminho de forma segura. Eram tempos difíceis, mas de otimismo e trabalho e, pela tônica dos discursos, era evidente que o jornal buscava legitimar-se como um importante protagonista neste processo.

A campanha contou ainda com a confecção de editoriais, publicados na capa da *Folha* ao longo de praticamente duas semanas, evidenciando a repercussão e reconhecimento que toda a sociedade estaria dando à sua iniciativa. Uma das mensagens de apoio vinha do próprio marechal Castelo Branco que encarava-a como um incentivo ao esforço empreendido pelo governo de recuperar o país e garantir aquilo que ele definia como uma "democratização das oportunidades". Um trabalho que, de acordo com Castelo, dependia de "uma segura orientação da opinião pública. Daí, portanto, a importância da campanha encetada pelo prestigioso órgão da imprensa paulista, que assim contribui para a consolidação dos postulados e ideais da Revolução."[131]

A *Folha* encerrava a campanha afirmando que, - "fiel aos seu destino de jornal a serviço

---

[128] FOLHA bate recorde de tiragem. *Folha de S. Paulo,* ano XLV, nº 13.127, p. 01, 25 de maio de 1965.
[129] Índice que teria sido batido novamente na semana seguinte, quando o jornal utilizaria 100 toneladas de papel para confeccionar os 192.310 exemplares de uma de suas edições. (Mais de um milhão de quilos de papel. *Folha de S. Paulo,* ano XLV, nº 13,134, p.1, 1 de junho de 1965.)
[130] Nada resiste ao trabalho. *Folha de S. Paulo,* ano XLV, n.º 13.114, p.1 e 3, 12 de maio de 1965.
[131] Castelo apóia o incentivo às compras. *Folha de S. Paulo,* ano XLV, nº 13.127, p. 01, 25 de maio de 1965.

do Brasil", - era urgente que despertasse em seu público este clima de otimismo, esta "afirmação de fé" no país sem, com isso, advogar nenhuma "causa interesseira, que servisse a um grupo em particular".[132] Independente de questionar que interesses seriam esses, acreditamos que tanto o suplemento "Brasil continua", quanto a campanha "Nada resiste ao trabalho" nos mostram de forma bastante clara que ambos, o jornal e o regime, caminhavam em plena harmonia. Ambos também reestruturavam-se sob crises e necessitavam legitimar o discurso da modernização, do trabalho, do otimismo. E a *Folha*, neste sentido, posicionava-se sobre que direcionamento deveria tomar enquanto uma empresa que seguia fielmente seu "destino" de "servir" o país. Assim, reestruturação financeira e orientação política eram caminhos que se cruzavam e interpenetravam a todo momento. Eram vozes constituintes àquilo que a *Folha* dizia representar, por mais que muitas vezes diluídas em seus discursos de autolegitimação. Não podemos perder isso de perspectiva se queremos aqui imputar estas características ao nome que o jornal pretendeu construir, de forma muitas vezes complexa e paradoxal, ao longo do tempo.

Atravessando este período, comemorava a *Folha*, em 19 de fevereiro de 1966, seus 45 anos. Em discurso proferido em decorrência do aniversário, Octavio Frias discorreu, mais uma vez, sobre as dificuldades em se manter uma empresa jornalística livre e independente, tarefa "altamente dispendiosa" e que exigia enfrentar uma série de adversidades. Ainda assim, afirmava que seu empreendimento teria conquistado um verdadeiro "espirito de empresa" e de "jornal moderno". Vale citar um trecho do discurso, publicado na íntegra pela *Folha*, para que possamos perceber como definia-se o jornal àquele momento:

> O progresso da própria imprensa e a elevação do nível cultural do público, por sua vez, tornam impossível a sobrevivência do jornal por assim dizer romântico, feito por jornalistas amadores. A passagem de uma situação à outra representou grave desafio a muitos proprietários de jornais, alguns dos quais sem dúvida grandes jornalistas ou escritores, porém maus administradores. Como conciliar as responsabilidades da imprensa livre, sem compromisso com quaisquer grupos econômicos ou políticos, fiel à verdade e ao interesse público – ao grande interesse público – com as dificuldades financeiras e econômicas dessa indústria da informação e do pensamento crítico a serviço diário da humanidade? Como conciliar o ideal de servir a verdade, de informar e formar, com o custo de todos os equipamentos e de todas as técnicas que se usam para a busca da notícia, sua apreciação, seu enquadramento no panorama dos acontecimentos, sua impressão e sua distribuição? Parece-nos que a resposta se encontra no tratamento do jornal como empresa econômica e não como atividade puramente intelectual, ou mística. Como empresa que produz alguma coisa destinada a ser vendida e dar lucro, e não como agremiação a que ofenda a ideia mesma de mercado. Por outras palavras, empresa em que

[132] Nada resiste ao trabalho. *Folha de S. Paulo*, ano XLV, n.º 13.129, p.1, 27 de maio de 1965.

> haja sonho e feijão, e não apenas o sonho, ou o feijão, separados um do outro.[133]

Fica claro aqui que tipo de "espírito" era este o da empresa moderna que dizia o jornal pertencer a si. Para que pudesse ser fiel e "servir" à verdade, era necessário abandonar o amadorismo e o misticismo que caracterizava uma fase anterior e assumir de vez o caráter do jornal que deveria, - como empreendimento que visa o lucro -, estar livre das amarras políticas ou interesses pessoais. Era "sonho e feijão", portanto. Ideal e trabalho. Ideal de servir ao público, ao país, ao fatos, àquilo que orientava um jornalismo "profissional" e "verdadeiro". Condicionar-se ao lucro significaria então renunciar ao seu ideal máximo que era o da "liberdade de pensar e dizer"? Não, pelo contrário, questionava Frias. Significava "criar alicerces sólidos" para que pudesse desenvolver-se "arrojada e livre, a grande aventura do jornalismo, entendida a palavra aventura aqui, no sentido de *procurar a verdade com toda a coragem*, de lutar pelo que é digno, de batalhar pelo que é justo." [134]

A obstinada busca pela verdade, a "grande aventura" e razão de ser do jornalismo moderno, de acordo com Frias e sua *Folha*, vinha assim ancorada por um desejo de lutar pelo que seria "digno" e "justo". Mas como medir ou determinar a "justeza" de um empreendimento que via no lucro a força de sua emancipação política? Isso nos leva novamente às reflexões de Taschner (1992) que nos fez pensar sobre até que ponto, portanto, um jornal pautado sob estes moldes não confundiria o interesse público com aquele que seria única e exclusivamente de seus dirigentes e/ou da empresa.

Frias acreditava ainda que não adiantaria criar jornais para que depois, por falta deste "espírito de empresa", se encontrassem sem condições de manterem-se "intérpretes fieis e permanentes" dos acontecimentos. Sem esta base economicamente forte, finalizava, a liberdade de imprensa "será um cadáver ou um mito."[135] Daí provavelmente a importância para a empresa em definir-se constantemente sob estes sólidos alicerces sob os quais estaria se edificando. Para evidenciar que "sonho e feijão" caminhavam juntos, se retroalimentavam e só fariam sentido nesta aparente complementaridade. Há um caminho e há uma vontade a se percorrer na busca pelo reconhecimento. Na busca pela emancipação econômica que se quer política, pois construída na procura da verdade. Uma verdade que não é "isenta", obviamente, mas que luta pelo que é digno e justo.

---

[133] Espírito de empresa e jornal moderno. *Folha de S. Paulo*, ano XLVI, nº 13.397, p. 6, 19 de fevereiro de 1966.
[134] Idem. grifo nosso.
[135] Idem.

Os "tempos agônicos" parecem desta forma ter ficado definitivamente para trás. E o jornal continuava firme na tentativa de legitimar-se em seu percurso do reconhecimento. Em 23 de novembro do mesmo ano de 1966, afirmava em sua capa ter batido mais um recorde de tiragem, chegando agora à marca dos 200 mil exemplares, a ser impressos na sua próxima edição dominical.[136] Recorde que, na semana seguinte, às vésperas do decreto do AI-4[137], teria sido batido novamente. O anúncio do novo feito, estampado na capa da edição de 27 de novembro, vinha acompanhado de um grande texto, que tomava quase todo o espaço central da página. Em letras grandes, afirmava: "Confiamos no Brasil". Era mais uma mensagem àqueles que, frente às adversidades, encaravam os esforços de recuperação financeira do país com "atitude negativista". Não havia razão para isto, já que, de acordo com o jornal, "a nação prospera e grandes empreendimentos se vão realizando, a atestar a confiança dos homens patriotas no destino de seu próprio país. Um clima de ordem permanece há três anos."[138]

Ordem que, segundo o texto, significava muito mais do que a tranquilidade física dos indivíduos, mas que resultaria da austeridade dos setores públicos e privados, responsáveis pela oxigenação das finanças nacionais. Ordem era, portanto, condição básica do progresso, que estaria inscrita em "nossa bandeira" e em "nosso coração". Não havia tempo a se perder com erros ou equívocos cometidos, ou deixar-se vencer pelo desânimo. Isso seria coisa dos que "baqueiam" frente às dificuldades, com medo de lutar ou, até mesmo, dos "inimigos declarados da nação brasileira, aqueles que a desejam desintegrada, desagregada, desacreditada."[139]

Ao que parece, a *Folha* situava-se do outro lado do muro, já que caminhava a passos largos, ordeira e progressivamente, como fazia questão de evidenciar constantemente em suas páginas. Neste período, a ampliação de sua tiragem fora impulsionada também por um amplo investimento na logística de circulação dos exemplares, com aquisição de uma frota exclusiva [140] e, no trato administrativo e tecnológico, com aquisição gradual de novo maquinário. [141] Ao final da década de 1960 já podíamos falar também da *Folha* como um

---

[136] (2000.000 exemplares. Novo recorde de tiragem. *Folha de S. Paulo*, ano XLVI, nº 13.674, p. 1, 23 de novembro de 1966) Na chamada, o jornal convidava seus leitores, agências de publicidade e anunciantes para assistirem, na própria oficina do jornal, a impressão dos exemplares.

[137] O Ato Institucional nº 4, baixado pelo marechal Castelo Branco em 7 de dezembro de 1966, tinha como objetivo instituir uma nova Constituição no país, que acabou por dar amplos poderes ao executivo, dominado então pelos militares.

[138] Confiamos no Brasil! *Folha de S. Paulo,* ano XLVI, nº 13.678, p. 1, 27 de novembro de 1966.

[139] Idem.

[140] De acordo com Mota e Capelato (1981, p. 199) a empresa possuía frota particular de 24 veículos em 1960, utilizados tanto para a distribuição de seus exemplares no interior do estado e em outras regiões do país, quanto para auxiliar os jornalistas nas reportagens. Número que teria subido substancialmente para 165 veículos, em 1965.

[141] Inaugurando, em 1967, uma "nova era jornalística" ao adotar a, até então, "maior modificação" de seu parque gráfico, com a aquisição de impressoras *offset*. O equipamento de 300 toneladas chegara pelo Rio de Janeiro, de acordo com Mota e Capelato (1981, p. 200-201), "em etapas sucessivas de navio", tendo custado um total de "3,5

grande conglomerado. Além da reinauguração da *Folha da Tarde,* em 1967, o grupo de Frias e Caldeiras havia adquirido os jornais *Última Hora* e *Notícias Populares,* em 1965, inaugurado o jornal *Cidade de Santos* (1967) e adquirido o controle da Fundação Cásper Libero, em 1968.[142]

Adentrava o jornal assim em sua fase de "revolução tecnológica", momento em que, de acordo com Mota e Capelato (1981, p. 203), a receita da empresa, "aumentando substancialmente", já teria atingido, no ano de 1968, o faturamento de cerca de 50 bilhões de cruzeiros antigos. Isso apenas com vendas e assinaturas, afirmavam os autores, já que seriam estas as suas "únicas fontes" de rendimento. O caminho que até aqui percorremos nos faz questionar sobre até que ponto a legitimidade de seu crescimento esteve condicionado a apenas estas circunstâncias. A *Folha* de fato agarrou-se às oportunidades para atravessar a "agonia" dos seus tempos de crise, fazendo o "possível" para que seu empreendimento se consolidasse. A luz no fim do túnel aparecia para o jornal quando, no Brasil, tudo começava a se apagar.

3.1.3. Do silêncio à multiplicação de vozes: legitimando uma autoridade

> De 1969 até 1972 a *Folha* atravessou um período negro, em que não havia espaço político algum no jornal. Na verdade, o jornal não tinha condições de resistir a pressões do governo, e por isso não provocava. Foi uma política muito sábia, que Frias aplicou ao jornal. Se provocasse, o governo cobraria do jornal. (Abramo, 1988, p. 87)
>
> A "Folha" passou os "anos terríveis" reformulando-se a si mesma, com sucessivas modificações na redação, melhorias técnicas, etc. [...] Durante todo

bilhões antigos, com financiamento do AID [Agency for International Development], com base num aval do Banco de Investimento Fiducial do Comércio e Indústria, pagos em sessenta meses." Técnica que fez da *Folha* um dos primeiros jornais do mundo a serem rodados por este sistema. Anos depois, em 1971, o jornal aperfeiçoaria seu maquinário para a impressora *Metro-offset,* na ocasião a 2ª maior do mundo, sendo superada somente pelo maquinário do jornal *Daily Mirror.*

[142] Octavio Frias, em seu discurso em decorrência das comemorações de 45 anos da *Folha,* citado anteriormente, afirmava que a aquisição dos jornais, em 1965, não tinham o intuito de "constituir monopólios" mas o "licito proposito de levar a todas as camadas sociais a nossa mensagem de crença na liberdade, de confiança na democracia, [...] com o mais alevantado proposito de SERVIR. Não suprimimos jornais, não estancamos idéias, nem criamos cadeias de caráter monopolista. [...] Se centralizamos alguns serviços de natureza comum, é para desenvolver melhor os que devem diversificar-se. [...] Podemos assim dizer que atingimos hoje todas as faixas da população com veículos que a técnica da administração nos permite aprimorar cada vez mais. Ganhamos, com isso, algum poder? Sem dúvida, o poder de servir melhor a nossa gente, de trabalhar de maneira mais eficaz pelo nosso povo." (Espírito de empresa e jornal moderno. *Folha de S. Paulo*, ano XLVI, nº 13.397, p. 6, 19 de fevereiro de 1966.) Além disso, Frias fazia questão de enfatizar que todo o capital investido para a aquisição dos novos empreendimentos era "inteiramente nacional", sem existir "parcela alguma de moeda estrangeira" já que, afirmava, "conhecemos a Constituição de nosso país, e ela não permite que seja estrangeiro, nem mesmo em parte, o capital da empresas jornalísticas." Vale citar que este discurso é, conforme veremos, contemporâneo ao contexto protagonizado pela rede *Globo,* que precisou explicar-se publicamente em CPI sobre as relações consideradas ilegais que manteve com o grupo norte-americano Time-Life.

> o período do "milagre econômico" (1969/1974), acompanhado do "terror policial" a "Folha" manteve um "low profile" [...] a vida da redação se recolhera ao registro de notícias convencionais e a escritos táticos, para a manutenção de um espaço critico mínimo. (Mota e Capelato, 1981, p. 215-216)

> os primeiros dez anos de *Folha* foram difíceis, muito difíceis. Depois, entramos no *boom* nacional. O país progrediu. Nós progredimos junto com o milagre econômico. E aí começou a sobrar dinheiro. (Octavio Frias de Oliveira, in: Paschoal, 2007, p. 121)

> Com a saúde financeira restaurada, o parque gráfico mais moderno da América Latina e um grupo empresarial diversificado e em expansão, a *Folha* tinha tudo para aproveitar o crescimento estrondoso que viria no "milagre econômico" dos anos 70. (Pinto, 2012, p. 45)

Esta série de depoimentos nos evidenciam de forma clara, mais uma vez, que as "vozes" de um jornal nem sempre caminham paralelamente àquilo que ele diz ser e representar. Isso porque a própria comunidade de atores que interpreta uma história constrói narrativas ambíguas, muitas vezes contraditórias e que se confundem e confluem no tempo. Além disso, estas narrativas são memórias que intentam legitimar identidades, demarcar trajetórias e identificar valores que definem um tipo ideal de jornalismo inserido sob conjunturas particulares. Afinal, a *Folha* estava ou não consolidada enquanto empreendimento? Até quando iria o dito "período negro" de sua história? Que "espaço político" era esse que tanto se almejava? Quais "pressões" sofria o jornal de um regime que, conforme vimos, caminhava junto a ele com passos largos? Manteve-se mesmo em "low profile", utilizando uma "política sábia", ou esta fora, para além de uma estratégia, questão de apoio e consentimento?

Pelo que acompanhamos nas páginas anteriores, o otimismo era a tônica que movia os discursos do jornal. Dos tempos difíceis e "agônicos" extraímos um período que na verdade fora essencial para seu crescimento. Trabalho, progresso, era o que moldava a empresa e um país em pleno desenvolvimento. A "revolução" entrava agora no tempo do "milagre", era o "boom nacional", de acordo com Frias. O país progrediu, a *Folha* progrediu junto. Sobrou dinheiro. Mas progrediu a que custo? A nível nacional, progrediu sob uma regime cada vez mais opressor que "escancarava-se" (Gaspari, 2002) como uma truculenta ditadura. Que instaurara cinco Atos Institucionais, minando direitos, suspendendo eleições, destituindo partidos, prendendo, torturando, quando não matando ou "desaparecendo" com seus dissidentes.

Na imprensa, a repressão ganhava novos ares com o decreto da censura prévia, assinada pelo general Médici em janeiro de 1970, mas já "formalizada" em meados da década anterior,

atuando em menor ou maior grau, desde o início do regime. Os poucos veículos que a ignoraram foram punidos, quando não fechados, em virtude das dificuldades enfrentadas. Mas nem todos os jornais presenciaram-na diretamente nas redações. A grande maioria da chamada grande imprensa, como foi o caso da *Folha* e também de *O Globo*, acabou por praticar aquilo que definiu-se como autocensura, um "acordo forçado" (Smith, 2000) entre os militares e as empresas, que consentiram com as imposições do que era ou não possível de ser publicado. [143]

Mas por mais que declarada a prática da autocensura nas redações do jornal[144], não podemos afirmar que tenha ocorrido um acordo necessariamente "forçado" entre a *Folha* e a ditadura militar. Sua atitude de "não provocar", atuando de forma discreta frente às vicissitudes da política não se deu de forma apática e descompromissada. Pelo contrário, indo além do cálculo político e do "oportunismo pragmático", o que ocorreu foi um clara identificação entre aquilo que o regime pregava e o que o jornal encarava como sendo o "verdadeiro" jornalismo que praticava. Não foi, portanto, uma mera opção e/ou estratégia, mas uma realidade construída discursiva e cotidianamente em suas páginas.

Se pegarmos, por exemplo a edição comemorativa de 50 anos da empresa, publicada em 19 de fevereiro de 1971, veremos como ainda eram próximas as posições de ambos, o jornal e seu jornalismo, e o regime militar. Na ocasião a *Folha* afirmava manter-se "profundamente identificada" com os rumos da nação, vangloriando-se de ser o "jornal de maior circulação de todo o país" e possuir "um parque gráfico que é seguramente o mais moderno da América do Sul e um dos melhores de todo o mundo." Atributos evidenciados não por mera "vaidade" e "orgulho", que poderiam por si só se justificar, frisava o jornal, mas por "demonstração de um progresso que só foi possível alcançar porque a este jornal nunca faltou o que realmente importa para um órgão de imprensa: o favor do público."[145]

O texto afirmava ainda que, na história de um jornal, há evidentemente uma série de percalços, crises, mas também prosperidades. Por ser o "espelho do meio em que circula", não vive sem refletir o que de fato ocorre, testemunhando assim anos dramáticos ao longo de sua história. Desta forma, teria acompanhado "os esforços da Revolução de 64 para a reconstrução

[143] A autocensura se dava através de telefonemas e/ou os chamados "bilhetinhos" emitidos diariamente aos jornais com os assuntos "proibidos". Perdurou em tese até 1978, mesmo que a atividade tenha reduzido significativamente já em meados de 1975. Smith (2000) acredita que a autocensura foi instituída no Brasil - mais do que pelo medo de uma imposição ditatorial - por uma espécie de "modalidade diária de inércia", exercida quase que como uma rotina, um padrão de aceitação, nas redações. "O consentimento da imprensa era virtualmente total" (Smith, 2000, p. 11) e poderia ir desde um apoio ponderado àquele que a autora considerou como "oportunismo pragmático" e que, de fato, auxiliou muitas empresas a potencializar seus negócios durante o período.

[144] "Seguíamos as ordens que vinham pelo telefone [...] eu mesmo fazia a censura, salvaguardando os colegas", rememorava o jornalista Cláudio Abramo, uma importante figura na posterior fase de reformulação política do jornal, da qual falaremos logo adiante. (apud: Pilagallo, 2012, p. 179)

[145] MEIO SÉCULO. *Folha de S. Paulo*, ano LI, nº 15.223, p. 04, 19 de fevereiro de 1971.

do Brasil". Todos estes acontecimentos a *Folha* teria noticiado, mas também tomado posição quando lhe achava conveniente e/ou quando as causas lhe pareciam justas. Isso porque, para além de refletir a opinião pública, deveria também "formá-la". Esta seria portanto sua fórmula de sucesso: identificar-se com seu público nas suas "melhores tradições e nos seus mais legítimos anseios", procurando manter-se sempre "sereno" e "equilibrado", evitando cultivar o ódio ou pautar-se por mero "passionalismo". "Sempre procurou construir e não destruir. [....] em suma, sistematicamente se recusa a engrossas as fileiras dos profissionais de um pessimismo e de um negativismo que, afinal, o constante e acelerado progresso do país se encarrega de desmentir."[146]

O progresso do jornal justificava-se assim pelo que "realmente" importava: o interesse de seu público. Fiel às suas tradições e anseios, bastava ao jornal identificar-se com elas para que sua fórmula de sucesso seguisse os trilhos do progresso. Isso desde que se mantivesse "sereno" e "equilibrado", ou seja, que praticasse um jornalismo "profissional", pautado nos fatos, na realidade dos acontecimentos, sem que passionalismos de qualquer espécie interferissem seu trabalho. Imputando ao outro o reconhecimento de suas capacidades diluía assim supostas intencionalidades, como se o jornal existisse única e exclusivamente a "serviço" de seu leitorado, ainda que tomasse posições para "formar" sua opinião, quando julgasse necessário. Não haveria outro caminho a seguir, até porque os próprios rumos da nação desmentiriam os pessimistas. Orgulhava-se o jornal, encerrando o texto, de ter crescido junto com o país: "Neste meio século de progresso, a FOLHA é a indesmentível prova de que vale a pena confiar no Brasil." [147]

Este discurso nos ajuda, mais uma vez, a destrinchar os meandros de um percurso bastante complexo e contraditório, já que existe aquele jornalismo sob o qual *se diz,* - que pretende legitimar uma verdade "do" jornalismo e incrustar determinadas identidades à instituição e seus jornais, - e um sob o qual *se faz*, inscrito cotidianamente "no" jornalismo e suas páginas. Fica evidente, ao perpassar estes textos, que a *Folha* adentrava a década de 1970 sob modernas bases empresariais e fortalecida economicamente, caminhando ainda de forma muito próxima ao regime. O discurso construído posteriormente, de que praticava o jornalismo "possível" pois não havia como "provocar", de que os tempos eram "difíceis" e, portanto, não havia espaço político algum para o jornal se manifestar, de que acataram as imposições e a censura dos militares pois não tinham condições de agir, dilui todo o processo político que, conforme estamos vendo, era sim carregado de posicionamentos e intenções particulares e

[146] MEIO SÉCULO. *Folha de S. Paulo*, ano LI, nº 15.223, p. 04, 19 de fevereiro de 1971.
[147] Idem.

estava incrustado no jornalismo que a *Folha* praticava àquele momento. Seu jornalismo "moderno" e "profissional" não estava meramente condicionado ao interesse (de seu) público, mas a toda uma conjuntura que impulsionava o crescimento da empresa e àquilo que ela acreditava ser a sua "verdadeira" razão de ser.

Durante o período mais crítico da ditadura a *Folha* identificou-se portanto muito mais com os anos de "milagre" do que combateu os (anos) de "chumbo" (Dias, 2014), pois para dar continuidade à sua "revolução tecnológica" era preciso manter-se ao lado do regime e explicitar isso de forma clara, como assim o fazia. A política editorial do jornal neste momento não fora portanto mera questão tática, estratégia de consentimento, mas uma orientação pautada por afinidades.[148] Se o jornal consolidara-se, o fizera sob um contexto bastante particular. É importante que frisemos isso para imputar às vozes do jornal aquilo que procuramos considerar como sua identidade "moderna", percurso fundamental que acabou por moldar a empresa para os anos vindouros.[149]

Fato é que este percurso não foi trilhado em linha reta. Foi um momento mesmo de idas e vindas, em que o jornal experimentou uma série possibilidades para expandir e ampliar sua orientação política. Os dirigentes da *Folha*, pelo que afirmaram, sempre buscaram angariar maior força política ao jornal, para que este competisse de forma mais agressiva frente ao mercado. O que não necessariamente significava uma orientação contrária ao regime, por exemplo, mas que definisse uma postura mais "autêntica" para o jornal. Uma das figuras chave neste processo, o "pulo do gato", de acordo com Pinto (2012) teria se dado com o protagonismo exercido pelo jornalista Claudio Abramo. Considerado como um dos "mais combativos jornalistas do país" (Mota e Capelato, 1981, p. 205), Abramo fora contratado pela *Folha* em 1965, atuando em diversos setores até ser temporariamente afastado, em meados de 1972, no dito momento politicamente delicado da empresa. A partir de meados de 1974-75, passa a

[148] O que nem sempre é evidenciado de forma clara nas narrativas sobre a história jornal, conforme vimos. Pilagallo (2012, p. 204) chega a afirmar, por exemplo, que a partir de 1969 a *Folha* teria feito um "recuo estratégico", sendo que a empresa "apesar das aquisições recentes, ainda não havia se consolidado e seus jornais tinham pouca relevância. Nessas condições, seus donos entenderam que não havia como resistir a pressões do governo sem colocar as publicações sob ameaça." Na biografia de Frias, por sua vez, Engel Paschoal (2007, p. 153) relativiza o apoio que a empresa deu à ditadura durante este período, afirmando que, enquanto o Brasil vivia os "anos de chumbo grosso. A Empresa Folha da Manhã também. Como toda a imprensa, o Grupo Folha apoiou o movimento militar no início, mas foi dos primeiros a ir contra ele, logo depois."

[149] Há uma série de desdobramentos decorrente destes anos, onde o jornal ainda caminhou, em sua grande maioria, com um posicionamento de claro apoio às políticas do regime. Mas não iremos entrar em detalhes aqui sobre estes acontecimentos, nem problematizar diretamente como eles foram pautados pelo jornal, pois esta será a preocupação da segunda parte desta tese. Aqui nos tem importado perceber como, em uma história da verdade "do" jornalismo, estas empresas acabaram por perpassar o acontecimento a partir de conjunturas particulares, legitimando assim sua própria autoridade no tempo.

exercer grande liderança junto aos dirigentes da empresa, assumindo a direção da redação e implementando uma "política de pluralidade" que até hoje é vista como um dos grandes marcos da linha editorial do jornal.

A "pluralidade" proposta pelo jornal objetivava forçar os rumos da abertura política, - abertura que partiu em tese dos próprios militares -, quando o governo de Ernesto Geisel definiu seu projeto de distensão "lenta, gradual e segura". O próprio Abramo (1988) lembra em sua autobiografia que a iniciativa do jornal teria se dado a partir de um "acordo tácito" entre a empresa e os militares. Uma posição política que, na verdade, se descortinava sob uma brecha de mercado para ampliação de seu leitorado. [150] O jornal passava portanto a adotar uma linha mais "combativa" com aval político do próprio regime que, aliás, teria abolido a censura prévia em suas redações já no ano de 1975. [151]

Além do cenário político favorável, Pilagallo (2012) acredita que este momento coincidiu com uma importante etapa da empresa que, fortalecida economicamente, buscava agora consolidar sua influência editorial. Segundo afirmação do autor, seus dirigentes consideravam o jornal ainda muito inferior, em termos de conteúdo, ao seu concorrente *O Estado de S. Paulo*. Neste sentido, o jornal aproveitou estrategicamente os ares da conjuntura para legitimar um posicionamento que, ao se afastar gradativamente do regime, acabou não só por ampliar sua penetração junto ao mercado, mas construir uma nova imagem para os anos vindouros. Imagem que buscou identificar a *Folha* como um dos grandes responsáveis pelo processo de redemocratização do país e que, em parte, apaziguou e diluiu a relação de cumplicidade que teve em seus anos de apoio à ditadura. Pela forma como essa história foi contada ao longo do tempo, conforme veremos, vai se consolidando um posicionamento político editorial específico que irá definir a "verdadeira" *Folha de S. Paulo* e o tipo de jornalismo sob o qual ela diz praticar e fazer parte. Isto, é claro, sob uma série de articulações discursivas que pretenderam, sob lembranças e esquecimentos, legitimar determinadas

[150] "No começo de 74, antes de o Geisel tomar posse, o meu pai teve uma conversa com o general Golbery no Rio de Janeiro. E nessa conversa ele disse ao meu pai quais eram os planos do governo Geisel, o que eles queriam [...]. Enfim, na linguagem dele, queriam recolocar o regime nos trilhos iniciais. Queriam acabar com os abusos e seria muito importante ter um jornal que caminhasse nesse sentido. O meu pai, que já tinha se sensibilizado com isto, pelas discussões que a gente vinha tendo internamente, achou que aquilo era quase um sinal de novos tempos no país. E começou a orientar o trabalho da gente nessa direção." (Frias Filho, Otávio. Entrevista à revista Lua Nov, Brasiliense, CEDEG, vol. 1, nº 2, jul-set. 1984., p. 34.In: Taschner, 1992.) Além deste depoimento, que deixa claro como se costuraram os acordos para a orientação do jornal àquele momento, Abramo (1988) afirma ainda que houve uma série de conversas entre ele e Frias pai e filho, para que o jornal assumisse de fato uma nova configuração política e uma posição mais "influente" frente ao novos rumos do país.

[151] De acordo com Pilagalo (2012, p. 179), a autocensura vigorou no jornal até 17 de outubro de 1975 "data do último comunicado dos censores".

narrativas em detrimento de outras.[152]

Assim, sempre com o aval de Frias, Abramo passou a contratar uma série de importantes jornalistas de esquerda, em grande parte contrários ao regime, que dariam novas ares à redação do jornal, dentre eles Alberto Dines[153], Jânio de Freitas e Paulo Francis. Além disso, para ampliar o caráter "plural" deste jornalismo praticado pela *Folha*, articulou-se a criação da página 3 "Tendências e debates", considerado àquele momento um espaço importante para a discussão das diversas opiniões políticas que se expressavam, ampliando o debate a partir dos mais diferentes pontos de vista. Alguns autores, como Pilagallo (2012) e Pinto (2012), vão afirmar que este pode ser considerado o "momento chave" da virada da empresa, quando, por exemplo, a *Folha* noticia o caso da morte do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975, já sob uma postura um pouco mais crítica e independente. [154]

A questão é que o processo de abertura fora também estritamente controlado pelos militares. Avanços críticos deveriam se dar de forma gradual e "segura", acima de tudo. Se dava também sob um regime que, perdendo gradativamente sua legitimidade, rachava-se cada vez mais. Sob este contexto adveio outro acontecimento chave para a história da *Folha*, utilizado pelo jornal – e sua "comunidade interpretativa" - inúmeras vezes ao longo do tempo com o intuito, acredita-se, de legitimar uma história particular sobre sua atuação durante a ditadura. Em setembro de 1977, Lourenco Diaféria, jornalista de longa data da empresa, publicou uma crônica no jornal criticando ironicamente a hierarquia militar.[155] O texto não fora bem recebido

---

[152] Para uma discussão mais aprofundada sobre estas políticas de memória do jornal em sua relação com a ditadura, consultar além de nossa já citada obra (Dias, 2014), a tese de Silva (2011).

[153] Em seu depoimento ao livro "Eles mudaram a imprensa" (2003), Dines cita uma conversa que teve com Claudio Abramo àquele momento, em um encontro em Nova Iorque, onde estava morando. [Abramo diz:] "Dines, a Folha de S. Paulo é uma merda de jornal, você sabe." Eu disse: "Sei." Era um jornal que não se lia, era ilegível. Primeiro, era um jornal que nunca teve censura, era um jornal do *establishment* militar. E malfeito. Eu me lembro que eu lia todos os jornais, mas nunca abri a *Folha*. O Claudio disse: "Acredite ou não, o Frias quer que eu faça uma transformação no jornal. E eu queria que você, quando voltasse, se voltar, continuasse esse grupo que vai fazer a renovação. [...] Ficamos eu, você, o Pimenta, um grupo de elite, e fazemos um grande jornal para enfrentar a ditadura, um jornal de opinião. " (Dines, 2003, p. 117-118) Mais adiante, no mesmo livro, Dines cita um encontro que teve com o "velho" Frias, em maio de 1975, onde conversaram sobre a contratação: [Frias afirma:] "Dines, eu tenho o único jornal que tem condições de fazer uma revolução na imprensa. Os outros estão todos amarrados com o governo, devem fortunas ao governo. *O Globo*, você sabe; o *Jornal do Brasil*, você sabe; o *Estadão* está com mil coisas, enterrou dinheiro no prédio. Eu sou o único que não deve um tostão. [...]Tenho dinheiro, estou capitalizado, tenho uma tiragem espetacular. [...] Tenho dinheiro, os outros não tem, e vou dar uma virada." Foi um projeto político e empresarial, hegemônico, do Frias, muito claro. Ele tinha condições de manter um mínimo de altivez, que os outros não tinham." (Dines, 2003, p. 118-119)

[154] Veremos também como poderemos relativizar em termos esta afirmação, quando analisarmos detalhadamente este caso, no capítulo 5 da presente tese.

[155] A crônica discorre sobre um sargento que pulou em um poço de ariranhas para salvar um menino de quatorze anos. Um "herói", segundo o texto, já que o sargento acabou morrendo no incidente. Sobre o acontecimento, Diaféria afirmou em sua coluna: "prefiro esse sargento herói ao duque de Caxias. O duque de Caxias é um homem a cavalo reduzido a uma estátua. Aquela espada que o duque ergue ao ar aqui na praça Princesa Isabel - onde se reúnem os ciganos e as pombas do entardecer - oxidou-se no coração do povo. O povo está cansado de espadas e cavalos. O povo urina nos heróis de pedestal. [...] O povo quer o herói sargento que seja como ele: povo. [...] Esse

pelo regime, que prendeu o jornalista, enquadrando-o sob a Lei de Segurança Nacional. Em repúdio, a *Folha* suspendeu seus editoriais, publicando a coluna de Diaféria em branco.

A crise repercutiu por algumas semanas, com Octavio Frias sendo formalmente intimidado pelo então ministro-chefe do regime, o general Hugo Abreu. Para evitar maiores desavenças e uma possível represália, Frias acabou por abandonar formalmente a chefia do jornal, demitindo também aqueles jornalistas considerados mais "subversivos", como o próprio Claudio Abramo. Para nós, indo além do caso em si, é importante pensar como ele foi apropriado e rememorado no tempo pela própria empresa, fazendo com que se configurasse, conforme definiu Silva (2011), como um importante "acontecimento de libertação" para o jornal, que passou assim a ser identificado em seu papel de vítima, podendo afirmar inclusive que sofreu represálias e fora censurado durante a ditadura.[156]

Importante ressaltar também que, junto com a entrada de Abramo na chefia da redação, este fora considerado um importante ponto de virada para o jornal, ao ter assumido um viés mais crítico, decorrente de sua política de pluralidade. A passagem quase meteórica de Abramo neste conturbado período legitima-se assim como o marco de uma "resistência" da empresa contra o regime. Sua imagem, seguida deste acontecimento "libertação", fez com que o jornal pudesse caminhar a passos largos sob uma aparentemente nova e fortalecida identidade.[157] Nas narrativas que intentam legitimar sua história consolidava-se a *Folha* portanto como um jornal "moderno", "plural", agora "crítico" ao regime. Atravessava uma fase de tempos difíceis, agônicos, mas superada por seu bravo "heroísmo". Do "jornalismo possível", chegava ao final dos anos 1970 como uma empresa independente, que ditava os rumos da nação frente a um iminente processo de redemocratização.

---

sargento não é do grupo do cambalacho." (DIAFÉRIA, Lourenço. Herói. Morto. Nós. Ilustrada. *Folha de S. Paulo*, ano LVI, nº 17.683, 1º de setembro de 1977.)

[156] O caso, segundo notícia da própria *Folha*, sobre a morte do jornalista em 2008, foi "um dos maiores incidentes na conturbada história da mídia durante o pós-1964." (Folha de S. Paulo, 18 de setembro de 2008. Aos 75, morre o cronista Lourenço Diaféria. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1809200810.htm Acesso em: 17 de janeiro de 2017). Outro texto, publicado em decorrência da efeméride de 80 anos da empresa, afirmava que este fora a "mais grave crise que a Folha viveria com o regime militar." (MAGALHÃES, Mário. Folha de S. Paulo. 80 anos. Militares ameaçam suspender circulação. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02.shtml Acesso em: 17 de janeiro de 2017.)

[157] O jornalista Odon Pereira (secretário de redação da *Folha* entre 1978 e 1983) afirmou na biografia de Frias (Paschoal, 2007, p. 150-151) que o que mais lhe impressionou neste período foi a "disposição" que tiveram os proprietários da *Folha* em transformá-la num "grande jornal". Segundo ele, "A situação atual [ele está falando em meados dos anos 1990] não seria possível se a *Folha* não tivesse o crescimento de antes. Seria extremamente frágil a base da qual ela partiria, porque todo o *marketing* da *Folha* está baseado no passado. E esse passado aconteceu nessa fase da *Folha* que vamos chamar de heróica, quando se encerrou também a fase romântica. [...] o crescimento que se seguiu só foi possível porque existiu essa fase muito difícil, mas muito bem armada, muito bem arquitetada. E seu autores foram, sem dúvida alguma, o sr. Frias e o Cláudio Abramo."

3.1.4. Jornalismo como missão: o "projeto Folha" nos caminhos da transição

> Os 60 anos da "Folha", comemorados hoje, constituem oportunidade excelente para uma reflexão sobre o papel da imprensa na transição democrática. É tão íntima a relação da imprensa com o rumo das instituições, que ela costuma funcionar como uma espécie de termômetro das oscilações políticas e das tensões sociais. Não é à toa que nas tentativas - bem ou malsucedidas - de golpes de Estado no passado, uma das primeiras preocupações dos poderosos do momento foi controlar a informação, cerceando os jornais mediante diversas formas de censura. [...]
>
> Nem conduzir a história, pretensão descabida [...] nem tampouco amoldar a opinião, expectativa vã dos poderosos [a função da imprensa seria a de fazer o registro] da gama de tendências de opinião, da diversidade de interesses, das alternativas de análise da realidade política e social, quando equilibrada e pluralista como o que esta "Folha" procura fazer. [...] Podemos dizer, nesse sentido, que a função primordial da imprensa nesta quadra é a de fazer presentes aos olhos da sociedade e aos ouvidos dos governantes os caminhos da transição.[158]

Ao angariar progressivamente sua independência financeira, impulsionando a consolidação de uma orientação política, - definida por um projeto de abertura e pluralidade -, a *Folha* parecia adentrar uma nova fase. Seria mais uma etapa importante para legitimar os discursos de um jornalismo profissional praticado pela empresa, agora pautado sob novos rumos. A epígrafe acima, retirada do editorial de sua edição comemorativa de 60 anos, em 1981, mostrava bem como o jornal intentava, neste momento, circunscrever sua identidade. Fora superada uma fase em que "golpes" (não mais uma "revolução", é importante frisar) e seus governos ilegítimos controlavam a imprensa e cerceavam a informação. Com essa postura, que será a tônica de seus discursos a partir de então, o jornal vai lapidarmente ressignificando seu passado. De cúmplice, passava-se à vítima. Mas uma vítima combativa, vitoriosa, que seguiria predestinada seu caminho ao buscar assumir, mais uma vez, certo protagonismo frente às vicissitudes da política, colocando-se agora sob o outro lado do muro, natural e decididamente.

Caberia à *Folha* neste momento, com seu jornalismo "plural" e "independente", apenas registrar os mais diversos pontos de vista, a diversidade de interesses. "Amoldar" opiniões, seria agora apenas papel dos poderosos. Em um presente particular, a "verdade" de seu jornalismo começa a ser respaldada sob a ideia de que é pelo confronto de opiniões que se relata os fatos. Estas premissas estariam primordialmente pautadas por uma "liberdade de imprensa" que, acreditava a *Folha*, orientava-se por uma "posição da verdade" que nem sempre seria absoluta, já que condicionada ao interesse público, aos seus leitores, e não de única exclusividade do jornal e seus dirigentes. Isto só poderia ser plenamente concretizado com a independência

[158] OS CAMINHOS da transição. *Folha de S. Paulo*, ano 61, nº 18.950, p.02, 19 de fevereiro de 1981.

financeira dos jornais que, orientados à lógica do mercado, só assim garantiriam sua pluralidade de pontos de vista.[159]

O texto não tratava de discutir portanto apenas os aspectos da transição política, sob a qual evidentemente passava o país, mas também e principalmente os novos rumos que se descortinavam para o jornalismo que pretendia praticar a *Folha* a partir de então. Não à toa, os 60 anos da empresa foram a efeméride mais celebrada de sua história até então, como que evidenciando ser este o momento ideal para comemorar sua (nova) identidade. Por praticamente uma semana o jornal organizou uma série de debates em sua redação para discutir os "rumos da transição", realizou um almoço com seus mais de cem colaboradores, - que representavam "as mais variadas correntes do pensamento brasileiro" - e celebrou um culto ecumênico, - uma "profissão de fé na liberdade de imprensa",[160] - com o objetivo claro de fortalecer a política de pluralidade articulada pela empresa frente esta nova conjuntura. [161]

Como todo percurso do reconhecimento não se dá sem o respaldo e identificação do/para com o outro, o jornal aproveitou a efeméride para, além de imputar suas capacidades, legitimar-se ao "ser-reconhecido" como capaz de portá-las. Assim, a comemoração é potencializada com a reprodução de depoimentos de vários políticos e personalidades, estampados com grande destaque nas páginas da *Folha*, que enfatizaram "a atuação e a importância do jornal não só nos marcos da história da imprensa, mas também na vida do país,"[162] e, principalmente, na "luta pela implantação de um regime democrático [...], baseado na justiça e na liberdade de expressão".[163]

---

[159] Idem.

[160] Culto que, vale destacar, fora celebrado por figuras como o rabino Henry Sobel e o então cardeal-arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, personagens reconhecidamente destacados pelo seu comprometimento em prol das liberdades democráticas e contra as truculências da ditadura militar.

[161] "FOLHA" comemora hoje 60 anos. *Folha de S. Paulo,* ano 61, nº 18.950, p.07, 19 de fevereiro de 1981.

[162] FESTA é de todos, afirma Magalhães. *Folha de S. Paulo,* ano 61, nº 18.950, p.07, 19 de fevereiro de 1981.

[163] (CULTO abre as comemorações. *Folha de S. Paulo,* ano 61, nº 18.951, p.04, 20 de fevereiro de 1981.) São inúmeros os depoimentos reproduzidos na comemoração que, entre os dias 19, 20 e 21 de fevereiro de 1981, preenchem várias páginas da *Folha*. Reproduziremos alguns a título de exemplificação, para que seja possível perceber o teor deste reconhecimento e como, à exaustão, o jornal se apropria dele: "É uma data festiva para a imprensa brasileira ver completar 60 anos um jornal de tanta tradição e respeito. (deputado Magalhães Pinto)"; "[o 60º aniversário da Folha é] um marco da liberdade de imprensa no Brasil. [...] identificada com o povo brasileiro pois lhe capta as aspirações legítimas, a "Folha", por sua bravura, é uma trincheira da democracia e honra São Paulo e o Brasil. (deputado Djalma Marinho - PDS-RN)"; "prestigioso e tradicional órgão da imprensa [a Folha é uma] trincheira em prol da liberdade. (prefeito de São Paulo, Reinaldo de Barros)"; "destaco em particular o que mais me interessa: as posições que a "Folha" sempre assumiu na defesa das instituições democráticas. (ex-chanceler Afonso Arinos de Melo Franco)"; "essa comemoração, hoje, dá-me a medida exata de quanto um jornal, sobretudo respeitado, pode ser o símbolo de um regime livre. (senador Jarbas Passarinho)"; "um dos maiores jornais do Brasil [...] uma questão a ressaltar é a exemplar imparcialidade com que vem se comportando a "Folha". (presidente do PMDB, Ulisses Guimarães)"; "a coisa mais marcante que a "Folha" conseguiu, nestes anos todos de dificuldade para a expressão da opinião no Brasil, foi manter suas páginas abertas a todos aqueles que queiram contribuir para a redemocratização. (professor Fernando Henrique Cardoso)"; "desde a sua fundação, a "Folha" se destacou na defesa dos interesses do país. [...] o conceito altíssimo de que o jornal sempre gozou, o faz lido,

Por mais que, conforme vimos, o jornal sempre tenha se preocupado em imputar capacidades e, acima de tudo, fazer-se reconhecido frente ao público e seu pares, podemos afirmar categoricamente que esta é a primeira vez na história que a *Folha* se utiliza de uma efeméride de forma tão comprometida. Era como se sua história estivesse encerrado um (difícil) ciclo. Agora era importante celebrar, legitimar uma história que, pelos constantes discursos de autolegitimação seriam alimentados e cristalizados no tempo.[164] É no ato da comemoração, de acordo com a historiadora Helenice Rodrigues da Silva (2002, p. 432), que o passado da história se encontra e confunde com o presente da memória. Celebrada, esta acaba por "sacralizar" os grandes valores e ideais de uma comunidade e/ou instituição, com o intuito de portar-se ao devir, chegando ao presente quase que de forma mítica, como uma espécie de consenso. Marcos memorativos são fundamentais neste sentido para, além de consolidar determinada história, ativar "comunidades de pertencimento" (Jelin, 2002) entre seus membros. É por isso que toda comemoração deve ser entendida como uma narrativa que conta uma história, mas também se torna um "culto encenado", a partir do momento em que ela se apropria de "ritos" que são estabelecidos e representados. (Connerton, 1999)

Dando continuidade à efeméride o jornal publicou, no dia 21 de fevereiro, uma longa matéria sobre o almoço de confraternização promovido pela *Folha*, onde se fez prevalecer o "caráter aberto" da empresa e sua "harmoniosa convivência dos contrários".[165] Ao longo de toda a página mais uma vez foram apropriados uma série de depoimentos, agora de jornalistas e parceiros do jornal, - "embora com convicções político-filosóficas diversas, conflitantes até", fazia questão de enfatizar a matéria[166], - com o intuito de imputar à sua identidade, as vozes do reconhecimento. O clima descontraído do encontro fora, segundo o jornal, mais uma prova do

admirado e citado como fonte insuspeita. [...] A Folha de S. Paulo honra a imprensa brasileira. (governador Paulo Maluf)";"Um jornal que dignifica a moderna imprensa brasileira. (ex-governador de São Paulo, Laudo Natel)". Além dos depoimentos citados, há ainda uma série de menções a outras congratulações, partindo de outros deputados, governadores, secretários, presidentes de entidades privadas e estatais, como o senador Franco Montoro, Barbosa Lima Sobrinho (presidente da Associação Brasileira de Imprensa) Seabra Fagundes (presidente da Ordem dos Advogados do Brasil), Roberto Marinho (Organizações Globo), Rui Mesquita Filho (O Estado de S. Paulo), Edmundo Monteiro (presidente do Sindicato das Empresas de Jornais e Revistas), Bradesco, Banco Mercantil, Caixa Econômica Federal, Associação Comercial de São Paulo, Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Confederação Nacional da Indústria, Fiat, Siemens, Sabesp, Embrapa, dentre várias outros.

[164] Aliás, é decorrente desta efeméride o lançamento da até então "obra oficial" do jornal, a "História da Folha de São Paulo (1921-1981), livro que aqui já citamos e analisamos diversas vezes. Na ocasião, em 19 de fevereiro, o jornal publicou um texto sobre o livro, prestes a ser lançado [seu lançamento se deu em novembro daquele ano], onde um dos autores, o historiador Carlos Guilherme Mota, faz um esboço da obra, explicitando a "trajetória fiel à verdade" que caracterizou a história do jornal. (MOTA, Carlos Guilherme. Trajetória fiel à verdade. *Folha de S. Paulo,* ano 61, nº 18.950, p.07, 19 de fevereiro de 1981.)

[165] A HARMONIOSA convivência dos contrários. *Folha de S. Paulo,* ano 61, nº 18.952, p.04, 21 de fevereiro de 1981.

[166] Idem.

caráter democrático de uma empresa que teria a sua "verdade escrita no plural"[167]

Na ocasião, Otávio Frias Filho – já secretário do conselho editorial da *Folha* - proferiu um discurso, publicado na íntegra como editorial, em que discorreu sobre a ideia de o jornal ser de fato um "balaio de gatos", em virtude do caráter "pluralista" que vinha objetivando legitimar. De acordo com ele, o jornal se colocava àquele momento "à margem do atual quadro da imprensa", situando-se entre a imprensa tradicional, "enclausurada em seus ódios e preconceitos oligárquicos" e a dita imprensa alternativa, "castigada por toda sorte de perseguições injustas e condenáveis [mas também] afogada em seu sectarismo partidário."[168]

Em virtude dos desafios causados, dentre outros fatores, pelo papel exercido pela televisão, era urgente que o jornalismo retomasse uma característica que lhe fora fundamental no passado: "constituir um fórum de debates de ideias, onde as teses sejam discutidas e as opiniões confrontadas". Este panorama, que sempre existiu, até então fora monopolizado ou pelos donos de jornais ou por uma visão monolítica na construção dos fatos e das opiniões, acreditava Frias Filho. Era portanto sob uma pluralidade e independência de opiniões e pontos de vista que o jornal procurava se diferenciar:

> Se o leitor da "Folha" quiser conhecer a opinião da direção do jornal sobre os fatos, ele a encontrará publicada de forma clara e inequívoca em nossos editoriais. Se o leitor da "Folha" quiser conhecer os fatos de cada dia, ele os encontrará em nossos noticiário, com a maior isenção possível. Tenho ouvido pessoas criticarem o conceito da objetividade, tanto na imprensa como na ciência. [...] Diz-se que a objetividade não passa de um mito, coisa com que eu concordo. Mas a busca sincera da objetividade, na imprensa como na ciência, não é um mito; ela pode ser, isso sim, uma utopia, e quem está disposto a abrir mão hoje das poucas utopias que nos restaram neste final de século? [...] E se o leitor quiser conhecer as opiniões representativas do que há de mais diverso e heterogêneo no pensamento brasileiro, ele as encontrará nas páginas do jornal. [...] Divididos por uma infinidade de divergências de natureza política, ideológica, partidária - creio que estamos unidos no respeito à pluralidade e na convicção de que a construção democrática no Brasil passa necessariamente pela pluralidade e que a democracia brasileira, se quiser ser digna desse nome, deve incorporara a pluralidade como um valor em si mesmo. E ficamos contentes, ainda uma vez, porque, sendo um balaio de gatos, temos sabido enfrentar muitos tigres juntos - e com sucesso.[169]

---

[167] (A VERDADE escrita no plural. *Folha de S. Paulo,* ano 61, nº 18.953, p.04, 22 de fevereiro de 1981.) Marilena Chauí, uma das então colaboradoras do jornal, chegou a afirmar, nesta mesma matéria, que o acontecimento lhe deu a oportunidade de "encontrar pessoas com as quais eu trocaria socos na rua, mas aqui é possível uma convivência tranquila."

[168] BALAIO DE GATOS. *Folha de S. Paulo,* ano 61, nº 18.952, p.02, 21 de fevereiro de 1981.

[169] Idem.

O discurso de Frias Filho define estritamente uma série de capacidades sob a qual o jornalismo da *Folha* diz agora praticar. Não seria mais aquele de uma imprensa tradicional, - já superada, pois limitada a interesses e até mesmo "ódios" oligárquicos, - nem o da imprensa alternativa, contaminada pelo partidarismo. Colocando-se à margem (à cima?), o seu "verdadeiro" jornalismo deveria identificar-se agora pela pluralidade das vozes, pelo confronto das ideias. Ainda assim era preciso delimitar de forma clara a opinião, os comentários (sempre diversos e muitas vezes contraditórios), das notícias, estas sim baseadas na isenção dos fatos, na busca por uma verdade objetiva, por mais utópica que possa parecer esta inglória e quase profética tarefa.

Desta forma, em linhas gerais, o "novo" jornalismo sob o qual a *Folha* diz agora se alicerçar em tese estaria circunscrito pela mesma ideia geral daquele jornalismo "profissional" sob o qual aqui já percorremos. Notícias, fato e opinião caminham juntos desde que devidamente delimitados, sem contaminar-se um ao outro. A verdade, se não existe objetivamente, *se pretende* alcançar por esta busca "serena" que separa o fato das opiniões. Era assim que cotidianamente o jornal, um "balaio de gatos" procurava enfrentar seus "tigres" (a ditadura?), buscando uma realidade objetiva, ao mesmo tempo em que diluía-se sobre o confronto dos contrários.

Novamente o jornal constrói-se a partir de atributos que intentam legitimar um tipo ideal de jornalismo. Muda-se para permanecer o mesmo, na tentativa de sair fortalecido de uma fase que se pretende superar, ou até mesmo gradativamente esquecer e apagar. De acordo com Silva (2011, p. 185) é neste período que a *Folha* inicia um processo de "instrumentalização da memória" pautada por estratégias que pretendem eclipsar uma "frágil" identidade ainda atrelada aos militares. "A grande questão sobre "quem somos nós" exigia a passagem da resposta "fomos apoiadores do regime" para "somos os porta-vozes da democracia". Uma trabalho que, conforme estamos vendo, não parte apenas de uma postura deliberada do jornal, mas é respaldado também por uma "comunidade interpretativa" particular que legitima estes discursos.

Mas ainda há um importante caminho a se percorrer neste percurso do reconhecimento. A entrada de Frias Filho no comando da *Folha*, a partir de meadas da década de 1980,[170] vai

[170] Otávio Frias Filho assume-se de fato como diretor de redação em 1984 (com apenas 27 anos), embora desde o início da década, conforme vimos em seu discurso anterior, já viesse influenciando nos rumos do jornal. De acordo com o jornalista Odon Pereira (in Paschoal, 2007, p. 150), Frias Filho seria "o mais perfeito resumo ou síntese [da experiência] Cládio Abramo-Frias", mantendo o tato político de Abramo com as qualidades empresariais de seu pai. Em 1981, Luís Frias (então com 18 anos), irmão de Otávio assumiria também o departamento comercial do jornal. O jornalista Alberto Dines (2003, p. 128-129) acredita que houve neste momento, agravado pela greve dos jornalistas de 1979, uma "série de medidas de caráter institucional, político, que resultou na juvenilização das

ser responsável por potencializar esta nova postura que procurava assumir a empresa nos estertores da ditadura. Já no ano de 1981 o jornal sistematizava um dos primeiros textos que, mais à frente, iria culminar em um dos principais projetos editoriais da empresa. "A *Folha* e alguns passos que é preciso dar" definia um "tipo de jornal" que deveria oferecer três premissas essenciais ao seu público: "informação correta, interpretação competente sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os fatos."[171] A informação "correta" se daria por uma descrição "sintética", "despojada" e o mais "distanciada" possível" dos acontecimentos, mesmo que, afirmava o texto, nem sempre fosse possível atingir uma "neutralidade absoluta" na execução da notícia. Mas ainda assim, o texto frisava existir, na realidade, "descrições mais neutras, ou seja, mais objetivas que outras; de onde se deduz que a neutralidade é uma quimera, mas aproximar-se de neutralidade não é."[172]

Novamente afirmava o jornal pautar suas notícias por uma verdade *que se pretende*, aquela que deveria ser construída da maneira mais objetiva possível, - afinal, existiam formas mais "verdadeiras" do que outras de se relatar os acontecimentos -, calcada na realidade dos fatos, aproximando-se tanto quanto possível de uma neutralidade, por mais difícil que fosse essa busca. Isso só seria possível colocando-a à prova, nas arenas da legitimação e do reconhecimento, observando possíveis reações de seus leitores que poderiam "punir" ou "premiar" o jornal. Ou seja, que estes imputassem ao jornal as suas devidas capacidades. Mas informação correta, somada à pluralidade de opiniões, não seria suficiente para definir este "tipo de jornal" proposto pela *Folha*. Era preciso ainda, segundo o texto, superar o papel de mero "repositório" de ideias e opiniões que a sociedade reproduz, tendo assim:

> as suas próprias convicções sobre os fatos e os problemas. Elas é que transformam o jornal em um ser ativo, com uma identidade visível e um certo papel a desempenhar. São, também, as opiniões oficialmente expostas pelo jornal que possibilitam o desenrolar de um importante diálogo silencioso entre o leitor e o seu jornal, diálogo que, com o passar do tempo, cimenta os laços de respeito e de estima entre o jornal e seu leitorado.[173]

Não bastava agora ao jornal, conforme sempre afirmou, orientar-se apenas pelo interesse de seu público. Era preciso criar suas próprias convicções, mostrar-se como "ser ativo".

---

redações. [...] A partir dali, os empresários atuaram na própria essência do fazer jornalismo, com toda aquela supremacia do *marketing*, com o movimento de trocar as redações, tirar os mais velhos e botar a garotada. Isso marcou profundamente a imprensa brasileira."

[171] (FOLHA DE S. PAULO. *Projeto Editorial 1981.* A Folha e alguns passos que é preciso dar. Um tipo de jornal. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/institucional/projeto-1981.shtml Acesso em: 19 de janeiro de 2017.) O texto é em tese decorrente de discussões oriundas do Conselho Editorial criado pelo jornal já no ano de 1978 e que teria publicado naquele ano um documento prévio, intitulado "Levantamento de Pontos Indicativos de Posição Editorial e Avaliação Sintética do Movimento Político". Para mais, consultar Silva (2005).

[172] Idem.

[173] Idem.

Somente elas cimentariam uma relação de cumplicidade com seu leitorado. Serenidade e distanciamento que ficasse para as notícias, em seu devido lugar. Este posicionamento denota um claro caráter de independência que intenta proclamar o jornal a partir de então. Isso porque, afirmava, houve um momento em que, mesmo gozando de saúde financeira, disposição e um bom "senso de oportunidade", nada poderia oferecer a não ser "intenções":

> hoje a situação não é mais a mesma. [...] o jornal representa atualmente muito mais do que já representou através de sua atuação e imagem públicas no passado. Ao seu redor, surge um crescente consenso de que este é, de fato, um jornal independente, confiável naquilo que publica e cujas atitudes devem ser permanentemente levadas em consideração"[174]

Das intenções à prática, a *Folha* estava confiante de si. Era outro jornal, livre e independente, mais "influente", "forte" e "conhecido" do que fora nas décadas anteriores. Mas para prosseguir seu projeto, afirmava, era imperativo que seus profissionais de chefia o conhecessem, impedindo "qualquer arranhão" na linha de independência que pretendiam trilhar, o que exigiria uma "atitude firme e justa, sem hesitações quanto à sua aplicação". Era necessário, portanto, que estes fizessem uma "opção permanente", abraçando com seriedade estas propostas "como uma missão a ser cumprida a cada dia, com afinco, aplicação e responsabilidade, ou que desistam do cargo, por discordância ou por inapetência."[175]

Não há como não lembrar novamente do provérbio favorito de Frias, - "onde houver uma vontade, há um caminho" -, que parece sussurrar a cada vez que o jornal procura se auto-legitimar como um importante protagonista da história. Mas desta vez, ao que parece, o caminho a percorrer dependia apenas da firmeza exercida pela *Folha* e sua missão, de sua vontade, não mais das conjunturas. O caminho já estava irremediavelmente traçado. Bastava que seus dirigentes o acatassem, ou que o deixassem de seguir. A autoridade não vinha mais de uma força externa, que impedia o jornal de agir, que o calava, reprimia. A autoridade agora era o próprio jornal.

---

[174] FOLHA DE S. PAULO. *Projeto Editorial 1981.* A Folha e alguns passos que é preciso dar. Um ponto de passado e de futuro. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/institucional/projeto-1981-2.shtml Acesso em: 19 de janeiro de 2017.

[175] (FOLHA DE S. PAULO. *Projeto Editorial 1981.* A Folha e alguns passos que é preciso dar. Os passos necessário. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/institucional/projeto-1981-3.shtml Acesso em: 19 de janeiro de 2017.) Ainda assim, frisava o jornal que esta atitude não se tratava de: "estabelecer no jornal qualquer discriminação ideológica ou política na seleção de temas a serem abordados ou de pessoas que conosco trabalhem, mas de manter a linha independente do jornal, sem concessões de quaisquer espécies. [...] Deve ficar claro que, no pressuposto da própria linha do jornal, os que decidirem abandonar o projeto não estarão, nem de longe, convidados a romper com ele. Devem apenas ceder o lugar, exercendo outras funções, isto é, aquelas onde não haja decisões de natureza editorial ou administrativa diretamente envolvidas. Continuaremos o relacionamento profissional sem discriminação de qualquer espécie. Manteremos, como uma qualidade inalienável do jornal, a tolerância e o estímulo à pluralidade de opiniões."

Costurava-se assim aquele que seria considerado um dos mais significativos modelos de modernização do jornalismo brasileiro. O "Projeto Folha" que, em "mil dias", entre os anos de 1984 e 1987 teria "quebrado paradigmas" se tornando, para o bem e para o mal, um precursor de tendências para todo o jornalismo praticado no país a partir de então. (Silva, 2005) [176]A amplitude e relevância do Projeto teria se dado após a significativa campanha do jornal em prol das eleições diretas de 1984, quando a *Folha* assumiu quase que imperativamente em suas páginas o compromisso com a redemocratização.[177] O tom otimista decorrente da campanha, - por mais que derrotada nas urnas - era expressado no documento publicado àquele ano. "A Folha depois da campanha das diretas-já" (1984), afirmava que esta já fazia parte da história brasileira, o que lhe angariou credibilidade, consolidando e disseminando o prestígio do jornal em todo o país. "Antes da campanha, era difícil ignorar a Folha; depois dela, tornou-se impraticável."[178]

Grandes poderes como este exigiam, segundo o Projeto, grandes responsabilidades e neste ponto ainda faltava ao jornal adequar tecnicamente sua estrutura jornalística, em busca em um jornalismo "crítico, pluralista, apartidário e moderno" que em tese definia-se pelas seguintes premissas:

> Crítico - Não basta relatar os fatos, é preciso expô-los à crítica. [...] Todo fato comporta mais de uma versão; a verdade pode emergir da contradição entre diferentes versões. Não é errado publicar versões contraditórias; errado é o jornal ou o jornalista fazer-se de árbitro da verdade e impedir uma ou várias versões de chegar até o leitor. O tom de crítica - serena e fundamentada - deve permear o jornal da primeira à última página.
>
> Pluralista - A sociedade é plural; há sempre interesses e pontos de vista em conflito. O melhor serviço público que um jornal não-partidário pode fazer é tornar essa realidade transparente; é reproduzir, em suas páginas, e na proporção mais exata possível, a forma pela qual as divergências se distribuem no interior da opinião pública. Isto não significa que o jornal se abstém, que não toma posição, que é "neutro" - nada disso. Mas o jornal não quer impor suas opções ao leitor, não quer aprisioná-lo numa camisa-de-força ideológica, não quer tiranizá-lo. Vamos deixar que as dissonâncias corram soltas, vamos estimular a polêmica, vamos tornar tudo - inclusive o próprio jornal - cada vez mais visível, mais público e mais transparente para o leitor. Ele que decida de

[176] A análise de Carlos Eduardo Lins Silva (2005) é decorrente do livro publicado originalmente em 1988 e que procurava analisar "os bastidores da revolução de um grande jornal". O jornalista fora na verdade um dos agentes neste processo junto à empresa, auxiliando na confecção de alguns pontos presentes no projeto e nas constantes atualizações do "Manual de Redação". A segunda edição do livro fora inclusive relançada pela própria *Publifolha*, que recolocaria em catálogo "um dos livros mais estudados sobre o jornalismo brasileiro contemporâneo."

[177] Em decorrência do aparente reconhecimento da campanha a *Folha* passou inclusive a se auto-identificar como o "jornal das diretas.". Falaremos brevemente sobre a atuação do jornal frente a este contexto na segunda parte desta tese. Para mais, consultar também Dias (2014).

[178] FOLHA DE S. PAULO. *Projeto Editorial 1984.* A Folha depois da campanha das diretas-já. Credibilidade exige responsabilidade. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/institucional/projeto-1984.shtml Acesso em: 23 de janeiro de 2017.

> acordo com o seu próprio interesse, que ele sabe avaliar muito melhor do que nós.
>
> Apartidário - A Folha é grande o suficiente e abarca um número suficientemente alto de leitores para que pudesse ser um jornal partidário; uma opção partidária significaria, hoje, reduzir nosso impacto sobre a opinião pública e autocondenarmo-nos ao isolamento. [...] Mas ser um jornal apartidário não significa ser um jornal que não toma partido. Pelo contrário, a Folha faz questão de tomar partido no maior número possível de temas.
>
> Moderno - O sentido de moderno é, no caso, bem concreto. Jornalismo moderno na medida em que se propõe a introduzir, na discussão pública, temas que até então não tinham ingresso nela. Na medida em que põe em circulação novos enfoques, novas preocupações, novas tendências. O principal objetivo do nosso trabalho é formar, entre nós, uma opinião pública esclarecida, crítica e atuante.[179]

As orientações acima explicitam claramente qual deveria ser o papel do jornalismo profissional que a *Folha* pretendia praticar. Um jornalismo que mais uma vez mantem-se, em tese, orientado sob as mesmas bases que separam a notícia da opinião, em sua constante busca por uma aproximação mais "correta" dos acontecimentos. Um jornalismo que procura, portanto, ir além do mero relato dos fatos, que o expõe à crítica, fazendo com que a verdade possa emergir pela exposição dos diferentes pontos de vista. Desta forma, um jornal crítico, por mais que pluralista e apartidário, não deveria jamais atuar de maneira "neutra" ou "isenta", pois deve, quando julgar necessário, explicitar suas opiniões. Deve ser "moderno" colocando em pauta novos debates, novas tendências, formar uma opinião pública esclarecida e atuante. As discordâncias e "polêmicas" que corram soltas, isso tornaria inclusive o próprio nome do jornal mais visível. Caberia ao leitor decidir em que/quem acreditar, até porque pretendia o jornal construir estes pontos de vista na "proporção mais exata possível", garantindo assim a veracidade de suas informações.

Estas premissas estariam pautadas por aquilo que a *Folha* vai definir como um "mandato" conferido por seus mais de 300 mil leitores. Eram eles que, diariamente, acabavam por legitimar as ações explicitadas no Projeto. Mas isso só se consolidaria com a homogeneização de uma prática jornalística, orientando-a de forma estrita para que sua política editorial ganhasse melhores contornos. O "Manual Geral da Redação" (1984)[180], publicado concomitantemente ao Projeto fora lançado, segundo o jornal, justamente para orientar estas políticas, tornado assim mais palpável sua aplicação e possível identificação de erros técnicos

[179] FOLHA DE S. PAULO. *Projeto Editorial 1984.* A Folha depois da campanha das diretas-já. A busca do jornalismo moderno e apartidário. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/institucional/projeto-1984-2.shtml Acesso em: 23 de janeiro de 2017.

[180] Além desta edição, foram lançadas ainda versões atualizadas do Manual nos anos de 1987, 1992 e 2001, este último com sucessivas reedições. Para mais, consultar o texto de Albuquerque e Holzbach (2008).

na estrutura da notícia. Não deveria ser encarado como um "evangelho editorial", mas sim como uma "base de referência" para uma atividade jornalística a mais "objetiva" e "correta" possível. A partir deste documento, seus dirigentes poderiam concentrar seus esforços para conduzir aquilo que seria a tarefa prioritária do jornal: a "verdadeira batalha pela exatidão em todos os níveis. [...] Nós não temos alternativa exceto a intransigência técnica" [181]

A atitude declaradamente intransigente que a *Folha* assumiu nesta "batalha pela exatidão" fez com que obviamente o Projeto não fosse de todo bem recebido pela redação e seus jornalistas. O próprio Silva (2005, p. 16) chega a afirmar que além de quebrar paradigmas, o Projeto também "contrariou interesses, desafio preconceitos, cometeu injustiças, foi juvenilmente arrogante." Logo após sua instituição, 27 jornalistas foram demitidos por "insuficiência técnica" - número que representava praticamente 10% da redação de sua sede - e o jornal começou a travar uma dura batalha com o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.[182]

Pela forma como foi conduzido o Projeto, podemos caracterizá-lo como um evidente caso de "modernização autoritária" imposto pela *Folha* na tentativa de superar possíveis atrasos praticados por seu jornalismo. Partindo desta premissa, o trabalho de Hofmann (2013) chega a fazer uma interessante comparação deste processo de modernização à atitude de um partido político de caráter leninista. A autora faz assim uma aproximação das políticas editoriais propostas pelo jornal às concepções de Lenin, que via na "supremacia partidária" o momento privilegiado da consciência de classe e de onde deveria exercer sua função de dirigente máximo da coletividade. Pelo papel de vanguarda atribuído a si, - e seu projeto praticamente "revolucionário", - a *Folha* inseria-se portanto numa tradição de movimento que se utilizava de vias tipicamente autoritárias, não de consenso e/ou acordos, decretadas principalmente de forma unilateral por seus dirigentes e a chefia das redações, com o intuito de legitimar-se politicamente.[183]

---

[181] FOLHA DE S. PAULO. *Projeto Editorial 1984.* A Folha depois da campanha das diretas-já. Precisamos atacar os problemas. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/institucional/projeto-1984-3.shtml Acesso em: 23 de janeiro de 2017.

[182] No ano seguinte, o jornal *Unidade* do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo publicou uma matéria especial de capa (nº 74, fev. 1985) onde criticava as "arbitrariedades" do "caso Folha", que teria implementado um conjunto de regras que funcionava "como um AI-5". Naquela ocasião fora elaborado, via Sindicato, um abaixo-assinado subscrito por 155 jornalistas, o correspondente a cerca de 65% do total dos profissionais lotados na redação de São Paulo, exigindo uma melhor discussão sobre a implementação do Projeto, que teria sérias discrepâncias entre teoria e prática. De acordo com Silva (2005, p. 126), foi feito um cálculo informal nas redações da *Folha* em 1987, onde constatou-se que de um total de 360 jornalistas, apenas uma parcela de 30 a 60 deles tinha "fechado com o projeto", sendo considerados assim uma espécie de "massa crítica" sob a qual a empresa poderia contar para dar continuidade à sua política. Ainda assim, segundo relato de Frias Filho, o grupo que deveria "fazer a ponte" não chegava ao número de 12 jornalistas.

[183] Assim, o manual instituído pelo *Folha* não serviria apenas para a orientação técnica de seus jornalistas, mas também como um "instrumento de controle e de adesão ideológica" (Hofmann, 2013) destes para com o projeto do jornal. O caráter "autoritário" presente neste processo de modernização fica evidente também por este

Albuquerque e Holzbach (2008) vão afirmar, por sua vez, que para além de seus aspectos técnico-jornalísticos a implementação do manual, decorrente do Projeto, se constituiu como um verdadeiro "manifesto político" sobre o papel que deveria ocupar a *Folha* na nova democracia brasileira. De tom bastante impositivo, o Manual delimitava como deveria agir seus profissionais para praticar um jornalismo "verdadeiro" e acabava por destacar assim a especificidade de seu lugar de fala. Mas este papel político legitimava-se pelo aval que recebia a *Folha* de seu próprio leitor, por um "contrato representativo" baseado acima de tudo sob relações comerciais e mercadológicas. Ao definir-se como "apartidário", neste sentido, o jornal justificava seu posicionamento político por um olhar que partia apenas da demanda de seu público. Era ele quem delegaria qual posicionamento o jornal deveria tomar ou seguir. Isto seria agir de forma "apartidária" sem ser "neutro" ou "isento", já que defenderia causas que em tese não lhe competiam diretamente.[184]

Um posição como esta não deixa de ser, de certa forma, um tanto quanto esquizofrênica e paradoxal, uma vez que caberia ao jornal informar e formar, ser imparcial sem ser neutro,

depoimento de próprio Frias Filho (2003, p. 359-360. grifo nosso): "Era um clima difícil, de muita agitação sindical. Era muito frequente, por exemplo, eu tomar uma decisão e a redação parar. [...] *Era realmente um ambiente pré-revolucionário*. E eu estava achando que ia virar uma espécie de Kerensky ali dentro... Estava administrando como conseguia administrar. [...] Reuni então um grupo de pessoas com as quais eu tinha naturalmente afinidade, até geracional, e *chegamos ao diagnóstico de que tinha havido uma politização excessiva*. [...] Isso foi num crescendo, até que, em setembro de 1984, *nós implantamos, sem consulta prévia*, o *Manual geral da redação*, que já vinha sendo preparado desde o final da gestão do Boris pelo Carlos Eduardo Lins da Silva e pelo Caio Tulio Costa, ambos, na época, secretários de redação, e por mim mesmo. *Foi basicamente feito a seis mãos. Esse manual foi baixado, com uma série de medidas bastante draconianas* em termos de normatizar procedimentos, despolitizar. [...] Enfim, era um manual que continha uma série de mudanças e recomendava a *aplicação de normas bastante rígidas*. Poucos meses depois da implantação, houve um abaixo-assinado na redação pedindo, entre outras providências, a revogação do manual e a nomeação de uma comissão paritária para discutir um manual novo. Aí**,** *não havia mais como contemporizar***.** *Fizemos uma serie de demissões de caráter político*."

[184] Este "contrato representativo" estaria baseado, segundo os autores, por uma tentativa do jornal em atuar como mediador entre os cidadãos e o Estado, mesmo sem se referir diretamente a eles. Premissas que estariam estipuladas nos verbetes "mandato do leitor" (*"Nas sociedades de mercado cada leitor delega, ao jornal que assina ou adquire nas bancas, a tarefa de investigar os fatos, recolher material jornalístico, editá-lo e publicá-lo. Se o jornal não corresponde às suas exigências o leitor suspende esse mandato, rompendo o contrato de assinatura ou interrompendo a aquisição habitual nas bancas. A força de um jornal repousa na solidez e na quantidade de mandatos que lhe são delegados*.") e "formação de opinião" (*Um jornal é, por excelência, um órgão formador de opinião pública. Sua força se mede pela capacidade que ele tem de intervir no debate público e, apoiado em fatos e dados objetivos, mudar convicções e hábitos, influir no rumo das instituições."*) presentes no manual da *Folha*. Reivindica assim o jornal um papel político ativo que vai além de meramente "informar" seu leitor, buscando pautar-se por uma "missão civilizatória" de "formar" e "modificar" pensamentos e instituições. Mas esta reivindicação que se pretende política estaria baseada em uma relação de natureza estritamente comercial, já que seria o leitor quem delegaria à *Folha* autoridade para agir perante as instituições. Agindo, formaria assim sua opinião, alimentando uma "lógica circular de causalidade política." (Albuquerque e Holzbach, 2008, p. 161) Era como se o jornal agisse portanto como um "sistema perito" (Miguel, 1999) baseado na autoridade/credibilidade que se constrói na relação com seu próprio leitorado. Albuquerque (2000) acredita assim que há um outro tipo de "quarto poder" norteando a prática do jornalismo brasileiro, onde este acaba por reivindicar um papel "meta político" de intérprete dos interesses nacionais, como se fosse uma espécie de "poder moderador" (um poder "neutro", "a-político", "fiscalizador") entre as instituições e seu público. Exerce, este jornalismo, um compromisso político que vai além, portanto, da mera "busca da verdade", o que pautaria, de modo geral, seu papel ativo na democracia que então se descortinava.

plural e apartidário, tomando posição. Era um jornal que queria firmar-se politicamente, sem assumir-se de fato, pois ancorado sob premissas estritamente técnicas, objetivas e mercadológicas. Devemos com isso relativizar a premissa de Silva (2005) de que o "Projeto Folha" foi gradativamente se despolitizando ao pautar-se cada vez mais por uma "ideologia jornalística" preocupada apenas com as técnica de sua atividade. Por mais que possamos concordar em partes com esta afirmação, não podemos negligenciar que análises como esta acabam por diluir intencionalidades políticas que são inerentes a todo processo de modernização. Estas técnicas proposta pelo "Projeto" acabam por "blindar" o jornal sob uma aura mercadológica mas que é, também, política, pois tem como objetivo legitimar no tempo esferas de reconhecimento e autoridade. É a partir dele que a *Folha* vai definir, a partir de então, as capacidades de seu "verdadeiro" jornalismo.

3.1.5. Missão cumprida? a *Folha* como baluarte da democracia

Ao longo da segunda metade dos anos 1980, já respirando de forma institucionalizada os ares democráticos, a *Folha* irá lançar ainda algumas atualizações de seu projeto editorial. Em 1985, afirmava que os "novos rumos" abriam outras possibilidades às suas práticas, onde o papel de seu jornalismo, mais do que nunca, "volta a valer antes pelo que ele é como jornal do que pela sua atitude em face de uma conjuntura." [185] Era preciso agora que a *Folha* fosse cada vez mais reconhecida pela sua imagem frente ao público. Imagem que, conforme vimos, foi sendo gradativamente lapidada ao longo do processo de redemocratização para imputar capacidades e atributos específicos ao tipo de jornalismo "profissional" e "verdadeiro" que dizia representar.

Exigia também os novos Projetos que o jornal investisse em maior didatismo, insistindo na "exatidão" e concisão dos textos, e delimitando de forma clara ao leitor o papel de cada editoria dentro do contexto maior de suas páginas. Era preciso estar em "primeiro lugar", "ampliar a vantagem" de um jornal que, segundo enfatizava, seria o de maior circulação do país àquele momento, com uma média diária de 291.659 exemplares. Para seguir no topo deveria pautar-se pela busca da "informação exclusiva" e inédita, "agressivamente investigativa" - desde que relevante e comprovada, - diferenciando-se do jornalismo praticado por seus

[185] FOLHA DE S. PAULO. *Projeto Editorial 1985*. Novos rumos. Depois da redemocratização. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/institucional/projeto-1985.shtml Acesso em: 24 de janeiro de 2017.

concorrentes e causando assim maior impacto editorial.[186]

Lutava a *Folha* contra ela mesma, definindo e atualizando premissas que buscavam superar brechas e aprender com as próprias falhas. Um esforço mesmo de controle e autodisciplina, afirmava. Mas, após longo período de marasmo em que seu jornalismo parecia ser "o único local onde havia vida e movimento", a empresa começava a diagnosticar um cenário em transformação e constante ebulição. Cenário, em grande parte, fruto do próprio sucesso editorial de seu Projeto, que tornara-se um "patrimônio coletivo do jornalismo brasileiro", copiado por muitos de seus pares.

É o que diagnosticava o novo projeto editado pelo jornal em 1988. O texto enfatizava a necessidade de a *Folha* não apenas fazer um "bom jornal", mas manter-se firme em sua posição de vanguarda, já que estava no centro desta ebulição, sendo origem e causa das transformações em curso, "por influência do espírito que criou". Se tornava desta forma "vítima de sua própria estratégia", era urgente, mais do que nunca, que lutasse contra o óbvio:

> o óbvio de um aplicação mecânica de alguns procedimentos que, já incorporados pela Redação, começam a ser copiados pelos jornais concorrentes. Há um óbvio do pluralismo, um óbvio da exatidão, um óbvio da modernidade, um óbvio da isenção jornalística. Se não formos capazes de fazer desse pluralismo, dessa exatidão, dessa modernidade, dessa isenção jornalística (qualidades que nos garantiram o sucesso até aqui) o ponto de partida para em esforço de criatividade, de sofisticação, de imaginação e de crítica levados a seu ponto extremo de inteligência e arte, a distância até agora alcançada face aos concorrentes vai perder-se na indiferenciação, na rotina e na mediocridade. É preciso continuar, então. [187]

Embora buscando fugir de uma aparente obviedade, a "imagem de si" projetada pelo jornal parecia ser a do próprio reconhecimento de missão cumprida. A *Folha* era por si só a modernização do jornalismo brasileiro: plural, exato, isento. Mas como vanguarda que se colocava sempre à margem, deveria ir além de meras aplicações mecânicas de suas fórmulas e continuar progressivamente na busca de novas possibilidades e comportamentos. A ideia era manter-se distinto, continuar um percurso para se mostrar capaz e reconhecido como um dos baluarte do "moderno" e "verdadeiro" jornalismo profissional no Brasil. O futuro já se descortinava a frente de todos e dependia do protagonismo e autoridade da própria *Folha*, era

---

[186] FOLHA DE S. PAULO. *Projeto Editorial 1986.* A Folha em busca da excelência. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/institucional/projeto-1986.shtml Acesso em: 24 de janeiro de 2017.

[187] (FOLHA DE S. PAULO. *Projeto Editorial 1988.* A hora da reforma. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/institucional/projeto-1988.shtml Acesso em: 24 de janeiro de 2017) No mesmo documento a *Folha* afirmava, segura de si, que estaria planejando implementar um novo projeto de reforma gráfica para os próximos anos, projeto que, cedo ou tarde, seria "seguido pelos outros jornais. [...] Mais uma vez o futuro da invenção jornalística depende em grande parte do comportamento da Folha, de sua capacidade para enfrentar esta nova situação com audácia e ecletismo."

o que ela mesma afirmava.

Com uma história construída e legitimada, ao que parece, não se tornava mais necessário à *Folha* utilizar constantemente discursos de autolegitimação para vangloriar-se de seus feitos, como se já tivesse incrustado à sua imagem uma aura distinta e particular. Neste sentido, as próximas efemérides do jornal pouco comemoram. Em 1986, no auge do processo de implementação do "Projeto Folha", quando o jornal celebrava seus 65 anos, há apenas a menção de uma exposição e um concerto organizados pelo jornal para festejar a data.[188] Já na efeméride dos 70 anos, em 1991, há a preocupação em evidenciar apenas inovações de ordem técnica aos leitores, quando a *Folha*, se tornando um jornal "cada vez mais fácil de ler", publicava uma espécie de guia de leitura para apresentar sua nova reforma gráfica e editorial.[189]

Mesmo que de forma tímida, se comparado com a efeméride da década passada, a *Folha* convidava também seus leitores a participar de um ato multireligioso na catedral da Sé "pelos 70 anos do jornal e pela paz no Golfo." No dia 19 de fevereiro, data do aniversário, publicava um breve editorial em sua capa onde afirma manter sua "vocação democrática", enraizada sempre nas forças de mercado e na autonomia política de disposição pluralista. E, como que relegando seu próprio passado combativo frente a antigas "revoluções", ressaltava:

> Não consideramos que seja função de jornais edulcorar a verdade, nem elogiar governos, nem atrelar-se a projetos de salvação nacional. Pelo contrário, sua função é frequentemente a de uma voz solitária e dissonante, a apontar o que vai mal quando a opinião predominante é a de que tudo vai bem, a protestar contra impulsos bonapartistas disfarçados de vontade geral. Seu compromisso é sobretudo com toda a verdade que puder ser comprovada e com o dever de publicá-la ao lado das diferentes versões sobre cada fato.[190]

Um editorial aparentemente despretensioso como este nos é paradigmático pois acreditamos ser mais um importante passo neste processo que busca desvencilhar a identidade do jornal frente à sua conturbada relação de apoio e cumplicidade para com regimes do passado. O tempo de otimismo, quando o jornal rumava confiante e predestinado junto aos progressos da nação obviamente não existia mais. Agora o jornal era voz dissonante, solitária, como se não dependesse mais das conjunturas, apenas de seus próprios feitos, de uma exposição plural e

---

[188] FOLHA faz 65 anos com mostra e música. *Folha de S. Paulo*, ano 66, nº 20.776, p. 01, 19 de fevereiro de 1986.
[189] (UM JORNAL cada vez mais fácil de ler. *Folha de S. Paulo*, ano 70, nº 22.600, p. 01, 17 de fevereiro de 1991.) Em 1995, por sua vez, nas vésperas dos 75 anos da empresa, a *Folha* publicou uma edição especial para comemorar a inauguração de sua nova gráfica, que a ingressaria na "era da cor total", se tornando assim o primeiro jornal de grande circulação do mundo a atingir este feito. Um investimento, segundo afirmava, de 120 milhões de dólares e que aumentaria também em 42% sua capacidade de impressão. (*Folha de S. Paulo*. Edição comemorativa de inauguração do CTG-F, 4 de dezembro de 1995.)
[190] 70 anos. *Folha de S. Paulo*, ano 71, nº 22.602, p. 01, 19 de fevereiro de 1991.

exata sobre a verdade dos acontecimentos. Para firmar-se de forma cada vez mais consolidada como um jornal crítico, plural e apartidário era fundamental que, neste percurso do reconhecimento, se projetasse uma identidade específica. Aquela que vai definindo o jornal como um grande baluarte da democracia e que, para tanto, utilizaria técnicas "distanciadas" e devidamente orientadas. Utilizaria também uma apropriação seletiva de seu passado para que, de certa forma, algumas narrativas se sobressaíssem em detrimento de outras, legitimando assim, ao longo do tempo, uma história "oficial" da empresa ou, ao menos, aquela que ela julgava digna de ser lembrada e reconhecida como tal. [191]

Este posicionamento se torna ainda mais evidente quando o jornal comemora seus 80 anos, em 2001, momento em que a *Folha* volta a realizar uma comemoração mais exaltada, considerando ser a ocasião oportuna para "prestar contas de sua atuação e renovar seus compromissos". Atuação que não teria sido "retilínea" afirmava, mas "permeável à ebulição das influências" da conjuntura. Dito isto, ressaltava a importância de "duas conquistas históricas" ao longo deste processo: a consolidação de uma "autêntica democracia" nos anos 1980, e a segurança de uma estabilidade política, nos anos 1990. Entre erros e acertos, afirmava que teria cristalizado justamente neste período seu projeto editorial, pautado pela independência, pela crítica e pelo pluralismo, sua "maior contribuição ao desenvolvimento do país" até então.[192]

Obviamente que, em toda atuação "não retilínea", é possível potencializar traços mais significativos, direcionar interpretações e realizar enviesamentos discursivos, com o intuito de construir uma história particular que melhor caracterize certas atitudes frente ao presente. Para rememorar esta trajetória junto ao leitorado o jornal lança então, no dia da efeméride, um suplemento especial de 32 páginas que pretendia evidenciar "tudo sobre a *Folha*". Logo na terceira página, após uma breve contextualização sobre os períodos iniciais do jornal, o suplemento estampava em letras garrafais: "Militares ameaçam suspender circulação." Era uma matéria que, ao longo de duas páginas, discorria sobre os percalços enfrentados pela *Folha* ao longo da ditadura, em especial a partir da polêmica do caso Diaféria. Apesar de assumir, provavelmente pela primeira vez em suas páginas, ter apoiado o "movimento militar que depôs

[191] Conforme afirmamos anteriormente, este projeto já teria se iniciado com a obra de Mota e Capelato, em 1981. Em 1985, a *Folha* lançaria ainda o livro "Primeira Página" (1985), seguido dos "20 textos que fizeram história" (1991) que procuram fazer um enquadramento particular da história da empresa, selecionando as capas/matérias mais "significativas" de sua trajetória. Seleção que praticamente eclipsava os conturbados posicionamentos do jornal no período da ditadura, ao mesmo tempo em que buscava consolidar seu protagonismo nos tempos da redemocratização. Para uma análise mais detalhada sobre as obras dentro deste processo de ressignificação da memória da empresa, consultar nosso estudo anterior (Dias, 2014).

[192] MUITO A FAZER. Folha de S. Paulo, ano 80, nº 26.254, p. 01, 18 de fevereiro de 2001.

o governo constitucional de João Goulart" (não uma ditadura, ainda), a direção do texto vai de encontro com os anos em que o jornal teria se "engajado na redemocratização" a partir de meados dos anos 1970, com o protagonismo de Cláudio Abramo nas redações. [193]

Mesmo citando o apoio, a matéria enfatizava que a *Folha* não teria participado de "nenhuma conspiração" para auxiliar na deposição de João Goulart, manifestando sempre sua vocação democrática e pluralista. Na artigo seguinte, o suplemento dá destaque ao protagonismo exercido pelo jornal durante a campanha das Diretas, a "mais importante campanha popular da redemocratização", que teria sido primordial para "fixar a imagem do jornal como o veículo impresso de maior peso político no país". O sucesso da iniciativa, segundo a texto, seguia apenas a evolução de um plano traçado anos antes, que acabou por legitimar a *Folha* como um jornal "pluralista, crítico e apartidário", se tornando a "mais influente" publicação impressa do Brasil.[194]

Ao explicitar logo de início estas narrativas, o caderno especial da *Folha* reforçava aquilo que poderíamos definir de *clichês historiográficos de autolegitimação,* termo utilizado aqui mais metaforicamente do que como conceito, para designar um tipo de história particular que o jornal, - com o auxílio de seus pares e uma "comunidade interpretativa" específica, – intenta cristalizar no, com e pelo tempo. É uma história que, pela constante rememoração, acaba por definir algumas narrativas oficiais sobre sua atuação ao longo dos anos.[195] A saber, aquela que apoiou o "movimento" militar, como assim o fez toda a grande imprensa, mas apenas nos momentos iniciais. Aquela que caracterizou a ditadura como os "tempos difíceis" da empresa, podendo ela apenas praticar um jornalismo "possível", censurado, que sofrera inclusive retaliações. De que portanto nada poderia fazer, a não ser investir em tecnologia e sanar-se financeiramente. E, apenas após um longo período de reclusão político-editorial, pôde assumir seu grande protagonismo frente ao processos de redemocratização.

A partir destes *clichês* vai se legitimando uma história "verdadeira" sobre a "verdadeira" *Folha de S. Paulo*. Uma história que, conforme pudemos perceber ao longo de todo este percurso, acaba por silenciar uma série de vicissitudes inerentes ao processo de modernização do jornal. Devemos partir da premissa, portanto, de que não se pode contar "tudo" sobre o

[193] MAGALHÃES, Mário. Militares ameaçam suspender circulação. Tudo sobre a Folha. 80 anos. *Folha de S. Paulo*, ano 80, nº 26.254, p. 03, 18 de fevereiro de 2001.
[194] SINGER, André. Apoio a diretas amplia peso político do jornal. Tudo sobre a Folha. 80 anos. *Folha de S. Paulo*, ano 80, nº 26.254, p. 05, 18 de fevereiro de 2001.
[195] Não estamos tratando, desta forma, de uma escrita da história propriamente dita, mas de discursos que, constantemente rememorados, acabam por se legitimar como história pela forma como são (re)apropriados pelos jornais ao longo do tempo. Vale ressaltar também que estamos tratando de discursos díspares que se retroalimentam e se inscrevem historicamente sob diferentes perspectivas, na medida em que são acionados por uma gama complexa de agentes e conjunturas, devendo portanto ser encarados a partir de suas especificidades.

passado em um ato de rememoração. Pelo contrário, o que fazemos são sempre apropriações seletivas sobre ele, visando objetivos particulares no presente. (Halbwachs, 2004; Pollak, 1989, 1992). Estamos tratando de uma história que, pela memória, se utiliza concomitantemente de lembranças e esquecimentos. Uma memória que realiza usos mas também "abusos" sobre o passado, que pode ser manipulada deliberadamente pela forma como é articulada e narrada. Isto se dá, principalmente, nos momentos de efeméride, onde, pelo dever da lembrança, o passado é "manipulado" com o intuito de "impedir" que determinadas memórias emerjam, sacralizando assim um presente que se projeta ao devir. (Ricoeur, 2007)

Em apenas cinco páginas, portanto, o suplemento abarca praticamente "toda" a história da *Folha*. O que veremos nas páginas seguintes são textos escritos por jornalistas da empresa rememorando tempos áureos de sua atuação, anúncios publicitários congratulando o jornal, linhas do tempo evidenciando evoluções gráficas e editoriais, além de depoimentos de personalidades citando o que gostam/não gostam em relação à personalidade da *Folha*. São discursos que intentam claramente explorar a sua identidade crítica, pluralista e apartidária, imputando ao jornal as devidas fatias do reconhecimento. É neste período também que mais dois livros são lançados pela *Publifolha* na tentativa de, inferimos aqui, continuar o processo de legitimação destes *clichês historiográficos*: "O Brasil em sobressalto: 80 anos de história contados pela Folha" (2002), do jornalista Oscar Pilagallo[196] e "Um país aberto: reflexões sobre a Folha de S. Paulo e o jornalismo contemporâneo" (2003), editado em virtude da inauguração da Cátedra de Jornalismo Octavio Frias de Oliveira[197] Além deles, ocorreu ainda o lançamento da uma versão definitiva do "Manual de Redação", em 2001.

[196] No prefácio à obra, Pilagallo (2001, p. 09, grifo nosso.) alerta seu leitor: "O sobressalto é, simplesmente, algo associado à notícia – e esta é, afinal, uma história contada a partir das páginas da *Folha*. É importante esclarecer que não se pretendeu escrever a história do jornal, que completou oitenta anos em 2001. Esta aparecerá aqui e ali – para o bem e para o mal -, quando relevante para a compreensão do enfoque editorial em diferentes épocas**.** *Aparecerá, também, os episódios que a Folha se transformou em sujeito da história – e não há como não lembrar o papel que desempenhou na campanha das diretas-já, por exemplo. No mais, o jornal é citado como fonte primária de informação* – o "registro taquigráfico da história" a que se refere o Projeto Folha." Interessante perceber que, quando não um "sujeito" da história, o jornal será considerado apenas como sua fonte primária, já que sem a conduzir, apenas a registrava taquigraficamente e em sobressaltos. Sutilmente, vai assim se legitimando mais uma vez o papel de protagonismo da empresa frente ao processo de redemocratização.

[197] O livro é uma coletânea das palestras e comunicações proferidas em decorrência da inauguração da Cátedra, ao longo do ano de 2002, na UniFiam-Faam, em São Paulo. Tinha o objetivo de discutir as quatro décadas de atuação de Frias frente à *Folha* e a trajetória do jornal àqueles anos, organizando "um compêndio de jornalismo contemporâneo e uma memória do passado. Serve ainda como acervo oral de histórias da Folha." O texto de apresentação da obra afirma que, como resultado, apresenta ao leitor "uma polifonia de vozes" diversas "bem no espírito do homenageado, renomado defensor de um jornalismo pluralista" (FOLHA DE S. PAULO, 2003, p. 05). Mas esta "polifonia" é construída por figuras bastante conhecidas do homenageado e da *Folha*, como jornalistas da empresa e historiadores que já escreveram sobre ela. Na sessão responsável por discutir a "História da Folha", nenhum texto retrata especificamente o período da ditadura militar, sendo que metade deles são dedicados exclusivamente ao período de redemocratização e à campanha das Diretas. O que nos torna evidente, também neste caso, que tipo de "memória do passado" é esta que se pretende aqui legitimar-se como história.

Junto a este importante e gradativo processo de orientação político-identitária, a *Folha* direcionou seu posicionamento a agressivas campanhas de marketing e propaganda, já a partir do final da década de 1980, com o intuito de consolidar-se efetivamente como o principal líder do mercado. É decorrente deste período o surgimento de campanhas publicitárias que se tornaram célebres, principalmente pelo forma como o próprio jornal foi se apropriando delas ao longo do tempo, atrelando-as assim ao percurso da empresa. Estas campanhas teriam se iniciado com o sucesso do comercial "Hitler" em 1987, seguida por uma série de outras estratégias que procuravam divulgar novos serviços do jornal, como por exemplo os classificados, na década de 1990, em uma verdadeira guerra com seu concorrente paulista, *Estadão*.[198] Além de fortalecer a imagem da empresa, consolidando-a sob os preceitos de um jornal "moderno", estas campanhas foram importantes para impulsionar seu potencial mercadológico, que alcançou índices significativos de penetração ao longo da década. Era uma tentativa também de evidenciar a maturidade do Projeto criado pela *Folha*, que colhia assim seus frutos pelo reconhecimento junto ao público.

Em outubro de 1990 o jornal vangloriava-se de ter crescido cerca de 15% em volume de circulação paga, consolidando sua liderança em virtude da estagnação de seus concorrentes e atingindo uma média de circulação na casa dos 350 mil exemplares diários (392 mil aos domingos). Eram evidentes os traços de seu crescimento, afirmava, por mais que nas edições de domingo a liderança nacional ficasse ainda com *O Globo*, vendendo nestes dias uma média de 458 mil exemplares.[199] Pouco mais de um ano depois, em novembro de 1991, no entanto, a *Folha* anunciava ter batido novo recorde de circulação ao atingir, em sua edição de domingo, a tiragem de 518.800 exemplares, o que ampliava ainda mais a sua penetração frente ao alcance dos concorrentes diretos.[200]

Já pudemos perceber como, desde décadas passadas, o jornal vem se utilizando destes enunciados como estratégia de legitimação de seu protagonismo. Mas neste momento, para

---

[198] O comercial "Hitler", brincando com o jogo de imagens e palavras, inicia com um close focado em pontos preto e brancos indiscerníveis. Abrindo gradativamente, enumera uma série de qualidades de um suposto líder político carismático que reerguera sua nação. Ao final, surge a imagem do ditador nazista, com a seguinte assinatura: "É possível contar um monte de mentiras dizendo só a verdade. Por isso é preciso tomar muito cuidado com a informação e o jornal que você recebe. Folha de S. Paulo, o jornal que mais se compra e o que nunca se vende." Ganhador de uma série de prêmios, dentre eles o leão de ouro no festival de Cannes, a mais prestigiosa premiação da publicidade mundial, o comercial é sempre destacado nos momentos de efeméride do jornal como a grande referência para um percurso que iria se consolidar nos anos seguintes, transformando a empresa em um dos mais reconhecidos anunciantes da imprensa em todo o mundo. Para mais sobre outras campanhas destacadas pelo jornal e sua relação com a propaganda, consultar: http://www1.folha.uol.com.br/folha90anos/877110-hitler-rendeu-leao-de-ouro-a-folha-veja-propagandas-que-marcaram-epoca.shtml Acesso em: 27 de janeiro de 2017.

[199] FOLHA cresce 15,3% e consolida sua liderança. *Folha de S. Paulo*, ano 70, nº 22.462p. C3, 2 de outubro de 1990.

[200] EDIÇÃO de hoje é recorde de circulação. *Folha de S. Paulo*, ano 71, nº 22.866, p. 12, 10 de novembro de 1991.

além dos discursos, a *Folha* procurou efetivar de fato uma estratégia deliberadamente mercadológica para angariar uma maior quantidade de leitores e potencializar sua circulação. A estratégia, que tornou-se recorrente a partir de então, consistia em encartar brindes junto ao jornal, como atlas ilustrados, dicionários, enciclopédias, coleções de Cds, livros e Dvds, mediante pagamento junto à banca. Um aparente sucesso imediato que fez com que, de forma exponencial, a média de circulação diária do jornal aos domingos atingisse, em meados de 1994-1995, o total de 1,6 milhões de exemplares. A maior tiragem já atingida por um jornal da imprensa brasileira,[201] baseada em um investimento maciço de 6 milhões de dólares.[202]

Independente das estratégias, legítimas ou não, utilizadas pela empresa para angariar este reconhecido, é evidente que a *Folha* adentrou o século XXI como um importante representante do jornalismo "moderno" sob o qual dizia pertencer e representar. Seu nome parecia cada vez mais atrelado às vozes de uma empresa crítica, plural e apartidária. Um jornal independente que, acima de tudo, se identificava com os ideais democráticos, crítico aos governos e regimes, formador de uma opinião pública, que se condicionava única e exclusivamente aos interesses de seu leitorado, pois regido apenas sob as lógicas do mercado, como toda imprensa "profissional" e "verdadeira" deveria se portar.

Mas "independência" para este tipo de imprensa significa também posicionar-se de forma clara e definida, criticamente, às conjunturas políticas. Posicionamento que nem sempre caminha paralelamente aos interesses de seu público e que torna a "pluralidade" de seu jornalismo muitas vezes esquizofrênica e ambivalente. O "oportunismo" da *Folha*, neste sentido, às vezes revela facetas que escapam àquilo que diz ser sua principal razão de ser. Em fevereiro de 2009, próximo a mais uma efeméride da empresa, quando o jornal continuava aparentemente tranquilo em seu percurso do reconhecimento, é deflagrada, abruptamente, uma das mais significativas crises de identidade de sua história recente. A crise, conhecida como o caso da "ditabranda", fez com que muitos temas relacionados ao passado da ditadura voltassem à tona, repercutindo por semanas nas páginas do jornal e fora delas.[203]

---

[201] Sucesso aparente pois, conforme afirmou Silva (2005, p. 29), por exemplo, este crescimento fora relativo e apenas temporário, já que muitos leitores acabavam por adquirir o jornal apenas pelos brindes decorrentes da promoção: "Assustavam-me os relatos que ouvia sobre pessoas que diziam ao jornaleiro que só queriam o brinde e deixavam o jornal na banca." Esta ação fora tão agressiva que, segundo matéria publicada pela própria *Folha*, o jornal não estava preparado para tanto crescimento. No auge da promoção, as suas gráficas não conseguiam sequer dar conta de imprimir todo o material a ser distribuído aos leitores. Produtos como a "Revista da Folha" chegaram a ser impressos em outros países, como Chile, Argentina e até na Ásia, para dar conta da demanda. (PATURY, Felipe. Jornal cresce e se torna grupo de mídia. Tudo sobre a Folha. 80 anos. *Folha de S. Paulo*, ano 80, nº 26.254, p. 30, 18 de fevereiro de 2001)

[202] CARVALHO, Sandra. De rabo preso com o marketing. *Revista Exame*, 12 de outubro de 1994.

[203] O caso surgiu quando o jornal publicou em editorial, no dia 17 de fevereiro de 2009, o neologismo que acabou por qualificar a ditadura militar no Brasil como mais "branda" em relação às suas congêneres latino-americanas.

Mais importante do que a repercussão do caso em si, no entanto, o que nos parece fundamental é frisar que ele fez emergir novamente algumas memórias que, por muito tempo, procuraram ser silenciadas pelo jornal, na tentativa de imputar capacidades específicas à sua identidade. O "jornal das diretas", pelo menos àquele momento, deixava de ser diretamente identificado por seu trabalho de comprometido vigor democrático. Por um deslize de seu próprio discurso, acabou por cindir brechas de um identidade construída com o tempo, sob jogos e apropriações de lembranças e esquecimentos. Era preciso estancar a sangria. Não bastava apenas relativizar o erro, - quando o jornal desculpou-se pela "conotação leviana" do termo – mas continuar firme na construção de narrativas particulares que legitimassem estas capacidades, sob as quais ele de fato gostaria de ser identificado.

Não à toa, dois anos após a deflagração do caso, quando o jornal completaria 90 anos, em 2011, a *Folha* realizaria a até então maior comemoração de sua história para dar novamente nome às suas vozes. Agora seu caderno especial - "toda a *Folha*"[204] - contava com nada menos do que 48 páginas. Apesar de mais volumoso, em relação à efeméride da década passada, o caderno baseava-se, em linhas gerais, sob as mesmas premissas que caracterizaram aquela edição do início dos anos 2000. Há uma sessão evidenciando as 90 reportagens mais significativas, que "fizeram história". Outra composta por depoimentos de 90 leitores e sua relação com o jornal, seguida ainda por um espaço onde 90 jornalistas/colunistas da empresa contavam seus "casos" com a *Folha*, em momentos mais significativos.

A efeméride parece ser a oportunidade ideal para o jornal apropriar-se de novo e repetidamente dos mesmos *clichês de autolegitimação*, proferidos por um conjunto de atores em parte identificados pelos mesmos personagens e discursos.[205] Estes discursos são reforçados ainda por mais dois livros publicados pela empresa, os já citados "História da imprensa paulista" (2012), do jornalista Oscar Pilagallo e "Folha explica: Folha" (2012), da também

---

O termo "ditabranda", não muito bem aceito por seus leitores e críticos, foi responsável por criar, segundo algumas análises, a "maior crise de credibilidade" da história do jornal. Para mais sobre o caso, consultar Dias (2014).

[204] O título do caderno faz alusão à recente política do jornal de disponibilizar todo o acervo de suas edições na internet, gratuitamente, para consulta. Estratégia que acabou por moldar de forma ainda mais comprometida a forma como o jornal passou a encarar seu passado. Já que não era mais possível silenciá-lo, era fundamental que se fizesse uma apropriação seletiva do mesmo, assumindo determinados posicionamentos, mas potencializando outros, de acordo com as demandas da conjuntura. (FOLHA põe na internet 90 anos de história em 1,8 milhões de páginas. Toda a Folha. *Folha de S. Paulo*, ano 91, nº 29.907, p. 02, 19 de fevereiro de 2011)

[205] Ainda assim, é importante destacar que aqui o jornal já assume de forma um pouco mais comprometida seu papel na "ditadura" militar (não mais um "regime"), citando diretamente o apoio que dera ao golpe e as conturbadas relações que envolveram aquele período. Quando o cita, no entanto, o faz de forma breve, dando maior destaque ao protagonismo exercido em sua postura pró e pós redemocratização. É o jornalismo crítico e plural que precisa ser evidenciado a todo custo, por isso a importância de explicitar uma história que por si só se constituiu pela pluralidade de posicionamentos ao longo do tempo, desde que alguns se sobressaíssem sobre outros, em função da imagem que se pretendia construir.

jornalista da casa Ana Estela de Sousa Pinto. Agora era a própria *Folha* quem declarada e deliberadamente pretendia "explicar-se" por si mesma.[206]

Ampliando progressivamente sua comunidade de intérpretes, versões sobre uma imagem que mudava mas permanecia a mesma, o jornal acabava por delimitar uma identidade reproduzida em discurso. Fato é que já pontuamos de forma clara e repetidamente ao longo deste capítulo em que consistem estes discursos e sob quais conjunturas foram reproduzidos e apropriados pelo jornal. Acreditamos que não cabe aqui continuar analisando-os em detalhe, pois frente ao percurso que estamos percorrendo eles seriam apenas mais um sussurro repleto de redundantes declarações. Esperamos que, com este longo trajeto até então traçado, tenha ficado claro não apenas como se consolidou a história da *Folha de S. Paulo* ao longo do tempo, mas como a empresa procurou legitimar determinadas capacidades, inserindo seu nome a um tipo específico de jornalismo sob o qual estaria em tese ancoradas suas supostas "verdades". Voltemos os olhos agora ao outro personagem desta história, antes de nos debruçarmos sobre acontecimentos que para nós são parte fundamental deste processo.

3.2. *O Globo*, seu nome e suas vozes

> Como soube se submeter à autoridade daqueles a quem nominalmente comandava, Roberto Marinho ganhou gradualmente desenvoltura natural no exercício da liderança. Sua autoridade própria foi conquistada e construída através de décadas. Antes de teimar em ter razão, aprendeu que é mais valioso conhecer as razões. O seu estilo de comando, que se tornou inquestionável com o tempo e as sucessivas conquistas, pode ser entendido com o auxílio do ensaísta Harold Bloom e sua definição de autoridade, no livro *Gênio:* "*Na Roma antiga, o conceito de autoridade tinha caráter originário.* Auctoritas *derivava do verbo* augere, "*aumentar", e autoridade dependia sempre de um aumento na origem, desse modo transportando o passado vivo ao presente.*
>
> Agora pense num pequeno e recém-nascido jornal vespertino que dá origem ao maior império de comunicações já erigido em nossa história e releia: "Auctoritas *derivava do verbo* augere, "*aumentar", e autoridade dependia*

[206] Os livros reproduzem, em linhas gerais, os mesmos discursos que são potencializados nas efemérides. Citam o papel do jornal ao longo da ditadura, mas procuram relativizar e diluir na narrativa as movimentações mais explícitas, já que o que se torna mais evidente quando se lê estas histórias é sempre o protagonismo assumido pelo jornal a partir do processo de redemocratização. São livros que procuram, de certa forma, atualizar a história "oficial" da empresa, tocando agora em assuntos polêmicos, que não mais poderiam ser negligenciados. Até mesmo o livro de Pilagallo (2012), que não discorre diretamente sobre a *Folha*, mas trata da "imprensa paulista" em geral, procura passar a limpo supostos mal entendidos, temas delicados da empresa, como sua relação de proximidade com os órgãos de repressão e o papel exercido pela *Folha da Tarde* no período. Vamos voltar a estes temas quando analisarmos mais detalhadamente os acontecimentos referentes à ditadura nas páginas do jornal, a partir da segunda parte desta tese.

> *sempre de um aumento na origem, desse modo transportando o passado vivo ao presente.* (Bial, 2004, p. 23)

Autoridade: um aumento na origem. Do passado ao presente, linear e progressivamente se conquista e legitima um império. A definição acima, extraída da biografia oficial de Roberto Marinho - o "doutor" Roberto como era sempre chamado pelos jornalistas e parceiros próximos à sua empresa -, nos evidencia uma particularidade característica do percurso de *O Globo* sob o qual agora percorreremos. Diferente da *Folha* que vangloriava-se por sua história repleta de antagonismos, baseada na pluralidade, por mudanças sucessivas de gestão e pontos de vista, em *O Globo*, o que iremos perceber será um trajeto mais retilíneo, onde o jornal buscou imputar ao seu nome vozes mais homogêneas, definindo-se a partir de um tipo de jornalismo que em tese pouco mudou ao longo do tempo.

Vimos como a *Folha*, em seu constante percurso de autolegitimação, mudava sob a mesma permanência, apropriando-se de narrativas que procuravam legitimar uma história particular ao periódico, constantemente retroalimentada por uma comunidade específica de atores e discursos. No caso de *O Globo* podemos afirmar que não houve, ao menos nos períodos iniciais, a tentativa de legitimar uma história propriamente dita. Os discursos de autolegitimação do jornal carioca estavam a princípio muito mais ao nível da memória do que da história. Isso porque o percurso de *O Globo* se deu de forma muito mais íntima e estreita com a personalidade de seu próprio dirigente.

Neste sentido, não é possível encontrar uma narrativa "oficial" sobre a trajetória do jornal que não esteja ligada a Roberto Marinho e seus outros empreendimentos, decorrentes principalmente da hegemonia conquistada pela Rede Globo de televisão ao longo da segunda metade do século XX. Além disso, é importante frisar que não há uma bibliografia consolidada que se dirija especificamente à história do jornal, com análises pontuais sobre suas fases, ou que abarquem de forma mais detalhada sua atuação. A grande parte do material sob o qual nos debruçaremos será proveniente portanto do próprio projeto de memória institucional criado pela empresa, de onde resultou uma série de publicações sobre sua história, além dos discursos de autolegitimação articulados pelo jornal em suas páginas. [207]

[207] O "Memória Globo" é uma área criada por iniciativa da empresa em 1999 pela historiadora Sílvia Fiuzza que, com uma equipe de jornalistas e outros historiadores e antropólogos, desenvolveu uma série de pesquisas junto ao seu acervo, baseadas também em um amplo programa de história oral. Decorrente deste projeto foram lançadas várias publicações "oficiais" sobre a história do grupo, como a já citada biografia de Roberto Marinho, escrita pelo jornalista Pedro Bial e publicada em 2004. As narrativas decorrente do "Memória Globo" serão um importante suporte ao nosso percurso, já que acreditamos ser esta uma das principais ferramentas da empresa na tentativa de legitimar-se a partir de uma história particular. Importante ressaltar também que o seu site, aberto para consulta, foi lançado apenas no ano de 2008 e atualizado e ampliado com várias novas sessões, como as do "Memória *O*

É fundamental portanto que delimitemos de forma clara a orientação deste percurso. Precisamos inicialmente entender como se construiu e legitimou um "nome" ao jornal que imputou a ele capacidades específicas, inerentes às suas vozes. Capacidades que procuraram inserir a empresa ao moderno e "verdadeiro" jornalismo profissional que ela também diz pertencer e representar. Até que ponto será possível pensar em uma aproximação entre a trajetória de *O Globo* e da *Folha de S.* Paulo, no sentido de um reconhecimento que visava firmar uma identidade de protagonismo frente às vicissitudes do tempo? Como foi sendo construído este processo de legitimação de autoridade? Sob quais conjunturas? Que tipo de "verdades" eram estas e como elas foram construídas e re-apropriadas pelo jornal no, com e pelo tempo? Vejamos.

3.2.1. O jornal de uma só voz? *O Globo* de Doutor Roberto Marinho

Roberto Marinho herdou *O Globo* de seu pai, Irineu Marinho, que faleceu no mesmo ano de fundação da empresa, em 1925. Então com 21 anos, Roberto afirmava não se sentir seguro para assumir a chefia do jornal àquele momento, posição que teria ficado temporariamente a cargo de Eurycles de Mattos, amigo próximo de Irineu e também um dos fundadores da empresa. Em 1931, com a morte de Erycles e já detendo "o domínio completo do ofício jornalístico", Roberto passou a exercer definitivamente o cargo de diretor chefe do jornal, mantendo-se à frente da empresa por mais de 70 anos, até o seu falecimento, no ano de 2003.[208]

Roberto Marinho foi a figura à frente de *O* Globo por praticamente toda a sua existência. Quando estivermos falando dele aqui, portanto, vamos estar quase que diretamente falando da voz de seu jornal e vice-versa. Ainda que estejamos tentando perceber como se constituiu a identidade de um jornal que procurou se vender, ao longo do tempo, sob premissas "modernas" e "profissionais", não há como negarmos o caráter fortemente paternalista ligado à figura de *O Globo* e seu líder. Isso já nos evidencia de antemão uma das primeiras contradições inerentes a todo processo de autolegitimação, que muitas vezes se dá sob uma ambígua e complexa relação constituída entre discursos e práticas.

Globo", exclusivo para seu jornal impresso, somente em 2013, o que nos mostra, conforme veremos, que estas políticas utilizadas pela empresa se deram, de certa forma, muito mais tardiamente do que no caso da *Folha*, por exemplo. Para mais, consultar: http://memoriaglobo.globo.com/quem-somos/

[208] Disponível em: http://memoria.oglobo.globo.com/perfis-e-depoimentos/roberto-marinho-9055075 Acesso em: 31 de janeiro de 2017.

Apesar de obviamente existirem outros personagens importantes ao longo deste percurso é sob seu protagonismo que irá se constituir e legitimar o grande "império" de comunicação que hoje representa o grupo, do qual *O Globo* foi por muito tempo um de seu principais carros-chefes.[209] Por mais que a televisão fosse gradativamente angariando maior peso político junto à empresa ao longo dos anos, foi ao *O Globo* que se direcionou em grande parte as maiores atenções e investimentos quando se falava do "jornalismo" praticado pelo grupo. Além disso, Roberto sempre teve em seu jornal um apreço especial. Ao ser questionado certa vez sobre o porquê de não deixar avançar seu projeto de biografia, chegara a afirmar que sequer teria uma história de vida pessoal: "minha história é a de *O Globo*", ressaltava. (Bial, 2004, p. 13)

Partindo destas premissas podemos afirmar que as efemérides celebradas pelo jornal mantiveram, pelo menos em sua fase inicial, um teor muito mais personalista, articuladas também de forma mais intensa e incisiva desde o início do percurso de Marinho à frente da empresa. Já é possível perceber uma movimentação clara deste posicionamento no aniversário de 10 anos do jornal, em 1935, que por mais de uma semana se aproveitou da data para imputar capacidades específicas ao seu nome. A data, "por mais que seja nossa", afirmava o jornal, pertencia também "à imprensa brasileira e ao nosso povo, tão certo estamos de haver sempre honrado e servido a ambos com lealdade e desassombro."[210]

Para a ocasião o jornal teria organizado também um "inédito acontecimento", onde mais de trinta estações de "broadcasting" do Brasil, Argentina, Estados Unidos e Europa transmitiriam uma programação artística organizada exclusivamente para comemorar a data. Completava seus 10 anos, "cercado do maior prestigio e alvo de geraes sympathias", estampando em suas páginas o reconhecimento que vinha recebendo de seu leitorado e circunscrevendo de forma clara sua missão:

> prosseguindo na sua marcha inalterável para o ideal de cada vez melhor, e mais efficientemente, servir aos interesses collectivos, propagando as expressões da nossa grandeza e das esperanças maiores do paiz, [..] attinge O GLOBO o seu primeiro decennio na data de hoje. A vida dos jornaes é, sob mais de um aspecto, como a dos individuos, valendo a pena de ser vivida e desfrutada como um bem inapreciavel quando traz em si mesma a consciencia de um destino ou missão elevada ou digna, bella ou generosa, por modesta

[209] É importante frisar isso porque "a" Globo, enquanto empresa e grupo de mídia, possui uma diversidade de produtos que não se limitam obviamente apenas ao jornalismo. A Globo é também uma rede de televisão e rádio, editora, gráfica, produtora de conteúdo, vídeo e cinema, realizando ainda uma série de outras atividades. Quando nos referirmos à *Globo* com o artigo feminino, estamos querendo, portanto, nos dirigir ao grupo como um todo e não especificamente ao jornal e seu jornalismo.

[210] COMMEMORANDO o decimo anniversario do Globo. *O Globo*, anno XI, nº 2.789, p. 01, 24 de julho de 1935.

> que seja. É desse sentimento que não nos temos apartado desde o dia em que surgimos sob a égide do nome do nosso saudoso fundador, cujo patrimonio moral temos mantido intacto [...] a sua expressão moral em summa, essa a temos resguardado com o fervor de um culto verdadeiro, porque em meio ao jogo dos acontecimentos, permanecem immutáveis e indestructíeis os dictames de nossa absoluta independencia e da nossa imparcialidade exemplar.[211]

Baseada em uma tradição que deveria ser honrada e seguida, *O Globo* caminhava assim de forma predestinada seu percurso do reconhecimento. Uma tradição que, conforme já citamos anteriormente, seria baseada na orientação das "causas geraes", sem estar ligada a grupos e/ou partidos políticos de qualquer espécie, trabalhando de forma independente e autônoma, acima de tudo. Sua vida era como a de um indivíduo, mantendo sua consciência a um destino irrefutável, em virtude da imparcialidade que pregava. Era isso que, segundo ainda o texto, explicava "o exito crescente e vertiginoso" do jornal, tendo nos últimos quatro anos sua circulação praticamente triplicado. Seria oportuno aproveitar a efeméride, finalizava, para "reconhecer o benefício da aceitação popular" que vinha angariando. O jornal era assim uma voz com personalidade própria, um indivíduo que possuía capacidades e um destino particular. Um destino traçado quase que messianicamente, já que era imperativo seguir sua tradição de independência e imparcialidade frente às causas populares e o interesse de seu público.

Citamos como exemplo esta efeméride apenas para perceber como, no caso de *O Globo*, havia uma evidente preocupação em imputar ao jornal certas capacidades desde o começo de sua trajetória. Mas neste momento se falava mais em uma missão, um caminho a ser seguido, do que efetivamente sobre um tipo específico de jornalismo a ser praticado. Não havia uma preocupação nestes discursos em explicitar claramente como seria tratada a notícia, a opinião, o que seria de fato esta tão citada independência de um indivíduo que servia aos interesses coletivos com absoluta imparcialidade. As efemérides exploravam apenas possíveis brechas para legitimar uma identidade e seu reconhecimento, sem se preocupar portanto com especificidades de uma orientação mais estritamente político-editorial.

É claro, estamos falando aqui de uma prática que ainda tateava possibilidades, experimentando gradativamente o seu papel frente a um tipo particular de jornalismo que ia se descortinando no país. De acordo com a leitura de Bial (2004, p.112-133), Roberto Marinho começaria a amadurecer sua formação política a partir dos anos 1930, angariando autoridade para conduzir seu jornal na sempre simbiótica e complexa relação com os ditames do poder.

---

[211] O GLOBO completa dez annos de vida cercado do maior prestigio e alvo de geraes sympathias. *O Globo*, ano XI, nº 2.793, p. 01, 29 de julho de 1935.

Esta formação teria aflorado uma "nova vocação, uma nova paixão" no jornalista, o que acabou por moldar seu próprio estilo de atuação frente à empresa a partir de então, uma sempre complementar atitude de "comando empresarial e de atuação política".

Com uma visão de mercado considerada pioneira e estratégica (Mattos, 2007), Roberto Marinho teria também impulsionado seus empreendimentos significativamente a este momento, potencializado, entre as décadas de 1930 e 1940, com a ampliação de produtos no mercado editorial e a uma penetração junto a investimentos imobiliários (Mattos, 2005). Em 1944 o empresário daria um importante passo para a consolidação de seu grupo, com a criação da Rádio Globo. Veículo que, no entanto, de acordo com seu próprio relato, não seria "propriamente uma estação de rádio, [mas...] uma nova modalidade de serviços de *O Globo* à nação, que agora se ampliam." [212]

Quando o jornal adentra aquele que é considerado um dos períodos iniciais de seu processo de modernização, em meados da década de 1950, já podemos afirmar, portanto, que temos uma empresa mais ciente de suas potencialidades. Isso é possível perceber de forma mais consolidada em virtude da comemoração de seus 30 anos, em 1955. Na ocasião, o jornal se aproveita da data para explorar ainda mais seu reconhecimento junto ao público. Na edição do dia 28 de julho publicava em sua capa, mais uma vez, a "demonstração de simpatia de todas as classes sociais" que vinha recebendo. Dentre elas, destacava a mensagem, reproduzida na íntegra, de M. Paulo Filho, então 1º vice-presidente da Associação Brasileira de Imprensa. Direcionada aos "confrades" de *O Globo*, a mensagem congratulava o "popular e vitorioso vespertino":

> Jornal de opinião e informação com autoridade e prestígio incontestáveis e projeção internacional, O GLOBO, criando e multiplicando outras organizações, tem sabido ser fiel às suas belas tradições, por isso mesmo cada vez mais estimado e admirado. Roberto Marinho e seus irmãos Ricardo e Rogerio, eficientemente ajudados por amigos e companheiros [...] transformaram o vespertino prestigioso em um centro de nobres ideais, dos quais se podem justamente envaidecer. Longe de ser este um ato de simples cortesia, veja O GLOBO nestas palavras o vivo reconhecimento da A.B.I e o meu próprio à sua obra de inteligência e patriotismo em trinta anos de valorosa existência a serviço do Brasil.[213]

Por mais que seguindo uma orientação ainda bastante personalista, a efeméride, ao que parece, já intenta legitimar certa autoridade conquistada pelo jornal em seu ainda breve

[212] A inauguração da "Rádio Globo". *O Globo*, ano XIX, nº 5.700, p. 07, 2 de dezembro de 1944.
[213] 30º aniversario de "O Globo". *O Globo*, ano XXX, nº 8.964, p. 01, 28 de julho de 1955.

percurso. Autoridade que viria agora de suas opiniões e da informação que veiculava, de seus "nobres ideais", norteados por uma inalterada tradição "a serviço do Brasil". Este prestígio e reconhecimento era atestado agora por um importante representante da classe de jornalistas, o que em tese daria mais respaldo às capacidades imputadas ao jornal.

No dia seguinte, *O Globo* se aproveitava da data para angariar ainda mais legitimidade às comemorações, ao destacar em sua capa que os "titulares dos três poderes da República" congratulavam o jornal por seu aniversário.[214] Era uma efeméride, portanto, que ultrapassava "os limites de uma data íntima para se projetar no cenário nacional", evidenciando que todo o esforço de seus dirigentes refletiam nas "alegrias do dever cumprido [...] compensando-nos pelo esforço cotidiano de bem servir às grandes causas, à Pátria, à Religião e à nossa consciência."[215]

Aqui podemos perceber mais uma particularidade ao tipo de jornalismo que dizia *O Globo* praticar àquele momento. Era um jornalismo que servia às grandes causas e interesses gerais do país, mas também à religião e à sua própria consciência. Isto nos faz pensar que nem tudo poderia ser de fato considerado digno de interesse para o jornal. As "causas geraes" da nação deveriam ser aquelas que, de certa forma, também fossem compactuadas pela empresa, já que ela teria autoridade suficiente para definir aquilo que chegaria, ou não, ao conhecimento de seu leitorado.

Nos faz pensar também como são ambíguas as relações de um jornalismo que se diz isento e independente, ao mesmo tempo em que intenta firmar-se como um importante defensor do interesse público. Se na *Folha de S. Paulo* estas intenções apareciam mais camufladas, diluídas em seus discursos de autolegitimação, aqui elas parecem mais evidentes. O interesse público é aquele circunscrito pelo interesse da empresa. É ela, sua consciência, quem define e orienta seus passos e o melhor caminho a seguir. Não há, evidentemente, como delimitar de forma estrita este sempre complexo campo que separa as notícias das opiniões, conforme estamos podendo perceber. [216]

---

[214] Além dos depoimentos do então presidente da República Café Filho, do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Linhares, do presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, e do presidente do Senado Nereu Ramos, o jornal reproduziu ainda uma série de outros depoimentos de personalidades, líderes políticos, religiosos, civis e militares, que teriam enviado mensagens de "expressões desvanecedoras" congratulando o jornal. Algumas destas mensagens, reproduzidas em destaque pelo jornal, nos são aqui interessantes a título de exemplificação: "Imprensa honesta, serena e digna"; "Órgão líder da imprensa"; "Em defesa da coletividade"; "Sabedoria, ética e técnica"; "Informação com honestidade"; "Paladino do aperfeiçoamento da nossa cultura política"; "Assinalados serviços à democracia"; "O GLOBO: escola de civismo"; "A verdadeira imprensa". (DIA FESTIVO para a imprensa brasileira. *O Globo*, ano XXI, nº 8.965, p. 02, 29 de julho de 1955.)

[215] CONGRATULAM-SE com "O Globo", na data de seu 30º aniversário, os titulares dos Três Poderes da República. *O Globo*, ano XXI, nº 8.965, p. 01, 29 de julho de 1955.

[216] A jornalista Lucia Soares, citada no texto de Mattos (2007, p. 07) chegou a afirmar, em decorrência da morte de Roberto Marinho, que seus veículos de comunicação possuíam uma posição política que "alinhada com seu pensamento e harmonizada com seus interesses [...não se deixou] dominar pelo mito confortável da imparcialidade

Além dos depoimentos reproduzidos em decorrência da efeméride, *O Globo* se utilizou da data para definir de forma um pouco mais estrita o tipo de jornalismo que dizia praticar àquele momento e como, enquanto jornal, se situava frente a um período particular de sua história. Seus dias, afirmava, não poderiam mais ser medidos como os de um homem, já que seu desenvolvimento não condicionava-se sob um rigoroso ordenamento cronológico. Um marco como este, seus trinta anos, poderia assim ser medido como uma "primeira infância" ou até mesmo a "decrepitude" do jornal, dependendo de como o encarasse. Isso porque um jornal como O *Globo* se constituiria mais do que pela mera soma de suas partes e/ou pela mercadoria sob a qual se vendia, mas, acima de tudo, por "um estado de alma que se afirma cotidianamente e uma ideia que a cada instante se realiza". Desta forma, sua idade estaria relacionada diretamente com seu "entusiasmo" e pelo "vigor do ideal que o anima", diagnosticando com isso que:

> De O GLOBO podemos dizer que mantem e vai perpetuando a sua mocidade porque assim o temos querido [...] e para isso é que lutamos. É próprio da mocidade olhar para a frente. [...] Por isso, nós de O GLOBO não queremos, no limiar destes trinta anos, falar do passado. Preferimos pensar no futuro e dele esperar.
>
> Chegamos ao fim deste terceiro decênio com um aparelhamento material de que, ainda observando todas as reservas da modéstia, temos motivos de envaidecer-nos, e com um conceito firmado na opinião pública de sobriedade, de veracidade na notícia e de uma moderação no comentário que não exclui a veemência por vezes necessária, de dedicação à causa pública e aos supremos interesses do país e da terra carioca, sem desfalecimentos ou conveniências. E esse conceito nos orgulha muito mais, sendo um dos maiores estímulos para que preservemos e continuemos a luta, porque é de lutas que se tece a vida de um jornal.
>
> Por tudo isso, [...] temos o direito e a altiva satisfação de dizer que O GLOBO mal começou ainda, quer materialmente, quer como força vigilante e ativa a serviço do povo e da Nação. [217]

na imprensa. Preferiu o risco de tomar partido, o que fazia de modo transparente." Por sua vez, o próprio Roberto chegou a explicitar certa vez como conduzia seus veículos, em decorrência de uma carta direcionada ao então candidato à presidência, Luís Inácio Lula da Silva, publicada em *O Globo*, em dezembro de 1989: "Não é verdade que eu exerça poder político hegemônico, e menos ainda que o faça em caráter pessoal. A orientação que imprimo aos veículos que me cabe dirigir visa estritamente à defesa do que julgo serem os reais interesses do país e dos caminhos a serem trilhados para que se possa alcançar o bem-estar do povo." (Disponível em: http://www.robertomarinho.com.br/vida/opiniao/brasil/carta-a-lula.htm Acesso em: 03 de fevereiro de 2017) O trecho explicita bem o caráter ambíguo do posicionamento de seu dirigente frente à orientação do jornalismo da empresa. Uma orientação que não seria de interesse meramente pessoal, mas conduzida por aquilo que ele mesmo julgava ser os "reais interesses" do país. Um caráter quase messiânico de orientação política que se camuflava, ao mesmo tempo, de suposta isenção.

[217] OS 30 anos de "O Globo". *O Globo*, ano XXXI, nº 8.965, p. 01, 29 de julho de 1955.

Se há vinte anos o jornal identificava-se à vida de um indivíduo que seguia seu destino inelutavelmente, agora é possível perceber que sua missão estaria circunscrita por um "estado de alma" conscientemente mais articulado. Há um "vigor" que anima o jornal em seu percurso, que se constrói cotidianamente nas lutas e embates pela legitimação de autoridade e reconhecimento. Reconhecimento que viria pela própria forma como apresentava o estatuto de veracidade de suas notícias, acompanhadas sempre de uma "moderação" nas opiniões, mesmo que, em alguns casos, fosse preciso certa "veemência" para dedicar-se às causas de "supremo interesse" da nação e seu público. *O Globo* era portanto um jornal ainda jovem. Jovem porquê de fato o era e porque, principalmente, era assim que seus dirigentes o queriam identificados.

Deixava claro o jornal, pela forma como articulava a efeméride, que já possuía certas capacidades que o identificassem como representante de um "verdadeiro" jornalismo a serviço do Brasil e suas causas. Isso se mostrava evidente não apenas pelos discursos de autolegitimação proferidos frente à comemoração, mas pela forma como se apropriava de narrativas que lhe imputavam esferas de reconhecimento. Assim, a comemoração construía e legitimava tanto um "reconhecer" que vinha do próprio jornal, - as suas capacidades e atributos-, quanto um "ser-reconhecido", pela forma como outros, seu público e seus pares, imputavam a ele estas capacidades.

Os atributos construídos pelo jornal pretendiam assim inscrever uma fase vigorosa sob a qual aparentemente atravessava a empresa. Por mais que ainda jovem, *O Globo* já se consolidava àquele momento como um dos jornais de maior circulação do país e reconhecido por iniciativas que o colocavam como um dos pioneiros frente ao projeto de um jornalismo dito mais "moderno" e "profissional", como pudemos observar, por exemplo, com o caso do "livro negro da corrupção", editado no ano anterior desta efeméride. Parecia estar determinado o jornal para exercer o protagonismo que viria a conquistar nas décadas seguintes. Mas, conforme ele mesmo afirmara, havia ainda muito a se fazer, já que mal havia começado. O que já tinha era um ideal aparentemente consolidado, além de vigor e entusiasmo para continuar seu percurso. Bastava seguir em frente e olhar para o futuro.

3.2.2. Uma longa travessia: *O Globo* e suas redes na/com a ditadura

> A postura pessoal do dono de *O Globo* é de alguém que se prepara para uma longa travessia, a despeito das tempestades, raios e trovoadas do instante. Esta determinação de fazer, realizar algo a despeito de suspeitas preocupantes ou

> mesmo sinais adversos, e obedecer a impulsos aparentemente temerários, esta atitude iria se repetir em diversos momentos da trajetória pessoal-empresarial de Roberto. Parece que Roberto Marinho nunca teve medo do Brasil! [...] Roberto Marinho não concebia diversão sem aventura. Nem trabalho. Mais que pura sapequice, a vontade de correr riscos era também, ou principalmente, consequência do desejo de vencer. Agora, a questão não era mais apenas sobreviver, era crescer! (Bial, 2004, p. 127-128)

Roberto Marinho nunca teve medo do Brasil. Era um aventureiro, conduzia seu jornal encarando as vicissitudes do tempo com desejo de vencer. Mais do que pura "sapequice", esta atitude refletia o desejo de uma empresa que não se contentava apenas com a sobrevivência de seus negócios. Era preciso crescer e crescimento se daria pela forma como seu dirigente enfrentava os "raios e trovoadas" do instante. Nesta longa travessia, *O Globo* e sua empresa perpassariam sinais adversos, tendo inclusive que obedecer impulsos dos mais "temerários". Mas a obstinada determinação de seu dirigente recompensaria o trabalho realizado. Onde houver uma vontade, há um caminho.

Reproduzimos este trecho como epígrafe para problematizar um percurso que será essencial à constituição da "moderna" identidade que a empresa de Marinho irá buscar consolidar a partir de então. Mas, para além do percurso em si, o importante será pensar como a própria empresa se apropriou de narrativas particulares para imputar a esta fase um momento essencial à sua história. Foi esta uma travessia que, conforme veremos, caminhou sim de forma muitas vezes conturbada frente às vicissitudes do tempo. Um tempo de muito trabalho, obviamente, mas que se deu também por uma série de aproximações, cumplicidade e acatamentos a um regime que iria ditar os rumos políticos e econômicos do país – e por que não, da empresa - nas próximas décadas.

Se aqui os tempos não chegavam a ser claramente identificados como "agônicos", já que a empresa pretendia assumir certo vigor e reconhecimento já em meados da década de 1960, ainda assim há uma tentativa presente nestes discursos em identificar sua atuação frente aos anos da ditadura como sendo um momento de crescimento, mas também de adversidades. Riscos que, assumidos pela empresa no passado, seriam apropriados, em presentes particulares, como obstáculos superados pelo trabalho e a capacidade de seus dirigentes.

Se *O Globo* não teve "medo" do Brasil é porque não queria apenas servi-lo, mas conduzir seus rumos frente àquilo que considerava uma espécie de modelo para o bem comum da nação. Como uma "força vigilante e ativa" agindo em prol de seu povo, o jornal se vangloriava, ao comemorar 35 anos, em 1960, por estar refletindo "o alto desenvolvimento

atingido pela imprensa brasileira à sombra dos princípios democráticos."[218] Quem imputava ao jornal estas capacidades era o próprio presidente da República, Juscelino Kubitschek, que enviara ao jornal sua "expressiva e calorosa mensagem de felicitações", estampada na capa de *O Globo* em decorrência da efeméride.[219]

Fato é que a democracia tão exaltada e defendida por Marinho e seu jornal começava a correr um suposto e aparente risco. Risco que poderia atingir não apenas os rumos da nação, mas o progresso de sua própria empresa. Daí advinha talvez um das primeiras trovoadas da "tempestade" que enfrentaria o jornal ao longo de seu percurso de legitimação e reconhecimento, que realizou uma ampla campanha em defesa da manutenção de seus princípios e ideais. Vale citar que estamos nos referindo aqui ao contexto que se seguiu à posse de João Goulart à presidência da República que, a partir de 1963, teria intensificado o debate para a implementação de uma série de reforma de base no país. Estas reformas foram vistas por grande parte de uma ala conservadora do empresariado nacional – incluindo aqui a chamada grande imprensa, caso de *O Globo* e *Folha* – de maneira um tanto quanto preocupante.[220]

Temendo o jogo das radicalizações políticas e até um perigo de "comunização" do país, grande parte destes jornais se posicionaram editorialmente para barrar, ou ao menos alertar a população, sobre o avanço daquilo que consideravam ser uma ameaça à democracia no país. *O Globo* foi um dos veículos que tomaram a iniciativa neste sentido, criando, juntamente com *O Jornal* e o *Jornal do Brasil* a "Rede da democracia", um programa veiculado em sintonia com as rádios destas empresas (Globo, Tupi e JB), que reproduziu uma série de inflamados discursos com o intuito de fazer uma defesa do que consideravam ser a "legalidade" do regime democrático frente àquele conturbado momento. [221]

Lançada oficialmente em 25 de outubro de 1963, a Rede afirmava seguir preceitos "apartidários", apesar de amplamente adversa aos posicionamentos tomados pelo então presidente João Goulart e suas reformas. Na capa da edição de *O Globo* deste dia, o jornal comunicava a seu público a estreia do programa, que diariamente iria articular-se a seus parceiros para "defender o regime" e a Constituição, "alertando o povo sobre as manobras dos

---

[218] O GLOBO reflete o desenvolvimento atingido pela imprensa brasileira. *O Globo,* ano XXXVI, n. 10.502, p. 01. 29 de julho de 1960.

[219] O site Memória Globo se vangloria também de um dos primeiros prêmios conquistados pelo jornal ainda no ano de 1957. O prêmio "Maria Moors Cabot", concedido pela Universidade de Columbia, em Nova Iorque, Estados Unidos, teria dado a *O Globo* e Roberto Marinho uma mostra "em reconhecimento à atuação do jornal em defesa da democracia" e o destacando como um dos "maiores jornais independentes do Brasil". Para mais, acessar: http://memoria.oglobo.globo.com/institucional/premios/em-defesa-da-democracia-8888474

[220] Para uma leitura mais detalhada sobre o governo de João Goulart e o papel da imprensa frente a seu processo de deposição, consultar Abreu (2005) e Ferreira (2010).

[221] Sobre a "Rede da democracia", consultar as obras de Carvalho (2010) e Silva (2008).

comunistas e outros agitadores" que pretendiam "perturbar os espíritos, enfraquecer as instituições e substituí-las por outras, de caráter autoritário." [222] Na edição seguinte o jornal estampava ainda a "mensagem de esperança" que a Rede havia trazido, levando aos brasileiros as palavras dos "verdadeiros democratas" na sua tentativa de "desmascarar" os "demagogos" da nação. A Rede emitiria assim as vozes dos "autênticos líderes", "mensagens de fé" daquele que acreditavam na "grandeza da Pátria e na pujança do regime democrático."[223]

Dentre estes líderes estava obviamente a figura de Roberto Marinho, que teve seu discurso reproduzido na íntegra àquela edição. Marinho afirmava que teria colocado seus veículos à disposição da "Rede" por estar convencido na importância do esclarecimento da opinião pública. Isso porque muitos estavam sendo vítimas de uma minoria de "demagogos comunistas" que inexoravelmente estariam conduzindo o país à subversão e ao desmantelamento de seus ideais democráticos. Desta forma, alertava seu leitorado e a nação:

> O governo, como qualquer governo que não queira cair na ilegalidade, tem o dever de zelar pela preservação do regime. Todos os democratas devem participar da luta pela causa nacional, que é a da liberdade, da justiça e do direito. Essa obrigação é ainda maior nos momentos de crise, quando o país se vê ameaçado, como está hoje, pela agressividade dos que desejam afastá-lo de seus princípios, tradições e vocação liberal. Seria lamentável e vergonhoso que os democratas permanecessem inativos enquanto os inimigos da pátria se movimentam, ganham terreno. [...]
>
> A "Rede da Democracia", que vai hoje ao ar pela primeira vez não terá colorido político-partidário. Inspira-se nos mais puros sentimentos de patriotismo e na preocupação com o destino nacional em tão grave momento da vida brasileira. Dará guarida à todos aqueles que, comungando dos mesmos sentimentos e propósitos, queiram participar da cruzada cívica, em defesa da lei e da ordem. [224]

Esta urgente "luta pela causa nacional", proclamada como uma espécie de obrigação moral para o jornal, foi travada quase que diariamente em suas páginas, estampando ao longo dos próximos meses matérias e discursos contra os perigos de uma eminente "comunização" do país. Era uma ameaça que precisava não apenas ser enfrentada, mas combatida com veemência. Seria "vergonhoso", como afirmava, manter-se calado ou inativo contra inimigos que ganhavam cada vez mais terreno. Nesses momentos de "crise" de um modelo ideal de nação

---

[222] NO AR, esta noite, a "Rêde da Democracia". *O Globo*, ano XXXVIII, nº 11.495, p. 01 e 07, 25 de outubro de 1963.
[223] LEVADA a todo o país a mensagem de esperança da "Rêde da Democracia.". *O Globo*, ano XXXVIII, nº 11.496, p. 01, 26 de outubro de 1963.
[224] LEVADA a todo o país a mensagem de esperança da "Rêde da Democracia.". *O Globo*, ano XXXVIII, nº 11.496, p. 06, 26 de outubro de 1963.

é que, portanto, o jornalismo de *O Globo* parecia mostrar suas verdadeiras facetas. Como uma empresa que se dizia responsável por "servir" o país, o jornal deixava claro que tipo de modelo deveria ser encarado como digno de reconhecimento e, com isso, fazia de seu próprio jornalismo o porta-voz de uma parcela específica de interesses e intenções. Por mais que esta fosse, como bem frisava, uma "cruzada cívica" e patriótica sem nenhum cunho político-partidário, sua missão se dava em conduzir rumos que acreditava ser os melhores para o país, sua empresa e, consequentemente, seu leitorado.

A questão é que o trabalho deste tipo particular de jornalismo foi fundamental para angariar suposta legitimidade ao golpe que se descortinou em março de 1964 e depôs o presidente João Goulart da presidência. A ampla campanha protagonizada por *O Globo* e uma parcela considerável da grande imprensa e do empresariado foi de fato preponderante para respaldar a movimentação dos militares e deflagrar um golpe autoritário tachado de "revolução democrática". Isso por parte de uma opinião pública que se reconhecia como portadora de um legítimo jornalismo "independente" e "profissional", que vangloriava-se constantemente pela serenidade de suas opiniões e pelo grau de veracidade, neutralidade e exatidão das informações que veiculava.

Não entraremos aqui nos pormenores que conduziram *O Globo* frente a esta campanha, vale apenas ressaltar, como forma de perceber que tipo de jornalismo dizia a empresa praticar àquele momento, que após instaurado o golpe, o jornal, como que recém atravessado uma tormenta, já se manifestava aliviado em editorial do dia 02 de abril: "Ressurge a Democracia! Vive a nação tempos gloriosos."[225] O texto, com grande destaque na capa da publicação, afirmava que o tom de otimismo era fruto de todos os patriotas e do heroísmo das Forças Armadas que souberam unir-se para salvar a nação e livrar o país de um governo declaradamente irresponsável. Poderiam todos agora, afirmava o jornal, "encarar o futuro confiantemente, certos, enfim, de que todos os nossos problemas terão soluções, pois os negócios públicos não mais serão geridos com má-fé, demagogia e insensatez."[226]

"O Brasil continua", parecia querer dizer *O Globo* assim como fez a *Folha de S. Paulo* nos momento iniciais da deflagração da ditadura. Mas se na cobertura do jornal paulista houve um claro clima de esperança e otimismo, velado por um aparente discurso de imparcialidade e de descomprometimento político, no caso de *O Globo* os pontos de adesão entre a empresa e a ditadura se costuraram sob posturas visivelmente mais explícitas. Aquele "pacto de poder" (Taschner, 1992) que se deu entre os militares e o empresariado foi muito mais explorado por

[225] RESSURGE A DEMOCRACIA. *O Globo*, ano XXXIX, nº 11.625, p. 1, 2 de abril de 1964.
[226] Idem.

Roberto Marinho. Uma vez que sua empresa já estava àquele momento consolidada financeiramente, o jornalista soube muito mais rapidamente se aproveitar do "potencial sinérgico" proporcionado por esta aproximação. Além disso, não podemos falar simplesmente de um "pacto" ou de mera "adesão" entre pontos de vista e posicionamentos porque a trajetória de *O Globo* em tese caminhou de forma muito mais próxima aos preceitos "modernizadores" defendidos pelo regime durante praticamente toda a vigência da ditadura. O jornalismo praticado pela empresa de Marinho sempre afirmou possuir certa vocação "messiânica" (Lima, 2006), defendendo de forma mais explícita sua orientação política e estando assim muito mais ligado, de maneira clientelista, às esferas do poder. (Barbosa, 2007)[227]

Pouco mais de um ano após o golpe, quando comemorava seus 40 anos, *O Globo* já autoproclamava-se pertencer à "alta qualidade de instituição pública", atingindo a plenitude de sua "autoridade moral". Autoridade porque representava para seu público mais do que um "simples veículo de informações", mas estaria também identificado pela "cristalização de ideais com que a Nação possa se identificar"[228]. Orgulhava-se o jornal por ter atingido esse status, seguindo a tradição de uma empresa que via no jornalismo não apenas uma profissão, mas um "verdadeiro apostolado". Com esse entusiasmo, afirmava ter atingido um marco de referência "aos progressos da técnica da imprensa moderna", mantendo sua "herança ética [...] traduzida no espírito da combatividade, na defesa insone das grandes causas nacionais, na intransigência com que se lança nas lutas pela preservação dos valores humanos e das tradições que informaram a alma da nacionalidade e presidem os seus destinos."[229]

Intransigência, no entanto, não deveria ser aqui encarada como intolerância, mas por uma crítica guiada pela "luz da generosidade". Só assim poderia o jornal combater os extremismos de ambos os lados, "doenças ideológicas" que apenas alimentariam os "ranços do

---

[227] Esta perspectiva, de acordo com Lima (2006, p. 82-83), acabou de certa forma por institucionalizar a justificativa da empresa para a sua ação política, confundindo de forma ambígua sua atuação na relação entre o público e o privado. O autor cita uma entrevista concedido por Marinho ao *New York Times* em 1987, onde falaria um pouco sobre esta questão: "Sim, eu uso o poder, mas eu sempre faço isso patrioticamente, tentando corrigir as coisas, buscando os melhores caminhos para o país e seus estados. Nós gostaríamos de ter poder para consertar tudo o que não funciona no Brasil. Nós dedicamos todo o nosso poder para isso. Se o poder é usado para desarticular um país, para destruir seus costumes, então, isso não é bom, mas se é usado para melhorar as coisas, como nós fazemos, isso é bom."

[228] 40 ANOS DEPOIS. *O Globo*, ano XL, nº 12.031, p. 01, 29 de julho de 1965.

[229] Idem. No dia anterior, o jornal havia afirmado que a efeméride expressava o "estímulo que brasileiros de todos os quadrantes nos emprestam, garantindo-nos a certeza de que a linha de ação que nos foi legada permanece uniforme e é acompanhada no trabalho jornalístico que desenvolvemos em todo o Brasil." (De âmbito nacional as celebrações pelo 40º aniversário de O Globo. *O Globo*, ano XL, nº 12.030, p. 01, 28 de julho de 1965) Mais uma estratégia de, conforme estamos vendo, imputar suas capacidades em um "ser-reconhecido" pelo outro, o que garantiria ainda mais legitimidade ao reconhecimento de sua autoridade.

ódio". Silenciar frente a estes desafetos seria abrir espaço à violência daqueles que só aceitariam o monólogo de suas verdades. Assim, não restaria outra alternativa, "sob pena de incidirmos nos crimes da omissão - os mais hediondos porque reveladores da covardia moral-, senão o combate, mas combate leal, combate visando a esclarecer e não a exterminar, a trazer a luz e a harmonia e não a suscitar o caos."[230]

Foi assim, afirmava, que teria *O Globo* enfrentado a "ditadura estado-novista", a mesma luta que, "nesta fase de reestruturação democrática", estaria agora enfrentando na tentativa de consolidar o "soerguimento nacional". Refletindo sobre sua posição frente a estas conjunturas e o momento da efeméride, finalizava:

> Em verdade, um jornal que a confiança pública elevou à categoria de instituição do País não celebra aniversário. Ele revê lutas, no ardor e na generosidade com que foram travadas buscando novos motivos de alento e de esperança. Os anos atravessados entre vicissitudes e pelejas são evocados para testemunho de sua coerência, acentuando na fidelidade às suas origens a benemerência de seus fins e propósitos. [...] Assim continuaremos a ser, na intrépida resistência a tudo o que importar na deformação da alma brasileira, no entrave ao nosso progresso material, na negação das nossas virtudes humanas, dos nossos sonhos, das nossas aspirações e esperanças. [231]

Este trecho nos é importante para perceber como o jornal se apropriou da efeméride em um momento particular de sua história: não mais como uma data para celebrar aniversários, mas para se rever lutas. Lutas por reconhecimento. Elas que dariam motivos de alento e esperança para o jornal seguir firme em seu percurso. Ainda assim o que se vê presente nos discursos são tentativas de imputar capacidades, honrar tradições e definir um tipo específico de jornalismo que o jornal dizia pertencer e representar. Aqui ele é visto como aquele capaz de caminhar seguro em seus propósitos. Contra seus inimigos, só lhe restava o "combate" ou ser tachado de um "covarde moral". É um jornalismo que se faz como missão de servir um bem comum, travestido na verdade por seus próprios desejos, esperanças e aspirações. Isso nos faz pensar mais uma vez nas particularidades deste jornalismo "profissional" sob o qual *O Globo* diz fazer parte. Suas causas estão aqui muito mais bem circunscritas e ainda um pouco distantes daquele "moderno" modelo que o definia por sua isenção fiscalizadora e pelo distanciamento da notícia.

Interessante pontuar também que é junto a esta "coerência" e "intrépida resistência" que o jornal irá caminhar ao longo de praticamente toda a vigência da ditadura. Ainda na mesma

[230] Idem.
[231] Idem.

efeméride, por exemplo, *O Globo* divulgou a entrega de um prêmio dado aos "Quarenta Notáveis da Vida Brasileira", uma homenagem a personalidades que, "pelo seu talento, exemplo e capacidade de trabalho, marcaram os destinos do país, enriquecendo com suas vidas as páginas do jornal." [232] Dentre uma série de políticos, militares, empresários, músicos, atletas, pesquisadores e escritores, uma figura nos chama a atenção neste rol de "notáveis": é a de Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, então "presidente" do país e um dos personagens chave no processo de articulação do golpe em 1964. O Marechal fora inclusive considerado pelo jornalista Pedro Bial (2004, p. 203) como um "militar democrata" e amigo próximo de Roberto Marinho, que teria sido um dos "principais defensores" de sua posse, ocorrida sob eleição indireta logo após o início da vigência do regime.[233]

Documentos até então sigilosos, revelados em 2014 pela jornalista Helena Sthephanowitz, indicam também que Marinho mantinha relações próximas com o embaixador dos Estados Unidos no Brasil à época, Lincoln Gordon, personagem de importante atuação, juntamente com seu país, nas movimentações do golpe e no posterior fortalecimento da ditadura. Segundo as fontes reveladas pela matéria, Marinho teria sido peça fundamental nas interlocuções sobre as primeiras sucessões no comando do regime, opinando, inclusive, sobre questões que diziam respeito diretamente ao seu endurecimento. Os documentos afirmavam ainda que Marinho estaria "trabalhando silenciosamente" estas questões junto a um grupo composto por lideranças do alto escalão do governo militar, como o general Ernesto Geisel, então chefe da Casa Militar, o general Golbery do Couto e Silva, chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI) e Luis Vianna, chefe da Casa Civil. A pedido deste próprio grupo, o jornalista teria mantido contato pessoal com Castelo Branco, em julho de 1965, para persuadi-lo de prorrogar e/ou renovar o seu mandato, evitando assim que novas eleições ocorressem àquele momento. [234]

Estas relações nos mostram o quão próximos eram os pontos de contato entre o jornalismo da empresa e o regime que então se instaurava. Era como se um dependesse do outro para garantir sua legitimidade frente aos desafios que se descortinavam.[235] É decorrente deste

---

[232] 40 Notáveis Recebem Homenagem pelo que fizeram para o País. *O Globo*, ano XL, nº 12.030, p. 01, 28 de julho de 1965.

[233] Conta Bial na mesma biografia (2004, p. 203) que Castelo Branco, em sua posse de 9 de abril de 1964 na Escola Superior de Guerra, sempre se referia ao golpe como "revolução de 1º de abril". Na ocasião, Rogério Marinho, irmão de Roberto, teria ficado "horrorizado" com a situação, alertando o marechal Costa e Silva a falar imediatamente com Castelo, que havia mandado trocar a data, "antes de dar à imprensa", de 1º de abril (o conhecido "dia da mentira"), para 31 de março.

[234] Disponível em: http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/helena/2014/04/eua-confirma-acao-de-roberto-marinho-nos-bastidores-da-ditadura-3931.html Acesso em: 17 de fevereiro de 2017.

[235] Ainda assim, Bial (2004, p. 180) afirmava que este "objetivo comum" se dava sob uma importante ressalva: "o que tinha sido meta ideológica do pai Irineu, uma de suas afinidades com o Tenentismo, agora torna-se interesse

contexto, aliás, o surgimento daquela que será considerada a "galinha dos ovos de ouro, a nave mais alta da catedral" (Bial, 2004, p. 129) da empresa, a TV Globo. Inaugurada oficialmente em 26 de abril de 1965, a sua história e crescimento está envolta por uma série de questões já bastante exploradas, mas que denotam de forma clara as estreitas relações que manteve a empresa com os ditames do poder ao longo do período ditatorial.

Segundo a narrativa de Bial (2004, p. 182), já em 1951, Roberto Marinho teria encaminhado ao governo Dutra um pedido de concessão para seu canal de TV, revogado em 1953 por Getúlio Vargas. Juscelino Kubitschek, em 1957, devolveria o "direito" de Marinho iniciar seu projeto, concessão que seria ampliada com outra outorga de João Goulart, em 1962. Àquele momento já havia uma grande empresa, - "a mais parruda e respeitosa editora de revistas dos Estados Unidos" – interessada em se "aventurar" no mercado de televisão e investir nos negócios, oferecendo "o dinheiro que não tinha" Marinho para construir sua rede.

Fato é que haviam limitações de ordem legal para que empresas estrangeiras, como era a "Time-Life", detivessem participação em investimentos nacionais. O que fez com que o caso se arrastasse por mais de cinco anos, sendo criada inclusive uma CPI para investigar a origem destas relações. O livro de Herz (1987, p. 58) que realiza uma das mais críticas análises sobre o caso, afirma que as ilícitas relações protagonizadas pelas empresas evidenciaram a mais "longa e escabrosa história de tráfico de influências, de sonegações e assaltos" que se dera ao longo do regime militar, fazendo com que o modelo vigente de radiodifusão se tornasse praticamente uma "herança" deste período.[236]

Apesar de o caso ter se encerrado com o fim do contrato entre as empresas, em 1971, seu envolvimento fora oficialmente legalizado pelo governo militar, que deu parecer favorável aos investimentos concedidos pelo grupo norte-americano.[237] Como vimos, a relação entre os militares, a empresa e o governo dos Estados Unidos estava intimamente ligado àquele

comercial, imperativo empresarial para Roberto. [...] Os marechais e generais, como sonharam tenentes, estavam unificando o país: a TV Globo, como sonhara Roberto Marinho, estava construindo a sua rede, a primeira do Brasil. Havia eventual identidade de interesses; moleza, não. Nada é fácil sob a ditadura, e Roberto sabia bem disso – já tinha sobrevivo a uma." Esta posição, conforme veremos em seguida, será constantemente utilizada pelas narrativas oficiais da empresa para, de certa forma, relativizar seu protagonismo frente a este cenário.

[236] A obra de Herz tem um teor político contundente. Sua análise pretende desvendar aquilo que considera ser cenas de "gangsterismo" e que, por um processo marcado pela "corrupção, pelo tráfico de influências e pela ilegitimidade", condicionou a implementação e fortalecimento da Rede Globo. Segundo ele, esta história, "que se tenta dissimular, que se procura manter secreta, precisa ser descrita em todos os seus detalhes. Não há como tratar um assunto desses com assepsia acadêmica. A história da Rede Globo exige um relato que popularize a sua compreensão." (Herz, 1987, p.44)

[237] Um decreto-lei fora criado restringindo novas parcerias com o capital estrangeiro a partir de então. Mas, pelo parecer favorável, o contrato então firmado pela *Globo* manteria sua validade. Ele fora, no entanto, rompido pelo próprio Marinho que, de acordo com Bial (2004), "preferiu se submeter" ao decreto, "abrindo mão" do privilégio concedido.

momento. Isso fez com que a *Globo* direta ou indiretamente atravessasse este período claramente fortalecido. Em 1968 já detinha, de acordo com Lima (2006), concessão nos três principais mercados do país (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte) e, nos quatro anos seguintes, instalou-se também em Brasília e Recife. A partir daí, teria deslanchado uma "agressiva política de contratos de filiação", atingindo em 1974 o total de 13 emissoras afiliada e, em 1982, o número de 36 emissoras. Chegava portanto, quase ao fim da ditadura, como a quarta maior rede de televisão do mundo, cobrindo um total de praticamente 93% da população do país. Estes não eram dados que comprovavam apenas o poder de penetração da empresa mas, ainda segundo o autor, indícios das "condições institucionais favoráveis" que caracterizaram a *Globo* como uma das principais representantes deste pacto de poder instaurado pela ditadura em seu papel de "agente legitimador" do regime.[238]

Em contrapartida, a narrativa oficial do grupo afirma que os acordos travados entre a empresa e a "Time-Life" teriam deflagrado um "cerco implacável" contra Roberto Marinho por parte da concorrência, que aproveitou a oportunidade para "organizar uma campanha" de "fogo cerrado" para eliminar a TV Globo. (Bial, 2004, p. 210) Seu final fora "melancólico" uma vez que, frente a uma aparente vitória, seu dirigente teria abrido mão dos supostos privilégios por não querer constituir-se como "exceção privilegiada". Extinguindo a sociedade, transformou a parceria em uma relação "apenas de devedor e credor", baseada em uma dívida simples. "Simples, mas bem alta: quase seis milhões de dólares, depois dos juros. [Roberto Marinho] penou para pagar tudo em dia. Continuou andando de Fusca (o carro popular da época, leitor mais jovem), impôs austeridade a si mesmo e a toda família." (Bial, 2004, p. 217) [239]

Estas questões, ainda segundo a obra de Bial (2004, p. 178), seriam importantes para refutar algumas "verdades absolutas" consagradas pelo "senso comum", dentre elas a de que

[238] A obra de Herz (1987, p. 130-131), por sua vez, chega à seguinte conclusão: "Os dados disponíveis mostram de forma evidente, que da Rede Globo surgiu perfeitamente integrada ao bloco de poder que instaurou o modelo econômico de desenvolvimento capitalista associado pós-64. A Rede Globo deu funcionalidade ao desenvolvimento econômico e político implementado por esse bloco de poder emergente. Do ponto de vista da economia, por um lado, constituiu-se no grande instrumento de criação e estimulação de um mercado nacional unificado, gerado principalmente pela concentração da renda e, por outro lado, funcionou com o agente catalisador do importante mercado de produtos eletro-eletrônicos, cuja produção era dominada pelas indústrias multinacionais. Do ponto de vista político, constituiu-se num instrumento de intervenção ideológica com poderes jamais experimentados na história desse país, traficando a ideologia "modernizante-conservadora" do Estado e dos interesses - especialmente os comerciais - que tinham liberdade de expressar-se nesse contexto."

[239] "Dei tudo o que eu tinha... Eu tive que dar como penhor a casa da estrada da Pedra Bonita, na Gávea, uma beleza de casa.... Dei mais a casa do Come Velho... Um terreno na rua Joaquim Silva, na rua Itapiru, o Rio Gráfica Editora, dois outros edifícios enormes. A fazenda de Ardeiros, uma beleza. Na rua Piauí, um terreno sem tanta significação. Um apartamento na avenida Rio Branco, uma sobreloja na rua Siqueira Campos, um apartamento na rua Senador Dantas. Toda essa operação foi registrada no Banco Central do Brasil. Todas as promissórias foram pagas no Banco da Guanabara, rigorosamente dentro do prazo e antes da data de vencimento. (Entrevista de Roberto Marinho ao jornal *Estado de S. Paulo* em 5 agosto de 1990. Apud: Bial, 2004, p. 217)

"Roberto Marinho teria se fartado em benesses e facilidades na ditadura militar." Vale lembrar que seu livro é fruto de iniciativa promovida pelo "Memória Globo" que lançou, juntamente com algumas destas publicações, uma sessão exclusiva em seu site para refutar "acusações falsas" imputadas de forma "infundada" à empresa. [240]Dentre estas acusações, as duas primeiras seriam justamente relacionadas às "concessões de canais" dados à Rede Globo e às controvérsias do "caso Time-Life".

Em um dos textos a empresa afirma ser constantemente julgada por seu crescimento ter se dado em "estreita ligação com o regime militar". O Globo "de fato, apoiou o movimento militar", ressaltava, para logo em seguida se justificar: "Mas não foi uma posição exclusiva do jornal", já que esta teria sido uma posição "amplamente majoritária" de todos os principais veículos de comunicação do país. Marinho nunca teria negado sua "simpatia em relação ao regime", mas acreditava era na "vocação democrática" de Castello Branco. Assim, apoiara a "ação construtiva" do regime mas, segundo enfatizava o texto, "fez questão de não obter favores."[241]

Desta forma, afirmava, sem evidenciar dados concretos e baseando-se majoritariamente nas justificativas pessoais de seus dirigentes, que "nenhuma das concessões obtidas pela TV Globo foi dada pelos militares." Reproduzindo a narrativa já destacada pela obra do jornalista Pedro Bial, o texto cita as concessões cedidas pelos governo de Kubitschek (1957) e João Goulart (1962) para depois inferir que os outros canais teriam sido comprados exclusivamente de particulares, sendo redes afiliadas, associadas, mas não de propriedade do grupo. A empresa aproveitava o texto ainda para, ao final, se colocar também no papel de vítima das truculências protagonizadas pelo regime:

> Durante o período militar, a Rede Globo chegou a enfrentar dificuldades à sua expansão. Em 1978, por exemplo, lhe foi negada a concessão de um canal de televisão em João Pessoa. No mesmo período, a TV Globo também teve negado pedido de concessão para um canal de TV em Curitiba. O jornalismo da Globo não recebeu nenhum tratamento diferenciado durante o período militar. Como todos os veículos de informação, o seu noticiário sofreu com a censura, que atuava diretamente na emissora na forma de telefonemas, comunicações oficiais e memorandos.

[240] O site afirma o seguinte em sua apresentação: "Ao longo dos anos, a Globo tem sido acusada de adotar posturas questionáveis diante da sociedade brasileira. Essas acusações são infundadas. Nesta seção, o Memória Globo expõe a posição da direção das Organizações Globo sobre cada uma dessas denúncias. Revela que, ao contrário das críticas, as coberturas e acordos considerados suspeitos foram feitos dentro dos princípios éticos da gestão responsável e do jornalismo independente." (Disponível em: http://memoriaglobo.globo.com/acusacoes-falsas.htm Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.)

[241] Disponível em: http://memoriaglobo.globo.com/acusacoes-falsas/concessoes-de-canais.htm Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.

> Notícias de eventos considerados delicados para o Governo, como a morte de Carlos Lamarca, por exemplo, provocavam a presença na emissora de oficiais do SNI (Serviço Nacional de Informação) e do chefe da polícia. [...] Em 1981, quando ocorreu o atentado no Riocentro, os militares ocuparam a redação da emissora e não deixaram que quase nada fosse exibido sobre o assunto. A censura não se limitava às notícias: atuava também no entretenimento. Foram inúmeros os casos de censura à dramaturgia da Globo. O mais sério foi o da proibição, a dois dias da estreia, da novela Roque Santeiro, em 1975. O prejuízo foi grande para a emissora: já haviam sido gravados 36 capítulos, com o custo de 500 mil dólares (em valores da época).[242]

Mais do que uma tentativa de se justificar frente a supostas "acusações falsas", o que a empresa procura aqui é relatar as dificuldades que enfrentara. Afinal, teria recebido um tratamento "nada especial" dos militares, com concessões negadas, sendo vítima, como todos os outros, da censura. Sofreu com isso sanções e represálias que teriam, inclusive, lhe causado consideráveis prejuízos financeiros. Assim como ocorreu com a *Folha*, o jornal carioca também procurou portanto reconfigurar sua imagem frente àquele conturbado período. Mas aqui esta política teria se dado muito mais tardiamente, uma vez que, vale lembrar, estes textos teriam sido publicados apenas em 2013 e já condicionados à outras conjunturas, conforme veremos mais à frente.

O que vale pensar, por hora, é como estas narrativas procuraram relativizar as aproximações da empresa com a ditadura, ao mesmo tempo em que buscavam (a)firmar certo protagonismo, um papel de resistência, imputando fatias de reconhecimento a alguns "acontecimentos chave" de sua atuação. Momento em que teria seu jornalismo atuado de forma mais "combativa", como acontecera com o caso da morte de Lamarca e na cobertura ao atentado do Riocentro, dentre outros casos que analisaremos em detalhes na segunda parte desta tese.

Estes discursos acabaram também por diluir as conjunturas que garantiram à empresa a sua expressiva expansão e fortalecimento ao longo daqueles anos. Afinal, como seus negócios teriam crescido de forma tão vertiginosa àquele período? Como conseguiu a empresa adquirir tantas concessões em tão curto espaço de tempo, visto que Marinho teria padecido em dívida, perdendo cifras significativas com o rompimento da parceria com o grupo norte-americano?

A obra de Bial (2004), por exemplo, vai justificar que Marinho, "competitivo às raias da compulsão", não mediu esforços para lutar por aquilo que queria, decorrente desta personalidade e atitude as suas reconhecidas conquistas. Segundo ele, os episódios oriundos do "inferno astral" pelo qual passou em decorrência do caso "Time-Life" teriam o amadurecido e,

[242] Disponível em: http://memoriaglobo.globo.com/acusacoes-falsas/concessoes-de-canais.htm Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.

acima de tudo, endurecido. “Sentiu muita raiva” por ter sido acusado, e o que mais o revoltava era o pressuposto de que estava “a serviço dos outros”, que teria cedido o comando, sendo manipulado igual um “fantoche”: “essa calúnia o machucava mais que tudo – já sabemos um bocado sobre nosso companheiro e sua conquista de autoridade para avaliarmos o quanto isto o ofendia.” (Bial, 2004, p. 217)

O jornal e sua empresa pareciam assim estar à serviço de causas que dissessem respeito, exclusivamente, aos seus interesses particulares. Era *O Globo* um jornal à serviço da nação, mas daquela que seria conduzida pela vontade específica de seu dirigente e não pela vontade dos “outros”. Ele teria autoridade suficiente para conduzir tal empreitada e assim que orientaria o percurso de seu reconhecimento. Empreitada que fora reconhecida inclusive pelo general Emílio Garrastazu Médici, em um dos momentos mais truculentos da ditadura. Em virtude das comemorações dos 45 anos da empresa, em julho de 1970, o então “presidente” enviaria um telegrama diretamente ao “nosso companheiro” Roberto Marinho, parabenizando seu jornal por servir à “dignificação da imprensa brasileira.” [243] Atitude tomada também por Delfim Neto, ministro de seu governo, que transmitiu ao “ilustre diretor” de *O Globo*, “um dos mais modernos e vibrantes periódicos brasileiros” o seu cumprimento e desejos para que “continue a servir, como até aqui, às grandes causas nacionais.”[244]

Nesta virada de década a “compulsão” de seu dirigente teria angariado ao *Globo* significativas esferas de penetração junto ao mercado. Conforme vimos, este período é considerado como um momento de forte concentração da chamada grande imprensa no país e, em especial, na imprensa carioca. Impulsionado por sua rede de televisão, o jornal de Marinho adentrava os anos 1970 como um dos poucos “sobreviventes” deste período de reformulação, conquistando autoridade suficiente para conduzir certo protagonismo frente a seu percurso de reconhecimento. Ainda assim, Marinho lamentava por ter se afastado do dia-a-dia do jornal, - o seu “orgulho” e órgão “supremo” do conglomerado - para dedicar-se aos problemas enfrentados pelos outros empreendimentos (Bial, 2004, p. 165) Sua empresa já era grande, crescera, mas faltava ao jornal certos atributos para conduzir seus rumos sob uma efetiva

[243] (Presidente saúda O Globo. *O Globo*, ano XLV, nº 13.566, p. 01, 28 de julho de 1970) É de Médici inclusive uma célebre frase que teria proferido em 1972, ainda sob o cargo de “presidente” da República: “Sinto-me feliz todas as noites quando assisto ao noticiário. Porque, no noticiário da TV Globo, o mundo está um caos, mas o Brasil está em paz.” (Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u52057.shtml Acesso em: 21 de fevereiro de 2017)

[244] Delfim a O GLOBO: “Continue a servir às grandes causas”. *O Globo*, ano XLV, nº 13.567, p. 05, 29 de julho de 1970.

modernização. Para seguir a sua lógica de autoridade era preciso "aumentar" ainda mais, agora sob outros critérios.

3.2.3. A modernização do "Júpiter tronante" e os comunistas do doutor Roberto

> *O Globo* que nós encontramos era um *Globo* conservador, retrógrado, um *Globo* que o Roberto Marinho não queria mais. O Doutor Roberto estava preocupado porque o *Globo* não estava mais representando o pensamento dele. *O Globo* estava muito mais à direita do que ele, em função de gente que dominava a redação. Aquilo era uma coisa morta. Ele estava procurando uma pessoa que fizesse essa reforma no *Globo*.[245]

Apesar de todas as benesses conquistadas pela empresa na década passada, a trajetória "moderna" de *O Globo* é comumente identificada por uma série de mudanças que começaram a ser articuladas com mais propriedade apenas a partir do início da década 1970, momento em que Roberto Marinho já gozava de reconhecida autoridade frente aos ditames do poder. Autoridade que fez com que sua empresa, em especial o seu jornalismo, se acomodasse às conjunturas políticas, se tornando quase que uma espécie de "porta-voz" do regime autoritário. De acordo com o pesquisador Fernando Lattman-Weltman (2003), *O Globo* fora marcado, desde sua origem, por um declarado discurso de compromisso com a "independência editorial", o que o condicionava a manter-se sob certo distanciamento em relação à política e seus governos. Posição que nem sempre se efetivava na prática, conforme pudemos perceber, já que o progresso de seu jornalismo esteve em vários momentos alinhado a estas forças dirigentes do poder.

Com isso, torna-se delicado nos apropriarmos da leitura do autor de que a "independência jornalística" do jornal teria sido efetivamente o mote que condicionou sua trajetória. Mas, ainda assim, é possível concordar com a tese de que houve de fato certa "coerência editorial" de um jornalismo que praticava, em seus compromissos liberais, um "conservadorismo pragmático". A saber, aquele que afirmava manter este aparente e possível "distanciamento" da lógica político-partidária, ao mesmo tempo em que se engajava ideologicamente, "sem rodeios", ao lado dos quadros conservadores nos momentos em que sentia necessário tomar posições mais comprometidas. Era, desta forma, uma "independência

[245] Henrique Caban, jornalista contratado durante o processo de "modernização" do jornal, falando sobre o "panorama desolar" sob o qual se encontrava *O Globo* no início dos anos 1970, em depoimento a Bial (2004, p. 235).

na ordem", segundo o autor. (Lattman-Weltman, 2003)

Esta postura é que teria garantido legitimidade para o jornal atravessar os períodos iniciais do regime, se acoplando à nova configuração política instaurada pelo golpe de 1964. Mas era esta uma postura que, paradoxalmente, acabou por envelhecer precocemente a identidade de *O Globo*, colocando-o, "em termos de prestígio" em uma posição inferior à de seus principais concorrentes àquele momento. (Lattman-Weltman, 2003). O próprio Marinho, segundo a narrativa de Bial (2004), afirmava estar àquele momento "profundamente decepcionado" com os rumos que estava tomando seu jornal, que vinha perdendo seu "brilho". Exigia uma correção "segura, rápida e eficaz", que se daria pela busca de uma figura "heróica", um "Júpiter tronante, que se responsabilize pela redação, que seja um "super-visor", um homem capaz, jornalista equilibrado e que, em plena redação, esteja atento ao jornal." (Bial, 2004, p. 110)

Para fazer jus ao prestígio e reconhecimento que aparentemente havia conquistado, se tornava urgente ao jornal uma mudança que lhe desse ares possíveis para o florescimento de uma nova identidade. Identidade que não mais o restringisse a esta imagem "obsoleta", de seu tradicional princípio liberal e "costumeiro pragmatismo político". (Lattman-Weltman, 2003) Isso só seria possível, acreditava ainda o autor, se seus dirigentes conseguissem "reafirmar a independência editorial" de *O Globo*, já que a empresa se mostrava cada vez mais identificada com um tipo particular de jornalismo, atrelado a um regime que começava a dar seus evidentes sinais de crise de legitimidade. A ideia seria "renacionalizar" o jornal, no sentido de torná-lo apto novamente a agir como interlocutor dos debates de interesse público: "Era preciso, acima de tudo, modernizar o veículo numa fase em que, cada vez mais, a independência jornalística se tornava não apenas questão de princípio, mas verdadeiro imperativo da competição empresarial." (Lattman-Weltman, 2003, p. 19-20)

Essa tão urgente modernização se tornou possível justamente com a contratação do "homem capaz", o "Jupiter tronante" de Marinho, Evandro Carlos de Andrade, jornalista que posteriormente iria dar à empresa as suas devidas fatias de reconhecimento, sendo considerado com o personagem que iria definitivamente "mudar a história do jornal" (Bial, 2004, p. 243). Evandro era uma figura que, segundo Bial (2004), o dirigente de *O Globo* já estava procurando há décadas. Com a gradativa influência exercida por sua rede de televisão, Marinho via a necessidade, cada vez mais, de procurar um jornalista que pudesse exercer esta tarefa de comando, sem que perdesse sua posição de autoridade.[246]

[246] Evandro Carlos de Andrade foi chefe de redação do "Diário Carioca", cargo que assumiu em 1955, aos 24 anos. O jornalista trabalhou ainda como assessor do presidente Jânio Quadros, como repórter do jornal "O Estado de

Segundo relatos oficiais publicados na página da empresa, Marinho dizia querer fazer de *O Globo* àquele momento um jornal "semelhante aos melhores do mundo", investindo em tecnologia, novos equipamentos e instalações. A ideia era também transformá-lo gradativa e definitivamente em um jornal matutino, estreando sua edição de domingo, com uma nova configuração de suplementos e sessões. A partir de uma "postura rigorosa" de Evandro, o jornal começara neste momento a "dirigir seus passos para um futuro sólido", com reformas que pretendiam dar uma maior "profissionalização" ao jornalismo praticado pela empresa, ampliando seu quadro de repórteres, aumentando consideravelmente salários e realizando mudanças editoriais que o levariam "à liderança absoluta do mercado no Rio de Janeiro". [247]

Isso teria se dado também porque Evandro assumiu com "plenos poderes" para reformar a redação do jornal, tendo "carta branca" para demitir e/ou contratar profissionais que fossem de seu interesse. Evandro atribuía parte do sucesso deste empreendimento à parceria que fora feita com o jornalista Henrique Caban, contratado àquele momento como chefe de redação e um dos responsáveis por sugerir junto a ele mudanças significas na rotina da redação e na postura de atuação do *Globo*.[248]

Sem querer relativizar a importância destas reformas para a modernização do jornalismo praticado pela empresa, para nós o principal aqui será problematizar como elas foram apropriadas, politicamente, como uma estratégia fundamental na tentativa de reformular sua identidade para os anos vindouros. Problematizar como, em presentes particulares, estas reformas foram utilizadas para caracterizar aquele passado como um momento em que o jornalismo da empresa assumiu uma postura deliberadamente combativa, dando um novo nome e outras vozes ao jornal. Assim, o fundamental aqui será perceber, nos moldes de uma "modernização autoritária" do jornalismo brasileiro proposto pela análise de Albuquerque (2010), como se deu este processo de profissionalização, discursivamente. [249]

São Paulo" e, entre 1962 e 1967, como chefe de redação do "Jornal do Brasil", na sucursal de Brasília. Convidado por Marinho, assumiu a diretoria de redação de *O Globo* em dezembro de 1971, permanecendo no cargo por cerca de 24 anos, "um recorde no jornalismo brasileiro". A partir de 1995 passou a integrar também o conselho editorial do grupo, assumindo a direção da Central Globo de Jornalismo da TV Globo. Para mais sobre o perfil do jornalista, consultar: http://memoria.oglobo.globo.com/perfis-e-depoimentos/evandro-carlos-de-andrade-9045680 Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

[247] Disponível em: http://www.robertomarinho.com.br/obra/o-globo/consolidacao-da-lideranca/detalhes-do-topico.htm Acesso em 23 de fevereiro de 2017.

[248] Jornalista que fora considerado um dos "protegidos" pela empresa em virtude de seu posicionamento oposicionista em relação à ditadura. Para mais: http://oglobo.globo.com/sociedade/tem-comunista-na-redacao-16867016 Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

[249] A ideia da "modernização autoritária", conforme vimos no capítulo anterior, diz respeito a uma espécie de reforma "vinda de cima", a maneira mais eficiente para se alcançar um "atalho" frente a aparentes defasagens. Dentro deste processo, as narrativas articuladas pela empresa destacam sempre as figuras de Roberto Marinho e Evandro Carlos de Andrade como seus agentes fundamentais, como nos evidencia mais uma vez a leitura de Bial

Bial (2004, p. 234), por exemplo, quando discorre sobre este momento, é enfático em pontuar que não se deveria falar sobre o contexto sob o qual Evandro Carlos de Andrade fora contratado sem antes lembrar que o país "estava em guerra": "Guerra suja entre os militares e militantes de esquerda engajados na luta armada, guerra surda dentro dos próprios quartéis, e muitas pequenas guerras em repartições, camarins e redações." Neste ponto, a atitude de Roberto Marinho em dar um cargo de chefia a Evandro já seria por si só uma postura não apenas arriscada, mas que declarava sua independência e combatividade frente ao regime, visto que o jornalista seria um figura de "esquerda", identificado pelos militares como um "comunista" declarado. [250]

Afirma a empresa, novamente em suas memórias, que Marinho contratava seus profissionais por competência, independentemente da posição política, mas que os comunistas, em especial, seriam aqueles que sabiam "fazer jornal". Desta forma, jamais se deixou intimidar por restrições impostas pelo regime, tendo a "grandeza" de contratar uma série de jornalistas cassados e perseguidos pela ditadura.[251] Após a promulgação do AI-5, segundo ainda esta narrativa, os donos de jornal foram pressionados para que demitissem de seus quadros esses profissionais: "o único que protestou foi Roberto Marinho", declarando que jornalista cassado poderia perder seus direitos políticos, mas não os de exercício da profissão.

Com estas atitudes e o protagonismo exercido por Evandro, o *Globo* passaria a partir de então a "contrariar interesses e ganhar inimigos" (Bial, 2004, 237), começando a receber "sinistros informes confidencias" dos militares, o que fez com que a empresa tivesse que fazer verdadeiros "malabarismos" para garantir sua liberdade de informar o público. Malabarismos que Marinho já vinha realizando desde o governo de Castelo Branco, de onde decorreu um acontecimento considerado pela empresa como um "caso memorável de resistência à intervenção da ditadura militar" quando, pressionado pelo então ministro da Justiça Juracy Magalhães, o dono de *O Globo* teria proferido a célebre frase: "dos meus comunistas cuido

(2004, p. 262): "Vamos metaforizar assim: Doutor Roberto era o imperador, Evandro, o comandante do estado-maior. Entre os generais, Henrique Caban era o craque em logística."

[250] "Coisa que eu nunca fui, não sou", teria afirmado o próprio jornalista em depoimento à empresa. Disponível em: http://memoria.oglobo.globo.com/perfis-e-depoimentos/evandro-carlos-de-andrade-9045680 Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

[251] Disponível em: http://www.robertomarinho.com.br/mobile/obra/-dos-meus-comunistas-cuido-eu.htm Acesso em: 23 de fevereiro de 2017. Ainda neste mesmo texto, o jornalista Franklin de Oliveira rememora que, em 1964, por ter encabeçado a lista de cassados políticos da ditadura, "todos os jornais" haviam lhe fechado as portas, "menos *O Globo*": "Marinho chamou-me para seu jornal, concedeu-me a certeza de pensar que seu liberalismo humanístico não havia sido sufocado. Continuava vivo, pulsante em sua generosidade. Generosidade que o leva à bravura espartana na defesa das vítimas. Só o destemor e a intrepidez dão a medida de sua grandeza moral. [...] Fui o primeiro cassado político a assinar artigos na imprensa brasileira. E os assinei em *O Globo*. Eram artigos sobre os mais diferentes temas, nos quais nunca me impus autocensura e muito menos recebi do jornal qualquer restrição à minha liberdade de escritor."

eu".[252]

Foi sob esta conjuntura, em um Brasil "coalhado de delatores e delatados" que Evandro teria assumido o *Globo* para transformá-lo em um novo jornal, mais "independente", "renovado, ágil, agressivo" (Bial, 2004, p. 261). E foi sob esta conjuntura, principalmente, que as narrativas de profissionalização *sobre O Globo*, - pela forma como (re)apropriaram-se no tempo -, procuraram lhe imputaram determinadas fatias de reconhecimento, na tentativa de condicionar à sua identidade atributos específicos que o caracterizassem como um agente incisivo frente ao processo de legitimação de um jornalismo mais "independente" e "profissional" praticado no país. Portanto, é fundamental frisar novamente que este processo deve aqui ser pensando como uma importante estratégia que, discursiva e historicamente, pretendeu articular uma série de capacidades ao nome do jornal e ao tipo de jornalismo que a empresa diz ter praticado àquele momento aparentemente tão particular de sua história.

Na esteira da análise de Albuquerque e Silva (2007) é possível pensar nas vantagens institucionais que *O Globo* teria obtido com a contratação de jornalistas declaradamente identificados como "comunistas". Foram eles um dos principais responsáveis pela adaptação de um modelo de jornalismo "profissional" no Brasil, oriundo daí os discursos de modernização sob o qual muitos dos jornais passariam a se apropriar. Para promover estas mudanças as empresas precisavam, mais do que nunca, de jornalistas "preparados, leais e disciplinados", o que, na análise dos autores, esta parcela de profissionais seria capaz de lhes propiciar. [253] Estabeleceu-se a partir daí uma "relação simbiótica", um "casamento de conveniência, não um amor verdadeiro" que disciplinou as redações, dando melhor oportunidade para um ambiente de transformação se proliferar.

Fazendo uma alusão a Cláudio Abramo - jornalista importante no processo de modernização da *Folha*, conforme vimos -, os autores acreditam que esta relação teria se potencializado pois estes profissionais conheciam melhor do que ninguém as "regras do jogo".

---

[252](Disponível em: http://www.robertomarinho.com.br/mobile/obra/-dos-meus-comunistas-cuido-eu.htm Acesso em: 23 de fevereiro de 2017) "As pessoas que não passaram pelo processo do regime militar não imaginam o que isso representava de coragem, hombridade e dignidade", rememorava o também jornalista Mauro Salles neste mesmo texto.

[253] Como é possível perceber pelas palavras do próprio Evandro Carlos de Andrade (2003, p. 43): "Eu insisto em dizer o seguinte: só fiz o que o dono do jornal quis que fosse feito. Vamos deixar isso bem claro. Sou um profissional que cumpriu fielmente o que devia ser cumprido, porque sou leal. [...] Na minha primeira conversa com o dr. Roberto eu disse: "dr. Roberto, eu sou um papista, eu obedeço. No dia em que eu discordar do que o senhor quiser mandar fazer, se eu achar que alguma coisa me incompatibiliza, vou embora. Agora, eu obedeço." [...] "Mas essas mudanças foram feitas assim, cumprindo o que ele determinava. Como era? O dr. Roberto nunca foi homem de dizer: "Isto aqui é o decálogo, aqui estão as suas diretrizes", ou "Quero que seja feito isto, isto e isto" Não. Eu tinha que perceber. A graça da história é ter que perceber. Nunca houve uma norma: "Daqui em diante você vai ter que fazer assim e assado." Isso nunca!"

Atuavam assim como mediadores políticos entre os donos dos jornais e as redações, auxiliando no processo de modernização das empresas e trabalhando política e estrategicamente sob uma relação que beneficiava ambos.[254] Beneficiava porque, se por um lado os proprietários obtiveram a disciplina e lealdade necessária para implementar suas políticas "modernizantes", por outro, muitos destes jornalistas se utilizaram dos espaços conquistados para ampliar sua área de influência, ainda que muitas vezes limitada.[255]

Não nos importa tanto problematizar, desta forma, se esta modernização de fato transformou o jornal para melhor, mas sim como ela pretendeu modificar a forma como seu próprio jornalismo seria encarado no tempo. Pela forma como este passado foi sendo rememorado, em presentes particulares, tem-se a imagem de uma empresa que não mais atuou como mera "porta-voz" do regime. Pelo contrário, agora *O Globo* procurava ser identificado como um jornal que, embora o tenha apoiado, lutou como todos para reestabelecer a legalidade democrática. As "resistências" e "malabarismos" protagonizados por Marinho e seu "comandante" Evandro foram fundamentais para legitimar assim uma nova postura à empresa, mais do que um novo tipo de jornalismo.

Mas para percebermos que tipo de jornalismo *O Globo* praticava àquele momento basta nos atermos à sua efeméride de 50 anos, comemorada em julho de 1975, já alguns anos após iniciado o dito processo de modernização da empresa. Na ocasião fora realizado um jantar em homenagem a Roberto Marinho e seu jornal no salão do hotel Copacabana Palace, com a presença de várias personalidades políticas, ministros, militares e empresários. Em "clima de confraternização", uma série de discursos foram proferidos - e destacadamente reproduzidos

[254] Esta relação estaria baseada também sob o modelo adaptado do jornalismo norte-americano e a sua retórica da "objetividade", o que não significava necessariamente que os donos dos jornais, editores e jornalistas, compactuavam na prática dos mesmos objetivos comuns. "Assim, eles aderiam ao modelo não porque acreditasse nele, mas simplesmente por conta do seu valor prático: de um lado, ele permitia aos jornalistas com perspectivas e interesses muito diferentes trabalhar juntos, de outro, a objetividade fornecia um álibi para o exercício político do jornalismo, uma vez que o apelo aos fatos podia ser ao mesmo tempo um argumento de defesa e de legitimação de sua produção noticiosa. A referência ao modelo americano proporcionava vantagens diferentes para os donos dos jornais, os editores e os jornalistas da sala de redação. Os donos de jornal podiam se valer deles para destacar o compromisso dos seus jornais com valores tais como a democracia e a modernidade (Waisbord, 2000; Albuquerque, 2005). Para os jornalistas das salas de redação, a retórica e as práticas inspiradas no jornalismo americano serviam de linguagem técnica comum, com base na qual eles podiam se reconhecer como membros de um grupo de trabalhadores especializados, distintos dos jornalistas precedentes, freqüentemente caracterizados como subliteratos e irresponsáveis (Ribeiro, 2000)[...] Por fim, os editores e os jornalistas mais experientes, pioneiros do novo estilo de jornalismo, podiam reivindicar o status de autoridades últimas neste campo. Para uma geração inteira de jornalistas, eles foram considerados não apenas como superiores hierárquicos, mas como professores da técnica jornalística e líderes do movimento de modernização do jornalismo brasileiro. (Albuquerque e Silva, 2007, p. 19)

[255] Além disso, longe de ser uma exceção, a contratação de jornalistas de esquerda era na verdade prática recorrente àquele momento. Segundo estudo citado pelos autores, feito pela historiadora Alzira Alves de Abreu, 43% de uma amostra de 55 jornalistas ativos durante as décadas de 1960 e 1970 declararam ter participado de partidos e/ou movimentos de esquerda, dentre estes, 61% afirmaram estar vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

em *O Globo* ao longo das próximas edições-, imputando ao jornal suas fatias de reconhecimento como um órgão "integrado à vida nacional" e que preservava o "verdadeiro espírito democrático" do povo brasileiro. Dentre eles, vale citar os três abaixo, que nos sintetizam bem o teor da efeméride:

> [reconheço no GLOBO], centro de um vasto sistema de informações, um jornal que tem sabido expressar com exatidão o difícil e complexo papel da imprensa nas sociedades democráticas: de um lado, participar da natureza da livre iniciativa e da livre investigação e bem informar seus leitores sobre os acontecimentos, e, de outro lado, compreender suas fundamentais responsabilidades como veículo de informação à coletividade, o que lhe atribui um peso social que exige de seus dirigentes juízo ponderado e claro discernimento político. (Ministro da Previdência e Assistência Social, Nascimento e Silva)[256]
>
> [meus cumprimentos pelo] trabalho que este periódico vem realizando em prol da sociedade brasileira, mantendo-a permanentemente e honestamente informada dos acontecimentos nacionais e internacionais. Gostaria, também, de ressaltar a estreita colaboração que este órgão vem prestando ao Governo Federal, através de uma ampla difusão das medidas políticas, econômicas e sociais que estão sendo tomadas pelo Poder Executivo. (General Hugo de Andrade Abreu, Ministro Chefe da Presidência da República)[257]
>
> O público está desinformado. Através de notícias breves, desprovidas de análise e de esclarecimentos, prevalece o registro negativo dos fatos, porque, na presente conjuntura afloram, de preferência, os desequilíbrios, os desajustamentos, a intranquilidade. Entretanto, em meio de tantos obstáculos, principalmente em nosso país, estão surgindo realizações que permitem preservar nosso ânimo de progresso e de conquista da melhoria de nosso bem-estar social. Saber levar esse conhecimento à compreensão do público [...] é tarefa de suma importância nos dias que correm. [...] Eis a missão de O GLOBO na gloriosa etapa de sues cinquenta anos de existência. (Octavio Gouvea de Bulhões, ex-Ministro da Fazendo do governo Castelo Branco)[258]

Na edição do dia 28 de julho, em sua capa, o jornal publicava editorial assinado pelo próprio Roberto Marinho, onde comentava sobre o "Meio século" da empresa. Agradecia de início a "generosidade" dos amigos pela iniciativa das comemorações, que teriam se "engrandecido" pela presença de "eminentes membros do Governo". A celebração teria assim adquirido "dimensões de um legítimo encontro nacional", demonstrando que o jornal, "mantido pela estrita fidelidade aos ideais que o inspiraram constitui hoje ponderável fator de aglutinação

[256] MINISTRO destaca o significado do cinquentenário. *O Globo*, ano L, nº 15.272, p. 8, 27 de julho de 1975.
[257] (MENSAGENS de congratulação. *O Globo*, ano L, nº 15.272, p. 8, 27 de julho de 1975.) O jornal destaca ainda que, ao final do jantar, o então presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Mário Leão Ludolf, teria erguido uma taça de champanhe e dito: "Neste momento, não podemos deixar de lembrar o nome do Presidente Geisel, sempre acompanhando o desenvolvimento do nosso país e atento a todas as necessidades do povo." [...] Em seguida, todos levantaram-se para um brinde em homenagem ao Presidente da República." (CLIMA DE confraternização. *O Globo*, ano L, nº 15.272, p. 8, 27 de julho de 1975.)
[258] DEPOIMENTOS. *O Globo*, ano L, nº 15.274, p.2, 29 de julho de 1975.

do País em torno de suas mais nobres aspirações."[259] Mas a "oportunidade única" de efemérides como esta, enfatizava Marinho, não poderiam ser perdidas sem aproveitá-las para uma tomada de posição e algumas "colocações fundamentais".

O editorial afirmava assim que "de 1964 para cá", teria ocorrido a "redenção do Brasil", por mais que, a nível internacional, a conjuntura da Guerra Fria evidenciasse uma crise que atingia ambos os lados. Decorrente daí ser natural que "se delineiem dúvidas" sobre o futuro do sistema capitalista e seu regime liberal. Mas apesar de tudo era possível, prosseguia o texto de Marinho, realizar alguns diagnósticos "bastante animadores" sobre os rumos da nação e, consequentemente, de sua empresa:

> À luz destas perspectivas, temos motivos para estar tranquilos com os rumos atualmente imprimidos à vida brasileira. O modelo que adotamos, procurando conciliar o crescimento do produto com a paulatina e prudente distribuição da riqueza, e, por outro lado, conjugando a necessidade de intransigente defesa da ordem interna com a salvaguarda dos direitos essenciais da pessoa humana, atende aos anseios da Nação e às diretrizes de nosso tempo.
>
> No instante em que o Brasil caminha para o desenvolvimento econômico e social, com o aperfeiçoamento de suas instituições, a atitude que nos parece condizente com os nossos cinquenta anos de lutas é a de unir os nossos esforços aos do Governo e todo o povo no sentido de acelerar a caminhada do Brasil para o seu destino de nação de primeira grandeza.[260]

Fica claro aqui que tipo de "independência" era a do jornalismo de *O Globo* àquele momento. Não havia de fato a necessidade de realizar "malabarismos" muito exorbitantes para que Marinho executasse seus ideais de bem servir a nação. Até porque sua empresa iria "unir esforços" com o regime para acelerar uma caminhada junto ao progresso. Seus comunistas não iriam atrapalhar este percurso. Pelo contrário, eles sabiam bem trabalhar sob as rédeas de uma empresa que praticava seu jornalismo como uma indelével missão a ser seguida. Era uma "história cheia de fé", como nos mostrava um caderno especial preparado, "sem conhecimento da direção", pelos funcionários do jornal e publicado neste mesmo dia 28 de julho de 1975. Ali era reproduzida aos leitores a "música do cinquentenário", composta por Marcos e Paulo Sérvio Vale e que, segundo o jornal, "todo o Brasil" já estava ouvindo e cantando, no rádio, na televisão e nos cinemas:

> Coragem, consciência,
> opinião, respeito, coerência,
> ordem, liberdade,
> inteligência - a busca da verdade.

[259] MARINHO, Roberto. Meio século. *O Globo*, ano L, nº 15.273, p. 1, 28 de julho de 1975.
[260] Idem.

São 50 anos de O GLOBO,
escrevendo a história de um povo.
São 50 anos de O GLOBO,
uma história cheia de fé.

Fé no homem livre,
no homem que acredita no trabalho,
formando, informando,
lutando pelo bem, com decisão.

São 50 anos de O GLOBO.
São 50 anos de O GLOBO.
São 50 anos de O GLOBO.[261]

A busca da verdade estava assim circunscrita sob a "coragem", a "consciência", e a "inteligência" daqueles que faziam o jornal. Eram 50 anos de uma empresa que vinha "escrevendo a história" de seu povo. Uma história que, na verdade, é escrita cotidiana e constantemente, pela forma como se legitimam determinadas narrativas em detrimento de outras. Por isso a importância de percebermos como, frente às mais diversas conjunturas, diferentes aspectos deste percurso acabam por emergir, nos evidenciando como elas se (re)constroem no, com e pelo tempo, entre discursos e práticas. No caso de *O Globo*, acreditamos que estes embates se tornam ainda mais aparentes, uma vez que seus discursos de autolegitimação, - um jornalismo que se diz - têm se mostrado bastante conflituosos e até mesmo contraditórios em relação àquele sob o qual se faz.[262]

Podemos aqui fazer novamente um contraponto em relação à análise da *Folha* que percorremos anteriormente. Diferente do jornal paulista, que buscou não apenas reconfigurar uma nova identidade, mas atuar sob uma série de princípios político-editoriais que o inseriam discursivamente em um outro tipo de jornalismo, o *Globo*, ao menos teoricamente, permaneceu o mesmo, imputando capacidades ao seu nome sob um teor muito mais personalista, mantendo-se sob as mesmas premissas e ligado de forma íntima aos círculos do poder. Sua modernização se deu assim "sem profissionalismo" (Albuquerque, 2010), ao menos até àquele momento. Como foi possível perceber com os textos citados nesta última efeméride, o jornal de Marinho não buscava evidenciar de forma clara sob qual tipo de jornalismo estava inserido, até porque era como se estas premissas já estivessem implícitas na trajetória de seu próprio dirigente, "re-conhecidas" pela forma como eram lembradas e potencializadas nos momentos de celebração.

Apesar disso é válido pontuar que não houve de fato uma "revolução" neste processo

[261] UMA HISTÓRIA cheia de fé. *O Globo.* Caderno especial 50 anos, ano L, nº 15.273, p. 1, 28 de julho de 1975.
[262] Lembrando mais uma vez que as narrativas articuladas "no" jornalismo serão de fato analisadas com propriedade na segunda parte desta tese, quando problematizaremos de perto alguns acontecimentos referentes à ditadura. Aqui estamos pensando ainda em uma prática "do" jornalismo que se faz, portanto, a nível institucional.

de modernização, como lembrou o próprio Evandro (2003, p. 33). Mudanças ocorreram aos poucos, sendo que o jornal àquela fase contava inclusive com uma seção de polícia, com representantes das Forças Armadas atuando diretamente nas redações.[263] A imagem "desgastada" do jornal deveria transformar-se com cautela, segundo ele, "convivendo com uma realidade política que ainda era de ditadura".[264]

Mas fato é que ao final dos anos 1970, como vimos no capítulo anterior, *O Globo*, juntamente com seus concorrentes *O Dia* e *Jornal do Brasil* já representavam cerca de 90% do mercado consumidor do Rio de Janeiro (Ribeiro, 2007). Isso nos mostra como a "modernização" da empresa esteve intimamente ligada a uma atitude de tato político, já que neste paradoxal momento de expansão, mas também de forte cerceamento à imprensa, sobreviveu quem soube se aproximar das esferas do poder, justamente em um período em que se pregava tanto a "despolitização" da prática jornalística frente a um jornalismo mais "profissional" e "independente". [265]Sobreviveu, cresceu e se fortaleceu quem soube, portanto, se aproveitar das conjunturas para potencializar e legitimar sua autoridade.

[263] Ainda assim, Bial (2004, p. 130) relativiza em sua obra que "esse negócios de dois empregos, trabalhar na polícia e na editoria de polícia, não era exceção, era regra. E foi durante muito tempo, até o AI-5 cravar uma fenda letal nas redações políticas [...] levando uns para a clandestinidade da resistência à ditadura, e outros, parte da turma dos dois empregos, para o outro lado, da repressão paramilitar."

[264] Esta era uma realidade diária, de acordo com Evandro (2003, p. 34), já que o jornalista assumira o posto em *O Globo* no "auge da repressão". Conta ele que, por ter se "manifestado contra a truculência" desde o governo de Castelo, fora certa vez chamado ao gabinete do general Sebastião Ramos de Castro, então chefe da Agência Central do SNI. Na ocasião, o general teria apresentado um dossiê com a ficha do jornalista e recortes de suas reportagens para intimidá-lo: "O senhor não tenha nenhuma ilusão, *O Globo* não vai mudar o que tem sido." Era uma mostra, segundo Evandro, de quais deveriam ser os seus limites.

[265] Para Evandro Carlos de Andrade (2003, p. 35) a grande diferença entre os jornais que "sobreviveram" e os que ficaram no meio do caminho neste processo de transição da década de 1970 teria sido a "percepção política": "sobreviveu quem teve mais tino político, a par da capacidade empresarial. [...] A profissão do dr. Roberto seria jornalista de redação. Não é um grande panfletário, não é um grande articulista, não foi isso que o marcou, mas é um grande fazedor de jornal, um homem que conhece todos aqueles mecanismos. [...] ele conhecia tudo e intervinha em tudo: nos preços, na maneira de tratar publicidade, na condução editorial do jornal, nas manifestações, nos editoriais, em tudo. Sempre teve uma presença muito forte. Então, quando você, ao longo de um processo que eu considero revolucionário, se mantem na crista por sessenta e tantos anos, isso mostra uma sensibilidade, uma capacidade de adaptação à realidade muito grande. E ele mostrou ter isso. Porque os outros naufragaram." Em contraposição e, paradoxalmente, o jornalista afirmava que os jornais que desapareceram o fizeram por "incapacidade empresarial", já que seus dirigentes "eram homens de jornal, homens de combate, homens de opinião": "Aliás, se você for ver, desde a guerra *O Globo* sempre foi um jornal muito mais voltado para a notícia do que para a opinião. Muito mais do que qualquer outro, não tem comparação. Nesses casos, o que houve foi incompetência empresarial [...] é aquele negócio, da pessoa se deixar tomar por uma tal ilusão do poder político do jornalista que se distancia da realidade cruel que é uma caixa. Como é que vai pagar o pessoal no fim do mês? Como é que vai pagar o papel, a tinta? Foi isso que o levou à ruína" (Andrade, 2003, p. 39)

3.2.4. Ressurge a democracia: abuso de autoridade, nova linhagem e pedido de desculpas

> no fim da vida, nosso companheiro, jornalista Roberto Marinho, foi revestido de uma aura sobre-humana. Não se trata de negar a definição rasa de "homem mais poderoso", mas reconhecer que lhe foram atribuídos superpoderes, fantasias de heróis de gibi. Lenda em vida, taí o clichê inescapável. [...] Em vez de poderoso, proponho outro adjetivo: importante. Sem jamais ter sido político profissional, prefeito, governador, presidente, cantor ou jogador de futebol, Roberto Marinho tornara-se o "homem mais importante" do Brasil. Prefiro esta formulação, que inclui o poder naturalmente dentro dessa importância. (Bial, 2004, p. 226) [...]
>
> Tanto reconhecimento chegou ao mesmo tempo em que Roberto Marinho diversificou suas áreas de atuação num leque impressionante. Muitos ovos em muitos ninhos: faz novelas e geleias, discos e bicicletas, filmes, revistas, vídeos, vai do setor imobiliário ao agropecuário, se associa à empreitadas na área da mineração, da informática. Que apetite! [...] A primeira motivação para essa proliferação de tentáculos empresariais vem do tempo dos governos militares, e suas persistentes ameaçadas de retirada de concessão da Globo. Como fez na era Vargas, criando revistas em quadrinhos e investindo em imóveis, quando se tornou praticamente impossível fazer jornalismo, Roberto Marinho usa os fantásticos lucros da TV Globo para expandir sem parar seus empreendimentos." (Bial, 2004, p. 321)

Se durante a primeira década da ditadura a empresa de Marinho soube explorar brechas para aumentar exponencialmente sua penetração política, foi no período da chamada distensão e, posteriormente, na redemocratização, que a *Globo* e seu jornalismo legitimaram de fato um império particular, sob o qual é ainda muitas vezes hoje identificado. Obviamente, no entanto, que este crescimento condicionou-se por circunstâncias que transpuseram o mero "apetite" do "homem mais importante" do Brasil. A proliferação de seus "tentáculos" se deu também, como pudemos perceber, para além da "motivação" de um homem, persistentemente ameaçado por um regime opressor. Fora possível, sim, fazer jornalismo e ele foi feito neste período, de uma forma aliás bastante próxima àquilo que o próprio governo gostaria que fosse o "verdadeiro" jornalismo à serviço da nação.

Assim como a *Folha*, a empresa de Marinho conduziu o processo de redemocratização à sua maneira. Mas aqui não foi necessário um aperto de mãos ou um "acordo tácito" para forçar a abertura, pois era como se ambos, a ditadura e a *Globo* já estivessem caminhando juntos e assim seguiriam para enfrentar os problemas que se descortinavam. Esta aliança foi, de certa forma, a grande responsável por consolidar a posição de centralidade ocupada por estes jornais a partir deste período, já que a partir de então é que consolidaram-se os grandes conglomerados midiáticos de caráter efetivamente nacional. (Lima, 2006)

A emergência desta centralidade, impulsionada em grande medida pelos próprios militares, acabou por criar uma faca de dois gumes. Se por um lado houveram incentivos para a expansão destes grupos, por outro, os que mais se fortaleceram aproveitaram-se das conjunturas para conquistar uma autoridade que, até certo ponto, extrapolava a própria autonomia que os mantinham sob as rédeas do colaboracionismo. O caso da *Folha* é paradigmático neste sentido, quando o jornal, na onda da distensão política, articulou um amplo projeto de ressignificação de sua identidade e com o tempo acabou por ser reconhecido como um dos principais agentes frente ao processo de redemocratização.

Mas com *O Globo* não podemos afirmar que houve de fato um reformulação de identidade ou um reposicionamento político àquele momento. Com a consolidação de sua autoridade, a empresa de Marinho soube melhor do que ninguém legitimar-se como um importante ator político neste processo, exercendo inclusive um protagonismo frente às interferências e decisões tomadas nos rumos da transição. (Lima, 2006).[266] O caso da campanha das Diretas, por exemplo, foi um marco por ter cristalizado, ao contrário da *Folha,* a sua imagem de "colaboracionista", seguindo junto ao regime até quando fosse possível[267], um "erro" assumido pela empresa quase trinta anos depois.[268]

Neste ano decisivo para o reestabelecimento do regime democrático, *O Globo* publicaria ainda um editorial considerado um marco de auto análise do seu jornalismo, quando faria um "julgamento da revolução". O texto, assinado por Roberto Marinho, e publicado com destaque na capa de 7 de outubro de 1984, afirmava que sua empresa participou da "Revolução de 1964" por identificar-se com "os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas." Mantendo-se "fiel aos seus objetivos" este apoiou prosseguiu "desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura que deverá consolidar-se com a posse do futuro presidente."[269] Fazendo um balanço dos "realizações nacionais" dos últimos vinte anos, Marinho reconhecia por fim o "avanço impressionante" conquistado pelos governos militares.

---

[266] Apesar de a análise do autor estar mais diretamente relacionada à TV Globo do que ao jornal de Marinho, ainda nos parece interessante pensar em como o jornalismo da empresa foi preponderante neste momento por sua influência política. No livro em questão, Lima (2006, p. 66) cita uma série de acontecimentos em que o jornalismo da *Globo* teria realizado, direta ou indiretamente, "interferências" junto aos rumos da transição democrática. Isso teria se dado desde o "papel legitimador" conquistado ao longo da ditadura, passando pela tentativa de influenciar as eleições para governador do Rio de Janeiro, em 1982 (conhecido como o caso "Proconsult"), pelo "boicote" à campanha das Diretas, em 1984, bem como pelas interferências diretas na escolha de ministros durante o governo Tancredo/Sarney.

[267] *O Globo* fora de fato contrário ao movimento. De acordo com Bial (2004, p. 286), Roberto Marinho "não encarou com bons olhos o início da campanha por eleições diretas para presidente. Ele não queria ver o movimento de 64, que apoiara desde o início, sair de cena derrotado. [...] Resistiu o quanto pôde à campanha."

[268] Disponível em: http://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/cobertura-das-diretas-jaacute-9598120 Acesso em: 09 de março de 2017.

[269] MARINHO, Roberto. Julgamento da Revolução. *O Globo*, ano LX, nº 18.596, p. 1, 7 de outubro de 1984.

Mais do que uma autocrítica, o texto pode ser aqui encarado como um manifesto de apoio inconteste ao regime.[270] Este julgamento da "revolução", como sempre foi caracterizado o período ditatorial pelo jornal de Marinho, nos evidencia, acima de tudo, que tipo de jornalismo *O Globo* de fato praticou ao longo de todos estes anos. Foi um jornalismo que, por mais que se pautasse pela suposta "independência" e "apartidarismo", caminhou junto e intimamente ao governo por praticamente todo o processo. O texto era uma ainda declaração de solidariedade àqueles que colocaram a nação em seus trilhos. O jornal esteve à serviço deles e finalizava exigindo, como estivesse se despedindo de um companheiro próximo que partiria para não mais voltar, a coerência no processo de sucessão presidencial: "O caminho para o aperfeiçoamento das instituições é reto. Não admite desvios aéticos, nem afastamentos do povo. Adotar outros rumos ou retroceder para atender a meras conveniências de facções ou assegurar a manutenção de privilégios seria trair a Revolução no seu ato final."[271]

Meses após seu manifesto-despedida, *O Globo* comemorava 60 anos de existência. Novamente em editorial assinado por Roberto Marinho, o jornal procurava rememorar seus principais momentos de atuação. Uma trajetória com gosto de "missão cumprida", afirmava Marinho, pois jamais teriam se desviado de sua linha de conduta: atuando não apenas como "instrumento de divulgação de informações mas, acima de tudo, de captação e expressão de anseios nacionais."[272] Isso mostrava que o *Globo* havia mantido sua "posição tradicional", já que seus jornalistas, "na colheita dos fatos", deveriam assumir um "compromisso" com seus leitores, "mediante o qual a imprensa não somente se constitui na primeira frente de defesa dos seus interesses políticos e sociais, mas deve manter-se ao seu lado, compartilhando de seus anseios e zelando pela preservação de suas realizações." [273]

Aqui podemos imputar ao jornal as características traçadas por Albuquerque (2000) em relação a um outro tipo de "quarto poder" presente em certos aspectos da grande imprensa brasileira. A posição de centralidade frente à política que estes atores procuram garantir a si mostra como seus discursos acabam por atuar como uma espécie de agente "metapolítico", um agente que atuaria como "fiscalizador" dos interesses nacionais mas que, ao mesmo tempo, se traveste de "neutro", "apartidário", uma vez que estaria circunscrito sob o interesse de seu

[270] Mesmo que, em certo ponto do texto, Marinho justifique que seu apoio fora irrestrito, "embora conflitando em várias oportunidades com aqueles que pretenderam assumir a autoria do processo revolucionário, esquecendo-se de que os acontecimentos se iniciaram, como reconheceu o marechal Costa e Silva, "por exigência inelutável do povo brasileiro". Sem povo, não haveria revolução, mas apenas um "pronunciamento" ou "golpe" com o qual não estaríamos solidários."
[271] Idem.
[272] MARINHO, Roberto. Sessenta anos. *O Globo*, ano LXI, n. 18.887, p. 1, 29 de julho de 1985.
[273] Idem.

público, de um ideal de nação, apenas. Era por isso que o jornal considerava a abertura política, ainda no mesmo editorial acima citado, não um simples "ato de graça", mas demonstração do "senso de oportunidade histórica" do regime, empenhando-se assim o jornal em conferir "autenticidade política" à transição.[274]

Era com estes poderes que o jornalismo de *O Globo* adentrava a democracia e caminhava em seu percurso do reconhecimento. Um percurso que garantia cada vez mais a autoridade de um imprensa que, de acordo com Singer (2001), fora praticamente a responsável por "modelar" os rumos políticos que se descortinavam. Mas para além de contribuir para um mero equilíbrio entre as instituições, o papel de autoridade reivindicado pela imprensa brasileira neste momento nos mostra como estes jornais atuaram com um papel político muito mais ativo, afim de intervir e preservar, quando julgavam necessário, determinada ordem pública.

Aparentemente seguro de seu poderio e da imagem sob a qual estariam "re-conhecidas" suas capacidades, o jornal vai, paulatina e paradoxalmente, despolitizando seus discursos de autolegitimação. Em 1995, por exemplo, quando o *Globo* comemorava 70 anos, há a celebração de uma efeméride bastante discreta, se comparada às anteriores que já percorremos. Não há mais aquele tom personalista, repleto de homenagens e reverências que dominavam os discursos de outrora. Muito menos editoriais reafirmando lutas e motivações políticas. O jornal publicava apenas uma sessão, ao longo de praticamente todo o mês, reproduzindo uma retrospectiva de notícias, "reportagens com episódios marcantes" de um jornal que estaria, há 70 anos, "contando a história" do país e do mundo.[275]

Podemos atribuir esta postura a uma característica inerente ao próprio jornalismo brasileiro dos anos 1990. Uma mudança que, de acordo com o jornalista Alberto Dines (2003), seria de caráter conceitual e estaria ligada a uma série de padrões implementados pela ANJ (Associação Nacional de Jornais) e que, de acordo com ele, "desvirtuaram" o jornalismo como um todo, com o pretexto de atender a demandas estritas de mercado.[276] Esta nova forma de

---

[274] Idem. Autenticidade que teria se dado, no entanto, com o aval do próprio Roberto Marinho que, à "serviço da nação", teria trabalhado intimamente com seu poder político para consolidar a candidatura de Tancredo Neves à presidência, tendo inclusive atuado com poder de veto para escolha de alguns membros de seu ministério (Lima, 2006; Bial, 2004). A escolha do ministério de Tancredo Neves fora feita, segundo Bial (2004), a partir de uma série de consultas prévias a Marinho que, se não indicava diretamente, ao menos opinava em várias ocasiões. Há no livro um depoimento do próprio Sarney dado ao autor onde comentava as relações de Tancredo com Marinho. Segundo Sarney, uma vez Tancredo teria afirmado: "eu brigo com o papa, eu brigo com a Igreja Católica, eu brigo com o PMDB, com todo mundo, eu só não brigo com o Doutor Roberto." (BIAL, 2004, p. 315) Estas relações foram tão próximas que o jornalista Paulo Henrique Amorim (2015) é taxativo ao afirmar que Roberto Marinho e sua empresa "copresidiam" o país no governo Sarney.

[275] O Globo. 70 anos. *O Globo*, ano LXX, nº 22.501, p. 01 e 17, 1 de julho de 1995.

[276] A ANJ foi criada em 1979 e se considera uma "referência na profissionalização e modernização dos jornais" brasileiros. O "núcleo duro" da entidade teria se dado pela iniciativa dos jornais *O Dia*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Zero Hora*, com Roberto Marinho assumindo a primeira

condução das empresas acabou por homogeneizar suas práticas e, ainda segundo Dines (203, p. 130-131) acabar com o "resto de humanismo" que existia no jornalismo praticado no país. "Existe um processo de estandardização ideológica. Não é político, não é partidário, é de fundo [onde o jornalismo] vira um poder político concatenado, monolítico, atuando de uma forma até antidemocrática."

No caso específico de *O Globo*, Evandro Carlos de Andrade afirma que, em 1995, houve de fato uma série de iniciativas para transformar o jornalismo da empresa em algo mais "impessoal". A orientação, segundo ele, era praticar:

> um jornalismo isento, independente, que não levasse em conta nenhum interesse, nem os da Rede Globo, nem os do dr. Roberto, nem os de ninguém. Tinha que ficar claro que se ia praticar dali em diante um jornalismo muito menos de governo, muito menos de oposição, um jornalismo isento. [...] A única e exclusiva preocupação era a de praticar um jornalismo exemplar, sobre o qual não se pudesse lançar a menor suspeita de estar defendendo o interesse de fulano ou beltrano, ou de estar querendo ajudar ou perseguir político. (Andrade, 2003, p. 48)[277]

Era como se o jornalismo de *O Globo*, com cada vez mais autoridade e penetração frente às vicissitudes da política, necessitasse blindar seu poderio com um discurso que despolitizasse suas práticas. Ao intentar mostrar-se isento e descompromissado politicamente o jornal na verdade estava articulando nada mais do que uma estratégia de legitimação política ao seu jornalismo, como bem fez a *Folha*, por exemplo, com a implementação de seu Projeto, em meados dos anos 1970-1980.

Concomitante a este contexto a empresa irá lançar uma série de campanhas publicitárias para imputar ao seu nome estas capacidades, focando essencialmente na coerência e diversidade de suas opiniões e na qualidade e precisão das suas notícias. Citemos alguns trechos dos

---

presidência do grupo ainda àquele ano. A sua história, - de acordo com o jornalista Jayme Sirotsky, ex-presidente da entidade, em orelha do livro de Brito e Pedreira (2009) - representa uma "luta incansável pela liberdade e pela independência dos jornais, evidenciada exatamente nos períodos de maior constrangimento para a democracia. A ANJ esteve sempre na linha de frente de todas as lutas pela recuperação dos direitos individuais e coletivos dos brasileiros." Era um momento em que estes jornais se firmavam efetivamente como indústria e onde "puderam desenvolver sólido alinhamento com os ideias democráticos, postura que seria vital na história política futura. Ficou para trás, ao menos como referência relevante, o jornalismo cujo sentido maior era o de escorar lutas provincianas locais." (Brito e Pedreira, 2009, p. 37) O livro, publicado em comemoração aos 30 anos da entidade seria dedicado "àqueles jovens estudantes que, tanto quanto os muito jornalistas que fizeram história, sonham em praticar, em qualquer tempo ou qualquer meio, o verdadeiro jornalismo." (Brito e Pedreira, 2009, p. 22)

[277] Um marco desta iniciativa teria se dado, ainda segundo Andrade (2003, p. 49) com a seção "Outra opinião", onde o jornal começou a publicar esporadicamente uma opinião contrária à sua, ao lado de seus editoriais, como se quisesse dizer: "Não queremos ser os donos da verdade, esta aqui é uma maneira de ver, e a outra maneira de ver é essa. [...]Acho que essa atitude dos empresários dos meios de comunicação deriva da percepção de que não adianta mais querer ser quem diz "esta é a verdade, vamos por este caminho". Isso não dá. É claro que a visão de mundo continua e cada um tem a sua. As Organizações Globo têm um pensamento geral a favor da liberdade de mercado, a favor da democracia. Há muita gente que não é a favor disso."

anúncios como forma de evidenciar como se deu a construção destes discursos àquele momento:

> QUEM PERDE AS OPINIÕES DO GLOBO PERDE BOAS OPORTUNIDADES DE MUDAR DE OPINIÃO SOBRE O GLOBO. Se você perde O Globo por achar que ele está de um lado, você está perdendo boas chances diárias de descobrir que ele pode estar do outro lado. Se você perde O Globo por achar que ele está do outro lado, aí mesmo que você corre o risco de descobrir que ele está do lado de cá. Mas, afinal, de que lado está O Globo? Do lado da verdade, do lado do bom senso, do lado da justiça e do lado da pluralidade das idéias. É por isso que cada vez mais, mais e mais leitores não perdem a oportunidade de ter O Globo sempre do lado. (Veja Rio, 15/07/1992)

> O Globo tem uma linha muito bem definida: a de amarrar a notícia, sem deixar nenhum ponto descoberto. Alfinetar quando for preciso, mas sempre com responsabilidade. Tecer comentários consistentes, sem nunca perder de vista a trama dos fatos. O Globo é um jornal totalmente livre para escolher sua linha. E totalmente preso à linha que escolheu: a da verdade. O Globo – a história do seu tempo. (Veja, 22/06/1994)

> PERFIL DO JORNALISMO MODERNO. O Globo é o que é. De lado, de frente, de cima ou de baixo. Porque O Globo não escreve nas entrelinhas. O Globo tem sempre uma opinião clara, firme, corajosa e transparente a respeito de tudo. E uma das maiores massas de informação da imprensa brasileira. A informação no lugar da informação. E a opinião no lugar da opinião. Os leitores do Globo sabem disso. Sabem que o Globo tem suas próprias opiniões. O Globo sabe que seus leitores têm suas próprias opiniões. E do encontro diário dessas duas forças é que nasce uma força maior capaz de refletir melhor a realidade do país e do mundo. Em que ninguém é dono da verdade. E todos estão à procura dela, permanentemente. O perfil do jornalismo moderno é assim.[278]

O que nos soa interessante aqui é pensar que, por mais que intentasse, não havia como o jornalismo de *O Globo* se portar efetivamente como isento e descompromissado. Pelo contrário, ele afirmava que agora tinha, mais do que nunca, a sua própria opinião. Não era mais mero porta-voz dos interesses gerais e da nação. Tinha um lado e o assumia de forma clara, firme e corajosa, apesar de o fazer com "responsabilidade" e "comprometimento". Afinal, não era o dono da verdade. Era este o perfil de seu jornalismo moderno. Um jornalismo que defendia suas opiniões mas não se baseava exclusivamente sobre elas, já que legitimava seu reconhecimento pela precisão e a veracidade de suas notícias de forma bastante delimitada. Era isso que garantia ao jornalismo da empresa a sua incansável busca pela verdade dos acontecimentos, podendo assim melhor "refletir" a realidade sob a qual estava inserido.

[278] Este anúncio, sem data, bem como os outros citados, foram consultados nos arquivos da empresa, em sua sede no Rio de Janeiro. Muito provavelmente, por estar arquivado na mesma sessão e pasta, e por ter uma linguagem gráfica e um posicionamento similares, parece ter sido produzido em uma época próxima à dos anteriores.

Pautado discursivamente sob estas premissas, *O Globo* adentrava o ano de 1995 "consagrado nas casas, nas bancas e na mídia", anunciando sua grande expansão de tiragem (aumento de 40% aos domingos, chegando ao recorde de 767 mil edições impressas), a conquista de variados prêmios ("que não nos impedem a modéstia") e pronto para lutar contra seu "mais reconhecido e difícil adversário": *O Globo* do ano anterior.[279] Era um percurso que parecia assim depender apenas da imagem que havia o jornal construído para si, de seu prestigio e reconhecimento. Um reconhecimento que, por mais "moderno" que procurasse parecer, estaria sempre arraigado na tradição e nas capacidades de seu dirigente maior, Roberto Marinho.[280]

Mas no limiar do século XXI, em 6 de agosto de 2003, exauriam as capacidades de Marinho, que falecera em decorrência de um edema pulmonar, aos 98 anos. Era o luto máximo da empresa. Um caderno especial de 28 páginas fora publicado para homenagear o "homem que apostou no Brasil", reproduzindo trechos e depoimentos emocionados de uma despedida que reuniu "do povo ao presidente."[281] O sepulcro mnemônico do grande jornalista brasileiro seguia repleto de anúncios de empresas parceiras, instituições e personalidades fazendo um retrospectiva de sua trajetória e conquistas. Era o fim do percurso de um reconhecimento que, agora com sua morte, legitimava a "maior referência do jornalismo nacional".[282]

Estas capacidades, re-conhecidas por tantos personagens e, "fundamentalmente, o povo", mais do que consolar seus filhos, - os novos dirigentes da empresa -, reforçava suas convicções de que deveriam agora "ampliar o compromisso" e a "responsabilidade" do *Globo*.[283] Era o que afirmavam em longo editorial publicado à capa desta edição e lido, inclusive, em tom emocionado pelo jornalista William Bonner, ao vivo, no Jornal Nacional.[284]

---

[279] O GLOBO versus O GLOBO. *O Globo*, ano LXX, nº 22.338, p. 16, 19 de janeiro de 1995.

[280] Como é possível perceber, por exemplo, em decorrência da efeméride dos 75 anos da empresa, comemorada no ano 2000. Na ocasião, *O Globo* reproduziu, em encarte especial, a primeira página do jornal, de 29 de julho de 1925, seguida de texto assinado por Marinho, afirmando que: "[a capa] mostra como O GLOBO, nestes 75 anos, modernizou-se técnica e esteticamente. E mostra também como O GLOBO não mudou, na preocupação com as grandes questões nacionais, na atenção permanente aos problemas da vida cotidiana de seus leitores. Acredito que nada representa melhor o nosso permanente compromisso profissional - meu, de meus irmão, meus filhos e todos os nossos companheiros de trabalho neste longo caminho juntos." (MARINHO, Roberto. *O Globo*. O Globo 75 anos, ano LXXVI, nº 24.440, p. 1, 29 de julho de 2000)

[281] A República, e os "protagonistas" de sua história, haviam parado para prestar homenagem ao jornalista. Seu velório e enterro teria reunido uma "multidão", além de dois ex-presidentes da República, os presidentes do Senado e da Câmara, cinco governadores, seis ministros, prefeitos, além de diversos empresários, artistas, escritores e políticos "de todas as tendências". (DESPEDIDA REUNIU do povo ao presidente. *O Globo*. Especial, ano LXXIX, nº 25.569, p. 2, 8 de agosto de 2003)

[282] A MAIOR referência do jornalismo nacional. *O Globo*. Especial, ano LXXIX, nº 25.569, p. 27, 8 de agosto de 2003.

[283] MARINHO, Roberto Irineu; MARINHO, João Roberto; MARINHO, José Roberto. Ampliar o compromisso. *O Globo*, ano LXXIX, nº 25.569, p. 1, 8 de agosto de 2003.

[284] Para o vídeo, consultar: https://www.youtube.com/watch?v=PHhXEZe-i5Q Acesso em: 14 de março de 2017.

As manifestações de apoio, destacadas ao longo de todo o caderno especial, deixavam claro que:

> o povo brasileiro reconhece espontaneamente não somente a relevância de nosso pai para a vida do país, mas principalmente de sua obra. Uma obra que sempre se pautou pela defesa do patrimônio nacional, da cultura brasileira, e dos valores mais caros ao Brasil. [...] Tudo isso demonstra que a obra de nosso pai é uma contribuição decisiva para a manutenção da nossa cultura e defesa dos valores democráticos do nosso povo.
>
> A vida de Roberto Marinho foi sem dúvida vitoriosa, e esta é a imagem que o povo brasileiro guarda dele. Mas ele foi vitorioso também porque soube superar uma a uma as crises, algumas graves, que se puseram em seu caminho. Em nosso longo convívio, aprendemos com ele a buscar sempre a verdade; a fazer tudo com a qualidade que o nosso povo exige, e com a ética de que não podem abrir mão os homens de bem. [...] Não somente preservar, mas ampliar essa obra é o nosso compromisso.[285]

Preservar uma tradição, ampliar um reconhecimento. Era desta forma que Marinho teria se pautado ao longo de sua trajetória para legitimar a autoridade de sua instituição. Era assim que deveria seguir *O Globo* em seu percurso para continuar reconhecido como um dos principais representantes do "verdadeiro" jornalismo que dizia praticar. Sua história já se "confundia com a do Brasil", celebrava o jornal ao completar 80 anos, em 2005, com um efeméride que, praticamente ao longo de quase todo o ano, realizou exposições, debates, publicou suplementos, colunas e cadernos especiais para comemorar a trajetória de um jornal que teria se "consolidado como um dos melhores do país".[286]

Um encarte anexado junto à sua capa do jornal, no dia de seu aniversário, comentava a história de uma empresa que em oitenta anos, teria "crescido e se modernizado em meio a uma guerra mundial, crises econômicas, convulsões políticas, ditaduras."[287] Esteve assim *O Globo* presente em todos os acontecimentos marcantes, "acompanhando os fatos e reafirmando, diariamente, seu compromisso com a verdade e, principalmente, com você, nosso leitor."[288]

---

[285] MARINHO, Roberto Irineu, et. al. Idem.

[286] UMA HISTÓRIA que se confunde com a do Brasil. *O Globo*, ano LXXX, nº 26.284, p. 18, 24 de julho de 2005.

[287] (O GLOBO. Há 80 anos, analisando as voltas que este mundo dá. *O Globo*, ano LXXXI, nº 26.289, p. 0A, 29 de julho de 2005.) Na página seguinte, um outro anúncio institucional afirmava: "Chegar aos 80 anos e continuar crescendo faz diferença. De domingo a domingo, O Globo tem cadernos para todos os gostos. É normal chegar aos 80 anos assim, cheio de assunto. O que é fora do comum é chegar aos 80 anos com tanta disposição para crescer ainda mais."

[288] Idem. Nesta mesma edição o jornal publicaria ainda um suplemento especial com as capas mais "marcantes" destes últimos anos. Era um "presente especial" ao leitor, "para guardar na gaveta e na memória" fatos "inesquecíveis" que marcaram a História. Dentre esta seleção não há nenhuma capa que relembre fatos relacionados ao período da ditadura militar no Brasil, como se estes não fossem, ao olhar da empresa, dignos de serem rememorados junto à sua trajetória.

Mas apesar deste compromisso tão obstinado para com a verdade e da disposição de crescer ainda mais, o jornalismo de *O Globo*, até então, não havia formalizado nenhum tipo de documento, manual e/ou projeto para publicizar efetivamente sob quais premissas estavam balizadas seu jornalismo como, por exemplo, fizera a *Folha* sucessivamente ao longo das últimas décadas. É somente em 2011 que a empresa irá lançar seus "princípios editoriais", com uma série de normativas e políticas que, em tese, passariam a orientar os trabalhos do grupo.[289]

O documento é aberto com uma "carta aos acionistas", - assinado pelos irmãos Marinho, - explicitando as razões da empresa para a formalização de princípios que, na verdade, já estavam sendo praticados por "gerações e gerações de maneira intuitiva", decorrente daí a posição de "grande sucesso" conquistada pela *Globo* e o "bom jornalismo" que vinha praticando.[290] Por que então formalizá-los em um documento, questionava o texto? Porque se tornava cada vez mais urgente, com a consolidação da era digital, onde qualquer indivíduo teria amplo acesso para divulgar e difundir textos e ideias, definir o que de fato é ou não jornalismo e uma informação de qualidade. Este panorama seria "absolutamente bem-vindo", continuava o texto, apesar de que obrigava a empresa a expressar "de maneira formal" os princípios que a regem. "O objetivo é não somente diferenciar-se, mas facilitar o julgamento do público [...] permitindo, de forma transparente, que qualquer um verifique se a prática é condizente com a crença."[291]

Evidenciava assim a empresa sob quais premissas deveriam estar balizadas seu jornalismo "profissional", com as verdades que seriam inerentes "do" jornalismo, enquanto instituição, e que deveriam se efetivar "no" jornalismo, enquanto uma prática cotidiana. Que estes atributos e capacidades fossem "re-conhecidos" pelo próprio leitor em seu julgamento diário. Até porque parecia *O Globo* já fazer por si só um "bom jornalismo" e o objetivo aqui era mais o de formalizar a qualidade de seu trabalho, explicitando como chegariam a estes resultados. Era por isso que, finalizava a carta, não seria objetivo da empresa elaborar um manual de redação, mas um documento baseado na "experiência cotidiana de quase nove décadas", enfatizando aquilo que consideravam "imprescindível" ao exercício da prática jornalística.[292]

---

[289] Princípios editoriais do Grupo Globo. Disponível em: http://oglobo.globo.com/principios-editoriais/ Acesso em: 14 de março de 2017.
[290] Princípios editoriais do Grupo Globo. Carta dos acionistas. Disponível em: http://oglobo.globo.com/principios-editoriais/#carta Acesso em: 14 de março de 2017
[291] Idem.
[292] Idem.

Estes são princípios que parecem dizer respeito também à própria autoridade de um jornalismo "profissional" que pretende se passar por mais verdadeiro do que os outros. Em um panorama de aparente perda de legitimidade era necessário que a empresa separasse o seu "bom" jornalismo, - aquele experiente, feito sob premissas e técnicas específicas -, do "mau" jornalismo, descompromissado, amador, inexperiente e por isso mesmo inverídico. Uma "maquinaria de legitimação" (Berger e Luckmman, 2003) fundamental para manter a distinção simbólica de uma instituição que historicamente intenta se portar como mais "autorizada" e "credível" para narrar a realidade dos acontecimentos. Nos embates simbólicos pela busca do reconhecimento, conforme vimos, é o "poder de dizer" que transmite os "efeitos de verdade" de uma prática carregada de intenções. (Charaudeau, 2006a)

Feito isto, a *Globo* precisava ainda definir o que de fato entendia por jornalismo. Em sua "breve definição" afirmava que, dentre várias possíveis, adotaria a ideia de que jornalismo seria um "conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas." Qualquer fato e/ou pessoa, enfatizava. Complexos ou simples, desde que "com um grau aceitável de fidedignidade e correção, levando-se em conta o momento e as circunstâncias em que ocorrem. É, portanto, uma forma de apreensão da realidade."[293]

Anteriormente, continuava o texto, costumava se afirmar que o jornalismo era a "busca pela verdade dos fatos." Uma discussão que se tornou confusa, remontando aos clássicos da filosofia e que teria se tornado vítima de uma série de mal-entendidos e simplificações. Simplificações que chegaram ao ponto de considerar não existir "verdade" nem "objetividade" em jornalismo. Um "entendimento equivocado" pois, finalizava a empresa, a "tradição filosófica mais densa" é capaz de afirmar que a verdade, mesmo "inesgotável, inalcançável em sua plenitude", existe. E que, por mais que não exista uma "objetividade total", "há técnicas que permitem ao homem, na busca pelo conhecimento, minimizar a graus aceitáveis o subjetivismo."[294]

> É para contornar essa simplificação em torno da "verdade" que se opta aqui por definir o jornalismo como uma atividade que produz conhecimento. Um conhecimento que será constantemente aprofundado, primeiro pelo próprio jornalismo, em reportagens analíticas de maior fôlego, e, depois, pelas ciências sociais, em especial pela História. Quando uma crise política eclode, por exemplo, o entendimento que se tem dela é superficial, mas ele vai se adensando ao longo do tempo, com fatos que vão sendo descobertos, investigações que vão sendo feitas, personagens que resolvem falar. A crise só será mais bem entendida, porém, e jamais totalmente, anos depois, quando

[293] Princípios editoriais do Grupo Globo. Preâmbulo: Breve definição de jornalismo. Disponível em: http://oglobo.globo.com/principios-editoriais/#definicao-do-jornalismo Acesso em 15 de março de 2017.
[294] Idem.

> trabalhada por historiadores, com o estudo de documentos inacessíveis no momento em que ela surgiu. Dizer, portanto, que o jornalismo produz conhecimento, um primeiro conhecimento, é o mesmo que dizer que busca a verdade dos fatos, mas traduz com mais humildade o caráter da atividade. E evita confusões.[295]

É possível perceber portanto que o jornalismo praticado pela empresa, como uma atividade que "produz conhecimento", está na esfera de uma *verdade que se pretende legítima e reconhecida*. Por construir relatos fragmentários e incompletos que, com o tempo, serão "constantemente aprofundados", suas "verdades" estariam condicionadas não apenas à mera comprovação dos fatos, mas às aporias do tempo, suas memórias, intenções e discursos, que demandam sempre argumentação e justificação. São discursos que, neste sentido, são sempre "aperfeiçoados", já que verdades são "criadas" histórica e socialmente em uma realidade que se dá por embate. (Rorty, 2007)

Esta "verdade dos fatos" sob a qual diz percorrer o jornalismo de *O Globo* estaria eminentemente condicionada a um devir, a determinados "contextos de ação". Verdades que estão no nível da argumentação e da justificação e que, ao pretenderem se passar por "legítimas" e "autorizadas", nunca falariam "por si mesmas." (Habermas, 2004). É por isso que, ao que parece, *O Globo* precisava ainda delimitar melhor suas definições: seu propósito central, nesta produção do conhecimento, é "praticar jornalismo" e, portanto, "informar". Veículos que procuram "convencer" e/ou defender causas, pelo contrário, fariam propaganda:

> Um está na órbita do conhecimento; o outro, da luta político-ideológico. Um jornal de um partido político, por exemplo, não deixa de ser um jornal, mas não pratica jornalismo, não como aqui definido: noticia os fatos, analisa-os, opina, mas sempre por um prisma, sempre com um viés, o viés do partido. E sempre com um propósito: o de conquistar seguidores. Faz propaganda. Algo bem diverso de um jornal generalista de informação: este noticia os fatos, analisa-os, opina, mas com a intenção consciente de não ter um viés, de tentar traduzir a realidade, no limite das possibilidades, livre de prismas. Produz conhecimento.[296]

Longe dos primas, o monolítico jornalismo de *O Globo* procura assim noticiar os fatos e, analisando-os e opinando, "traduzir a realidade". Era este o "conhecimento" sob o qual a empresa pretendia se alicerçar. Um conhecimento que deveria assim estar baseado em uma "crença verdadeira justificada" (Lisboa e Benetti, 2015), já que pretende se fazer credível, verdadeiro e autorizado pela forma como coloca discursivamente suas estratégias de justificação. Enquanto portador de um discurso que se diz "profissional", o jornalismo da

[295] Idem.
[296] Idem.

empresa precisava também definir estritamente quais seriam os "atributos" necessários para se buscar uma chamada "informação de qualidade": a busca da isenção (a "palavra-chave" em jornalismo), da correção e da agilidade.[297]

Diante de um jornalismo que se dizia, agora formalmente, capacitado para garantir a construção "correta" dos fatos com isenção e independência, não bastava mais à empresa apenas evidenciar estratégias e princípios editoriais, mas reconhecer suas limitações, corrigindo-se e assumindo erros, quando necessário. É decorrente deste contexto a preocupação da empresa em explicitar também, de forma mais comprometida, momentos chave de sua trajetória, quando se deu por exemplo o lançamento do "Memória Globo". Como vimos anteriormente, esta área, criada em 1999, foi ampliada com novas sessões específica para o jornalismo impresso apenas em 2013, dois anos após a divulgação de seu documento com princípios de orientação para a prática jornalística. Vale lembrar que a iniciativa, além de ter sido criado para "resgatar e preservar a história do jornal", destinou um espaço específico para a "autocrítica" e para o "esclarecimento de temas que resultaram em falsas acusações ao jornal"[298]. O que nos faz pensar que, mais do que sobre memória, o projeto trata e se preocupa em articular uma reformulação de sua história, acima de tudo, aparando certas arestas consideradas historicamente delicadas ao longo de seu percurso.[299]

Dentre estes "erros e acusações falsas"[300], o que mais nos compete aqui, e o que recebeu maior destaque pela própria empresa, com a publicação de editorial e texto sendo lido, ao vivo, na bancada do Jornal Nacional[301], é o que afirmava ter sido "um erro" seu apoio dado ao golpe

---

[297] (Princípios editoriais do Grupo Globo. Seção I. Os atributos da informação de qualidade. Disponível em: http://oglobo.globo.com/principios-editoriais/#secao-1 Acesso em: 15 de março de 2017.) A definição de isenção, segundo o texto, seria "tão problemática" quanto à da verdade: "Assim como a verdade é inexaurível, é impossível que alguém possa se despir totalmente do seu subjetivismo. Isso não quer dizer, contudo, que seja impossível atingir um grau bastante elevado de isenção. É possível, desde que haja um esforço consciente do veículo e de seus profissionais para que isso aconteça."

[298] Memória O Globo. O que é memória. Disponível em: http://memoria.oglobo.globo.com/#sobreMemoria Acesso em: 15 de março de 2017.

[299] Preocupação que na verdade já vinha sendo articulada pela empresa desde o lançamento de seus livros "oficiais", como por exemplo, a já bastante citada biografia de Roberto Marinho (Bial, 2004), bem como o livro sobre a história do Jornal Nacional (Memória Globo, 2005) e a biografia de José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni (Oliveira Sobrinho, 2011), importante funcionário da TV Globo. Estas obras, atuando como uma comunidade interpretativa particular, similar ao caso da *Folha de S. Paulo*, acabaram por reproduzir constantemente uma série de *clichês de autolegitimação* que procuravam imputar certas capacidades à trajetória da empresa e refutar falsas acusações atribuídas pelo "senso comum" e por "certa esquerda" brasileira (Bial, 2004), potencializando assim as lutas e censuras que teria encarado Marinho ao longo dos turbulentos períodos da ditadura, sua solidariedade aos jornalistas "comunistas", e seu reconhecido protagonismo ao longo do processo de redemocratização. Oliveira Sobrinho (2011, p. 326) por exemplo chegou a afirmar que a *Globo*, por sua "audiência e penetração" teria sido o "veículo mais censurado pela ditadura militar" no país.

[300] Memória O Globo. Erros e acusações falsas. Disponível em: http://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/ Acesso em: 15 de março de 2017.

[301] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bABCjGS-_M4 Acesso em: 15 de março de 2017.

de 1964. Uma "dura verdade" que "já há muitos anos, em discussões internas", a empresa havia reconhecido como equivocada, aproveitando a reestruturação de seu projeto de memórias para tornar pública esta avaliação.[302] Esta "incômoda lembrança" não poderia mais ser refutada pelo jornal: era agora História, e o reconhecimento do erro vinha portanto como espécie de um ato de mea-culpa para a empresa. Apesar disso, justificava-se que o apoio teria se dado para evitar um "outro golpe" que poderia ter ocorrido pela radicalizações do governo de João Goulart e que, por isso, outros grandes jornais à época, bem como "parcela importante da população" também teriam manifestado apoio aos militares.

Não se esperava portanto uma ditadura, mas sim o fortalecimento da democracia em pleno período de polarização da Guerra Fria. Era o que mostrava, segundo o texto, o "julgamento da revolução", publicado por Marinho em 1984, um "documento revelador" que, sem "palavras vazias", evidenciava o inconteste apego da empresa aos preceitos da legalidade democrática.[303] Por fim, justificava-se ainda que, em análises sobre o posicionamento de pessoas e instituições, ainda mais em rupturas institucionais, os contextos históricos deveriam ser estritamente delimitados. Isso porque a história não seria apenas mera descrição de fatos lineares, sucedendo-se uns aos outros:

> Ela é o mais poderoso instrumento de que o homem dispõe para seguir com segurança rumo ao futuro: aprende-se com os erros cometidos e se enriquece ao reconhecê-los. Os homens e as instituições que viveram 1964 são, há muito, História, e devem ser entendidos nessa perspectiva. O GLOBO não tem dúvidas de que o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a atitude certa, visando ao bem do país. À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma.[304]

Era como se *O Globo* estivesse perdido num labiríntico túnel sem fim e precisasse da luz da história para se libertar. Que aquelas atitudes, agora reconhecidas, ficassem no passado. Até porque o próprio texto se refere aos "homens e instituições" que vivenciaram o período como personagens quase que congelados no tempo, influenciados por uma conjuntura particular que em parte não lhes dizia mais respeito. Assumido o erro, a empresa poderia assim continuar,

---

[302] (Memória O Globo. Erros e acusações falsas. Apoio ao golpe de 64 foi um erro. Disponível em: http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604 Acesso em: 15 de março de 2017) O texto afirma ainda que esta autocrítica teria sido escrita justamente para ser publicada quando a reformulação do site do projeto ficasse pronto, e que fora feita para reafirmar "nosso incondicional e perene apego aos valores democráticos".

[303] O texto não perde a oportunidade para lembrar, mais uma vez, sobre a "firmeza" de Marinho contra a perseguição dos seus jornalistas de esquerda, que se recusou sucessivamente, "de maneira desafiadora", a colaborar com os militares.

[304] Idem.

redimida, a seguir seu percurso rumo ao futuro, praticando seguramente a essência de seu "postulado": "Queremos ser o ambiente onde todos se encontram. Entendemos mídia como instrumento de uma organização social que viabilize a felicidade".[305]

Mas vamos abandonar um pouco essa feliz trajetória. Já caminhamos bastante junto aos nossos jornais para percebermos que imagens eles construíram ao longo deste percurso. Precisamos agora encarar mais de perto como se inscreveram "no" jornalismo alguns acontecimentos particulares que, ao nosso ver, estão intimamente relacionados às "histórias da verdade" que esta instituição, ao longo de praticamente toda a sua "moderna" existência, vêm procurando legitimar frente às suas capacidades. Vamos dobrar mais as suas páginas.

[305] Disponível em: http://oglobo.globo.com/principios-editoriais/#secao-3 Acesso em: 15 de março de 2017.

PARTE 2 – POR UMA "HISTÓRIA DA VERDADE" *NO* JORNALISMO

CAPÍTULO 4

VERDADE E AUTORIDADE "NO" JORNALISMO: LEGITIMANDO-SE NA HISTÓRIA PELA INSCRIÇÃO DO ACONTECIMENTO

> Quando penso sobre a atividade do jornalista, sempre acabo por compará-lo com a do historiador. Acho que são atividades semelhantes em algum sentido. O jornalista é uma espécie de historiador "a quente". Um dos melhores resultados que o jornalista pode ter é elaborar um relato que possa ser utilizado mais tarde, com proveito, pelo historiador. (Otávio Frias Filho) [306]

> Sendo um registro taquigráfico da História, o jornalismo sofre necessariamente o primeiro impacto dos fatos. Até por isso convém que ele seja reexaminado periodicamente, a fim de aferir se sua atividade está sendo capaz de projetar alguma luz para além da efervescência dos acontecimentos, se seus critérios estão sendo os melhores para franquear uma leitura ao mesmo tempo fidedigna, reveladora e útil, se não da realidade, ao menos da sua superfície diária. (*Folha de S. Paulo*) [307]

> Hoje em dia, mais do que em qualquer período de nossos tempos, os conceitos de história e de jornalismo mantêm uma total afinidade. Convivem tão intimamente que tentar separá-los resultará em grave erro de avaliação histórica ou em imperdoável falha de compreensão do fenômeno jornalístico. (Roberto Marinho) [308]

> O jornalista investiga os fatos, pouco a pouco, e vai montando um quebra-cabeça. O retrato final estará ainda incompleto, à espera da História, mas terá de ser já, necessariamente, uma silhueta com contornos visíveis. (*O Globo*) [309]

Apesar de proferidos sob contextos diversos estes discursos nos evidenciam como os jornais e seus dirigentes enxergam uma relação que, para esta tese, se tornará cada vez mais estreita: a do jornalismo com a história. Se em um primeiro momento estivemos preocupados em pensar como se constituiu uma espécie de "história da verdade" *do* jornalismo enquanto instituição, na tentativa de delinear um percurso do reconhecimento inerente àquilo que estas empresas dizem representar como a sua verdadeira razão de ser, é porque agora direcionaremos nosso olhar ao jornalismo enquanto uma prática que se inscreve pela constante construção de

[306] Frias Filho (2003, p. 375).
[307] Folha de S. Paulo. *Projeto Editorial*. 1997. Um panorama de mudanças na economia, na política e nas idéias. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/institucional/projeto-1997-2.shtml Acesso em: 24 de abril de 2017.
[308] Marinho, Roberto. Apud: Ribeiro (2005).
[309] O Globo. *Princípios editoriais*. Disponível em: http://memoriaglobo.globo.com/principios-editoriais/ Acesso em: 24 de abril de 2017.

acontecimentos no tempo. Trataremos portanto de uma "história da verdade" *no* jornalismo como forma de problematizar que tipo de narrativa é esta que procura se legitimar pelo relato dos fatos "verdadeiros" que ocorrem no mundo. Para isso, vamos nos apropriar de alguns acontecimentos particulares que, conforme vimos, estão intimamente ligados à constituição da moderna identidade destes periódicos e que vêm caminhando com eles, muitas vezes ambígua e conflituosamente, por toda sua trajetória: aqueles relacionados à ditadura militar e seus sucessivos desdobramentos ao longo do tempo. Iremos buscar, portanto, como estas narrativas, pela forma como foram apropriadas em seus sucessivos presentes, buscaram se legitimar não apenas como verdadeiras, mas autorizadas a se portar como legítimas pelo próprio estatuto "histórico" carregado por elas.

Isso faz com que não apenas estes acontecimentos se inscrevam na e pela história, mas a própria instituição e seu jornalismo. Uma instituição que historicamente tem se apropriado destas práticas para legitimar-se como autorizada a revelar suas verdades, pois balizada sob preceitos que supostamente configurariam a prática profissional do "bom" jornalismo que praticam. Assim, falar de jornalismo e história é falar também de memória e autoridade, já que estes acontecimentos só podem legitimar-se enquanto tal pela forma como são inscritos, dilatados, rememorados e, acima de tudo, apropriados em presentes bem particulares. Mas antes de costurarmos melhor esta discussão, este capítulo irá delinear algumas questões teórico-metodológicas para que nos fique mais claro o que entenderemos por História nesta imbricada relação com o jornalismo.

Vamos seguir as pistas de Marinho e Frias. Não queremos cair em imprecisão histórica, muito menos deixar de compreender a atividade jornalística. Afinal, que História é essa que completaria o trabalho do jornalismo? Seria o jornalista nada mais do que um historiador "a quente"? Que "registro taquigráfico" é este que ele conseguiria absorver da superfície diária dos acontecimentos? Se recebe o primeiro impacto dos fatos, poderia o jornalismo ir além de retratar uma mera silhueta do que reporta? Devemos abrir aqui um parênteses para problematizar estas práticas. Práticas que, se aparentemente complementares, também o são muitas vezes singulares e conflitantes.

Mas, primeiramente, é importante que frisemos. Diferente do trajeto traçado no primeiro capítulo desta tese, não queremos aqui percorrer um percurso para pensar a institucionalização de uma ideia de verdade na História, seja ela enquanto disciplina, ciência, ou prática discursiva que retrata fatos e acontecimentos. Não estamos preocupados em problematizar a fundo como se erigiram as mais variadas vertentes do estatuto de verdade na historiografia moderna e/ou discutir como tem se constituído o ofício do historiador ao longo do tempo. Isso porque o que

nos compete aqui é realizar apenas uma aproximação destas discussões com a ideia de jornalismo que até então construímos. Evidentemente que, no entanto, alguns pontos deste trajeto nos soam fundamentais. Mas são importantes mais para pensar aspectos sobre a verdade/autoridade do próprio jornalismo do que da história em si. Já que, ao se dizer capaz de relatar "historicamente" o mundo que o cerca, o que o jornalismo intenta, conforme veremos, é *se fazer histórico*, no sentido de portar-se como autorizado e legítimo a construir tais acontecimentos. Vejamos como esta relação se constitui.

4.1. A verdade da história no jornalismo: uma aproximação possível?

Como acreditavam os gregos em seus mitos? Como é possível acreditar "pela metade" ou até mesmo em coisas contraditórias? Da mesma forma que as crianças acreditam em Papai Noel, mesmo sabendo que os presentes são entregues, na verdade, pelos seus próprios pais. Essa reflexão, oriunda do historiador Paul Veyne (1984), nos parece interessante para pontuar o problema da verdade na historiografia. De acordo com ele, a "pluralidade das modalidades de crença" se dá historicamente pois esta, baseada na verdade, é criada e modificada culturalmente pela forma como é imaginada no tempo. Desta forma, os homens "fazem" suas verdades assim como fazem a história que os constitui.

Os gregos seriam assim "menos verdadeiros" ou mais ingênuos do que nós por acreditar na mera palavra dada, nos mitos, por crer pela experiência? Não, se pensarmos que a verdade é um constructo social e mutável e que, portanto, cada época, realidade e conjuntura configura uma forma específica de enxergar estas relações entre crença, verdade e história. Pensando desta forma, Veyne (1984, p. 15) acredita que a história, como a conhecemos hoje, em seu sentido "moderno", teria em comum com a prática dos gregos apenas o nome. Isso não significa que esta fosse imperfeita ou que necessitasse de progressos. Enquanto gênero narrativo, - e merecedora de crédito frente a seus contemporâneos, - estaria tão acabada como o próprio jornalismo, "ao qual se assemelha muito", afirmava.

Àquele momento um historiador sequer citava suas fontes e a verdade histórica se dava quase como uma "vulgata". Os autores recopiavam-se uns aos outros e legitimavam-se como uma tradição, "eles presumiam que o predecessor falava a verdade [...] a tradição estava lá e era a verdade, eis tudo." (Veyne, 1984, p. 17) Os historiadores não citavam suas fontes, como em notas de rodapé, por exemplo, pois não as julgavam estritamente necessárias. Era o próprio relato e seu historiador que se transformavam em fonte e documento, se corrigindo e alimentando constantemente pela narrativa, visto que ele mesmo se considerava uma

“autoridade em potência”.

Poderíamos assim, ainda segundo Veyne (1984, p. 21) “nos divertir” com a analogia entre os historiadores antigos e a deontologia jornalística, já que, de acordo com ele, um jornalista é julgado muito mais pela crítica interna em relação ao seu erro/parcialidade no trato da informação do que pelo respeito para com as fontes. Neste sentido, um “bom historiador” antigo não deveria “acolher cegamente” todas as tradições que lhe chegassem, mas saber “verificar a informação”, como fazem os repórteres. Os historiadores antigos verificavam portanto a informação “por sua conta”, sem deixar tal preocupação para seu leitor. Prática que os diferenciavam dos historiadores modernos que, ao propor uma interpretação dos fatos, evidenciando suas fontes, forneceriam aos leitores os meios de verificá-las, possibilitando, quando possível, outras vias de interpretação.

Esta prática se daria portanto pela própria relação de reconhecimento para com seu público. Crença e verdade eram baseadas acima de tudo na relação com o outro, na credibilidade e na confiança. O mito, pensado desta forma, não soaria nem verdadeiro nem falso, mas como uma informação que precisaria de uma fonte que o legitimasse, aquela que seria a de seu próprio autor e da instituição que o representava. Mas, se na antiguidade, os relatos eram sempre direcionados a um público “tão heterogêneo quanto o de um jornal”, podendo assim os historiadores se manter no direito do sigilo das fontes, com a profissionalização da história, os historiadores deixaram de escrever apenas para simples leitores, voltando-se também para seus pares junto à academia, para outros historiadores. O mito passou assim a sofrer com a concorrência dos “especialistas da verdade”, historiadores profissionais que dotavam-se de autoridade para interpretar e explicar os acontecimentos do mundo. Autoridade esta que não se limitava mais ao simples poder de dizer, na vulgata da tradição, mas por métodos e procedimentos que garantiriam aura de cientificidade a uma prática que se profissionalizava. (Veyne, 1984)

Apesar de percebermos certa ironia do historiador em sua analogia com o jornalismo, não nos interessa problematizar estritamente sobre que tipo de atividade estava ele de fato se referindo. O fundamental é pontuar, como já fizemos inúmeras vezes, qual atividade e atributos são considerados como verdadeiros pela própria instituição jornalística, presente nos discursos dos jornais, seus jornalistas e dirigentes. Conforme vimos nas epígrafes mais acima, o jornalismo estaria aqui relacionado a uma narrativa baseada em fatos que procuram descrever, da forma mais fidedigna possível, a realidade que estes retratam. Seus relatos deveriam dar ao menos uma “silhueta com contornos visíveis” desta realidade, a ser utilizada posteriormente em proveito da História. Assim, o jornalismo é encarado, ao menos para estes jornais, como uma

atividade que em tese iria além do mero relato mítico e sem pretensão de veracidade. Devemos pensar, portanto, que quando este jornalismo se refere à História, ele também está se referindo, ao que parece, a uma disciplina que extrapolaria esta noção "antiga" da disciplina. Ele está se referindo a uma disciplina dotada de cientificidade, ou, ao menos, de critérios que poderiam validar e ampliar sua narrativa, feita muitas vezes sob o calor dos acontecimentos.

Estaremos desta forma tratando de uma História em maiúscula, institucionalizada, que, científica ou não, se configurou enquanto tal somente a partir de meados do século XIX. Não nos compete problematizar aqui como ela legitimou-se a partir de tal estatuto, sob árduos embates epistemológicos protagonizados pela filosofia da história e pela historiografia como um todo.[310] A questão é pensar na História como uma prática discursiva que, na tentativa de emancipar-se das narrativas míticas e dos relatos literários, pautou-se progressivamente em torno de uma "busca da verdade". Tal busca só seria possível, acreditavam os "modernos" historiadores, com a padronização de suas práticas, dotando-as de um "método com suas regras, seus ritos, modos particulares de entronização e de reconhecimento." (Dosse, 2003, p. 37)

Como historiadores "modernos" nos referimos aos seguidores de um paradigma que se iniciou com a chamada escola "metódica", surgida oficialmente na França e potencializada a partir da clássica obra/manual de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos: "Introdução aos estudos históricos" (1898). Uma obra que pretendia colocar os historiadores no panteão dos "cientistas puros", distanciando-os definitivamente da literatura pela implementação de métodos que minassem a subjetividade dos relatos. O "bom" historiador profissional seria assim reconhecido pela utilização de critérios científicos que colocavam em primeiro plano a "reivindicação da objetividade", alcançando a verdade a partir de uma obsessão crítica por suas fontes, em detrimento da qualidade retórica e estética dos textos. (Dosse, 2003) [311]

A história, como uma "ciência positiva", deveria pautar-se sobretudo pela imparcialidade, só assim conseguiria garantir o respeito à verdade. Verdade que só seria alcançada por um trabalho criterioso de análise das fontes. O historiador deveria apenas questioná-las e de lá retirar o que elas teriam a dizer. Era o documento - e os fatos nele contido

[310] Para mais sobre a constituição da disciplina histórica e suas reflexões epistemológicas ao longo do tempo, consultar as obras de Carr (1982), Dosse (2003), Le Goff (2003) e Tosh (2011).

[311] Na verdade, já na antiguidade, desde a obra de Tucídides, em sua "História da guerra do Peloponeso" (meados de 400 a.C), é possível perceber este "culto ao verdadeiro" e a preocupação do historiador com a busca de métodos estritamente objetivos no relato dos fatos. De acordo com Dosse (2003, p. 21), Tucídides teria reduzido a operação historiográfica a uma "restituição do tempo presente", que se caracterizava por um "ocultamento do narrador, que se retira para deixar falar os fatos. No próprio nascimento do gênero histórico, encontra-se, portanto, essa ilusão de auto-ocultamento do sujeito histórico e de sua prática da escrita para melhor dar ao leitor a impressão de que os fatos falam por si mesmos. Pura transitividade, o empreendimento histórico parece anular-se no relato constitutivo de seu objeto."

- quem falava e garantia a legitimidade do trabalho historiográfico. Bastava apenas estabelecer estes fatos, garantir a autenticidade de que eles "realmente aconteceram" para que cessasse o trabalho do historiador. Mas, de acordo com François Dosse (2003), isso não significava mera ingenuidade por parte dos metódicos. Por mais que eles tivessem consciência da potencial subjetividade do historiador, sua capacidade estaria justamente em controlar as intenções individuais em seu trabalho. Uma escolha deliberada para frear supostos desvios de uma prática que queria se fazer reconhecida cientificamente.

O culto aos fatos por esta historiografia que se quer moderna e mais "profissional" pode ser - salvo os devidos anacronismos e particularidades - relacionada à ideia de um jornalismo "moderno" que também intentou legitimar-se institucionalmente como uma prática mais "verdadeira", pela forma como isentava-se no relato objetivo dos acontecimentos. Pode assim ser facilmente aproximada dos discursos de autolegitimação do jornalismo sob o qual percorremos. Discursos que procuraram historicamente legitimar a prática de um "bom" jornalismo, aquele que pautou-se sobretudo pelos atributos imparciais, independentes e apartidários que supostamente orientariam suas práticas. Jornalismo era assim relato de fatos. Relatos isentos e separados da opinião, em forma de notícias que, da forma mais objetiva possível, deveriam transparecer-se em um discurso "fiel" da realidade.

Forçando esta relação não queremos, nem de perto, homogeneizar e/ou simplificar a prática historiográfica. Sabemos que esta noção de história, já em tese superada, foi aprimorada por diversas inquietações de ordem filosófica e epistemológica, que ampliou o leque de possibilidades interpretativas no campo da historiografia. Novas interrogações, métodos e objetos deram ao ofício do historiador outras formas de problematizar suas "verdades" e a maneira como constroem as narrativas sobre as mesmas, seus fatos e acontecimentos.[312] Estamos procurando aqui pensar apenas na profissionalização de uma História enquanto prática discursiva, mesmo que não seja nosso foco problematizar seu processo de institucionalização, como estamos fazendo com o jornalismo. Isso para que, vale ressaltar mais uma vez, possamos perceber possíveis aproximações do próprio jornalismo para com um tipo particular de escrita da história. Aproximação que é feita, - ao menos discursivamente, - de forma deliberada pela própria instituição, com o intuito de se autolegitimar e dar respaldo à sua atividade.

O pesquisador Felipe Pontes (2009), por exemplo, conseguiu diagnosticar um paralelo

[312] Uma análise panorâmica sobre as diferentes escolas e correntes historiográficas ao longo do tempo, bem como a ampliação de suas abordagens teórico-metodológicas/epistemológicas, pode ser conferida - além do já referido livro de Dosse (2003)- nas obras de Burke (1997), Nora e Le Goff (1976), Cardoso e Vainfas (1997) e Novais e Silva (2011-2013).

entre o desenvolvimento de ambas as disciplinas, em uma análise sobre aquilo que definiu com uma "história epistemológica do jornalismo" em sua relação com a historiografia. Para ele, tanto o jornalismo quanto a história possuem características comuns, já que ambas tem como foco o relato de acontecimentos ancorados na realidade, relatados a partir de narrativas e pautados, sobretudo, pela pretensão à verdade. São portanto atividades "políticas" e "literárias". Políticas, pois incidem sobre as maneiras que seu público enxerga e pensa o mundo. Literárias porque ligam esta percepção a formas específicas de contar suas estórias, narrativa e poeticamente falando. (Pontes, 2009, p. 153)

Além disso, a homogeneização e consequente profissionalização de suas práticas teriam se aprofundado, concomitantemente, ao longo do século XIX, com a forte influência dos métodos positivistas e a ascensão da objetividade. Tal influência fez com que a experiência "poética" fosse em tese gradativamente subtraída, na tentativa de alcançar a tão almejada verdade factual e angariar assim uma reconhecida legitimidade para as instituições que produziam estes discursos. Neste sentido, é possível notar de forma clara, ainda pensando a história epistemológica do jornalismo, que muito do que se discute como "teoria do jornalismo" é nada mais do que um retorno a temas já bastante debatidos na teoria da história. Ainda assim, por mais que estejamos tratando de suas aparentes semelhanças, conforme já alertamos, não devemos cair em abstrações para definir o jornalismo como meramente uma espécie de "história do presente" e/ou uma história "simplificada" (Pontes, 2009), conforme veremos melhor adiante.

Aqui podemos entrar em um ponto fundamental. Se realmente existe uma ancoragem factual que garante legitimidade aos relatos da história, como os acontecimentos podem ser interpretados sob perspectivas diferentes ao longo do tempo? Como seus autores selecionam estes fatos e os apresentam, sob os mais diversos pontos de vista? É possível garantir uma verdade estritamente objetiva destes fatos, já que sucessivamente as novas gerações são obrigadas a reescrever constantemente sua história? Já discutimos algumas destas questões em relação ao jornalismo e por isso é inevitável fazermos novamente esta colocação, visto que a atuação do sujeito frente ao conhecimento histórico é obviamente evidente. (Schaff, 1995)

Na esteira de Adam Schaff (1995, p. 89) acreditamos que, para pensarmos o problema da verdade na história, é preciso não "absolutizar" o sentido do conhecimento objetivo, visto que este é sempre passível de interferências humanas e portanto nunca absoluto, mas um processo em transformação. Como um processo, introduz sempre um fator subjetivo. Mas subjetividade não seria aqui mera "ficção especulativa" apartada do objeto ou opiniões individuais e sim um papel ativo do sujeito que constrói este conhecimento. Desta forma, é

fundamental que pensemos a subjetividade não como algo que seja apenas inerente ao indivíduo, mas que seja objetivo *e também* social.

Afirmar isto é dizer que a verdade absoluta é relativa e a verdade total, parcial. Só porque proferimos juízos a respeito de determinado acontecimento, isso não significa dizer que ele seja de fato verdadeiro. A sequência de juízos que constituem este processo e seus diversos pontos de vista inscritos historicamente é que ajudariam a compor um quadro, sempre mutável, da verdade. A verdade, portada ao devir, se daria assim de forma cumulativa, em um processo infinito rumo a uma verdade absoluta/total praticamente inalcançável, pois sempre superada por novas interpretações. (Schaff, 1995)

Não podemos no entanto nos contentarmos com generalizações relativistas. Se toda história é produto de seu tempo, passível a diferentes interpretações e inscrita nos jogos de poder, ela não deve ser deslocada, como acredita Schaff (1995), de suas pretensões de veracidade já que, de acordo com ele, há uma "função social" inerente a todo trabalho do historiador. Assim, por mais que parciais, nem todas as histórias deveriam ser encaradas como necessariamente verdadeiras, já que condicionadas à validação neste processo de legitimidade discursiva.

Esperamos da história uma objetividade "que lhe seja conveniente" (Ricoeur, 1968). Uma objetividade que, "exigida" pela própria história, demandaria certa qualidade subjetiva do historiador. O historiador precisaria portanto cumprir esta tarefa para além de sua própria subjetividade, mas condicionando-se a uma subjetividade que seria dos homens, da história. Isso porque esta mesma história irá posteriormente se dirigir a outros homens que, para apreender as suas verdades, precisariam também de uma subjetividade de reflexão. Constrói-se assim um itinerário que vai da "objetividade da história à subjetividade do historiador", chegando a um outra, que seria a subjetividade filosófica, presente no ato da leitura e da interpretação. (Ricoeur, 1968, p. 24)

A história é analítica, precisa compreender, explicar. Reconstituir um acontecimento é "fazer falar" os documentos que o historiador tem em mãos com base em suas inquietações, elevando aquilo que aconteceu à categoria de fato histórico. Antes disso, o documento sequer pode ser considerado em suas potencialidades. É preciso que a atividade historiadora recomponha-o em categorias de análise, para elaborar assim um encadeamento de fatos que se sucedem, se ampliam e dilatam, pois confrontados sob diferentes perspectivas. Não há um "passado total" a ser "resgatado" pela história justamente porque a subjetividade do historiador deve ser pensada como um "julgamento de importância" construído deliberadamente. (Ricoeur,

1968) [313]

Neste constante diálogo entre a "objetividade histórica" e a "subjetividade historiadora" a História permanece sempre aberta e em debate, colocando-a também na esfera da comunicação, mesmo que não se espere dela uma efetiva reciprocidade. Busca-se a verdade pois se espera dizer uma palavra válida a todos, não algo que apenas me agrade, que seja inventado, mas "aquilo que é". Ricoeur (1968, p. 55- 56) propõe assim uma "definição intersubjetiva da verdade", onde cada um "se explica", desenvolvendo sua percepção do mundo no combate com o outro: "não há senão uma via de superação, a *comunicação*. Não tenho senão um meio de sair de mim mesmo: é expatriar-me em outrem. A comunicação é uma estrutura do conhecimento verdadeiro." [314]

Este caráter "pluridimensional" da verdade historiciza o processo de sua busca. Uma busca que historicamente se pautou pela violência política e simbólica, baseada na concepção autoritária de uma verdade única e irrefutável. Tal desejo seria por demais ambíguo, pois, segundo Ricoeur (1968, p. 180) a suposta unidade do verdadeiro nada mais representa do que sua mentira primordial. Essa "mentira da verdade" surge, assim, quando o desejo de unificação coincide com o fenômeno da autoridade. "É através das paixões do poder que certos homens exercem uma função unificadora." A saída, ainda de acordo com o filósofo, só se tornaria possível com o respeito à complexidade das ordens de verdade, com o reconhecimento do plural baseado no estabelecimento de hierarquias.

Uma verdade no plural não diz respeito portanto à ideia de que todas as histórias possam ser consideradas verdadeiras, nem que que elas sejam validadas por sua mera "utilidade" frente à determinadas "necessidades". Ao estabelecermos critérios, estamos nada mais do que realizando uma seleção de fatos que, sob a premissa da objetividade histórica, possam ser considerados como tal. Neste sentido, são os fatos que possuem um caráter relativo, eles *tornam-se históricos* pela forma como o historiador os enxerga e os relaciona no tempo, inserindo-o contextualmente a uma cadeia acontecimental. Critérios de escolha operam em sua seleção e valoração porque é a subjetividade do historiador que transforma o fato social,

[313] Além disso, há de se pensar que o historiador, vinculado à objetividade da história, transfere-se sempre para um "outro presente" que não o dele, imbuindo-se assim daquilo que Ricoeur (1968, p. 31) define como uma espécie de "imaginação" histórica: "a época que estuda é tida por ele como o presente de referência, como o centro de perspectiva temporal: existe um futuro desse presente, que se faz da espera, da ignorância, das previsões, dos temores dos homens de então, e não daquilo que nós sabemos ter acontecido; existe também um passado desse mesmo presente, que é a memória dos homens de outrora, e não aquilo que nos próprios *sabemos* do passado deles."

[314] Em contrapartida, uma ideia de verdade imutável, de busca "neutra" e descompromissada acaba por ocultar uma situação real, onde a história pode "tornar-se sempre uma espécie de álibi para a pesquisa da verdade; é sempre possível ocultar-nos atrás da história com o fito de nada afirmarmos por nossa própria conta." (Ricoeur, 1968, p. 53)

objetivo, em uma realidade dotada de potencialidades enunciativas. (Schaff, 1995)[315]

Mas esta seleção jamais é arbitrária, já que os fatos "existem" objetivamente. Eles não são mero produto e/ou "invenções" do historiador. Sua escolha é precedida, ao menos em tese, por um suporte teórico-metodológico que conduz a maneira como são estabelecidos e hierarquizados estes fatos. É por isso que, frisamos novamente, nem tudo pode ser considerado digno de se tornar "histórico". Não podemos compactuar, por exemplo, com a tese do historiador Paul Veyne (1987) de que a história "não explica" e nem "tem método" e de que sua prática estaria assim baseada apenas pela estrutura de um "romance verdadeiro". De acordo com esta premissa, basta que um fato tenha "realmente acontecido" para angariar seu estatuto de legitimidade histórica. De resto, a história "é o que é", chegando até nós pela forma como é narrada, bastando ao historiador encadear estes fatos na organização de uma intriga. O acontecimento, como um "cruzamento de itinerários possíveis" nada mais seria do que um "corte", dentre outros possíveis, que se opera na realidade. Para Veyne, (1987, p. 167), portanto, a história não poderia ser considerada uma ciência e sua forma de explicar seria a de "fazer compreender", descrever como as coisas se passaram: "o que não conduz a qualquer coisa de substancialmente diferente do que faz, cada manhã ou cada tarde, o nosso jornal habitual."[316]

---

[315] Se pensarmos que existem diversas maneiras de encarar a história, de manusear as fontes e reportá-las enquanto acontecimento é porque estamos dando à sua verdade, também, um teor "objetivo relativo". Isso não significa afirmar que verdades parciais, fragmentárias, sejam erros: "constituem verdades objetivas, se bem que incompletas. Se a história [...] nunca está definitivamente acabada, se está subordinada a constantes reinterpretações, daí resulta apenas ser ela um processo, e não uma imagem definitivamente acabada, não uma verdade absoluta. Desde o momento em que se toma o conhecimento histórico como processo e superação das verdades históricas – como verdades aditivas, cumulativas – compreende-se o porquê da constante reinterpretação da história, da variabilidade da imagem histórica: variabilidade que, longe de negar a objetividade da verdade histórica, pelo contrário, a confirma." (Schaff, 1995, p. 277)

[316] A tese da "meta-história" de Hayden White (1992, p. 11), em termos parecidos, também procura problematizar o trabalho histórico como um "estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa". De acordo com ele, a história explicaria seus acontecimentos não a partir de conceitos e/ou métodos pré-estabelecidos, mas pela superfície de seus textos. A história seria assim um ato essencialmente "poético" e linguístico. Um modelo interpretativo que se daria a partir de "formalizações", que são escolhas muito mais estéticas e morais do que epistemológicas. O historiador "põe em enredo" sua história a partir de acontecimentos "já constituídos", escolhendo e hierarquizando os elementos que formarão esta narrativa. Além disso, estas narrativas seriam compostas por "trópicos" que orientariam as direções dos textos: seus "estilos" e "tons", presentes em todo ato discursivo. Trópicos seriam assim os "desvios de sentido" criados frente ao ato poético que entrariam em conflito com aquilo que em tese deveria ser o "verdadeiro" no sentido do discurso. Os tropos são a alma do discurso, evidenciando que estes podem, portanto, ser sempre expressos de modos diversos: "estamos diante do fato inelutável de que, mesmo na prova discursiva mais pura, textos que pretendem representar "as coisas como elas são", sem floreios retóricos nem imagens poéticas, sempre há uma falha de intenção; [...] toda mimese se apresenta deformada e pode, portanto, servir de ensejo para uma outra descrição do mesmo fenômeno, uma descrição que se pretenda mais realista, mais "fiel aos fatos". [...] Um discurso move-se "para cá e para lá" entre as codificações recebidas da experiência e a congérie de fenômenos que recusa incorporar-se a noções convencionalizadas de "realidade", "verdade", ou "possibilidade". Também se move "para frente e para trás" (como uma lançadeira?) entre os meios alternativos de codificar essa realidade, dos quais alguns podem ser fornecidos pelas tradições do discurso que prevalecem num dado âmbito de investigação e outros podem ser idioletos do autor, cuja autoridade este está procurando estabelecer. O discurso, numa palavra, é quintessencialmente um empreendimento *mediador*. (Whyte, 1994, p. 15-17)

Teses como estas procuram apreender uma realidade em que tudo se resume à confecção do ato narrativo. Apesar de considerar possíveis particularidades em relação à busca da verdade de seus relatos, estes autores acreditam que um romance literário, o jornalismo ou a história não se diferenciam enquanto estrutura, já que procuram explicar a realidade narrativamente, representando-a em forma de texto. O resto, nada mais seria do que pretensões de uma aparente "cientificidade" normativa, jamais alcançada na prática.

Mas estas leituras são interessantes pois podem nos aproximam novamente das análises sobre uma verdade "do" jornalismo percorrida anteriormente, onde discursos e prática muitas vezes constroem-se paradoxalmente, pois repletos de ambiguidades. No percurso até agora traçado vimos como nem sempre aquilo que o jornalismo diz, em seus discursos de autolegitimação, representa aquilo que se faz cotidianamente, em suas narrativas diárias. Atributos discursivos como os da "imparcialidade" e da "objetividade" surgem muitas vezes como um "ritual estratégico" para blindar uma prática e sua "maquinaria de legitimação". São eles que garantem certo estatuto de veracidade a narrativas que se querem mais "verdadeiras" do que outras. Isso se dá, e precisa ser constantemente reforçado, porque o jornalismo, enquanto instituição, não está necessariamente imbuído de procedimentos estritamente teórico-metodológicos para orientar suas práticas, mas por normativas mais genéricas, construídas discursivamente. O que ocorre também em virtude de sua profissão ser, primordialmente, mais uma atividade comercial do que epistemológica/intelectual, como a história.

Não queremos com isso dar à história um estatuto eminentemente "científico", em contraponto ao trabalho do jornalismo. Também não queremos trabalhar com uma oposição binária entre o jornalismo e a história, a ponto de tentar perceber qual narrativa seria mais "legítima" e/ou "verdadeira", como se a História, em maiúscula, fosse uma atividade "pura" e o jornalismo, mera narrativa, "meta-história". [317] John Nerone (2013), por exemplo, acredita

[317] Não queremos também menosprezar como um todo as teses "narrativistas" da história. Elas poderão nos auxiliar para situar de forma mais estrita a construção do acontecimento jornalístico e voltaremos a elas adiante. Pensando além, é importante problematizarmos, como faz Rancière (2014), na "cientificidade" inerente ao próprio ato narrativo. De acordo com ele, os embates travados entre uma história-ciência e a história-narrativa devem ser colocados no interior da própria construção do acontecimento, sejam eles "reais" ou "fictícios", visto que estes se constituem pela forma como são nomeados pelo encadeamento da narrativa, frente àquilo que o autor vai definir como uma "poética do saber": um "estudo do conjunto dos procedimentos literários pelos quais um discurso se subtrai da literatura, dá a si mesmo um *status* de ciência e significa-o. A poética do saber se interessa pelas regras, segundo as quais um saber se escreve e se lê, constitui-se como um gênero de discurso específico. Ela procura definir o modo de verdade a que ele se destina, sem lhe estabelecer normas, validar ou invalidar sua pretensão científica." (Rancière, 2014, p. 12) A busca da verdade, segundo esta premissa, estaria baseada portanto mais do que pela mera "exatidão dos fatos", a "confiabilidade das fontes" e o "rigor das induções", mas por um outro tipo de "regime", produzido pela fissura entra a "objetividade narrativa" e a "certeza" do discurso: "O papel do historiador não é mais contar as revoluções, mas interpretá-las, relacionar os acontecimentos e os discursos que os fundam e explicam. E, é claro, o que funda os acontecimentos é sempre o não acontecimento; o que explica as palavras é o que não é mais palavra. [...] Ele relaciona o discurso sedutor à realidade não discursiva que nele se

que tanto a história quanto o jornalismo, por construir seus discursos a partir de narrativas que se pretendem verdadeiras, estariam representados por uma espécie de "disciplina indisciplinada", visto que precisariam constantemente legitimar-se enquanto tal a partir de lutas de significação simbólica. Ambas as disciplinas, de acordo com sua premissa, profissionalizaram-se historicamente por noções comuns de produção de conhecimento coletivo. Práticas constituídas a partir de seu "policiamento" normativo, na medida em ambas pautam-se pela disciplina como forma de assegurar sua autoridade, delimitando o que poderia ser digno de reconhecimento em seus respectivos locais de produção.

Apesar de considerar o jornalismo como uma disciplina estrita frente à produção do conhecimento, Nerone (2013) acredita que suas normativas foram criadas inicialmente com um "termo de conveniência" que, apenas com o tempo, acabaram por se instituir como normas. Normas que, segundo ele, não estariam ligadas a um "valor epistemológico" formal, mas por "atos de colonização" que atuariam com o intuito de diferenciar o "verdadeiro" jornalismo daquele feito por "bárbaros" ou amadores. A profissionalização do jornalismo, neste caso, atuaria como uma importante estratégia para proteger as organizações de notícia e sua instituição. Neste sentido, a disciplina jornalística e suas normas possuem um caráter muito mais sociológico do que intelectual, já que vem atuando historicamente como um processo de distinção para definir seu "outro", não constituindo portanto uma teoria do jornalismo propriamente dita. (Nerone, 2013, p. 15)

Partindo destas constatações, acreditamos que seria arriscado reduzir a história às suas teses narrativistas, negligenciando-a de seus métodos. A disciplina histórica, enquanto uma forma de organização discursiva particular, difere da atividade jornalística, neste sentido, ainda que ambas se constituam pelo ato narrativo. Principalmente porque problematizar a história enquanto disciplina, diz respeito, para nós, ao próprio jornalismo. Nosso objetivo, ao propor uma história da verdade *no* jornalismo, se dá em perceber como ele procura legitimar sua autoridade *na e a partir da* história. Pois, como vimos acima, é o jornalismo quem reconhece na história uma disciplina que em tese lhe completaria, já que constituída por problemáticas e métodos mais complexos, sob os quais ele não poderia potencialmente dar conta.

Esta deliberada aproximação acaba por, ao mesmo tempo, isentar e legitimar o jornalismo enquanto instituição. Isenta, pois o coloca à margem de uma pretensa "cientificidade": quando seu relato é "incompleto", o é pois não havia como ir além ou alcançar

---

exprime e se traveste. O discurso do historiador é um discurso-medida que relaciona as palavras da história à sua verdade. É isso que quer dizer explicitamente *interpretação*." (Rancière, 2014, p. 48-49)

tais resultados. Legitima-o, pois faz com que seu discurso, quando realiza trabalhos "satisfatórios", se aproxime de uma aparente autoridade que só a história, com o tempo, poderia respaldar. Assim, o jornalismo *se faz* histórico pela forma como se apropria da disciplina, discursivamente. [318]

Dito isso, nos basta apenas uma observação final. Indo de encontro com a tese de Michel de Certeau (2010), devemos pensar que a atividade do historiador se faz a partir de certos procedimentos que conferem a seu "ofício" algumas particularidades. A escrita da história deve ser problematizada, desta forma, como uma "operação historiográfica" delimitada a partir de seu *lugar* social de produção (uma profissão), dotada de *procedimentos* de análise (a prática de uma disciplina) e produzida a partir da construção de um *texto* (uma literatura). Isso faz com que situemos a história frente a uma realidade deliberadamente circunscrita, visto que o historiador está inserido nela e é somente a partir dela que pode ser efetivada sua prática.

Partindo de um lugar social determinado, o que faz o historiador, portanto, é "manipular" seus objetos obedecendo regras de produção específicas, procedimentos que os transformariam em história, pela escrita. A operação historiográfica, enquanto uma prática e um discurso que fala *da* história está também situada *na* história, e é por isso que necessita atribuir métodos para orientar sua apreensão da realidade. Estes métodos garantem à história o estatuto de certa "instituição" social, cujas regras estão estipuladas por seu lugar de fala, demandando certa carga de experiências e expectativas. Está assim, sua escrita, "submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam." (Certeau, 2010, p. 66)

Se a história está circunscrita a este lugar de fala é porque - e isso nos soa fundamental - sua produção está em disputa, sendo constantemente "vigiada" pelos atores que a constroem e reproduzem. Esta disputa, acredita Marc Ferro (1989), tem se potencializado em virtude da gradativa democratização do acesso àquilo que consideramos ser de conhecimento histórico em nossa sociedade. Cada vez mais se torna necessário, de acordo com o historiador, nos questionarmos portanto sobre as condições de produção destes discursos. Quais temas eles privilegiam? De que maneira os abordam? Por quem eles são produzidos? Como são (re)apresentados através do tempo? Como atuam também a partir de seus silêncios e/ou

[318] Além disso, é importante ressaltar que a história também se apropria do jornalismo, quando ela o utiliza como fonte de conhecimento histórico, por exemplo. Isso está atrelado ao próprio estatuto de "objetividade" e da pretensa "ancoragem factual" presente no discurso jornalístico. Neste sentido, o jornalismo, como uma "história do seu tempo", atuaria como um importante objeto para a construção do acontecimento histórico na contemporaneidade. Para mais sobre estas discussões, consultar a obra de Ribeiro (1995)

esquecimentos?

Estar atento a estas questões faz com que desloquemos o problema da verdade da história para o jornalismo numa via que não é de mão única, já que elas estão constantemente a se alimentar, de forma muitas vezes paradoxal e conflituosa. É pensar que os regimes de verdade, por serem parciais, incompletos e fragmentários, metamorfoseiam-se de acordo com as conjunturas e que a história, - em seu sentido estrito, e não como uma disciplina – se dá pelo reflexo destas cambiantes relações de poder. Mas é justamente por lidar com a aparente "perecividade" de suas verdades que jornalistas e historiadores fazem de suas práticas um lugar privilegiado. Sem elas, acredita Nerone (2013), as narrativas sobre o mundo jamais poderiam ser "ajustadas" em um processo de atualização contínua, mantendo vivas as disputas pelas versões "corretas" dos fatos. Constituindo-se pelo embate e por este ininterrupto processo de atualização é que a verdade da história se insere *no* jornalismo, legitimando assim sua própria autoridade. Pois, como uma instituição dotada de suas próprias normativas e intencionalidades, o jornalismo também garante seu lugar, reivindicando certo protagonismo nesta disputa.

4.2. Autorizando (suas) verdades: da memória a um lugar na história

Como "rodas de fiar" da modernidade, a tessitura midiática e aqui, em especial, o jornalismo, alterou consideravelmente a forma como relacionamo-nos com o tempo, instaurando aquilo que Thompson (2014) definiu como uma "historicidade mediada". Nossa relação com a história e a memória configura-se, de forma cada vez mais evidente, por experiências simbólicas midiatizadas que, partilhadas, nos constituem quase que "por tabela" (Pollak, 1992). O jornalismo, institucional e historicamente falando, angariou assim, conforme vimos, uma suposta legitimidade para selecionar, ordenar e enunciar verdades "factuais" que acabam por produzir uma ideia particular de história frente à realidade. A história passa a ser "aquilo que aparece" nas mídias, já que, em tese, esta instituição conquistou o poder de elevar fatos e acontecimento à categoria de "históricos", pela forma como os apresenta "objetivamente". (Ribeiro, 1995).

O estatuto "histórico" produzido pelos relatos jornalísticos estão respaldados, no entanto, por uma maquinaria que procura garantir a autoridade de uma instituição que se diz capaz de proferir tais discursos. Eles se reforçam sob a ideia de que "históricos" seriam aqueles fatos dignos de reconhecimento, já que conquistaram visibilidade e foram selecionados frente a uma série de outros acontecimentos, cristalizando-se como memoráveis. Com o pressuposto

de que atuaria como uma espécie de "testemunha ocular" da história, o jornalismo é elevado à categoria de "porta-voz oficial" destes acontecimentos, não apenas por relatar tais transformações, mas também por armazená-los à posteridade. Assim, o jornalismo registraria a história tanto pelo vivido, no cotidiano dos relatos, quanto pela "formalização de memórias", a nível de recordação, auxiliando o trabalho do historiador, que poderia consultar as páginas de uma publicação para saber o que teria se passado com uma sociedade em determinado período. (Ribeiro, 1995; 2005).

Mas este "auxílio", na verdade, se faz de uma maneira um tanto quanto impositiva, uma vez que o protagonismo exercido pelas mídias acabou por reconfigurar a forma como a própria historiografia encara suas práticas. Pierre Nora (1988) acredita que as mídias produziram uma nova percepção sobre o sentido histórico, onde o vivido acaba por se impor como história em uma espécie de "vulcões da atualidades", repetindo-se à exaustão. A redundância intrínseca à prática noticiosa tornaria assim o acontecimento "monstruoso", alimentando uma fábrica de relatos que se querem históricos pela forma como são inscritos, cotidianamente.

Fruto também de certa dilatação temporal, esta nova percepção da história é constituída por um "presente contínuo" (Dosse, 2001) que instaura um ritmo cada vez mais acelerado. A tirania do instante deflagraria portanto um outro regime de historicidade, definido pelo historiador François Hartog (2014) como "presentismo", onde a imposição de um presente hipertrofiado, valorizado pelo efêmero, transformaria até mesmo nossa relação com o passado e o futuro. Ao tornar o presente onipresente pela confecção de um "ao vivo" a ser consumido, o jornalismo e as narrativas midiáticas já produziriam seus acontecimentos como históricos, reciclando e atualizando-os constantemente.

Em um cenário onde, paradoxalmente, tudo é "presente" e tudo é "histórico", vemos também uma necessidade quase imperiosa pelo ato de lembrar. Já que o tempo escorre em nossas mãos como um aqui e agora contínuo, há o medo de um esquecimento irrecuperável que se reflete em uma "cultura da memória" (Huyssen, 2001), um desejo de tudo armazenar, de parar o tempo ou, ao menos, abrir possibilidades para que o passado e seus presentes se façam futuro.

Com base neste panorama, tornou-se praticamente lugar comum, nos estudos que relacionam o jornalismo à história, afirmar que os meios de comunicação são um dos principais agentes no processo de cristalização de memórias, lembranças e esquecimentos em nossa sociedade. As mídias, os jornais e seu jornalismo, consolidam-se, conforme estes estudos, como um importante "lugar de memória" da contemporaneidade, atuando de forma incisiva na

veiculação, reprodução, armazenagem e/ou ressignificação destes estratos de tempo.[319]

Não há como negarmos, de fato, que o jornalismo procura exercer cada vez mais um considerável protagonismo frente a estes embates. Desde o clássico trabalho de Maurice Halbwachs (2004) sabemos que a memória é seletiva, fragmentária, por isso passível a manipulações, confrontos e enquadramentos. (Pollak, 1989) Sabemos também que, mais do que uma oposição à história, a memória é um dos elementos que a constitui, alimentando-a, mesmo que conflituosamente. (Ricoeur, 2007) É por isso que memórias precisam ser enxergadas em seu poder de mediação, onde o jornalismo passa a ser visto não como um simples canal e/ou ferramenta por onde elas se expressam, mas como um dos agentes que acabam por lhes garantir suas potencialidades, enquanto fenômeno dotado de significações. (Edy, 1999; Zelizer, 2008)

E é justamente por ser um ator fundamental neste processo de mediação que o jornalismo precisa ser encarado a partir de uma relação muito mais complexa no que toca sua relação para com a história. A constatação, - quase um "cliché", segundo Edy (1999), - de que seu trabalho se daria pela confecção de um mero "rascunho" da história, dificulta a possibilidade de enxergarmos outras perspectivas nem sempre aparentes da discussão. Se deslocarmos nosso olhar às utilizações do passado não apenas na construção, mas na reconstrução dos acontecimentos no tempo, - o que será nossa proposta mais à frente, - conseguiremos pensar no jornalismo como um prática que realiza também uma "segunda escrita" deste rascunho. Escrita que nos oferece uma oportunidade para pensar como o próprio jornalismo reexamina o (seu) passado, construindo um tipo particular de história que é revelada à cena pública por sua produção noticiosa.

O jornalista pode ser, portanto, além de mero produtor de um rascunho que se torna (lugar de) memória para a história, um importante "fazedor" de histórias da contemporaneidade, mesmo que, aparentemente, esta possa ser uma característica negligenciada pelos critérios de noticiabilidade e pelo estatuto de "atualidade" de suas práticas. (Dias, 2014b) Critérios que, ao naturalizar a ideia de que o passado estaria fora dos limites de sua função, nos revelam uma relação dinâmica com caminhos muitos mais problemáticos do que os sugeridos pelas noções tradicionais de história. (Zelizer, 2008) Noções estas que muitas vezes são apropriadas pelo

[319] O termo, cunhado pelo historiador Pierre Nora (1984) para pensar a questão da história cultural na França e seus "lugares", sejam materiais ou simbólicos, que atuariam no processo de cristalização e ritualização de lembranças e esquecimentos, foi apropriado por uma série de estudos na Comunicação, inclusive por nosso último trabalho. (Dias, 2014). Mesmo sem negligenciar a importância do conceito para pensar os usos do passado na prática jornalística, queremos agora, na esteira do trabalho de Barbosa (2016), ir um pouco além desta problematização, conforme veremos logo em seguida. Para uma breve consulta sobre alguns destes estudos, consultar as coletâneas de Ribeiro e Ferreira (2007) e Ribeiro e Herschmann (2008).

próprio jornalismo com o intuito de se autolegitimar e/ou respaldar sua atividade, conforme vimos.

Fato é que os jornalistas e suas empresas constroem e rememoram o passado para atender agendas específicas, não necessariamente preocupadas com um labor historiográfico. Daí a importância de se problematizar que parte do passado ou que tipo de expectativa de futuro é trazido aos embates do presente, a partir dessa reconstrução mnemônica. Além disso, as narrativas históricas construídas e simbolizadas midiaticamente potencializam uma conexão emocional entre o presente e o passado, sendo esta uma das poucas vezes em que seu trabalho nos encoraja a olhar criticamente para ele, o passado, a partir das demandas do presente.

Por ser construída a partir de agendas específicas é que a escrita jornalística da/sobre a história comumente é vista como relativista, simplificadora. Uma escrita que abusa da memória e as encaixa no presente, sem maiores problematizações. (Edy, 1999) Tensionada pelo viés comemorativo da lembrança, sua produção é também impulsionada por um mercado de notícias sobre o passado, mais do que por um saber especializado. No entanto, por mais que evidentemente "presentista", este trabalho não surge, obviamente, de um nada histórico. Pelo contrário, ele se inscreve sempre sob uma memória sócio-histórica que também é determinante para a compreensão de seus relatos. Assim, Antunes (2014) acredita que os acontecimentos jornalísticos necessitam do passado para constituir suas narrativas, pois estes precisam referenciar o contexto de sua emergência. Há de se distinguir o que é notícia do que é história sem negar sua historicidade. A questão a se pensar é, acima de tudo, qual a suposta relação que se dá entre elas.

Ao nos questionarmos sobre a historicidade dos relatos jornalísticos devemos levar em consideração que tanto a memória como a história se entrecruzam em uma temporalidade múltipla que de fato não se limita à mera "atualidade" do acontecimento. O jornalismo, ao produzir uma ideia particular de história à constituição de seus textos, realiza uma série de operações que, seja por analogia e/ou problematização de contextos, nos chegam como notícia inserindo-se na memória, moldando-se nela e a partir dela. Não é portanto, o jornalismo, um discurso ou produto que apenas se baseia na memória e suas histórias, mas um agente que, processualmente, está inserido na cultura que o constitui. (Kitch, 2008)

Seus relatos são passíveis de transformação, pois inseridos no tempo. São muitas vezes "utilizados" a partir de conjunturas diversas. São conflituosos e se colocam sob embate com outros agentes que se querem "autorizados" a proferir tais discursos. Isso porque este processo é fundamental para construir, inclusive, a própria imagem daquele que o produz, definindo fronteiras e separando as instituições a partir de suas capacidades. Dizer isso é afirmar que o

jornalismo também se apropria de memórias particulares, e que intenta, a partir delas, legitimar a sua própria história.

Como um processo de seleção e construção, o jornalismo modela e ordena aquilo que deve ser de reconhecimento do seu público, hierarquizando determinados fatos e acontecimentos, em detrimento de outros. Uma negociação envolvendo enquadramentos que, por um lado, são inerentes à própria produção noticiosa: o jornalismo apresenta a seu público estes embates e, com base neles, reconstitui aquilo que "acontece" na sociedade. Por outro lado, ele pode ser considerado como um ator fundamental dentro deste mesmo processo, já que, enquanto instituição, acaba por competir com outros atores para revelar suas "verdades", autorizando-se a se portar como um ator legítimo frente ao relato dos acontecimentos. (Neiger, Meyers e Zandberg, 2011)

Inserir a memória no jornalismo é pensar, portanto, que ela não é apenas uma ferramenta ou instrumento que auxilia em seu discurso, mas que é, muitas vezes *constituinte do seu próprio discurso*. Para legitimar a suposta ancoragem factual sob a qual se sustenta, o jornalismo nada mais faz do que se apropriar de um passado, um passado que se faz presente, pela memória, em seu poder de enunciação. Esta memória pode então ser acionada pela prática jornalística à medida que a instituição julgar necessário situar-se em contextos mais amplos, seja para produzir determina notícia, seja para "dar-se ao direito" de conduzir a história, pela forma como agencia estas lembranças. O jornalismo enquanto instituição legitima assim um papel que vai além da mera mediação e/ou ordenamento da memória. Se ele as porta e se diz autorizado a reproduzi-las, o faz não apenas para explicar aquilo que de fato "aconteceu", mas para produzir história, sua própria história sobre os acontecimentos no tempo. (Neiger, Meyers e Zandberg, 2011)

Ciente destas particularidades e, se quisermos continuar nosso trajeto sobre uma história da verdade "do" e "no" jornalismo, não podemos negligenciar que, ao falar de memória, estamos tratando de uma potencialidade que só está presente "no" jornalismo porque é inerente ao trabalho "do" próprio jornalismo, em seu percurso do reconhecimento. Os jornais e seu jornalismo contam histórias, construindo notícias e relatando acontecimentos, mas também contam *as suas* histórias. Eles fazem jornalismo mas também *falam sobre* o jornalismo que praticam. E se falam é porque, conforme vimos, seus discursos de autolegitimação são fundamental para consolidar a autoridade de uma instituição que não apenas diz produzir relatos mais "verdadeiros" do que os dos outros, mas que se sente no direito de contar estas verdadeiras histórias. (Zandberg, 2010)

Não há como dissociarmos a instituição de seus discursos. Por isso nos pareceu fundamental, primeiramente, situarmos como os jornais se inscreveram historicamente nesta maquinaria. Foi preciso identificar um "nome" específico àqueles jornais para percebermos melhor como suas "vozes" irão se inscrever no cotidiano das notícias. Quando falarmos sobre verdade, neste sentido, estaremos diretamente relacionando discursos que, de forma imanente, são constituídos pela memória e pela história e que, por isso, procuram legitimar, no, com e pelo tempo a própria autoridade da instituição que os profere.

É importante também destacar que, quando falamos de autoridade, queremos nos referir àquilo que Zelizer (1992) caracteriza como sendo uma "fonte de conhecimento codificado" que, em tese, orientaria as pessoas sobre determinados padrões de ação, estruturando os modos pelos quais elas compreendem o mundo. Ao orientar tais padrões, a autoridade criaria uma comunidade comum entre os atores que proferem seus discursos, mantendo-os congregados a partir de certas premissas. Daí advém a noção de "comunidade interpretativa", sob a qual já discutimos. É a partir destas comunidades e a suposta autoridade portada por elas, que os jornais e seus jornalistas trabalham para manter as suas próprias versões sobre determinados eventos públicos. [320]

Pela forma como vai sendo repetido e reconfigurado narrativamente aquilo que nos chega como "a história", a autoridade, em seu processo de legitimação, se daria em diferentes momentos do tempo, pois elaborada na e pela memória, de maneira sempre conflituosa. Neste ponto, Zelizer (1992) acredita que a memória e a autoridade possuem um ponto de interação que lhes parece complementar. É a memória quem nos faz enxergar como emergem determinados "padrões de autoridade" ao longo do tempo, nos mostrando como diferentes grupos, com suas agendas próprias, promovem as mais diversas versões, muitas vezes competitivas, sobre os acontecimentos.

Não buscamos com isso tratar apenas sobre o processo de transmissão dos acontecimentos no tempo, mas pensar a "natureza estratégica" inerente a seu processo de construção e reconfiguração. Pensar, portanto, nos modos de atuação da autoridade jornalística como algo constituinte de suas próprias práticas. É a questão da autoridade que nos possibilita

[320] Zelizer (1992) é enfática em afirmar que esta noção de autoridade se torna importante não apenas para pensar sobre o efeito que poderia causar em seu público, mas também e principalmente, para pensar sobre como isto atinge os próprios portadores destes discursos, pertencentes à comunidade em si. É ela, a autoridade, que faz com que a comunidade se autorize a se portar como tal, "moldando" a realidade dos acontecimentos sob seus próprios termos. A autora está se referindo especificamente sobre os acontecimentos relacionados ao assassinato do presidente Kennedy nos Estados Unidos e como o jornalismo foi fundamental para moldar a história do assassinato na cultura de seu país, ao mesmo tempo em que acabou por se autolegitimar. Esta noção será fundamental em nossa análise sobre o jornalismo brasileiro e os acontecimentos referentes à ditadura militar, conforme veremos logo em seguida.

enxergar as relações de poder que perpassam toda uma "história da verdade" sob a qual intentamos percorrer. Ela está "por trás" da construção das notícias, "capacitando" o jornalismo e sua instituição no momento em que esta se (a)firma como legítima para produzir seus discursos. (Zelizer, 1992)

Afirmar que a autoridade jornalística está "por trás" da notícia é sugerir um olhar que não se limite a ela, visto que estamos percorrendo um percurso que visa acima de tudo o reconhecimento da instituição e suas práticas. Neste sentido, suas notícias só garantiriam legitimidade pela forma como são postas junto a um processo de legitimação que as transcendem, reforçando-se constantemente por seus discursos autorreferenciais, conforme conseguimos perceber na primeira parte desta tese.

Partindo destas premissas conseguiremos, por fim, pensar na autoridade como uma chave analítica que nos permite situar o jornalismo não apenas como um "lugar memória", mas como uma instituição que procura, acima de tudo, o seu lugar "na história". (Barbosa, 2016) Suas narrativas, ao se apropriar dos mais diversos acontecimentos ao longo do tempo, mais do que produzir um repositório quase que cristalizado sobre o passado, acabam, na verdade, por potencializar sua temporalidade, abrindo "fendas" que possuem um "desejo de futuro", um lugar privilegiado frente àquilo que se intenta reconhecer como "histórico".

Para deslocar sua análise dos lugares de memória à história, Barbosa (2016) faz algumas críticas sobre aquilo que ela definiu como um "esgarçamento" do conceito de "lugar de memória" apropriado aos estudos da Comunicação. A primeira diz respeito ao deslocamento do próprio conceito, oriundo do campo da história e de questões referentes ao patrimônio, a outro, bastante distinto, que seria o das mídias, caracterizada, por estes estudos, geralmente de forma um tanto quanto genérica. Esta "utilização indiscriminada" do conceito, segundo a autora, fez com que se desconsiderassem as particularidades de veículos que também possuem "lugares", ou seja, que estão imersos em um ambiente histórico e social. Isto seria decorrente de análises com uma visão não processual da história, que ao tratar sobre as mídias em seu viés histórico, negligenciam suas articulações temporais, continuidades e rupturas.

Um olhar como este, genérico e "presentista", fez com que, ainda de acordo com a autora, se deixasse de problematizar melhor a própria relação das mídias com os conceitos de memória e de história. Indo além de uma mera oposição que encara a memória como uma operação "de vida", portada por grupos particulares e dotada de interesses, e a história, vista como uma prática "científica" e intelectual, Barbosa (2016) acredita que é preciso incluirmos na discussão a questão do "testemunho", fundamental à problemática dos meios de comunicação e, principalmente, à do jornalismo. Ao introduzir o pressuposto do "eu estava lá",

as narrativas jornalísticas se inserem na memória por seu nível declaratório, baseado na confiança, já que seus relatos podem também ser atestados e/ou confrontados por outros agentes que presenciaram um mesmo acontecimento. Isso o diferiria da história, por exemplo, que está relacionada ao documento, atestando a verdade a partir de uma ordem de viés "indiciário".

Enquanto a operação historiográfica buscaria uma explicação, relacionando os acontecimentos em diversos níveis, a memória estaria mais no campo da reminiscência. É a memória que daria portanto a possibilidade de "reconhecermos" o passado. Já a história, pelo seu poder de "representação", a partir dos documentos, faz com que cheguemos a ela a partir de seus vestígios. Assim, enquanto a história estaria regida pela "epistemologia da verdade", a memória entraria neste jogo por seu "regime de crença", a partir de sua suposta "fidelidade" para com o passado. (Barbosa, 2016) [321]

É por isso que, finaliza a autora, a narrativa jornalística, em sua pretensão de veracidade, articula-se à noção de testemunho como uma forma de legitimar aquilo que "efetivamente se passou" em seus textos, construindo acontecimentos "reais" a partir de relatos "isentos" que pretendem ser, desde sua emergência, "uma espécie de arquivo para a história.". Isso significa afirmar que, "se pudesse ser feita algum tipo de generalização, o que o meios de comunicação fazem é produzir uma memória presumidamente válida e comum, inserindo-a na história e não na memória." (Barbosa, 2016, p. 14)[322]

Como "memória presumidamente válida" o que o jornalismo intenta produzir portanto é um documento para a história. Um documento válido e autorizado que se pretende verdadeiro, pois baseado em relatos que "realmente aconteceram". Inserindo-se como um lugar "na história", ele entra nos jogos dialéticos da lembrança e do esquecimento, nas disputas por poder e visibilidade, nas lutas por reconhecimento. São discursos que procuram ser "re-conhecidos" de acordo com a forma que se articulam e se (re)apropriam no tempo. Se o jornalismo usa o passado, o faz sempre na tentativa de ancorar um presente válido, a saber, aquele que possa ser "aproveitado" sob perspectivas futuras, construindo uma narrativa "para permanecer e ser reutilizada [...como] arquivos da e para a história" (Barbosa, 2016, p. 21)

---

[321] Neste ponto, a autora faz um diálogo com a obra do historiador Roger Chartier (2009), que está preocupado em evidenciar as dimensões retóricas e narrativas da disciplina histórica. Dimensões que, de acordo com ele, "disputam" com a memória, a literatura e a ficção, por exemplo, a sua função social, mesmo sem de fato as desprezá-las, visto que é no diálogo com elas, - e nas brechas que elas evidenciam -, que muitas vezes sua escrita se constitui. Para outra leitura que explora de forma interessante estas questões, consultar o trabalho de Ginzburg (2007).

[322] Neste sentido, acreditamos que não é apenas pelo valor declaratório do testemunho que o jornalismo intenta se inserir na história. Veremos logo à frente como, a partir de seu trabalho investigativo, - em especial aqueles que se pautam pela reconstrução de acontecimentos no tempo, como é o caso dos que se relacionam à ditadura no Brasil - o jornalismo procura também trabalhar com "documentos" em seu poder indiciário de revelação. Sua prática seria condicionada, portanto, sob uma relação de aparente complementaridade entre a memória e a história.

Se é, portanto, a partir da utilização seletiva da memória que o jornalismo se apropria da história, não podemos negligenciar que ele também produz rastros. É a partir deles e, na tentativa de os tornarem legítimos e credíveis, que o jornalismo se insere na história. Rastros que só se tornam visíveis pela inscrição do acontecimento e pela forma como eles, narrativamente, se articulam no tempo. Assim, a noção de acontecimento surge para nós como o último aspecto central deste percurso, em uma relação que se dá entre aquilo que definimos como uma história da verdade "do" e "no" jornalismo enquanto instituição, seus discursos e práticas.

Pela forma como o jornalismo se apropria de seus acontecimentos é que a memória, a lembrança e o esquecimento vão emergir como estratégias narrativas fundamentais na tentativa de legitimar um tipo particular de história, inerente ao próprio jornalismo em seu percurso do reconhecimento. Aquela verdade *que se pretende*, que se inscreve no tempo, se torna rastro, se ressignifica, ressurge em diferentes estratos e sob as mais diversas conjunturas. Uma verdade que, pela memória, procura definir a instituição, legitimar sua autoridade e fazer dela (a sua própria) história.

4.3. O acontecimento como ponto de interseção: entre jornalismo, memória e história

Inserindo o jornalismo nestas lutas por legitimação e reconhecimento nós conseguimos definir um ponto de interseção que não apenas aproxime, mas que nos faça pensar a instituição e suas práticas a partir de características comuns em sua relação com a memória e a história. Vimos acima, nos primeiros capítulos deste trabalho, como a questão da verdade está para nós atrelada a uma série de acontecimentos que caminharam junto à constituição daquilo que definimos como um moderno jornalismo no Brasil. As verdades "do" jornalismo definiram-se sob um contexto que acabou por perpassar a complexa e muitas vezes conflituosa relação de seus discursos com uma realidade histórica que, em tese, condicionou a prática de uma instituição que se queria mais profissional e verdadeira do que outras.

No entanto, até aqui estivemos mais interessados em pensar o jornalismo a partir de seus discursos de autolegitimação, aqueles que deram a seus jornais um nome específico frente às capacidades de um percurso do reconhecimento. Cabe agora situarmos melhor a noção de acontecimento para que possamos, nos capítulos finais, perceber definitivamente como estas verdades, que se inscrevem também "no" jornalismo, são fundamentais frente a um trajeto que busca definir e incrustar uma autoridade específica à instituição.

Primeiramente vale pontuar que já trabalhamos com um olhar metodológico muito próximo a este em nosso estudo anterior. (Dias, 2014). Apesar de agora termos situado as especificidades que envolvem ambas as disciplinas, ainda concordamos com a tese de que seria equivocado separarmos de forma estrita o acontecimento histórico do jornalístico, uma vez que eles se alimentam, por mais que conflituosamente, de premissas complementares. Com base nisso, é possível afirmar que tanto o jornalismo quanto a história, trilhando caminhos de apreensão diversos, trabalham com uma realidade que é configurada narrativamente.[323] Realidade que não seria exterior ao seu trabalho, mas prefigurada por um processo de mediação que se constitui pela intriga. [324]

Pensar a configuração da intriga pela narrativa nos possibilita desenraizar a ideia de que o trabalho "no" jornalismo se daria exclusivamente por uma busca objetiva pela verdade dos fatos. Desenraizar, no entanto, não significa negar sua existência, mas deslocar o problema a uma perspectiva que não nos soe tão transparente. É pela narrativa que poderemos destrinchar os meandros do discurso e perceber as possíveis estratégias que perpassam a produção noticiosa da prática jornalística. Como um lugar de mediação, a narrativa nos auxilia a pensar não apenas o contexto de produção em que se inscrevem suas histórias mas também e, principalmente, a dinamicidade de um espaço onde se articulam e se negociam sentidos. (Resende, 2009)

A dinamicidade inerente às estratégias narrativas desnaturalizam assim o próprio discurso de uma verdade "do" jornalismo enquanto instituição. Um discurso que, conforme vimos, - ao reiterar constantemente os seus valores a partir de rituais normativos -, nos evidenciam brechas que se abrem em relação à práticas muitas vezes conflitantes entre si. Estes rituais, importantes para preservar a legitimidade/autoridade do campo, acabam por camuflar o processo de constituição de uma verdade que se inscreve concomitantemente "no" jornalismo.

Pensando desta forma, Resende (2012) acredita que é possível deslocarmos a questão da objetividade jornalística à luz de uma dimensão discursiva que problematize os modos de "re-presentar" (tornar de novo presente) os fatos e seus acontecimentos. De acordo com o autor, a re-presentação está relacionada às "distensões de conteúdo" que uma informação sofre ao ser

[323] Para mais sobre estas aproximações, consultar, além da já referida obra, os trabalhos de Berger e Tavares (2010) e Pontes e Silva (2010).

[324] Aqui estamos dialogando com a questão da tripla mimese proposta por Ricoeur (2010), segundo a qual a condição de emergência do acontecimento se dá por um processo de mediação entre o tempo e a narrativa. Com base nesta perspectiva, também problematizada em Dias (2014), acreditamos que o acontecimento jornalístico, pela tessitura da intriga, se constitui entre um mundo prefigurado do autor, sua obra e a forma como ele é apreendido no ato da leitura. Assim, seria pela mimese criadora, o texto, que poderíamos extrair a inteligibilidade da configuração narrativa, na medida em que o jornalismo produz seus acontecimentos "usando" o passado em presentes bem particulares, na tentativa de antecipar (e fazer dele) futuros possíveis. É por isso que, ao analisarmos a emergência dos acontecimentos jornalísticos, devemos estar cientes das particularidades históricas sob as quais eles se apropriam, já que estas precedem o texto e as intrigas inerentes ao seu processo de configuração.

colocada sob as mais diversas formas narrativas. Se há distintos modos de representar um acontecimento no tempo é porque, ainda segundo Resende (2012), a confecção narrativa pode ir além de meramente relatar os "fatos do presente", em sua pretensa objetividade, para pensar em um relato sobre o "presente dos fatos". A narrativa deslocaria portanto a "forma" da informação para sua multiplicidade de fala, onde a busca da verdade se torna uma apreensão dos possíveis que se abrem em discurso, ou seja, uma verdade *que se pretende*, multifacetada e diversa.[325]

Apesar de o autor estar problematizando um ideal sob o qual o jornalismo deveria se pautar, cabe a nós pensar que esta perspectiva insere o acontecimento em um regime de verdade que também leva em conta o seu poder de re(a)presentação. Isso significa dizer que não nos preocuparemos apenas em perceber como estes relatos serão representados em discurso, mas como se dá um processo em que eles são seguidamente reapresentados, sob perspectivas diversas e em presentes sucessivos e particulares. É pensar portanto no processo de dilatação e ressignificação do acontecimento no tempo, um processo que se dá muitas vezes a partir de estratégias deliberadas de construção de sentido.

Inserido na história, o acontecimento jornalístico se legitimaria pela capacidade de "fazer falar" o que ele apresenta como fato, confrontando-os a partir de um caráter "pluridimensional" de busca da verdade, conforme pontuou Ricoeur (1968). Neste sentido, a história seria "capturada" pelo discurso jornalístico, que construiria o acontecimento ao torná-lo reconhecível em seu processo de mediação. Não há como compactuarmos portanto com a noção de que o jornalismo meramente reproduz aquilo que acontece na realidade, visto que sua construção implica um certo número de operações. Dizer o que "de fato aconteceu" implica em reconstituir uma cena que envolve escolhas, procedimentos de seleção e hierarquia, enquadrando cenários a partir de uma intriga que na verdade é pré-construída na e pela história. (Mouillaud, 2002)

Fatos *se tornam históricos* ao encadearem-se narrativamente sob o tempo que os estrutura enquanto acontecimento. O jornal, envolvido em seus dispositivos, trabalharia como um importante operador de sentidos, onde os acontecimentos se tornariam uma "sombra projetada" dos fatos que o constituem. (Mouillaud, 2002) Ainda assim, é importante salientar que aquilo que nos chega como "informação" nunca é o mero transporte de um fato como

[325] Reconhecer isto é afirmar o potencial dialógico da constituição narrativa, onde devemos problematizar o "valor de ser objetivo" e não a "objetividade como valor". Uma objetividade que "não está no número de mortos ou nas manchas de sangue que evidenciam ou comprovam a guerra. Ela está na forma de enunciar; nos espaços abertos que a narrativa *cria* de modo a fazer com que ali surjam sujeitos; nas condições que o repórter *cria* para que o leitor minimamente compreenda os mistérios que se escondem por detrás do fato aparente. (Resende, 2012, p. 162)

acontecimento, mas um ciclo ininterrupto de transformações que não se encerram no acontecimento em si, já que este se processa em um constante encadeamento de dilatação temporal.[326]

Se não podemos reproduzir a experiência de forma transparente é porque ela está inerentemente ligada a um lugar específico, a um contexto de produção. É por isso que o acontecimento, transposto em discurso, é sempre móvel, fragmentário, passível a cortes e manipulações. Ao presumir um "contrato" de comunicação, o jornalismo "nomeia" seus discursos, ordenando-os em um possível mundo a comentar. (Charaudeau, 2006a)[327] Seguindo esta premissa, a realidade e aquilo que se materializa em texto não podem ser tratadas como categorias antagônicas, mas sim sobrepostas. O jornalismo, além de construir os acontecimentos, reproduz e se apropria dos mesmos, transformando-os a partir de sua dimensão de enunciação simbólica (França, 2012)[328]

Como parte de um contexto que lhe envolve e dota de sentido, - mas que também abre novas possibilidades e ressignifica sua própria emergência-, o acontecimento pode assim ser pensado sob uma perspectiva que transcenda seu caráter construtivista. Ele não é apenas aquilo que emerge em forma de discurso, pois está inscrito na experiência, gerando inquietações, rupturas. O jornalismo, desta forma, faz falar, faz ver o acontecido, mas também faz-se ver. Sua articulação narrativa não é apenas texto, mas um texto inscrito em um círculo hermenêutico que demanda uma interpretação no e para o mundo. Mais do que um fato que "significa", o

[326] Concordamos neste ponto com Sodré (2009), quando o autor afirma ser o acontecimento irredutível à lógica da história. Há assim uma distinção clara entre a noção de "fato" à do "acontecimento". Se o primeiro está relacionado a uma "experiência sensível" da realidade, funcionando como ponto de partida para a apreensão da mesma, o acontecimento se constituiria como sua "representação social" do fato, materializando-se em forma de notícia. A notícia, portanto, é um produto inerente ao processo de produção jornalística. Um produto que precisa ser "marcado", garantir seu "valor", ser organizado e delimitado enquanto um fluxo de possibilidades narrativas historicamente circunscritas. "Analogicamente, o acontecimento representa o fenômeno factual que se singulariza - uma "aparição" – pela produção jornalística. O produto é justamente a notícia, estratégia comunicacional constituída por um discurso *nunciativo*, que anuncia, avisa ou *notifica* um público determinado sobre uma ocorrência. A notícia corresponde na escrita jornalística ao grito do mercador em praça pública. Comunica-se, em "voz alta", algo a ser *notado* ou *sinalizado* como marca factual de um instante particular. Nesta comunicação, o tempo é uma instância pressuposta, o verdadeiro vetor da enunciação, que organiza a semiose manifesta." (Sodré, 2009, p. 91)

[327] Isso porque o acontecimento "não significa em si", ele depende um olhar que o torne inteligível, que "decifre" a realidade sob o qual se encontra circunscrito. Em um relato sobre determinada guerra, por exemplo, Charaudeau (2006a, p. 133) acredita que mortos serão sempre vistos como mortos "mas para que signifiquem "genocídio", "purificação étnica", "solução final", "vítimas do destino", é preciso que se insiram em discursos de inteligibilidade do mundo que apontam para sistemas de valores que caracterizam os grupos sociais."

[328] França (2012) não está problematizando apenas o jornalismo, mas a "mídia" em um contexto geral. Mídia como um "instrumento" ou "dispositivo" onde se criam, formatam e veiculam produtos. Neste processo de mediação a mídia proporcionaria também um espaço de troca, de encontro e circulação, atuando como um novo tipo de sujeito que, por sinal, acabaria por configurar um discurso próprio e particular.

acontecimento é aquilo que "se torna", pois tem o poder de afetar o ordem experiencial. (Queré, 2005)

Atribuir este sentido ao acontecimento é dar a ele seu próprio poder de significação, onde se torna possível não apenas compreendê-lo, mas apreender uma realidade que se origina e se potencializa a partir dele. O acontecimento "faz compreender" o mundo que o cerca, pois também lhes está intrínseco um poder de revelação. Ao revelar algo, o acontecimento se configura sob um caráter inaugural. Caráter que, vale ressaltar, não é necessariamente o início de um processo, mas a emergência de uma abertura que incita esclarecimentos, que potencializa questionamentos, que nos afeta e faz agir. As coisas mudam quando um novo acontecimento emerge. Ele introduz uma descontinuidade que, no entanto, só se torna reconhecível na continuidade que o constitui. Por isso é preciso que o acontecimento "tenha um lugar", que seja identificado a partir de uma descrição, de um contexto. Só assim poderemos lhe associar a um passado e um futuro. (Queré, 2005)

Mas para que haja um passado e um futuro relativo ao acontecimento é, preciso, ainda segundo Queré (2005), que se produza este acontecimento. Eles são relativos ao presente de sua emergência mas, ao mesmo tempo, ultrapassam seus determinantes contextuais pois potencializam, ampliam e até mesmo modificam um mundo de possíveis. Afetando espaços de experiência e horizontes de expectativa o acontecimento, portanto, "continua a ocorrer" enquanto continuar produzindo efeitos na ordem do sentido. Ele transborda, espacial e temporalmente falando, tomando rumos e ritmos variáveis.

Neste constante "vir a ser" que se porta ao devir o acontecimento garante seu valor "ideacional", discursivo, de representação. Isso porque para apreendê-lo é preciso que realizemos abstrações que não se limitam ao seu lugar de aparição. Estamos tratando de campos móveis, fragmentários, dispersos, que se confluem. Como o presente do acontecimento está sempre "acontecendo", tanto o passado quanto o futuro relativo a ele também se modificam no tempo: "ele cria um passado porque surge a questão de saber o que o provocou e condicionou e cria um futuro porque há o interesse por suas potencialidades e suas consequências, ou seja, por seu significado, e porque se pretende, em maior ou menor grau, controlar sua reaparição." (Queré, 2012, p. 27)

Em um fluxo temporal praticamente ininterrupto, os sentidos que emergem do acontecimento conquistam sempre novas dimensões, potencializam-se em discurso. Ele está em desenvolvimento, trilhando um percurso que abre novos passados e futuros a partir da perspectiva de um presente que é aberto, mas também problemático. Problemático pois, enfatizamos novamente, ele não se limita àquilo que ele é, em seu grau de aparição. O

acontecimento continua acontecendo e se modifica de acordo com a perspectiva e o olhar que lhe damos, em diferentes e sucessivos presentes da enunciação.[329]

Transpondo esta problemática ao acontecimento jornalístico, reforçamos mais uma vez uma de suas características fundamentais: o presente de seu relato é também dispersivo e não se limita ao simples "presentismo" sob o qual aparentemente está condicionado. Ao "usar" o passado para garantir inteligibilidade a seus textos, o jornalismo articula uma intriga temporal que, sob conjunturas diversas e em presentes particulares, dialoga com diferentes expectativas de futuro (Barbosa, 2008; Casadei, 2010; Matheus, 2010). Ao propormos inserir o jornalismo na memória e na história, levamos em consideração, portanto, que o acontecimento se entrecruza sob temporalidades múltiplas que complexificam a ideia de "atualidade".[330] Há uma tripla *mimese* encadeando seu processo de construção narrativa, pois o presente do discurso jornalístico "curto-circuita" os tempos, colocando em circulação representações diversas que dialogam e se sobrepõem. (Antunes, 2007)

Se o acontecimento jornalístico "transborda" sob temporalidades múltiplas, engendrando uma série de relações, é porque não buscaremos aqui problematizar apenas o "rascunho" da história produzido por ele, mas a sua constante re(a)presentação no tempo, uma segunda escrita que se dá pela forma como memória, lembrança e esquecimento articulam-se conflituosamente. Dito isto, frisamos também que não nos preocuparemos em pensar a produção destes discursos apenas na forma estrita da notícia. Sua prática vai além da mera inscrição dos acontecimentos e é a partir deste ponto de inflexão que devemos colocar um

---

[329] Um estudo clássico da historiografia pode nos ajudar neste ponto: a análise de Georges Duby sobre o "domingo de Bouvines", remoto acontecimento que emergiu em 27 de julho de 1214. A batalha travada naquele memorável domingo evidenciou, segundo o historiador, tanto a sua conclusão como um ponto de partida para um leque de novas interpretações e ressignificações, que ressoaram por séculos. Isso porque o acontecimento, como uma "espuma da história", faz emergir bolhas, grandes ou pequenas, que irrompem na superfície, estouram, provocam ondas que se propagam, deixando marcas duradouras. É somente a partir destas marcas, seus documentos, relatos e testemunhos, que o acontecimento confere existência. A questão é que, por ser constantemente dilatadas no tempo, muitas destas marcas podem perder sua amplitude, silenciar-se, chegar até nós de maneira deformada. Assim, cabe àquele que pretende apreender as potencialidades do acontecimento, perceber as suas paradoxais ressonâncias, "por tudo aquilo cuja explosão provoca a ascensão desde as profundezas do não-dito, pelo que ele revela ao historiador das latências. Pelo próprio fato de ser excepcional, o acontecimento faz emergir, no fluxo de palavras que ele libera, vestígios que, se não nos detivéssemos nele, permaneceria nas trevas, desapercebidos, os traços mais banais de que raramente se fala no cotidiano da vida e sobre os quais nunca se escreve. [É preciso portanto tentar apreender...] como um acontecimento se faz e se desfaz, já que, afinal, ele só existe pelo que dele se diz, pois é fabricado por aqueles que difundem a sua notoriedade. Esbocei, pois, a história da lembrança de Bouvines, de sua deformação progressiva, pelo jogo, raramente inocente, da memória e do esquecimento." (Duby,1993, p. 11-12)

[330] A "atualidade" do acontecimento jornalístico deve ser vista aqui sob um premissa que dialoga com Sodré (2009) e que pensa sua emergência não tanto pela "substância do novo", mas por sua "marcação", pelo "ritmo" que articula frente a uma "renovação de possibilidades": "A novidade é uma possibilidade que se justapõe, como um palimpsesto, a uma outra, deixada em suspenso, mas capaz de alimentar a marcação temporal do lembrar e esquecer." (Sodré, 2009, p. 95)

parêntese final às nossas reflexões.

Estamos nos referindo aqui ao conceito de "operação midiográfica", proposto pela historiadora Sônia Maria de Meneses Silva (2011). Segundo a tese da autora, a escritura midiática atuaria tanto na elaboração de "acontecimentos emblemáticos" quanto na reelaboração de narrativas que perpassam categorias temporais as mais diversas, operando assim na (re)fundação de seus sentidos. Esta operação, uma escrita particular da história, se daria a partir da escritura do acontecimento na cena pública e na sua constante re-inscrição na duração.

Desta forma, o jornalismo atuaria simultaneamente como "tecedor de presentes" e um importante "urdidor de passados" da coletividade, produzindo diferentes versões sobre os acontecimentos a partir da forma como os articula e ressignifica. Situado em presentes sucessivos, o jornalismo buscaria, na evocação do passado, uma referência futura. E, na medida em que um acontecimento se torna constantemente reevocado por uma "memória histórica midiatizada", desenrolam-se "jogos de adequações simbólicas" onde se mobilizam interesses e estratégias de legitimação. Tessitura sobre o passado, o que essa escrita produz é um diálogo com o futuro, "num interminável esforço de retrospecção e projeção." (Silva, 2011, p. 152)[331]

Pensado sob esta perspectiva, poderemos perceber de maneira clara como o jornalismo escreve e, acima de tudo, inscreve (os seus) acontecimentos no tempo. Pelo discurso e pela narrativa, os constrói e significa. Pela memória, os monumentaliza, transformando-os em um documento da e para a história. Pela rememoração e, numa tentativa deliberada de melhor explicar seus desdobramentos, lhes ressignifica, inscrevendo-os a partir de novos ciclos, versões e conjunturas. Não estamos com isso tratando apenas de notícias, mas de notícias que se tornam seus próprios rastros, transpondo seu contexto de emergência a outros sentidos e temporalidades. Notícias que também se tornam memória e que se querem história, pela forma como são apropriadas e utilizadas frente à própria instituição que as profere.[332]

---

[331] É importante ressaltar também que a proposta da autora dialoga e se apropria do conceito de "operação historiográfica" de Certeau (2010), sob o qual já discorremos. A ideia de Silva (2011), no entanto, é pensar em um estatuto particular de escrita da história que se dá pela inscrição do acontecimento jornalístico. Escrita que, como acabamos de ver, parte de outros lugares e problemáticas, competindo e confluindo com o próprio trabalho do historiador.

[332] Apesar de partir de uma leitura diversa, a análise de Pontes (2009) também pode nos auxiliar a pensar estas aproximações e particularidades. De acordo com ele, a singularidade do jornalismo está justamente em fazer emergir do acontecimento a sua "atualidade", ou seja, a sua urgência, seu movimento. Isso significa que a unidade básica de seu trabalho não se dá necessariamente pela notícia diária, mas por aquele texto que revela possíveis, alimenta, instiga rupturas e fluxos temporais nos acontecimentos. A compreensão da história no jornalismo seria portanto, de acordo com o autor, mais "fluída", "urgente" e "política". Assim, ainda segundo Pontes (2009, p. 166), apesar de o jornalismo se preocupar com a causa dos fatos que reporta, ele se ateria muito mais às consequências, onde o futuro do acontecimento é uma perspectiva aberta que se realiza como prognóstico. "A história quer localizar os pontos nevrálgicos da ruptura. O jornalismo parte da ruptura. [...] Conforme o jornalismo

Assim, o acontecimento não apenas se dilata e continua "acontecendo", mas acaba por garantir uma "segunda vida", tornando-se um objeto de simbolização determinável, passível a novas identificações e significações. Voltamos a Queré (2012, p. 31-33) para pensar, por fim, que é pela comunicação que o acontecimento vai suscitar outros modos de apreensão, justamente porque eles podem ter sua ação controlada, seu curso atenuado, seu impacto ampliado e/ou reduzido, ao tornarem-se objetos, "agentes da história que se faz." Como agentes operados simbolicamente, eles também são objetos de julgamento, um julgamento que deve ser realizado pela investigação de suas condições internas, por suas relações com outros acontecimentos, seus condicionantes e possíveis consequências.

Em uma análise como a nossa, que pretende agora problematizar uma "história da verdade" *no* jornalismo a partir do acontecimento, é preciso que saibamos delimitá-los a partir de suas séries ou ciclos, organizar temporalmente uma realidade que se faz dispersa. Os acontecimentos constituem a história, mas tomam seu lugar a partir de diferentes lugares. O que prevalece de toda esta categoria aparentemente conflitante é, segundo Queré (2012), o reconhecimento de objetos que podem ser focalizados, categorizados temporal e processualmente. Cientes disso, poderemos pensar também que é a própria instituição jornalística quem realiza, deliberadamente ou não, estas delimitações. Isso porque pretende, ao domesticar suas ressonâncias, ressignificar os acontecimentos no tempo. Garantindo uma "segunda vida" no e pelo jornalismo, o acontecimento deixa de ser necessariamente notícia para disputar, com a própria história, as versões corretas de relatos que se querem autorizados e reconhecidos como tal.[333]

Ao "re-suscitar" acontecimentos no tempo, o jornalismo se alimenta da história e da memória. Se alimenta, concomitantemente, dos próprios acontecimentos, em uma conflituosa relação que se dá entre lembranças e esquecimentos. Estar ciente desta antropofagia enunciativa se torna fundamental para problematizar uma relação que não diz respeito apenas à construção

---

aprofunda a investigação, realizando novas apurações, organiza comentários, editoriais, crônicas, charges, suítes, reportagens, ele aprofunda a ruptura, o acontecimento. O jornalismo não caminha apenas para o particular. A partir do momento em que o fato se generaliza, a pertinência jornalística tem a tendência de cessar. Até o momento que um novo fato pode reabrir o acontecimento" Ao realizar esse trabalho, o jornalista não sairia de sua esfera de atuação. Pelo contrário, estaria alargando sua dimensão frente às potencialidades do acontecimento, servindo inclusive como fonte de conhecimento à sociologia e à história. Ainda assim esta seria uma prática eminentemente jornalística, com interesse particular ao jornalismo. A questão a saber é, finaliza o autor, que tipos de interesses são esses, como e quando são articulados, seja narrativamente, seja a partir de estratégias discursivas e de legitimação de sentido.

[333] De acordo com o historiador François Dosse (2013, p. 2990), cabe às mídias não apenas divulgar/comunicar o acontecido dos acontecimentos, mas "dominar o seu impacto". "Ela suporta, como a própria opinião, essa reabertura do mundo que lhe cabe reorganizar, domar e pacificar. Em relação internalizada com o acontecimento que se produz, a mídia traz em si uma série de discursos. Sua construção do acontecimento passa pela combinação de vários gêneros discursivos a serem diferenciados para acompanhar o processo de comunicação."

narrativa dos acontecimentos mas, conforme já enfatizamos, relaciona-se diretamente à própria autoridade "do" jornalismo enquanto instituição. Só assim poderemos inserir "no" jornalismo uma série de contextos que estão intimamente relacionados às verdades que uma instituição pretende legitimar para si. Se alimentando dela, mas também competindo com a própria história, é que o jornalismo acaba por condicionar a (re)aparição de seus discursos.

Como ponto de interseção, o acontecimento proporciona uma transação. Uma transação tensionada narrativa e temporalmente, delimitada por discursos que acabam por definir as fronteiras da instituição que os profere. O acontecimento, portanto, *é afetado e afeta*, pois nos abre brechas para compreender os possíveis que se abrem em discurso. Quando propomos em pensar estas "histórias da verdade" estávamos cientes desde o início que é pelo acontecimento que elas são postas em jogo. Como um sujeito dotado de capacidades, o jornalismo "enfrenta" o acontecimento, apropria-se dele, o integra à sua história, a seus projetos, experiências e expectativas. Ele nos permite descobrir algo de nós mesmos, pois são uma das fontes que constituem estes sujeitos. "A sua própria história está em causa nos acontecimentos que o afectam. Terá que os apropriar, que os incorporar na sua história e no seu projecto de vida. Terá de responder a eles e responder por eles." (Queré, 2005, p. 18)

Com base nestas asserções é que poderemos deslocar o acontecimento à uma verdade circunscrita historicamente. Para além de problematizar conceitualmente a questão do acontecimento jornalístico, o que propomos aqui foi pensar em suas possíveis brechas e aproximações para com a história. Com a história enquanto disciplina e/ou escrita, mas também com a história que emerge no tempo. Aquela que constitui o próprio discurso jornalístico e suas práticas, que se dá por embate e delimita a imagem que ele intenta legitimar frente às suas capacidades. Ao se alimentar da história, o jornalismo potencializa uma realidade que emerge pelo próprio acontecimento. Vamos agora destrinchá-los de maneira mais apropriada, inserindo "no" jornalismo algumas características que lhes são próprias.

CAPÍTULO 5

OS JORNAIS E SUAS DITADURAS: FATIAS DE VERDADE SOBRE UM ACONTECIMENTO NO TEMPO

> Ditadura: *a palavra "ditadura" deve ser evitada. É preferível usar designações baseadas em fatos incontestáveis* para caracterizar regimes autoritários: "regime militar", "regime cujo presidente está no poder há 25 anos", "regime de partido único". (Folha de S. Paulo. Manual Geral da Redação, 1987, p. 74. Grifo nosso)
>
> Ditadura: *use com critério este termo* para designar a dominação de uma sociedade por uma pessoa ou um pequeno grupo. *É melhor qualificar regimes autoritários de forma objetiva:* governo militar; regime cujo presidente está no poder há 25 anos; regime de partido único. *Não use a expressão ditadura militar nem Revolução de 64* para designar o movimento militar ocorrido no Brasil naquele ano. (Folha de S. Paulo. Novo Manual da Redação, 1996. Grifo nosso) [334]
>
> Ditadura: Em *textos noticiosos, pode-se usar a expressão ditadura militar* para designar o regime que vigorou no Brasil de 1964 a 1985. *Não utilize a forma Revolução de 64* em referências ao mesmo período, que também pode ser designado como regime militar. (Folha de S. Paulo. Manual da Redação, 2005, p. 63. Grifo nosso.)

Chegamos a um ponto crucial de nosso percurso. Após delimitar as particularidades que emanam das vozes dos jornais, configurando o que definimos como uma "história da verdade" da instituição, seguiremos agora de forma mais comprometida para pensar na intersecção que se dá entre discursos e uma prática constituída "no" jornalismo, enquanto acontecimento. A proposta deste capítulo se dará em pensar como a ditadura perpassou as páginas de nossos periódicos, caminhando muitas vezes ambígua e conflituosamente à constituição de suas identidades. Quando nos referimos à ditadura militar brasileira (1964-1985) como um acontecimento, estamos nos direcionando a uma série de eventos que não se limitam ao seu contexto de aparição mas que estão, principalmente, condicionados às mais sucessivas re(a)presentações ao longo do tempo.

Em um constante "vir a ser" o acontecimento é aquilo que se torna, afetando uma cadeia de relações que se modifica e conflui, entre a memória e a história. Desta forma, o que propomos aqui será problematizar a "natureza estratégica" (Zelizer, 1992) de uma série de narrativas que

[334] Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_texto_d.htm Acesso em: 18 de setembro de 2017.

se re(a)presentam sob a mais diversas conjunturas. Para além de nos debruçarmos sob a construção destes eventos, o que queremos é evidenciar uma "segunda vida" (Queré, 2012) dos acontecimentos. Um processo complexo atravessado por rupturas e ressignificações e que está condicionado à própria maneira como os jornais e seu jornalismo os enxergam e lhes dão significado. Em presentes sucessivos e particulares, o que emerge destas narrativas são verdades que se pretendem ao nível do reconhecimento. Mais do que meros relatos noticiosos, elas acabam por legitimar as capacidades de um jornalismo que se quer autorizado a portar determinadas fatias de verdade, interpretações as mais corretas possíveis sobre os fatos que relatam.

Estas verdades, presentes "no" jornalismo, estão atreladas aos dispositivos e aos "nomes" que envolvem os jornais. Vamos olhar para elas, portanto, como discursos que se relacionam diretamente às verdades "do" jornalismo enquanto instituição. Nos interessa pensar não apenas como os jornais irão contar determinadas histórias, mas como lhes darão nova vida, dilatando seu conteúdo, re-presentando, lembrando, mas também silenciando, esquecendo sentidos, deliberadamente. Se o jornalismo fala sobre os acontecimentos, ao mesmo tempo em que fala sobre o próprio jornalismo que pratica é porque, conforme pudemos perceber na primeira parte desta tese, há uma relação complementar, mas muitas vezes conflituosa inerente ao percurso que estamos delineando.

A ditadura enquanto acontecimento deve ser encarada como um evento multifacetado, que demanda múltiplas leituras porque está relacionado historicamente às próprias memórias da instituição, às verdades que o jornalismo pretende imputar – ou esconder - à sua imagem como dignas de reconhecimento. Vejamos mais de perto as epígrafes que apresentam este capítulo. Retiradas de sucessivos "Manuais de Redação" da *Folha* ao longo das últimas décadas, elas nos evidenciam as ambiguidades de um termo que literalmente se torna outro, revelando múltiplos sentidos e (re)apropriações.[335] Em um primeiro momento, mas já durante o processo de transição democrática, o jornal afirmava categoricamente que se deveria "evitar" a ditadura, baseando-se apenas em "fatos incontestáveis" para caracterizar regimes autoritários. Dez anos depois, passava a orientar seus jornalistas para que designassem "com critério" estes

[335] Citamos em epígrafe somente a *Folha de S. Paulo*, pois *O Globo* publicou apenas uma versão de seu "Manual de Redação" na década de 1990, onde não consta o verbete "ditadura" ou qualquer menção sobre o termo. Além disso, não houve uma preocupação mais incisiva do jornal carioca em articular o manual como estratégia política frente à ressignificação de seu jornalismo "profissional", como ocorreu no caso da *Folha.* Apesar de *O Globo* ter trilhado caminhos um pouco mais uniformes em sua relação com a ditadura, acreditamos que as epígrafes acima nos evidenciam de forma clara as ambiguidades de um acontecimento que é constantemente re(a)presentado ao longo do tempo pelo jornalismo que aqui problematizamos. Sendo acionado pelos jornais em diferentes e sucessivas conjunturas, a "ditadura" acabou por delimitar o próprio fazer jornalístico destas empresas e como, em presentes particulares, aquele passado foi sendo lembrado e esquecido, concomitante e conflituosamente.

regimes, qualificando-os de “forma objetiva”: nem “ditadura”, nem “revolução”, portanto. E por fim, mais de 40 anos após o golpe que deflagrou o regime, o jornal reconhecia que de fato houve uma “ditadura” no país, autorizando que se utilizasse o termo para designar o período em seus textos noticiosos.

Dilatando-se entre diferentes experiências e expectativas, o presente da enunciação jornalística está condicionado àquilo que historicamente delimita suas práticas. Foi possível perceber, na análise que fizemos ao longo do terceiro capítulo, como e sob quais conjunturas os jornais atravessaram este percurso, a ponto de podermos atrelar a ditadura e seus desdobramentos às identidades que a instituição procurou angariar para si. Por mais que este trajeto não tenha se dado de forma aparentemente tão unânime, é evidente que ele nos coloca uma série de questões relacionadas diretamente ao papel da memória, da autoridade e das verdades que o jornalismo intenta legitimar frente à (sua) história. Não queremos com isso apreender os significados que o termo veio a denotar em suas sucessivas reconfigurações, mas perceber como a ditadura, enquanto um acontecimento múltiplo, veio a afetar – e ser afetado - os sujeitos que dele se apropriam no, com e pelo tempo.

Que “fatos incontestáveis” eram esses que orientaram os jornais a atuar “objetivamente” em sua relação com a ditadura? Como eles construíram historicamente as suas verdades ao longo desta conjuntura? Quais protagonistas emergiram destes cenários e como foram conflituosa e paradoxalmente re(a)presentados, afetando o próprio acontecimento e o percurso dos jornais frente àqueles idos? Como atravessaram, - os jornais e suas “ditaduras”, - o processo de redemocratização do país, inserindo-se nos embates recentes a respeito das “verdades” sobre este ainda tão presente passado?

Pensar como estas verdades foram surgindo e se ressignificando em contextos específicos, entre a memória e o esquecimento, nos soa fundamental para revelar os jogos e relações de poder que se dão ao nível das lutas por reconhecimento. Ao potencializar determinadas “verdades” em detrimento de outras, conduzindo os acontecimentos sob fluxos diversos, o que estes jornais acabam muitas vezes é por legitimar seu próprio protagonismo. Um processo que historicamente acabou por reforçar as capacidades de uma instituição que diz praticar um jornalismo mais “profissional”, confiável, legítimo e, portanto, digno de ser reconhecido como tal.

Antes de inserimos os jornais neste embate é preciso que deixemos claro, no entanto, o que de fato vamos definir como o(s) acontecimento(s) “ditadura”. Não nos ateremos em pensá-la como um período em específico, fixo e delimitado, mas sim como um percurso narrativo que transborda temporalidades. Vamos tentar nos aproximar do acontecimento como uma série de

derivações que o enxerguem em sua duração, onde determinadas fatias de verdade são constantemente apropriadas, sendo alvo de disputa e negociações. Não vamos realizar, portanto, uma discussão estritamente historiográfica sobre a ditadura, apesar de que isso nos seja importante para percebê-la como um processo em conflito. Como um acontecimento, a ditadura deve ser problematizada a partir de suas memórias, dos usos que dela se faz, entre lembrança e esquecimento. De um acontecimento procura-se extrair suas verdades, relatos que o façam compreender e ser compreendido. Também dele se procura extrair uma experiência, muitas vezes nem sempre confortável e/ou amigável, histórias tecidas à revelia.

5.1. O acontecimento "ditadura militar": um incidente crítico e criticado

Que fique claro o grau de criticidade dos acontecimentos sob os quais iremos nos debruçar. Embora saibamos que toda e qualquer cronologia seja passível a questionamentos, podemos afirmar categoricamente que houve apenas uma "ditadura militar" (1964-1985) no Brasil. Mas apesar de inscrito temporalmente, um acontecimento como este não deve se limitar apenas a seu contexto de produção. É preciso que saibamos situá-lo não para estancá-lo no tempo e sim para, justamente, perceber como suas narrativas se enviesam historicamente. Se procuramos compreender como os jornais atrelaram seus discursos de autolegitimação aos acontecimentos relativos à ditadura é porque, ressaltamos mais uma vez, o encaramos a partir de sua pluralidade. Multifacetada, a ditadura é uma mas é várias, ela transborda e se dilata sob diversos fluxos de significação. Ainda está a acontecer porque suscita sempre novos questionamentos, ressurge sob as mais diversas formas e de acordo com as conjunturas em que são acionadas.

Isso nos evidencia o quanto um acontecimento e os discursos que dele emergem podem ser objeto de disputa e ressignificações. Nos permite salientar também que, portanto, quando nos referirmos ao acontecimento também estaremos nos apropriando dele, pois de antemão afirmamos que o encaramos como uma "ditadura" e não como um "movimento" e/ou "revolução". Uma ditadura que destituiu um governo eleito democraticamente a partir de um golpe, respaldado por setores da sociedade civil e que, percorrido um longo período de transição negociada, nos deixou rastros de um passado que ainda insiste em não passar.

Pensando desta forma, a ditadura será encarada aqui como um "incidente crítico" (Zelizer, 1992), aqueles momentos-chave que proporcionam às sociedades avaliar seus próprios valores, fazendo com que os diversos atores que a constituem se insiram em um embate pela negociação de sentidos, contestando padrões de ação e disputando versões "corretas" sobre os

fatos que relatam. Como um acontecimento fundador e traumático para a história recente do país, a ditadura e as narrativas que dela se desdobram estão inseridas nas lutas por reconhecimento. É a partir destes acontecimentos que o jornalismo vai historicamente fortalecendo a sua comunidade de intérpretes, já que seu trabalho não se dá apenas em construí-los, mas também em perpetuar suas estórias na história, re(a)presentando personagens e contextos, dando novos olhares, silenciando algumas vozes, potencializando outras. Com o tempo, "fatias de verdade" sobre determinado acontecimento podem começar a emergir, delineando os limites de uma autoridade que emana do jornalismo e seus discursos. Ao se apropriar dos acontecimentos, narrando as histórias sob seus termos, o jornalismo acaba por se dar ao direito de imputar "capacidades" que, portadas ao devir, visam o reconhecimento de suas práticas e a legitimidade de sua instituição. (Zelizer, 1992)

Apesar da importância do trabalho de Zelizer (1992) para nossa análise, é preciso no entanto que façamos um parêntese fundamental. O conceito utilizado pela autora tem como objetivo analisar os desdobramentos da cobertura jornalística sobre a morte do presidente Kennedy nos Estados Unidos. Um também crucial acontecimento fundador inserido na cultura daquele país, mas que se deu sob conjunturas bastante diversas das que pretendemos analisar aqui. Quando Zelizer (1992) está tratando de seu acontecimento ela o pensa muito mais a partir das estratégias utilizadas pelo jornalismo norte-americano, em especial a televisão, na configuração daquilo que vai chamar de "repetição pictórica de imagens chave". Por mais que também tenham se dado por disputa, estas narrativas auxiliaram a legitimar uma espécie de consenso sobre as memórias do assassinato. Imagens que, construídas e constantemente re(a)propriadas pelo jornalismo, persistiram na memória coletiva da nação como aquelas que de fato contaram a "verdadeira" história sobre o acontecimento, possibilitando à instituição se definir como um agente autorizado a reproduzi-las e portá-las.

Estamos cientes de que a experiência da ditadura militar no Brasil se configurou sob conjunturas diferentes, o que nos impede de encará-la sob as mesmas perspectivas. Mesmo que também construindo "imagens" particulares em seu percurso do reconhecimento, o jornalismo e os diversos atores que disputam as versões "corretas" do/sobre o acontecimento o fizeram – e ainda o fazem - de maneira mais tortuosa, evidenciando um tênue limite entre as verdades que se pretendem legítimas e as sutis utilizações da memória e do esquecimento. Basta lembrarmos novamente como a ditadura foi sendo historicamente ressignificada pelos jornais ao longo de suas trajetórias. Um caminho costurado por enviesamentos discursivos nem sempre tão aparentes.

Como um processo que emana sob diferentes fluxos de sentido, o(s) acontecimento(s)

retratados aqui devem ser pensados para além de um mero "incidente" crítico. Ele não "aconteceu" em um período histórico delimitado como no caso da morte de Kennedy. Embora possamos determinar quando de fato ocorreu o golpe, em quais dias foram decretados os Atos Institucionais, as datas das mortes de militantes políticos e/ou situações-chave para contextualizar o regime, a ditadura se estendeu por um longo período de tempo que não pode ser compreendido por seu simples encadeamento de fatos.

A ditadura militar, encerrada institucionalmente, ainda vive conosco em seus resquícios. Dela sempre nos chegam rastros, (re)suscitados esporadicamente seja para reforçá-los ou lhes dar novas leituras e interpretações. Como um incidente crítico, foi celebrada, refutada, criticada, nem sempre encarada como digna de reconhecimento ou vista com unanimidade. Instrumentalizada pelos usos e abusos da memória e do esquecimento, da ditadura já se teve orgulho e vergonha. Jornais já pediram desculpas por tê-la apoiado, na tentativa de assim reconfigurar a sua própria história e identidade.

Quando analisarmos as narrativas que irão emergir "no" jornalismo, devemos levar em conta, portanto, que a ditadura se constituiu como um acontecimento "recalcado" (Silva, 2011) difícil de se explicar por sua aparente unidade. Daí a importância em procurarmos compreender o que dela se conta e como, sob que pretextos e conjunturas, vão se articulando as "verdadeiras" histórias da/sobre a ditadura que o jornalismo vêm encarando como dignas de serem reconhecidas frente às suas capacidades.

Não queremos dizer com isso que foi apenas o jornalismo quem "recalcou" o acontecimento, com objetivos estritos de se autolegitimar. Com o fim da experiência de um regime ditatorial, - em especial quando ocorre uma transição transacionada, sem rupturas, negociada entre os altos escalões do poder, como foi o caso do Brasil - [336] as sociedades em geral acabam por trilhar a comumente mais segura via do esquecimento. Para que se evite falar de possíveis consensos e consentimentos, em geral prefere-se esquivar daquele passado recente, negá-lo ou até mesmo reformulá-lo. Uma releitura seletiva que, de acordo com o historiador Bruno Groppo (2015, p. 13), acaba criando mitos que não descrevem de forma comprometida o passado como ele "realmente foi", mas como se "desejava que fosse".

Dentre estes mitos, alimentados com o intuito de reconfigurar memórias e identidades

[336] A ditadura militar no Brasil encerrou seu ciclo com uma espécie de acordo estabelecido entre grupos de civis e militares, tendo como marco a promulgação da Lei de Anistia, em 1979, que "perdoou" os dois lados de uma suposta guerra travada entre o regime e seus opositores. Os debates sobre a possibilidade de promulgação da Lei, sempre presentes nas memórias sobre a ditadura, voltaram a aparecer com grande intensidade principalmente após o início dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, contexto sobre o qual nos debruçaremos no capítulo final desta tese. Para uma leitura mais detalhada sobre aquilo que ainda "resta" da ditadura no ainda frágil processo de transição democrática brasileiro, consultar as obras de Teles e Safatle (2010) e Pinheiro (2014).

coletivas, um dos mais importantes e, para nós, fundamental para se problematizar o percurso perpassado pelos jornais e seu jornalismo, é aquele que acabou por legitimar uma parcela da sociedade como simples *vítima* e/ou *resistente* à ditadura. (Groppo, 2015). Aqueles que se autoproclamam *vítimas* acabam muitas vezes por afastar de si a questão das responsabilidades, como se nada pudesse ter sido feito a não ser acatar imposições vindas de forma arbitrária. É o caso, por exemplo, das narrativas proferidas sobre os "tempos agônicos" da *Folha* e seu "jornalismo possível" no período da ditadura, ou dos discursos dos jornais sobre a constante censura e represálias que teriam sofrido durante o regime. Por outro lado, enquanto seu papel de *resistentes*, estes atores procuram reconhecer-se a partir de uma imagem heroica de combate frente aos ditames do poder. Lembremos aqui dos "comunistas do doutor Roberto" ou dos discursos sobre o protagonismo exercido pela *Folha* junto ao processo de abertura política.

Assim, no caso do jornalismo, podemos afirmar que a instituição acabou por construir a imagem de que fora ao mesmo tempo *inocente* e *resistente*. Uma atitude paradoxal que, conforme veremos, vai caminhar junto às memórias da instituição durante a nova democracia que se descortinava. Por ter uma função "terapêutica", estes mitos auxiliam a suprimir traumas de um passado que se pretende esquecer. Simultaneamente, pela forma como narrativas e memórias sobre aqueles idos são acionadas em presentes particulares, os mitos são utilizados como álibis, estratégias que camuflam a história e/ou muitas vezes a simplifica. Mesmo tendo atravessado o período da ditadura como grandes vencedores, vide o processo de crescimento e modernização sob o qual se constituíram, os nossos jornais construíram uma narrativa - a partir de seus *clichês de autolegitimação* - de que também foram os "vencidos" da história, pertencentes a uma parcela da sociedade que, comprometida única e exclusivamente com os preceitos da legalidade democrática, *resistiu* mas *sofreu* com a ditadura, uma força externa e estranha que, como uma "chapa de metal" pesado, subjugou e reprimiu a todos. (Aarão Reis, 2014)

Os "vencidos que venceram" (Rollemberg, 2006) legitimam assim uma memória problemática, que se lembra pelo esquecimento, negando muitas vezes a história inerente aos processos em disputa. Narrativas-álibi como estas são fundamentais aos agentes que a constituem pois os auxiliam a criar versões políticas mais seguras e "apaziguadoras" sobre os acontecimentos, onde todos acabam por encontrar seu lugar. Virando as costas para o passado, preferiu-se assim demonizar a ditadura, como que se dela fosse preciso exorcizar-se, um "tempo de trevas", superado e vencido. Esta arquitetura simplificada constituída por raciocínios binários e polarizados, - ditadura x democracia, opressão x liberdade, repressão x resistência - fez com que se legitimasse uma "incômoda e contraditória" memória sobre os tempos da

ditadura no Brasil, acredita Aarão Reis (2000; 2014). [337]

Obviamente que com isso não estamos querendo relativizar o caráter opressor e autoritário de um regime como a ditadura militar brasileira. O objetivo é que possamos pensar estes regimes como constructos sociais, desmistificando memórias que os enxergam apenas a partir de suas práticas manipuladoras e de coerção. Estamos aqui dialogando com os trabalhos de Rollemberg e Quadrat (2010) na tentativa de diagnosticar um panorama mais abrangente e pensar a ditadura para além de suas vítimas e algozes em um viés maniqueísta. É preciso, como bem apontam estes estudos, analisar a "construção social" dos regimes autoritários sem o apego muitas vezes sedutor das necessidades do presente. Apego que por vezes acaba encobrindo sutilezas, continuidades e rupturas de um passado que está sempre a descortinar futuros possíveis.

É preciso que saibamos fugir de dicotomias, discursos que encobrem as nem sempre evidentes relações entre a sociedade e seus regimes políticos. Ao pensar nas "ambivalências" dos jornais e suas ditaduras queremos perceber um processo que não lhes é estranho. Pelo contrário, lhes está nas entranhas fazendo parte de seus discursos e da constituição de suas identidades. Afinal, se todos de fato resistiram e repudiaram o regime, como então teria a ditadura militar brasileira durado longos 21 anos, voltando constantemente a nos assombrar? Só nos será possível encarar melhor esta complexa questão se verificarmos como criaram-se consensos, acomodações e redes de interesses que em tese refletiram em ganhos, sejam simbólicos e/ou materiais para muitos atores que participaram ativamente deste ainda conturbado acontecimento. (Rollemberg e Quadrat, 2010)

Como resultado de uma construção social, a história da ditadura não é portanto uma história do bem contra o mal. Quando falamos em "ambivalência", por exemplo, estamos nos referindo ao termo proposto por Pierre Laborie (2001; 2010) para problematizar o "duplo

[337] Há um longo e extenso debate sobre como as memórias da ditadura vêm permeando a sociedade brasileira em seu processo de transição democrática. Neste constante embate entre lembrança e esquecimento, podemos afirmar que em um primeiro momento optou-se por certa "amnésia coletiva" sobre o passado ditatorial, decorrente do caráter "apaziguador" de nosso processo de transição. Com a forte emergência das chamadas "memórias de esquerda", a partir de meados dos anos 1980-1990, passou-se a se consolidar uma memória hegemônica sobre o regime, constituída por militantes políticos e uma série de atores que procurou legitimar o papel da resistência democrática em oposição à ditadura. Panorama que se consolidou, - ao mesmo tempo em que se complexificou – no início do século XXI, quando de fato começaram a aparecer análises historiográficas mais críticas e contundentes sobre o período. Os embates pelas versões "corretas" sobre o passado da ditadura no Brasil ainda estão em processo, sob um panorama que vêm sorrateiramente se reconfigurando. Falaremos mais à frente sobre como algumas memórias ditas de "direita", - aquelas que chegam a negar a existência de uma ditadura no país e que por vezes pedem a volta dos militares no poder - emergiram com força neste contexto, caminhando junto a uma "memória liberal" sobre o regime, considerada ainda hegemônica. Para mais sobre este panorama, consultar, além das obras acima citadas, Aarão Reis, Ridenti e Motta (2004), Cardoso (2012), Martins Filho (2006), Napolitano (2015) e Wainberg (2010).

pensar" dos franceses ao longo do regime de Vichy na Segunda Guerra Mundial. O termo, apropriado pela corrente historiográfica brasileira sob a qual estamos aqui dialogando, nos auxilia a pensar como determinados atores atuaram não sob posturas aparentemente "antinômicas", contra e/ou a favor mas, em certos casos, sendo "um pouco dos dois ao mesmo tempo". Esta "cultura do duplo" nos abre assim uma série de possibilidades para identificar como determinada sociedade poderia ter agido sob sentimentos opostos onde, para sobreviver, "tiveram de aprender a existir com duas imagens de si mesmos: um rosto para mostrar publicamente a fim de subsistir e um para esconder a fim de preservar uma maneira de ser e agir. (Laborie, 2010, p. 39-40)[338]

Podemos atribuir aos discursos do jornalismo ao longo de nosso percurso este caráter de aparente ambivalência? Um jornalismo que foi um e outro ao mesmo tempo? Que compactuou e resistiu, que silenciou e combateu, que disse mas não fez? Para dizermos que sim, basta lembrar novamente de um ponto já bastante frisado em todo este trabalho: a preocupação que tivemos em delimitar um jornalismo que se diz (uma "verdade" *do* jornalismo), presente em seus discursos de autolegitimação, seu nome e "vozes", e aquele sob o qual se faz (uma "verdade" *no* jornalismo), inserido nas narrativas cotidianas dos/sobre os acontecimentos.

Quando realizamos este corte de orientação metodológica para pensar a consolidação de uma chamada instituição moderna do jornalismo no Brasil é porque partíamos do pressuposto de que aquilo que se configurou como um jornalismo "profissional", dito objetivo, isento e apartidário, se deu sob um contexto de franca aproximação, mas também silenciamentos e negociações, com os ditames do poder que àquele momento emergiram sob a ditadura. Um poder que paradoxalmente também dialogou, incentivou e reprimiu muitas das empresas que atravessaram este período como principais representantes do que hoje podemos ainda chamar de uma "grande imprensa" no país. Esta simples, mas nem por isso fundamental constatação, já nos parece suficiente para que possamos relativizar e colocar sob suspeita os discursos de uma instituição que historicamente vêm se utilizando deste passado para reconfigurar sua(s) identidade(s) em presentes particulares.

[338] Vale alertar que, também neste caso, Laborie está dialogando com um contexto bastante diferente do nosso, ainda que nos faça pensar em suas possíveis aproximações: a sociedade francesa diante de um regime de ocupação nazista que viu posteriormente na memória da resistência uma álibi para silenciar possíveis traumas. Deste modo, as "zonas cinzentas do pensar duplo" devem ser vista, segundo o historiador, como uma ferramenta fundamental na tentativa de compreender como se deu o processo de acomodação/resistência de uma sociedade que atuou, acredita o autor, mais por uma espécie de "necessidade exterior" do que por "cálculo cínico ou interesse": "Muito longe dos comportamentos heroicos e das rejeições declaradas, o duplo-pensar aparece como uma forma de resposta social a alternativas consideradas insuperáveis, uma resposta datada que deve ser vista como tal, como tentativa patética de ajustamento entre o desejo e o possível." (Laborie, 2010, p. 41)

Pensar as "ambivalências", neste sentido, nos possibilita problematizar estas duas "imagens de si" de um jornalismo que constantemente se (retro)alimenta de seus próprios discursos. Com o intuito de se autolegitimar e assim circunscrever a sua autoridade, suas memórias na história, este jornalismo necessitou realizar uma série de elaborações discursivas de natureza estratégica. Inscrever capacidades que procuraram fazer-se reconhecidas, na tentativa de fortalecer a imagem de uma instituição que se diz portadora de verdades mais "verdadeiras" do que outras.

É por isso que quando percorrermos as "verdades" inscritas *no* jornalismo, não iremos nos ater em discutir apenas se determinado jornal apoiou (ou não) o golpe e/ou a ditadura. A questão aqui se dará em perceber seus rastros, enviesamentos discursivos de um passado que se faz presente e que ainda caminha junto às imagens que a instituição pretende imputar a si, mesmo que muitas vezes silenciadas deliberadamente. Dizer isso é afirmar mais uma vez que as ambivalências de um regime conservador-autoritário como a ditadura militar brasileira estiveram permeadas por estratégias que transbordam a lógica binária da colaboração x resistência. Se houve adesão e resistência, também houve um processo de "acomodação" entre sociedade e regime. Ou seja, não houve efetivamente uma ruptura radical entre grupos que ora se conflitavam, ora se beneficiavam mutuamente. Estas ações, muitas vezes paradoxais e contraditórias são inerentes à cultura política brasileira e foram fundamentais para configurar as particularidades de nossa ditadura, acredita o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2014).[339]

No caso específico dos jornais aqui analisados é importante verificar como, aos contrapormos suas narrativas, estas ambivalências irão se manifestar de forma ainda mais complexa e tortuosa. Nem sempre eles foram um e outro ao mesmo tempo, já que mantiveram muitas vezes certa tradição, uma mudança que permanecia a mesma, dialogando com preceitos de um jornalismo moderno e profissional, sob o qual diziam pertencer e representar. Até porque, esta "arte de fazer mudanças conservando" (Motta, 2014) é intrínseca à própria configuração da ditadura militar, característica que moldou a "construção social" de seus atores em relação

[339] A leitura de Motta (2014) parte do pressuposto de que a ditadura militar brasileira, em seu projeto modernizador-autoritário, fora ao mesmo tempo destrutiva e construtiva, no sentido de que dialogou com as demandas de setores conservadores da sociedade, mesmo que por vezes, paradoxalmente, os cerceando e reprimindo. Deste processo advém, de acordo com o historiador, a tendência às atitudes de "acomodação", típicas de uma sociedade como a brasileira, de tradição conciliatória e avessa às rupturas. Por mais que o autor esteja pensando especificamente sobre as Universidades, "espaço privilegiado", segundo ele, para perceber estes "entrechoques" de diferentes forças que constituíram a experiência da ditadura no país, é evidente que podemos aqui atribuir também aos nossos jornais este papel. Assim como as Universidades, eles foram "importantes lócus de modernização do país, bem como campo de batalha entre os valores conservadores e os ideais de esquerda e de vanguarda; eram instituições que o regime militar, simultaneamente, procurou modernizar e reprimir, reforçar e censurar. Sob o influxo da cultura política brasileira, os governos militares estabeleceram políticas ambíguas, conciliatórias, em que os paradoxos beiravam a contradição." (Motta, 2014, p.16)

ao regime.

Ainda assim, pensar a construção das memórias da ditadura a partir de suas "ambiguidades" pode nos auxiliar a perceber como as mais diversas narrativas sobre o acontecimento foram se dilatando, assumindo diferentes perspectivas de acordo com seus sucessivos presentes da enunciação. Pela forma como vai sendo lembrada, reatualizada e também, muitas vezes silenciada e esquecida, a ditadura para estes jornais vai se configurando sob uma memória mutável, dinâmica e permeada de vicissitudes. (Napolitano, 2015)

Dialogando junto a diversos atores, o jornalismo acabou assim por se legitimar como um dos principais responsáveis pela articulação de uma dita "memória hegemônica" da ditadura (Napolitano, 2014; 2015), uma memória repleta de contradições, desvios e revisões de sentido, que auxiliou na configuração de uma imagem particular sobre o acontecimento e, acima de tudo, caminhou junto à instituição em seu processo de reconfiguração de identidade ao longo da história.

Esta memória começou se delinear justamente quando se evidenciou uma orientação de hostilidade/repulsa em relação ao regime, constituída por um processo de afastamento de setores liberais da sociedade e os militares então no poder. Ganhando força a partir do final dos anos 1970, no período de distensão política, e se consolidando nas décadas seguintes, este "divórcio entre antigos sócios" (Napolitano, 2014), fez com que se legitimasse a imagem dos "vencedores-vencidos" da história. Emerge progressivamente a partir daí, sob o signo da *resistência*, um discurso crítico em relação à ditadura que convergia elementos de um discurso "liberal" com parte da chamada "esquerda moderada":

> A melhor expressão dessa convergência é a relação ambígua da imprensa liberal, a mesma que pediu a cabeça de Goulart em 1964, com o regime. Depois do AI-5, a tortura e a falta de liberdades civis tornaram-se um problema, toleradas porque a ameaça da guerrilha era maior. Ao mesmo tempo, essa imprensa consagrou a cultura de esquerda e algumas vozes intelectuais críticas ao regime, construindo uma arquitetura da memória com elementos da crítica liberal e da crítica de esquerda. A opção aliancista e moderada do Partido Comunista Brasileiro facilitou esse processo. Dessa convergência improvável, entre liberais dissidentes e comunistas críticos, nasceu a memória hegemônica sobre o regime militar. Para os primeiros, funcionou como álibi para eximirem-se das responsabilidades históricas na construção de um regime autoritário e violento. Para os segundos, funcionava dentro da estratégia de "ocupar espaços", denunciar e deslegitimar a ditadura. Consagrou-se nas pesquisas universitárias, na imprensa liberal, nos meios de comunicação, isolando o discurso oficial do regime que perdia cada vez mais adeptos à medida que a crise política e econômica crescia. Nessa memória, a sociedade se afirmou como a antítese dos grupos de poder no Estado, impedindo a corações e mentes pelos ideólogos do regime, objetivo final de qualquer luta por hegemonia. (Napolitano, 2014, p. 316-317)

Ao se costurar a elementos "moderados" da esquerda, - a saber, aqueles que não compactuavam, por exemplo, com a luta armada e os movimentos de guerrilha -, os "liberais" - como parcelas do empresariado, intelectuais e do jornalismo profissional, como o caso dos nossos jornais – acabaram por se apropriar de elementos e identidades políticas particulares para reconfigurar o seu próprio posicionamento, legitimando-se assim como "resistentes" e, com isso, procurando silenciar um passado colaboracionista em relação ao regime. Há de se perceber portanto que a "memória hegemônica" da ditadura perpassou complexos e contraditórios processos de construção, caminhando ambiguamente entre setores que ora apoiaram, ora enfrentaram o regime. Delineava-se assim em seus discursos um ideal de "resistência democrática" que em tese definia "resistência" em abstrato, apagando tanto os projetos revolucionários da esquerda armada, quanto o autoritário dos liberais. (Rollemberg, 2006; Napolitano, 2015) [340]

Este deliberado esquecimento não deve ser problematizado como "mero cinismo" dos atores que a constituem, como bem pontua Napolitano (2015), mas como parte de todo e qualquer processo de construção da memória social, marcado por rememorações seletivas a partir de presentes particulares. Pensar portanto a construção social desta memória hegemônica pela imprensa não é falar apenas de memória, mas de uma memória que se quer história. Uma história particular que os próprios jornais pretendem construir sobre a verdade dos acontecimentos que relatam, na tentativa de legitimar sua autoridade e reconhecimento.

Alimentando-se sob este constante paradoxo e definindo-se por uma heterogeneidade de vozes e discursos, as mutações da memória hegemônica são inerente aos enquadramentos da "operação midiográfica" (Silva, 2011), atividade jornalística que consiste em não apenas construir os acontecimentos, mas recontar e ressignificá-los sob seus termos. Sendo assim, devemos lembrar mais uma vez que ao portar estas memórias, o jornalismo está inserido nos embates para legitimar determinadas fatias de verdade, o que implica em um trabalho de apropriação seletiva dos acontecimentos em momentos específicos e em conjunturas bem determinadas.

Alicerçada sob "dobras" de tempo histórico (Napolitano, 2017), estas memórias comumente realizam pontos de virada, dilatações onde se efetuam revisões críticas e/ou sínteses

[340] A caracterização peculiar da "memória hegemônica" sobre a ditadura militar brasileira deve ser entendida portanto sob este viés que é essencialmente "liberal-conservador". (Napolitano, 2015) Uma memória que se configurou pela crítica aos radicalismos, seja à esquerda ou à direita e que por isso relativizou em termos o golpe e a repressão nos momentos mais duros do regime. Esta memória, que em tese sempre caminhou junto aos discursos de nossos jornais, vai desaguar com considerável força no contexto dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade o que, conforme poderemos perceber, será fundamental para respaldar as "verdades" do/no jornalismo ao longo de seu percurso do reconhecimento.

do que se deve ou não ser significativamente lembrado. Como "dobras" são também momentos em que seu processo de ressignificação entram em "tensão máxima", justamente por causa dos rearranjos que sofrem em seus enviesamentos discursivos. Ao percebermos estas tensões poderemos então problematizar como e quando os acontecimentos mudam qualitativamente de sentido "podendo ser reinterpretados radicalmente, subsumido por outros eventos, apagado da narrativa ou, no limite, inventado ou monumentalizado como tal, a partir de reminiscências e dados brutos de experiência (relatos, ruinas, vestígios fragmentados, etc)." (Napolitano, 2017, p. 350)

Em diálogo mais uma vez com o trabalho de Napolitano (2015), mas realizando a partir dele uma leitura própria, vamos por fim traçar uma periodização que nos auxilie a perceber esta ambígua e muitas vezes paradoxal construção mnemônica sob a qual o jornalismo está inserido. Sabendo que este processo não pode ser estancado e/ou delimitado sob estritas marcações temporais e que ainda se encontra aberto e repleto de dinamicidade, o objetivo aqui será apenas situar de forma aproximada os momentos em que estas "dobras" emergem de forma mais evidente, condicionando as ressignificações dos acontecimentos no tempo.

A *primeira fase*, correspondente ao primeiro decênio da ditadura, entre os anos de 1964-1974, é o período em que de fato vão se costurar as leituras iniciais sobre o(s) acontecimento(s), fundamental para percebermos como seus significados irão posteriormente se dilatar sob novos olhares e conjunturas. Do golpe à instauração dos Atos Institucionais, passando pelos "anos de chumbo", da censura, dos movimentos de guerrilha e do "milagre econômico", destrinchar este período nos será crucial para entendermos as ambíguas e nem sempre tão transparentes relações do jornalismo e seus discursos sobre a "ditadura" (em geral ainda deliberadamente aspeada àquele momento). Discursos que irão caminhar às imagens "do" jornalismo ao longo de todo este percurso, conforme já pudermos perceber em termos ao longo da primeira parte desta tese.

Uma *segunda fase*, que perpassa o período de meados dos anos 1970 até 1990, será definido como o momento em que se inicia e consolida a construção da "memória crítica" (hegemônica) sobre o regime. A partir daqui poderemos perceber de forma mais clara não apenas como o(s) acontecimento(s) serão dilatados, ganhando uma nova vida e se reinscrevendo sob diferentes perspectivas, mas como as "dobras" destes discursos serão apropriadas pelos próprios jornais na tentativa de reconfigurar suas identidades. Aqui será nosso objetivo problematizar os enviesamentos discursivos de uma memória que, no conflituoso percurso entre lembrar/esquecer, é acionada sob sucessivos e particulares presentes. É sob este contexto que o jornalismo, na tentativa de legitimar-se como ator reconhecido a portar determinadas verdades

sobre o acontecimento, irá circunscrever certas "capacidades" frente às suas vozes. Um processo multifacetado que, conforme também pudemos perceber, dialoga conflituosamente com as verdades "do" jornalismo presentes em seus discursos de autolegitimação.

A *terceira fase*, que se funde ao período anterior e o atravessa até meados da primeira década do século XXI, pode ser caracterizado pela emergência das "leis de memória" e das políticas de Estado, tendo como marco a criação da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), em 1995. A consolidação da memória hegemônica crítica ao regime tem aqui papel central para a emergência destas políticas, que se basearam em progressivas demandas da sociedade civil e nas narrativas das vítimas de violência sofridas pelo Estado ao longo da ditadura. Com o intuito de assumir certo protagonismo frente ao período de transição democrática que se descortinava, o jornalismo passa a assumir neste momento um importante papel, já que seu trabalho se dá aqui em dilatar as narrativas sobre estes acontecimentos. Prática que se torna ainda mais evidente com o fortalecimento de um chamado "jornalismo investigativo" no Brasil e em diversos países da América Latina, que passa a se preocupar de forma mais comprometida com as elucidações de casos sobre as violações de direitos humanos de seus recentes passados ditatoriais. (Waisbord, 2000) Muitos casos que, pensando especificamente em nosso contexto, serão posteriormente apropriados pelas próprias empresas como marcos significativos de suas trajetórias.

É importante ressaltar que em um contexto como esse, permeado pelo constante diálogo entre os mais diversos setores da sociedade, se torna ainda mais visível como as narrativas da/sobre a ditadura constituem-se sob "ciclos" de memória (Atencio, 2014) que estão a se alimentar mutuamente. Diálogo conflituoso por vezes, já que o que está em disputa nestes jogos de legitimação discursiva são as versões "corretas" sobre um acontecimento que não cessa de demandar novas interpretações. É decorrente desta conjuntura as discussões que desencadearão na criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2012, uma *quarta fase* que perpassa aquilo que Napolitano (2015) definiu como um período marcado por revisionismos ideológicos e historiográficos e que será analisado separadamente no último capítulo desta tese. [341]

[341] Este período é caracterizado por um movimento em configuração claramente contraditório. Se por um lado ampliam-se as políticas de Estado e as narrativas calcadas sob uma memória hegemônica, - ciclo que se potencializa ainda mais sob uma "febre memorialística" decorrente dos 50 anos do golpe "comemorado" em 2014 - ao mesmo tempo é possível perceber também um crescente revisionismo, oriundo de uma "memória de direita" que têm relativizado o golpe, a ditadura e suas conjunturas. Este revisionismo, que já estava em curso quando Napolitano (2015) publicou seu texto, se torna progressivamente mais evidente no momento em que escrevo a presente nota, no segundo semestre de 2017. Vamos nos ater a esta peculiar conjuntura ao final da tese, quando trabalharmos especificamente sob os trabalhos do jornalismo no contexto da CNV.

Percorrendo cada uma dessas fases pretendemos portanto analisar como as verdades "do" jornalismo vão sendo costuradas às narrativas que se inscrevem cotidianamente "no" jornalismo, a partir da incessante reconfiguração que os jornais fazem de seus acontecimentos no tempo. Feito isso, acreditamos que nosso percurso se mostrará mais compreensível, principalmente porque temos como objetivo delinear o que definimos por uma "história da verdade", constituída na sempre imbricada, complexa e conflituosa relação que se dá entre discursos e práticas.

Vale por último apenas ressaltar que não iremos seguir estritamente as periodizações aqui propostas. Acreditamos que, pelo próprio estatuto plural e ambíguo dos acontecimentos sob os quais percorreremos, muitas destas demarcações temporais estarão sobrepostas e por isso as utilizaremos de forma maleável. A construção de uma "memória crítica" sobre o regime, por exemplo, foi acionada pelos nossos jornais sob visíveis avanços e recuos e nem sempre caminhando sob um percurso de aparente unanimidade. Isso porque cada jornal carrega consigo suas vicissitudes, inerentes aos dispositivos que os envolvem e às vozes que lhes dão sentido e significado. [342]

Outra questão fundamental deve ser levada em consideração: ao tratarmos das "dobras" temporais que emergem destes discursos, estamos partindo do pressuposto de que há muito mais enviesamentos que moldam e ressignificam estes acontecimentos do que necessariamente cortes e/ou abruptas rupturas. Veremos portanto como o jornalismo, ao trabalhar com as memórias do acontecimento na tentativa de legitimar suas verdades na história, carrega consigo uma espécie de "memória declaratória" (Barbosa, 2017) que em tese atua sob continuidades que se repetem no tempo, retornando sucessivamente em diferentes presentes da enunciação, entre lembranças e esquecimentos.

Apesar de nos auxiliarem a perceber os desvios e contradições das verdades que se pretendem reconhecidas "no" jornalismo, as "dobras" do tempo histórico se configuram entre as experiências e expectativas de uma instituição que em linhas gerais sempre caminhou sob as mesmas premissas. Há um conjunto de discursos recorrentes que moldam a história destas verdades "do" jornalismo, até porque, conforme pudemos perceber, é apenas pela repetição de determinados preceitos e valores que uma instituição consegue legitimar sua imagem no tempo. Trilharemos assim um percurso que se mostra paradoxal em sua essência, já que o jornalismo necessita destas mudanças/dobras para permanecer o mesmo e alimentar uma memória que se

[342] Basta lembrarmos novamente que ainda em 1987 a *Folha* preferia "evitar" a ditadura em seu Manual de Redação. É importante ressaltar também que o próprio Napolitano (2017), em estudo posterior, faz uma análise sobre o posicionamento do jornalismo frente às memórias da ditadura ciente destas particularidades.

quer reconhecida como a "verdadeira" história do/sobre os acontecimentos e da instituição que os profere.

5.2. História e memória do acontecimento: as verdades "no" jornalismo

5.2.1. P*rimeira fase* (1964-1974): a ditadura como revolução.

A maneira mais eficiente de percebermos como um acontecimento nos chega ao presente, "dobrado" sob as mais variadas leituras e interpretações é realizando uma análise de suas sucessivas (re)construções ao longo do tempo. No caso deste complexo e multifacetado acontecimento, denominado aqui de "ditadura militar", é preciso que possamos ao menos situar seu contexto de emergência, evidenciando sua superfície, o sinuoso leito por onde fluirão e serão reconfiguradas suas curvas. Não vamos com isso realizar uma análise específica sobre os jornais durante o conturbado cenário sob o qual se constituiu o golpe de 1964. Apesar de estarmos cientes de que a grande imprensa no Brasil tenha se configurado àquele momento como um de seus principais atores, já há uma ampla e crescente bibliografia que tem se debruçado sobre o papel de consideráveis setores da sociedade para a configuração e posterior legitimação de um golpe que não fora apenas protagonizado pelos militares.

Por essa razão, boa parte da historiografia brasileira prefere atualmente se referir ao golpe de 1964 como "civil-militar" e não apenas como "militar", já que houve de fato uma movimentação significativa de parcelas da população na deposição do governo de João Goulart.[343] Dentre estas análises, há leituras mais taxativas que chegam a definir o golpe como "midiático-civil-militar" (Silva, 2014), razão pela qual se procura evidenciar supostos colaboracionismos, adesões explicitas de empresas que teriam apoiado a conspiração dos militares, lhes garantindo legitimidade primordial e necessária para a sua sustentação. (Larangeira, 2014)[344]

[343] Estamos aqui nos utilizando dos trabalhos de Aarão Reis (2014), Napolitano (2014) e Ferreira e Gomes (2014), este último essencial para pensar particularmente o contexto e as conjunturas que deflagraram o golpe. Para uma análise minuciosa sobre a relação do empresariado e de parcelas da sociedade civil para a consolidação do golpe, consultar o trabalho de Dreifuss (1981). Sobre o papel das mídias e do jornalismo, consultar Abreu (2005) e Carvalho (2010). E, mais especificamente, sobre os casos da *Folha e O Globo*, ver as obras de Dias (2014) e Costa (2015).

[344] De acordo com a análise de Larangeira (2014, p. 203), por exemplo, "a mídia insuflou os militares e sem o apoio da mídia não haveria golpe. Foi e fez por convicção. Simples assim." Já para Juremir Machado da Silva (2014, p. 32), sem o trabalho da grande imprensa, que teria atuado como um "intelectual orgânico" do golpe, "não haveria legitimidade para a derrubada do presidente João Goulart. Os grandes jornais de cada capital atuaram como incentivadores e árbitros."

Sem querermos menosprezar a importância deste papel e a validade destas leituras sobre a imprensa, o objetivo de nosso estudo, para além de captar adesões e/ou colaboracionismos, é perceber como o nossos jornais em questão irão se costurar aos acontecimentos, configurando aquilo que definimos como uma verdade que é constituinte de seus próprios discursos. Cientes disso, partimos do pressuposto de que tanto a *Folha* quanto o *Globo* apoiaram e legitimaram o golpe que deflagrou a ditadura militar no Brasil, fato já assumido inclusive pelas próprias empresas, conforme pudemos perceber anteriormente.

Mas isso para nós não basta. Primeiro porque não podemos nos limitar a uma explicação que se reduza às meras conjunturas que antecederam o golpe e à ditadura. Por não ser pretensão desta tese explicar o golpe em si e/ou apenas o papel dos jornais na construção e legitimação do regime que o sucedeu, não nos ateremos especificamente a esta questão. O que deve aqui ser levado em consideração é como o jornalismo e seus jornais perpassaram uma série de discursos que foram essenciais para dilatar e ressignificar o(s) próprio(s) acontecimento(s) historicamente. Ao se apropriar destas narrativas sucessiva e conflituosamente o que o jornalismo procura é inserir na história as (suas) versões "corretas" sobre aquilo que relata e assim legitimar sua própria autoridade e reconhecimento.

Dito isto, ainda nos parece importante perceber como o acontecimento foi lapidado em seus momentos iniciais, período onde os jornais sequer utilizavam o termo "golpe" e/ou "ditadura", mas sim "revolução" e/ou "movimento" democrático para se referir ao governo dos militares. Só poderemos compreender a posterior reconstrução discursiva destes relatos cientes de como eles foram sucessivamente reconfigurados por empresas que atuaram de maneira bastante ambígua em sua relação com o regime. Isso porque procuramos compreender como a "revolução" foi se tornando paulatinamente uma "ditadura", constituindo-se como peça fundamental de uma memória crítica que não apenas dilatou o acontecimento, mas fora utilizada deliberadamente pelas empresas na tentativa de legitimar suas histórias de *resistência* e protagonismo, uma construção que não se deu por mera ocasionalidade semântica.

5.2.1.1. Escrevendo o certo por linhas (nem tão) tortas (1964-1968)

Quando percorremos o processo de institucionalização de um dito jornalismo moderno e profissional no Brasil, na primeira parte desta tese, o fizemos por acreditar ser esta conjuntura fundamental para se perceber o significado da "ditadura" frente às "histórias da verdade" *do* e *no* jornalismo. O caráter liberal destas empresas, pautado sob as premissas da objetividade, do apartidarismo, de notícias que se querem isentas de opinião e dos embates político-partidários,

vai contrastar muitas vezes com as conjunturas sob as quais seus discursos são acionados. Mesmo adeptos desta doutrina liberal, o jornalismo profissional no Brasil, ao longo de sua trajetória, jamais hesitou em aplaudir golpes de Estado quando por vezes julgou ser necessário controlar ameaças à "ordem social" e institucional. É por isso que, como nos alerta Napolitano (2017), mesmo nos momentos mais agudos da escalada autoritária do regime, os jornais jamais chegaram a romper "global e totalmente" com suas premissas, mantendo-se ora como "críticos pontuais", ora como um de seus "interlocutores confiáveis".

Isso não significa dizer, como bem aponta ainda Napolitano (2017) que a "imprensa liberal" seja "monolítica nas suas opiniões políticas" ou isenta de conflitos internos e negociações. Há diferenças fundamentais que também devem ser levadas em consideração quando analisarmos cada jornal em separado, por mais que muitas vezes eles pareçam dialogar entre si. [345] No caso da *Folha de S. Paulo*, por exemplo, já foi possível perceber como a "revolução" foi celebrada em suas páginas, caracterizada como um período de otimismo, esperança, trabalho e de franco reestabelecimento da legalidade democrática. O jornal, que mantinha àquele momento editoriais diários, muitos deles estampados com grande destaque nas capas da publicação,- em diálogo constante com as chamadas e notícias principais -, frisou desde o início a legitimidade de um regime que deveria ter como mote o "combate sistêmico" ao comunismo e à corrupção do país.[346] Uma situação em plena legalidade e que respeitava os preceitos constitucionais da nação.[347]

Sempre exigindo uma ambígua atitude de firmeza e ponderação a *Folha* desde o princípio realizou críticas pontuais a possíveis excessos praticados pelo governo. Tudo para que os "nobres ideais da Revolução" se mantivessem na normalidade, sem se sobrepor a "desmandos" que o jornal acreditava já estarem se registrando.[348] Frente a isso, via com "sinceridade" o decreto do Ato Institucional nº 1, que deveria realizar tudo "dentro do estritamente necessário" para efetivar a "consolidação do processo democrático", tirando do poder os "elementos comunistas" e "políticos corruptos" que poderiam conduzir o país ao caos e à falência econômica.[349] Decorrente disso, noticiava as constantes cassações de mandatos e

[345] Napolitano (2017) está aqui se referindo ao trabalho de Fonseca (2005) que, em seu estudo sobre o posicionamento ideológico da grande imprensa na formação de uma agenda "ultraliberal" no Brasil caracterizou a *Folha de S. Paulo* por sua "volatilidade ideológica", orientada por uma linha editorial sem muita rigidez doutrinária (o jornalismo "incoerente", como vimos anteriormente em nossa análise), e *O Globo* como um jornal de "governismo inveterado", pautado sempre pela continuidade e orientado por um pragmatismo típico daqueles que buscam estar em constante diálogo com o poder.
[346] Combate sistemático ao comunismo e à corrupção. Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.714, p. 1, 7 de abril de 1964.
[347] Respeito à constituição. *Folha de S. Paulo,* ano XLIV, nº 12.714, p. 4, 7 de abril de 1964.
[348] Volta à normalidade. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.716, p. 4, 9 de abril de 1964.
[349] O Ato Institucional. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12.717, p. 4, 10 de abril de 1964.

suspensões de direitos políticos sob um clima de aparente confiança, respaldado em sua grande maioria por mensagens oficiais do "governo revolucionário"[350], que jornal acreditava ser uma eficiente operação de "limpeza" praticada àquele momento pela "revolução". [351]

Os acontecimentos, construídos sob uma íntima relação com o alto-escalão do poder, reproduzindo discursos na íntegra dos dirigentes militares, ministros e chefes de gabinete, eram geralmente vistos sob um olhar esperançoso mas moderado, já que o jornal não via com bons olhos a possibilidade de eleições indiretas para os próximos pleitos regionais[352], nem aquilo que definira como as "perspectivas sombrias" de um regime que já ameaçava cercear a liberdade de opinião, noticiando assim com perplexidade o clima de instabilidade proporcionado pelos processos de inelegibilidade política.[353] Clima este que, paradoxalmente, fez o jornal justificar o decreto do Ato Institucional nº 2, um "remendo"[354] instituído sob visível grau de imediatismo, mas que teria chegado em boa hora e em clima de aparente tranquilidade. [355]

Apesar de se mostrar gradativamente "desapontado"[356] com ações e posicionamentos específicos do governo, evidenciando com isso as ambiguidades inerentes ao próprio processo político em curso[357], o jornal considerava favorável o saldo de dois anos da "revolução".[358] O que mais parecia incomodar a *Folha* àquele momento era a consolidação de um regime bipartidário, formalizado com as eleições indiretas, e que começava a ameaçar a legitimidade do processo revolucionário, ainda reconhecido como genuinamente democrático em suas intenções. Durante os períodos de sucessão eleitoral a cobertura da *Folha* continuava a se mostrar relativamente ambígua, em geral apoiando o governo "revolucionário" como um todo,

---

[350] Castelo Branco: reformas de base num clima de ordem. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 13.720, p. 5 13 de abril de 1964.
[351] A estrada da reconstrução. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 12. 784, p. 4, 16 de junho de 1964.
[352] Democracia, com eleições. *Folha de S. Paulo*, ano XLIV, nº 13.013, p. 4, 31 de janeiro de 1965.
[353] Inelegibilidade: projeto provoca surpresa geral. *Folha de S. Paulo*, ano XLV, nº 13.156, p. 1, 23 de junho de 1965.
[354] Remendos. *Folha de S. Paulo*, ano XLV, nº 13.278, p. 4, 23 de outubro de 1965.
[355] (País recebe tranquilo Ato Institucional nº 2. *Folha de S. Paulo*, ano XLV, nº 13.283, p. 1, 28 de outubro de 1965.) O Ato Institucional Número Dois (AI-2), decretado pelo regime em 27 de outubro de 1965, teve como princípio imediato barrar o crescimento da oposição, ao decretar eleições indiretas e o fim do pluripartidarismo. Apesar de esta medida ter recebido uma série de críticas pontuais pela cobertura da *Folha*, o AI-2 em geral foi visto como uma atitude que trouxe ao país uma "inegável sensação de desafogo", decretando "medidas revolucionárias" extremas mas que teriam como objetivo exaurir o clima de tensão vivido pelos últimos dias, desde que estes poderes fossem utilizados com "sensatez", "prudência e moderação". (Prudencia e moderação. *Folha de S. Paulo*, ano XLV, nº 13.284, p.4, 29 de outubro de 1965.)
[356] Desaponto. *Folha de S. Paulo*, ano XLV, nº 13.380, p. 4, 2 de fevereiro de 1966.
[357] (Oposição repele eleição indireta. Manifesto critica continuismo. *Folha de S. Paulo*, ano XLV, nº 13.389, p. 1, 11 de fevereiro de 1966.) Ambiguidades que eram claramente evidenciadas quando o jornal publicava em sua própria capa declarações oficiais do regime, em contraste com outros discursos de oposição, o que pode ser visto, por exemplo, em uma edição que comentava sobre os acontecimentos do feriado dos trabalhadores: "Castelo Branco afirma no dia do trabalho: a estabilidade é intocável"; "1º de maio dividiu os trabalhadores." (*Folha de S. Paulo*, ano XLVI, nº 13.469, p. 1, 2 de maio de 1966)
[358] Dois anos. *Folha de S. Paulo*, ano, XLVI, nº 13.437, p. 4, 31 de março de 1966.

mas criticando medidas particulares que denotavam certo recrudescimento do regime, como as constantes cassações de políticos da oposição e as manobras utilizadas, segundo o jornal, de maneira praticamente autoritária, visando favorecer o continuísmo dos militares no poder.[359]

Mesmo delineando este panorama paradoxal, o jornal não fazia nenhuma menção direta ao regime como sendo uma ditadura de fato.[360] Quando portanto se diz "desapontado" com os rumos da "revolução" o que faz a *Folha* é depositar expectativas sob um processo histórico que ainda se encontra aberto e em construção, nos evidenciando, como bem aponta Napolitano (2017, p. 351), o quanto estas empresas sentiam-se pertencentes a uma espécie de "clã dos revolucionários ´de primeira hora´", autoridades morais que poderiam assim também pautar possíveis rumos a serem tomados pelo regime. Uma observação como esta nos permite já de antemão contrastar os discursos de uma empresa que afirmava passar àquele momento por uma mera "fase de sacrifícios", procurando apenas reformular-se técnica e estruturalmente, sem com isso poder articular uma política editorial mais clara e bem definida.

Para além de problematizar nossa análise sob a dicotômica questão do apoio/resistência, o fundamental aqui é que possamos reforçar novamente como o jornal fora desde o princípio um ator político relevante, atuando com posicionamentos específicos e bem delimitados, apesar de muitas vezes contraditórios. Mais do que pautado por visíveis críticas "periféricas e pontuais" (Pilagallo, 2012), este fora um momento em que o jornalismo da *Folha* não apenas caminhou junto ao regime, mas procurou assumir considerável protagonismo frente ao rumos da política, construindo e comentando os acontecimentos sob os seus termos.

É evidente no entanto que as críticas delineadas pelo jornal tinham como intuito transparecer a imagem de um regime cada vez mais em crise, oriunda de um processo de transição que colocava a estabilidade da "revolução" em perigo. Circunscrevendo uma onda de sucessivos acontecimentos a *Folha* dá reconhecido destaque ao início das manifestações estudantis, ao fortalecimento da oposição, e a um novo ciclo de cassações, um grave "erro político" que, de acordo com o jornal, servia apenas aos interesses do governo para salvaguardar os agora "vagos e indefinidos interesses revolucionários" [361]

[359] No momento em que a *Folha* noticiou, por exemplo, o processo de cassação do então governador de São Paulo, Adhemar de barros, chegou a afirmar que este caso em particular teria se dado como medida de um regime que escrevia "certo por linhas tortas", como se o jornal apoiasse os fins, mesmo que não explicitamente os meios. (Certo por linhas tortas. *Folha de S. Paulo*, ano XLVI, nº 13.505, p. 4, 7 de junho de 1966)

[360] "No Brasil não há ditadura", parecia querer fazer questão de frisar o jornal, ao estampar em sua capa um discurso do marechal Castelo Branco em resposta a crítica recebida pelo senado dos EUA. (No Brasil não há ditadura. *Folha de S. Paulo,* ano XLVI, nº 13.490, p. 1, 23 de maio de 1966)

[361] Erro político. *Folha de S. Paulo*, ano XLVI, nº 13.638, p. 4, 18 de outubro de 1966.

Com o posterior fechamento do congresso, o decreto de novas eleições indiretas e as discussões de uma controversa carta constitucional, decorrente daí uma lei de imprensa[362] que passava a cercear a atividade jornalística no país, a *Folha* começa a assumir que estaria se delineando no país um regime de faceta claramente autoritária. Exagerando dos dispositivos que lhe dispunha, o presidente da República se tornara para o jornal "quase um ditador, com atribuições vastas e poderes ilimitados".[363] O "caminho do caudilhismo" estava aberto e era preciso se fazer uma defesa da democracia por ela mesma, sem extremismos e com o pleno direito à informação assegurado.[364]

Mais uma vez era como se o jornal se sentisse traído por um movimento sob o qual vinha depositando todas suas expectativas e ajudado a legitimar.[365] Concomitantemente, é interessante perceber que a empresa aproveitava suas páginas para divulgar uma espécie de campanha cívica com mensagens otimistas ao seu leitorado e anunciantes: "Aposte no Brasil - vale a pena"; "Não pare – trabalhe"; "Confie no Brasil"; "Ajude o Brasil a ajudar você", palavras de ordem motivacionais para que todos pudessem atravessar esperançosos a evidente crise que se descortinava. [366] Crise que para a *Folha* parecia não se concretizar de fato pois, conforme vimos no capítulo 3, fora este um momento importante para seu crescimento, onde o jornal batera sucessivos recordes de tiragem, ampliando sua frota de veículos, maquinário de impressão e aparatos tecnológicos, bem como começara a definir a consolidação de seu conglomerado jornalístico-empresarial.

---

[362] A Constituição de 1967, delineada ainda em fins de 1966 com instauração do AI-4, foi responsável por "institucionalizar" de fato os decretos anteriormente impostos pelo regime, garantindo assim amplos poderes ao Executivo. Já a lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, conhecida como a "Lei de Imprensa", deu margem para que posteriormente se formalizasse (novamente) no país a prática da censura. Ainda assim, vale lembrar novamente que apesar da praticarem aquilo que definimos como uma "autocensura", nem a *Folha* quanto o *Globo* sofreram de fato com a censura prévia em suas redações.

[363] Carta: sintese-I. *Folha de S. Paulo*, ano XLVI, º 13.704, p. 4, 23 de dezembro de 1966.

[364] Defesa da democracia. *Folha de S. Paulo*, ano XLVI, º 13.710, p. 4, 29 de dezembro de 1966.

[365] Como é possível perceber, por exemplo, neste editorial-desabafo contra a Lei de Imprensa publicado pela *Folha* dias depois, uma explícita declaração de apoio da empresa à "revolução": "Nos tempos difíceis que antecederam a Revolução de março de 1964, teria sido acaso possível denunciar a corrupção e conter a subversão sem uma imprensa independente, capaz de criar no país o clima psicológico necessário ao êxito do movimento militar que se propunha devolver-nos à democracia e à ordem? Os jornais estiveram na primeira trincheira, esclarecendo, informando, combatendo, apontando as soluções que melhor convinham ao nosso destino de provo livre. E a liberdade que assim se defendia não era unicamente a de imprensa: os jornais não se empenharam na luta democrática pensando egoisticamente em si mesmos: a liberdade que então se quis salvar era de todos, e todos encontraram, nos jornais, à medida em que eram ameaçados pela onda subversiva, os porta-vozes de seus protestos, os divulgadores de suas opiniões." (Liberdade de todos. *Folha de S. Paulo*, ano XLVI, nº 13.722, p. 4, 10 de janeiro de 1967)

[366] Estes discursos foram publicados seguidamente pelo jornal ao longo dos últimos dias do ano de 1966. Uma campanha muito próxima àquela protagonizada pela *Folha* em 1965, sob o título de "Nada resiste ao trabalho", já citada ao longo do capítulo 3 desta tese.

Devemos nos ater para o fato de que estas mensagens de otimismo, ao que parece, acabaram por refletir na própria cobertura do jornal, que passou a caracterizar novamente o regime sob um aparente clima de normalidade. Mesmo com a continuidade das eleições indiretas, a *Folha* via desde o princípio suas "esperanças renovadas" com a escolha do marechal Costa e Silva para sucessão do "governo revolucionário".[367] O governo estava em "paz, otimista"[368] e agora eram tempos de "união nacional", acima de tudo. [369] As críticas diretas às políticas do regime esvaem-se consideravelmente, como se a "revolução" tivesse retomado seu rumo. A partir de então o jornal passa a noticiar mais diretamente temas relacionados à economia, aos problemas do cotidiano da cidade, a conjunturas internacionais.[370]

Há também uma série de outros fatores que poderiam ter influenciado este posicionamento do jornal. Se pensarmos nos termos de Motta (2014), a "acomodação" da *Folha* poderia ter se dado justamente para que a empresa se beneficiasse das conjunturas impostas pelo regime, já que com o gradativo recrudescimento da ditadura se tornou necessário evitar conflitos, diluindo nas páginas do seu jornalismo as críticas mais contundentes. Além disso, neste mesmo período a empresa relançou o jornal *Folha da Tarde*, empreendimento tido como uma oportunidade de mercado para que o grupo dialogasse com demandas mais à esquerda da sociedade, como o efervescente movimento cultural e estudantil que emergia no país. [371]

Pode advir daí o repentino silenciamento da *Folha* neste momento, que transferira estrategicamente ao seu vespertino a responsabilidade para uma cobertura política mais comprometida. A questão é que já em meados de 1968 a instabilidade do regime volta a aparecer com força nas páginas do jornal. Com a morte do secundarista Edson Luís e a dura repressão às manifestações estudantis que se seguiram, a *Folha* passa a denunciar os extremos praticados por ambos os lados, encarando com preocupação o desdobrar dos acontecimentos. Com a intensificação dos protestos, o jornal noticia estarrecido uma onda de novos atentados à bomba na cidade de São Paulo, fruto da "autêntica provocação de irresponsáveis [e] mofinos

---

[367] Esperanças renovadas. *Folha de S. Paulo*, ano XLVI, nº 13.624, p. 4, 4 de outubro de 1966.
[368] Governo em paz, otimista. *Folha de S. Paulo*, ano XLVII, nº 13.894, p. 1, 1 de julho de 1967.
[369] União Nacional. *Folha de S. Paulo*, ano XLVII, nº 13.900, p. 1, 7 de julho de 1967.
[370] É interessante ver neste sentido como o jornal noticia a posse de Costa e Silva em sua capa, dando destaque similar, em letras garrafais, a duas manchetes de porte aparentemente antagônicos: "COSTA É O NOVO PRESIDENTE; TRÂNSITO MELHOR ONTEM." (*Folha de S. Paulo*, ano XLVI, nº 13.787, p. 1, 16 de março de 1967)
[371] Relançada em 19 de outubro de 1967, a *Folha da Tarde* era considerada um jornal "moderno", "atual", "jovem". Impresso a cores, em tecnologia *off-set* e contando com um time de jornalistas repleto de militantes políticos, o novo empreendimento do grupo teve como intuito competir com o *Jornal da Tarde*, um periódico considerado mais à esquerda àquele momento. Sem ter alcançado significativa representatividade - 3,6% do leitorado da capital paulista, segundo uma pesquisa ibope de 1969, citada por Kushnir (2004) -, esta experiência combativa da *Folha da Tarde* durou menos de dois anos. Alguns meses após o decreto do AI-5, em dezembro de 1968, o jornal adotaria uma nova e completamente oposta postura, conforme veremos logo em seguida.

aprendizes de terroristas", que receberam o "profundo repúdio" de todo o "povo brasileiro".[372]

Contrariando muitas vezes as versões oficias do regime em sua própria capa, a *Folha* noticiou o alarme causado por uma nova série de prisões arbitrárias, realizadas "sem muita explicação - a não ser vagas acusações de subversão e às vezes nem isso."[373] Ainda assim destacava dias depois que "não há perigo de ditadura"[374] no país, acreditando ser urgente que se colocasse "fim à anarquia", um "ponto final" ao clima de instabilidade do regime: "O bom senso [...] precisa reinstalar-se na consciência de todas as pessoas de responsabilidade, para um esforço comum no combate ao inimigo comum: a desordem, porta aberta para as piores aventuras e desventuras."[375]

Percorrendo as páginas do jornal ao longo dos últimos meses de 1968 é possível perceber um forte clima de instabilidade e ebulição política no país. Aumento de protestos, atentados e um recrudescimento cada vez maior por parte do regime, que assumia por fim ter se instaurado um clima de "guerra psicológica" incontornável.[376] Quando a ditadura escancara-se de fato, com o decreto do AI-5[377], a *Folha* lamentava a interrupção do processo de "normalização da vida nacional", que vinha "bem ou mal", seguindo seu rumo. Mesmo assim, afirmava que o "chefe da nação" deveria ter tido "fortíssimos motivos" para tomar esta extrema medida e, se houvessem culpados ou responsáveis a se repudiar àquele momento este seria o "radicalismo" e seus "agitadores, interessados apenas em criar problemas para a nação".[378]

A constatação cada vez mais eminente de uma crise/ruptura no processo revolucionário faz com que esse panorama se configurasse sob uma primeira "dobra" do tempo histórico, onde o jornal acabou por reelaborar sua própria experiência-expectativa em relação ao regime (Napolitano, 2017). No entanto, por mais que esta postura possa ter implicado diretamente na posterior reformulação de uma memória hegemônica/liberal sobre a ditadura, não há como negarmos que houve aqui uma espécie de narrativa clamorosa, exigindo uma solução efetiva

---

[372] (Terrorismo. *Folha de S. Paulo*, ano XLVIII, nº 14.184, p. 4, 17 de abril de 1968.) Na verdade, já desde meados de 1966, em virtude de uma tentativa de atentado à bomba ao então ministro do Exército, Costa e Silva, no Aeroporto de Guararapes, em Recife, o jornal já alertara sobre como o "radicalismo" teria mudado a situação nacional, emergindo daí a figura do "antibrasileiro" (Antibrasileiro. *Folha de S. Paulo*, ano XLVI, nº 13.555, p.4, 27 de julho de 1966)

[373] Nova onda de prisões alarma três estados. *Folha de S. Paulo*, ano XLVIII, nº 14.206, p. 1, 8 de maio de 1968.

[374] Não há perigo de ditadura. *Folha de S. Paulo*, ano XLVIII, nº 14.245, p.1, 16 de junho de 1968.

[375] Fim à anarquia. *Folha de S. Paulo*, ano XLVIII, nº 14.251, p. 4, 23 de junho de 1968.

[376] Guerra psicológica no país. *Folha de S. Paulo*, ano XLVIII, nº 14.272, p.1, 13 de julho de 1968.

[377] O Ato Institucional nº 5, baixado em 13 de dezembro de 1968, decretou o fechamento do Congresso Nacional (que assim se manteve até outubro de 1969) e autorizava, dentre outras medidas, que o presidente da República, sem qualquer aval do legislativo e judiciário, realizasse cassações e intervisse diretamente em estados e municípios. Agindo sob o pretexto da "segurança nacional" a ditadura passa a partir de então a "institucionalizar" práticas como a censura e a repressão de seus opositores.

[378] Horas difíceis. *Folha de S. Paulo*, ano XLVIII, nº 14.426, p. 4, 14 de dezembro de 1968.

que colocasse novamente nos trilhos um regime desgovernado. A *Folha*, portanto, continuava a se identificar com a "revolução", apesar dos pesares. Isso para nós não deve passar despercebido, pois acreditamos ser um atributo fundamental a constituir os discursos destes jornais sobre os "anos de chumbo" da ditadura, logo à frente.

Mas antes de virarmos esta página, vamos agora analisar como *O Globo* também costurou-se sob esta mesma conjuntura. Diferente da *Folha,* que cobrava da "revolução" uma atitude firme, mas com prudência e moderação, o jornalismo de *O Globo*, com seu "governismo inveterado" enxergava no regime uma possibilidade para extirpar o mais rápido possível os resquícios do antigo governo. Logo após comemorar a "volta da democracia" no país[379], o jornal afirmava que para a "revolução" atingir seus objetivos, seus líderes deveriam estar prontamente definidos. Era necessário "medidas drásticas", sem "politicagens": "não podem ser adiadas as medidas excepcionais reclamadas pela excepcionalidade da situação."[380]

Mais do que otimismo, o que se via nas páginas de *O Globo* era uma clima de celebração triunfante, expressos em seus discursos, editoriais, anúncios e nas "mensagens de felicitações" enviadas ao jornal por sua posição assumida em "defesa da democracia".[381] A nação estava em festa e até mesmo o recém "eleito" presidente Castelo Branco saudava o povo por intermédio de um jornal que "desempenhou, na revolução, uma importante tarefa de orientação e de impulsionamento."[382]

Mesmo sem manter editoriais em espaços fixos e delimitados, *O Globo* publicava-os quase que diariamente em sua capa. Seus textos, ao que parece, tinham o intuito de exaltar um clima de esperançosa euforia sob o qual a nação atravessava.[383]Ao mesmo tempo, as cassações, prisões e perseguições à oposição e as constantes arbitrariedades praticadas pelo regime eram noticiadas com certo alarde. Isso porque o jornal parecia fazer questão de evidenciar que estas eram medidas necessárias, já que o que estava em curso era um processo de ruptura revolucionário que tinha como objetivo máximo conter uma eminente ameaça comunista que se articulava no país. [384]

---

[379] RESSURGE A DEMOCRACIA. *O Globo*, ano XXXIX, nº 11.625, p. 1, 2 de abril de 1964.

[380] (Um governo que honre a revolução. *O Globo*, ano XXXIX, nº 11.627, p. 1, 4 de abril de 1964.) Neste mesmo editorial o jornal explicitava o que se entedia por uma "revolução" e o que esperava do regime: "Uma revolução não é um desfile de carros alegóricos. Nem se confunde com um golpe de Estado, que em geral só tem como objetivo a conquista do poder. Uma revolução visa a mudar um sistema, com a introdução de uma nova filosofia de Governo, outro tipo de administração, outro quadro de dirigentes. Aqui tivemos uma revolução."

[381]Felicitações a O GLOBO pela vitória da ordem. *O Globo*, ano XXXIX, nº 11.630, p.2, 8 de abril de 1964.

[382] O presidente saúda o povo por intermédio de O Globo. *O Globo*, ano XXXIX, nº 11.634, p. 1, 13 de abril de 1964.

[383] Início de uma era de honestidade e decência. *O Globo*, ano XXXIX, nº 11.639, p.1, 18 de abril de 1964.

[384] Diante disso, o jornal publicava constantemente em suas capas as tentativas da "revolução" em desmascarar seus opositores, alertando seu leitorado sobre o delicado contexto sob qual perpassavam: "Brizola tinha a lista dos

Não havia com isso desmandos do governo, mas atitudes firmes, com propósitos claros e definidos. Críticas não eram oportunas àquele momento, pois além de dar margem à oposição, enfraqueceriam um regime que deveria ser prestigiado, acima de tudo. [385] Quem não caminhava com ele compactuava com a ação de "impatriotas" e subversivos, contrários à revolução. [386] De uma maneira muito mais evidente do que a *Folha,* o jornalismo de *O Globo* era claro em explicitar seu papel frente ao "clã dos revolucionários" (Napolitano, 2017), realizando campanhas em prol do regime que chegavam a falar por ele mesmo. É o que pode ser visto, por exemplo, nesta mensagem de alerta publicada com destaque em uma de suas capas:

> CUIDADO COM OS BOATOS: estão procurando afundar o país numa guerra psicológica. Um clima artificial de inquietação, pânico e alarmismo está sendo forjado e sendo pôsto em ação. [...] Os boatos se cruzam, num matraquear incessante. Busca-se sobressaltar, inquietar a Nação. A verdade é diferente: o País está calmo, entregue às suas atividades construtivas. Uma das condições para que a ordem e a calma continuem sendo preservadas é o povo não abrir o menor crédito à refalsada onda de alarmismo que forças interessadas num colapso das instituições estão procurando fazer descer sobre a Família Brasileira.[387]

A "verdade" construída pelo *Globo* era portanto "diferente": aquela que mostrava a "revolução" sem suas inquietações e ambiguidades. O país marchava ordeiro e progressivamente e seu leitorado deveria reconhecer-se a partir dos acontecimentos retratados pelo jornal. De resto, o que se via eram boatos, não notícias. Apoiando o regime "de peito aperto e bem conscientes da posição assumida", *O Globo* acreditava que o "papel construtivo da imprensa" era o de saber fazer críticas em seus devidos termos, "não enveredando pelo caminho fácil de apontar os defeitos" ou "de fazer eco aos descontentamentos".[388]

Partindo desta premissa, via como uma boa alternativa a possibilidade de eleição indireta para os próximos pleitos regionais de 1965. Como estava em jogo a ordem de um processo ainda em curso, dar voz ao povo neste momento poderia ser "prejudicial à tranquilidade do país", já que pela necessidade maior de se "preservar o regime" era necessário

---

que seriam mortos se a esquerda vencesse" (17 de abril de 1964); "Descobertos uma masmorra e documentos que provam a ação subversiva da UNE" (4 de maio de 1964); "O Brasil infestado de espiões soviéticos" (6 de maio de 1964); "Planos apreendidos revelam o que fariam os comunistas: incêndio, execuções em massa, depredações e saques simultaneamente em todas as cidades" (23 de maio de 1964); "Apreendidos documentos clandestinos da rearticulação comunista no Brasil. Sabotagem e guerra psicológica, ação guerrilheira e espionagem." (25 de junho de 1964).

[385] Atitude lúcida. *O Globo*, ano XXXIX, nº 11.730, p. 1, 4 de agosto de 1964.

[386] A linha do impatriotismo. *O Globo*, ano XXXIX, nº 11.754, p.1 1 de setembro de 1964.

[387] CUIDADO COM OS BOATOS. *O Globo*, ano XXXIX, nº 11.802, p. 1, 27 de outubro de 1964.

[388] Um marco de esperança. *O Globo*, ano XL, nº 11.859, p. 1, 5 de janeiro de 1965.

uma "solução excepcional".[389] Solução que, de acordo com o jornal, não partia deliberadamente do governo revolucionário, mas refletia uma aspiração comum de toda a nação.[390]

Por isso, reforçava novamente que aqueles que insistiam em apontar os erros e contradições do regime se pautavam por análises "fantasiosas", sem qualquer rigor à objetividade. Como se recusavam a enxergar a realidade, o jornal, ao que parece mais uma vez em nome do regime, tinha a eles um recado bem claro. Enquanto "não causarem danos maiores à recuperação nacional" estariam em seus direitos. "Se vierem a constituir um perigo para a realização dos objetivos da Revolução, que não pode ser prejudicada pela insensatez de uns poucos, então será preciso detê-los."[391]

Preocupado com o clima de inquietação e instabilidade política que começava a emergir deste cenário, *O Globo* já vinha cobrando uma postura mais contundentes por parte da revolução. Ela não poderia mais "assistir mansamente, como um boi de presépio", o desmantelamento de seus ideais.[392] Portanto, não havia mais "tempo a perder". Para que sua autoridade fosse plenamente reestabelecida era preciso que se agisse "com energia e rapidez", colocando um fim aos desmandos que vinham não da Revolução, mas de seus inimigos e desafetos. [393]

Quando por fim os militares parecem responder ao reclames do jornal, baixando o AI-2, *O Globo* faz questão de enfatizar o clima de "absoluta calma" sob o qual a população recebera o decreto. Aliviado pela manutenção do processo revolucionário, reproduzia em manchete que agora estaria o governo "armado" para "qualquer contingencia excepcional".[394] Face a esta conjuntura, o jornal passa a costurar os acontecimentos referentes às ilegibilidades políticas, cassações e continuidade das eleições indiretas, sob um clima de aparente normalidade, como se o regime seguisse seu fluxo natural de consolidação.

---

[389] Solução excepcional em circunstâncias excepcionais. *O Globo*, ano XL, nº 11.884, p. 1, 3 de fevereiro de 1965.
[390] As eleições que a nação deseja. *O Globo*, ano XL, nº 11.896, p. 1, 17 de fevereiro de 1965.
[391] (A mensagem presidencial e a realidade brasileira. *O Globo*, ano XL, nº 11.908, p.1, 5 de março de 1965.) Essa relação de cumplicidade entre a empresa e o regime é explicitamente evidenciada quando, mais uma vez, agora em decorrência do primeiro aniversário da "revolução", o marechal Castelo Branco envia uma carta ao "companheiro Roberto Marinho", devidamente assinada e publicada na íntegra e com grande destaque na capa de seu jornal: "Na longa e áspera luta do povo brasileiro para a conquista das suas liberdades, sempre foi relevante o papel do jornalismo, "órgão essencial da opinião pública". Quando se escrever a história dos dias incertos que antecederam a Revolução de 31 de março, e a daqueles em que buscamos reformar e renovar a sociedade brasileira, tornando-a mais junta e mais feliz, será destacada a posição d'O Globo, cujas colunas tanto têm servido ao país procurando tornar-se um permanente e quotidiano exemplo de civismo." (O presidente da República a O GLOBO. *O Globo*, ano XL, nº 11.933, p.1, 3 de abril de 1965)
[392] Extremo a evitar. *O Globo*, ano XL, nº 11.892, p.1, 12 de fevereiro de 1965.
[393] A Revolução Desafiada. *O Globo*, ano XLI, nº 12.037, p.1, 5 de agosto de 1965.
[394] A nação recebeu em absoluta calma o Ato Número 2; Armado o governo para qualquer contingência excepcional. *O Globo*, ano XLI, nº 12.109, p.1, 28 de outubro de 1965.

Por mais que algumas críticas começassem a aparecer sutilmente em suas páginas, ao que parece elas surgiam mais para evidenciar os equívocos e inconsistências da oposição do que para mostrar um grau de descontentamento do jornal para com o regime.[395] Se havia sintomas de uma crise àquele momento ela seria fruto de uma opinião pública responsável por propagar a "antiesperança", um negativismo que envenenava com o "travo da frustração" o espírito dos brasileiros e se dava, segundo o jornal, sob a direção de dois polos: pelas "notícias artificialmente sensacionalistas" ou por aquelas que, mesmo aparentemente não as sendo, "se confirmadas, representam um retrocesso na evolução social do povo brasileiro."[396]

O jornalismo de *O Globo* estava portanto bastante ciente do papel que tinha a cumprir. Não bastava apenas construir os acontecimentos sob os seus termos, mas o fazer por uma estratégia que evitasse transparecer os conflitos e contradições do regime. Não atuava assim como mero "conciliador" (Costa, 2015), mas muitas vezes na tentativa de ditar os próprios rumos da nação. Se apropriando de discursos oficiais oriundos do governo, que sempre falavam "por intermédio" do jornal, suas narrativas destacavam um clima de certa normalidade. Se crises houvessem, ou críticas mais contundentes às políticas do regime surgissem, *O Globo* fazia questão de frisar que estas eram decorrentes apenas do pessimismo e da ação de subversivos.[397] Por isso fazia novamente uma advertência: o suposto clima de instabilidade sob o qual perpassava o regime era fruto de um processo ainda não superado, já que a "revolução" fora invocada justamente para extirpar o caos promovido pelo governo anterior.[398]

O regime atuava assim sob as bases de uma "ofensiva política" e por isso precisava continuar com sua "limpeza de terreno". O que se ouvia nos "meios oficias" era, na visão de *O Globo*, "realisticamente claro: [...] interessam os fins, não os meios [...] se não os normais, serão

[395] A oposição promete recorrer mas o ato complementar está fora de apreciação judicial. *O globo*, ano XLI, nº 12.186, p. 1, 29 de janeiro de 1966.
[396] A antiesperança. *O Globo*, ano XLI, nº 12.218, p.1, 10 de março de 1966.
[397] Juraci adverte que tentativa de eleição direta é subversão. *O Globo*, ano XLI, nº 12.288 p.1, 1 de junho de 1966; CORRUPÇÃO E SUBVERSÃO - PARTAM DE ONDE PARTIREM - NÃO SERÃO TOLERADAS. *O Globo*, ano XLI, nº 12.293, p.1, 7 de junho de 1966.
[398] "O que o Brasil não deve esquecer" foi mais uma campanha protagonizado pelo *Globo* entre setembro e outubro de 1966, onde o jornal relembrava com uma série de reportagens os momentos drásticos que antecederam a "revolução" de 1964. Mais do que reviver um passado "ignominioso" estes textos tinham como objetivo, de acordo com o jornal, "cumprir um papel de advertência" ao trazer "generosas mensagens de esperança" a um país que deveria caminhar junto às "grandes tarefas construtivas" do regime e olhar confiante para o futuro. Desta forma, "a intranquilidade social, a insegurança política, a atonia econômica, as ameaças ao Congresso, as restrições à liberdade de iniciativa, a quebra de harmonia entre empresários e assalariados, o rompimento da hierarquia militar, a desordem administrativa, a anarquia sindical, o desencaminhamento ideológico da juventude, e até o apêlo ao estado de sítio" eram vistos como sintomas de um contexto "pré-revolucionário" que ficara no passado e não deveria mais voltar a ocorrer (Advertência. O que o Brasil não deve esquecer. *O Globo*, ano XLII, nº 12.380, p. 1, 27 de setembro de 1966)

os excepcionais, revolucionários."[399] Ainda assim comentava posteriormente em editorial que estava "acima de qualquer debate a reta intenção democrática do governo. [...] Agridem calculadamente a verdade os que aponta no Marechal Castelo branco intenções ditatoriais".[400] Para evidenciar isso o jornal publicava na íntegra, - e sem quaisquer ressalvas ou críticas mais diretas - a proposta da nova carta constitucional, passo fundamental para a institucionalização de uma revolução que, com um "respeito exemplar", vinha cumprindo "metodicamente seus últimos deveres" e tomando agora sua "forma definitiva".[401]

Mas este era apenas o começo. Em 15 de março de 1967, com a posse do marechal Costa e Silva, o *Globo* publicava pela primeira vez um caderno especial para comemorar a "revolução que mudou o destino do país". Cumpria-se com a data "o primeiro ciclo revolucionário", deixando o Brasil sob outra atmosfera e com uma nova atitude. Estava o país recuperado moralmente, amadurecido, cheio de esperança. Só restava ao jornal agradecer à revolução estas mudanças, já que "do ufanismo ingênuo e retórico" a nação teria atingido "um estágio histórico marcado pela responsabilidade e pelo realismo viril".[402] Entregue o país sob um clima de ordem e segurança o jornal via na sucessão nada mais do que a preservação e a continuidade do regime. O presidente que entrava seria mero "sustentáculo" do outro: "o avião pousou apenas para reabastecer e trocar de tripulação. Rota e destino são os mesmos. Boa viagem".[403]

Apesar da confiança que depositava neste novo ciclo "revolucionário", o jornal se mostrava impaciente com as turbulências que ameaçavam logo de início o voo de Costa e Silva. Em meio à proliferação de notícias sobre um contexto internacional mais amplo, como os embates da Guerra Fria em Cuba e no Vietnã, e as violentas agitações em Praga e Paris, *O Globo* passava a exigir do governo medidas efetivamente rigorosas contra os focos de guerrilha e subversão que começavam a se fortalecer no país. Não era mais possível manter-se na defensiva, ainda mais um governo que possuía "razoável corpo de instrumentos legais para aceitar com vantagem o desafio extremista. [...] Há poderes federais de reserva para fazer face às manobras em curso."[404] Estavam "solapando"[405] a revolução e para isso o jornal tinha novamente um recado bem claro. "Repudiava" o seu enfraquecimento e não iria aceitar a

[399] O governo está em ofensiva política com as cassações e a reforma constitucional. *O Globo*, ano XLII, nº 12.403, p. 12, 13 de outubro de 1966.
[400] Dissipam-se as dúvidas. *O Globo*, ano XLII, nº 12.413, p.1, 25 de outubro de 1966.
[401] A hora da construção. *O Globo*, ano XLII, nº 12.466, p.1, 27 de dezembro de 1966.
[402] A nova atitude. Suplemento especial. A revolução que mudou o destino do Brasil. *O Globo*, ano XLII, nº 12.531, p.1, 15 de março de 1967.
[403] Pouso e decolagem. *O Globo*, ano XLII, nº 12.531, p.1, 15 de março de 1967.
[404] É a hora da resposta. *O globo*, ano XLII, nº 12.572, p.1, 4 de maio de 1967.
[405] Militares vão alertar Costa e Silva: A Revolução está sendo solapada. *O Globo*, ano XLII, nº 12.589, p.1, 24 de maio de 1967.

suspensão dos "castigos impostos" por sua legislação: "A hora é de reforçar e não de afrouxar".[406]

Em viagem turbulenta se apertam os cintos. No papel de tripulante a alertar seus passageiros, passava o jornal a divulgar as mensagens e orientações advindas do comandante: o regime manterá a ordem "a todo custo"[407], o caos não volta ao país.[408] Aos brasileiros que seguiam ordeiramente com o regime a sua viagem, que ficassem tranquilos. A "baderna não tem povo", isso seria coisa apenas dos "profissionais da arruaça", inimigos do país que não pertenciam a este voo rumo à plenitude democrática.[409] Ciente das ameaças o chefe da nação saberia como agir. Estava disposto a tomar medidas de exceção, já que chegara a uma inevitável "encruzilhada". [410]

Para que conseguisse atravessar este delicado momento, o presidente só fazia um apelo, que jornais como o *Globo* continuassem "patrioticamente" cumprindo "seu dever de informar corretamente", sem se converter em "instrumentos da desordem".[411] Ainda que seguindo ordeiramente os ditames da revolução, o jornal não cessava de evidenciar o clima conturbado sob o qual as manifestações dos estudantes e da oposição vinham tomando.[412] O país estava praticamente em guerra, sob eminente ameaça de um "terrorismo" radical que colocava a revolução sob o seu momento mais difícil. Sem cansar de proferir ultimatos, o jornalismo de *O Globo* mais uma vez exigia uma atitude vigorosa, já que o governo jamais seria "popular à custa de sorrisos e pancadinhas nas costas".[413]

Estava dado o decreto. Algumas semanas depois o regime baixava o AI-5 e, apesar do amplo destaque dado ao acontecimento, *O Globo* sequer o comentava em sua edição.[414] Parecia ter saído da turbulência visivelmente abalado. Seja por acomodação, acatamento ou mero "silêncio tático", o jornal não publicaria mais editoriais àquele ano, deixando que o próprio regime reproduzisse suas falas. Assim, o que se via em suas páginas eram apenas as justificativas do governo. [415] Mesmo sem realizar efetivamente uma "dobra", as páginas do

[406] Não é hora de afrouxar. *O Globo*, ano XLIII, nº 12.656, p.1, 10 de agosto de 1967.
[407] Exército manterá ordem e lei a todo custo. *O Globo*, ano XLIII, nº 12.851, p.1, 1 de abril de 1968.
[408] Costa e Silva: caos não volta. *O Globo*, ano XLIII, nº 12.852, p.1, 2 de abril de 1968.
[409] Inimigos do Brasil. *O Globo*, ano XLIII, nº 12.852, p.1, 2 de abril de 1968.
[410] Presidente disposto a tomar medidas de exceção. *O Globo*, ano XLIII, nº 12.853, p.1, 3 de abril de 1968.
[411] Atuação decisiva das forças Armadas garantirá revolução. *O Globo*, ano XLIII, nº 12.942, p.1, 17 de julho de 1968.
[412] Passeata esquece reformas para pregar a luta armada. *O Globo*, ano XLIII, nº 12.932, p.1, 5 de julho de 1968.
[413] Hora difícil. *O Globo*, ano XLIV, nº 13.021, p.1, 17 de outubro de 1968.
[414] Sob uma destacada manchete em letras garrafais e com uma narrativa que visava certo distanciamento do acontecimento, o jornal publicava em sua capa a íntegra do decreto: EDITADO O ATO 5. *O Globo*, ano XLIV, nº 13.070, p. 1, 14 de dezembro de 1968.
[415] Gama e Silva: Ato Institucional visa a preservar a Revolução e a defender o regime. *O Globo*, ano XLIV, nº 13.070, p. 10, 14 de dezembro de 1968.

jornal pareciam rachar-se, repentina e paradoxalmente inconformadas com um governo que vinha apresentando "resultados surpreendentes no campo administrativo e decepcionantes no campo político."[416] O jornal parecia procurar brechas para se posicionar frente a uma conjuntura que ele mesmo ajudara a consolidar, como se não esperasse um desvio de rota tão forçado vindo de seu experiente comandante. Mas o "ano que não terminou" (Ventura, 2008) estava apenas começando. Sorriso e pancadinha nas costas já era coisa do passado.

5.2.1.2. Os inimigos da revolução: guerrilheiros, bandidos e terroristas (1969-1974)

Considerado o momento de ruptura de um regime que "escancara-se" de fato em uma ditadura (Gaspari, 2002), o período pós-AI-5 é comumente visto também como uma fase em que se encerra a chamada "autonomia jornalística" (Kucinski, 1998). Se a grande imprensa brasileira conquistara um papel ativo frente à construção e legitimação do golpe e do regime, mesmo que realizando suas críticas pontuais, agora chegavam os tempos "agônicos", onde não se era mais possível fazer jornalismo. Não aquele que os nossos jornais diziam praticar: "moderno" e independente, pautado na objetividade dos fatos e na busca comprometida pela verdade. Havia agora uma censura rigorosa cerceando a informação, limitando a prática profissional e calando suas vozes, mesmo para aqueles jornais que ainda se mantinham defensores da "revolução" e/ou pediram seu gradativo endurecimento.

Logo após decretado o AI-5 tanto a imprensa paulista quanto a carioca receberam separadamente dos generais um "manual de comportamento", orientando como deveriam a partir de então conduzir suas práticas frente ao novo cenário político. Em linhas gerais, ambos os documentos continham as mesmas premissas, tendo como objetivo fazer com que os jornais seguissem algumas normas prescritas. O "total respeito à Revolução de 1964" precisava ser preservado e para isso era necessário:

> Evitar a divulgação de notícias tendenciosas, vagas ou falsas. [...] as notícias devem ser precisas, versando sobre fatos consumados. [Não deverão ser divulgadas notícias que possam] desmoralizar o governo e as instituições; veicular críticas aos Atos Institucionais; comprometer no exterior a imagem ordeira e econômica do Brasil; veicular declarações, opiniões ou citações de cassados; veicular atividades subversivas, [...] notícias sobre atos de terrorismo, explosão de bombas, assaltos a bancos, [...] formação e preparação de guerrilhas, [...] mesmo se tratando de fato consumado e provado. [417]

[416] Revolução só assusta os que não têm mãos limpas. *O Globo*, ano XLIV, nº.13.074, p. 1, 19 de dezembro de 1968.
[417] As notas, condensadas aqui, foram publicadas pelo jornal *Resistência* no dia 21 de janeiro de 1969 e cedidas a Kushnir (2004, p. 108) pelo jornalista Elio Gaspari.

Mesmo com uma censura prévia ainda não legalmente institucionalizada, - principalmente para a *Folha* e o *Globo*, que não contaram com censores em suas redações - a ditadura passava a delinear um horizonte que demandava dos jornais certas escolhas e posicionamentos. Para o regime, a "falsidade" e as notícias "tendenciosas" eram aquelas que diziam respeito à sua instabilidade e que portanto deveriam ser evitadas. Os fatos, mesmo consumados, deveriam ser utilizados sob critérios previamente estabelecidos e, diante disso, os jornais passaram a legitimar a narrativa de que fizeram o "possível" para articular as "verdades" de um jornalismo que em tese passaria por filtros, como se aquilo que se poderia ou não relatar dependia de responsabilidades que muitas vezes não lhes competiam diretamente.

Não há de fato como negarmos que a implantação de um regime de exceção criou certos obstáculos para a prática jornalística. E que a partir daí muitos resistiram, mas muitos também silenciaram-se ou até mesmo aderiram às imposições para responder a projetos e causas particulares. Outros, no entanto, apenas seguiram fazendo o seu jornalismo como antes. Já percorremos na primeira parte desta tese o processo de modernização de nossos jornais e estamos cientes das conjunturas que caminharam com eles neste momento. Preocupados com sua reformulação financeira, ou com supostos benefícios proporcionados pela proximidade ao regime, afirmaram nada poder fazer, a não ser calar-se ou atuar sob "low profile". Quando por vezes assumiram posições político-editoriais mais definidas, sofreram com isso as sanções e represálias que lhes eram convenientes, atravessando o período de transição como grandes "resistentes" e baluartes da democracia.

Atuando como *clichês historiográficos de autolegitimação*, estas imagens acabaram por legitimar-se como "álibis" de um jornalismo que acima de tudo sofrera com os desmandos de uma ditadura opressora. Mas estas são narrativas construídas a posteriori, uma memória que se quer história, pela forma como são acionadas em seus sucessivos presentes da enunciação. Quando propomos aqui percorrer as "dobras" de um discurso que se configura *no* jornalismo é porque estávamos cientes de que estas narrativas precisam ser colocadas sob parênteses para que possamos perceber as suas nem sempre tão aparentes ambiguidades.

Primeiro é importante frisar que a própria ideia da "autocensura" funcionou como um tipo de "acordo forçado" (Smith, 2000) entre o regime e uma grande imprensa que, salvo exceções pontuais, consentiu com as proibições. Banalizando-se como uma prática cotidiana que se dava por "modalidades diárias de inércia" este consentimento se dera tanto pelo endosso e/ou acatamento da repressão, como por mera obediências às regras impostas. Um "oportunismo pragmático" que portanto nunca era transparente, pois diluía as responsabilidades tanto daqueles que impunham as restrições, quanto dos que as acatavam. Como uma

cumplicidade baseada por restrições auto impostas e, ao mesmo tempo, veladas, - pois não chegavam diretamente a seu público e nem foram formalmente "oficializadas" pelo regime -, o jornalismo costurava assim seus acontecimentos sob uma "verdade" que se dava por uma questão de valoração: "Existe algo a dizer, você sabe disso mas não diz. Não é o silêncio da ignorância ou da falta de discernimento, e sim o da abstenção consciente." (Smith, 2000, p. 136)

A prática da autocensura não deixava sequer cicatrizes, como bem aponta Kucinski (1998), pois suprimia a própria premissa de que a informação estava sendo controlada. O jornalismo só publicaria assim as verdades que lhes fossem convenientes e/ou adequadas para manter a continuidade de suas empresas. Uma "fraude" baseada na supressão intencional de informações e naquilo que poderia ser considerado como uma "mentira ativa, oriunda não de uma reação instintiva, mas da intenção de esconder a verdade." (Kucinski, 1998, p. 51) Se o decreto do AI-5 teria portanto dado um fim à autonomia jornalística, não há como negarmos também que soube ele muito rapidamente se adaptar à nova situação imposta. O jornalismo "possível" se fazia sob um leque de possibilidades que os tornava assim complacentes com relação aos desmandos da ditadura.

A autocensura ajudava a criar consensos necessários para a legitimidade de ambos os empreendimentos. Por ser um tipo de censura "envergonhada" e "defensiva" para o regime, tornara-se a "solução preferida" para os proprietários dos grandes jornais, já que ela não chegava a afetar drasticamente o modo de produção de seu jornalismo, como fizera por exemplo a censura prévia e permanente. (Kucinski, 1998)[418] Mesmo quando calados e/ou silenciados, estes jornais optaram assim por se manter ao lado do poder, tornando-se paradoxalmente "agentes" e "vítimas" da autocensura. Ao que parece, àquele momento, "permanecer no palco das decisões era mais importante que a busca e a publicação da verdade." (Kushnir, 2004, p.52)[419]

---

[418] Kucinski (1998, p. 51) chega a questionar se a autocensura não seria inclusive parte do *éthos* de um jornalismo que se formou nos tempos da ditadura. Determinando o controle da informação por praticamente 15 anos do regime, sua prática prolongada teria gerado uma cultura onde, segundo o autor, "se destacam a compulsão à unanimidade, o simulacro, o desprezo pela verdade."

[419] Por mais que situado a partir de uma realidade diferente da de nossos jornais, é interessante perceber como o *Jornal do Brasil* se portou frente a este cenário, ao produzir uma circular interna no dia 29 de dezembro de 1969, sob o título de "Instruções para o controle de qualidade e problemas políticos" (apud Kushnir, 2004, p. 48-50). O documento, assinado e enviado pelo então diretor do jornal, José Sette Câmara, para seu editor chefe, Alberto Dines, afirmava que: "Não se trata de autocensura, de vez que não há normas governamentais que limitem o exercício da liberdade de expressão, ou que tornem proibitiva a publicação de determinados assuntos. Em teoria há plena liberdade de expressão. Mas na prática o exercício dessa liberdade tem que ser pautado pelo bom senso e pela prudência. [Assim ...] a equipe de Controle de Qualidade deverá estar vigilante para evitar a apresentação tendenciosa de certas notícias, de maneira a favorecer causas que não são nossas [e ...] deverão sempre optar pela suspensão de qualquer notícia que possa representar um risco para o jornal. Para bem cumprirmos o nosso maior

A verdade, ela tem um preço. Talvez um pouco caro àquele momento, talvez relativamente "irrelevante", porque o próprio jornalismo compactuava em termos com as "verdades" que a ditadura lhe exigia que fossem reveladas. A postura tomada por nossos jornais neste momento não pode ser portanto relativizada como uma simples perda de autonomia. Paradoxalmente, era preciso perde-la para se continuar "autônomo". As críticas pontuais ao regime, ao que parece, poderiam ser deixadas de lado. Havia uma verdade maior posta em jogo: a continuidade do processo revolucionário, de um lado, e a "independência" do jornalismo dito moderno e profissional, de outro. O jornalismo possível exauria suas possibilidades ao mesmo tempo que as ampliava.

Se formos ver o caso da *Folha de S. Paulo*, por exemplo, é possível perceber como de fato o jornal silenciara-se consideravelmente nos momentos iniciais do pós AI-5. Ainda que seus editoriais continuassem presentes, os temas versavam agora em sua grande maioria sobre assuntos do cotidiano da cidade, os problemas econômicos e o panorama internacional. Não havia crítica nem celebração exaltada, como se o jornal estivesse anestesiado. Na tentativa de manter a "precisão" e a veracidade de suas notícias, como bem exigia o regime, relatava os fatos baseando-se, em sua grande maioria, nos pronunciamentos do governo, reproduzindo na íntegra e sem grandes ponderações e/ou análises as versões oficiais da ditadura e seus dirigentes.

A autocensura - transparecida pelos "fatos consumados" da ditadura - era o manual de redação da *Folha* àquele momento. Atuando praticamente como um porta-voz do regime, o seu jornalismo evidenciava um país que, apesar da aparente crise política, caminhava ordeira e progressivamente, avançando economicamente a passos largos. Ainda assim, como um bom representante do "clã" dos revolucionários, o jornal se mostrava empenhado em alertar seu leitorado para aquilo que parecia ser um dos principais males a se combater: os guerrilheiros e "terroristas", inimigos da "revolução", da democracia, e da estabilidade nacional.

Mesmo tratando-se de "fato consumado", os acontecimentos relacionados às "atividades subversivas" deveriam ser evitados pelos jornais, como advertiram os generais em nota citada anteriormente. Mas para a *Folha*, como um jornal "a serviço do Brasil", a autocensura se mostrava como uma atitude deliberada, uma escolha que por vezes poderia potencializar seu jornalismo, mais do que o restringir. Até porque o país estava em clima de "guerra" (Pinto,

---

dever, que é retratar a verdade, é preciso, antes de mais nada, sobreviver. [...] na dúvida, a decisão deve ser pelo lápis vermelho."

2012) e precisava o jornal definir uma imagem, sua tática e os inimigos a se combater. [420] Assim, além de reproduzir com frequência as fotos e perfis dos "terroristas" procurados pelo regime, na tentativa de "deixar a população prevenida contra tais criminosos"[421], o jornal comumente revelava a "desarticulação" destes grupos, noticiando-as muitas vezes com destaque em suas páginas.[422]

A *Folha* era assim congratulada pelo próprio marechal Costa e Silva por estar "sempre informando fielmente a população".[423] Não apenas atuando na seara da informação, a empresa continuava protagonizando suas campanhas cívicas em prol do país e da união nacional: "União contra a violência. O trabalho tudo vence - Brasil maior", estampava o jornal em várias de suas edições de agosto de 1969. Era uma campanha que conclamava todos a se unir "contra o terror. [...] ameaça que paira sobre a soberania nacional."[424] Um "apelo" que, segundo a *Folha*, fora "plenamente correspondido" por "toda a comunidade brasileira, que vinha sendo ultimamente desafiada e afrontada por uma minoria inconsciente, empenhada em destruir-lhe a tranquilidade."[425] O caráter "eminentemente antipatriótico e anti-social" destes atos era visto pelo jornal como uma ameaça ao "esforço que vem sendo feito para colocar o Brasil na senda do pleno desenvolvimento". Restava ao jornal conclamar os "brasileiros conscientes" com uma "mensagem de alerta e confiança" nos destinos da nação, "convidando-os a permanecer vigilantes contra os que não querem ver o país progredir em paz e resolver seus problemas pelas vias democráticas e cristãs. [...] saberemos unir-nos contra eles, numa frente única com as autoridades constituídas."[426]

Novamente é importante pensarmos aqui nas possibilidades de uma empresa que dizia atravessar um "período negro", sem ter "condições de resistir" (Abramo, 1988) e que acompanhara portanto o "terror policial" mantendo-se apenas em "low profile" (Mota e Capelato, 1981). Como afirmou também o próprio Abramo (1988), este "silêncio tático" fora

---

[420] Como bem nos lembra Kucinski (1998, p. 61), a grande imprensa brasileira àquele momento sequer chegou a fazer uma "defesa intransigente" dos jornais atingidos pela censura prévia, evidenciando que de certa forma eles até mantinha alguma "afinidade com os objetivos gerais da repressão". Neste ponto é que passa a se configurar a memória "hegemônica" da ditadura (Napolitano, 2014; 2015), aquela que acabou por "tolerar" a repressão, a tortura e a falta de liberdades civis em virtude de um mal maior a se combater, a ameaça da guerrilha e de um "terrorismo" comunista que ameaçava a "revolução" em curso.

[421] Dentre estes nomes, se destacava o do ex-capitão Carlos Lamarca, considerado pelo general Silvio Correa de Andrade, delegado citado na matéria, como o "mais perigoso do bando [...] trata-se de um assassino frio, assaltante, e desertor das fileiras do exército." (Terrorismo: DOPS divulga 23 nomes. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, nº 14.579, p. 10, 16 de maio de 1969.)

[422] Autoridades militares anunciam: bando terrorista foi desarticulado em Minas. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, nº 14.593, p.3, 30 de maio de 1969.

[423] Costa e Silva congratula-se com as FOLHAS. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, nº 14.625, p.1, 1º de julho de 1969.

[424] Todos devem unir-se contra o terror. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, nº 14.656, p.3, 1º de agosto de 1969.

[425] A união e a violência. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, nº 14.658, p.1, 3 de agosto de 1969.

[426] Idem.

uma política muito sábia da empresa para enfrentar as conjunturas daquele momento. Mas a questão que nos parece primordial aqui é a seguinte: até que ponto houve de fato um enfrentamento direto da empresa para com os preceitos do regime? A *Folha* e seu jornalismo resistiram (ou tentaram resistir) de fato a quê? Ao que parece, a questão aqui é apenas de valoração. Por mais que críticas pontuais sempre existissem, havia "verdades" que valiam mais a pena serem reveladas, em detrimento de outras. Principalmente neste momento que em tese a "revolução" ainda era vista como um regime legítimo, ou ao menos digno de ser preservado em seus preceitos iniciais.

Isso nos mostra também que autocensura da *Folha* era uma espécie de prática que se dava tanto pela *conivência* quanto pela *conveniência*, já que o jornal silenciava-se quando julgava oportuno, mas também se posicionava explicitamente quando pretendia defender supostos interesses. Poderia assim ser um e outro ao mesmo tempo, pelo que falava ou deixava de dizer, atitude que facilitaria inclusive um posterior embaralho destes posicionamentos nos jogos da memória e esquecimento, acionados em sucessivos presentes do futuro. Dizer que o jornal "silenciou" porque não podia resistir àquele momento acaba por diluir uma série de estratégias que também se costuravam sob bases muito mais ambíguas e contraditórias.[427]

Talvez fique mais claro perceber como estas conivências da autocensura se articularam à construção do acontecimento se olharmos em separado o caso de *O Globo*. O jornal carioca, com seu "governismo inveterado", continuava em tese, após o decreto do AI-5, com um posicionamento de franca aproximação ao regime. Apesar de comentar menos sobre política com fazia outrora e abrandar seu tom de euforia, pedia constantemente a seu leitorado para que se mantivesse em unidade, já que o regime atravessava um período de exceção.

Não houve de fato um silenciamento da empresa. Pelo contrário, as críticas apareciam de forma explícita, uma vez que o jornal se sentia pertencente – e aparentemente preocupado - com o processo "revolucionário" em curso. O decreto do AI-5 poderia representar, na visão de

[427] Vale lembrar que neste período a *Folha da Tarde*, considerado o empreendimento mais à esquerda do grupo *Folha*, começou a reformular drasticamente sua redação. Após o decreto do AI-5, uma nova aposta editorial foi articulada pela empresa, que passou a contratar uma série de jornalistas que também atuavam como censores e policiais. O jornal de "maior tiragem", ficara assim conhecido pela quantidade destes novos profissionais, os "tiras", que chegavam inclusive a ir armados às redações. Alinhado às políticas do regime e direcionando suas editorias a uma cobertura de evidente cumplicidade com a repressão da ditadura, o jornal, de acordo com Kushnir (2004) acabara por aderir à "guerra psicológica" instaurada pela efusiva propaganda contra a guerrilha e os movimentos de oposição à ditadura. Mesmo que para nós este dado seja importante, o fundamental é percebermos que as histórias que se contam sobre a atuação da *Folha da Tarde* acabaram também por, de certa forma, diluir os posicionamentos da própria *Folha de S. Paulo.* Quando a empresa discorre sobre a atuação da *Folha* sobre o período, chega a afirmar por exemplo que o jornal "se mantinha distante da linha editorial da *Folha da Tarde*", (Pinto, 2012, p. 52) como se este jornalismo de cumplicidade fosse apenas praticado pelo seu vespertino primo pobre.

O Globo, tanto um "passo de gigante para a frente" quanto um "retrocesso", a depender da condução do regime. Não havia assim mais espaço para "gestos pequenos": [...] o governo está condenado a não errar. Perdeu esse direito".[428]

Como poderia *O Globo* manter este posicionamento crítico, num momento em que todos se diziam de mãos atadas e silenciados? Como poderia o jornal aderir ao regime ao mesmo tempo em que cobrava dele firmeza e agilidade? Diferente da *Folha*, que se escorava em sua aparente "incapacidade" de fazer jornalismo àquele momento, *O Globo* mantinha cada vez mais explícito o posicionamento de que era um dos atores fundamentais frente ao processo de legitimação do regime. Daí é possível pensar como a autocensura se configurava como uma prática bastante ambígua e complexa, mas que também evidenciava os seus limites e conveniências. O jornal, quando se via no direito de cobrar o governo assim o fazia, até porque muitas vezes seus próprios discursos confluíam-se sob premissas que ambos compactuavam.[429]

Quando por exemplo a imprensa internacional começava a dar mais visibilidade ao recrudescimento da ditadura militar brasileira, *O Globo* sentia-se à vontade para refutar o "tratamento vexatório" que o país estaria recebendo, marcado pela "apresentação exagerada dos fatos" e a "pérfida exploração da técnica da meia verdade"[430]. "*Não toleramos pressões!*", enfatizava o jornal em um claro plural, como se falasse não apenas em seu nome, mas pelo regime e toda a nação. Como que relativizando a existência da censura no país, o jornal assumia seu compromisso na defesa intransigente da ditadura. Era por isso que, ao que parece, se sentia no direito de atacar, mas também defender, de forma talvez um pouco mais desenvolta que o jornal paulista.

Mas era mesmo no combate ao avanços do chamado "terrorismo" de esquerda que *O Globo* direcionava mais os seus esforços. Alimentando a narrativa oficial da ditadura de que havia uma "guerra psicológica" sendo travada no país e um evidente mal a se combater, o jornal

---

[428] O salto e o atleta. *O Globo*, ano XLIV, nº 13.086, p.1, 4 de janeiro de 1969.

[429] Neste ponto, o trabalho de Araujo (2011) pode nos ajudar a perceber certas ambiguidades presentes no discurso do jornal. Tentando ir além da mera questão do "adesionismo" de seus discursos, sem antes diagnosticar que *O Globo* mantinha de fato uma simpatia com o regime, a autora propõe uma análise para pensar como seus jornalistas construíram rituais políticos que em tese não se deram de forma tão monolítica e que por vezes também se afastaram ou até mesmo criticaram os acontecimentos que relatavam. Mesmo assim, Araujo (2011, p. 70) percebe que o jornal atuara como uma espécie de "diário oficial, de publicizador de discursos oficiais", tendo como o Estado seu principal público. Acreditamos com isso que seu trabalho pode não dar conta de pensar efetivamente estas ambiguidades, já que a autora acaba não levando em conta as mudanças do próprio jornalismo do *Globo* que, em suas "histórias da verdade", mudou, ainda que permanecendo o mesmo, a forma de fazer e pensar o seu jornalismo ao longo destas décadas. Dizer que os jornalistas se afastaram do regime porque passaram a analisar de forma mais crítica os acontecimentos que relatavam diz respeito mais a um processo em curso "do" próprio jornal e seus discursos do que a um posicionamento que se efetua "no" jornalismo em sua postura para com o regime, pelo menos durante o período estudado.

[430] Não toleramos pressões! *O Globo*, ano XLIV, nº 13.088, p.1, 7 de janeiro de 1969.

periodicamente relatava com grande destaque em suas páginas as articulações do militares para desmantelar os "ninhos do terror".[431] Havia uma "trama terrorista" em curso, conduzida por "subversivos e assaltantes perigosos" ligados a figuras como a do desertor Carlos Lamarca. [432] Mesmo com uma autocensura em curso que orientava os jornais a não explicitar as inquietudes do regime, ambos pareciam fazer questão de evidenciar que as ações dos terroristas estavam sendo constantemente "desbaratadas", como ratos em seus "ninhos". Noticiadas com alarde, geralmente com notas oficiais dos militares, estas notícias reforçavam, no entanto, a importância de se combater uma atividade que àquele momento já ultrapassava a "fase do planejamento", e estaria prestes a se lançar à "luta armada para a conquista do poder."[433]

É fundamental que possamos identificar neste momento como os jornais moldaram a construção dos acontecimentos sobre a oposição ao regime, a guerrilha e a luta armada, pois é aqui que uma voz mais clara em relação à ditadura se sobressai mas também, num oposto carregado de ambiguidades, se silencia ou enviesa. O trabalho de Abreu (2000) já havia nos alertado para o fato de que muito possivelmente a própria imprensa fora a responsável por utilizar deliberadamente, - antecedendo as orientações da censura -, a expressão "terror" e "terrorista" para caracterizar negativamente os movimentos que se opuseram à ditadura militar.[434] Neste clima de aparente "guerra revolucionária", acredita o autor, a grande imprensa brasileira acabou por classificar esta oposição sob o mesmos termos, independentemente de sua atuação, direta ou não, nos partidos e organizações clandestinas de guerrilha, diluindo assim a legitimidade de movimentos que possuíam premissas e orientações políticas heterogêneas. (Abreu, 2000)

Apesar de paradoxalmente *O Globo* pedir um trato ponderado à repressão de seus opositores[435], este discurso proferido à exaustão de que havia um mal maior a se combater acabou por relativizar a repressão advinda da própria ditadura. Já que a questão da tortura, das prisões e dos desaparecimentos eram silenciada pela autocensura em curso, o jornalismo da

---

[431] Aqui era o ninho do terror. *O Globo*, ano XLIV, nº 13.090, p.1, 9 de janeiro de 1969.
[432] DESBARATADA EM S. PAULO TÔDA A TRAMA TERRORISTA. *O Globo*, ano XLIV, nº 13.109, p.1, 31 de janeiro de 1969.
[433] (EXTREMISTAS JÁ PREPARAM A LUTA ARMADA. *O Globo*, ano XLIV, nº 13.119, p.1, 12 de fevereiro de 1969.) Estes "peritos em terror", acreditava o jornal, eram "homens da maior periculosidade, líderes cuidadosamente preparados para tarefas sanguinárias" e por isso o regime não poderia "desprezar essa ameaça". (Peritos em terror. *O Globo*, ano XLIV, nº 13.207, p.5, 29 de maio de 1969)
[434] Mesmo sem saber ao certo qual jornal teria de fato iniciado a construção dos acontecimentos sob estes termos, Abreu (2000) acredita que uma matéria de *O Globo*, publicada em julho de 1966, seria um de seus primeiros indícios. No entanto, identificamos já em agosto de 1964 uma matéria em que o jornal noticia com grande destaque em sua capa o desmantelamento de um "movimento terrorista" em curso no Rio Grande do Sul. (Abortado movimento terrorista no Rio Grande do Sul. *O Globo*, ano XXXIX, nº 11.748, p. 1, 25 de agosto de 1964)
[435] Força bruta não resolve. *O Globo*, ano XLIV, nº 13.167, p.1, 12 de abril de 1969.

grande imprensa se baseava neste momento em uma "verdade oficial" isenta de críticas e/ou comentários mais contundentes. Isso acabava por garantir certa legitimidade ao regime, "anestesiando" a opinião pública com a ideia de que o país caminhava sob um clima de aparente normalidade (Abreu, 2000; Marconi, 1980)[436]

Se apropriando apenas das versões oficiais dos órgãos de segurança, a cobertura sobre a oposição à ditadura no país era portanto retratada a partir de uma imagem bastante negativa, "às vezes até mesmo doentia" (Abreu, 2000, p. 167) dos militantes políticos procurados pelo governo. Caracterizados muitas vezes como criminosos comuns, indivíduos fora da lei, perigosos e agressivos, os jornais destacavam estes acontecimentos sob uma narrativa de cunho muito mais policial do que político. Editados como *fait divers*, ganhavam assim características espetaculares de grande apelo jornalístico, facilitando portanto uma associação direta entre os "criminosos" e seus atos. (Abreu, 2000)

O exemplo mais característico deste tipo de narrativa se deu em virtude dos sequestros dos embaixadores estrangeiros, entre fins de 1969 e 1970. *O Globo*, por exemplo, deu amplo destaque ao caso do embaixador norte-americano Charles Elbrick, momento em que o governo teria executado uma verdadeira "caça" aos "terroristas" envolvidos com o acontecimento.[437] Dando amplo destaque em suas páginas ao desenrolar dos fatos, a narrativa costurava a imagem dos guerrilheiros como indivíduos frios e calculistas, em detrimentos às mensagens de fé e esperança advindas do embaixador[438] e de um generoso governo militar sempre aberto ao diálogo e à negociação.[439]

Diante deste gesto de "extrema brutalidade" que chocara a população "pacata e ordeira" do Rio de Janeiro o jornal conclamava seu leitorado à união total contra o recrudescimento daquilo que considerava ser as "fórmulas satânicas" advindas da guerrilha urbana:

> Sem coordenação não há como quebrar os dentes do terrorismo. É hora de se tomarem providências continentais contra esses grupos de ativistas que intranquilizam as famílias e trazem para cá processos bárbaros e cruéis. [...] Se não tivesse havido o 31 de Março, o Brasil estaria hoje sendo governado pelos correligionários dos sequestradores do Embaixador Elbrick. É essa

[436] Com isso *O Globo* legitimava também o discurso de que o país vivia o seu período de "milagre econômico", indo do "caos aos recordes" e atravessando um período de pujança e pleno desenvolvimento. "Longe, muito longe, estão aqueles tempos de irresponsabilidade [...] É outra a face do Brasil. E melhor. Dizem que o país está mais triste. Preferiríamos afirmar que o Brasil amadureceu. Sabe o que quer e para onde vai. Abandonou o ufanismo escapista e decidiu enfrentar os problemas. [...] Tem sido exemplar o espetáculo de unidade, de desambição dado pelos cidadãos fardados. Graças a esse pólo a Nação pôde reencontrar-se e iniciar a reorganização e a mobilização em busca da conquista do futuro." (A responsabilidade das Forças Armadas. *O Globo*, ano XLIV, nº 13.242, p.1, 9 de julho de 1969)

[437] Terroristas sequestram o embaixador dos EUA. *O Globo*, ano XLV, nº 13,292, p. 5, 5 de setembro de 1969.

[438] Neste bilhete, amor e fé do Embaixador. *O Globo*, ano XLV, nº 13.293, p.1, 6 de setembro de 1969.

[439] Um gesto tocante. *O Globo*, ano XLV, nº 13.293, p.1, 6 de setembro de 1969

> evidência - tão clara a olhos brasileiros - que o mundo vai conhecendo através do noticiário sobre a atividade terrorista neste país. A derrota desses terríveis inimigos só será possível com a completa união entre povo e governo. É esse o caminho a seguir. Os brasileiros devem dar-se as mãos para, juntos, livrarem esta terra cristã dos monstros que a desonram e a envergonham.[440]

Com esse discurso *O Globo* reforçava mais uma vez a imagem de que, apesar dos progressos da "revolução", o país vivenciava um clima de guerra e tinha "terríveis inimigos" a se combater. Era essa a "evidência" que seu jornalismo demonstrava aos olhos de um nação – e agora todo o mundo - estarrecida. Sob este panorama parecia haver apenas uma opção: "quebrar os dentes" de um terrorismo capitaneado por "monstros" bárbaros e cruéis que envergonhava e atravancava o pleno desenvolvimento do país. Pelo tom impositivo da cobertura do jornal é possível perceber novamente sob que termos a autocensura da empresa se articulava. Nem sempre a *resistência* sob a qual este jornalismo se dizia estar revestido se dava em oposição à ditadura e seu regime.

Isso nos mostra também como as verdades costuradas pelos jornais àquele momento eram colocadas sob um jogo de validação discursiva que não se condicionava unicamente à "incontestabilidade dos fatos" exigida ostensivamente pela autocensura. A "revolução" e o jornalismo que a legitimava caminhavam assim sob um processo conflituoso que presumia uma consciente tomada de posição, mais do que distanciamento ou acomodação.

A *Folha* neste ponto, em um dos momentos mais controversos e até hoje mal esclarecidos de sua trajetória, chegou a ir além do jornalismo que praticava em suas páginas, ao auxiliar financeira e materialmente com os órgãos de repressão da ditadura. Há relatos de que o jornal teria emprestado seus veículos - aquela nova frota de distribuição que representava a ascendente "modernização" de sua empresa - para transportar presos e desaparecidos políticos da ditadura. Decorrente disso e da constante campanha protagonizada pelo jornal contra a guerrilha urbana e seus "terroristas", militantes da ALN (Ação Libertadora Nacional) incendiaram dois veículos do jornal, fazendo com que a *Folha* se manifestasse publicamente, em nome de seu próprio dirigente, após o acontecimento.[441]

Sob um contundente editorial intitulado "Banditismo", Octavio Frias de Oliveira publicava na capa da edição de 22 de setembro de 1971 da *Folha* que a "sanha assassina do terrorismo" teria se voltado contra a empresa, quando um "bando de criminosos" agira em

---

[440] Unam-se todos. *O Globo*, ano XLV, nº 13,292, p. 1, 5 de setembro de 1969.

[441] A versão oficial da *Folha* não nega que a empresa poderia ter emprestado seus veículos para auxiliar os órgãos de repressão da ditadura. Apesar disso, afirma que se de fato essa cooperação ocorreu, teria se dado sem o conhecimento e/ou consentimento de seus dirigentes. Para uma leitura "oficial" da empresa sobre a "guerra e suas versões", consultar a obra de Pinto (2012) e Pilagallo (2012). Para uma narrativa historiográfica não oficial, consultar Kushnir (2004), em especial o capítulo 4 de sua obra.

represália às "notícias e comentários" que o jornal havia estampando em suas páginas. Notícias que, de acordo com o texto, evidenciavam o "desbaratamento das organizações terroristas", em especial a morte "de um de seus mais notórios cabeças", Carlos Lamarca.[442] Quanto a isso, afirmava veementemente que "Nada temos a acrescentar ou a tirar ao que publicamos", já que o jornal não distinguia "terrorismo do banditismo", praticado em sua maioria com "requintes de crueldade": "não podemos deixar de caracterizá-los como marginais. O pior tipo de marginais: os que se marginalizam por vontade própria. Os que procuram disfarçar sua marginalidade sob o rotulo de idealismo político." [443]

Além de descaracterizar a conjuntura política sob a qual estas organizações se articulavam, colocando-as no rol de meros bandidos inconsequentes, o jornal fazia questão de evidenciar o "repúdio" que a opinião pública dava aos atos de um grupo que já se encontrava "desmoralizado", nos "estertores da agonia". Suas ameaças não alterariam a "linha de conduta" do jornal, até porque, afirmava por fim, não havia lugar para o "terrorismo" no país, especialmente àquele momento,

> quando um governo sério, responsável, respeitável e com indiscutível apoio popular, está levando o Brasil pelos seguros caminhos do desenvolvimento com justiça social - realidade que nenhum brasileiro lúcido pode negar, e que o mundo todo reconhece e proclama. O Brasil de nossos dias é um país que deseja e precisa permanecer em paz, para que possa continuar a progredir. [...] Um país, enfim, de onde a subversão - que se alimenta do ódio e cultiva a violência - está sendo definitivamente erradicada, com o decidido apoio do povo e da Imprensa, que reflete os sentimentos deste.[444]

Não há como negligenciarmos que a *Folha*, assim como *O Globo*, costurava o acontecimento sob uma imagem de franca aproximação com a ditadura. Uma aproximação que não se dava por mera adesão aos preceitos do regime, mas que evidenciava, por seu "decidido" posicionamento, um clima maniqueísta e polarizado. De um lado havia um governo "sério" e "responsável", que se desenvolvia com justiça social e que tinha amplo apoio popular. De outro, os bandidos e "terroristas", inimigos da nação e que pregavam o ódio e espalhavam o caos. Havia uma *resistência* clara no discursos destes jornais e ela se dava contra um eminente perigo a se combater. Uma verdade que se pretendia legítima e irrefutável.

Vale neste ponto reforçar novamente que não fora portanto apenas a *Folha da Tarde*, - a rebelde e aventureira prima pobre do grupo, - a responsável por propagar a imagem de que o

---

[442] Lamarca, assassinado pela ditadura quatro dias antes ao ataque dos veículos da *Folha*, era "um dos alvos preferidos da agressividade editorial da *Folha da Tarde*", que constantemente lhe caracterizava como um "bandido louco", assassino e sanguinário (Pinto, 2012, p. 54).
[443] OLIVEIRA, Octavio Frias de. Banditismo. *Folha de S. Paulo*, ano LI, nº 15.438, p. 1, 22 de setembro de 1971.
[444] Idem.

país vivia sob um delicado clima de "guerra psicológica". Este discurso, proferido constantemente pelos *clichês de autolegitimação* da empresa, acabaram por diluir e relativizar a imagem da própria *Folha de S. Paulo*, como se o jornal atuasse sob bases mais sólidas, tateando possibilidades, realizando somente críticas pontuais ao regime, sem provocar ou compactuar de forma direta até mesmo com a chamada "linha dura" repressiva da ditadura.[445]

Basta olharmos como a *Folha* retratou o assassinato de Carlos Lamarca, considerado o "mais perigoso líder terrorista" do país. Sua morte e de seu companheiro José Campos Barreto no interior da Bahia, - o "encontro decisivo" do governo com o terror-, teria se dado, de acordo com o jornal, quando Lamarca reagira ao cerco dos militares, abrindo fogo "imediatamente, sem atender à ordem de rendição".[446] Apesar de manter um tom aparentemente mais distanciado sobre o acontecimento, a *Folha* fazia questão de evidenciar o grau de periculosidade do ex-capitão, um desertor repleto de processos e condenações[447]. Imagem reforçada por depoimentos de políticos governistas e da oposição que comentavam a "sensação de alívio" perante a notícia, o "único fim" de uma atividade que, com a morte de Lamarca, também chegaria a seu derradeiro desfecho.[448]Ao conduzir a narrativa do acontecimento apenas pela versão oficial dos órgãos de segurança, o jornal legitimava a imagem de um "terrorista" que marcara sua trajetória pela "traição" e pelos crimes cometidos contra o bem comum da nação.[449] Sua morte era uma "advertência para a juventude" e a *Folha*, reproduzindo novamente o depoimento de parlamentares, retratava Lamarca como uma vítima da "loucura" e de "espúrias" ideologias a serem contundentemente rechaçadas. [450]

---

[445] É o que afirma por exemplo um texto de Pilagallo em decorrência da efeméride dos 90 anos da *Folha de S. Paulo*, em 2011, quando o jornalista escreve sobre a trajetória do jornal e seu papel na ditadura, comentando sobre o incidente dos veículos incendiados: "A partir de 1969, a "Folha da Tarde" alinhou-se ao esquema de repressão à luta armada, publicando manchetes que exaltavam as operações militares. [...] Em 1971, a ALN incendiou três veículos do jornal e ameaçou assassinar seus proprietários. Os atentados seriam uma reação ao apoio da "Folha da Tarde" à repressão contra a luta armada." (PILAGALLO, Oscar. Os 90 anos da Folha em 9 atos. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha90anos/877777-os-90-anos-da-folha-em-9-atos.shtml Acesso em: 11 de dezembro de 2017)

[446] Lamarca morto na Bahia. *Folha de S. Paulo*, ano LI, nº 15.435, p.1, 19 de setembro de 1971.

[447] Processos e condenações. *Folha de S. Paulo*, ano LI, nº 15.435, p.4, 19 de setembro de 1971.

[448] Parlamentares comentam. *Folha de S. Paulo*, ano LI, nº 15.435, p.4, 19 de setembro de 1971.

[449] A caatinga de Pintada; aqui morreu Lamarca. *Folha de S. Paulo*, ano LI, nº 15.437, p. 1, 21 de setembro de 1971.

[450] (Uma advertencia para a juventude, diz Mem de Sá. *Folha de S. Paulo*, ano LI, nº 15.437, p. 4, 21 de setembro de 1971) Esta imagem de Lamarca como um "terrorista" louco e perigoso, fora na verdade muito mais explorada pelo noticiário de *O Globo*, que acabou indo além do discurso oficial da ditadura. Retratado até mesmo como uma "assombração" (Lamarca parecia uma assombração. *O Globo*, ano XLVII, nº 13.920, p. 1, 20 de setembro de 1971), a narrativa do jornal deu amplo destaque àquilo que ele considerou ser o "último capítulo do terror" enfrentado pela regime contra seus opositores. (O último capítulo do terror. *O Globo*, ano XLVII, nº 13.921, p. 1, 21 de setembro de 1971). Para mais sobre a cobertura da morte de Lamarca em *O Globo*, consultar o trabalho de Costa (2015).

O jornalismo da *Folha*, em um dos períodos mais duros da ditadura, circunscrevia assim sua autonomia jornalística pelas "possibilidades" que lhes eram mais convenientes. Ao mesmo tempo em que continuava auxiliando o regime na caça aos "terroristas"[451], chegava a omitir deliberadamente os cada vez mais crescentes casos dos desaparecidos políticos, que se seguiam muitas vezes à prisão, tortura e morte de seus opositores. Para o jornal, inclusive, sequer existia àquele momento presos políticos no Brasil, este seria um tratamento "pejorativo", uma "distorção da verdade" proferida por aqueles que procuravam apenas denegrir a imagem de um país em ascensão. Esta interpretação equivocada poderia até ser admita no exterior, "por falta de melhor conhecimento" de nossa realidade. Mas, prosseguia a *Folha*, o que não se entendia, "não se admite, e choca, assim, a nossa própria sensibilidade" é que alguém no próprio Brasil poderia dar eco a estas falaciosas versões.[452]

Quando Oscar Pilagallo (2012, p. 214) comenta sobre este editorial em seu livro encomendado por Frias Filho, chega a afirmar que o texto teria sido escrito "sob medida para agradar à linha dura do regime militar". O problema é que o jornalista parece negligenciar uma zona cinzenta pouco explorada nestas narrativas, um ponto opaco que transita sorrateiramente entre a crítica e o agrado, como uma agulha de bússola à espera de orientações. Afinal, a *Folha* publicava estes textos para agradar de fato a quem? Talvez a ditadura. Talvez para se esquivar estrategicamente de possíveis críticas ou represálias. Talvez para silenciar desafetos ou até mesmo confrontá-los. Talvez, - e por que não? -, para agradar a ela mesma e seu leitorado, já que o jornal circunscrevia suas narrativas imputando capacidades que lhes eram próprias.

É evidente portanto que neste jogo de validação discursiva a verdade torna-se, conforme já comentamos, uma questão de valoração, mais do que de "fatos consumados". Quando problematizamos sobre o aparente fim da autonomia jornalística com a emergência da censura no país, o fizemos por saber da importância de se relativizar sobre, até que ponto, as possibilidades deste jornalismo se limitaram apenas às condições impostas pelos militares. O silêncio "tático" praticado pelo jornalismo da *Folha*, por exemplo, parecia aqui ser menos relevante do que as verdades que se pretendiam legítimas, construídas a partir de posicionamentos claros e bem delimitados.

---

[451] (Ajuda do povo contra subversão. *Folha de S. Paulo*, ano LII, nº 15.627, p. 4, 29 de março de 1972.) Nesta mesma adição o jornal publicava um editorial para comemorar o oitavo de uma "Revolução" que teria, de acordo com a *Folha*, atingido um novo patamar, conquistando de fato a opinião pública nacional e internacional. Vencera assim "preconceitos", a "má vontade" e a "má informação": "Mais uma vez se confirma que nada resiste à verdade, com sua avassaladora força. Mesmo os críticos mais exigentes ou mais intolerantes, foram sendo obrigados a reconhecer o excepcional avanço do Brasil nestes oito anos, em todos os setores." (Revolução, ano 8. *Folha de S. Paulo*, ano LII, nº 15.627, p. 6, 29 de março de 1972)

[452] Presos políticos? *Folha de S. Paulo*, ano LII, nº 15.720, p. 6, 30 de junho de 1972.

Foi desta forma, entre a adesão, a acomodação e a crítica, que os jornais caminharam ao longo de praticamente toda a primeira década da ditadura. Um "jornalismo possível" que estava ciente de suas possibilidades e costurava os acontecimentos sob narrativas que poderiam assim beneficiar tanto as empresas como o regime e suas "verdades". Mas os próximos anos reservavam novas possibilidades de diálogo entre estes atores. Será um momento oportuno para que nossos jornais possam realizar "dobras" que, paradoxalmente, irão esconder mas também potencializar estas ambiguidades discursivas. Neste percurso do reconhecimento em que as coisas mudam, permanecendo muitas vezes as mesmas, a bússola começava a mirar para um novo norte.

5.2.2. Segunda fase (1974-1990): um movimento rumo à democracia, entre a resistência, o acatamento e o perdão

Após transcorrido praticamente dez anos de uma ditadura que ganhara legitimidade, entre idas e vindas, pelo seu caráter de "revolução democrática", um novo cenário começava a se costurar com a emergência de uma orientação de "distensão" política proposta pelo então presidente Ernesto Geisel, em meados de 1974. Com a tentativa de forçar os rumos de uma abertura política "lenta, gradual e segura", Geisel propôs um amplo diálogo com setores da sociedade civil para que, assim como o golpe, a transição do regime caminhasse com o respaldo e a negociação de seus protagonistas.

A partir de um "acordo tácito" (Abramo, 1988) articulado diretamente entre os militares e parte do empresariado da grande imprensa, o jornalismo passava gradativamente a assumir, ao menos discursivamente, uma postura política mais incisiva, que se potencializara com o afrouxamento da censura já no ano de 1975. Afrouxamento que inseria nestes discursos uma novo horizonte de expectativa, um dos marcos para a consolidação e o triunfo de uma chamada "vocação democrática" da sociedade contra os arbítrios da ditadura. Neste contexto o jornalismo profissional passava então a atuar como uma "ponte confiável" para realizar os debates sobre a abertura, que a partir de sua tradição liberal conservadora poderia assim pautar a política sob um ambiente que pregasse um clima de transição, mais do que de rupturas. (Napolitano, 2017)

Novamente, portanto, as possibilidades do jornalismo condicionavam-se às conjunturas impostas, ou ao menos negociadas, pelo regime e seus atores. A questão é que este período passa a ser apropriado por nossos jornais como um momento fundamental em que se inicia a articulação de uma imagem heroica de *resistência*. Uma "memória liberal" que, narrativamente

lembrada a partir de uma série de "álibis e explicações", buscou posteriormente inocentá-los, - a até mesmo os inserir como "vítimas - das responsabilidades frente à legitimação do regime e seus arbítrios. (Napolitano, 2015; 2017)

É a partir deste período, por exemplo, que a *Folha* afirma dar início à definição mais clara de um projeto "político-cultural" (Mota e Capelato, 1981) até então impossibilitado por conjunturas que iam desde sua fragilidade econômica e estrutural, enquanto empresa, às "dificuldades" impostas pela ditadura. Momento também em que *O Globo*, com a contratação do "júpiter tronante" (Bial, 2004) e seus jornalistas comunistas, diz passar a assumir certas capacidades que o colocavam sob o rol dos "resistentes" que, com um jornalismo mais "moderno" e "profissional", passara a articular seu jornalismo sob premissas mais combativas em relação ao regime.

Mesmo que caminhando sob bases aparentemente nem tão homogêneas, estes *clichês de autolegitimação* pretendem cristalizar uma narrativa particular para os jornais e seu jornalismo, uma memória que se quer história pela forma como vão sendo discursivamente articuladas no tempo as "verdades" que a instituição intenta imputar às suas capacidades. Pensando desta forma, Pilagallo (2012) e Pinto (2012) vão afirmar, conforme vimos, que este passa a ser o "momento chave" para a reformulação da *Folha*, quando a empresa chegou a denominar o regime, pela primeira vez, como um "movimento" e não mais uma "revolução", o que denotaria o prenúncio de uma "visão mais distanciada" para com a ditadura. (Mota e Capelato, 1981) [453]

Ainda assim, no entanto, a *Folha* àquele momento dialogava sob bases que viam no período de transição do regime um clima de franco otimismo, analisado a partir de premissas que descortinavam um futuro promissor e à partir de uma ótica que o costurou sob balanços visivelmente positivos.[454] Se consolidava assim, de acordo com o jornal, a emergência de um "modelo brasileiro" que recolocara o país em seu devido lugar, dando saltos significativos na ordem da economia.[455] Este discurso, fortemente propagado pela grande imprensa, ajudou a legitimar a narrativa de que o Brasil teria vivenciado um "milagre econômico", o que acabou, pelos silêncios e esquecimentos que dele se denotam, por diluir as próprias arbitrariedades e o

[453] O termo fora usado em editorial para comentar o "compromisso" do governo Geisel para com os rumos de um regime que "avançara bastante" em benefício dos "objetivos nacionais" (O compromisso. *Folha de S. Paulo*, ano LIII, nº 16.281, p.4, 16 de janeiro de 1974)

[454] (BALANÇO POSITIVO. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, nº 16.339, p. 03, 14 de março de 1974) Neste texto o jornal ainda utiliza o termo "revolução" para caracterizar um regime que deixara ao país "saldos vultosos", o que nos mostra que este "distanciamento" do jornal teria se dado sob evidentes ambiguidades. Para uma análise sobre este período de transição e as rememorações dos 10 anos do regime pela ótica da *Folha*, consultar Dias (2014).

[455] O MODELO BRASILEIRO. *Folha de S. Paulo*, ano LIV, nº 16.356, capa, 31 de março de 1974.

recrudescimento das políticas protagonizadas pelo regime. Arbitrariedade esta que a própria *Folha* afirmara ter sido vítima, mesmo que indiretamente.

É devido a estas ambiguidades nem sempre aparentes que devemos estar novamente atentos a como estas "dobras" do tempo caminharam sob processos complexos, contraditórios, por vezes. Vale lembrar que o período de distensão política da ditadura foi concomitantemente o período em que houve um notável aumento de casos de mortes e desaparecidos políticos, o que evidenciava também as suas inconsistências internas. Neste ponto, o emblemático caso do "suicídio" do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975, é considerado como uma peça fundamental para perceber a emergência de uma nova postura praticada por um jornalismo dito mais "independente" e "crítico" em relação ao regime.[456]

A narrativa de Pilagallo (2012) afirma que, no caso da *Folha*, este teria sido um momento chave onde o jornal "colocou à prova" sua nova identidade, não se limitando a noticiar o caso apenas pela versão oficial dos órgãos de segurança, como até então era comumente feito. A ideia era que o jornal conduzisse a narrativa dos acontecimentos por um modo que "não se noticiasse tão pouco que parecesse covardia nem tanto que parecesse provocação".[457]

A princípio a cobertura da *Folha*, apesar de evidenciar os dois lados, se limitou a reproduzir pequenas notas pontuais sobre o acontecimento, naquilo que Berger (2006, p.7) caracterizou como um "acontecimento comunicado", que se pautava por uma "informação silenciada, censurada, dita sem dizer".[458] Larangeira (2014), por sua vez, chegou a afirmar que a cobertura do caso pela *Folha* caracterizaria o "ápice do servilismo do jornal", aprimorando aquilo que, para ele, seria denominado de "jornalismo do mato", gênero orientado pela proeminência dos comunicados e informes oficiais, reproduzidos sem sequer ser contestados.

A questão é que houve de fato a construção de uma pequena narrativa noticiosa por parte do jornal, quando este chegou a evidenciar, nos dia seguintes, o clima de "estranheza" causado

---

[456] O caso Herzog, que se sucedeu sob uma série de protestos e questionamentos sobre o suposto "suicídio" do jornalista nas dependências do Doi-Codi de São Paulo, em 25 de outubro de 1975, pode ser considerado como um marco para se pensar não apenas a atuação do jornalismo frente a este processo de "resistência" à ditadura, mas de toda uma sociedade civil que acabou por articular a emergência e consolidação de uma "memória liberal" sobre a mesma. Para mais sobre o caso, consultar Berger (2006), Dantas (2012), Dias e Roxo (2016a; 2016b) e Jordão (2005).

[457] Depoimento do então jornalista da *Folha* Pedro del Picchia ao Projeto História Oral da *Folha* (apud: Pilagallo, 2012, p. 219)

[458] A morte de Herzog foi noticiada pela *Folha*, - como em praticamente toda a grande imprensa -, pela reprodução, no dia 27 de outubro de 1975, da nota oficial dos órgãos de segurança da ditadura. Sob o título de "II Exército anuncia suicídio de jornalista", o texto anunciava que Herzog havia sido "encontrado morto, enforcado" na sala onde fora deixado. Além da nota oficial o jornal emitiu, em pequeno texto logo abaixo, nota do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo onde comunicava a morte e afirmava ainda aguardar "esclarecimentos necessários e completos" sobre o caso. (*Folha de S. Paulo*, ano LV, nº 17.030, p. 3, 27 de outubro de 1975)

pela sua morte[459], bem como as mais diversas manifestações de solidariedade ao jornalista e os pedidos de novos esclarecimentos sobre o caso.[460] Ainda assim, o que se via era uma narrativa que ainda tateava as possibilidades da abertura e se limitava portanto à reprodução de laudos e depoimentos pontuais. Não se noticiava "pouco", muito menos "provocava", como um jornalismo que, quase em cima do muro, procurava colher os dois lados de um acontecimento que em tese se limitava ao relato de suas versões.

Eram estes os preceitos daquele jornalismo dito "moderno" e "profissional" que o jornalismo da *Folha* procurava articular, agora ao que parece liberto das amarras da (auto)censura imposta pela ditadura. Ainda assim, diante da aparente magnitude do evento, o jornal parecia fazer questão de se posicionar sobre o caso. Em editorial, publicado dias depois, logo após o ato ecumênico em homenagem ao jornalista, afirmava que o caso deixara uma lição e exigia ponderação:

> uma lição para todos os radicais, de um e outro lado, que vaticinam catástrofes, esperando uma irrefreável escalada da subversão ou as violências indiscriminadas de uma repressão. Uma ponderação de que o ocorrido está a recomendar maior vigilância no resguardo dos direitos inerentes à pessoa humana, para que tais fatos não mais se repitam em nosso país. [461]

Apesar do tom bastante ponderado do jornal é evidente que a *Folha* passou, a partir de então, a tratar de forma mais comprometida acontecimentos que até então chegara a acusar de "calúnia" e "falsas verdades", quando por exemplo foi capaz de relativizar os casos de presos e desaparecidos políticos no país. Para Frias Filho, a cobertura da morte de Herzog foi considerado um "marco", onde as "amarras de controle" da censura se "dissolveram" na *Folha*. A partir daí, segundo ele, "o jornal passou a agir com muito mais desenvoltura. Isso foi num crescendo." (Frias Filho, 2003, p. 355-356)

Pensar que estas mudanças poderiam ter se dado em um "crescendo" é perceber no entanto que elas não se deram como que de forma unânime e sem avanços e recuos, já que ainda havia, em linhas gerais, uma aproximação clara destes jornais com o regime em seu processo de distensão. Se estas mudanças se tornavam um pouco mais aparentes com a *Folha*, talvez em *O Globo* seja possível identificar continuidades que mantinham o jornal "fiel às suas origens", como bem proclamava um editorial em virtudes das comemorações dos 10 anos da "revolução" de 1964. [462]De acordo com a visão de *O globo*, o regime mantivera desde o princípio e com

[459] Na câmara, estranheza e voto de pesar. *Folha de S. Paulo*, ano LV, nº17.031, p.3, 28 de outubro de 1975.
[460] ABI pede total esclarecimento. *Folha de S. Paulo*, ano LV, nº17.032, p.3, 29 de outubro de 1975.
[461] LIÇÃO E PONDERAÇÃO. *Folha de S. Paulo*, ano LV, nº 17.035, p. 2, 1 de novembro de 1975.
[462] Fidelidade às origens. *O Globo*, ano XLIX, n 14.793, p. 1, 31 de março de 1974.

"demonstrações práticas", nada mais do que seus "compromissos democráticos", evidenciando não existir aqui um ponto de ruptura e/ou distanciamento para que o jornal procurasse àquele momento ampliar seus espaços de atuação política.

Como bem enfatizou o próprio discurso da empresa, - ao longo de nossa análise na primeira parte desta tese -, *O Globo* era considerado, em meados dos anos 1970, um jornal bastante "conservador", "retrógrado", a ponto de o próprio Roberto Marinho se sentir "profundamente decepcionado" com os rumos que ele havia tomando. Nos meandros de uma distensão que se pretendia gradual e segura, o regime parecia ter no jornal um grande aliado político, uma vez que as páginas do *Globo* ainda se costuravam, em sua grande maioria, por acontecimentos reproduzidos sob a tônica oficial do regime e os discursos de seus dirigentes.

Um dos exemplos talvez mais peculiares desta relação "inveterada" do jornalismo de *O Globo* para com a ditadura se deu com a publicação de um caderno especial para discutir, avaliar e apresentar a seu leitorado o II Plano Nacional de Desenvolvimento, a ser executado pelo governo Geisel a partir de meados de 1975. [463] O "maior suplemento econômico já publicado na imprensa brasileira"[464], intitulado "Panorama Econômico/75 - II PND, o sentido da tarefa nacional"[465], contava com nada menos do que 258 páginas repletas de textos e anúncios que discorriam sob os mais diversos assuntos: investimentos do governo na área da indústria, mercado interno, comércio exterior, desenvolvimento urbano e social, correção monetária e inflação, energia e transportes, agropecuária, bem como uma série considerações sobre o panorama nacional e internacional. Apesar da enorme quantidade de conteúdo presente no suplemento, que ia de entrevistas a boletins informativos e anúncios, a absoluta maioria dos textos não se encontrava devidamente assinado como matéria jornalística, uma das exceções era justamente a coluna de apresentação que abria o caderno, assinada em punhos pelo próprio presidente Ernesto Geisel. [466]

Ainda que não nos caiba analisar os discursos ufanistas presentes em cada linha das matérias e anúncios do suplemento, queremos considerá-lo aqui como um dos mais contundentes documentos publicados pela grande imprensa brasileira em apologia às políticas econômicas da ditadura. Isso, vale ressaltar, no momento em que o jornal completava 50 anos de existência, considerado como um dos momentos chave frente ao processo de modernização

[463] O II PND (1975-1979) foi um plano econômico brasileiro instituído pelo governo Geisel em resposta aos sinais de uma crise que o regime perpassava com a falência do chamado "milagre econômico". Pelos volumosos recursos de investimento que demandou, muitos deles a longo prazo, o plano acabou por explodir a dívida externa nacional, resultando na grande crise da moratória de 1982, já em fins da ditadura.
[464] Nesta edição: Panorama Econômico-75. *O Globo*, ano L, nº 15.205, p.1, 21 de maio de 1975.
[465] Panorama Econômico/75. Caderno especial. *O Globo*, ano L, nº 15.205, 21 de maio de 1975.
[466] Mensagem do presidente Geisel. Panorama Econômico/75. Caderno especial, p.2 *O Globo*, Idem.

da empresa e da consolidação de seu jornalismo dito mais independente e profissional. Neste emaranhado de discursos e vozes, a ditadura e *O Globo* se confundiam em uma só imagem. Não havia com isso a possibilidade de diluir as notícias da empresa com a propaganda do regime, os fatos da opinião, o jornalismo da política, pressupostos que seus discursos de autolegitimação faziam tanta questão de delimitar junto às suas capacidades.

Mesmo assim *O Globo* parecia fazer questão de imputar à sua imagem o reconhecimento que recebera pelo extremo sucesso editorial da empreitada. Na edição seguinte à publicação do suplemento o jornal estampava em sua capa uma imagem de Geisel lendo atentamente o documento que, segundo ele, fazia uma "análise profunda" do II PND.[467] Outra foto mostrava leitores carregando aos ombros o extenso volume da edição, que teria se esgotado em 15 minutos, após muitos travarem "calorosas discussões" para garantir seus exemplares nas bancas.[468] De acordo com políticos e parlamentares ouvidos pelo jornal, o suplemento marcava ainda "uma nova etapa do jornalismo sério" praticado pelo *Globo*, um documento que evidenciava o seu "sentido de efetiva participação [...] no processo de conscientização das verdadeiras possibilidades de progresso do nosso país." [469]

Fato é que, mesmo praticando um jornalismo "sério", "moderno" ou "profissional", como *O Globo* frequentemente fazia questão de enfatizar, a construção de seus acontecimentos se dava sob uma verdade que ainda dialogava em muito com os preceitos da ditadura, mantendo a valoração dos comunicados oficiais e suas versões dos órgãos de segurança. Se pegarmos como exemplo a cobertura da morte do jornalista Vladimir Herzog, poderemos perceber como o jornal manteve uma narrativa ainda mais distanciada daquela praticada pela *Folha,* se limitando em reproduzir na íntegra a nota do II Exército que "explicava" o suicídio, seguida de um breve comentário de apenas três linhas, onde reproduzia a nota do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo e seu aguardo frente aos "esclarecimentos necessários e completos" sobre o caso.[470]

Diante disso é possível perceber portanto que o jornalismo de *O Globo* não precisou necessariamente efetuar "malabarismos" retóricos para garantir a reprodução das notícias que

---

[467] Geisel elogia "Panorama Econômico". *O Globo*, ano L, nº 15.206, p.1, 22 de maio de 1975.
[468] Idem.
[469] Repercussão no congresso. *O Globo*, ano L, nº 15.206, p.27, 22 de maio de 1975.
[470] (Nota do II Exército explica suicídio de jornalista na prisão. *O Globo*, ano LI, nº 15.364, p.5, 27 de outubro de 1975) A análise de Costa (2015, p. 173) sobre a cobertura de *O Globo* chega a afirmar que, pelo apoio irrestrito que o jornal dava ao regime e à situação delicada decorrente do caso, as notícias sobre a morte de Herzog teriam se dado como nada mais do que um "embaraço a ser contornado" pela empresa, o que exigia portanto silêncio e acatamento por parte do jornal. Apenas se limitando aos relatos oficiais, o jornal teria feito assim uma cobertura exatamente oposta àquela feita, por exemplo, sobre a morte do "terrorista" Carlos Lamarca, considerado um inimigo declarado do regime e da "revolução". Com isso, *O Globo* tratara sua morte como um caso "lacônico", sem se manifestar e/ou entrar em maiores detalhes de caráter investigativo.

lhe eram convenientes e assim legitimar suas verdades e o seu reconhecimento. Em um período onde a autocensura já começava a praticamente se exaurir da prática diária das redações, quem "explicava" e conduzia a narrativa de seus acontecimentos era a ditadura e seus órgãos de informação, já que o jornal apenas se responsabilizava por validar a incontestabilidade dos fatos a serem reproduzidos em suas páginas.

Além da importância de percebermos a não regularidade destas "dobras" temporais sob as quais vão sendo articuladas as verdades que se pretendem legítimas "no" jornalismo, é fundamental também reconhecer que nossos jornais são constituídos por um emaranhado de vozes das mais diversas que, ressoando em um conjunto nem sempre homogêneo, vão imputando a seu nome uma imagem particular. Apesar do insistente acatamento do jornalismo da grande imprensa às premissas da "revolução", é fato que a questão dos mau tratos do regime em relação aos presos e desaparecidos políticos acabou por se tornar, conforme afirma Napolitano (2004), uma "verdade cada vez mais inconveniente", mesmo para os setores liberais de facetas mais conservadoras.

Vimos com isso como a *Folha*, a partir da segunda metade dos anos 1970, procurou ampliar a participação de seu posicionamento crítico em relação ao regime, principalmente com a articulação de espaços que se tornaram marcos para o jornal, como a criação da página "Tendências e debates" (1976), presente até hoje no jornal, e o caderno "Folhetin" (1977), um das referências de jornalismo cultural àquele momento. Estes espaços acabaram por dar voz cada vez mais crescente às pautas sobre a questão dos direitos humanos, da censura e da repressão, das propostas de reforma política oriundas da transição e das constantes divergências que estes debates passaram a acarretar. (Pinto, 2012) Todo este novo panorama se costurava, vale reforçar e lembrar mais uma vez, após o jornal ter perpassado o seu "acontecimento de libertação" (Silva, 2011) com a polêmica protagonizada pelo "caso Diaféria", considerado pela empresa como um dos mais emblemáticos casos de resistência, - e consequente represália sofrida pela empresa, - contra os arbítrios do regime.

Decorrente desta postura podemos perceber, seguindo mais uma vez o caso de Herzog, a importância que a *Folha* deu à sentença do juiz Márcio José de Moraes, em outubro de 1978, que rejeitou a versão oficial do suicídio e responsabilizou o regime pela morte do jornalista. Para o jornal, a sentença de "largo fôlego" reproduzida com destaque em sua capa evidenciava a "prática de crime de abuso de autoridade" por parte de seus perpetradores e as "revelações veementes de que teriam sido praticadas torturas não só em Vladimir Herzog, como em outros

presos políticos nas dependências do Doi-Codi.[471] O veredito do juiz fora uma grande "recompensa" celebrada pelos familiares, o que teria deixado a viúva Clarice Herzog "felicíssima", já que a sentença estabelecia "a verdade para todos os fins legais" sobre o caso, reforçava ao jornal um dos advogados de defesa da vítima.[472]

Ao reproduzir na íntegra o veredito final dado pelo juiz, em longo texto que ocupava a totalidade de uma das páginas internas da edição, o jornal acabava por legitimar a materialidade de um documento que, reproduzido pela primeira vez pela imprensa, fixava-se como um atestado definitivo sobre os mau tratos do regime.[473] A "incontestabilidade" dos fatos da ditadura era aqui posta à prova e o jornal fazia questão de evidenciá-las com reconhecida importância. Mais que isso, afirmava em editorial a *Folha* que essa "sentença histórica" possuía por si só um "significado maior", chegando a superar a relevância particular da própria morte do jornalista. Por romper um silêncio até então inédito, ela se impunha sob as paixões e circunstâncias do momento, marcando a "indiscutível independência" de uma justiça que dava "alento" e "esperança" aos brasileiros.[474]

Não era assim apenas a justiça quem parecia ter cumprido um importante papel sobre os esclarecimentos do caso. Mesmo sem declarar seu protagonismo, o jornal - como um historiador "a quente" que fazia registros "taquigráficos" da história - dava aos fatos o seu devido caráter de acontecimento histórico, como se sua narrativa fosse também a responsável por legar à memória daqueles tempos truculentos um documento para a história. A *Folha* imputava assim, ainda que indiretamente, capacidades para se legitimar como um dos atores reconhecidos frente ao acontecimento.[475] Era este um dos primeiros indícios de um tipo de

---

[471] União culpada no caso Herzog. *Folha de S. Paulo*, ano 57, nº 18.105, p.1, 28 de outubro de 1978.
[472] Idem.
[473] Juiz manda apurar torturar denunciadas. Julgando os fatos. *Folha de S. Paulo*, ano 57, nº 18.105, p.10, 28 de outubro de 1978.
[474] (O significado maior. *Folha de S. Paulo*, ano 57, nº 18.105, p.2, 28 de outubro de 1978) Dias antes da publicação deste texto, quando se "comemorava" os três anos da morte de Herzog, a *Folha* também havia se manifestado em editorial. Ao afirmar que tanto o jornalista, como Manuel Fiel Filho e Rubens Paiva, foram vítimas que "desapareceram em circunstâncias trágicas, e nem por isso totalmente esclarecidas", o jornal evidenciava os contornos de um novo e contundente posicionamento que passaria a legitimar o protagonismo exercido pela empresa – e da "memória hegemônica" sobre a ditadura por ela representada – ao longo do posterior processo de redemocratização que iria se seguir: "a memória desses fatos tenebrosos não pode ser empanada pelo transcorrer do tempo, porque eles condensam em si mesmos toda a ignomínia a que se sujeita uma sociedade que perde a consciência dos valores de sua civilização, e se entrega ao desvario de minorias fanatizadas por idéias que desprezam os Direitos do Homem. É preciso não esquecer aqueles tempos ominosos. Sobretudo, é preciso extrair deles a lição de que não há causa capaz de justificar a eliminação física de pretensos inimigos, do Estado ou das pessoas que falam em seu nome. [...] Herzog não terá morrido em vão, se conseguirmos retirar de seu drama a lição de que fatos como esse jamais se devem repetir." (Há três anos. *Folha de S. Paulo*, ano 57, nº 18.102, p. 2, 25 de outubro de 1978)
[475] Com isso o jornal reproduzia, no dia seguinte, depoimentos que atestavam os "reconhecimentos e elogios" pela decisão do juiz sobre o caso. (Reconhecimentos e elogios à decisão do caso Herzog. *Folha de S. Paulo*, ano 57, nº 18.106, p.12, 29 de outubro de 1978)

jornalismo que irá gradativamente se tornar bastante característico no trajeto final de nosso percurso, quando os jornais passam a dilatar os acontecimentos, dando a eles uma nova vida e os ressignificando sob conjunturas particulares.

Todo este panorama vai sendo potencializado por uma tentativa cada vez mais clara de nossos jornais em forçar os rumos da transição política. Mesmo que este caminho tenha se dado de uma forma um tanto quanto transacionada, entre diálogos, distanciamentos e aproximações, a relação dos setores liberais com o regime sofreu mais uma forte cisão a partir de 1979. Considerado como o "ano da ruptura", em que uma definitiva "dobra" temporal (Napolitano, 2015; 2017) passava a consolidar de fato o discurso de "resistência" ao regime, este ano pode ser visto como um momento em que, na análise de Rolemberg (2006), a sociedade brasileira construiu deliberadamente a sua "honra" e seu "futuro" no papel de sujeitos ativos em oposição à ditadura.

Estamos nos referindo a um período em que os discursos da imprensa, já oficialmente libertos da censura, delineavam em seu horizonte de expectativa os caminhos de uma redemocratização cada vez mais eminente. A análise de Costa (2015) sobre este período de transição em *O Globo* aponta no entanto para como esta "cisão" se deu sob um discurso "liberal" que repudiava os excessos e silenciava as dissidências das negociações em curso. O jornal, neste processo de fim de ciclo, ainda depositava no governo e na coesão do regime as esperanças da normalização democrática. Uma transição pautada na reconciliação nacional da qual a "revolução", mesmo desgastada, deveria sair como vitoriosa e com o dever de missão cumprida.

Tateando as possibilidades típicas de um discurso liberal repleto incongruências e ambiguidades, as narrativas de *O Globo* saudavam, por exemplo, a revogação do AI-5 como um ato que, para além de destituir os poderes da "revolução", a colocaria sob um novo ciclo de legitimidade política.[476] Ao mesmo tempo, ao comemorar os 15 anos do "movimento de 31 de março", em 1979, afirmava o jornal que os militares tinham o direito de "considerar-se em dia" com os compromissos que teriam assumido perante à nação, ainda que seu percurso não tenha se dado "sempre tranquilo e certeiro": "Houve recuos e desvios ao longo de um trajeto que talvez pudesse ter sido mais curto."[477]Apesar de ter perpassado crises da mais "variada natureza e intensidade", algumas até mesmo "bastante dolorosas para nossas tradições liberais", *O Globo* depositava esperanças no futuro que se descortinava, como assim fizera ao longo de praticamente toda a vigência da ditadura e, por fim, declarava que o "ciclo revolucionário

[476] Entra em vigor a Revolução institucionalizada. *O Globo*, ano LIV, nº 16.512, p. 8, 31 de dezembro de 1978.
[477] Afinidade de compromissos. *O Globo*, ano LIV, nº 16.599, p. 2, 31 de março de 1979.

propriamente dito" já se dava por "encerrado", uma vez que sua passagem para um novo estado de direito tinha sido efetivamente cumprida: "Daqui por diante a presença da Revolução de 1964 no processo político brasileiro estará ligada sobretudo ao seu ideário cujas vigas-mestras permaneceram intactas."[478]

A questão aqui é que, apesar da aparente "afinidade de compromissos" mantida entre o jornal e o regime, *O Globo* procurava, ainda que timidamente, reconfigurar o seu posicionamento frente àquelas conjunturas. Se não houve uma tão evidente "ruptura", houve ao menos a redefinição de experiências e expectativas para com um ciclo que se via encerrado. Uma ruptura que se queria sem traumas e que portanto delineava-se sutilmente. "Honra" e "futuro" eram atributos que precisavam caminhar juntos para que o percurso tanto do jornal quanto do regime pudessem legitimar-se sob novas e reconhecidas capacidades.

A construção de uma narrativa de "resistência" se dava em *O Globo*, a princípio, de uma maneira praticamente defensiva, pelo silenciamento e por um deliberado esquecimento das memórias. Seu protagonismo se exercia assim muito mais na tentativa de pautar demandas da transição do que em aferir a ela e ao governo críticas mais contundentes. Talvez por isso é que o jornal tenha ampliado tão visivelmente em suas páginas o debate sobre um ponto crucial àquele momento: a questão da anistia e os limites e possibilidades de sua lei.

Por mais que este tenha sido um debate longo e complexo, presente desde os momentos iniciais do regime e capitaneado por uma gama dos mais diversos atores (Mezarobba, 2006), foi apenas em meados de 1979, já no governo do general Figueiredo, que o jornal começou a pautar de forma mais contundente o acontecimento. A narrativa de *O Globo* era no entanto claramente contrária a uma anistia "irrestrita" que poderia beneficiar crimes considerados não políticos, como o caso dos de "terrorismo",[479] ainda que desse um reconhecido destaque às negociações em curso que procuravam ampliar o alcance da lei.[480]

Independente do posicionamento do jornal frente a este complexo debate, o importante é perceber aqui como ele procurou assumir um protagonismo frente à condução do processo. Diante disso, *O Globo* publicou em sua edição do dia 27 de junho de 1979, o "texto definitivo", na íntegra, do projeto lei a ser encaminhado ao Congresso. Era um furo de reportagem estampado com exclusividade pelo jornal e que evidenciava, já de antemão, uma lei generosa

---

[478] Idem.

[479] *O Globo* compactuava com a corrente que pregava uma anistia "ampla", mas não "geral e irrestrita", diferentemente da pauta corrente dos militantes de direitos humanos, familiares de presos e desaparecidos políticos e de muitos líderes da oposição. Em editorial, afirmara ser assim "coerente" o discurso do general Figueiredo sobre uma lei que deveria discutir um projeto mais amplo, embora restrito: "terroristas, não. [...] Que não seja irrestrita, muito bem; mas que seja ampla." (Ampla. *O Globo*, ano LIV, nº 16.680, p. 1, 20 de junho de 1979)

[480] Figueiredo procura ampliar a anistia. *O Globo*, ano LIV, nº 16.680, p. 1, 20 de junho de 1979.

que ampliava, "além de todas as previsões que até ontem era feitas em Brasília, o alcance da anistia, que deixará de beneficiar um número reduzido de condenados por atos de terrorismo."[481]

Apesar de este projeto, que passaria ainda por pequenos ajustes, ser questionado por suas claras restrições, - que incluía por exemplo a categoria dos "crimes conexos" e anistiava tanto os militares como os militantes políticos, - a narrativa do jornal dava destaque ao clima de união proposto única e exclusivamente por um governo que, como num ato de boa fé, perdoava seus dissidentes e estava disposto a seguir em frente: "a mão estendida, no gesto de conciliação, deixou de ser imagem e símbolo. Ela é agora uma realidade."[482] A narrativa do jornal evidenciava ainda o protagonismo de um presidente que assinara o projeto de lei "bastante emocionado e enxugando os olhos a todo o momento".[483] Era um ato que, de acordo com o então ministro da Justiça Petrônio Portela, partia de uma "decisão solenemente tomada" pelo governo de Figueiredo, criando assim uma atmosfera de distensão baseada no "desarmamento" e na "pacificação".[484]

Este discurso, além de ignorar as amplas e incessantes discussões da sociedade civil, que obviamente não partiram exclusivamente dos militares, legitimava também a ideia, muito cara à narrativa dos jornais, de que o que existiu ao longo da ditadura fora de fato uma "guerra suja" entre o regime e seus opositores. Uma versão da chamada "teoria dos dois demônios", que colocou sob ideais meramente binários as leituras acerca da oposição/resistência à ditadura, atribuindo "responsabilidades morais idênticas para atores politicamente assimétricos, motivados por valores completamente diferentes." (Napolitano, 2014 p, 318) Condenava-se assim tanto a linha dura do regime quanto os atos de oposição a ela, construindo o cerne de uma "memória hegemônica" que passava a se legitimar no Brasil pós-anistia e que se dava portanto sob a base do perdão e do esquecimento.[485]

---

[481] O GLOBO DIVULGA O PROJETO DA ANISTIA. *O Globo*, ano LIV, nº 16.687, p. 1, 27 de junho de 1979.
[482] A mão estendida. *O Globo*, ano LIV, nº 16.688, p.1, 28 de junho de 1979.
[483] Figueiredo quer anistiados unidos nos ideais do país. *O Globo*, ano LIV, nº 16.688, p. 3, 28 de junho de 1979.
[484] Petrônio: Anistia confirma as promessas de Figueiredo. *O Globo*, ano LIV, nº 16.688, p. 6, 28 de junho de 1979.
[485] "O dia do perdão", foi assim que o jornal, décadas depois, em seu projeto de Memória, definiu a data em que *O Globo* divulgou com exclusividade o projeto da anistia à toda a nação: "Era um furo: o jornal havia obtido uma cópia do projeto naquela madrugada, nas horas que antecederam a histórica sessão do Congresso Nacional. Até então, havia apenas especulações sobre o conteúdo do texto que seria levado à apreciação dos parlamentares. O esforço do GLOBO, que correu contra o tempo para publicar os artigos do projeto no mesmo dia em que ele seria votado, foi compensado pela aprovação, no plenário, do texto que aparecera naquela manhã na capa do jornal." (O dia do perdão. Memória Globo. Disponível em: http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/reportagens/o-dia-do-perdatildeo-8837247Acesso em 05 de janeiro de 2018)

Com isso, além de imputar capacidades para fazer-se reconhecido com um dos protagonistas frente ao processo da anistia, o jornal legava à memória do acontecimento um estatuto de verdade que fazia de suas páginas um documento/monumento da e para a história. A partir de uma narrativa que silenciava as contradições em curso, o jornalismo de *O Globo*, mais do que resistir, assumia um papel de conciliador, o que de certa forma acabava também por deliberadamente esquecer seu importante papel de cumplicidade em relação aos desmandos passados do regime. O protagonismo agora era outro, o de um jornal que soube olhar para frente e estava comprometido, mais uma vez, com a legalidade democrática e a conciliação nacional. Todos saiam assim perdoados e vitoriosos, já que os ressentimentos – e os ressentidos - deveriam ficar no passado.

Desta forma, o projeto da lei de Anistia surgia, de acordo com Mezarobba (2006, p. 57), como que por uma construída política de esquecimento, "uma espécie de "dádiva" dos governantes e não uma conquista dos brasileiros". *O Globo* parecia seguir de reboque neste pretenso protagonismo exercido pelo regime, ao celebrar este "novo marco para a vida institucional do país" que colocaria adiante o processo de abertura e deveria seguir seu rumo buscando a normalidade e evitando os "sentimentos revanchistas".[486]

Fato curioso das ironias deste percurso é que foi justamente no contexto pós-anistia que alguns setores ligados à linha dura do regime, insatisfeitos com os caminhos da abertura, passaram a articular uma série de atentados à bomba, nas principais cidades do país, com o intuito de desestabilizar a "seguridade" do processo de redemocratização. Dentre estes acontecimentos, nos resta examinar um dos que será ampla e sucessivamente utilizado pelo jornalismo de *O Globo* frente à sua política de ampliação de vozes em relação à ditadura.

Estamos nos referindo ao conhecido caso do Riocentro onde, durante um evento comemorativo ao Dia do Trabalho no Rio de Janeiro de 1981, uma das bombas previstas para serem acionadas, em um atentado planejado, acabou por explodir acidentalmente dentro do veículo de dois militares à paisana, no estacionamento do local, matando um dos soldados e ferindo gravemente outro. O jornal, que passou a dar significativa cobertura sobre o caso logo no dia seguinte ao incidente, procurou desde o princípio evidenciar os seus desdobramentos e o empenho das autoridades na tentativa de elucidar rapidamente as investigações. [487]

Indo além das meras declarações oficias, o jornal reproduziu por semanas as contradições de um caso que a princípio avançava sob um inquérito em sigilo. Para *O Globo*,

[486] Marco de conciliação. *O Globo*, ano LV, nº 16.750, p.2, 29 de agosto de 1979.
[487] General Marcondes promete divulgar tudo que for apurado. *O Globo*, ano LVI, nº 17.354, p. 1, 2 de maio de 1981.

era "dever de todos" confiar nas investigações em curso e manter-se sob firmeza na "vigília cívica", num embate sobretudo contra a desinformação, inimiga maior da liberdade de imprensa.[488] Com isso, à medida que as investigações avançavam, o jornal ia ampliando a narrativa sobre o caso, ao evidenciar relatos de novas testemunhas, laudos e perícias que passavam a se tornar de conhecimento público.[489]

Sabe-se hoje, transcorrido décadas do acontecimento, que o caso foi uma tentativa frustrada, de uma ala radical dos militares, em realizar um atentado no local e atribuir suas responsabilidades à esquerda armada. Mais uma das farsas do regime que perdurou oficialmente por anos, uma vez que o inquérito policial, divulgado na ocasião, confirmou que os militares realmente haviam morrido e se ferido em serviço, "vítimas de uma armadilha ardilosamente montada", quando foram averiguar um suposto incidente no local.[490] O caso, arquivado, ficara por anos sem maiores esclarecidos, apesar de *O Globo* já àquele momento se referir às conclusões do inquérito com forte ceticismo.[491]

A análise de Costa (2015) sobre este episódio é correta em perceber que o jornal buscou aqui uma cobertura de certa forma mais distanciada sobre o acontecimento, no sentido de não se limitar às suas versões oficias, ao mesmo tempo em que procurou, de maneira bastante incisiva, elucidar de maneira mais comprometida o estabelecimento dos fatos. Assim como aconteceu com o caso Herzog na *Folha*, o Riocentro passa a se legitimar assim como um importante marco das narrativas imputadas às capacidades de *O Globo* frente a um processo de "resistência" contra os arbítrios da ditadura. Paradoxalmente, é quando o jornal passa a clamar pelo esquecimento e o perdão, no contexto oriundo da Anistia, que ele mais incisivamente passa a buscar os culpados de um "terrorismo" que agora até mesmo mudava de lado. Perceber as ambiguidades sob as quais irão se construir este acontecimento será fundamental para entender a sua própria dilatação ao longo do tempo, uma vez que a própria empresa irá se apropriar dele

[488] O dever de todos. *O Globo*, ano LVI, nº 17.358, p.1, 6 de maio de 1981.
[489] (Laudo confirma que havia duas bombas no Puma. *O Globo*, ano LVI, nº 17.358, p.1, 6 de maio de 1981); Capitão Wilson ainda não depôs. *O Globo*, ano LVI, nº 17.362, p. 1, 10 de maio de 1981); (I Exército examina com 30 generais o IPM do Riocentro. *O Globo*, ano LVI, nº 14.410, p.1, 27 de junho de 1981.)
[490] Capitão e sargento inocentados no IPM. *O Globo*, ano LVI, nº 17.414. p.1, 1 de julho de 1981.
[491] Para *O Globo*, era "artificial e indesejável" estabelecer uma relação entre o processo de abertura política e o caso do Riocentro, sendo que este incidente precisava ser logo esclarecido e retirado de pauta. No entanto, afirmava "isto não está sendo possível, no momento, porque as conclusões apresentadas suscitaram dúvidas e evidentes contradições; [...] no curso das etapas que se seguem, e dentro da rotina da Lei, novas investigações podem e devem ser realizadas. Por esse meio, que nada tem de excepcional, será possível chegar à elucidação definitiva do caso. Fazer de conta que as dúvidas não existem não serve a qualquer objetivo construtivo. Suscitá-los faz parte do clima democrático que ninguém deseja que desapareça." (O IPM do Riocentro. *O Globo*, ano LVI, nº 17.417, p. 1, 4 de julho de 1981.)

como um de seus principais acontecimentos de "libertação", responsável por legar à história verdades dignas de reconhecimento, conforme veremos logo adiante.[492]

Mas antes de nos debruçarmos sobre a terceira fase deste processo de ressignificação do acontecimento, nos resta delimitar de forma mais clara como a *Folha* deu continuidade à sua política de pluralidade. Política que, de acordo com suas próprias narrativas, foi a grande responsável por imputar à seu nome capacidades que pretendiam o fazer reconhecido como um dos principais baluarte frente ao processo de redemocratização política. Após ampliar gradativamente suas vozes em fins dos anos 1970, o jornal passou a ser visto como o "fenômeno mais importante" do jornalismo brasileiro em fins da ditadura, graças ao seu protagonismo assumido como "porta-voz" da redemocratização e dos anseios da sociedade civil. (Silva, 2005)

Este processo se dera, no entanto, a partir de uma instrumentalização seletiva da memória e do esquecimento que procurou, conforme vimos, desvencilhar sutil e silenciosamente a imagem de cumplicidade do jornal com um regime que já caminhava sob seu estertor. Pegando carona junto aos primeiros passos de seu "Projeto Folha", o jornal passou então a realizar uma efetiva campanha cívica a favor das eleições diretas, desde os primeiros dias do ano de 1984, campanha esta que acabou por se tornar um marco tanto para o fim do período da ditadura no país, quanto para o próprio protagonismo exercido pelo jornal frente àquela conjuntura.

Em trabalho realizado anteriormente (Dias, 2014), constamos como a *Folha* construiu o acontecimento como uma espécie de "direito" a ser reconquistado inequivocamente pelos brasileiros[493], direito que, é sempre bom relembrar, fora retirado pelos militares duas décadas atrás com o auxílio deste mesmo jornalismo. É por isso que, neste processo de reformulação de identidade do jornal, a questão fundamental vai se dar em imputar à sua imagem o

[492] É fácil perceber este posicionamento pela forma como a empresa vai também se apropriar do acontecimento em seu projeto de Memórias, construído posteriormente. De acordo com a narrativa da empresa, o *Jornal Nacional*, da rede de televisão do grupo, teria dado amplo destaque ao acontecimento, informando inclusive sobre a existência de outras duas bombas no local do incidente. Informação que, segundo a empresa, fora "equivocadamente identificada" pela imagem de dois tubos de gás lacrimogêneo e posteriormente desmentida pelo delegado Newton Costa e pelo então comandante do I Exército, general Gentil Marcondes Filho. Diante disso a redação do jornal fora ocupada pelos militares e a emissora foi obrigada a corrigir o erro, além de desmentir a existências das outras bombas, "apesar dos rumores de que a informação era correta." Para Armando Nogueira, então diretor de jornalismo da TV Globo, este episódio teria sido uma de suas "maiores frustrações" na empresa: "Essa cobertura representou para os militares um grande telhado de vidro. Por isso, eles praticamente ocuparam a Globo e não deixaram que exibíssemos coisa nenhuma; nos censuraram o tempo todo. As outras redes, nessa época, já tinham um pouco mais de liberdade. Mas porque a liberdade, nesse caso, era proporcional à audiência." (Disponível em: http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/atentado-no-riocentro/sobre.htm Acesso em: 10 de janeiro de 2018.) O caso ainda terá novos e significativos desdobramentos a partir dos anos 1990, explorado pela empresa também neste mesmo espaço, como será possível perceber em seguida.

[493] O DIREITO ÀS DIRETAS. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.003, p. 02, 08 de janeiro de 1984.

reconhecimento de uma empresa engajada incisivamente para com a queda do regime, narrativa que com o tempo acabou por distanciar os rastros nem sempre evidentes de um passado que se dera também por apoios, acatamentos e cumplicidades. (Silva, 2011)

Diante disso, Pilagallo (2012, p. 232) chega a afirmar que a *Folha*, durante a campanha, não se limitou em apenas noticiar "com estardalhaço" o movimento, defendendo-o constantemente em seus editoriais, mas também em "abraçar a causa com um tratamento jornalístico militantemente incomum." A cobertura das manifestações em prol das eleições diretas, construída sob um franco otimismo, noticiava a amplitude dos "comícios-monstro" que dominavam as principais cidades do país, principalmente aquele realizado na cidade de São Paulo, em 25 de abril de 1984. Para a *Folha* este acontecimento, sempre apropriado pelo jornal como um marco significativo da trajetória de seu jornalismo, entraria para os "anais da história política do Brasil", ao manifestar um dos mais "raros e belos momentos de concentração dos interesses da sociedade em torno de uma única demanda." [494]

Baseado nos seus pilares da "independência", do "pluralismo" e do "apartidarismo" o jornal teria assim se "capitalizado editorialmente" ao conduzir uma campanha que colocaria em "xeque" o regime. (Pilagallo, 2012) Mais que isso, acreditamos que a narrativa construída pelo jornal àquele momento evidenciava um regime que estava sob o fardo do fracasso e que, ao mesmo tempo, fora em linhas gerais sempre impopular e execrado pela nação. Assim, as manifestações mostravam um país que "acordara definitivamente", com um brado "engasgado na garganta durante vinte anos" sentia-se nas ruas "muita alegria [...mas também] um ódio enorme contra o regime."[495]

Quando por exemplo o jornal publicou um editorial para analisar os 20 anos do agora "movimento político-militar de 1964", sua narrativa se mostrava enfática em afirmar que, por mais que fosse "forçoso reconhecer" que àquele momento a "intervenção militar" teria correspondido à exigências de "significativos setores da sociedade" em nome da "salvaguarda da democracia", os acontecimentos teriam pouco tempo depois tomado um outro rumo: "mutilava-se a democracia, a ponto de torná-la o oposto de si mesma. [...] Em verdade, apesar do batismo oficial de Revolução, o movimento não realizou uma obra digna desse conceito."[496] Restava apenas ao presidente Figueiredo, um dos pilares deste regime em extinção, "a tarefa

[494] DEPOIS DA PRAÇA. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.021, p. 02, 26 de janeiro de 1984.
[495] KOTSCHO, Ricardo. Na sé, um brado retumbante pede eleições diretas. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.021, p. 05, 26 de janeiro de 1984.
[496] VINTE ANOS DEPOIS. *Folha de S. Paulo*, ano 63, nº 20.086, p. 02, 31 de março de 1984.

histórica de encerrá-lo em definitivo, desobstruindo o caminho para a efetiva democratização do País."[497]

Mais do que responsável por legitimar a *Folha* como o "jornal das Diretas" (Silva, 2005; Pilagallo, 2012), acreditamos que a sucessiva campanha em prol da abertura política protagonizada pelo jornal foi essencial para auxiliá-lo no processo de ressignificação de suas memórias frente ao acontecimento. Pela forma como vão sendo acionadas discursivamente estas lembranças, a *Folha* vai sutil e gradativamente deixando de ser representada como o jornal que legitimou a "revolução" de 1964 para se tornar o grande baluarte da redemocratização do país, vinte anos depois. A ditadura, mesmo que neste momento ainda não tão claramente definida como tal, vai dilatando-se discursivamente pela própria forma como é acionada no tempo.

Perceber estas nuances nos soa fundamental para que, neste percurso do reconhecimento, saibamos identificar como os jornais, ao imputar a seus nomes capacidades presentes nos discursos "do" jornalismo, acabam por configurar as ambiguidades que se dão "no" próprio jornalismo enquanto acontecimento. Capacidades estas que acabam por revelar como se constituem as verdades que estes jornais procuram legitimar como reconhecidas historicamente, transmutando-se de acordo com as conjunturas em que são acionadas.

Apesar da incisiva campanha da *Folha*, a emenda "Dante de Oliveira" - que objetivava reestabelecer as eleições diretas no país - não saiu vitoriosa no congresso. Com isso, o regime se encerrava como numa espécie de "autodissolução" vitoriosa, onde os "capitães do barco" acabaram por controlar o seu próprio naufrágio. (Napolitano, 2015) Mas neste paradoxal e inevitável acidente de percurso nem todos afundaram, visto que o que ocorreu foi na verdade uma transição transacionada, realizada sem maiores rupturas e feita sob uma série de conluios sob os quais a oficialização da lei de Anistia seria um de seus maiores legados.

Partícipes ativos desta conjuntura, os nossos jornais atravessaram fortalecidos o período de transição política, assumindo considerável protagonismo e autoridade frente à nova democracia que se descortinava. Vimos como a *Folha* se autodeclarava neste período como uma empresa consolidada, de grande "prestígio", "crédito" e "confiança", sendo que havia se tornado "impraticável" ignorar seu jornalismo após o reconhecido trabalho em prol das eleições diretas. [498] Já a narrativa de *O Globo* afirmava que foi justamente durante a fase de

[497] Idem.

[498] FOLHA DE S. PAULO. *Projeto Editorial 1984.* A Folha depois da campanha das diretas-já. Credibilidade exige responsabilidade. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/institucional/projeto-1984.shtml Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

redemocratização que a empresa teria exercido seu maior poder de influência política, conduzindo inclusive a escolha da candidatura de Tancredo Neves à presidência da República (Bial, 204) [499]

Potencializada por esta aparente autoridade, os jornais legitimaram assim um lugar de resistência oriundo da "memória hegemônica" da/sobre a ditadura que em tese neutralizava os conflitos inerentes ao percurso. Fixou-se a memória da ditadura como uma "lacuna histórica", uma "usurpação" política a ser superada e esquecida. (Napolítano, 2015) Mas se a ela todos resistiram, teriam também que conviver com seus resquícios, arraigado sob um passado que insistia em não passar, como que revelando as ambivalências e incompletudes deste processo.

Produziu-se com isso uma espécie de "tabu político" (Napolitano, 2015) a ser enfrentando com paradoxais e deliberadas doses de lembrança e esquecimento. Um posicionamento que irá refletir de forma clara nas páginas de nossos jornais ao longo das próximas décadas. Neste percurso do reconhecimento, onde o processo de dilatação e ressignificação dos acontecimentos garante a eles uma "segunda vida" (Queré, 2012), novas verdades passam a emergir sob conjunturas as mais diversas.

5.2.3. Terceira fase: o regime militar dilatado, segunda vida e ressignificação do acontecimento (1990-2000)

O fim da experiência da ditadura militar no Brasil, a partir da segunda metade da década de 1980, coincidiu com o percurso de um jornalismo que, conforme vimos, perpassou vitorioso seu processo de modernização empresarial, imputando para si capacidades suficientes para o fazer reconhecidos, - cada um a seu modo, - como agentes fundamentais no combate e na resistência às arbitrariedades do regime. Da modernização à autoridade, o jornalismo, juntamente com uma série de outros atores, acabou por arquitetar os pilares de uma "incômoda e contraditória" memória sobre os tempos da ditadura. Aquele "tempo das trevas" era preciso ser esquecido e, ao mesmo tempo, exorcizado, num complexo embate onde todos acabavam por encontrar seu lugar (Aarão Reis, 2000; 2004; 2014).

Ao virar as costas para um passado que insistia em se projetar no futuro de uma ainda frágil democracia, o nosso jornalismo passou assim a se fortalecer como um reconhecido poder

[499] Apesar de que é preciso colocar sob termos o papel de "resistência" de *O Globo* àquele momento, já que ele teria se dado posteriormente, por trabalhos seletivos de instrumentalização da memória. *O Globo* caminhou em tese com a "revolução" por praticamente toda sua existência, - conforme pudemos perceber na primeira parte desta tese -, e decorre daí a importância de seu protagonismo junto ao processo de transição política.

fiscalizador, nos moldes de um "outro" tipo de "quarto poder" (Albuquerque, 2000) capaz de orientar seu papel ativo, - e paradoxalmente, ao mesmo tempo "meta político", pois pautado pela premissa da neutralidade e de uma verdade objetiva dos fatos, - entre as instituições políticas e seu público. Foi paradigmática neste sentido a atuação do jornalismo da grande imprensa na construção – e posterior destruição – da imagem do ex-presidente Fernando Collor, primeiro presidente eleito via eleições diretas no pós-ditadura. [500]

Contemporâneo a este período de fortalecimento das instituições democráticas há também a emergência e consolidação de um chamado "jornalismo investigativo" no país que se pautou pelas investigações dos agora mais evidentes casos de corrupção e irregularidades dos governos e na crescente demanda pela elucidação dos casos de violações de direitos humanos da ditadura. (Waisbord, 2000) As pautas referentes à ditadura, agora identificadas por nossos jornais como um "regime militar", passam a caminhar sob uma ambivalente posição crítica que ampliava suas interpretações, - quando suas narrativas procuravam evidenciar novas verdades sobre os acontecimentos -, ao mesmo tempo em que silenciava as contradições de um regime que estes próprios jornais, com seus discursos e posicionamentos, auxiliaram a legitimar.

Ainda que estas pautas venham surgir a princípio esporadicamente, - uma vez que a ditadura se constituía como um acontecimento a se superar, mais do que a se remoer, - a conjuntura descortinada pela nova democracia em curso favorecia a emergência de diferentes narrativas sobre aquele recente passado ditatorial. Estamos falando aqui de um jornalismo que adentra o período fortalecido economicamente e que se diz portanto mais independente politicamente para explorar possibilidades até então pouco visíveis. A questão é que, como bem pontua Waisbord (2000), há uma gama de diferentes fatores que moldam a política de exposição destas empresas. Fatores que não se limitam apenas à sua independência estrutural mas que dizem respeito também às supostas intencionalidades de uma agenda política dotadas de interesses e que se dá pela busca do reconhecimento e a legitimação de uma autoridade.

Há diversas relações que se entrecruzam neste processo de dilatação do acontecimento e portanto devemos pensá-lo para além do que ele nos diz enquanto notícia, em sua verdade que se pretende factual e objetiva. É por isso que, neste percurso que estamos traçando,

[500] Singer (2001) chega a afirmar que Collor fora efetivamente "derrubado" pelo sistema da grande imprensa que, regida pelos mecanismos do mercado, criou naquele momento uma corrida por notícias exclusivas que envolviam a sua acusação. O "Collorgate", como muitas vezes é denominado, em alusão ao caso de Watergate nos EUA, é tido como um marco no processo de maturidade política da grande imprensa nacional, momento onde as mídias assumem um forte protagonismo frente à cena política, policiando e intervindo nos rumos da nação. Esse período, já bastante destrinchado pela bibliografia, pode ser consultado em Conti (1999) e Lattman-Weltman (et al) (1994).

precisamos estar sempre cientes das conjunturas sob as quais estes discursos serão acionados, já que elas nos auxiliam a evidenciar os jogos nem sempre tão aparentes em que as instituições estão ancoradas historicamente. Se a ditadura fora um tempo de dificuldades e do "jornalismo possível", a democracia vai se costurando, nos discursos destes jornais, como o momento chave para a reformulação de uma instituição vencedora e "independente", dotada de autoridade e reconhecimento para conduzir as verdades sob seus termos.

Tendo como base estas premissas precisamos saber relativizar e colocar sob contexto as verdades que irão se inscrever "no" jornalismo, em seu trabalho de reconfiguração dos acontecimentos no tempo. Como verdades que *se pretendem* elas seriam apenas estratégias retóricas para legitimar os discursos de uma instituição, incorporando os valores de uma imprensa dita moderna e profissional ou ela diz respeito de fato à um dos atributos fundamentais do jornalismo frente a uma sociedade mais livre e democrática? Estas indagações, colocadas por Waisbord (2000), nos soam importantes porque acreditamos não ser possível negligenciar as motivações ideológicas e intencionalidades políticas, econômicas, conjunturais que condicionam a construção destes acontecimentos.

Para o autor, o jornalismo investigativo pode sim, na melhor das hipóteses, orientar (ao invés de restringir) e abrir (ao invés de concluir) os debates sobre a verdade dos acontecimentos que relata, desde que tenhamos em conta as evidentes restrições em que estas narrativas se confrontam para validar-se discursivamente. É preciso que saibamos assim fugir daquelas versões românticas, idealizadas muitas vezes pelas próprias empresas, de que o jornalismo, como um intérprete fiel da realidade, estaria apto a desmascarar triunfantemente as manipulações de governos e regimes, "revelando verdades ocultas" ou "rasgando o véu do sigilo". (Waisbord, 2000)

Não queremos com isso desconsiderar a capacidade do jornalismo em "revelar" determinadas fatias de verdade sobre os acontecimentos, mas alertar para que saibamos perceber as intencionalidades que denotam destes discursos, construídas historicamente, de acordo com as conjunturas em que são acionadas. A partir do momento em que o jornalismo revela narrativas até então silenciadas e escondidas, uma "nova vida" emerge destes acontecimentos e, justamente por isso, é fundamental que saibamos perceber como eles serão instrumentalizados, dilatados e relacionados a uma série de outras histórias que, com o tempo, irão se pretender legítimas e reconhecidas como tal.[501]

[501] É por isso que Waisbord (2000, p. 205, em tradução livre) acredita que as narrativas do jornalismo investigativo não cessam por si só quando suas verdades são finalmente exposta: "A vida das histórias investigativas depende de várias circunstâncias, não apenas da convicção de que a verdade finalmente surgiu. [...] As pressões políticas e

É com o jornalismo da *Folha*, - empresa que atravessou este processo de redemocratização de forma mais incisiva e que pareceu com isso se mostrar mais comprometida com os rumo da transição -, que poderemos perceber de forma clara como se deu inicialmente a ressignificação dos acontecimentos da/sobre a ditadura àquele momento. Entre dezembro de 1984 e janeiro de 1985, ainda portanto durante os meses finais do regime, o jornal publicou uma série reportagens sobre a "radiografia" do Serviço Nacional de Informações (SNI), relevando com detalhes a arquitetura de um órgão retrógrado que teria de "mudar muito, a começar pelos critérios que utiliza para avaliar o posicionamento político dos brasileiros"[502]

A matéria estava se referindo aos casos, mais de 300 mil só em Brasília, dos cidadãos fichados pelo órgão de segurança, que incluía dos mais comuns ao registro do então futuro presidente Tancredo Neves. O texto caracterizava assim a incongruência de um órgão que ainda catalogava seus casos à partir de critérios de orientação política como "adesista", "integrado" e/ou "contrário" à "Revolução de 1964", critérios estes completamente irrelevantes para um contexto onde o movimento já havia se "exaurido na prática", se encontrando "histórica e politicamente superado".[503]

Diante deste panorama, a reportagem da *Folha*, dando continuidade à sua narrativa, baseada em documentos e informações do próprio órgão, era enfática em deduzir que o futuro presidente do regime democrático brasileiro deveria, ciente das "tamanhas contradições, na área da segurança nacional", elaborar uma nova política para suas Forças Armadas, já que a atual estrutura de informações baseada no SNI visava unicamente a "segurança dos detentores do poder [...] sem qualquer controle da sociedade civil."[504]

Destrinchando a estrutura completamente centralizada e viciada do órgão, que contratava seus funcionários por injunções e jurisdições políticas e contava com repartições espalhadas por praticamente todo o país, o jornal ainda procurou relacionar o órgãos a outros serviços secretos que vigoraram no mundo, como o da política nazista da Gestapo. Estes órgãos, acreditava a *Folha*, tiveram como similaridade a criação da figura do "inimigo público" da nação e, partindo da premissa de desconfiar de qualquer suposto desafeto, buscaram assim implantar um registro total, onde pudesse o governo fichar todos os cidadãos do país. Por fim,

os interesses comerciais geralmente influenciam as decisões das organizações de notícias para abandonar, ressuscitar ou esticar histórias indefinidamente."

[502] LIMA, Rubem de Azevedo. Radiografia do serviço secreto. SNI tem 300 mil agentes e restrições ao cidadão Tancredo. *Folha de S. Paulo*, ano 64, nº 20.346, p. 7, 16 de dezembro de 1984.

[503] Idem.

[504] LIMA, Rubem de Azevedo. Futuro governo deverá redefinir papel dos militares. *Folha de S. Paulo*, ano 64, nº 20.355, p. 4, 25 de dezembro de 1984.

o jornal concluía seu conjunto de reportagens com uma indagação das mais concisas: afinal, o que seria então o SNI?

> A mesma pergunta foi feita em Nuremberg pelo perplexo advogado Ludwig Merkel, após investigar a Gestapo e surpreender-se com a extensão e a quantidade de tentáculos daquela organização. Resposta do ex-consultor jurídico da Gestapo: "É o conjunto da autoridade do Estado e o complexo de tarefas que lhe foram atribuídas pelo Estado através da direção suprema do Estado." Um modelo de desconversa, porque a Gestapo, tanto quanto suas congêneres de outros países - e disso não escapa o SNI - tinha uma organização deliberadamente complicada, em cujos labirintos quase ninguém se aventurava. Os poucos que o fizeram perderam-se na névoa e na noite do desconhecido, sem deixar vestígios.[505]

Ao revelar novas facetas sobre os meandros de um órgão que até então ninguém havia se "aventurado" a explorar, as matérias acabam por imputar uma série de significados tanto para o acontecimento quanto para o próprio jornalista e seu jornal. Como um advogado a remoer os sustentáculos de um regime totalitário, similar até mesmo às estruturas do nazismo, a *Folha* acabava por evidenciar verdades até então silenciadas de uma realidade que perdurava, mas que, retrógrada e anacrônica, precisava ser severamente extirpada. Desta forma, o presente do acontecimento vai se dilatando como uma atualidade que se quer futuro, pela forma como é lembrado e acionado discursivamente. A dilatação do acontecimento por sua "atualidade", podemos pensar assim, se dá portanto por uma revelação que não se limita à transmissão de sua factualidade, mas também e principalmente pela "conformação socialmente estética de uma atitude." (Sodré, 2009, p. 68)

Quando o jornal procura ampliar as leituras sobre os acontecimentos da ditadura ela o faz na tentativa de renovar "possibilidades" (Sodré, 2009) que são interpretativas, estéticas e éticas, pois construídas a partir de verdades que se pretendem reconhecidas frente a um percurso, a um posicionamento inserido na e para a história. Não à toa que esta matéria, vencedora do Prêmio Esso de Informação Política em 1985, é considerada pela própria empresa como uma de suas 90 reportagens que "fizeram história". Que fizeram a história tanto do jornal e seu jornalismo, como legitimaram-se portanto, pelos prêmios e reconhecimento que receberam, por ser uma das matérias que ajudaram a fazer "a" história dos próprios acontecimentos relatados. [506]

---

[505] LIMA, Rubem de Azevedo. SNI estuda outros serviços secretos para ensinar agentes. *Folha de S. Paulo*, ano 64, nº 20.362, p.4, 1º de janeiro de 1985.

[506] A relação completa destas matérias foi publicada em decorrência da efeméride dos 90 anos da empresa, em 2011. Era uma espécie de atualização do livro publicado pela *Folha* vinte anos atrás, quando, ao completar seus 70 anos, ela publicaria os seus "20 textos que fizeram história" (Folha, 1991). Para a lista de 2011, que constará ainda as próximas matérias analisadas logo abaixo, consultar: http://www1.folha.uol.com.br/folha90anos/877822-as-90-reportagens-que-fizeram-historia.shtml Acesso em: 15 de janeiro de 2018.

É seguindo aparentemente a estas premissas que, três anos depois, a *Folha* obteve acesso exclusivo a "documentos militares secretos" mantidos sob sigilo e que revelavam os acordos travados entre representantes de 15 Exércitos das Américas contra o comunismo internacional e a situação das "organizações subversivas" nestes países.[507] Este acordo, um "pacto secreto" entre os exércitos revelava ainda, através das informações exclusivas do jornal, uma "generalização do conceito de subversão", onde praticamente "todos" eram considerados suspeitos: dos homossexuais, à Anistia Internacional e a Fundação Ford, passando por nada menos que 30% da Assembleia Constituinte brasileira.[508]

Os documentos diagnosticavam, concluía a *Folha* em editorial, os resquícios de um autoritarismo repleto de "rusticidade mental", de uma "estreiteza" e "prepotência" já amplamente superados. Não havia mais como compactuar com estes "fantasmas do passado" e seria "débil" a opinião pública que não os repudiasse com o "máximo vigor":

> Fossem outros os precedentes históricos, fossem outras as circunstâncias geográficas, fosse outra a experiência de um continente que se vê amaldiçoado pela tradição das intervenções militares, do desrespeito aos direitos humanos, do subdesenvolvimento, da violência e da estupidez, o documento divulgado hoje pela Folha mereceria apenas a qualificação de ridículo. É mais do que isto. Compõe um impressionante atestado de atraso político, de preconceito ideológico, primarismo e arrogância. [...] O autoritarismo foi ultrapassado na maior parte dos países latino-americanos. [...] Fortaleceu-se a consciência de que o tempo do arbítrio militar, das tentativas de reduzir a população a uma massa infantilizada, submissa, ameaçada e excluída das decisões sobre o seu próprio destino deve ser sepultado para sempre. [509]

Já no início dos anos 1990, a *Folha* teve acesso, "com exclusividade", ao acervo da Censura Federal, um extenso arquivo que reunia exatos 94.100 processos que vigoraram durante a ditadura. Na matéria, assinada por Wilson Silveira e vencedora do Prêmio Esso de Informação Cultural daquele ano, o jornal desvendava as articulações de uma censura repleta de justificativas duvidosas, incoerentes e até mesmo "hilariantes", baseada muitas vezes em opiniões subjetivas.[510] Além disso mostrava como os censores recebiam cursos e assessorias de jornalistas que colaboravam com a Polícia Federal, como o então diretor-responsável pela Editora Abril, Waldemar de Souza. De acordo com a reportagem, Waldemar teria colaborado com a censura "de graça", por quase dez anos, "tentando defender a juventude de certas ações

[507] ROSSI, Clóvis. Os exércitos planejam ações anticomunismo nas Américas. *Folha de S. Paulo*, ano 68, nº 21.725, p. 1, 25 de setembro de 1988.
[508] ROSSI, Clóvis. Homossexuais, Fundação Ford, todos suspeitos; Relatório acusa 30% dos constituintes de subversivos. *Folha de S. Paulo*, ano 68, nº 21.725, p. 8 e 10, 25 de setembro de 1988.
[509] Fantasmas do passado. *Folha de S. Paulo*, ano 68, nº 21.725, p. 2, 25 de setembro de 1988.
[510] (SILVEIRA, Wilson. "Império" sofreu veto 4 anos antes de chegar ao Brasil. *Folha de S. Paulo*, ano 70, nº 22.337, p. E-1, 30 de maio de 1990)

ilegais". Sua assessoria, segundo ele, era necessária em virtude do grande despreparo dos funcionários do órgão e constava em mostrar, por exemplo, filmes do cineasta francês Jean-Luc Godard, "mestre das mensagens subversivas", evidenciando a sutiliza de suas cenas.[511]

Esta série de matérias, que fizeram a história do jornal e seu jornalismo em um período chave para o processo de reformulação de identidade da empresa, nos revelam diversas facetas de como o acontecimento passaria a ser re(a)presentado a partir de então. O regime militar, - não mais uma revolução, nem ainda uma ditadura -, fora uma era politicamente fracassada e superada, agora vista como retrógrada. Suas práticas, dotadas de métodos de controle duvidosos e pertencentes a um poder que insistia em manter-se arraigado nas estruturas políticas e sociais da nova democracia vigente, eram vistas com certo cinismo, na tentativa inclusive de evidenciar um passado que ali deveria ficar.

Jornalistas, censores, políticos e militares que articularam-se conjuntamente em prol do regime eram encarados sob um viés até mesmo ingênuo, em oposição ao jornalismo moderno e profissional que a *Folha* afirmava praticar, aquele que elucidava verdades até então silenciadas ou impedidas de vir à público. Assumindo-se também em editorial o jornal, ao mesmo tempo em que dava novas vozes ao acontecimento, acabava por extirpá-lo de seu nome e da sua imagem, já que as narrativas sobre seu passado colaboracionista eram diluídas nas constantes releituras e reconfigurações do acontecimento.

Ao reforçar a imagem de um jornal que sempre fora crítico ao regime, na tentativa de o fazer reconhecido como um dos atores que acima de tudo resistiram à ditadura, suas narrativas auxiliam também a dar respaldo à chamada "memória hegemônica" sobre aqueles idos. Uma memória que vai sucessivamente colocando o regime como um movimento político congelado no tempo, historicamente superado, onde todos de certa forma repudiavam seus arbítrios e incoerências, mesmo que nem sempre compactuando com os rumos por ele tomado.

---

[511] Um dos cursos, dado por Waldemar em 1972, consistia em mostrar cenas do filme "Masculin, Feminin" de Godard, conforme descrito pela matéria: "Ele cita a cena em que um casal jovem chega em casa, depois de assistir um suicídio de protesto, e encontra um cadáver na cama. Indiferente, a moça pede fósforos ao rapaz para acender um cigarro. Segundo Waldemar, o objetivo da cena é acostumar o jovem à violência." (SILVEIRA, Wilson. Jornalista dava curso para censores. *Folha de S. Paulo*, ano 70, nº 22.337, p. E-1, 30 de maio de 1990.) Na mesma página, o jornal reproduz na íntegra o despacho de Coriolano Loyola Cabral Fagundes, diretor do Serviço de Censura de Diversões Públicas, dando parecer contrário à exibição do filme de Godard, "Je Vous Salue, Marie", em 1986: Embora minha convicção pessoal seja nada haver nessa versão romanceada, nem de desabonador do personagem, nem de ofensivo à religião, devo reconhecer que se trata de película controvertida. Encontro-me diante de um conflito de consciência. Por um lado, minha convicção pessoal impele-me no sentido de liberação, mas meus compatriotas - pelo menos um segmento majoritário da sociedade brasileira - clamam pelo banimento da criação de Godard. Uma alternativa seria liberar com cortes. Antes proibi-la integralmente e assim abrir caminho para que o interessado o submeta ao Conselho Superior de Censura, do que contrair a mácula de mutilar uma obra de arte. Assim, com tristeza, decido pela interdição do filme de Godard." (Com "tristeza", censor veta Godard. *Folha de S. Paulo*, ano 70, nº 22.337, p. E-2, 30 de maio de 1990)

Essa postura é claramente perceptível quando o jornal vai comentar o acontecimento, em decorrência da efeméride dos 30 anos do golpe militar, em 1994. Na ocasião, após publicar uma série de matérias e um caderno especial sobre o tema[512], o jornal publicou um editorial sob título que para nós não pode passar despercebido. "Nunca mais", bradava a *Folha* ao refletir sobre um período que, apesar de seus visíveis avanços no campo da economia, precisava ser colocado sob seus devidos termos. Ainda que fazendo certos elogios a um momento em que o país "cresceu, e muito", sua narrativa era enfática em enquadrar o acontecimento sob o signo da superação. Aqueles "longos e obscuros anos", que impuseram pela força a "paz dos cemitérios" e abolira o dissenso pela "censura e pelo arbítrio", deveriam ser devidamente esquecidos. Mesmo perpassando crises das mais diversas, a democracia em curso deveria seguir seu caminho, era hora de enfrentá-la, sem saudosismos ou falsas promessas. [513]

Caminhando junto a esta memória liberal que relativiza certos aspectos do regime para legitimar álibis de resistência e protagonismo, o jornal vai costurando seus acontecimentos que, potencializados no momento das efemérides, acabavam por se inserir nos embates pela legitimação de determinadas fatias de verdade, um passado que se quer presente e futuro. Mas como um elemento a ser instrumentalizado discursivamente, as comemorações são também responsáveis por deslocar os fatos e seus sentidos, selecionando-os deliberadamente. São estratégias que nos evidenciam pontos de conflito e se tornam "muito mais um ato de fé do que uma verdade histórica", como bem nos lembra o historiador Marc Ferro (1989, p. 56).

O "nunca mais" incrustado no discurso do jornal àquele momento, dizia respeito portanto a uma demanda corrente da sociedade que clamava por novas revelações históricas sobre o período. Que clamava, mais que isso, por uma memória que legitimasse as lembranças daqueles tempos truculentos, não a fazendo cair no poço do esquecimento e para que nunca mais se repetisse.[514] Ao construir e ampliar estas demandas, o jornal alimentava a memória hegemônica sobre o regime, ao mesmo tempo em que alimentava a sua própria história frente aos acontecimentos que relatava.

---

[512] "Regime militar de 64 modernizou economia e esmagou liberdades", destacava o jornal na capa de seu caderno especial, denotando um discurso bastante claro em relação a uma "memória hegemônica" sobre o período. Não vamos nos ater aqui especificamente sobre esta efeméride, para um análise mais detalhada sobre o caso, consultar Dias (2014).

[513] NUNCA MAIS. *Folha de S. Paulo*, ano 74, nº 23.734, p. 02, 27 de março de 1994.

[514] A narrativa do "Nunca mais" teve como marco o lançamento do livro "Brasil: Nunca mais" (1985), organizado clandestinamente, ainda durante a vigência da ditadura, pela Arquidiocese de São Paulo. Sistematizando uma ampla documentação sobre os crimes e práticas de tortura da ditadura, a obra destrinchou processos do Supremo Tribunal Militar e revelou para um grande público, pela primeira vez, as atrocidades do regime. Publicado pela editora Vozes em 1985, o livro fora um grande sucesso editorial e se tornou uma grande referência sobre o tema, sendo utilizado inclusive como fonte para posteriores trabalhos de cunho oficial e de Estado, como foi o caso da Comissão Nacional da Verdade, em 2012.

Indo de encontro com o trabalho de Atencio (2014) podemos diagnosticar aquilo que a autora definiu como um ciclo que permeia as memórias da ditadura no Brasil em sua relação com a produção/circulação de políticas institucionais sobre o período. De acordo com ela, há de início a *emergência simultânea (1)* de práticas que, casualmente ou fruto de um projeto articulado, criam entre si uma *ligação imaginária (2)*. Como uma espécie de aparelhamento, estas práticas são geralmente associadas em *processos de alavancagem (3)* que acabam por promover agendas específicas, tornando esta conexão algo de fato significativo e adquirindo novas camadas de sentido. Envolvendo públicos para que estes se engajem no seu olhar para com o passado e o presente, a alavancagem irá resultar em um processo de *propagação (4)* destas memórias, abrindo campos que podem, seja a partir de novos suportes ou espaços discursivos, criar concomitante ou conflituosamente um novo ciclo de memórias.

O jornalismo da grande imprensa no Brasil, sob as conjunturas que estamos aqui problematizando, acaba por se legitimar como um importante ator neste processo, uma vez que ele alimenta e impulsiona a ligação, alavancagem e a propagação destes ciclos, isso quando não atua, de fato, como um importante produtor nesta cultura da memória. Agindo como uma "comunidade interpretativa" (Zelizer, 1992) que se une para efetivar interpretações coletivas de eventos públicos, seu trabalho se dá, discursivamente, ao partilhar passados comuns, reciclando e renegociando eventos no tempo.

Não à toa, estamos nos referindo aqui a uma fase denominada por Napolitano (2005) como a da emergência das "leis de memória" e das políticas de estado. Ainda que inicialmente "tímidas", "pontuais" e um tanto quanto desencontradas, estas iniciativas tornaram mais explícitas as políticas de reparação às vítimas da ditadura, bem como ampliaram as ações simbólicas e institucionais de uma narrativa crítica em relação ao regime. Tendo como marco a criação da "Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos", sancionada a partir da lei 9.140/95 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, o estado brasileiro passou a partir de então a reconhecer oficialmente as violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura, estabelecendo indenizações aos familiares a partir dos casos individualmente analisados.[515]

Vale lembrar que neste contexto -meados dos anos 1990 - os nossos jornais estão também atravessando conjunturas significativas frente à (re)configuração de suas capacidades. No caso da *Folha* é interessante perceber como, no mesmo dia em que o jornal noticia a criação

[515] Para mais sobre o contexto de criação da Lei e os embates travados para legitimar a sua constituição, consultar Mezarobba (2006). As propostas e projetos da Comissão podem ser vistos com detalhe em seu site oficial, disponível em: http://cemdp.sdh.gov.br/ Acesso em: 17 de janeiro de 2018.

da Lei dos Desaparecidos, o destaque maior em sua capa é direcionado à inauguração de seu novo centro gráfico, responsável por inserir, conforme vimos, o jornal na "era da cor total" e colocar a empresa sob novos e inéditos patamares. O centro fora inaugurado inclusive pelo próprio presidente da República, que na ocasião legitimava, em discurso reproduzido pelo jornal, a importância do acontecimento para a história da empresa e seu jornalismo: "Para chegar a isso, não foi fácil [...] Não é fácil manter a independência e ajudar a consolidação de um regime democrático".[516]

Mesmo que indiretamente, o jornal relacionava assim as conquistas da empresa a à consolidação da própria democracia em curso, imputando à sua imagem o devido reconhecimento. Mas é com o jornalismo de *O Globo* que se tornarão mais visíveis as mudanças operadas sob esta conjuntura, quando o jornal começa a construir uma série de narrativas com o intuito de dar uma "nova vida" aos acontecimentos relacionados à ditadura. Momento que coincide, conforme vimos, com os discurso de uma empresa que procurou se legitimar pela prática de um jornalismo mais "impessoal" e "independente", ao passar a orientar-se por uma prática descompromissada de orientações políticas e/ou governos específicos. Postura esta que teria legitimado o seu reconhecimento nas bancas, quando o jornal atingira novos recordes de tiragem, impulsionado também a conquista de uma série de importantes prêmios.

Em decorrência deste percurso *O Globo* iniciou a publicação de uma série de matérias, no dia 28 de abril de 1996, consideradas um marco para a ressignificação das suas histórias da verdade em relação à ditadura quando, ao ter acesso exclusivo a uma série de documentos até então inéditos, o jornal revelou a "história secreta" por trás da guerrilha do Araguaia, um acontecimento àquele momento ainda pouco esclarecido em virtude da relativa falta de informações disponíveis sobre o caso.[517]

Vale produzir na íntegra a apresentação do texto, para que possamos perceber de forma clara sob que termos o jornal costurou a narrativa do acontecimento, imputando para si os atributos de um reconhecido protagonismo:

---

[516] (Inaugurado novo centro gráfico da Folha. *Folha de S. Paulo*, ano 75, nº 24.352, p. 1, 5 de dezembro de 1995) Nas páginas internas deste edição, a narrativa da *Folha*, reproduzindo ainda os discurso do presidente, dá destaque à "história de luta do jornal" e seu papel ativo frente ao processo de redemocratização ao longo da ditadura.

[517] A guerrilha do Araguaia, que perdurou entre fins dos anos 1960 até meados da primeira metade dos anos 1970 em uma extensa região no interior do norte do país, é considerada como o mais significativo movimento de guerrilha da esquerda armada contra a ditadura militar brasileira. Completamente dizimada pelos militares a partir de sucessivas campanhas, intensificadas entre os anos de 1972 e 1974, os acontecimentos relacionados à guerrilha foram por muito tempo silenciados pelos órgãos oficias. Somente a partir do processo de redemocratização é que novas facetas sobre o caso foram aos poucos sendo reveladas, por mais que ainda pairem sobre ele muitas inconsistências. Para mais sobre o caso, consultar o capítulo 14 do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014).

> Para os militares, este assunto já estava encerrado; para os parentes, restava chorar seus mortos, sem informações precisas e sem esperanças de enterrar os corpos. Agora, documentos inéditos conseguidos pelo GLOBO podem mudar essa página da História: a guerrilha do Araguaia. Pela primeira vez, 21 anos depois do fim do confronto, um dossiê com fotos e anotações feitas à época por um dos militares encarregados de registrar as ocorrências dos combates revela como, quando e onde morreram guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Laura Petit reconheceu a irmã Maria Lúcia numa das fotos, morta com um saco no rosto. Não conteve o choro: - Eu queria tanto ter podido ajudá-la. Para o professor de ciências políticas da UFF Luis Fernandes, os documentos têm um valor inestimável: - É um furo histórico e documental.[518]

A até então "mais contundente" documentação sobre a guerrilha obtida pelo jornal, contendo uma série de fotos e documentos originais do Exército brasileiro e reproduzidas com destaque pela narrativa de *O Globo*, não apenas evidenciava que a grande maioria dos integrantes da guerrilha, tidos como desaparecidos, foram presos e mortos pelas ações do governo, mas auxiliava a potencializar o grau de ineditismo das revelações que chegaram a emocionar a irmã de uma das vítimas e surpreender um professor universitário, especialista sobre o tema.[519]

Descontruindo versões até então tidas com oficiais, o jornal pretendia assim "mudar uma página da História", mostrando as circunstâncias em que algumas destas vítimas foram mortas. Eram "provas de valor histórico" que pela primeira vez comprovavam a "selvageria" cometida pelas Forças Armadas, afirmava o presidente do PCdoB, João Amazonas, então um dos comandantes do movimento guerrilheiro.[520] As 54 fichas que o jornal teve acesso, anotadas à mão pelos militares, mostravam assim que muitos dos militantes não morreram "em combate", como afirmava a narrativa oficial da ditadura. Mesmo que em muitos casos as datas e informações sobre as mortes não estivessem explicitas, elas mostravam ao menos as incongruências de relatos desencontrados, omitidos deliberadamente pelo regime.[521]

No dia seguinte *O Globo* atestava seu reconhecimento ao reproduzir em capa que, dos 78 militantes mortos no Araguaia, a documentação revelada pelo jornal comprovava as datas de ao menos 31 delas. José Gregori, então chefe de gabinete do Ministério da Justiça, "falando em nome do presidente", afirmava com isso que o Governo passaria a auxiliar os familiares na localização destes corpos junto à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos,

---

[518] Documentos identificam mortos do Araguaia. O *Globo*, ano LXXI, nº 22.800, p. 1, 28 de abril de 1996.
[519] Era a primeira vez que se via "algo concreto sobre a guerrilha", afirmava ainda o historiador Rubim Santos Aquino, estudioso do tema desde o ano de 1982, ao comentar sobre a importância dos documentos reproduzidos pelo jornal. (BARSOTT, Adriana; FILHO, Aziz; DIEGUEZ, Consuelo. Fotos identificam guerrilheiros mortos no Araguaia. *O Globo*, ano LXXI, nº 22.800, p. 14, 28 de abril de 1996)
[520] Idem.
[521] FILHO, Aziz. Documentos comprovam mortes após as prisões. *O Globo*, ano LXXI, nº 22.800, p. 15, 28 de abril de 1996.

já que pela primeira vez teriam eles condições de provar que seus parentes foram de fato executados pela ditadura. [522]

Os depoimentos colhidos pelo jornal para legitimar a repercussão de suas matérias atestavam assim a unanimidade da importância dos fatos revelados. Fatos que até eram conhecidos, "mas nunca antes comprovados".[523] As revelações ajudariam assim a própria Comissão de Desaparecidos a esclarecer casos que já vinham sendo examinados, mas ainda eram duvidosos. Desta forma, o deputado Nilmário Miranda, membro da Comissão, afirmava que as reportagens do *Globo* contribuíam "para a reconstrução da verdadeira história do país", permitindo com isso "o pedido de novos esclarecimentos ao Exército. E é isso que vamos fazer."[524]

Mas aguardar novos esclarecimentos vindos do Exército parecia não ser suficiente para o jornal. Dias após a revelação dos documentos, *O Globo* colocava à público "um dos principais segredos da guerrilha", quando localizou no Pará o colono Manuel Leal Lima, o Vanu, um dos guias das Forças Armadas à época e responsável por ocultar e enterrar uma série de corpos de guerrilheiros torturados e "totalmente desfigurados" pela repressão. Disposto a "quebrar a lei do silêncio", Vanu revelou ao *Globo* detalhes das execuções e apontou a localização de quatro cemitérios clandestinos na região, "consciente de que suas revelações ajudarão a Comissão de Desaparecidos Políticos a conseguir exumar os corpos, depois de mais de 20 anos."[525]

Com isso parecia o jornal ter cumprido seu papel, anunciando no dia seguinte que a Comissão iria enviar três representantes aos locais indicados pelo *Globo* e, a partir daí, "ouvir testemunhas e tomar providências para a exumação das ossadas".[526] As narrativas construídas pela empresa legitimavam assim, afirmava o jornal em editorial, uma "prova de maturidade", já que mesmo não sendo "agradável" a descoberta destes "capítulos cruentos" da história de um país, esta era uma memória que se fazia necessária. Era questão de "brio" não ter medo de encarar este passado, "nem de registrá-lo sem hesitação". Isso em um país que já contava com uma democracia relativamente consolidada, amparada por uma Lei de Anistia que limitava a revelação dos fatos à elucidação de seus desdobramentos. Estava construída a "crônica da guerrilha", "com a força de seus documentos e depoimentos, à disposição dos historiadores e

[522] Governo ajudará a achar corpos de guerrilheiros. *O Globo*, ano LXXI, nº22.801, p.1, 29 de abril de 1996.
[523] BARSOTTI, Adriana; FILHO, Aziz; TEICH, Daniel Hessel; BARCELOS, Marta. Luta das famílias agora é para localizar os corpos. *O Globo*, ano LXXI, nº22.801, p.9, 29 de abril de 1996.
[524] SELEME, Ascânio; GUGLIANO, Mônica. Governo vai ajudar famílias a encontrar os corpos de desaparecidos no Araguaia. *O Globo*, ano LXXI, nº22.801, p.9, 29 de abril de 1996.
[525] RIBEIRO JR, Amaury. Ex-guia mostra onde os corpos foram enterrado. *O Globo*, ano LXXI, nº 22.804, p.8, 2 de maio de 1996.
[526] Corpos de guerrilheiros deverão ser exumados. *O Globo*, ano LXXI, nº 22.805, p. 1, 3 de maio de 1996.

dos cientistas políticos. Encará-la com respeito pelas tragédias pessoais, mas também com total objetividade, é honrosa prova de maturidade." [527]

Pelo desenrolar dos acontecimentos e a forma como o jornal procurava os legitimar em sua narrativa, *O Globo* acabava por imputava à sua imagem o devido reconhecimento e autoridade frente às verdades que relatava. Ainda que estas fossem apenas "crônicas" da guerrilha à disposição de futuros historiadores, as revelações do jornal foram responsáveis por desvendar importantes facetas sobre o caso, verdades que se pretendiam legítimas pela própria forma como eram utilizadas narrativamente, acionadas e dilatadas sucessivamente cada vez que alguma nova evidência sobre o acontecimento vinha a público. Foi o que aconteceu, por exemplo, quando legistas da Universidade de Campinas finalmente reconheceram a primeira ossada do Araguaia, ao confrontar os restos mortais e os pareceres médicos da guerrilheira Maria Lúcia Petit da Silva, guardado já havia 5 anos, com as fotos publicadas pelo jornal no mês anterior. [528]

Por ter ajudado a desvendar os "rescaldos" da guerrilha, trazendo novas e "definitivas" versões sobre o acontecimento, o jornal recebera o "Prêmio Esso de Jornalismo" daquele ano, além das menções honrosas na "14ª edição do Prêmio Internacional de Jornalismo Rey de España" e no "Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos".[529] Era o estatuto máximo do reconhecimento de uma empresa que fazia questão de estampar estas conquistas em seu site de memórias. Uma memória que legitimava-se como um arquivo da e para a história e que com isso acabava por ressignificar a própria história da empresa em sua relação com as verdades da ditadura.[530]

Logo após as revelações sobre o caso do Araguaia, *O Globo* publicaria ainda com grande destaque, a partir de uma outra série de reportagens, novos desdobramentos sobre o caso da morte de Carlos Lamarca. Ao "descobrir com exclusividade" o laudo cadavérico do guerrilheiro, escondido há 25 anos, o jornal revelava, reproduzindo na íntegra o documento e

---

[527] Prova de maturidade. *O Globo*, ano LXXI, nº 22.805, p. 1, 3 de maio de 1996.
[528] TEICH, Daniel Hessel. Peritos reconhecem a primeira ossada do Araguaia. *O Globo*, ano LXXI, nº 22.818, p. 10, 16 de maio de 1996.
[529] Memória O Globo. Prêmios jornalísticos. Rescaldo da guerrilha. Disponível em: http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/premios-jornalisticos/rescaldo-da-guerrilha-8877778 Acesso em: 20 de janeiro de 2018.
[530] Em 1998 *O Globo* receberia ainda o "Prêmio Vladimir Herzog de Direitos Humanos e Anistia Internacional" por uma série de reportagens sobre os segredos contidos no baú do General Antônio Bandeira, ex-comandante do III Exército durante a fase mais repressiva da ditadura. Os arquivos pessoais do general, localizados com exclusividade pelo jornal, "reescreviam a História" do Araguaia, ao revelar com detalhes as atrocidades cometidas pelo aparato repressivo da ditadura, desconstruindo mais uma vez versões oficiais de que guerrilheiros teriam sido mortos em combate e não sob tortura. Para mais sobre as matérias e o reconhecimento atestado pelo próprio jornal à elas, consultar: http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/premios-jornalisticos/o-bauacute-do-general-bandeira-9853050 Acesso em: 21 de janeiro de 2018.

suas fotos, como o guerrilheiro fora de fato executado pelos militares, recebendo sete tiros, três deles pelas costas. O laudo indicava portanto, de acordo com o legista Nelson Massini da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que Lamarca estava parado e não oferecia riscos a seus perseguidores quando fora assassinado.[531]

Com o laudo em mãos, os familiares do "guerrilheiro", - não mais o perigoso chefe de um bando de assassinos terroristas, é importante ressaltar – tinham agora o "principal instrumento" na busca pelo reconhecimento do Estado na responsabilização de sua morte. Podiam com isso, com a ajuda das revelações do jornal, "mudar a história" de um dos episódios "ainda não esclarecidos" do regime militar brasileiro. [532] Dando uma nova vida ao acontecimento, lhe re(a)presentando sob outras conjunturas, *O Globo* assumia seu protagonismo frente às elucidações do caso. A divulgação do laudo e as novas provas com ele evidenciadas teriam, de acordo com o jornal, "provocado uma reviravolta no julgamento do caso pela Comissão dos Desaparecidos", que agora pretendia rever seus pareceres junto ao Ministério da Justiça.[533]

Dilatando o acontecimento, o jornalismo de *O Globo* revelava também as diversas facetas de uma memória hegemônica sob a ditadura visivelmente em curso àquele momento. A possibilidade de revisão do caso causara, segundo o jornal, uma "dura reação" por parte dos militares, que ainda mantinham a tese de que Lamarca era um desertor, "terrorista morto em combate".[534] Quando por fim o caso fora aprovado pela Comissão, concedendo indenização aos familiares da vítima, o jornal citava a "provocação desnecessária" atribuída a este desfecho pelo Exército, que considerava ainda o caso como uma clara "agressão" às Forças Armadas.[535]

Do terrorista sanguinário, inimigo maior da "revolução", ao guerrilheiro vítima da ditadura, a narrativa de *O Globo* passava assim a se apropriar e ressignificar discursivamente o acontecimento, legitimando verdades que se constituíam sob seus termos, a partir da conjunturas em que eram acionadas. A denominação de "terrorista" era atribuída assim apenas ao discurso dos militares, uma memória ainda visível, mas que parecia ter se incrustado no passado do acontecimento, um passado ressentido, superado pelas políticas de memória da

---

[531] FURTADO, Bernardino. Laudo cadavérico indica que Lamarca foi executado. *O Globo*, ano LXXI, nº 22.870, p. 12, 7 de julho de 1996.
[532] FURTADO, Bernardino. Laudo cadavérico indica que Lamarca foi executado. *O Globo.* Idem.
[533] JUNGBLUT, Cristane; ROTHENBURG, Denise; MARQUEIRO, Paulo Sérgio. Comissão vai reabrir caso Lamarca. *O Globo*, ano LXXI, nº 22.871, p. 3, 8 de julho de 1996
[534] O jornal fizera questão de evidenciar também que "para o exército", Lamarca era apenas um "obstinado, fanático, frustrado e megalomaníaco." (Revelação oficial: o perfil que os militares traçaram do guerrilheiro. *O Globo*, ano LXXI, nº 22.871, p. 4, 8 de julho de 1996.)
[535] União indenizará famílias de Lamarca e Marighela. *O Globo*, ano LXXII, nº 22.937, p. 1, 12 de setembro de 1996.

agora fortalecida democracia em curso. Estas políticas, evidentemente impulsionadas pelas narrativas que se costuravam "no" jornalismo, mostravam também as ambiguidades de um discurso que, ao mesmo tempo em que vinha clamando por reconciliação, a partir do respaldo da Lei de Anistia, buscava comprometidamente desvendar novas verdades para casos até então pouco solucionados.

Neste ponto, ao que parece, o percurso do reconhecimento do jornal e seu jornalismo procurava falar mais alto. As matérias sobre caso Lamarca ganharam àquele ano mais uma menção honrosa no "Prêmio Vladimir Herzog" e com isso o jornal vangloriava-se em suas páginas por ter dado "em menos de três meses, dois furos históricos."[536] Neste período fundamental para a reconfiguração de sua identidade frente aos acontecimentos, *O Globo* chegou inclusive a veicular uma série de campanhas publicitárias com o intuito de imputar à sua imagem as capacidades de um jornalismo dito mais moderno e profissional, conforme vimos na primeira parte de nossa tese. Um dos anúncios contava com recortes de capas e manchetes do jornal que foram vencedoras de prêmios nos últimos anos e afirmava:

> Mostramos a verdade de uma guerrilha, questionamos o caso Lamarca, revelamos um assalto em fotos, colocamos a paz na primeira página, e agora podemos falar de coisas mais amenas, como prêmios. [...] Tanto pelo conteúdo quanto pela forma, *O Globo* vem conquistando mais prêmios nos últimos dois anos do que qualquer outro jornal brasileiro. Um reconhecimento da qualidade, credibilidade e busca incessante da verdade, que vai além dos prêmios para se consolidar, dia após dia, na cabeça e no coração de nossos leitores.[537]

A "amenidade" dos prêmios conquistados pelo jornal legitimava assim o reconhecimento de um percurso comprometido pela "busca incessante" de uma verdade que, conforme estamos podendo perceber, vêm atingindo diferentes patamares e camadas de significação de acordo com os seus mais diversos contextos de produção. Esta busca se dá portanto a partir de uma série de fatores que não se limitam à mera factualidade dos eventos relatados, mas às "atitudes" de um sujeito frente à sua própria história. Uma relação construída com e a partir dos acontecimentos, dilatados e constantemente re(a)presentados em um presente que se quer futuro, mas que também dialoga com um passado como experiência, a ser reconfigurado e/ou silenciado pelas novas fatias de verdade que dele emergem e se potencializam.

---

[536] Em menos de três meses, dois furos históricos. *O Globo*, ano LXXI, nº 22.870, p. 14, 7 de julho de 1996.

[537] Conforme afirmamos no capítulo 3 desta tese, esta série de campanhas publicitárias foram consultadas no acervo físico de *O Globo*, na cidade do Rio de Janeiro. O anúncio em questão, segundo consta, fora publicado na revista *Veja*, em 5 de novembro de 1997, praticamente um ano após a conquista dos referidos prêmios.

Antes de partirmos para uma quarta e definitiva fase destas políticas de memória sobre o acontecimento, nos resta ainda destrinchar como ressurge a partir desta conjuntura um dos eventos mais significativos junto ao percurso de *O Globo.* Nos referimos ao caso do Riocentro que, 15 anos depois, volta a surgir com reconhecido protagonismo nas narrativas da empresa. A princípio, o caso fora retomado em uma grande reportagem exibida por sua rede de televisão, quando na ocasião um especial sobre o acontecimento procurou trazer à tona novas evidências sobre a autoria do atentado. Cercado ainda de ressentimentos e mal entendidos o caso era considerado pela empresa como "uma das maiores farsas políticas da história do Brasil" e a reportagem, um trabalho de fôlego de mais de três meses, que entrevistou mais de 50 novas testemunhas, procurou contestar a "versão oficial simplória" do caso, contando o que "realmente aconteceu" sobre este ainda tão conturbado incidente.[538]

A partir da reportagem foi possível perceber como o caso, acobertado pela ditadura, fora silenciado para mascarar a participação dos militares, que encerraram as investigações às pressas sem diagnosticar nenhum responsável. Esta farsa iria durar até o final dos anos 1990 quando, de acordo com a própria empresa, o jornalismo de *O Globo* "recolocou a História no rumo certo". [539] Em uma série de novas matérias publicadas pelo jornal a partir de março de 1999, vencedoras ao final daquele ano do "Prêmio Esso de Reportagem", suas páginas passam a dar destaque à possibilidade de reabertura do processo sobre caso, não abrangido pela Lei de Anistia de 1979 e que ainda não se encontrava prescrito, ansiando a apreciação de novos indícios e provas.[540]

Indícios que o próprio jornalismo de *O Globo* fazia questão de evidenciar, quando por exemplo, reproduzia em suas páginas o depoimento do legista Elias Freitas, perito responsável por examinar o corpo do sargento morto no incidente e que, "pela primeira vez", dava declarações à imprensa "desmentindo" o controverso Inquérito Militar do Riocentro. De acordo com o legista, a bomba que explodira matando o militar estava em seu colo e não entre a porta direita e o banco do carro, conforme afirmava a versão oficial. Estas conclusões, que o legista já havia indicado à época mas foram deliberadamente ignoradas pelo Exército, indicavam que o sargento estava manuseando a bomba quando ela explodiu, o que colocava por terra a versão

[538] As aspas utilizadas aqui foram retiradas das narrações da reportagem, que podem ser acessadas na íntegra em: http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/atentado-no-riocentro/riocentro-15-anos-depois.htm Acesso em: 22 de janeiro de 2018. Vale ressaltar ainda que as reportagens conquistaram àquele ano o prêmio "Vladimir Herzog", na categoria TV e o prêmio da "Associação Paulista dos Críticos de Arte" (APCA), como Melhor Programa Jornalístico.

[539] Memória Globo. O caso Riocentro. Disponível em: http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/premios-jornalisticos/o-caso-riocentro-8876883 Acesso em: 22 de janeiro de 2018.

[540] SELEME, Ascânio. Procuradora pede reabertura do caso Riocentro. *O Globo*, ano LXXIV, nº 23.928, p. 10, 5 de março de 1999

de o atentado ter sido um suposta conspiração terrorista de esquerda. "O IPM foi um embromação", finalizava Freitas, com destaque dado pelo jornal. [541]

Este depoimento vinha "à tona num momento fundamental", afirmava Gilda Berger, procuradora regional da República que dera voto favorável, semanas antes, à reabertura do caso.[542] Para os especialistas ouvidos pelo jornal, as revelações do legista feitas ao *Globo*, - um "fato novo de extrema importância" - já eram suficientes para a sua revisão.[543] Ainda que alertasse sobre as possibilidades de "revanchismo" que, segundo os militares, a reabertura do caso poderia proporcionar,[544] o jornal mantinha incisiva a narrativa para a sua elucidação. Nos dias seguintes, publicaria ainda uma série de depoimentos e entrevistas com personagens-chave que se mostravam unânimes em afirmar: os militares foram os responsáveis pela explosão das bombas e, decorrente disso, o IPM à época fora de fato silenciado e arquivado deliberadamente.[545]

Dezoito anos depois estava finalmente reaberto o caso do Riocentro e *O Globo,* além de destacar o acontecimento em sua capa, revelando que agora os militares poderiam ser incriminados pelo atentado, fazia questão de evidenciar que "uma das principais razões" para a sua retomada foram as revelações obtidas pelo jornal[546], sendo que das 11 pessoas ouvidas para compor o novo inquérito, oito delas já haviam sido entrevistadas antes por suas matérias.[547] Segundo o procurador-geral da Justiça Militar, Kleber de Carvalho Coêlho, responsável pela reabertura do processo, "o trabalho do GLOBO foi fidedigno, ético, patriótico, e ajudou a esclarecer o caso. Tanto que reportagens e entrevistas do GLOBO foram anexadas aos autos que enviei ao STM."[548] Além deste grande atestado de reconhecimento atribuído às capacidades de seu jornalismo, *O Globo* publicaria ainda um artigo escrito pelo próprio presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, onde afirmava que, embora o tema estivesse fora da

[541] OTAVIO, Chico. Legista desmente IPM do Riocentro. *O Globo*, ano LXXIV, nº 23.965, p.3, 11 de abril de 1999.
[542] Idem.
[543] Riocentro: juristas pedem reabertura. *O Globo*, ano LXXIV, nº 23.966, p.3, 12 de abril de 1999.
[544] "Reabrir caso seria ato de revanchismo". *O Globo*, ano LXXIV, nº 23968 p. 10, 14 de abril de 1999.
[545] As entrevistas em questão foram feitas com o general Newton Cruz, chefe do SNI à ocasião (General: militares puseram bomba no Riocentro. Newton Cruz admite que o capitão Wilson Machado e o sargento Guilherme do Rosário estavam no local para praticar atentado. *O Globo*, ano LXXIV, nº 23.969, p. 8, 15 de abril de 1999), com Edmundo Franca de Oliveira, então juiz que mandou arquivar o caso em 1981 ("Optei por garantir a abertura política". Juiz que mandou arquivar o caso Riocentro diz que IPM foi um fiasco mas que não havia condições para investigação séria. *O Globo*, ano LXXIV, nº 23.972, p. 3 18 de abril de 1999) e com Ozeas Ascendino Gomes, perito aposentado que fizera a análise química dos restos da bomba do Riocentro ("Laudos incriminam sargento e capitão". Perito que examinou restos da bomba do Riocentro diz que IPM desprezou conclusões científicas para acobertar militares. *O Globo*, ano LXXIV, nº 23.981, p. 12, 27 de abril de 1999)
[546] Reaberto o caso Riocentro. *O Globo*, ano LXXIV, nº 24.027, p. 1, 11 de junho de 1999.
[547] Parecer de procuradora deu origem à reabertura. *O Globo*, ano LXXIV, nº 24.027, p. 5, 11 de junho de 1999.
[548] Idem.

alçada do Executivo, esclarecimento de casos como este eram de extrema importância, uma vez que "a história do Brasil não pode estar cheia de sombras ou fantasmas."[549]

Em setembro daquele ano o coronel Wilson Machado, o então capitão que havia sobrevivido ao atentado, fora finalmente indiciado pelo caso do Riocentro. Era uma "decisão histórica" que mudava definitivamente a versão oficial sobre o acontecimento e o colocava agora na posição de réu e não mais de vítima de um suposta trama terrorista.[550] Revelando progressivamente novas fatias de verdade sobre o caso, parecia com isso que era o próprio *Globo* quem se libertava de seus fantasmas do passado. O jornal não apenas colocaria a história no "rumo certo", mas procurava legitimar assim seu reconhecimento e autoridade frente a um percurso que, conforme pudemos perceber, esteve diretamente atrelado ao seu nome e às suas possíveis capacidades.

Como verdades que se constituem "no" jornalismo, estas narrativas dizem respeito a uma verdade do acontecimento que perpassa os discursos da própria instituição, refletindo em como estas procuram encará-los e construí-los ao longo do tempo. Dilatadas e ressignificadas sob as mais diversas conjunturas, as verdades da ditadura costuradas por nossos jornais passaram assim a dar uma nova vida não apenas às suas próprias histórias, mas a legitimar uma verdade que é constituinte também "do" próprio jornalismo que eles dizem pertencer e representar.

Neste percurso que estamos aqui traçando o fundamental tem sido perceber portanto como o jornalismo, ao revelar verdades que se pretendem reconhecidas junto a seu público, acaba por legitimar uma história que não diz respeito apenas ao acontecimento e seus relatos. Ao re(a)presentar sucessivamente diferentes facetas sobre os acontecimentos, os nossos jornais auxiliam a produzir uma história e uma memória particular sobre eles, ao mesmo tempo em que constroem e legitimam as suas próprias histórias, pela forma como estes acontecimentos vão sendo apropriados discursivamente ao longo do tempo.

Em um ciclo que está constantemente a se retroalimentar, estas narrativas não cessam de emergir, acompanhando os jornais em seu percurso de autolegitimação sempre que novas facetas sobre o acontecimento passam a demandar novos olhares e/ou ressignificações. Mas não acabe nos atermos à todas as vicissitudes deste processo, pois acreditamos que já tenha ficado bastante claro até aqui como a ditadura se encrustou nas referidas "histórias da verdade" destes jornais. Angariando autoridade suficiente para legitimar as verdades sob seus termos,

[549] FH diz que história do Brasil não pode estar cheia de sombras ou fantasmas. *O Globo*, ano LXXIV, nº 24.027, p. 4, 11 de junho de 1999.
[550] Novo IPM do Riocentro indicia coronel Wilson. *O Globo*, ano LXXV, nº 24.127 p. 1, 19 de setembro de 1999.

tanto a *Folha* quanto *O Globo* acabaram por adentrar o século XXI como dois dos mais significativos representantes de um jornalismo dito "moderno" e "profissional", atributos necessários para imputar às suas capacidades o devido grau de reconhecimento.

Na tentativa de nos direcionarmos ao final deste percurso, vamos agora analisar uma última fase deste ciclo de memórias, responsável por potencializar as discussões sobre uma "memória hegemônica" da ditadura e que se desencadearão sob o contexto de criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) no Brasil, a partir do ano de 2012. Será este um momento crucial em que novas e significativas narrativas sobre a ditadura passarão a ocupar um reconhecido espaço na vida política e social do país, sendo refletidas pelos jornais e seu jornalismo de forma incisiva, preponderante e significativa, conforme veremos a seguir.

CAPÍTULO 6

RECONHECER O ACONTECIMENTO PARA SER RECONHECIDO: UMA "OUTRA" COMISSÃO DA VERDADE?

A ditadura como acontecimento, enquanto um "incidente crítico" (Zelizer, 1992) criticado, refutado e dilatado sob as mais diversas formas e conjunturas foi aqui, ao longo de todo o nosso percurso, pensado como um evento constituinte da própria imagem que os nosso jornais procuraram legitimar frente às suas capacidades. Uma imagem que, em suas "histórias da verdade", caminharam junto à constituição de suas identidades de maneira muitas vezes ambígua e paradoxal, uma vez que eles se utilizaram deliberadamente de estratégias discursivas para silenciar e ao mesmo tempo potencializar determinadas narrativas, em detrimento de outras.

Estas estratégias caminharam sob contextos específicos e procuramos aqui os delimitar de forma clara para que pudéssemos perceber enviesamentos e "dobras" nem sempre tão aparentes. A "ditadura" foi, por praticamente todo este período, aspeada por nossos jornais, definida a princípio como um "revolução" de caráter democrático e posteriormente caracterizada como um simples "movimento" e/ou um "regime" militar. Ainda assim, ao ajudar a construir e consolidar uma chamada "memória hegemônica" do e sobre o período, o jornalismo, juntamente com uma série de outros atores, acabou por atravessar esta fase como grande "resistente" e até mesmo como "vítima" dos arbítrios da ditadura.

A partir daí a ditadura passa a ser constantemente re(a)presentada como um acontecimento superado, mas que sempre demandava novas fatias de verdade e ressignificações, na tentativa de elucidar possíveis esclarecimentos e, acima de tudo, legitimar a autoridade de uma instituição que pretendia ser-reconhecida como mais "profissional" e "verdadeira" do que as outras pela forma como se apresentava a público. É sob este contexto, que agora adentramos, que a *Folha* chegou inclusive a "autorizar" seus jornalistas a utilizar a expressão "ditadura militar" para caracterizar o regime brasileiro, ampliando um panorama já bastante potencializado por suas narrativas, conforme percebemos ao longo do capítulo anterior. [551]

[551] Não vamos aqui nos ater a este período que se deu a partir do início dos anos 2000 já que, acreditamos, conseguimos deixar claro como a dilatação do acontecimento foi se dando sob outras diferentes conjunturas. Para uma análise sobre a efeméride dos 40 anos do golpe na *Folha*, em 2004, que à ocasião não produziu nenhum

Perpassando esta conjuntura, o capítulo que se inicia irá abarcar uma nova fase considerada por Napolitano (2015) como um período marcado por dois movimentos praticamente contraditórios. Por um lado, acredita o historiador, continuam a se ampliar as narrativas de uma "memoria hegemônica" sobre a ditadura, com a continuidade de políticas de reparação e memória, por parte do Estado, e a potencialização de narrativas de "resistência" e críticas à ditadura, advindas da imprensa, de obras memorialísticas e/ou produções culturais. Por outro lado, no entanto, há um momento marcado também pela emergência de claros "revisionismos ideológicos" que indicam uma certa "fissura" nas bases desta memória, que passa a partir de então a sofrer uma série de releituras e questionamentos, por mais que muitas vezes ainda difusos.

Dentro destas políticas de Estado, podemos pensar como novos marcos a instauração da Comissão de Anistia (2002), que procurou reparar "moral e economicamente" as vítimas das violações de direitos humanos ocorridas no país; a publicação do livro "Direito à Memória e à Verdade" (2007), considerada a primeira obra oficial do governo brasileiro sobre o período; além da criação do projeto "Memórias Reveladas", que tornou público uma série de arquivos e acervos produzidos ao longo da ditadura e que hoje se encontram disponibilizados junto ao Arquivo Nacional. [552] Decorrente deste cenário, que impulsionou progressivamente novas leituras sobre as "verdades" do acontecimento, começaram a se delinear as discussões sobre o que mais tarde viria a se constituir na proposta de criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) no Brasil.

Instituída no ano de 2011, a partir do decreto Lei nº 12.528[553] e tendo seus trabalhos iniciados no ano seguinte, praticamente três décadas após o fim da ditadura no país, as demandas para a criação de uma Comissão da Verdade brasileira, ainda que tardiamente,

---

caderno especial sobre o tema, mas publicou uma série de matérias que re(a)presentavam o acontecimento sob diferentes facetas, agora caracterizando-a diretamente como uma ditadura militar, consultar Dias (2014). No caso de *O Globo*, o jornal publicou em editorial, dez anos depois da *Folha*, sob o título "Nunca mais", um texto que fazia uma leitura explicitamente contrária ao regime. Além disso, o jornal produziu um caderno especial que, pela primeira vez, caracterizava o período como sendo uma ditadura, revelando ainda novas facetas sobre acontecimentos-chave da história, conforme podemos perceber no texto que abre a publicação: "O golpe militar de 31 de março de 1964 completa 40 anos e a ditadura de 21 anos que se seguiu a ele ainda guarda histórias por desvendar. O atentado do Riocentro, em 1981, por exemplo, foi planejado um ano antes, dentro de uma instalação do Exército. Em relatos inéditos, a ex-primeira-dama Maria Thereza Goulart e o hoje presidente do Senado, José Sarney, relembram o início e o fim do regime. Nestas e em outras reportagens, O Globo revela fatos até hoje ocultos do período encerrado em março de 1985." (64. Caderno especial, capa. *O Globo*, ano LXXIX, nº 25.801, 28 de março de 2004)

[552] Para mais sobre as referidas leis e projetos, consultar respectivamente: http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia ; www.sdh.gov.br/assuntos/mortos-e-desaparecidos-politicos/pdfs/livro-direito-a-memoria-e-a-verdade e http://www.memoriasreveladas.gov.br/ Acesso em: 31 de janeiro de 2018.

[553] A lei está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm Acesso em: 31 de janeiro de 2018.

constituíram-se por um amplo e complexo debate, formalizado oficialmente com o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), em 2009, quando à ocasião foram dados os passos significativos para a consolidação de seu projeto.

A questão é que os debates que moldaram a constituição de nossa Comissão evidenciam claramente os marcos de uma "fissura" da memória hegemônica sobre a ditadura que, em tese, jamais deixaram de existir em nossa sociedade. Evidente sintoma do peculiar processo de transição política brasileira que, pautado por uma Lei de Anistia conciliatória, silenciou e encobriu muitas de suas facetas. Como uma espécie de "história de capuz" (Moraes, 2015), orientada por um deliberado esquecimento que visava não mexer diretamente nas feridas daquele passado, a impunidade e a não responsabilização dos crimes cometidos pelo Estado ao longo da ditadura brasileira foi o caminho aparentemente mais seguro a ser traçado.

Mas antes de tratarmos das particularidades da CNV se torna necessário que, primeiramente, problematizemos de forma clara a importância das próprias Comissões da Verdade frente a esta conjuntura. Em um contexto onde políticas de memória emergem sob constantes ciclos de negociação é fundamental que saibamos perceber sob que teor se constitui a "verdade" no trabalho destas políticas de Estado. Ainda mais no caso de nossa pesquisa, que vem buscando problematizar como o jornalismo está inserido neste processo de ressignificação do acontecimento, estabelecendo verdades sob seus termos e revelando com isso narrativas que procuram potencializar, e muitas vezes até conflitar os espaços pela legitimação de uma "verdade" histórica do/sobre o período.

6.1. A Comissão Nacional da Verdade no Brasil: por um direito à memória, à verdade e a "reconciliação nacional", entre revisionismos e fissuras

Comissões da Verdade são órgãos provisórios instituídos por políticas de Estado com o intuito de esclarecer casos de graves violações de direitos humanos cometidos por seus próprios regimes no passado. Pautadas por políticas de uma chamada "justiça de transição", estas Comissões tem como premissa não apenas realizar uma busca pela "verdade" dos fatos mas, ao se basearem geralmente sob os pilares da verdade, da memória e da justiça, dar conta de um processo mais amplo em que a revelação de seus casos esteja mais diretamente atrelada à reparação e posterior reconhecimento e responsabilização das vítimas e seus perpetradores. (González e Varney, 2013) [554]

[554] O termo "justiça de transição" é utilizado para caracterizar tanto um campo de discussão teórica quanto uma série de medidas político-judiciais utilizadas em períodos de transição política, quando sociedades saídas de

As Comissões são comumente estabelecidas por sociedades democráticas ou em processo de democratização, logo que um regime de exceção encerra sua experiência, mas não necessariamente. Como podemos perceber a partir da experiência brasileira, a instalação de políticas de memórias efetivas sobre um passado ditatorial depende muito dos contextos e conjunturas em que estas são articuladas e debatidas. [555] Comissões da Verdade são *políticas*, portanto, no sentido de que atuam para a consolidação de narrativas sobre um passado que se pretendem reconhecidamente "verdadeiras" em um presente a ser futuro. Isso em um complexo e conflituoso espaço onde diversos atores entram em cena, disputando sentidos e as diferentes expectativas sobre seus desdobramentos e possíveis impactos. (Onur, 2016)

É por este motivo que as Comissões, por buscar elucidar "verdades" até então pouco exploradas e/ou debatidas, podem também gerar uma série de tensões e atritos na sociedade que a constituem. A experiência da CNV, por exemplo, teve como finalidade "examinar e esclarecer" casos sobre graves violações de direitos humanos ocorridos no país entre os anos de 1946 e 1988, com objetivo de "efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional". [556] Estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização dos Estados Americanos (OEA) como um dever do Estado, o chamado "direito à verdade" é visto assim como uma obrigação dos governos que a constituem em apresentar à sociedade informações específicas sobre estes casos, a fim de promover a "íntegra e completa verdade" dos fatos, esclarecendo suas circunstâncias e identificando com isso seus possíveis responsáveis.[557]

De acordo com González e Varney (2013, p. 03), alguns sistemas jurídicos relacionam ainda este "direito à verdade" ao direito à liberdade de informação e expressão. Direito que estaria associado, portanto, a uma ampla e eficaz verificação dos fatos e a consequentemente

---

regimes totalitários e/ou de exceção buscam discutir e enfrentar sua passagem para uma nova democracia em curso. Pautadas na defesa dos direitos humanos e nos direitos à memória e à verdade, estas políticas constituem-se geralmente em experiências de reconciliação, baseada em reparações e esclarecimento de fatos, como já pudemos perceber nos caso das políticas de memória do contexto brasileiro. Para mais sobre esta discussão, relacionada ao contexto de criação da CNV, consultar as tese de Gonçalves (2016) e Sanglard (2017). Para uma visão mais geral sobre os aspectos da justiça de transição no Brasil e em outros países, consultar além da já referida obra de Mezarobba (2006), os trabalhos de Leal (2012) e Reátegui (2011).

[555] Onur (2016) identifica em seu trabalho três diferentes "gerações" de Comissões da Verdade ao redor do mundo. Uma primeira geração "transacional", que se deu entre meados dos anos 1980 e início dos anos 1990, tendo como marco a primeira Comissão da Verdade na Argentina, em 1983. Uma segunda geração, também "transacional", surgida entre meados dos anos 1990 e a primeira década dos anos 2000, momento em que as Comissões se "popularizaram" ao redor do mundo, tendo significativo impacto a Comissão pós-apartheid da África do Sul, em 1995. E uma terceira geração "não transacional", potencializada no início do século XXI, tendo como exemplo, dentro outros, o caso da Comissão brasileira. Para uma leitura aprofundada sobre as mais diversas Comissões e suas particulares experiências, consultar Onur (2016) e Hayner (2011).

[556] Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm Acesso em: 1º de fevereiro de 2018.

[557] BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório; v. 1. Brasília: CNV, 2014, p. 35.

divulgação dessas verdades à cena pública. No caso brasileiro, ao buscar a "reconciliação nacional", a CNV articulou seu trabalho por uma investigação pautada na transferência e constante publicização de suas informações perante a sociedade. Daí decorre a importância de percebemos como estas Comissões se entrecruzam por um emaranhado de outras narrativas que ora potencializam e reverberam suas verdades, ora criticam e até mesmo conflitam com as mesmas.

No que toca ainda o papel da "verdade" atribuído a estas Comissões é importante perceber também que a sua própria constituição não está imune a estes embates e negociações. A pauta sobre uma possível revisão da Lei de Anistia no Brasil perpassou, neste caso, um amplo debate que precedeu a efetivação da CNV. O que se vislumbrava por uma parcela significativa de familiares das vítimas, políticos e militantes dos direitos humanos, era que a Comissão pudesse, uma vez revista a Lei, se amparar de aspectos legais para incriminar judicialmente os responsáveis pelos crimes cometidos ao longo da ditadura. Por outro lado, uma parcela crítica a esta postura, denunciava o caráter "revanchista" de um Comissão que, segundo eles, objetivava punir apenas seus opositores, revelando com isto um único lado da história, baseada em uma "verdade" dos fatos que enxergava somente os crimes cometidos pelo Estado e não mostrava um "outro lado", praticado também pela guerrilha e a esquerda armada.

Pensada a partir deste contexto, a análise de Gonçalves (2016) é bastante correta em afirmar que a palavra ideal para definir tanto o processo de concepção quanto o de atuação da CNV seria: "disputa". Fruto de um amplo debate entre a sociedade civil, o governo e os militares, ela pode ser entendida assim como uma "Comissão possível" dentro das possibilidades que a delicada conjuntura brasileira permitia àquele momento. A ideia de "reconciliação" proposta pela CNV seria definida assim, de acordo com Moraes (2014), em nome da "governabilidade", resultado de uma resposta ambígua à demandas que pretendiam dialogar parcialmente com ambos os lados.

Ciente de suas limitações e lutando inclusive contra uma série de contradições internas entre seus membros, a CNV acabou por estipular de forma clara em lei que suas atividades não teriam "caráter jurisdicional ou persecutório". Ainda assim a Comissão inseriu, nos primeiros meses de seu funcionamento, uma resolução acional à lei, afirmando que, por sua responsabilidade como política de Estado, tinha como objetivo máximo esclarecer os casos de graves violações de direitos humanos praticados apenas por "agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado". A CNV excluía assim de seu escopo as "condutas cometidas por particulares, na medida em que estas não tenham contado com a

aquiescência ou conivência do poder público". [558]

Fato é que estes embates evidenciaram de forma clara um ponto de inflexão sobre a "memória hegemônica" da ditadura, onde uma série de revisionismos, outrora relativamente silenciados, voltavam a emergir com considerável força. A mais preponderante destas fissuras pode ser percebida com a emergência do discurso do "revanchismo", uma "anátema" sempre presente nos meios militares e que, de acordo com Napolitano (2015), impulsionou discussões de caráter bastante conservador sobre uma "cobrança da verdade" em relação ao "outro lado" da história.

Estes discursos, considerados por Napolitano (2015) como pertencentes a uma faceta de "extrema-direita" que tem chegado a representar a ditadura como uma época nostálgica e de prosperidade, negando práticas de tortura a presos políticos e vendo no autoritarismo uma saída legítima para as recentes crises da democracia brasileira, têm recebido chancela inclusive de certos setores da grande imprensa que, balizados pela "teoria dos dois demônios", viam nos trabalhos da CNV a possibilidade de uma deturpação enviesada da história, contaminada por uma série de ressentimentos históricos e políticos então em disputa.[559]

Ainda que a *Folha* e o *Globo* não tenham dialogado diretamente com esta face mais extrema dos revisionistas, é oportuno considerar que os jornais assumiram, desde o início da cobertura sobre a Comissão, uma postura bastante crítica em relação aos seus trabalhos. Em 19 de março de 2012, dois meses antes de a CNV iniciar de fato suas atividades, a *Folha* já cobrava da Comissão "respeito à Anistia". Ao criticar a recente "tentativa canhestra" do Ministério Público Federal em "burlar" a decisão do Supremo Tribunal sobre a não revisão da Lei, o jornal exigia que a Comissão se limitasse a apenas "dar acesso a documentos" do período, sem sacrificar um objetivo maior já tornado "página virada" pela própria lei.[560]

A Lei de Anistia, continuava a *Folha* em outro editorial, dotava o país de um "ânimo conciliador" que evitou conflitos maiores à nação. Isso não significava, no entanto, que se devesse colocar uma "pedra sobre a história". Os brasileiros tinham direito a novos esclarecimentos sobre a ditadura "cometidos pelos dois lados em conflito", fazia questão de frisar o jornal, compactuando com as narrativas que afirmavam haver àquele momento nada mais do que um embate entre forças opositoras. Por fim, comentava que à Comissão só caberia necessariamente um "reparo" quanto ao seu título: "que sugere a pretensão de revelar uma

[558] BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório; v. 1. Brasília: CNV, 2014, p. 37.
[559] Para uma análise sobre a questão da "teoria dos dois demônios" e os embates travados frente a constituição da CNV, consultar Quinalha (2013).
[560] Respeito à Anistia. *Folha de S. Paulo*, ano 92, nº 30.301, p. A2, 19 de março de 2012.

verdade unívoca, quando toda narrativa histórica está sujeita a controvérsia."[561]

Mesmo tendo recebido uma série de críticas por seu posicionamento, publicadas inclusive nas próprias páginas do jornal[562], a *Folha* acreditava que a CNV poderia trazer "mais luz" aos debates sobre as verdades da ditadura. Em 16 de maio de 2012, ao publicar mais um editorial comentando o início da vigência de seus trabalhos, o jornal fazia questão de enfatizar que a Comissão deveria "transcender debate viciado sobre revanchismo", já que se via envolta em uma série de polêmicas que atestavam a "improbidade de seu nome". Ao pretender limitar seu escopo de investigação apenas sobre os crimes praticados pelo Estado, a CNV estaria assim deturpando um trabalho que "não poderia excluir" os casos da esquerda armada, ainda que o jornal acreditasse ser um "despropósito" comparar tais ações. No mais, finalizava paradoxalmente de forma cética: "é duvidoso que a comissão consiga produzir grandes revelações. No quarto de século transcorrido, muita documentação já veio à luz, e o que não veio pode estar perdido."[563]

Se mostrando bastante "duvidosa" em relação às possibilidades de investigação da CNV, a *Folha* parecia se sentir segura para aferir uma avaliação crítica sobre os próprios conceitos de "verdade" e "história" empregados pela Comissão. Falando em nome de um jornalismo profissional que teria seus próprios critérios para a verificação dos fatos, o jornal pretendia demonstrar que a verdade não era "unívoca" e que por isso seu papel seria mesmo o de evidenciar as controvérsias sujeitas a esta busca. Isso só poderia ser possível mostrando os "dois lados" de uma mesma história e estando sujeito às "controvérsias", coisa que a Comissão não poderia ou não queria mostrar, devido provavelmente às suas inevitáveis relações políticas, características que o jornalismo "independente" e "imparcial" da *Folha* assumia não possuir.

É partindo desta premissa que o jornal passou a publicar uma série de reportagens que

---

[561] Comissão da Verdade. *Folha de S. Paulo*, ano 92, nº 30.355, p. A2, 12 de maio de 2012.

[562] No dia seguinte, o jornal publicaria o texto de um de seus colunistas semanais, Vladimir Safatle, onde o filósofo questionava o posicionamento da *Folha* em defesa de uma possível revisão da Lei de Anistia: "só nos livraremos do passado ao encararmos nossas piores páginas de uma vez." (SAFATLE, Vladimir. Respeitar a Anistia? *Folha de S.* Paulo, ano 92, nº 30.302, p.A2, 20 de março de 2012) Além de publicar uma série de cartas de leitores contrários e favoráveis à sua opinião, a *Folha* publicaria também um texto de sua Ombudsman, onde a jornalista afirmava, em uma crítica que parecia mais defesa do jornal, não ser possível acusar a *Folha* de "monolítica", já que seus editoriais, o "espaço nobre" onde eleva-se sua "voz oficial", deveria sobressair sobre o emaranhado de "burburinhos de opiniões" refletidos em suas páginas. Estas diversas opiniões, que iam dos leitores aos colunistas, não deveriam portanto orientar a opinião do jornal, sendo que este "pode mudar de posição, mas deve haver coerência histórica, como no caso da Anistia. A *Folha* tem defendido a criação da Comissão da Verdade, o acesso a todos os documentos históricos, mas sempre ressaltou a importância de respeitar a Anistia. O importante, para o leitor, é que o editorial não contamine o noticiário. A "voz oficial" pode condenar a iniciativa dos procuradores, mas as reportagens precisam ser neutras, expondo os argumentos dos dois lados. Essa regra básica tem sido respeitada pela Folha." (SINGER, Suzana. A voz oficial. Ombudsman. *Folha de S. Paulo*, ano 92 nº 30.307, p. A6, 25 de março de 2012)

[563] Mais luz. *Folha de S. Paulo*, ano 92, nº 30.350, p. A2, 16 de maio de 2012.

tinham como intuito revelar as mais variadas facetas dos acontecimentos, quando por exemplo reproduziu estrategicamente, em páginas opostas, os perfis de dois personagens vítimas de uma evidente luta travada no período. À esquerda, a narrativa de Ñasaindy Barrett de Araújo, filha de guerrilheiros mortos pela ditadura e que esperava poder resgatar as memórias dos pais. À direita, a de Orlando Lovecchio Filho, cidadão comum, "apolítico, que curtia iê-iê-iê, [e não tinha] nada a ver com aquela guerra" e teve uma de suas pernas amputadas quando uma bomba colocada por guerrilheiros da ALN (Ação Libertadora Nacional) explodiu no consulado Americano de São Paulo, em 1968.[564]

Demonstrando ainda as inconsistências da própria Comissão, que a princípio não estava definitivamente decidida sobre o escopo de seu trabalho e matinha até certa discrepância de opinião entre seus membros,[565] o jornal parecia fazer questão de evidenciar que, ao revelar os "dois lados", ampliava as narrativas sobre as "verdades" do período, mostrando caminhos que a própria CNV acabava deliberadamente por negligenciar. Com isso, a *Folha* passou a dar espaço considerável à narrativas até então vistas como "tabus", como as mortes de civis e militares contabilizadas pela esquerda armada [566]e aquilo que o jornal destacou como sendo o "lado *dark* da resistência", os justiçamentos de militantes políticos considerados traidores pelos movimentos de guerrilha.[567]

Dando vozes a narrativas até então silenciadas e que acabavam por criar "fissuras" no próprio ideário da "memória hegemônica" construída e legitimada pelo jornal, a *Folha* parecia revisitar a sua própria leitura sobre os outrora "inimigos da revolução". Uma leitura que sutilmente evidenciava, uma vez mais, o clima de guerra ideológica travado àquele momento por dois lados de uma mesma moeda. Era como se a verdade do acontecimento só pudesse emergir se circunscrita sobre este cenário e, ao dar visibilidade a ele, o jornal acabava por

---

[564] Dois perfis em busca da verdade. *Folha de S. Paulo*, ano 92, nº 30.363, p. A12-13, 20 de maio de 2012.

[565] Para José Carlos Dias, ex-ministro da Justiça do governo FHC, a Comissão deveria analisar os dois lados: "Vamos apurar tudo o que pudermos apurar, vamos até o fim." (Comissão da Verdade deve analisar os dois lados, diz integrante. *Folha de S. Paulo*, ano 92, nº 30.357, p. A9, 14 de maio de 2012). Já para Rosa Maria Cardoso da Cunha, ex advogada de Dilma, o alvo da CNV deveria ser apenas os crimes praticados por agentes de Estado que atuaram na repressão à ditadura. (Alvo de comissão é ditadura e não guerrilha, diz integrante. *Folha de S. Paulo*, ano 92, nº 30.358, p. A4, 15 de maio de 2012.) Ao evidenciar estas inconsistências, a *Folha* criticava as brechas presentes na própria Lei que criou a Comissão, já que de fato àquele momento ela não havia estipulado de forma clara qual deveria ser o verdadeiro foco de seus trabalhos. Vale ressaltar com isso que a "resolução acional" à Lei, que citamos logo acima, estipulando que de fato apenas os crimes cometidos pelo Estado seriam analisados pela CNV, foi fixado apenas em 20 de agosto de 2012. Uma decisão, portanto, posterior a estas discussões e que pôde muito provavelmente ter sido criada para encerar polêmicas alimentadas em muito por estas narrativas jornalísticas.

[566] NETO, Ricardo Bonalume. Para militares, Estado combatia o terrorismo. *Folha de S. Paulo*, ano 92, nº 30.370, p. A18, 27 de maio de 2012.

[567] FERRAZ, Lucas. O lado "dark" da resistência. Ilustríssima. *Folha de S. Paulo*, ano 92, nº 30.391, p. 6-7, 17 de junho de 2012.

assumir seu próprio protagonismo, intentando construir uma verdade mais plural, contraditória e passível às mais diversas problematizações.

Se pegarmos agora o caso de *O Globo* poderemos perceber que o jornal também fora, desde o princípio, bastante crítico em relação às limitações do trabalho da CNV. Sua narrativa era clara em afirmar, já no início do ano de 2012, que não se "sustentava" a possibilidade de uma revisão da Lei de Anistia àquele momento, uma vez que àquele período não houveram "vencidos nem vencedores": "uma fileira de crimes foi cometida por ambos os lados naquela guerra suja e, muitas vezes, subterrânea".[568] Diante disso, opinava com convicção sobre o que "se esperar" da Comissão que então se instaurava: havia lacunas a serem preenchidas daquela "dramática história da guerra suja" e, após superada uma aparente contaminação "revanchista" presente no processo de constituição da CNV, restava a ela apenas "resgatar um relato que falta para História", que era o de revelar aos familiares das vítimas o paradeiro de seus mortos e desaparecidos.[569]

Dando grande destaque à "cerimônia histórica" que instalou a Comissão, o *Globo* discorria praticamente aliviado sobre a tônica dos discursos da então presidente Dilma Rousseff à ocasião, que afirmava sob grande emoção não ser papel da CNV abrigar qualquer tipo de ódio e ressentimento, "nem o desejo de reescrever a História".[570] Era um discurso "carregado de simbologia" que teria colocado seu partido (PT), em geral grande desafeto do jornal, no panteão da história, já que a presidente havia demostrado que a Comissão se tornaria um ato de Estado e não de governo.[571] O jornal esperava assim que a CNV encerasse um "estágio final" frente ao processo de reconciliação nacional e que por isso não deveria, - em referência novamente aos limites impostos pela Anistia -, "importar do século passado fatores de turbulência."[572]

Compactuando com as teses do jornal, Elio Gaspari, um de seus mais influentes colunistas, afirmava que a Comissão, sem poder efetivo para rever a Lei, deveria ao menos "desmontar quase meio século de mentiras" que os brasileiros ainda eram "obrigados a conviver". Era este um direito, à memória, à verdade, que o "conflito do século passado" lhes

---

[568] (Sem vencidos e vencedores. *O Globo*, ano LXXXVII, nº 28.714, p.6, 19 de março de 2012) O editorial do jornal era, no entanto, confrontado pela "Outra opinião" do jornalista e ex-preso político Ivan de Seixas, que afirmava: "deixar impunes os acusados de tortura é atentar contra a democracia." (SEIXAS, Ivan Akselrud de. Justiça por um futuro melhor. *O Globo*. Idem.)

[569] O que se espera da Comissão da Verdade. *O Globo*, ano LXXXVII, nº 28.771, p.6, 16 de maio de 2012.

[570] Verdade sem ressentimento. *O Globo*, ano LXXXVII, nº 28.773, p.3, 17 de maio de 2012.

[571] Discurso resgata PT para a História. *O Globo*, ano LXXXVII, nº 28.774, p.6, 18 de maio de 2012.

[572] (Dimensão da Anistia. *O Globo*, ano LXXXVII, n. 28.784, p.6, 28 de maio de 2012.) Na tentativa de evidenciar sempre um "outra lado" da história, o jornal publicava mais uma vez uma opinião oposta à sua, desta vez do jornalista Cid Benjamin, afirmando que a recente decisão do STF sobre a não revisão da Lei fora "absurdamente interpretada", "beneficiando os integrantes do aparelho repressivo." (BENJAMIN, Cid. Verdugos e vítimas. *O Globo*. Idem.)

outorgava. Diante das conjecturas do presente e, de olho em um futuro que se queria liberto das amarras do passado, deveríamos assim, continuava o jornalista, nos limitar às narrativas que emergirão do acontecimento: "Saber, só saber". As mentiras não persistem em nome da pacificação dos ânimos.[573]

Apesar de *O Globo* ter atuado de forma menos incisiva neste momento inicial, se limitando a realizar uma cobertura pontual sobre os trabalhos da Comissão, o importante é que possamos perceber sob quais termos nossos jornais procuraram não apenas definir uma agenda sobre a CNV, mas tomar uma posição em relação a ela, visto que o que está em jogo aqui são discussões a respeito de uma "verdade" sobre os acontecimentos que se pretende mais autorizada e legítima. Uma narrativa que, acompanhada de um discurso "oficial", advindo do próprio Estado, parecia querer encerrar um ciclo, legando à história o seu devido reconhecimento.

Neste ponto, as narrativas jornalísticas, junto com uma série de outros discursos e atores, se inserem em um complexo emaranhado de vozes que não se limitam à mera re(a)presentação dos fatos que relatam. Isso porque elas também estão inseridas nas lutas pela legitimação deste reconhecimento, procurando com isso muitas vezes auxiliar, reverberar e ampliar estes discursos, como também os confrontar e ressignificar, na tentativa de assumir um considerável protagonismo. Conduzindo seu percurso por uma verdade *que se pretende*, as verdades no jornalismo estão assim condicionadas àquilo que historicamente seus jornais vão revelando como digno de ser reconhecido frente à (sua) história. Vejamos como elas serão costuradas sob este contexto, crucial para que possamos finalizar nossa discussão ciente das particularidades que emanam de suas manifestas capacidades.

6.2. A CNV e as verdades no jornalismo: aproximações, diálogos e disputas

Nos parece essencial finalizar as discussões sobre a dilatação e ressignificação das verdades sobre a ditadura no contexto da CNV por uma série de importantes fatores. Primeiro porque a própria Comissão pode ser vista aqui como um acontecimento que impulsionou novas narrativas sobre aqueles idos, colocando em pauta novamente, de forma bastante significativa, uma história que está em disputa e não cessa de re(a)presentar-se sob diferentes conjunturas. Como um acontecimento, a Comissão da Verdade acaba portanto por entrar em um complexo jogo comunicacional na tentativa de legitimar uma espécie de "palavra final" sobre a "verdade

[573] GASPARI, Elio. A Comissão da Verdade contra as mentiras. *O Globo*, ano LXXXVII, nº. 28.727, p.11, 1º de abril de 2012.

histórica" dos fatos que reporta. (Gonçalves, 2016)

Neste sentido, a CNV precisa ser problematizada frente a um cenário em disputa, capaz de potencializar um debate público sobre os temas da ditadura, mas que também se potencializa por seu próprio caráter comunicacional, já que suas narrativas estão a se retroalimentar por um diálogo constante entre a sociedade e os atores que a constituem. O jornalismo, como um dos principais atores deste processo, teve assim papel primordial para que a pauta da Comissão pudesse ser constantemente ampliada. O primeiro tomo de seu relatório final, publicado logo ao fim de seus trabalhos, enfatizou por exemplo que as "atividades da CNV receberam expressiva cobertura por parte dos veículos de comunicação, sendo as matérias jornalísticas de grande importância para a disseminação dos resultados do trabalho de investigação realizado."[574]

Ao perceber a importância desta potencialidade comunicacional inerente ao trabalho da CNV, a pesquisa de Sanglard (2017) realizou uma extensa análise de mais de 8 mil registros jornalísticos veiculados pela imprensa ao longo dos mais de dois anos de sua atividade. Dentre este grande número de textos, vale oportunamente destacar aqui, praticamente 20% deles foram produzidos apenas pela *Folha de S. Paulo* e por *O Globo*, jornais que lideraram o ranking dos veículos selecionados pela autora e que estiveram significativamente mais comprometidos durante o período em pautar os trabalhos da Comissão.[575]

Mesmo não se constituindo como um "espetáculo" político-midiático, como fora o caso da Comissão da África do Sul, por exemplo, que gerou "catarses" de comoção nacional em virtude de seu forte viés comunicacional, a imprensa de fato "cobriu muito" a Comissão, conforme constatou Maria Rita Kehl, uma das comissárias da CNV, em entrevista a Sanglard (2017, p. 168). A questão é que tanto a pesquisa de Sanglard (2017) quanto a de Gonçalves (2016) são unânimes em destacar o papel "reativo" que tiveram estes trabalhos jornalísticos, se limitando, na maioria dos casos, em fazer uma cobertura pontual, baseada apenas na agenda da CNV e não se preocupando em produzir material "autônomo", de cunho investigativo, com

[574] BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório; v. 1. Brasília: CNV, 2014, p. 51.

[575] Baseada em uma análise de conteúdo a partir do *clipping* jornalístico produzido, entre 7 de julho de 2012 e 16 de dezembro de 2014, pela própria assessoria da CNV, a autora destacou um total de 25 veículos em sua amostra. A *Folha*, jornal que mais cobriu a temática, representou 10% do total da clipagem produzida, seguido por *O Globo*, com 8,9% do total. Por mais que nosso trabalho não se baseie em uma análise quantitativa, nos parece importante constatar que nossos jornais foram aparentemente os veículos que mais procuraram noticiar os trabalhos da Comissão àquele momento, o que reforça nossa tese, a ser explorada aqui, de uma tentativa por parte destas empresas em assumir um reconhecido protagonismo frente a esta conjuntura. No entanto, precisamos destacar também que há lacunas produzidas por esta clipagem institucional da Comissão, - como reconhece a própria autora - que iniciou seu monitoramento apenas em 7 de julho de 2012, sendo que a cobertura da imprensa já tinha se dado desde meados de fevereiro daquele ano, anterior mesmo aos trabalhos da CNV, conforme poderemos perceber adiante.

debates e revelações mais contundentes.

Procurando trilhar um caminho oposto a estas pesquisas, a nossa análise se dará em pensar como este jornalismo procurou de fato assumir um caráter mais incisivo frente à própria Comissão, não apenas pautando seus trabalhos, mas muitas vezes os ampliando e/ou confrontando, ao revelar novas facetas, versões e documentos sobre acontecimentos até então pouco explorados ou negligenciados. Com isso procuramos mostrar, dando continuidade ao nosso percurso, como as verdades "no" jornalismo estão condicionadas a capacidades que dizem muito mais respeito às verdades de uma instituição que se pretende autorizada a se portar como tal, visando acima de tudo a legitimidade e o reconhecimento de suas histórias. Queremos portanto nos ater para o fato de que há uma série de intencionalidades que demandam das conjunturas em que estas narrativas são acionadas. Conjunturas que dialogam com as experiências e as expectativas de uma instituição, constantemente dilatadas entre o presente da memória, seu passado e futuros possíveis.

6.2.1. Reconhecendo o acontecimento: o jornalismo e as (suas) verdades da ditadura

Vamos pegar de início um caso paradigmático da *Folha de S. Paulo* para que fiquem mais claros nossos objetivos. Em matéria publicada no caderno *Ilustríssima* de 5 de fevereiro de 2012, - antes do início dos trabalhos da Comissão, é importante frisar - a *Folha* revelava com exclusividade a identidade de Silvaldo Leung Vieira, o fotógrafo da icônica foto do "suicídio" de Vladimir Herzog. O jornal afirmava que "localizou" o fotógrafo que vivia nos Estados Unidos desde 1979 e que ele falaria pela primeira vez à imprensa, na tentativa de revelar novas evidências sobre uma das maiores farsas sustentadas pela ditadura. Pela narrativa, ficamos sabendo que o fotógrafo, vivendo clandestinamente no exterior desde aquela época, sempre se sentiu "usado" por sustentar aquelas "mentiras": "tudo foi manipulado, e infelizmente eu acabei fazendo parte dessa manipulação".[576]

"Arrancada" do passado a partir de uma clara ancoragem no presente, a testemunha age aqui, na visão de Rancière (2012), como a voz de um corpo que "transforma um acontecimento sensível em outro". O que nos faz pensar, conforme já pontuamos, que a questão da verdade no discurso jornalístico está diretamente intrincada à "validade" que esta toma ao ser posta a público, já que o discurso das mídias trabalha, acredita Charaudeau (2006), a partir de estratégias que são construídas visando "efeitos" específicos. Desta forma, nenhum "efeito"

[576] FERRAZ, Lucas. O instante decisivo. *Folha de S. Paulo*. Ilustríssima, ano 91, nº 30.258, p.6-7, 5 de fevereiro de 2012.

existe fora de seu dispositivo enunciativo, uma vez que o que está em jogo aqui não seria a busca de uma verdade em si, mas a sua "credibilidade" e consequente validação.

É por isso que nos interessa menos saber o que de fato o fotógrafo tem a dizer sobre o acontecimento, já que de antemão a sua testemunha é utilizada pelo jornal para dilatar as "verdades" sobre este emblemático caso. Interessa-nos sim perceber como estas narrativas serão costuradas e sob quais conjunturas, na tentativa não apenas de re(a)presentar o acontecimento, mas de criar verdades que se pretendem autorizadas a se portar como "históricas" e legítimas, pela forma como serão apropriadas discursivamente.[577]

Dando continuidade à sua narrativa a *Folha* publicou, logo no dia seguinte, uma matéria onde afirmava que as novas facetas sobre o acontecimento reforçariam ainda mais a contestação da versão oficial feita por historiadores, parentes e testemunhas. Com isso, o jornal reproduzia o depoimento do então ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, onde afirmava ser "absolutamente natural" que fatos como esse sejam investigados pela futura Comissão da Verdade, pois "a reportagem revela que há muitas coisas ainda a serem descobertas". Já para Ivo Herzog, filho de Vladimir, a história do fotógrafo deveria ser melhor investigada pois era um fato "que ninguém nunca tinha parado para pensar e investigar. Algumas pessoas ainda sustentavam a versão do suicídio. Essa versão não tem pé nem cabeça, mas acho que a reportagem ajuda a enterrar ainda mais."[578]

Imputando às capacidades de seu jornalismo o seu devido reconhecimento, a *Folha* acabava assim por validar discursivamente suas próprias verdades. Assumia-se com isso como aquela instituição capaz de desvendar os "mistérios do passado", tirando do papel a "verdade histórica" de acontecimentos nebulosos que precisavam ainda ser melhor esclarecidos. E este trabalho de dilatação do acontecimento parecia surgir em um momento oportuno. Dias após, o

---

[577] Uma leitura mais detalhada sobre a re(a)presentação do caso Herzog frente a esta conjuntura pode ser conferida em Dias e Roxo (2016a).

[578] (CASO HERZOG deve ser investigado, diz ministro da Justiça. *Folha de S. Paulo*, ano 91, nº 30.259, p. A9, 6 de fevereiro de 2012) Ao longo da semana a seção de cartas do jornal esteve repleta de elogios dos leitores às revelações feitas por suas matérias. Vale reproduzir aqui duas delas para percebermos o teor destes textos e como o jornal acabou por, ainda que indiretamente, se apropriar deles para se portar como grande protagonista do acontecimento: "A boa história sobre o fotógrafo que fez a imagem do "suicídio" do jornalista Vladimir Herzog mostrou, mais uma vez, que o fato histórico e a verdade histórica só sairão do papel, dos fóruns, dos corredores acadêmicos e das negociatas políticas com iniciativas ousadas e "abusadas" como essa. [...] Sempre acreditei que o caminho para "desvendar mistérios" que cercam o período da ditadura militar só teria algum efeito por meio do jornalismo independente, sério, responsável e investigativo. (Jurcy Querido Moreira, Guaratinguetá, SP. PAINEL DO LEITOR, *Folha de S. Paulo*, ano 91, nº 30.261, p. A3, 8 de fevereiro de 2012); "O Instituto Vladimir Herzog parabeniza a Folha pela reportagem "O instante decisivo" [...] A publicação dessa reportagem é muito oportuna, pois foi realizada logo após a sanção, pela Presidência da República, da Lei de Acesso a Informações Públicas e porque dá renovada urgência à necessidade de implantação e ativação da Comissão da Verdade. Tudo isso e mais, acreditamos, deve ser investigado, de forma sábia, objetiva e desapaixonada - mas esclarecedora - pela comissão. (Ivo Herzog, diretor do Instituto Vladimir Herzog, São Paulo, SP. PAINEL DO LEITOR, *Folha de S. Paulo*, ano 91, nº 30.262, p. A3, 9 de fevereiro de 2012.)

Brasil fora denunciado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) por não ter apurado efetivamente as circunstâncias da morte do jornalista. Ao relatar este fato, a *Folha* não perdeu a oportunidade de publicar que o caso Herzog teria "voltado a ser discutido" depois de o jornal "revelar em reportagem" a identidade de Silvaldo Leung. Foi após a revelação, continuava o jornal, que autoridades do governo ligadas ao tema defenderam que o caso deveria ser novamente investigado.[579]

Em março de 2013 a família de Herzog enfim recebeu do Estado brasileiro um novo atestado de óbito onde, pela primeira vez, se reconhecia que a causa de sua morte ocorrera em decorrência de "lesões e maus tratos sofridas durante interrogatório". Era uma grande vitória, celebrada pela família e noticiada como uma das primeiras conquistas políticas da Comissão da Verdade. Ao noticiar o caso, o jornal novamente aproveitou para afirmar que, no ano anterior, teria "revelado em reportagem a identidade de Silvaldo Leung", fotógrafo que fora usado pelo regime para registrar a morte do jornalista.[580]

Dando sucessivamente uma "segunda vida" ao acontecimento e o re-suscitando em suas páginas, o jornal se aproveitava das repercussões do caso para relatar seu próprio reconhecimento e protagonismo. Ao revelar novas facetas sobre o acontecimento, a *Folha* acabava assim por deflagrar no presente outras expectativas de um passado que era "arrancado" deliberadamente da história. Vão se construindo com isso marcos memoráveis que se legitimam por um "desejo de futuro", já pensado aparentemente em sua reapropriação no tempo. Discursos que, pela forma como são acionados em seus presentes particulares, procuram inserir-se como um importante lugar "na história" destes relatos e das instituições que os proferem. (Barbosa, 2016)

Ao direcionarmos nosso olhar a esta perspectiva, devemos levar em consideração que o jornalismo praticado pela *Folha* -, e por *O Globo* também, como veremos – não se limitou a apenas relatar os trabalhos da Comissão de maneira reativa e distanciada. Por mais que os casos sob os quais nos debruçaremos não se configurem quantitativamente como uma maioria, é evidente que nossos jornais buscaram, na medida do possível e de acordo com as suas

---

[579] Brasil é denunciado na OEA por caso Vladimir Herzog. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: http://m.folha.uol.com.br/poder/2012/03/1069003-brasil-e-denunciado-na-oea-por-caso-vladimir-herzog.shtml Acesso em: 8 de fevereiro de 2018.

[580] (Família de Herzog recebe novo atestado de óbito. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/poder/2013/03/1246463-familia-recebe-novo-atestado-de-obito-de-herzog.shtml Acesso em: 8 de fevereiro de 2018.) O "caso Silvaldo" vai surgir novamente ainda àquele ano nas páginas da *Folha* quando a testemunha acaba por ser chamada para prestar depoimentos para Comissão da Verdade de São Paulo e realizar visita às antigas instalações do Doi-Codi, na tentativa de reconstruir a cena do crime e avançar nas investigações sobre as circunstâncias da morte do jornalista. (Fotógrafo do caso Herzog visita antigo prédio do DOI-CODI. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/poder/2013/05/1285656-fotografo-do-morte-de-herzog-visita-antigo-predio-do-doi-codi.shtml Acesso em: 8 de fevereiro de 2018)

particularidades, articular de forma comprometida uma série de discussões sobre as "verdades" do acontecimento que àquele momento vinham à tona com a emergência da CNV. São portanto um aspecto bastante significativo para pensar como os jornais procuraram incrustar suas supostas capacidades àquilo que se pretendia legitimar como as (suas) "verdadeiras" histórias frente ao acontecimento que se dilatava.

Há de se destacar também que o início dos trabalhos da CNV se deram, conforme constatou Sanglard (2017) de uma maneira um tanto quanto improvisada, o que ocasionou até mesmo em uma série de inconsistências internas entre seus membros a respeito de como conduzir e reportar suas atividades. Estas fragilidades da Comissão, bem como seus supostos desdobramentos políticos, foram bastante retratadas pela imprensa como um todo, que a cobriu desde o princípio de uma forma bastante crítica, conforme já pudemos perceber. Acreditamos que esta conjuntura possa ter gerado brechas significativas para que o jornalismo assumisse um reconhecido protagonismo frente à Comissão, se antecipando ao seu trabalho e potencializando narrativas que pudessem "revelar" fatias de verdade sobre acontecimentos ainda não explorados.

A emergência destas narrativas provavelmente foram impulsionadas pela promulgação da Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor no mesmo dia de instituição da CNV e facilitava, em tese, o acesso à documentação de caráter público e sigiloso em todo o país, criando mecanismos para que qualquer pessoa, física ou jurídica, pudesse obter acesso a informações previamente solicitadas. [581] A partir de então, uma série de investigações foram publicadas por nossos jornais com o intuito até mesmo de cobrar do governo e da futura Comissão que estes documentos, muitos ainda em posse dos militares, começassem a ter seu acesso disponibilizado. A abertura de novos arquivos da repressão, como aponta Ludmila Catela (2011, p. 394) acaba assim por criar certa expectativa sobre o poder de suas possíveis "revelações" públicas, despertando grande interesse dos jornalistas, um dos principais mediadores da publicidade destes relatos, que passam a construir representações sobre as "verdades" contidas nestes documentos. [582]

No início de julho de 2012, a *Folha* revelou a seu público que a ditadura havia destruído mais de 19 mil documentos secretos produzidos à época. Guardados sob sigilo por mais de

[581] A íntegra da lei pode ser consultada em: http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/a-lei-de-acesso-a-informacao Acesso em: 10 de fevereiro de 2018.

[582] É decorrente deste contexto, por exemplo, a criação do projeto "Folha Transparência", uma iniciativa do jornal criada com o intuito de "divulgar informações e documentos de interesse da sociedade" que refletisse não apenas no trabalho de reportagem da *Folha*, mas também em "ações nas esferas administrativas e judicial para levar o poder público a revelar dados mantidos em sigilo.". Para mais sobre o projeto, acessar: http://transparencia.folha.uol.com.br/

trinta anos, o jornal obteve acesso às ordens de destruição dos arquivos emitidas pelo SNI (Serviço Nacional de Informações), que agora tinham sido liberados para consulta junto ao Arquivo Nacional de Brasília.[583] Apesar da legislação em vigor à época permitir a eliminação de documentos considerados sigilosos, o jornal considerava esta atitude do governo uma "tentativa canhestra de apagar rastos da estupidez ditatorial". À luz de hoje, finalizava a *Folha*, a destruição destes arquivos de reconhecido "valor histórico" evidenciava contudo os frágeis esforços de autoproteção do regime e a "irracionalidade" de todo o seu projeto. [584]

Como uma fênix mnemônica que recolhia das cinzas as verdades possíveis dos acontecimentos que relatava, o jornal passou a partir de então a produzir uma série de matérias com o intuito de revelar novas facetas sobre a realidade daquele ainda obscuro passado. Era o que revelava por exemplo um dos "mais bem guardados acervos da ditadura", os arquivos da Comissão Geral de Investigação, vinculados ao Ministério da Justiça. Recém abertos pelo Arquivo Nacional, os arquivos obtidos pela *Folha* revelavam como a ditadura praticamente criou uma "máquina de perseguição política" a seus opositores, que chegou a investigar cerca de 25 mil pessoas, empresas e instituições.[585]

A riqueza do acervo, "sempre cobiçado pelos historiadores", mas que pouco haviam escrito sobre ele, em virtude de seu caráter até então sigiloso, mostrava como figuras como a dos ex-presidentes João Goulart, Juscelino Kubitschek e do ex-governador Leonel Brizola eram sumariamente monitorados pelo regime. Com o respaldo do historiador e professor da Universidade Federal Fluminense, Jorge Ferreira, a *Folha* por fim atestava que os documentos "inéditos" citados pelo jornal representavam uma "importante contribuição para se entender como os regimes autoritários investigam a vida das pessoas sem que elas tenham a menor ideia disso."[586]

O que fazia a *Folha* com esta série de matérias era portanto "provocar" o acontecimento, desvendando facetas ocultas que revelavam determinadas verdades, "provas" para explicações até então invisíveis e/ou desconhecidas. Revelações estas que, vale ressaltar mais uma vez, buscavam assumir um reconhecido protagonismo frente à cobertura dos acontecimentos. O acontecimento, "provocado" pelas mídias, não se limita portanto ao mero relato dos fatos, "mas de extrair deles sua razão de ser." (Charaudeau, 2006, p. 90).

---

[583] VALENTE, Rubens. Ditadura destruiu mais de 19 mil documentos secretos. *Folha de S. Paulo*, ano 92, nº 30.406, p. A4, 2 de julho de 2012.
[584] Cinzas do regime. *Folha de S. Paulo*, ano 92, nº 30.407, p. A2, 3 de julho de 2012.
[585] VALENTE, Rubens; MAGALHÃES, João Carlos. Órgão da ditadura investigou bens de JK, Jango e Ulysses. *Folha de S. Paulo*, ano 92, nº 30.411, p. A10, 7 de julho de 2012.
[586] Idem.

Assim, ficamos sabendo sobre como a ditadura monitorava artistas como Chico Buarque e Caetano Veloso (os "subversivos vip", segundo o jornal)[587], tomamos conhecimento de uma "rara foto" do guerrilheiro Carlos Lamarca, que evidenciava lesões à bala em seu corpo, traços claros de que ele fora executado [588], ou víamos pela primeira vez a foto – desconhecida até então de seus próprios familiares - do engenheiro Raul Amaro Nin Ferreira, onze dias antes de sua morte, mostrando que ele estava em boas condições de saúde antes de ser preso e torturado por agentes da repressão.[589] Todas as revelações, enfatizava a *Folha*, eram fruto de um trabalho investigativo que, respaldado pela Lei de Acesso à Informação, colocava à tona uma série de documentações até então inéditas, tornadas públicas a partir de iniciativas que se antecipavam às investigações da própria Comissão da Verdade, que àquele momento estava ainda em processo de iniciação.

Falando um pouco sobre o caso de *O Globo,* - que àquele momento se articulou de forma um pouco mais retraída, devido a circunstâncias e hipóteses que exploraremos logo adiante, - é possível perceber uma movimentação mais contundente de sua parte quando o jornal dá início a uma série de reportagens intituladas "Relatos do porão", a partir de junho de 2012. O primeiro e mais emblemático destes relatos se deu quando o jornal "revelou detalhes" sobre o funcionamento da chamada Casa da Morte, centro de detenção clandestino que funcionou durante a ditadura na cidade de Petrópolis-RJ e por onde, desde 1971, ao menos 22 presos políticos teriam sido presos, torturados e executados. Rompendo um silêncio de 41 anos *O Globo* ouviria, "pela primeira vez", o tenente-coronel reformado Paulo Malhães, responsável por "pressionar guerrilheiros" a virar informantes infiltrados, destruindo suas convicções e os fazendo "mudar de lado". "Em geral, no papo, quase todos os meus ouviram. Claro que a gente dava sustos, e o susto era sempre a morte", revelava o ex-agente com exclusividade ao jornal.[590]

Os "propósitos" e a "rotina" da Casa da Morte eram um dos "mais bem guardados segredos do regime militar" que o jornal trazia agora à tona. Até àquele momento, enfatizava, "nenhum dos agentes da casa havia falado sobre ela", sendo que os escassos relatos disponíveis sobre o centro teriam vindo do testemunho de Inês Etienne, única sobrevivente da casa, divulgado no ano de 1979, e de relatos provenientes apenas de colaboradores do regime.[591] A

[587] FERRAZ, Lucas. Subversivos vip. *Folha de S. Paulo*. Ilustríssima, ano 92, nº 30.412, p. 6-7, 8 de julho de 2012.
[588] VALENTE, Rubens; LEITÃO, Matheus. Arquivo libera foto que revela lesões a bala em Lamarca. *Folha de S. Paulo,* ano 92, nº 30.422, p. A11, 18 de julho de 2012.
[589] Foto mostra preso bem de saúde 11 dias antes da morte. *Folha de S. Paulo*, Idem.
[590] Torturador rompe silêncio de 41 anos sobre Casa da Morte. *O Globo*, ano LXXXVII, nº 28.811, capa, 24 de junho de 2012.
[591] OTAVIO, Chico; PIVA, Juliana Dal; REMÍGIO, Marcelo. "O susto era sempre a morte". *O Globo*, p.3 Idem.

partir de um planta da casa, feita com informações de Inês e cedida ao jornal, a matéria reproduz o "calvário" sofrido por ela na casa, bem como detalhes sobre a estrutura da repressão que ali era realizada. Além de traçar seu perfil e destacar o histórico da sobrevivente, *O Globo* aproveitava seu relato para informar que Inês também "quer colaborar com a Comissão da Verdade", visto que ela poderia ajudar em muito para destrinchar os meandros daquele acontecimento.[592]

No dia seguinte os relatos dos porões continuavam reproduzindo as revelações do coronel reformado Paulo Malhães, que agora contava ao *Globo* ter usado "cinco filhotes de jacaré e uma jiboia" para torturar os presos políticos da Casa, em meados dos anos 1970. Além de dar destaque a esta manchete, a matéria reproduzia uma foto do ministro Gilson Dipp, então coordenador da Comissão Nacional da Verdade, para enfatizar que a CNV pretendia convocar o coronel para prestar depoimento, devido às revelações que ele vinha soltando à imprensa: "Contamos com a boa vontade da parte dele para reconstruir os fatos. É preciso lembrar que a Comissão não tem caráter judicial e nem punitivo. Então, eu lhe ofereço essa garantia." [593]

Na tentativa de dar ainda mais amplitude às suas narrativas, o jornal revelava que os boletins da delegacia e do IML de Petrópolis, que poderiam conter informações sobre o paradeiros destes presos políticos, desapareceram de seus arquivos. [594] Embora este levantamento tenha sido feito por um grupo de pesquisadores da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e pelo Ministério Público Federal, o jornal aproveitava o gancho destas revelações para entrevistar a procuradora da República em Petrópolis, Vanessa Seguezzi, que investigava o caso desde 2010. Uma das perguntas, oportunamente feita pela reportagem, indagava a procuradora sobre a "importância das revelações" feitas por Paulo Malhães, "já que é a primeira vez que um militar assume a existência da Casa e que trabalhou lá":

> VANESSA SEGUEZZI - Acho extremamente importante, mais uma vez se dá conhecimento ao que aconteceu naquele local. Hoje mesmo várias pessoas vieram dar outras informações, enfim, a população começa a se movimentar para falar sobre esse assunto. É um trabalho muito importante esse que o GLOBO está fazendo. E confirma dados que já sabíamos também. O Ministério Público vai avaliar uma convocação (do coronel) para prestar esclarecimentos. [595]

---

[592] OTAVIO, Chico; PIVA, Juliana Dal; REMÍGIO, Marcelo. Única sobrevivente da Casa da Morte relata tortura, estupro e humilhação. *O Globo*, p.4, Idem.
[593] OTAVIO, Chico; PIVA, Juliana Dal; REMÍGIO, Marcelo. Cobra e jacarés na hora da tortura. *O Globo*, ano LXXXVII, nº 28.812, p. 3, 25 de junho de 2012.
[594] OTAVIO, Chico; PIVA, Juliana Dal; REMÍGIO, Marcelo. Arquivos sobre mortes somem em Petrópolis. *O Globo*, ano LXXXVII, nº 28.813, p. 3, 26 de junho de 2012.
[595] Corpo a corpo. Vanessa Seguezzi. *O Globo*, Idem.

Mais do que revelar uma série de novas facetas sobre o acontecimento, dilatando-o a partir de verdades que se pretendiam legítimas, o jornal parecia querer com isso atestar suas capacidades e o próprio reconhecimento de seu trabalho. As matérias de *O Globo* faziam um trabalho "muito importante", estavam movimentando a população, incitando a discussão sobre o tema e até mesmo orientando possíveis pautas da Comissão. Quanto a estas pautas, *O Globo* afirmava posteriormente em editorial que os "primeiros passos para ser relatada aquela fase trágica da História do país" começavam a ser dados, já que a CNV passou a ter seu trabalho "facilitado" por "revelações feitas nas últimas semanas". O jornal estava se referindo aqui ao seu próprio trabalho, tendo a segurança de afirmar que, dentre estas revelações:

> As mais recentes, feitas pelo GLOBO, tratam de um dos episódios mais sombrios da repressão clandestina a grupos de esquerda, empreendida pelas Forças Armadas. [...] A reconstituição do que se passou entre 1973 e 78 naquela casa - capítulo essencial na macabra história dos porões da ditadura militar - pode avançar bastante, depois de o jornal ter encontrado Paulo Malhães. [...] Rompido um silêncio de quase 40 anos, o tenente-coronel pode continuar o relato perante a Comissão da Verdade. Um dos poucos chefes da repressão ainda vivos, Malhães poderá falar sobre o destino de muitos desaparecidos. [596]

A Comissão tinha assim, de acordo com o jornal, uma "razão de ser" que era dar continuidade a estes trabalhos ciente de que estava assegurada por uma Lei de Anistia sem caráter persecutório. As revelações de *O Globo* faziam com que se potencializassem estas narrativas, auxiliando a CNV em chegar o mais perto possível destas verdades, ou ao menos rompendo o silêncio de facetas sobre o acontecimento até então pouco exploradas. [597] Em decorrência disso, - também respaldado pela Lei de Acesso a Informação, como fizera a *Folha,* - o jornal passa a construir novos relatos dos "porões", baseado em documentação inédita e até então sigilosa.

É o caso, por exemplo, de um acordo firmado entre os governo de Médici e Geisel com a ditadura chilena de Pinochet, revelado quando *O Globo* teve "acesso com exclusividade" a "documentos secretos" que indicavam uma operação sigilosa feita pela ditadura brasileira para armar o regime chileno. Os documentos indicavam que milhares de fuzis e munições foram

[596] Razão de ser da Comissão da Verdade. *O Globo*, ano LXXXVII, nº 28.814, p. 6, 27 de junho de 2012.

[597] Vale ressaltar que tanto Paulo Malhães quanto Inês Etienne foram posteriormente chamados a depor pela Comissão da Verdade. Malhães fora inclusive um dos personagens mais polêmicos a contribuir com a CNV, gerando sempre significativa repercussão midiática por suas declarações, principalmente após o polêmico caso que envolveu sua morte, um mês depois de ele ter dado seu depoimento à Comissão, em abril de 2014. Para as repercussões do caso e os picos da cobertura da Comissão ao longo de seus trabalhos, consultar o trabalho de Sanglard (2017).

enviados ao país vizinho para ajudar a "manter a ordem interna" e que, para isso, as armas tiveram a sua identificação oficial raspadas para camuflar a operação. Integrando uma série de mais de 80 volumes de documentação sigilosa emitida pelas das Forças Armadas, a existência destes arquivos já havia sido inclusive informada pelo então ministro Celso Amorim à Comissão da Verdade, que solicitara um grupo de trabalho para a devida análise deste material, a ser ainda transferido para o Arquivo Nacional.[598]

Pelos relatos do jornal, tomamos conhecimento ainda da história do "homem que torturou" Dilma, o ex-capitão do Exército Benoni Albernaz, morto em 1992 e que, após ter recebido uma série de condecorações militares caíra em desgraça até mesmo na própria família. [599] Temos acesso também às informações contidas na "ficha" de Chico Buarque, que "emergia" dos porões após a liberação de sua documentação para consulta pública [600], bem como ficamos sabendo como a estilista Zuzu Angel, mãe do militante Stuart Angel, morto pela ditadura em 1971, era monitorada pelos órgãos de repressão, no Brasil e no Exterior. Os "documentos inéditos" revelados pelo *Globo*, que seriam enviados pelo Arquivo Nacional à CNV, ajudariam nas investigações de seus trabalhos, acreditava o jornal, já que os esclarecimentos sobre a morte da estilista em um acidente automobilístico em 1976 ainda estavam repletos de inconsistências. "Não tinha conhecimento desses documentos oficiais. [...] O surgimento dos documentos é um detalhe, porque para nós era real. É uma complementação dos fatos", atestava a jornalista Hildegard Angel, filha de Zuzu. [601]

Complementando fatos, ampliando, dilatando e re(a)presentando as narrativas destes acontecimentos, o jornal acabava assim não apenas por impulsionar e até mesmo cobrar os trabalhos da Comissão da Verdade, mas imputar às capacidades de seu jornalismo o devido reconhecimento de relatos que se pretendiam mais "verdadeiros", pela forma como eram articulados discursivamente. Ao circunscrever a autoridade da instituição, estes acontecimentos acabam por legitimar uma "história da verdade" dos jornais e seu jornalismo, uma vez que, conforme problematizamos ao longo de toda esta tese, há uma imbricada relação envolvendo discursos e práticas, entre aquilo que ela diz ser e o que circunscreve a partir e suas narrativas, com o intuito de se autolegitimar,

Este percurso, que vai do reconhecer ao ser-reconhecido, é constituído por um complexo

---

[598] GAMA, Júnia. Ditadura forneceu armas para a repressão no Chile. *O Globo*, ano LXXXVII, nº 28.818, p. 5, 1º de julho de 2012.
[599] HERDY, Thiago. O capitão que socou o rosto de Dilma, em 1970. *O Globo*, p. 9, Idem.
[600] ÉBOLI, Evandro. Ficha de Chico Buarque emerge dos porões. *O Globo*, ano LXXXVII, nº 28.823, p. 14, 6 de julho de 2012.
[601] ÉBOLI, Evandro. Zuzu Angel era monitorada no Brasil e no exterior. *O Globo*, ano LXXXVII, nº 28.825, p. 13, 8 de julho de 2012.

jogo de ambiguidades discursivas e relações de poder que não se limitam portanto àquilo que é reportado como a mera "verdade" objetiva dos fatos. Daí a importância de nos atermos às narrativas que procuraram assumir certo protagonismo frente à Comissão, denotando uma série de intencionalidades que são, muitas vezes, construídas deliberadamente a partir de conjunturas e contextos particulares. Vamos agora nos debruçar sobre a reta final deste trajeto, onde muitas destas potencialidades se tornarão ainda mais evidentes.

6.2.2. Do protagonismo ao pedido de desculpas: legitimando sua autoridade e reconhecimento

O primeiro ano dos trabalhos da Comissão precisa ser entendido aqui como um momento importante para a configuração das narrativas que estamos explorando. Embora 2012 tenha representado, de acordo com a análise de Sanglard (2017), apenas 10% do montante total de matérias veiculadas pela imprensa, precisamos olhar para estes números cientes de eles não nos mostram todas suas nuances. Isso porque a clipagem produzida pela CNV começou seu monitoramento somente em julho de 2012, momento em que a Comissão iniciou de fato seus trabalhos. Baseada apenas neste material, a análise de Sanglard (2017) não toca portanto no momento em que a imprensa procurou assumir certo protagonismo, até mesmo se antecipando à Comissão e conduzindo um trabalho mais autônomo, com o respaldo da Lei de Acesso à Informação e nas documentações que obtinha e revelava, conforme pudemos perceber.

Explorar estas brechas são cruciais para problematizar as "verdades" postas em jogo em um trabalho que não se limita à mera "cobertura" da Comissão, mas evidencia um embate mais complexo construído a partir posicionamentos estritamente delimitados. Fato é que o ano de 2013 será marcado por um momento em que estas narrativas irão se silenciar de maneira significativa. Perpassado por uma fase de certa crise interna da Comissão, inclusive no que concerne ao seu relacionamento com a imprensa e a divulgação de seus trabalhos, este ano paradoxalmente irá se potencializar por alguns "picos" de cobertura que, segundo Sanglard (2017), teriam se dado quando a Comissão completou um ano de atividade, em maio, e no período de maior crise do colegiado, que se deu com a saída de um de seus comissários, Claudio Fonteles, em junho.

Neste momento, talvez por a própria Comissão ter se silenciado um pouco, o trabalho da imprensa fora de fato mais "reativo", se constituindo por uma cobertura crítica a seus possíveis revanchismos e os limites da Lei de Anistia, mas ainda assim baseada preponderantemente na agenda de seus trabalhos. A *Folha,* no início do ano, chegou até a dar

destaque às dificuldade em se obter acesso a documentações sigilosas da ditadura, ao publicar matérias sobre um trabalho realizado pelo jornal ao longo de quatro meses, na tentativa de consultar uma série de materiais retidos ainda por seus ministérios. [602] Trabalho que pressionou o governo a liberar esse acervo, enfim o disponibilizando para consulta pública junto ao Arquivo Nacional. O estudo destes papéis, enfatizava o jornal, poderia ajudar a "elucidar diversos pontos obscuros do funcionamento do regime", já que eram documentos desconhecidos inclusive pela própria Comissão da Verdade.[603]

Mas a cobertura do jornal neste momento concentrou seus esforços em noticiar a crise sobre a qual perpassava tanto a CNV, quanto o funcionamento de uma Lei de Acesso que entravava o bom funcionamento de seus trabalhos. Um mês antes, já destacava a *Folha,* ao entrevistar o escritor e jornalista Marcelo Rubens Paiva, que a Comissão estava atuando de forma muito "tímida" e precisava ter "mais atitude" para enfrentar seus desafios.[604] Chegava assim a CNV à metade de seu prazo, "sem avançar no esclarecimento de crimes da ditadura" ou revelar alguma "novidade relevante". Sob o alvo de inúmeras críticas, integrantes da própria Comissão ouvidos em anonimato pelo jornal se mostravam céticos com o resultado final dos trabalhos, que estavam cercados ainda por "erros conceituais" e de "gestão". [605]

Além de destacar a falta de transparência do Estado brasileiro em lidar com a abertura de seus arquivos, a *Folha* passava a pautar uma nova polêmica protagonizada pela Comissão sobre a possibilidade de revisão da Lei de Anistia, uma assunto que dividia juristas, especialistas e até mesmo os membros da equipe.[606] Já para o jornal, era preciso fazer àquele momento uma defesa da lei, visto que era "inoportuna" a proposta da CNV em revisá-la. Um "recorrente e rematado equívoco" que fomentava discórdias e "reavivava a desconfiança" de que os seus trabalhos pudessem se pautar pelo espírito do revanchismo: "A Comissão da Verdade faz um trabalho valiosos de restabelecimento dos fatos históricos. Deveria se concentrar em sua tarefa

---

[602] VALENTE, Rubens; LEITÃO, Matheus. Documentos da ditadura são retidos por ministérios. *Folha de S. Paulo*, ano 93, nº 30.650, p. A5, 3 de março de 2013.

[603] (Governo manda liberar papéis da ditadura. *Folha de S. Paulo*, ano 93, nº 30.652, p. A6, 5 de março de 2013) Nesta mesma página o jornal publicava um análise do historiador Carlos Fico que comentava sobre a resistência dos órgãos públicos em liberar suas documentações sobre a ditadura. Esta era uma luta de arquivistas, historiadores e jornalistas que enfrentavam uma série de problemas para se obter os materiais: "O principal é a recusa dos comandos militares de transferirem ao Arquivo Nacional todos os documentos daquele período. Tempo atrás, o então ministro da Defesa disse que os papéis da ditadura "já desapareceram". A reportagem publicada pela Folha no domingo comprova que não é bem assim." (FICO, Carlos. Análise. Legislação abriu arquivos públicos, mas órgãos ainda têm resistência. *Folha de S. Paulo*. Idem.)

[604] Comissão precisa ter "mais atitude", afirma Marcelo Rubens Paiva. *Folha de S.* Paulo, ano 92, nº 30.628, p. A6, 9 de fevereiro de 2013.

[605] Após quase 1 ano, Comissão da Verdade é alvo de críticas. *Folha* de S. Paulo, ano 93, nº 30.692, p. A5, 14 de abril de 2013.

[606] Comissão fala em rever Lei da Anistia, mas ministro se opõe. *Folha de S. Paulo*, ano 93, nº 30.730, p. A4, 22 de maio de 2013.

em vez de abraçar propostas inoportunas que extrapolam o seu próprio escopo." [607]

Apesar de ter sua opinião bem clara e definida, a *Folha* ampliava as divergências sobre o tema, dando espaço às mais diversas vozes em suas páginas. Assim, mesmo que o jornal ganhasse respaldo de José Paulo Cavalcanti Filho, advogado e um dos membros da CNV, ao afirmar que a lei deveria ser preservada para que pudéssemos continuar "com os olhos no futuro", havia espaço também para posições como as da deputada Luiza Erundina que afirmava ser possível "reinterpretar" a lei para estabelecer a "plena consolidação da democracia no país"[608], além da do filósofo Vladimir Safatle que, mais uma vez, comentava sobre a "farsa" sob a qual se constituía a anistia brasileira.[609]

Com a repercussão dos debates, a proposta de revisão da lei se tornava um dos assuntos mais comentados na sessão de cartas do jornal, dividindo a opinião dos leitores. Divergência que àquele momento era o mote da cobertura da *Folha*, que chegou a atribuir a saída de Claudio Fonteles da Comissão a uma série de desentendimentos internos, fruto de uma aparente crise sobre como deveriam seus integrantes conduzir e interpretar a investigação dos trabalhos. [610] Além da CNV, havia ainda uma série de outras Comissões a nível estadual e municipal que se espalhavam pelo país e se "notabilizavam", enfatizava o jornal, por apenas "reciclar assuntos já conhecidos, sem de fato contribuir com esclarecimentos sobre o período."[611]

Ao evidenciar as inconsistências da Comissão, bem como a ausência de avanços significativos em seu trabalho, a *Folha* não apenas realizava críticas a ela, mas indiretamente intentava assumir um reconhecido protagonismo e legitimar sua autoridade, uma vez que seu jornalismo vinha fazendo o possível para revelar novas facetas sobre o acontecimento, impulsionando discussões que deveriam em tese ser ampliadas pela CNV. No jornalismo de *O Globo* as discussões eram conduzidas por um viés muito próximo ao do jornal paulista, que também se limitou àquele momento a construir um posicionamento crítico à Comissão, baseado mais na pauta de seus trabalhos do que em revelações de novas facetas e documentos.

Após noticiar que a presidente Dilma, insatisfeita, estaria cobrando mais resultado da CNV, exigindo "resultados concretos e que sensibilizem a opinião pública" a fim de promover

---

[607] Em defesa da anistia. *Folha de S. Paulo*, ano 93, nº 30.733, p. A2, 25 de maio de 2013.
[608] FILHO, José Paulo Cavalcanti. Com os olhos no futuro; ERUNDINA, Luiza. Por uma autêntica interpretação. Tendências/debates. A lei de anistia deve ser revista? *Folha de S. Paulo*, p. A3, Idem.
[609] SAFATLE, Vladimir. A farsa da anistia. *Folha de S. Paulo*, ano 93, nº 30.736, p. A3, 28 de maio de 2013.
[610] (Após divergências, integrante renuncia à Comissão da Verdade. *Folha de S. Paulo*, ano 93, nº 30.758, p. A6, 19 de junho de 2013.) Para mais sobre estas divergências em um momento considerado de clara crise interna da Comissão, consultar o trabalho de Sanglard (2017).
[611] Comissões da Verdade se multiplicam sem avançar investigações. *Folha de S. Paulo*, ano 93, nº 30.840, p. A8, 9 de setembro de 2013.

algo como uma "catarse nacional"[612], o jornal publicava em editorial que a Comissão não deveria se "prestar a marketing ideológico". Não havia sentido, enfatizava, "criar comoção num trabalho de reconstituição de fatos, em curso de forma serena, e dentro dos limites referendados pelo Supremo."[613]

Passado um ano dos seus trabalhos, o jornal aproveitava o momento para comentar sobre os claros "limites" sob os quais estava circunscrita a Comissão, que deveria se concentrar apenas em esclarecer os casos do período da "guerra suja" vivenciado no país, "sem entrar no campo da revanche". Além de ilegal, a proposta de retomada de revisão da Lei de Anistia que estava em pauta na ocasião beirava o "impossível e o indesejável" e só colocaria o país "numa inexistente máquina do tempo", levando-o assim a um "período de tensões já superado." [614]

Para o jornal, a história precisava seguir um fluxo ininterrupto. As verdades advindas das memórias daqueles idos e dos relatos que surgiam com a dilatação do acontecimento deveriam assim nos conduzir a um tempo sem ressentimentos ou "revanches". Aquele passado já estava superado e *O Globo*, de olho no futuro, parecia ter construído sua própria máquina para orientar seu percurso. É fruto desta conjuntura que a empresa irá ampliar, em setembro de 2013, a área de seu projeto, sob o qual aqui já comentamos, baseado em uma ampla reconstrução da memória histórica do grupo, o agora "Memória O Globo", que pretendia "recuperar e relatar" sua trajetória sob óticas bem particulares. [615]

De imediato nos vale reforçar que uma das premissas desta iniciativa estava baseada em "reconstituir posicionamentos editoriais" da empresa, como se a iniciativa fosse criar uma "grande reportagem sobre o próprio GLOBO" que relembrasse fatos marcantes e abrisse "suas próprias ferias, reconhecendo erros e equívocos cometidos ao longo de sua História, como o apoio dado pelo jornal ao golpe militar de 1964."[616] Assumir este "erro" era para a empresa uma "decisão madura" que não vinha de hoje, mas de discussões internas feitas há anos. Era uma "verdade dura" que, "à luz da história" se tornava cada vez mais evidente e precisava ser reconhecida. O jornal afirmava assim que esta era uma "excelente oportunidade" para tornar

---

[612] Dilma cobra mais resultados do trabalho da Comissão da Verdade. *O Globo,* ano LXXXVIII, nº 29.089, p. 4 29 de março de 2013.
[613] Comissão da Verdade não se presta a marketing. *O Globo*, ano LXXXVIII, nº 29.093, p. 14, 02 de abril de 2013.
[614] (Limites da Comissão da Verdade. *O Globo*, ano LXXXVIII, nº 29.142, p. 16, 21 de maio de 2013.) "Se juridicamente já é impossível, do ponto de vista político e histórico não faria qualquer sentido reabrir a questão", afirmava jornal novamente, dias depois, em mais um editorial publicado sobre o tema, o que nos evidencia uma clara preocupação da empresa em pautar o acontecimento àquele momento. (A proposta de revisão da Lei de Anistia. Sem sentido. *O Globo*, ano LXXXVIII, nº 29.148, p. 14, 27 de maio de 2013)
[615] (Memória O Globo. Jornal recupera e relata seus 88 anos de História. *O Globo*, ano LXXXIX, nº 29.245, p. 14-15, 1º de setembro de 2013.) O site desta área específica pode ser acessado em: memoria.oglobo.globo.com
[616] Memória O Globo. Jornal recupera e relata seus 88 anos de História. *O Globo*, Idem.

pública sua avaliação, já que este posicionamento se tornava sempre um grande "incômodo" quando lembrado.[617]

Por mais que já tenhamos citado este texto na primeira parte de nossa tese, acreditamos que sob esta conjuntura se torne ainda mais importante perceber que "oportunidades" eram essas. Ao assumir pela primeira vez este posicionamento o jornal procurava reconfigurar, frente às suas capacidades, uma nova "história da verdade" que de certa forma o libertava de um fardo do passado, isso em um momento em que o jornal estava reconhecidamente comprometido em re(a)presentar novas facetas sobre a ditadura e seus acontecimentos. Devemos olhar para esse projeto portanto como uma evidente política de memória da empresa, articulada para reposicionar sua história frente às possibilidades de um futuro que se descortinava. Ciente disso, era a empresa quem construía a sua própria definição de História, acreditando não ser ela apenas uma mera "descrição de fatos, que se sucedem uns aos outros [, mas] o mais poderoso instrumento de que o homem dispõe para seguir com segurança rumo ao futuro: aprende-se com os erros cometidos e se enriquece ao reconhecê-los."[618]

Do reconhecer ao ser-reconhecido o jornal procurava assim reconfigurar as suas capacidades para seguir com segurança, enriquecido. É por isso que, no dia seguinte, estampava em suas páginas uma série de depoimentos advindos de personalidades das mais diversas áreas, que atestavam o "passo importante" dado pelo *Globo* em seu "acerto de contas com a História." Para o presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) Maurício Azêdo, o jornal tomara uma "atitude corajosa", admitindo "algo que até hoje não foi feito por outros veículos de comunicação de expressão nacional" que apoiara no passado o golpe e a ditadura. Seu posicionamento, comentava ainda o historiador Nereu Cavalcanti, deveria servir à empresa como um "lição permanente para a cobertura jornalística do presente e do futuro."[619]

O caso do *mea culpa* do *Globo* repercutiu consideravelmente em diversos setores da imprensa. A própria *Folha de S. Paulo*, a partir da página de seu ombudsman, chegou a

---

[617] (Apoio Editorial ao golpe de 64 foi um erro. *O Globo,* Idem.) Vale destacar que a justificativa da empresa por seu novo posicionamento veio, de acordo ainda com o editorial, para responder ao "clamor das ruas" advindo das manifestações de junho de 2013. Para tanto, se explicava em texto que "concordou com a intervenção dos militares" à época como assim fizera também outros grandes jornais e parcelas significativas da população. Esta justificativa se dera pelo medo de um "outro golpe" que poderia vir à esquerda, fruto de um mundo em contexto de Guerra Fria sob clara divisão ideológica. *O Globo* vira portanto no golpe (chamado "durante muito tempo" de "Revolução"), a "única alternativa para manter no Brasil uma democracia". Além disso, o texto aproveitava para se justificar, utilizando vários daqueles chamados *clichês historiográficos de autolegitimação,* ao afirmar, por exemplo, que em todos os momentos em que o país passara por "encruzilhadas institucionais", a empresa sempre esteve ao lado da legalidade, defendendo "com firmeza" os seus jornalistas "comunistas" de esquerda e sempre cobrando dos militares "no menor prazo possível" a normalidade democrática.

[618] Idem.

[619] Personalidades comentam o Projeto Memória. *O Globo*, ano LXXXIX, nº 29.246, p. 5, 2 de setembro de 2013.

comentar que era a "primeira vez" que se via "tamanho ato de contrição na imprensa brasileira". Nem mesmo a *Folha*, "jornal mais aberto a críticas" havia feito algo parecido, afirmava a ombudsman. Em 2009, quando protagonizara o polêmico caso da "ditabranda" o jornal, apesar de avaliar que errou, parecia ter feito a correção "meio a contragosto", já que à ocasião aproveitara o espaço para também reiterar críticas. Por fim, concluía que:

> Não importa tanto se há interesses outros nessa autocrítica, feita às vésperas dos 50 anos do golpe, ou se havia mais para ser dito. O principal é perceber que se está dando uma satisfação ao público, que hoje, graças às redes sociais, tem uma capacidade inédita de expressão - e de pressão. É um primeiro passo no longo caminho para a transparência, que passa pelo respeito ao "outro lado" [...] Quem sabe "o futuro já começou", como diz o slogan de fim de ano da emissora.[620]

Para nós, que trilhamos um percurso com o intuito problematizar verdades *que se pretendem* ao nível do reconhecimento, importa sim perceber que tipo de supostos "interesses" há por trás destas estratégias. Como um projeto de memória que se quer história, *O Globo* procurou assim não apenas reconfigurar o seu passado, mas assumir, em um presente particular, uma deliberada atitude em relação ao futuro, criando novos "horizontes de expectativa" (Koselleck, 2006), posicionamentos e atitudes em relação a estes tão caros acontecimentos relacionados ao golpe, à ditadura e seus desdobramentos.

E o "futuro", de fato, já havia começado. Não à toa que podemos perceber claramente nas páginas do jornal, a partir de então, uma ampliação nas pautas investigativas sobre a ditadura, que novamente se antecipavam aos trabalhos em curso da Comissão da Verdade. Em 22 de setembro *O Globo* revelava com exclusividade o "verdadeiro nome" do "principal torturador" de Stuart Angel, preso político desaparecido na ditadura militar. De acordo com a matéria, "após o cruzamento de depoimentos de ex-presos com informações em bancos de dados nacionais e internacionais", o jornal havia chegado à verdadeira identidade de Abílio Correa de Souza, um dos principais torturadores do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa) e que, "por mais de quatro décadas" fora erroneamente identificado por "Abílio Alcântara", de codinome "Pascoal".[621]

Abílio de Souza teria sido, - de acordo com uma testemunha "nunca ouvida antes sobre o assunto", a ex-presa política Maria Cristina de Oliveira Ferreira - o "último agente" a falar com Stuart Angel, que já se encontrava agonizando em cela e "murmurava seguidamente: vou morrer, vou morrer". Além de revelar o nome de outros agentes envolvidos no caso, a matéria

[620] SINGER, Suzana. Fantasmas do passado. Ombudsman. *Folha de S. Paulo*, ano 93, nº 30.839, p. A8, 8 de setembro de 2013.
[621] OTAVIO, Chico; DAL PIVA, Juliana. Os algozes de Stuart Angel. *O Globo*, ano LXXXIX, nº 29.266, p. 10, 22 de setembro de 2013.

estampava um documento inédito do SNI com 167 páginas que incluía dados sobre o militante, como a data de sua morte, evidenciando que seu caso fora "amplamente documentado" pelos órgãos de repressão, diferentemente do que insistia em informar o Exército.[622]

No mês seguinte, o jornal publicou ainda extensa série de reportagens sobre a união que se deu, durante os anos 1970 e 80, entre agentes da repressão e bicheiros da cidade do Rio de Janeiro e região. Os "porões da contravenção" revelavam a aliança que "mudaria o perfil do crime organizado" no país, quando estes agentes passaram a levar às ruas, sob o respaldo da ditadura, a "brutalidade" e a "disciplina da guerra suja", praticamente institucionalizando o controle de uma "máfia da jogatina". O trabalho do jornal, feito a partir de pesquisas em arquivos públicos e da biblioteca do Exército e por "depoimentos de agentes, policiais, vítimas da repressão e especialistas", detalhava como ex-torturadores da Casa da Morte e do Destacamento de Operações de Informação (DOI) carioca passaram até mesmo a assumir o controle político de áreas dominadas pelo jogo.[623]

Explorando esta frutífera ligação entre militares, policiais e bicheiros, as matérias seguintes nos mostravam como, por exemplo, o capitão Aílton Guimarães Jorge, - condecorado com a Medalha do Pacificador com Palma, por ter matado um militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) em 1969, - se tornou importante bicheiro em Niterói, assumindo a "cúpula da contravenção", ao ser apadrinhado por um dos chefes da região, o bicheiro Tio Patinhas.[624] Ou o caso do comissário de polícia Luiz Cláudio Azeredo, - reconhecido torturador da Casa da Morte e à época delegado de Petrópolis -, que acobertava os conluios de bicheiros como Aniz Abrãão David, o Anísio da Beija Flor, ajudando-o a construir, à base de "negócios ilícitos", uma reputação política até hoje visível no município de Nilópolis.[625] Conhecemos também a história de Castor de Andrade, "intocável" bicheiro de Bangu –presidente de honra do Bangu Atlético Clube e da escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel – que se tornou "parceiro e protegido" da ditadura, quando sua empresa, a Metalúrgica Castor chegou a ser fornecedora do Exército em produtos de aço e metal, como armários, fogões e camas.[626]

A evidência destes novos relatos, além de potencializados por uma conjuntura pós *mea culpa* da empresa, devem ser considerados a partir de um outro (não mero) detalhe, que foi a

---

[622] Idem.
[623] OTAVIO, Chico; JUPIARA, Aloy. Da repressão ao bicho. Especial. Nos porões da contravenção. *O Globo*, ano LXXXIX, nº 29.280, p.3, 6 de outubro de 2013.
[624] OTAVIO, Chico; JUPIARA, Aloy. Amizade com Tio Patinhas abriu as portas do bicho. *O Globo*, ano LXXXIX, nº 29.280, p.6, 6 de outubro de 2013.
[625] OTAVIO, Chico; JUPIARA, Aloy. Todos os homens de Anísio. Especial. Nos porões da contravenção. *O Globo*, ano LXXXIX, nº 29.281, p. 6, 7 de outubro de 2013.
[626] OTAVIO, Chico; JUPIARA, Aloy. Castor: de preso a aliado da ditadura. Especial. Nos porões da contravenção. *O Globo*, ano LXXXIX, nº 29.282, p. 8, 8 de outubro de 2013.

entrada de Pedro Dallari, o último comissário frente à CNV, em novembro de 2013. A partir de sua liderança houve uma deliberada estratégia de concentração dos trabalhos da Comissão nas cidades do Rio de Janeiro e Brasília, e não mais em São Paulo, como antes estava ocorrendo. De acordo com o próprio Dallari, em entrevista concedida a Sanglard (2017, p. 108-110) esta fora uma "estratégia de comunicação" que visava ampliar a cobertura de seus trabalhos, "otimizando e reorganizando" a sua relação com as mídias com o intuito de gerar mais "mobilização" perante a sociedade. Um trabalho gradativamente ampliado a partir da percepção de que a Comissão deveria ser vista como um "processo histórico", onde a divulgação de suas informações consequentemente as aprimorasse, visto que o próprio processo de comunicação acabaria por estimular o debate, a visibilidade e a repercussão das "verdades" postas a público.[627]

Embora o foco da Comissão àquele momento tenha se dado em uma aproximação mais direta com o jornalismo televisivo, - em especial o Jornal Nacional da Rede Globo, devido sua grande audiência e amplitude, - é evidente que houve a partir de então uma significativa ampliação da cobertura da imprensa como um todo. O ano de 2014 foi definitivamente o período em que a CNV passou a ter maior repercussão midiática, sendo que, dos relatos impressos catalogados por Sanglard (2017) a partir da clipagem da CNV, mais de 58% deles corresponderam a materiais produzidos no ano final da execução de seus trabalhos. Repercussão potencializada, vale ressaltar, por um dos seus principais "picos" de cobertura, que se deu com a grande efeméride dos 50 anos do golpe, "comemorado" entre março e abril de 2014.

A partir destas constatações, nos resta pensar se foi a maior preocupação da Comissão em aprimorar suas potencialidades midiáticas que atraíram e impulsionaram os trabalhos da imprensa ou, seguindo as hipóteses que aqui estamos explorando, se o jornalismo como um agente incisivo neste percurso, também inserido na luta pela legitimação de suas verdades, não necessariamente se limitou a apenas cobrir ou dar mais visibilidade aos trabalhos da Comissão, mas procurou assumir certo protagonismo, na tentativa de legitimar sua autoridade e suas

[627] Aqui vale reproduzirmos o trecho de uma entrevista de Dallari, onde ele discursa sobre como deve ser vista a questão da "verdade" no trabalho de uma Comissão. Uma ideia muito próxima daquela concepção que, acreditamos, o jornalismo vem buscando realizar em seu trabalho de revelação dos acontecimentos. Uma verdade *que se pretende* e que por isso não se limita à simples dimensão factual de seus relatos: "A ideia de ir atrás da verdade é algo que envolve aspectos práticos, descobrir onde pessoas foram mortas, assassinadas, onde estão os corpos, mas envolve também uma dimensão filosófica. O que é a verdade? A gente pode descobrir um fato, mas a verdade, em geral, envolve muito mais do que um fato. Envolve o fato e as circunstâncias, as opiniões, as posições. Portanto, a todo momento, a Comissão da Verdade lida com essa dupla dimensão. A descoberta dos fatos, a apuração dos fatos, mas, por outro lado, lida com a percepção da sociedade sobre as descobertas (entrevista de Pedro Dallari ao "Café Filosófico" em 7 de novembro de 2014, apud: Sanglard, 2017, p. 53)

próprias histórias frente aos acontecimentos que relatava e re(a)presentava a público. Como um embate que está constantemente a se retroalimentar, a busca pelas "verdades" da ditadura tem permeado, conforme estamos podendo perceber, esta relação complementar e muitas vezes conflituosa.

6.3. 50 anos do golpe e as verdades da ditadura: uma memória que se quer história

O ano de 2014 será marcado por uma espécie de "comemorativite" (Candau, 2012) sobre o golpe e a ditadura militar no Brasil, desencadeada sobretudo com a ampliação das narrativas jornalísticas. Praticamente todos os grandes órgãos de imprensa do país editaram cadernos especiais sobre o tema, não se limitando apenas à efeméride dos 50 anos do golpe, mas revelando também novas facetas sobre o acontecimento, dilatando-o sob as mais diversas conjunturas. Estas discussões foram potencializadas por inúmeros debates em universidades, manifestações públicas, programas de televisão, documentários e lançamentos de livros que recolocaram à cena pública um tema já bastante em evidência desde a criação da Comissão Nacional da Verdade.

Mas mais do que pensar o jornalismo como um lugar de memória, queremos aqui continuar nossa problematização sobre como seus relatos pretendem se inserir como um reconhecido lugar "na" história" dos acontecimentos que relatam. (Barbosa, 2016) Não estamos necessariamente nos atendo a um estudo sobre a cobertura da imprensa às pautas da ditadura e/ou da Comissão da Verdade, mas em como o jornalismo, ao construir e constantemente re(a)presentar estes acontecimentos, nos revela novas possibilidades para enxergá-los a partir de verdades que se pretendem legítimas e autorizadas a se portar como tal.

Já desde o início do ano os nossos jornais se posicionaram incisivamente frente à construção do acontecimento, dando continuidade a narrativas que se potencializavam ainda mais com a proximidade da efeméride. No dia 7 de janeiro, tanto a *Folha* quanto *O Globo* noticiaram como o então presidente norte-americano John Kennedy, havia de fato discutido a possibilidade de uma intervenção militar no Brasil, semanas antes de sua morte, em 1963. A revelação, feita a partir de áudio obtido pelo jornalista Elio Gaspari, colunista de ambos os jornais – as matérias faziam questão de enfatizar – mudava inclusive o "entendimento da participação americana" no golpe de 1964, acreditava a *Folha*. [628]

[628] (Kennedy cogitou ação armada para depor João Goulart. *Folha de S. Paulo*, ano 93, nº 30.960, p. A6, 7 de janeiro de 2014; Kennedy cogitou intervenção militar no Brasil. *O Globo*, ano LXXXIX, nº 29.373 p. 6, 7 de janeiro de 2014.) A informação revelada pelos jornais, bem como uma série de outras documentações, faziam parte

Apesar desta revelação inicial, o jornalismo da *Folha*, diferente do que fizera nos anos anteriores, se posicionou de forma um pouco mais tímida do que o jornal carioca. Nos primeiros meses de 2014, se limitou a publicar esparsos artigos de opinião advindos de seus colunistas, além de rememorar datas como os 30 anos da campanha das diretas[629] e noticiar o surgimento de novas edições da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, agora representada pelo jornal como um movimento aparentemente retrógado que, misturando "antigos temores", pedia uma nova intervenção militar no país.[630]

No caso de *O Globo*, possivelmente impulsionado pelas políticas de seu recém lançado projeto de memória e nas tentativas de aproximação com a CNV, é possível perceber um posicionamento mais incisivo por parte de seu jornalismo. Em 2 de fevereiro, por exemplo, o jornal revelou a seus leitores um documento produzido pela Exército que listava diversos colaboradores da ditadura, abrigados pelo regime em cargos de confiança do serviço público federal em virtude de seu "engajamento pessoal ou funcional com o ideário da Revolução de 1964." O documento era, de acordo com especialistas ouvidos pelo jornal, um "registro raro, por não ser comum a exposição de colaboradores do regime em documentos oficiais." [631] Dias após a publicação da matéria, *O Globo* relatava que alguns dos agentes listados pelo documento seriam inclusive convocados para depor perante à CNV, atestando assim o reconhecimento e o ineditismo de suas revelações.[632]

Uma semana depois, em 9 de fevereiro, o jornal publicava uma matéria especial sobre os 40 anos da ponte Presidente Costa e Silva, conhecida como a ponte "Rio-Niterói" e que, de acordo com o texto, chegava ao presente como o "símbolo de uma História que o país começa a reescrever."[633] Idealizada como uma espécie de referência para o progresso do "Brasil grande", a "ponte da ditadura" procurou personificar o "milagre econômico" do regime, mas acabou se tornando apenas um vestígio do período da repressão que a novo conjuntura buscava agora ressignificar. O jornal estava se referindo a uma ação do Ministério Público Federal que pretendia rebatizar a ponte, retirando o nome do ditador Costa e Silva, um dos autores do AI-5, em um "movimento de cidadania" que retratava o atual momento do país, perpassado por uma

---

de uma campanha de relançamento dos livros de Gaspari, que seriam reeditados junto com um novo exemplar da série, intitulado "A ditadura acabada". O material fora divulgado em um site especial pela editora Intrínseca e podem ser acessados em: http://arquivosdaditadura.com.br/

[629] A Sé das diretas. *Folha de S. Paulo*, ano 93, nº 30.978, p. A16, 25 de janeiro de 2014.

[630] Grupo organiza nova edição de passeata anticomunista de 64. *Folha de S. Paulo*, ano 94, nº 31.028 p. A11, 16 de março de 2014.

[631] HERDY, Thiago. Ditadura atou para proteger agentes. *O Globo*, ano LXXXIX, nº 29.399, p.8, 2 de fevereiro de 2014.

[632] Comissão da Verdade convocará agentes da ditadura. *O Globo*, ano LXXXIX, nº 29.402, p.7, 5 de fevereiro de 2014.

[633] Um novo nome para esquecer a ditadura. *O Globo*, ano LXXXIX, nº 29.406, capa, 9 de fevereiro de 2014.

Comissão da Verdade instalada para "investigar os crimes da ditadura."[634]

Ao rememorar símbolos de um passado a ser superado, o jornal não apenas re(a)presentava o acontecimento, mas procurava também auxiliar neste processo de reescrita da história. Comprometendo-se em evidenciar novas facetas sobre as verdades da ditadura, *O Globo* atestava com isso o seu próprio reconhecimento, já que se mostrava comprometido em dar visibilidade e reconfigurar suas narrativas a partir de conjunturas de um presente particular. É partindo deste cenário que o jornal, ainda no mês de fevereiro, vai "voltar" ao caso Riocentro para revelar a seu público "novas provas" obtidas pelo Ministério Público Federal na tentativa de denunciar seis militares reformados, supostos autores do atentado, e reabrir um novo inquérito sobre o caso.[635]

O trabalho do MPF seria a até então "mais completa investigação" sobre o caso que "mudou a História recente do país", produzindo 38 volumes de documentos e um total de 36 horas de gravações de depoimentos. Ao revelar quatro nomes até então inéditos e que nunca haviam aparecido como suspeitos, os depoimentos "reescreviam a história" do atentado, evidenciando definitivamente que o caso fora de fato tramado e posteriormente acobertado pelos militares. Essa versão, aproveitava o jornal para relembrar, reforçava e ampliava a tese do Inquérito reaberto em 1999, "depois que uma série de reportagens do Globo derrubou a conclusão da primeira investigação."[636]

Ainda que não tivessem sido as revelações do jornal as responsáveis diretas pela elucidação do caso àquele momento, *O Globo* se apropriava delas para atestar seu próprio reconhecimento, ao mesmo tempo em que ampliava as narrativas sobre possíveis verdades a ser investigadas pela Comissão. Um posicionamento similar a este pode ser percebido quando o jornal dá destaque às novas revelações obtidas pela CNV sobre o desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva. Em 27 de fevereiro o jornal revelava informações sobre o depoimento de um coronel da reserva dado à Comissão, afirmando ter visto, no Destacamento de Operações de Informações (DOI) do 1º Exército do Rio de Janeiro, o tenente Antônio Fernandes Hughes de Carvalho "pulando sobre o corpo de um preso" de características físicas muito parecidas às

[634] OTAVIO, Chico; GÓES, Bruno. A ponte da ditadura. *O Globo*, p. 3. Idem.
[635] De volta ao caso Riocentro. Nova tentativa de punir os culpados. *O Globo*, ano LXXXIX, nº 29.413, capa, 16 de fevereiro de 2014.
[636] (OTAVIO, Chico; CASTRO, Juliana. Riocentro: com novas provas, MP denuncia seis. *O Globo*, p. 10, Idem.) O jornal reproduzia ainda, na página seguinte, um box com as "revelações" obtidas por suas reportagens do passado. De acordo com o texto, as informações obtidas pelo *Globo* atestavam o seu reconhecimento, já que foram "decisivas em todo o andamento das novas investigações", ajudando assim a elucidar o caso. (Memória. Revelações do Globo. *O Globo*, p. 11, Idem.)

do ex-deputado.[637]

Com base nestes relatos e em outras informações já obtidas que se relacionavam ao caso, a CNV chegou a apontar o tenente como o responsável pela tortura e morte de Rubens Paiva. Além de Hughes de Carvalho, já falecido, a Comissão acusou também o general reformado José Antônio Nogueira Belham, militar que comandava o DOI à ocasião. A partir disso, a CNV já teria conseguido "demonstrar como se deu a detenção de Paiva, como foi barbaramente torturado e que ele morreu no DOI. Só resta saber onde está o corpo", afirmava ao jornal o comissário Pedro Dallari.[638]

Duas semanas após a publicação destas matérias era *O Globo* quem revelava com exclusividade o possível paradeiro de Rubens Paiva, ao divulgar o depoimento de um coronel reformado de 76 anos que "concordou em falar" ao jornal "sob o compromisso do anonimato". Seu relato "afastava as dúvidas que restavam acerca do destino" do ex-deputado, que teve seu corpo enterrado pelos militares no Alto da Boa Vista em 1971 e posteriormente, temendo sua possível localização, na praia do Recreio dos Bandeirantes, no Rio de Janeiro. Em 1973, dois anos depois, o coronel, sempre chamado para "consertar cagadas" de outros órgãos da repressão, afirmou ter sido o responsável por localizar o corpo de Paiva, abrindo buracos na praia, junto com uma equipe de 15 homens "disfarçados de turistas" e dar um fim definitivo aos seus restos mortais: "De lá, ele (o corpo) seguiu de caminhão até o Iate Clube do Rio, foi embarcado numa lancha e lançado ao mar. Estudamos o movimento das correntes marinhas e sabíamos o momento certo em que ela ia para o oceano." [639]

Estava "desmontada a farsa" de um dos "maiores mistérios da ditadura militar" e o jornal ainda reproduzia, em uma rápida entrevista com o coronel, que este não demostrava nenhum arrependimento: "Nada fiz além de cumprir o meu dever [...] se precisasse, faria tudo novamente".[640] Todos estas reportagens publicadas pelo *Globo* já eram identificadas com uma chamada referente aos "50 anos do golpe", a ser "comemorado" no final do mês de março de 2014, sinalizando com isso que o jornal já se articulava àquele momento para se posicionar frente à efeméride.

No dia seguinte era a *Folha* quem dava voz ao general José Antônio Belham, ao traçar um perfil do acusado e revelar, após breve comentário sobre a própria matéria de *O Globo*, que

---

[637] OTAVIO, Chico. Militar dá nome de oficial que teria torturado Paiva. *O Globo*, ano LXXXIX, nº 29.424, p. 9, 27 de fevereiro de 2014.
[638] OTAVIO, Chico. Comissão diz quem matou Rubens Paiva. *O Globo*, ano LXXXIX, nº 29.425, p. 10, 28 de fevereiro de 2014.
[639] OTAVIO, Chico. O corpo que "saiu" para o oceano. *O Globo*, ano LXXXIX, nº 29.441, p.3, 16 de março de 2014.
[640] "Nada fiz além de cumprir o meu dever." *O Globo*, p.4, Idem.

o militar estava disposto inclusive a "processar seus acusadores": "Não tenho nada a ver com isso [...] passaram-se 43 anos, faz muito tempo. Muita gente [envolvida] já morreu", afirmava ao jornal, por telefone.[641] Já no dia 21 daquele mês de março o destaque foi dado ao coronel reformado Paulo Malhães, reconhecido torturador da Casa da Morte e àquele momento já identificado como o responsável por ter dado a "solução final" aos restos mortais de Rubens Paiva. De acordo com a *Folha*, o coronel seria agora convocado a depor frente à Comissão, para que com isso se tivesse definitivamente um "desfecho" final desta história. [642]

Fato é que a cobertura da *Folha* foi àquele momento muito mais retraída que a do jornal carioca. Só é possível perceber um posicionamento mais incisivo por parte do jornal em decorrência da efeméride, em fins de março, quando é lançado um caderno especial juntamente com uma página na internet dedicada ao tema. Publicado em 23 de março de 2014, o material tinha a pretensão de contar "tudo sobre a ditadura militar", denotando que a *Folha* parecia se comportar de uma forma mais bem resolvida em relação ao acontecimento, com autoridade suficiente para conduzir este olhar definitivo sobre a história.

Na página que abre a edição, em um texto que comenta sobre as vicissitudes da democracia brasileira, o jornal destacava: "50 anos depois do golpe de 1964, a ditadura ainda incomoda o país." [643] Estava se referindo a *Folha* às "memórias" daquele tempo, que ainda eram temas de debate, controvérsias e tabus políticos. Este "incômodo", no entanto, parecia impulsionar seu jornalismo a olhar para frente, se utilizando da efeméride para potencializar discussões já consolidadas. O jornal não procura neste momento articular revelações contundentes ou explorar novas facetas sobre o acontecimento, como se, atuando no campo da história, tivesse a pretensão de apenas relatar aquilo que se passou, ancorando no presente da enunciação um passado que se projeta ao futuro, realizado.

O caderno é percorrido por uma linha do tempo que cobre "a ditadura ano a ano", do golpe à abertura. A linha, com uma ideia de progresso que parte de um começo a um fim inevitável, pretende contar uma história "total" aos seus leitores, garantindo sua inteligibilidade pela revelação de fatos já consumados. Assim, sua narrativa mostrava um país que em 1964 estava "partido ao meio" quando sofrera um golpe que poderia ter vindo tanto da esquerda quanto da direita, pois contaminado pelo contexto da Guerra Fria e o "desprezo às regras do

[641] FERRAZ, Lucas. O general na mira. *Folha de S. Paulo*, ano 94, nº 31.029, p. A6, 17 de março de 2014.
[642] Coronel que ocultou ossos de Paiva vai depor. *Folha de S. Paulo*, ano 94, nº 31.033, p. A10, 21 de março de 2014.
[643] (Tudo sobre a ditadura militar. *Folha de S. Paulo*, ano 94, nº 31.035, capa, 23 de março de 2014.) O site especial sobre a efeméride pode ser acessado em: folha.com/golpe64

jogo democrático".[644] Chegando ao poder "sem saber direito o que fazer", os militares acabaram por legitimar uma ditadura notoriamente constituída por sua "escalada da repressão", advinda tanto de pressões da direita militar, quanto pelo pretenso combate à luta armada de esquerda.[645]

Mas apesar da repressão e do endurecimento político, a ditadura teria reorganizado e expandido consideravelmente a economia brasileira com a euforia de seus anos de "milagre", situação que fora gradativamente se invertendo com o fim do regime, a partir dos visíveis índices de inflação e a ampliação da dívida externa.[646] Fruto de um processo lento, gradual e seguro, a ditadura fora assim sendo aos poucos conduzida ao seu fim, quando os avanços da oposição "empurraram os militares para a porta de saída." [647]

Costurando uma narrativa cronológica e linear, a história construída pela *Folha* passava a se assumir como uma espécie de grande síntese noticiosa. Já no site especial produzido à ocasião, o jornal procurou ampliar suas vozes, se baseando em depoimentos de historiadores, analistas e testemunhas, além de vídeos de época, fotografias e gráficos interativos, na tentativa de angariar maior legitimidade às "verdades" que relatava.[648]Amparada por estes testemunhos, a narrativa do jornal vai buscando a "totalidade" de uma história que, paradoxalmente, foge de suas possibilidades interpretativas, já que cada um dos relatos evidenciava a sua visão particular, versões conflitantes e até mesmo contraditórias de uma mesma história.

Se utilizando do discurso de outrem, o jornalismo toma para si a posição de autoridade daquele que fala. Constrói-se assim uma narrativa que pretende tudo explicar ao mesmo tempo em que se escora pela suposta objetividade do seu discurso. Conforme acredita Casadei (2010), ao se legitimar como um mero coletor de evidências, o jornalismo se utiliza do testemunho da história para evocar lugares de sentido particulares e afirmar seu próprio estatuto referencial, dando o sentido de que o acontecimento se conta praticamente sozinho.

Desta forma, quando a *Folha* procura ouvir desde historiadores e sociólogos, até ex-

---

[644] BALTAZAR, Ricardo; FERRAZ, Lucas. Um país partido ao meio. Tudo sobre a ditadura militar. *Folha de S. Paulo*, p. 2-3. Idem.
[645] BALTAZAR, Ricardo; FERRAZ, Lucas A formação da ditadura. Tudo sobre a ditadura militar. *Folha de S. Paulo*, p. 4. Idem.
[646] FRAGA, Érica. Da euforia à bancarrota. Tudo sobre a ditadura militar. *Folha de S. Paulo*, p. 5. Idem.
[647] MENDONÇA, Ricardo. Mais de uma década de abertura. Tudo sobre a ditadura militar. *Folha de S. Paulo*, p. 6. Idem.
[648] Os especialistas e testemunhos que se debruçam ao longo da efeméride para auxiliar o jornal na legitimidade de suas narrativas foram os seguintes: Almino Affonso – Ministro do Trabalho no governo Jango; Carlos Heitor Cony – Jornalista e escritor; Célio Borja – político, ex-presidente da Câmara dos Deputados; Clóvis Rossi – jornalista; Daniel Aarão Reis - historiador e ex-guerrilheiro; Delfim Neto – ex-Ministro da Fazenda e do Planejamento nos governos militares; Fernando Henrique Cardoso - ex-presidente da República; Francisco de Oliveira - sociólogo ; Ivan Seixa - ex-preso político; Lício Maciel – Tenente coronel da reserva; Marcelo Ridenti – sociólogo; Plínio de Arruda Sampaio – político, ex-deputado federal.

ministros, políticos e militares que atuaram ativamente durante a ditadura ela quer, além de ampliar suas vozes de fala, deixar que cada um atente às suas observações particulares. O jornal, como um oráculo legitimador destas lembranças, apenas as seleciona e deixa que elas "contem tudo" sobre o acontecimento, conduzindo um mosaico de versões que ricocheteiam na arena de memórias suscitada pela efeméride e produzindo assim a (sua) história sobre aqueles idos. [649]

Não à toa, no dia seguinte ao lançamento deste material, o jornal publicou uma espécie de "meta notícia" para elogiar sua própria atuação frente à cobertura do acontecimento. Segundo a matéria, vários especialistas ouvidos pela *Folha* "destacaram o equilíbrio dos textos" utilizados e seus recursos didáticos. A historiadora Heloísa Starling classificava como "extraordinária" a reprodução de material do período, como os filmes de propaganda do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes). Já o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, por sua vez, afirmava que os textos "pareceram baseados em adequada pesquisa, resultando em uma narrativa bem informada."[650]

Apesar de o especial da *Folha* ter focado seu debate em uma discussão mais didática sobre o acontecimento, mais do que em buscar novas revelações e facetas sobre o caso, as páginas do jornal estiveram ao longo de praticamente toda a semana repletas de artigos de opinião, entrevistas, pequenas matérias e discussões sobre o tema que potencializaram suas narrativas, fazendo com que a ditadura aparecesse com significativa amplitude, extrapolando a cobertura da Comissão àquele momento. O que prevaleceu no entanto foi uma cobertura repleta de "fissuras" da memória hegemônica sobre o período, já que o jornal a todo momento procurava evidenciar os "dois lados" de uma história que a própria CNV optara por negligenciar.

Deste modo, o jornal dá destaque tanto a uma entrevista com Fernando Henrique Cardoso, para discutir as particularidades e resquícios da ditadura militar no Brasil, resultado da "falta de eficácia" da atual democracia brasileira[651], quanto dá voz a Célio Borja, presidente

---

[649] Para uma leitura mais detalhada sobre o jornalismo da *Folha* e a efeméride dos 50 anos do golpe em suas páginas, consultar Dias (2014b).

[650] (Estudiosos elogiam reportagem sobre os 50 anos do golpe. *Folha de S. Paulo*, ano 94, nº 31.036, p. A7, 24 de março de 2014) Além dos especialistas, os leitores da *Folha* também atestavam o reconhecimento de sua cobertura, tendo suas mensagens reproduzidas com destaque no dia seguinte: "Espetacular. É o mínimo que posso dizer sobre o especial multimídia "Tudo sobre/A ditadura militar". Texto fluído, incrementado com vídeos de depoimentos, gráficos e fotos. É uma nova forma de fazer jornalismo: mais atraente, completo, fácil de ler e instrutivo (Radoico Câmara Guimarães. São Paulo, SP); Parabéns pela edição do conteúdo digital sobre os 50 anos do golpe. É um trabalho de altíssima qualidade. Sou professora de história do Brasil e o material será de grande utilidade para os alunos. (Teresa Cristina de Novaes Marques, Brasília, DF) (Painel do leitor. *Folha de S. Paulo*, ano 94, nº 31.037, p. A3, 25 de março de 2014)

[651] Entrevista da 2º. Fernando Henrique Cardoso. Ainda falta eficácia à democracia brasileira. *Folha de S. Paulo*, ano 94, nº 31.036, p. A18, 24 de março de 2014

da Câmara no governo Geisel, que afirma com veemência que o regime de 1964 "não foi uma ditadura", mas apenas um governo com "plenos poderes"[652]. O jornal dá voz ainda, por exemplo, ao ex-guerrilheiro Cid Benjamin, para afirmar que a luta armada contra a ditadura fora de fato uma "resistência legítima"[653], ao mesmo tempo em que escutava o general Leônidas Pires e seus ressentimentos sobre como a esquerda vencera a história "no tapetão", se apropriando de mentiras para reconstruir o passado.[654]

Incitando o debate sobre as mais diversas interpretações do acontecimento o jornal parecia querer esgotar suas possibilidades, direcionando-o às particularidades de um presente a ser futuro, já que tinha como pretensão contar "tudo" sobre ele. Aproveitava com isso para revelar uma pesquisa feito por seu instituto Datafolha, evidenciando que, "nos 50 anos do golpe", 62% dos brasileiros acreditavam ser a democracia "sempre melhor que qualquer outra forma de governo", uma convicção recorde jamais alcançada desde que a pesquisa começou a ser realizada, em 1989. Apesar de um grande número de entrevistados concordar que esta democracia enfrentava grandes problemas, apenas 14% deles admitiam que "em certas circunstâncias" uma ditadura poderia ser a melhor solução para o país.[655]

As conjunturas do momento pareciam inclusive influenciar o próprio posicionamento do jornal, que pela primeira vez em sua história publicou em editorial um *mea culpa* sobre seu apoio dado não apenas ao golpe de 1964, mas à ditadura como um todo. De acordo com o a *Folha*, "aos olhos de hoje, apoiar a ditadura militar foi um erro", sendo que o jornal deveria ter "rechaçado toda violência, de ambos os lados, mantendo-se um defensor intransigente da democracia e das liberdades individuais."[656] Ainda que a ditadura tenha sido alvo de "merecido e generalizado repúdio", o jornal ponderava que aquela fora uma era polarizada "de feroz confronto" entre duas visões de sociedade e que portanto as "responsabilidades pela espiral de violência", por mais que não similares, deveriam ser distribuídas por estes dois extremos. Com isso, aproveitava para justificar que se tornava:

> fácil, até pusilânime [...] condenar agora os responsáveis pelas opções daqueles tempos, exercidas em condições tão mais adversas e angustiosas que as atuais. Agiram como pareceram melhor ou inevitável naquelas circunstâncias. Visto em perspectiva, o período foi um longo e doloroso aprendizado para todos os que atuaram no espaço público, até atingirem a

[652] Entrevista Célio Borja. Regime de 1964 não foi uma ditadura. *Folha de S. Paulo*, ano 94, nº 31.037, p. A7, 25 de março de 2014)
[653] Entrevista Cid Benjamin. Luta armada foi resistência legítima à ditadura militar. *Folha de S. Paulo*, ano 94, nº 31.039, p. A9, 27 de março de 2014.
[654] Entrevista Leônidas Pires Gonçalves. Os militares nunca foram intrusos na história brasileira. *Folha de S. Paulo*, ano 94, nº 31.040, p. A11, 28 de março de 2014.
[655] Convicção na democracia é recorde, mostra pesquisa. *Folha de S. Paulo*, ano 94, nº 31.042, p. A4, 30 de março de 2014.
[656] 1964. *Folha de S. Paulo*, p. A2, Idem.

> atual maturidade no respeito comum às regras e na renúncia à violência como forma de lutar por ideais. Que continue sendo assim [657]

Sem a intenção de sermos aqui "pusilânimes" e/ou "condenar' o posicionamento do jornal, devemos apenas lembrar que seu percurso em relação à ditadura nem sempre fora "longo e doloroso", como a empresa fazia questão de frisar agora, passados cinquenta anos dos acontecimentos. Se a *Folha* agira da forma que lhe pareceu melhor ao momento, o fizera ciente das capacidades de seu jornalismo e dialogando com circunstâncias históricas contornáveis. É preciso portanto que saibamos colocar sob os devidos termos este editorial, - assim como fizemos com o *mea culpa* do *Globo* – já que temos nos preocupado em relacionar as "verdades" do jornalismo enquanto instituição àquelas verdades que se constituem "no" jornalismo e seus acontecimentos.

Se neste momento particular o protagonismo da *Folha* frente ao acontecimento vêm se articulando de maneira mais sutil, é porque o jornal, ao que parece, o encara como algo a ser superado, já ao nível da história. Por ter auxiliado a dilatá-lo e re(a)presentá-lo de forma mais incisiva no passado, ressignificando estas "verdades" frente à (sua) história, o jornal parece agora se limitar às memórias do acontecimento, construindo relatos e discussões mais pontuais sobre o período, ainda que com o intuito de legitimar seu reconhecimento e autoridade.

Voltemos agora mais uma vez ao *Globo* para percebermos de forma mais significativa como os jornais se diferenciaram nesta conjuntura da efeméride. No dia seguinte após o jornal revelar o definitivo paradeiro de Rubens Paiva, uma entrevista com a filha do deputado, Vera Paiva, destacava que ela havia recebido com "surpresa e alívio" as revelações sobre o destino de seus restos mortais, vangloriando um trabalho que deveria "servir de modelo" para que as autoridades esclarecessem outros casos de desaparecidos e com isso "aliviassem a alma" de seus familiares.[658]

Na semana seguinte eram as vítimas da Casa da Morte que tinham seu paradeiro revelado, agora com novo depoimento do coronel Paulo Malhães dado à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. Revelados com exclusividade pelo jornal, os relatos do coronel mostravam como corpos foram mutilados, embalados em sacos impermeáveis e jogados em um rio na cidade de Petrópolis, evidenciando o "nível de perversidade" que chegaram os agentes

---

[657] Idem.

[658] (Filha diz que destino esclarecido de Rubens Paiva serve de exemplo. *O Globo*, ano LXXXIX, nº 29.442, p.3, 17 de março de 2014) Nesta mesma página *O Globo* dá destaque a uma outra reportagem que revelava investigação exclusiva feita pelo próprio jornal onde, após cruzar uma série de registros, depoimentos e documentos militares, identificava, "quatro décadas depois", a identidade de cinco agentes que atuaram nas práticas de tortura e repressão frente à já conhecida Casa da Morte. (OTAVIO, Chico; REMÍGIO, Marcelo. Quem agiu na casa da tortura. *O Globo*. Idem.)

da repressão em suas práticas de tortura.[659]

Aproveitava *O Globo* ainda para atestar mais uma vez seu reconhecimento, já que fora ele o responsável por apresentar a público o testemunho e a futura identidade de Malhães. Seu depoimento, - afirmava Adriano Rodrigo, presidente da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, de São Paulo, - dava uma real dimensão de até aonde chegou nossa ditadura: "Ele oficializa o que se tem investigado desse período. E começa a ficar claro para a população o que eles eram capazes de fazer." Agora, concluía o jornal, faltava ao coronel "repetir o que disse" à Comissão Nacional da Verdade, uma vez que a própria CNV já havia comunicado que iria convocá-lo para prestar depoimento.[660]

Quando por fim Malhães é ouvido pela Comissão, o jornal dá amplo destaque à sua fala, revelando a "primeira aparição em público" do coronel como a verdadeira "face do mal" da ditadura.[661] No entanto, já que o coronel apenas confirmava e assumia à CNV que havia de fato praticado aquelas atrocidades, parece que o jornal procurava se apropriar menos das informações em si contidas no relato, já reveladas pelo jornal "há duas semanas", mas confirmar a importância delas frente ao seu protagonismo, que auxiliou para a elucidação de possíveis esclarecimento que agora vinham à tona, ampliando assim as "verdades" sobre o acontecimento. [662]

É sob este teor que o *Globo* irá publicar seu caderno especial sobre os 50 anos do golpe, em 30 de março de 2014. Diferentemente da *Folha*, que pretendia contar "tudo" sobre a ditadura, o jornal carioca produziu uma cobertura mais sucinta, mas concentrada em continuar revelando novas facetas sobre o acontecimento. Na página que abria o caderno, um breve texto já destacava como a narrativa nos seria apresentada. Considerado como o "marco zero de um período que mudaria a história do país", o "golpe militar de 1964" havia instaurado uma ditadura que começou "festejada nas ruas", "inventou o Brasil grande", mas logo "criou raízes no porões da tortura": "Não há como entender a nação hoje sem passar por ele. Cinquenta anos depois, o golpe de 64 não é apenas um retrato na parede."[663]

"Passar" pelo acontecimento significava continuar a observá-lo como algo ainda vivo, que demandava novos questionamentos e interpretações. O golpe e a ditadura não eram mero

---

[659] OTAVIO, Chico; FARAH, Tatiana. Casa da morte. Perversidade vem à tona. *O Globo*, ano LXXXIX, nº 29.447, p.5, 22 de março de 2014.
[660] *O Globo*. Idem.
[661] A face do mal. *O Globo*, ano LXXXIX, nº 29.451, capa, 26 de março de 2014.
[662] (OTAVIO, Chico. Coronel admite participação em tortura e morte nos porões. *O globo*, p. 10. Idem) Não à toa que a matéria é complementada por um "box" explicativo intitulado "memória", onde o jornal fazia um retrospecto das suas revelações sobre o caso, reproduzindo inclusive uma página inteira de umas de suas edições passadas, onde por fim *O Globo* narrava o "fim do segredo" sobre a Casa da Morte.
[663] Especial. 50 anos do golpe. capa. *O Globo*, ano LXXXIX nº 29.455, 30 de março de 2014.

"retrato", mas algo em movimento, com potencialidade para ser constantemente dilatado e re(a)presentado sob novas conjunturas. Ciente disso o jornal revelava com destaque, logo na primeira matéria do caderno, documentos que estavam guardados há 15 anos pelo Superior Tribunal Militar e que nos evidenciavam como o próprio ex-presidente João Batista Figueiredo, informado pelo então chefe do SNI, general Otávio Medeiros, sabia sobre os planos do atentado ao Riocentro um mês antes de ele ter ocorrido, encobrindo a ação após todo o incidente.

> Eles sabiam [e] nada fizeram. [...] A revelação sobre o conhecimento antecipado desse ato terrorista e sua difusão pela hierarquia do governo militar está confirmada, documentada e assinada pelo chefe do SNI Otávio Medeiros [...] O registro do que aconteceu naquela manhã no QG do Exército foi subscrito por todos e está guardado há 15 anos nos arquivos do Superior Tribunal Militar. Ele é essencial para a compreensão da anarquia nos quartéis, durante a ditadura, que levou as Forças Armadas brasileiras ao maior desastre de sua história. Expõe os generais do último governo militar [...] acobertando integrantes do DOI, do SNI e do Centro de Informações do Exército (CIE) em atos de terrorismo, com ameaça à vida de milhares de civis. E concederam aos envolvidos a maior recompensa funcional possível na burocracia da violência: a impunidade.[664]

O caso do Riocentro, um dos acontecimentos mais explorados pelos jornal ao longe de suas "histórias da verdade", parece aqui ser apropriado novamente como um importante instrumento para a sua busca de reconhecimento e legitimidade frente às narrativas daquele passado. Isso em um presente bem particular que, conforme estamos percebendo, vem potencializando as interpretações de relatos que se pretendem reconhecidos como mais "verdadeiros", oficializados por políticas de Estado e suas constantes rememorações.

De um total de dez páginas de reportagens que constituem o caderno especial publicado à ocasião, as quatro primeiras são dedicadas exclusivamente para destrinchar as novas facetas sobre o atentado, centrado na questão dos novos testemunhos e na impunidade de seus perpetradores. As outras matérias davam destaque, por exemplo, a narrativas memorialísticas que tratavam sobre a movimentação dos militares no prelúdio ao golpe, aos relatos de Maria Thereza Goulart, viúva de Jango e aos meandros dos trabalhos do Centro de Formação do Exército, responsável por treinar agentes da repressão na ditadura. [665]

No dia seguinte, o jornal comentava em um extenso editorial que não havia na história da República brasileira fato político de "maior sobrevida" do que o golpe de 64 e seus desdobramentos. Mas o certo era que, passado o ciclo autoritário, restava acreditar e confiar no mais "eficiente" dos regimes: a democracia representativa. Sua "pesada herança" advinda da

---

[664] CASADO, José. 50 anos do golpe. Riocentro. Terrorismo. Especial. 50 anos do golpe, p.2. *O Globo*. Idem.
[665] Especial. 50 anos do golpe. *O Globo*. Idem.

ditadura deveria ser combatida respeitando os limites da Anistia e por trabalhos como o das recentes reportagens de *O Globo*, que denunciavam "o ponto a que chegaram instituições seculares e honradas, como o Exército." Não se devia portanto "esquecer o que aconteceu", até mesmo em respeito à família dos atingidos pela violência de Estado: "A comissão e a atuação livre da imprensa iluminam os subterrâneos daqueles tempos sombrios", finalizava o jornal, claramente seguro do reconhecimento de suas capacidades.[666]

Estaria assim o jornal "reescrevendo a história" do acontecimento, uma vez que sua mais recente revelação "desmontava a ideia" de que o atentado ao Riocentro fora planejado sem o consentimento da cúpula do regime. Quem atestava isso era uma série de historiadores ouvidos pelo *Globo*, que confirmavam a importância das informações publicadas, legitimando o seu reconhecimento.[667] Ao revelar sucessivamente uma série de "verdades" sobre este controverso caso, o jornal parecia querer encerrar um ciclo, onde restava apenas que os envolvidos fossem de fato julgados pelos crimes que cometeram.

Interessante perceber aqui como a questão da impunidade, tema bastante caro às discussões do jornal, aparecia de maneira diferente pela primeira em suas páginas. A opinião de *O Globo*, sempre baseada na legitimidade da Lei de Anistia, crucial para a normalização do processo de redemocratização política do país, deveria se restringir, afirmava agora, apenas às ações anteriores a 1979, visto que "a lei não pode ser estendida a crimes cometidos após sua promulgação. Esses, sim, deveriam ter os responsáveis punidos."[668]

O editorial estava claramente se referindo a casos como o do Riocentro, como se o jornal, detentor das narrativas do acontecimento, quisesse levar o caso até às últimas consequências, colocando a história sob os seus devidos termos. É partindo desta premissa que *O* Globo vai dar amplo destaque à "decisão histórica" tomada pelo judiciário que, pela primeira vez em 33 anos, acatou a denúncia do Ministério Público para finalmente julgar os militares responsáveis pelo atentado, interpretado agora como um crime imprescritível contra a humanidade e portanto não coberto pela Anistia.[669]

Novamente o jornal se utiliza desta notícia para atestar seu reconhecimento e autoridade, reproduzindo junto à sua narrativa uma série de antigas matérias que ajudaram a colher novas provas e "reescrever" a história sobre acaso.[670] Dias após, quando reproduz a resposta do

---

[666] Para nunca mais se repetir. *O Globo*, ano LXXXIX, nº 29.456, p. 16, 31 de março de 2014.
[667] Reescrevendo a história. Operação Riocentro passou pelo alto comando, dizem historiadores. *O Globo*, ano LXXXIX, nº 29.457, capa - p. 4, 1º de abril de 2014.
[668] Anistia tem legitimidade política e histórica. *O Globo*, ano LXXXIX, nº 29.458, p. 16, 2 de abril de 2014.
[669] Decisão histórica. Caso Riocentro será julgado após 33 anos. *O Globo*, ano LXXXIX, nº 29.502, capa- p. 8, 16 de maio de 2014.
[670] *O Globo*, p. 8, Idem.

advogado de quatro réus do atentado, o jornal enfatiza que "nada justifica que crimes cometidos por agentes públicos naquela época, e que não prescreveram, continuem impunes." Isso, desde que se reafirme a clara delimitação estabelecida pela Anistia, possibilitando que crimes perpetrados após sua promulgação fossem passíveis de julgamento e punição.[671]

6.4. Virando a página para ser reconhecido: o jornalismo como uma "outra" Comissão da Verdade?

Passado o momento da efeméride e a consequente maior movimentação de pautas referentes ao golpe, à ditadura e aos trabalhos da Comissão, tanto a *Folha* quanto o *Globo* deram uma considerável silenciada em seu trabalhos investigativos, ainda que algumas matérias ganhassem visibilidade no meio deste percurso. No começo de junho de 2014 a *Folha* dava destaque a uma série de documentos obtidos pelo jornal no arquivo da Escola Superior de Guerra (ESG) evidenciando como empresários paulistas ligados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) se engajaram diretamente no apoio ao golpe, desde meados de 1962, dois anos antes de sua deflagração. [672]

Essa profícua aproximação entre empresários e militares estimulou uma série de negócios que acabou por beneficiar muitos empreendimentos ao longo da ditadura. A Federação chegou inclusive a criar um órgão de apoio aos militares, denominado de Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) para auxiliar em possíveis demandas financeiras e até mesmo ideológicas, de orientação política.[673] Os documentos, enfatizava ainda o jornal, davam margem a novas interpretações sobre o golpe de 1964. Dentre elas, destacava a *Folha*, com o respaldo do historiador Marcos Napolitano, era a de que os documentos "enfraquecem a tese de que o golpe foi reativo", articulado com a necessidade de se combater um possível golpe que viria à

[671] (Caso Riocentro: militares pedirão habeas corpus. *O Globo*, ano LXXXIX, nº 29.504, p. 11, 18 de maio de 2014.) É por isso que o jornal não vê com bons olhos quando a Justiça federal também decide acatar, dias depois, a denúncia do Ministério Público contra os militares acusados pelo morte de Rubens Paiva. (Caso Rubens Paiva vai a júri, apesar da Anistia. *O Globo*, ano LXXXIX, nº 29.513, capa, 27 de maio de 2014.) Para o jornal, pressões para a revisão da lei vinham ganhando força desde que novas revelações sobre estes casos vinham aparecendo. No entanto, mudá-la agora seria não apenas "uma aberração jurídica, como também um erro político. [...] a revisão se choca com a própria evolução da História. Não bastasse o movimento ir contra uma decisão do Supremo, acabar com a lei é convocar fantasmas de um passado já longínquo." (Nossa opinião. Convocar fantasmas. *O Globo*, ano LXXXIX, nº 29.537, p. 14, 20 de junho de 2016.)

[672] MENDONÇA, Ricardo. Papéis de militares expõem atuação da Fiesp em golpe de 64. *Folha de S. Paulo*, ano 94, nº 31.105, p. A12, 1º de junho de 2014.

[673] MENDONÇA, Ricardo. Aproximação da Fiesp com militares estimulou negócios. *Folha de S. Paulo*, ano 94, nº 31.106, p. A7, 2 de junho de 2014.

esquerda.[674]

O jornalismo de *O Globo*, por sua vez, destacava novas revelações sobre o paradeiro de Stuart Angel, vindas à tona quando a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro localizou o coronel reformado Lúcio Valle Barroso, que na ocasião admitiu o envolvimento do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa) no caso de seu desaparecimento.[675] De acordo com a matéria, os novos depoimentos reforçavam as teses já publicadas pelo jornal sobre o caso e indicavam ainda que o ex-militante poderia ter sido enterrado em uma cabeceira da pista do aeroporto Santos Dumont, na cidade do Rio.[676]

No mês seguinte era o caso de sua mãe, Zuzu Angel, que ganhava destaque nas páginas do jornal, quando, em decorrência de um depoimento do ex-delegado Cláudio Guerra, comprovou-se a ligação do então coronel Freddie Perdigão à cena do crime que envolvia sua morte. A evidência era um fotografia feita pelo próprio *Globo* no local do suposto acidente automobilístico sofrido pela estilista, em 14 de abril de 1976, e que mostrava Perdigão próximo ao veículo capotado de Angel, evidenciando a possível ligação do militar com o incidente.

De acordo com o então coordenador da Comissão da Verdade, Pedro Dallari, a imagem era a "prova cabal do envolvimento de Perdigão e outros militares na morte da estilista", sendo que até àquele momento ninguém havia tomado conhecimento da fotografia e destas possíveis relações: "A foto reforça, agora, o envolvimento das Forças Armadas com a morte de Zuzu Angel. [...] para nós, a foto é muito importante." Dallari enfatizava ainda que o reconhecimento de Perdição na foto "colocava em xeque" a versão oficial das Forças Armadas, evidenciando que a estilista fora vítima de um acidente provocado por agentes ligados ao coronel. A fotografia do jornal, concluía a matéria, deveria ser assim "uma das bases do relatório da Comissão", quando ela produzisse uma narrativa oficial sobre as circunstâncias de sua morte. [677]

Na reta final deste trabalho, quando a Comissão caminhava para a entrega de seu relatório, uma nova pauta ganhava destaque, principalmente nas páginas de *O Globo*. Elas diziam respeito às críticas que surgiam agora não aos trabalhos da CNV, mas às tentativa dos próprios militares em atravancar o avanço de suas investigações. Era o que revelava o jornal em agosto de 2014 quando o general Enzo Peri, comandante do Exército, proibiu os quartéis de "colaborar com as investigações sobre as violências praticadas em suas dependências", dando

[674] Documentos enfraquecem a tese de reação ante um risco comunista. *Folha de S. Paulo*, ano 94, nº 31.105, p. A12, 1º de junho de 2014.
[675] OTAVIO, Chico. Luz sobre o caso Stuart. *O Globo*, ano LXXXIX, nº 29.526, p.3, 9 de junho de 2014.
[676] Memória. Nome de agente foi descoberto. *O Globo*. Idem.
[677] CARVALHO, Jailton de. Foto comprova ligação de militar na morte de Zuzu Angel, diz comissão. *O Globo*, ano LXXXIX, nº 29.573, p.11, 26 de julho de 2014.

ordem para que processos e documentos não fossem liberados diretamente, sem passar primeiro por seu gabinete. [678]

Além de destacar esta atitude ilegal dos militares, o jornal revelava ainda como muitos de seus membros mostravam grandes doses de "irritação e ironia" durante os interrogatórios prestados à Comissão, chegando inclusive a debochar de seus trabalhos. Um dos casos citados pela matéria de *O Globo* era o do coronel da reserva Celso Seixas Marques. Intimado a dar seu depoimento sobre o caso da guerrilha do Araguaia, o militar repetiu em audiência, por 23 vezes seguidas, que não tinha "nada a declarar", se manifestando apenas para afirmar o seguinte:

> Eu gostaria que aqui estivessem presentes os membros da Comissão da Calúnia. E eu não desejo que os espirros (agentes da PF) que foram mandados à porta da minha casa, novamente apareçam. A comissão não tem autoridade para me prender, como foi dito lá. [...] Eles estão inventando, tentando envenenar o brasileiro de uma maneira só, embora esta porcaria não esteja na agenda do povo brasileiro. Que nunca mais apareça a Polícia Federal na minha porta, certo?[679]

No início de setembro, outros dois militares foram convocados a depor sobre caso do Araguaia. Desta vez era o tenente da reserva José Conegundes do Nascimento quem ironizava a CNV, se negando inclusive a dar seu testemunho. *O Globo* reproduzia, com grande destaque, a resposta manuscrita do militar feita sob um documento em papel timbrado da própria Comissão da Verdade: "Não vou comparecer. Se virem. Não colaboro com o inimigo." [680] Esta era uma grande "afronta" aos trabalhos da Comissão, enfatizava seu coordenador, Pedro Dallari, que iria pedir punição de "infração disciplinar" aos envolvidos, comunicando diretamente ao ministro da Defesa a insubordinação. A postura dos militares, ressaltava ainda, era estimulada "até hoje pelas Forças Armadas, que se recusam a reconhecer que houve tortura e graves violações de direitos humanos" no período da ditadura.[681]

Nos interessa acompanhar esta discussão porque neste momento se tornava ainda mais claro o posicionamento assumido pelo *Globo* na tentativa de realizar uma trabalho mais próximo da Comissão. Desde seu *mea culpa*, em fins de 2013, o jornal já havia assumido um considerável protagonismo frente às suas pautas, revelando e ampliando novas facetas sobre os acontecimentos de maneira bastante incisiva. Agora, a cobertura do jornal carioca chegava a reproduzir documentos internos e oficiais da própria CNV, evidenciando o possível grau de

---

[678] Comandante impõe silêncio ao exército. *O Globo*, ano XC, nº 29.600, p.12, 22 de agosto de 2014.
[679] ÉBOLI, Evandro. Militares mostram irritação e ironia ao depor na Comissão da Verdade. *O Globo*, ano XC, nº 29.608, p.12, 30 de agosto de 2014.
[680] ÉBOLI, Evandro. Verdade: militar se recusa a depor para não "colaborar com o inimigo". *O Globo*, ano XC, nº 29.618, p. 11, 9 de setembro de 2014.
[681] *O Globo*. Idem.

cooperação e diálogo que havia entre a empresa, seus jornalistas e a assessoria da Comissão, conforme o trabalho de Sanglard (2017) já havia nos indicado.

Com isso o *Globo* reportava os entraves e as crises de um trabalho que já não diziam respeito apenas às suas limitações internas. É o que fazia novamente o jornal ao publicar a resposta dada à Comissão pelo então ministro da Defesa, Celso Amorim, reproduzindo na integra um ofício de circular interna em que o Estado brasileiro assumia a responsabilidade "pela morte e desaparecimento de pessoas durante o regime militar", reconhecendo a "existência de lamentáveis violações de direitos humanos ocorridas no passado."[682]

Apesar do reconhecimento, familiares, historiadores e especialistas ouvidos pelo jornal consideravam o posicionamento das Forças Armadas "insuficiente" [683]e a Comissão via na resposta dos militares uma atitude "frustrante", que apenas "deixava de negar" a sua participação diretas nos crimes cometidos, pouco contribuindo para esclarecer e avançar na elucidação dos casos.[684] Essa "longa comunicação" travada entre os membros da CNV, do governo e das Forças Armadas, tinha ainda mais um capítulo publicado quando, desta vez, o general da reserva Augusto Heleno Pereira contestava o próprio ministério, ao afirmar que não haveria pedido de desculpas algum por parte dos militares.[685]

É sob este clima portanto que a Comissão vai encerrando suas atividades, evidenciando os limites de uma busca pelas "verdades" do acontecimento que perpassava a própria cobertura da imprensa àquele momento, na medida em que ela também acabou por silenciar consideravelmente suas narrativas nesta reta final do percurso. Ainda que *O Globo* tenha dado amplo destaque à cobertura destes últimos embates, ele se posicionava em editorial para afirmar mais uma vez que a CNV, apesar de seu "louvável trabalho", deveria estar ciente da fase "sensível" em que se encontrava, onde não cabia "pedido de desculpa dos militares, pois já é evidente o reconhecimento de erros pelo Estado. O passado tem de ser conhecido, mas sem revanchismos."[686]

Já a *Folha*, por sua vez, afirmava que o reconhecimento dos militares constituía um "relativo progresso, ainda que insuficiente" das Forças Armadas em assumir os crimes e as

---

[682] Forças armadas admitem violações na ditadura. *O Globo*, ano XC, nº 29.630, p.6, 21 de setembro de 2014.
[683] Como atestava alguns dos depoimentos reproduzidos nesta mesma página pelo jornal: "Demoraram muito para reconhecer tão pouco. Isto é um escárnio." (Crimeia de Almeida, ex-guerrilheira e viúva de André Grabois, desaparecido na guerrilha do Araguaia); "O texto dá a impressão de que as Forças Armadas estão reconhecendo muito a contragosto." (Carlos Fico, professor de História da UFRJ); "Precisam não só reconhecer, mas também rejeitar e se desculpar." (Ivan Seixas, ex-preso político e membro da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo)
[684] SANCHES, Mariana; ÉBOLI, Evandro. Reconhecimento frustrante. *O Globo*, ano XC, nº 29.631, p.3, 22 de setembro de 2014.
[685] ARAÚJO, Vera; KAPA, Raphael. General contesta ministro e diz que não haverá pedido de desculpas. *O Globo*, ano XC, nº 29.632, p. 12, 23 de setembro de 2014.
[686] Limites da Comissão Nacional da Verdade. *O Globo*, ano XC, nº 29.634, p.22, 25 de setembro de 2014.

violações de direitos humanos praticados por seus agentes ao longo da ditadura. Esta atitude seria ainda um "primeiro passo", ainda longo, a se percorrer, no caminho de uma "visão histórica mais neutra e equilibrada".[687] O jornal paulista, ao que parece, se portava de uma maneira mais distanciada da Comissão neste momento final como se, como fizera na efeméride, já tivesse atestado seu devido reconhecimento frente às verdades do acontecimento.

Quando o jornal vai cobrir a entrega do relatório final da CNV, em 11 de dezembro de 2014, ele o faz portanto a partir de um crítica bem mais aparente. O destaque dado por seu jornalismo era o de que a Comissão teria responsabilizado diretamente o Estado e pedido a punição de 377 pessoas pelos crimes cometidos na ditadura. Crimes estes que, de acordo com o relatório, seriam contra a humanidade, não podendo beneficiar-se pela Lei de Anistia.[688] A "verdade da Comissão" parecia no entanto se chocar com o próprio discurso da presidente Dilma Rousseff. "Interrompida pelo choro", ela afirmou na ocasião que apesar de a CNV demarcar um "novo tempo", ajudando a "sedimentar" a democracia brasileira, não era possível negligenciar os "pactos" políticos feitos ao longo do processo de redemocratização. Desta forma, a "verdade" não poderia significar "revanchismo", ou ser "motivo para ódio" e "acerto de contas".[689]

Ao analisar, nas próxima páginas, o que seria este "acerto de contas" da Comissão, o jornal enfatizava que seu trabalho trazia "poucas novidades", apesar de descrever e indicar uma ampla "cadeia de comando" dos agentes da repressão que deveriam ser responsabilizados.[690] Reforçando a opinião do jornal, historiadores citados por sua reportagem, ainda que tenham elogiado o relatório produzido pela CNV, destacavam a "falta de novidade factual e um certo descaso com o rigor histórico" do material.[691] Além disso, familiares das vítimas e entidades de direitos humanos ouvidas pela *Folha* relatavam "diferentes frustrações" ao avaliar o documento "superficial" produzido pela Comissão, já que seu trabalho "pouco contribuiu" para a elucidação do paradeiro dos desaparecidos políticos, não sabendo lidar também as com "influências de forças políticas" que afetaram o andamento e o resultado das investigações. [692]

---

[687] Primeiro passo. *Folha de S. Paulo*, ano 94, nº 31.225, p. A2, 29 de setembro de 2014.
[688] Comissão pede punição para 377 pelos crimes da ditadura. *Folha de S. Paulo*, ano 94, nº 31.298, p. A4, 11 de dezembro de 2014.
[689] (Dilma chora e diz que documento não pode servir para "revanchismo". *Folha de S. Paulo*, p. A6, Idem.) A matéria enfatiza, no entanto, que a presidente Dilma, de acordo com seus auxiliares, era particularmente favorável à proposta de revisão da Lei, mantendo este discurso mais "conciliador" em virtude do clima tenso que cercava os bastidores que antecederam a entrega e as repercussões do conteúdo do relatório, conforme pudemos perceber pelo contexto evidenciado logo acima.
[690] Acerto de contas. *Folha de S. Paulo*, p. A8, Idem.
[691] Historiadores elogiam relatório sem "novidades". *Folha de S. Paulo*, p. A10, Idem.
[692] (Entidades de direitos humanos apontam frustração com texto. *Folha de S. Paulo*, p. A11, Idem) Nos dias seguintes o jornal dá destaque ainda às críticas feitas pelo "outro lado" da história, quando escuta familiares das

Vale ressaltar ainda que no dia da entrega do relatório, o jornal publicava um extenso artigo assinado por todos os membros da Comissão, enfatizando que a entrega de seu material à presidência era parte de um processo de não representava definitivamente o fim de seus trabalhos, pois "mesmo que adequadamente consagrada, a verdade não promove o resgate da memória social se não é revelada e compartilhada". Estavam os autores se referindo, continuava o texto, a um diálogo que deveria ser realizado com amplos setores da sociedade civil para que estes pudessem "continuar a aprofundar" as investigações realizadas no período.[693]

Mesmo que estivesse aparentemente ciente desta responsabilidade que possuía para re(a)presentar e dar novas vidas ao acontecimento, conforme pudemos perceber ao longo de todo nosso percurso, o jornal àquele momento comentava em editorial que a conclusão dos trabalhos da CNV representava uma "página virada" nos debates sobre um "tempo de violência política" que precisava ser "conhecido e debatido", mas já estava superado devido às circunstâncias da Anistia. Aproveitava também a *Folha* para fazer sua análise a um trabalho que:

> não traz novidade de monta em relação a um período já esmiuçado na história recente, o da ditadura militar (1964-1985). Numa decisão controvertida, tomada logo após sua instalação [...] a CNV excluiu do exame as violações de diretos humanos por motivação política que não tenham sido causadas pelo Estado. O relatório silencia, assim, sobre os crimes das organizações armadas que combateram para substituir a ditadura militar por outra, de cunho comunista. [...] Após uma fase de letargia errática, a CNV conseguiu encaminhar seu trabalho nesses termos. [694]

Mais uma vez as críticas do jornal se relacionavam àquelas "fissuras" da memória hegemônica sobre a ditadura que viam na Comissão uma narrativa enviesada, responsável por silenciar o "outro lado" da história. História que era fruto de um ambiente de "guerra suja", onde dois lados combatiam para instaurar seus regimes autoritários, de premissas opostas e conflitantes. Em cima do muro parecia ficar o jornal, com sua imagem de um jornalismo "isento" e "profissional", aquele que ouvia sempre ambos os lados de uma história para que pudesse com isso revelar as "verdadeiras" facetas sobre o acontecimentos que relatava.

"vítimas de esquerda" e seu repúdio ao "caráter unilateral" da Comissão (Familiares de vítimas da esquerda criticam relatório. *Folha* de S. Paulo, ano 94, nº 31.301. p. A10, 14 de dezembro de 2014), ou quando dá voz ao então presidente do Clube Militar, afirmando que o trabalho da CNV estava "contaminado ideologicamente e não foi imparcial", deixando com isso uma "grande mágoa". (Comissão da Verdade deixa uma grande mágoa, diz general. *Folha de S. Paulo*, ano 94, nº 31.306, p. A11, 19 de dezembro de 2014)

[693] DALLARI, Pedro; DIAS, José Carlos; FILHO, José Paulo Cavalcanti; KEHL, Maria Rita; PINHEIRO, Paulo Sérgio; CARDOSO, Rosa. Verdade, memória e reconciliação. *Folha de S. Paulo*, ano 94, nº 31.297, p. A3, 10 de dezembro de 2014.

[694] Página virada. *Folha de S. Paulo*, ano 94, nº 31.299, p. A2, 12 de dezembro de 2014.

A emergência destes discursos nos evidenciam como os nossos jornais parecem carregar consigo uma espécie de "memória declaratória" (Barbosa, 2017) que periodicamente é reatualizada para configurar suas narrativas sob os mesmos argumentos e premissas. Ainda que aparentemente mutáveis historicamente, como pudemos ver com o caso das ressignificações da ditadura enquanto acontecimento, estes discursos são acionados como "permanências memoráveis", toda vez que determinados fatos necessitam ser (re)contextualizados, produzindo certa continuidade em relação ao passado. Isso nos mostra também como as verdades presentes "no" jornalismo não podem ser dissociadas daquelas "verdades" que fazem parte "do" jornalismo enquanto instituição, relação que procuramos estabelecer aqui em todo o nosso percurso.

Como que querendo encerrar um ciclo sobre o acontecimento, o jornal ainda procurava colocar os trabalhos da Comissão sob seus devidos termos, já que eles não trouxeram novidades significativas sobre um período já bastante "esmiuçado" da história, caminhando até mesmo de maneira bastante "errática" em seus momentos iniciais. Diferentemente, ressaltemos novamente, do próprio jornal, que constantemente se vangloriava por ter revelado novas facetas sobre o caso, ampliando as "verdades" do acontecimento e os re(a)presentando ao público a partir das mais variadas conjunturas. Era preciso agora "virar a página" de uma história que já se encontrava, ao menos sob a visão da *Folha*, devidamente encerrada.

Já a postura de *O Globo*, jornal que caminhou mais próximo à Comissão nestes momentos finais, não se deu em aferir críticas diretas ao conteúdo do relatório em si, mas às possíveis distorções políticas que poderiam advir dele e de suas recomendações. No dia 2 de dezembro um de seus editoriais já comentava que "infelizmente, não se espera um relatório equilibrado" da Comissão, visto que seu viés "deriva da própria contaminação ideológica do [seu] processo de criação." A CNV, que surgiu para "reconstruir o que se desenrolou na "guerra suja" durante a ditadura", continuava o jornal, só produziria algo mais consistente se levasse em conta a reciprocidade da Anistia, investigando também os crimes da chamada "esquerda armada":

> A História costuma ser escrita pelos "vencedores". No caso da "guerra suja" brasileira, não será positivo que o relato a ser apresentado pressuponha que houve "vencidos", quando aquela transição surgiu de um pacto entre contrários. Se isso acontecer, e a depender da reação do Planalto, ficará configurada a tentativa de se reescrever o passado.[695]

[695] Uma visão unilateral da Lei da Anistia. *O Globo*, ano XC, nº 29.702, p. 16, 2 de dezembro de 2014.

O Globo, nosso incansável "vencedor-vencido", ciente de suas capacidades e de como deveria ser conduzida a História, fazia novamente um alerta à Comissão: não era seu papel "reescrever o passado", ainda mais se suas verdades se baseassem somente sob um dos lados desta "guerra suja" que foi o período da ditadura militar brasileira. Este papel seria apenas daqueles agentes capazes de construir uma narrativa isenta e imparcial sobre os fatos que relatava, como o jornal se vangloriava de fazer, ao constantemente "reescrever a história" dos acontecimentos que re(a)presentava a público.

Ao aferir críticas aos possíveis enviesamentos políticos da Comissão, o jornalismo de *O Globo* acabava por circunscrever a sua própria autoridade, conduzindo uma discussão sobre o que se esperar de uma "verdade" a ser legitimada com o fim destes trabalhos. Quando o jornal vai cobrir a entrega do relatório, ele o faz sob um teor bastante parecido ao da *Folha.* O destaque de suas matérias se dava sobre a recomendação da CNV em responsabilizar os agentes de Estado frente à possibilidade de revisão da Lei de Anistia, ainda que a presidente Dilma fosse contrária a esta posição.[696] O documento produzido pela Comissão era visto, no entanto, como um material que trazia "relatos detalhados" sobre o período, traçando uma cadeia de comando que relacionava diretamente 377 responsáveis por violações de direitos humanos, incluindo os ex-presidentes militares.[697]

Sem fazer uma análise detalhada sobre o conteúdo estritamente factual das "verdades" produzidas pela Comissão o jornal afirmava, novamente em editorial, que seu trabalho não fora "inócuo", - já que "cumpriu a missão de projetar luz" sobre aquele passado, ajudando a "manter viva a memória dos horrores" da ditadura, - mas havia "extrapolado" seus limites ao propor a revisão da Lei da Anistia.[698] Fato é que, para *O Globo*, havia também limitações claras quanto ao teor destas investigações, que cometeram o "equívoco" de se debruçar sob apenas um lado da história. Era o que atestava o jornal ao noticiar no dia seguinte a "cobrança" feita por uma das "vítimas da luta armada", ausente nas narrativas da Comissão.[699] Cobrança esta que poderia ter sido evitada, se a CNV "houvesse apurado a verdade por inteiro, de todos os lados."[700]

A verdade por inteiro. Sem vencidos ou vencedores, sem revanchismo ou contaminação política, que ouvisse todos os lados de uma história e que com isso se revelasse de forma "isenta", "imparcial", "objetiva". A verdade "por inteiro", parecia novamente enfatizar *O*

---

[696] Comissão responsabiliza 377, e Dilma defende Lei da Anistia. *O Globo*, ano XC, nº 29.711, capa, 11 de dezembro de 2014.
[697] Comissão culpa presidentes militares. *O Globo*, p. 12, Idem.
[698] Comissão extrapola ao pedir limitação da Lei da Anistia. *O Globo*, p.18, Idem.
[699] Filho de vítima da luta armada cobra investigações sobre o caso. *O Globo*, ano XC, nº 29.712, p.11, 12 de dezembro de 2014.
[700] Viés. *O Globo*, ano XC, nº 29.713, p.11, 13 de dezembro de 2014.

Globo, era a verdade do (seu) jornalismo, aquela que relatava os fatos de maneira distanciada, que produzia conhecimento, revelando e re(a)presentando novas facetas até então silenciadas, escondidas, distorcidas ou manipuladas.

Ao se portar desta forma, de uma maneira bastante crítica quanto às "verdades" que a Comissão poderia produzir e revelar à público, os nossos jornais não estavam apenas se inserindo em um embate pela legitimação destas narrativas, mas também procurando assumir o seu reconhecido protagonismo frente a elas, revelando também as suas próprias "verdades" sobre os acontecimentos que relatavam. Diante disso, podemos concordar com a análise de Gonçalves (2016) de que o que predominou sobre o trabalho da imprensa em relação à Comissão foi um discurso de "suspeição" que praticamente se exauriu após a entrega de seu relatório final, já que os jornais, como que procurando encerrar o acontecimento, pouco discutiram suas recomendações, ou realizaram um debate mais amplo sobre as "verdades" reveladas por ela, limitando-se a focar suas análises sobre as possibilidades de revisão da Lei de Anistia. Ao "silenciar" neste momento tão oportuno, frisava a autora, "os jornais firmam posição [mostrando que...] estão onde sempre estiveram" (Gonçalves, 2016, p. 339-340)

Mas independente das críticas construídas e alimentadas por nossos jornais é possível perceber que eles aparentemente tiveram seu reconhecimento devidamente atestado ao final deste percurso. Durante a cerimônia oficial de entrega do relatório da Comissão à presidência da República, em 10 de dezembro de 2014, o seu então coordenador, Pedro Dallari, enfatizou a "cobertura muito importante" feita pela imprensa àquele momento, que deu "uma divulgação sem precedentes na história do Brasil aos fatos que foram investigados pela Comissão", contribuindo assim "de maneira muito efetiva" para a consolidação do "direito à memória" no país.[701]

Em outra ocasião, ao longo de uma entrevista concedida ao programa "Observatório da Imprensa na TV", na semana final dos trabalhos da Comissão, Dallari relatou ao jornalista Alberto Dines que o trabalho do grupo se constituiu em sistematizar um conjunto de informações que, em parte, foram produzidas concomitantemente por outras fontes. Segundo ele, os jornalistas tiveram um papel muito importante neste processo, uma vez que "seus veículos foram não apenas reprodutores daquilo que estava sendo dito pela Comissão Nacional e pelas Comissões Estaduais, mas eles foram fontes pra nós, geraram matérias que nos ajudaram

[701] Para a cerimônia de entrega do relatório final à presidência, consultar: www.youtube.com/watch?v=a5dEzgvby8w Acesso em: 26 de fevereiro de 2018.

na investigação."[702]

No mesmo "Observatório da Imprensa na TV", que estava exibindo uma série de programas especiais, já no ano de 2015, para discutir questões referentes à ditadura e os legados recentes da Comissão, estiveram presentes o jornalista Chico Otávio, um dos principais articuladores destas pautas frente ao *O Globo* e o historiador e professor da UFRJ Carlos Fico, umas das principais referências sobre o tema no país. Na ocasião, o historiador aproveitou um momento de sua fala para elogiar a atuação do jornalista. Segundo ele, o trabalho de Chico Otávio, e da imprensa como um todo, foi responsável por deflagrar uma espécie de "outra" Comissão da Verdade, sendo que as maiores revelações obtidas sobre o período teriam advindo dos trabalhos investigativos produzidos recentemente pela imprensa. Estes jornais – sobretudo os maiores, enfatizou – fizeram sites, levantaram materiais de uma "riqueza extraordinária" que tem sido inclusive utilizado pelos historiadores, um trabalho "de primeiro nível": "é uma coisa impressionante […] as revelações mais importantes, mais bombásticas, tem vindo da imprensa. […] E a qualidade do material de pesquisa, de reportagem, […] que alimentou os 50 anos do golpe pelo olhar da imprensa, isso é preciso destacar."[703]

Cinquenta anos depois de ajudar a instaurar, construir e legitimar uma ditadura travestida de "revolução democrática" no país, o jornalismo da *Folha* e de *O Globo* eram reconhecidos por membros de uma Comissão da Verdade e por historiadores especialistas da área como um dos agentes autorizados a conduzir, sob os seus termos, as narrativas sobre aqueles idos. Se com o fim dos trabalhos da Comissão parece não ter havido de fato uma efetiva "reconciliação nacional", pelo menos os nossos jornais finalizavam este percurso devidamente "reconciliados" com a ditadura e as "verdades" que advinham de seus acontecimentos. Vamos portanto, como fruto deste reconhecimento, ouvir uma vez suas recomendações e "virar a página" desta história, cientes de que elas continuam em aberto, passíveis às vicissitudes do tempo.

[702] Observatório da Imprensa na TV. Entrevista com Pedro Dallari. Programa nº 753, de 02 de dezembro de 2014. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=1yCXunJCpzg Acesso em: 26 de fevereiro de 2018.
[703] Observatório da Imprensa na TV. Chumbo Quente IV. Programa nº 760, de 03 de fevereiro de 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mxMTa8dykDQ Acesso em: 26 de fevereiro de 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – o fim de um percurso que se (re)inicia

> Por mais que haja mudanças tecnológicas com o impacto direto nos grupos de comunicação, o jornalismo evolui dentro de marcos conhecidos. De Gutenberg às redações multimídias atuais, buscam-se notícias, procura-se produzir análises bem feitas e profundas, num processo de intenso trabalho, tudo balizado por princípios e por um "jeito de fazer" – uma cultura construída com o passar do tempo. [...] O crescimento do mundo digital, às vezes, é visto como o "fim do jornalismo". Abissal engano: o jornalismo profissional ganha ainda mais importância num ambiente de intenso ruído em que se misturam, em grande intensidade e velocidade, boatos, mentiras, factoides e, até mesmo, informações corretas. Só a boa prática do jornalismo lastreado em sólida base ética é capaz de fazer a triagem confiável desse enorme e crescente volume de textos. [...] O jornalismo profissional se robustece com o surgimento da internet. [...] E O GLOBO se manterá dentro dos princípios éticos e da cultura de jornalismo lapidados desde 29 de julho de 1925. (Nove décadas. Caderno especial 90 anos. *O Globo*, ano XCI, nº 29.941, p.3, 29 de julho de 2015)

> O jornalismo vive um profundo paradoxo. Nunca se divulgou nem se leu tanta notícia como hoje. Uma série de veículos surgiu ou se espraiou pelas novas plataformas de comunicação. Uma imensidade de novos leitores se acrescentou ao leitorado tradicional. As redes sociais se tornaram uma ampla câmara de ressonância e debate sobre o que é publicado nos próprios meios jornalísticos. Essa diversidade tem sido benéfica para o público. Variantes de jornalismo comunitário, militante, autoral e até de entretenimento contribuem para a pluralidade de ângulos. Mas são parciais. Não podem nem pretendem reproduzir a referência do jornalismo profissional, que procura fazer um resumo periódico do mundo, resumo sempre precário, mas tão abrangente, isento e confiável quanto possível –e tendo boas razões de mercado para se empenhar em perseguir esse ideal. Por outro lado, e daí o paradoxo, os pilares de sustentação econômica do jornalismo foram abalados pela transformação tecnológica. Bom jornalismo é atividade dispendiosa. [...] A equação econômica que permita sustentar o jornalismo como serviço independente e criterioso, movido pelo espírito público, ainda está por ser solucionada. [....] A melhor resposta a este período de dificuldades e desafios me parece estar naquele provérbio inglês que Octavio Frias de Oliveira, que conduziu e inspirou este empreendimento durante décadas (e que gostava de provérbios), costumava citar: "Where there is a will, there is a way" – onde houver uma vontade, há um caminho. (FRIAS FILHO, Otávio. O paradoxo da mídia. Para que serve um jornal. Caderno especial 95 anos. *Folha de S. Paulo*, ano 96, nº 31.742, p. 2, 28 de fevereiro de 2016)

Estas longas epígrafes, retiradas das mais recentes efemérides redondas de nossos jornais, momento em que eles aproveitaram para realizar uma intensa celebração em suas páginas, nos evidenciam como o jornalismo de *O Globo* e da *Folha*, ao comemorar seus 90 e 95 anos, respectivamente, em 2015 e 2016, continuavam a seguir seu percurso aparentemente seguros de suas capacidades, apesar da evidente conjuntura de crise sob a qual vem atravessando a instituição. *"O jornalismo vive um profundo paradoxo"*, mas o enfrenta

devidamente fortalecido, já que estaria ancorado sob um "*jeito de fazer"* que historicamente tem legitimado sua autoridade e as verdades dos acontecimentos que relata. Há uma "vontade" para seguir este caminho e a cultura do jornalismo, sob uma "sólida base ética", saberia assim como encarar estas adversidades.

Estamos voltando novamente a este cenário para encerrar o nosso percurso da mesma forma que o iniciamos. Nossa preocupação, ao longo de toda esta tese, foi a de pensar o jornalismo enquanto uma instituição que ao longo do tempo procurou se legitimar sob modernas bases empresariais que o definissem como uma atividade "profissional", dotada de reconhecidas capacidades que o autorizassem a se portar como mais "verdadeira", pois calcada nos pilares da objetividade, da independência, do apartidarismo e na pluralidade de opiniões.

Não buscamos com isso escrever um tratado sobre teoria do jornalismo, na tentativa de perceber o que de fato o jornalismo é, ou se ele de fato se constitui e está ancorado sob estas premissas. Pelo contrário, o que procuramos foi problematizar como ele *tem pretendido ser*, ao construir historicamente uma série de atributos e discursos com o intuito não apenas de se autolegitimar, mas circunscrever a autoridade de uma intuição que, a partir de uma imagem particular, tem procurado se fazer reconhecida como tal.

De acordo com esta primeira constatação é que propomos traçar um percurso baseado naquilo que denominamos de uma "história da verdade" do jornalismo e seus jornais. A verdade "do" jornalismo estaria assim condicionada a uma "maquinaria de legitimação" (Berger e Luckmman, 2003) que, posta sob os jogos da enunciação discursiva, definiriam a identidade de uma instituição que se diz "capaz" de proferir tais verdades, - uma vez que seus pressupostos estariam baseados no reconhecimento e na atestação de sua credibilidade junto ao público. Entre a memória e a promessa, experiências e expectativas, as verdades "do" jornalismo nos seriam assim re(a)apresentadas em um presente constantemente comprimido e dilatado, entre passado e futuro (Ricoeur, 2006)

Ao partirmos da premissa de que este percurso do reconhecimento é eminentemente um percurso histórico, realizamos um trabalho de historicização de nossos jornais, inserindo-os neste emaranhado de discursos e vozes que o constituem enquanto uma instituição "moderna" do jornalismo no Brasil. Ainda que ciente das particularidades que emanam desta conjuntura, nossa proposta aqui se deu em relacionar o processo de legitimação e autoridade desta instituição ao contexto da ditadura militar brasileira (1964-1985), momento crucial onde, tanto a *Folha* quando o *Globo*, acabaram por definir de forma mais clara as "capacidades" de seu jornalismo, consolidando-se como dois dos mais reconhecidos representantes de um jornalismo "profissional" no país, estatuto que, conforme vimos, ambas as empresas tem tentado legitimar

até os dias de hoje.

Atravessando esta conjuntura, procuramos problematizar como as verdade "do" jornalismo foram se costurando à ditadura e seus futuros desdobramentos, definindo a própria história que estes jornais intentaram legitimar para si. Seus discursos, ancorados sob uma série de *clichês historiográficos de autolegitimação,* acabaram por construir uma imagem particular não apenas sobre a sua atuação durante o período, mas também e principalmente sobre aquilo que, rememorado em presentes sucessivos, era considerado como digno de ser reconhecido e lembrado frente às suas identidades.

Com isso, a ditadura passa a ser vista como um período "agônico", uma fase difícil onde se realizou apenas um "jornalismo possível", já que sua prática estava cerceada pela truculência de um regime ditatorial. Regime que fora superado graças a uma incisiva atitude de "resistência" destes jornais e de parcelas da sociedade civil, que souberam enfrentar suas arbitrariedades, avançando quando possível para a restituição das liberdades democráticas. Foi o que afirmou a *Folha,* por exemplo, ao assumir um discurso de protagonismo frente ao processo de redemocratização e o *Globo,* ao constantemente reproduzir a narrativa de que afrontara os ditames do poder, chegando a dar respaldo aos seus "jornalistas comunistas", notadamente contrários ao regime.

Priorizando algumas narrativas em detrimento de outras, as "histórias da verdade" construídas por estes jornais, além de relativizar o seu próprio apoio dado para a deflagração do golpe e a legitimação e manutenção da ditadura, acabaram por concomitantemente silenciar os contrapontos de um modelo de instituição que nem sempre fora baseado, discursivamente, nas premissas que seus jornais diziam pertencer e representar. Caminhando sob enviesamento nem sempre tão aparentes, seus discursos de autolegitimação, entre avanços e recuos, mostravam assim as ambiguidades de um jornalismo que tateava possibilidades, mais saía desta conjuntura visivelmente fortalecido.

Apenas cientes de como o jornalismo buscou ancorar estas "verdades" historicamente é que poderíamos adentrar em uma segunda parte de nosso trabalho, nos debruçando sobre uma história da verdade constituída "no" jornalismo e suas narrativas. Neste momento de nosso percurso a "ditadura" passou a ser problematizada como um acontecimento fundamental para percebermos como a questão da verdade está passível às vicissitudes do tempo, já que estas passam a ser reapropriadas discursivamente a partir das mais diversas conjunturas.

Primeiramente, no entanto, nos pareceu necessário realizar uma aproximação entre o jornalismo e a História para pensarmos sob que termos o próprio jornalismo pretende circunscrever suas narrativas, com o intuito de legitimar as verdades e a autoridade da

instituição que as profere. Ao se dizer capaz de relatar "historicamente" o mundo que o cerca, o que pretende o jornalismo é *se fazer histórico*, autorizando-se discursivamente a construir a "verdade" de tais acontecimentos.

Não poderíamos assim dissociar a instituição de seus discursos, já que tratamos de uma potencialidade que, se está presente "no" jornalismo, relaciona-se também, diretamente, ao trabalho "do" jornalismo em seu percurso do reconhecimento. Isso porque, conforme vimos, os jornais e seu jornalismo não apenas contam histórias, mas contam, acima de tudo, *as suas próprias* histórias dos/sobre os acontecimentos. Eles fazem jornalismo mas também *falam sobre* o jornalismo que praticam, com o intuito não apenas de produzir relatos dignos de serem reconhecidos como mais "verdadeiros" do que outros, mas para com isso se "sentir no direito" de contar estas verdadeiras histórias. (Zandberg, 2010)

Pela forma como re(a)presenta sucessivamente estas narrativas, o jornalismo acaba assim por legitimar as suas versões sobre os fatos que relata, transformando-os muitas vezes como "a" história dos referidos acontecimentos. Neste ponto, Zelizer (1992) nos deu pistas para pensar como a autoridade jornalística está condicionada a padrões historicamente conflituosos, inserindo os seus mais diversos agentes em um constante embate para promover agendas específicas que estão "por trás" da construção noticiosa. É esta autoridade da instituição que supostamente acaba por capacitar o jornalismo a se (a)firmar como ator legítimo a produzir tais discursos.

Apropriando-se destes relatos, entre lembranças e esquecimentos, o jornalismo articula estratégias narrativas que se inscrevem no tempo, se tornam rastros, se ressignificam e ressurgem sob diferentes estratos. Uma verdade *que se pretende* reconhecida e procurar definir as capacidades da instituição, legitimar sua autoridade e fazer dela (a sua própria) história. É pelo acontecimento, portanto, que buscamos um ponto de interseção para relacionar o jornalismo, a memória e a história às verdades proferidas pela instituição jornalística e seus discursos.

Nosso objetivo se deu em perceber como a ditadura, enquanto um acontecimento, foi constantemente re(a)presentado nas páginas de nossos jornais, se tornando algo que acabou por afetar – e ser afetado por – os seus mais diversos sentidos, atribuindo-lhe significações que lhes são próprias de acordo com as conjunturas em que foram acionadas. (Queré, 2005). Foi possível perceber assim como este "incidente crítico", (Zelizer, 1992), criticado e refutado ganhou sucessivamente novas "vidas" (Queré, 2012), ao ser inscrito, reconfigurado e dilatado no, com e pelo tempo.

Seguindo uma periodização proposta por Napolitano (2005) direcionamos nosso olhar

à ditadura com o intuito de perceber suas aparentes ambivalências e as dinâmicas características de um acontecimento que, entre a memória e a história, se entrecruza por uma construção bastante complexa, ambígua e paradoxal. Perpassando as páginas de nossos periódicos, a ditadura acabou assim por configurar – e ser configurada - pelas "verdades" que a instituição pretendia legitimar para si como dignas de reconhecimento, caminhando por vezes conflituosamente à constituição de suas próprias identidades.

Foi possível perceber como o golpe de 1964 e a ditadura, deliberadamente "aspeados" por um longo período por nossos jornais, foram encarados como uma "revolução" de cunho genuinamente democrático, justificada àquele momento, com o respaldo de suas narrativas, para combater um eminente perigo comunista e normalizar as instituições políticas do país. Diante disso, os arbítrios do regime, por mais que pontualmente criticados, eram retratados na maioria das vezes como medidas nem sempre corretas, mas necessárias à continuidade do processo "revolucionário".

Visto como um tempo de claro otimismo, progresso e modernização, tanto para os jornais quanto para o país, este período foi marcado também pelo advento da censura e da consolidação dos aparatos repressivos da ditadura. As "possibilidades" da prática jornalística eram condicionadas aqui por uma verdade de caráter valorativo que, entre a *conivência* e a *conveniência*, demandavam escolhas e posicionamentos bem delimitados. Ao realizar a autocensura, nossos jornais não se reduziam portanto a uma mera perda de independência e autonomia, já que, paradoxalmente, era preciso em partes perdê-la para se continuar autônomo. Em partes porque o próprio jornalismo parecia compactuar com as "verdades" impostas pela ditadura àquele momento, evidenciando o clima de instabilidade e de "guerra" causado pela emergência do "terrorismo" e de grupos subversivos, contrários ao regime.

A narrativa, construída posteriormente, de que o jornalismo "profissional" teve a sua atividade cerceada devido às práticas da censura e que, portanto, nada poderia fazer para posicionar-se, silencia uma série de discursos e intencionalidades postas em jogo àquele momento. Com o respaldo de seus *clichês historiográficos* e as verdades "do" jornalismo construídas historicamente pela instituição, tanto a *Folha* quanto o *Globo* acabaram por legitimar "álibis", cada um aos seus termos, de que foram, quando não resistentes, "vítimas" do regime ditatorial.

Esta imagem começa a ser construída a partir de uma *segunda fase* de ressignificações do acontecimento onde, já no processo de transição democrática, - mas transcorrido praticamente dez anos do início do regime, vale ressaltar -, ele passa a ser re(a)presentado, sutil e gradativamente, como um movimento militar a ser superado, diante de seu visível

esgotamento. A narrativa da "resistência", fortalecida posteriormente pelos jornais, além de começar a ganhar legitimidade, auxilia-os aqui a se fazer reconhecidos em seu protagonismo frente a uma eminente redemocratização política.

Ao revelar "verdades" sobre o acontecimento até então silenciadas e/ou impedidas de emergir, o nosso jornalismo, junto com uma série de outros agentes, passou a costurar aquilo que Napolitano (2014;2015) caracterizou como sendo uma "memória hegemônica" da/sobre a ditadura, uma memória essencialmente liberal-conservadora que impulsionou a reconfiguração de suas identidades ao longo da história. Alicerçadas sob "dobras" temporais (Napolitano, 2017), esta memória ajudou também a dilatar o acontecimento sob um série de revisões críticas e releituras que, apropriadas sob conjunturas e presentes particulares, acabou por reconfigurar o próprio posicionamento dos jornais em relação àqueles idos.

Vimos assim como os discursos de nossos jornais passaram a transformar a "revolução" em um "movimento militar" repleto de contradições e ambiguidades, ainda que *O Globo*, por exemplo, tivesse caminhado com o regime até praticamente o seu estertor. É este o momento também onde alguns acontecimentos surgem como marcos emblemáticos para a narrativa das "histórias da verdade" dos jornais e seu jornalismo, como foi o caso de Herzog e do movimento das Diretas para a *Folha*, e a cobertura de *O Globo* sobre o projeto da Anistia ou sobre o atentando do Riocentro. Estes casos, re(a)presentados sucessivamente nas páginas dos jornais, tornaram-se marcos fundamentais frente ao seu percurso do reconhecimento, uma vez que legitimavam não apenas as "verdades" construídas por seu jornalismo, mas também e acima de tudo, evidenciava as próprias capacidades de uma instituição que se dizia autorizada a revelar e portar tais verdades, como se fossem de fato a (verdadeira) história dos referidos acontecimentos.

A partir de uma *terceira fase*, iniciada já com o fim da ditadura, as rememorações do acontecimento passam a ganhar sucessivamente novas vidas, momento em que o nosso jornalismo, ao dilatar suas narrativas sob diferentes facetas, procurou legitimar ainda mais sua autoridade. Estas narrativas também davam continuidade à construção de uma "memória hegemônica" sobre a ditadura, fortalecendo a imagem de uma instituição que se consolidava com a emergência do chamado "jornalismo investigativo" no país. (Waisbord, 2000)

As pautas referentes à ditadura, agora identificada como um "regime militar", eram aqui impulsionadas por um jornalismo que se dizia portanto mais independente e fortalecido economicamente com a consolidação da nova democracia em curso. Dotada de autoridade e reconhecimento suficientes para conduzir as verdades do acontecimento sob seus termos, a instituição pretendia assim instrumentalizar suas narrativas com o intuito de desvendar os

meandros de um passado já superado, mas que demandava constantemente novas fatias de verdade e interpretações.

É o que fez a *Folha*, por exemplo, ao publicar matérias sobre os meandros do Sistema Nacional de Informações (SNI) e as atividades da censura, revelando documentos até então secretos, obtidos com exclusividade pelo jornal. Ou as matérias de *O Globo* que mostravam a "história secreta" por trás da guerrilha do Araguaia, novas evidências sobre o caso de Lamarca, - o outrora "terrorista sanguinário", inimigo maior da "revolução", representado agora como vítima da ditadura - e revelações sobre o caso Riocentro, que recolocavam a história "no rumo certo", de acordo com sua narrativa.

Estas matérias, em sua grande maioria vencedoras de importantes prêmios jornalísticos, - que os jornais faziam questão de enfatizar, - além de re(a)presentar discursivamente os acontecimentos, atestavam o reconhecimento de verdades que se pretendiam legítimas, de acordo com as conjunturas em que eram acionadas. O presente do acontecimento ia assim se dilatando por uma atualidade que se queria futuro, a se transformar em um arquivo da e para a história. Atualidade que, concomitantemente, dava respaldo a uma memória crítica em relação ao regime, cada vez mais identificada com o nome e as vozes da instituição.

É sob este contexto que adentramos no capítulo final de nossa tese, marcado pela instituição de uma Comissão Nacional da Verdade (CNV) no país e onde novas e significativas narrativas sobre a ditadura passaram a ocupar reconhecido destaque nas páginas de nossos jornais e na vida política e social como um todo. Caminhando sob dois polos aparentemente antagônicos, percebemos aqui como as narrativas sobre o acontecimento, ao mesmo tempo em que ampliavam uma "memória hegemônica" sobre ditadura, também "fissuravam" suas leituras, a partir de uma série de questionamentos e revisionismos ideológicos.

O jornalismo, neste ponto, foi peça central na propagação de ambos os discursos, já que procurou a todo o momento questionar os limites de uma Comissão que não investigou o "outro lado" da história, alertando sobre seu possível "revanchismo" e mantendo um posicionamento cético sobre o próprio estatuto da "verdade" proposto pelos trabalhos da CNV. Cientes deste panorama, o fundamental aqui foi perceber, portanto, como o nosso jornalismo acabou por se inserir neste embate pela legitimação das "verdades" sobre o acontecimento, já que o que estava em jogo àquele momento era a tentativa de cristalizar uma espécie de memória histórica oficial sobre o passado, institucionalizado pelas narrativas de uma política de Estado.

Diferente de alguns estudos recentes (Gonçalves, 2016; Sanglard, 2017) que identificaram na imprensa uma postura "reativa", limitada em apenas pautar e cobrir os trabalhos da Comissão, procuramos explorar momentos em que, pelo contrário, os jornais não

apenas pautaram os seus trabalhos, mas os criticaram, complementaram e até mesmo avançaram em suas investigações, na medida em que, em diversos momentos, suas narrativas se antecipavam à própria CNV, revelando novas facetas sobre os casos, com documentos sigilosos, novos testemunhos e interpretações.

Com um trabalho que se iniciou até mesmo antes das atividades da Comissão, o nosso jornalismo procurou assim assumir um reconhecido protagonismo a partir das "verdades" que revelava a público. A *Folha,* principalmente nos momentos iniciais, e *O Globo*, após realizar um inédito *mea culpa* e se aproximar deliberadamente da CNV, procuraram assim costurar e dilatar os acontecimentos sob os seus termos, inserindo na história fatias de verdade que se pretendiam legítimas e reconhecidas. Tudo isso fora potencializado pelas efemérides dos 50 anos do golpe, momento em que a ditadura e seus acontecimentos receberam amplo destaque frente às políticas de memória que se ampliavam no país.

Ainda que os jornais não tenham problematizado incisivamente o conteúdo e as repercussões do relatório final entregue pela CNV, limitando-se a encerrar as discussões sobre um acontecimento aparentemente esgotado, tanto o jornalismo da *Folha* quanto o de *O Globo* ao que parece tiveram seu trabalho devidamente reconhecido. Até mesmo membros da Comissão e historiadores chegaram a identificá-los como uma espécie de "outra" Comissão da Verdade, atestando as capacidade de um jornalismo que, ao longo do tempo, procurou legitimar as suas versões sobre os acontecimentos que relatava, circunscrevendo sua autoridade e as verdades de uma ditadura que nem sempre fora retratada sob a mesma forma, teor e contexto.

Atravessar todo este percurso nos pareceu fundamental para problematizar sob que termos a "verdade" *no* jornalismo, ao se pretender reconhecida e autorizada a se portar como tal, se inscreve em narrativas que estão condicionadas às mais diversas conjunturas, mas que estão sempre ancoradas às verdade *do* jornalismo, enquanto instituição. Há portanto uma "verdade" *no* jornalismo que, acreditamos, só pode ser problematizada se inserida em um percurso histórico que o dota de sentido e significação. Toda "verdade" está condicionada à historicidade de seus discursos e, no caso do jornalismo, nos foi fundamental perceber como suas narrativas, por mais que diluídas e re(a)presentadas sucessivamente ao longo do tempo, estão imbricadas à imagem de uma instituição que historicamente mudou, mas permaneceu a mesma, pois baseada em tese sob as mesmas premissas e valores.

É desta forma que o jornalismo enfrenta os acontecimentos que relata, proporcionando uma transação delimitada por discursos que acabam por definir as fronteiras da própria instituição que os profere. Ao "afetar", mas também ser "afetado" por seus acontecimentos, o jornalismo se alimenta da história e da memória, em uma conflituosa relação que, entre

experiências e expectativas, lembranças e esquecimentos, se dá pelo seu eterno devir. É por isso que, quando propomos pensar estas "histórias da verdade" em sua relação com a ditadura, estávamos cientes desde o início que é pelo acontecimento que elas seriam finalmente postas em jogo, revelando uma série de ambiguidades constituintes do próprio jornalismo em seu percurso do reconhecimento.

Mas justamente por ser imanente às vicissitudes do tempo é que os acontecimentos podem por vezes "re-suscitar" involuntariamente, ganhando facetas até mesmo inesperadas e fugidias. Meses após as efemérides acima citadas, já com a "página virada" de uma história devidamente destrinchada, superada e esclarecida por nosso jornais, eles foram responsáveis por delinear os contornos de um novo golpe - de características muito mais sutis e delicadas - que se deflagrava no país.

Por mais que configurado sob diferentes conjunturas e protagonizados por uma gama mais complexa de atores, o jornalismo "profissional" teve aqui um papel preponderante na articulação do processo de "impedimento" da presidente Dilma, eleita democraticamente nas últimas eleições. Utilizando-se de inflamados editoriais, amplas coberturas sobre protestos e manifestações, anúncios de entidades representativas e constantes matérias sobre casos de corrupção generalizada no país, suas narrativas tiveram papel incisivo para potencializar um clima de instabilidade e desordem político-social que muito favoreceu a legitimidade de sua deposição.

É evidente que devemos colocar sob os devidos termos as particularidades que emanam de cada contexto, apesar de encararmos como legítimas as similaridades desses discursos. Fato é que a narrativa do "golpe", novamente aspeada pelos jornais, voltou às suas páginas como um acontecimento ressentido, considerado anacrônico, fruto até mesmo de "surtos delirantes" da oposição, como afirmou *O Globo* em um de seus editoriais.[704] Isso nos mostra como os acontecimentos, inseridos nas intempéries da história, continuam a afetar aqueles que deles se

[704] *O Globo* foi o jornal que de fato se mostrou mais ressentido com a emergência de uma narrativa sobre o golpe àquele momento, já que anos atrás ele mesmo havia se desculpado por ter apoiado o golpe de 1964 e agora era, novamente, taxado de "golpista" por seus críticos. De acordo com o jornal, havia se "banalizado" o uso da palavra "golpe", uma "farsa" construída apenas por "bolivarianos" e pelo "lulopetismo", que construíam uma narrativa "ao estilo da literatura do realismo fantástico latino-americano". (As teses do jornal podem ser conferidas por uma série de editoriais publicados aos longo dos meses de março e abril de 2016, dentre os quais destacamos: "Dilma radicaliza e fala de um país imaginário", 24/03/2016; "A farsa do golpe construída pelo lulopetismo", 30/03/2016; "Não vai mesmo ter golpe", 14/04/2016; "Bolivarianos e Dilma se isolam na farsa do 'golpe'", 20/04/2016). Vale ainda ressaltar que esta narrativa pode ser considerada um resquício das próprias "fissuras" da memória hegemônica sobre a ditadura, conjuntura que os mesmos jornais ajudaram a alimentar, conforme atestou Napolitano (2015; 2017). Para uma análise da *Folha* sobre o golpe e seus posicionamentos à ocasião, consultar o texto feito por seu ombudsman, disponível em: www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2016/09/1810130-folha-recusa-tese-de-golpe-mas-nao-ve-nas-pedaladas-motivo-para-tirar-dilma.shtml Acesso em: 08 de março de 2018.

apropriam. Nos mostra também como são frágeis e até mesmo versáteis as verdades do jornalismo, muitas vezes passíveis a desvios e ressignificações de sentido, de acordo com a forma e a conjuntura em que são acionadas.

Todo este panorama surge em um momento em que a própria instituição do jornalismo "profissional" vem se debruçando sob uma crise aparentemente sem precedentes. Com o advento da chamada era da "pós-verdade" é cada vez mais explícita a preocupação destes jornais em evidenciar de forma clara sob quais premissas estão balizadas as "verdades" de seu jornalismo, com o intuito de circunscrever uma autoridade que os façam ser reconhecidos como mais legítimos e confiáveis. Mais que isso, ao que parece, este mesmo jornalismo vem procurando se beneficiar de sua própria crise para fortalecer a instituição que diz pertencer e representar já que, sob esta perspectiva, haveria um jornalismo "verdadeiro" e confiável e outro, em oposição, que seria "falso" e questionável.

Neste ponto, o jornalismo "profissional" necessita das "falsas" notícias para atestar a legitimidade de suas verdades, como se as "fake news" fossem o vírus a ser colocado na vacina para a cura de sua própria doença. Isso nos faz pensar se o ciclo que se encerra aqui não estaria nos revelando, para além de uma evidente crise de autoridade da instituição jornalística e seus discursos, um "paradoxo" que na verdade é inerente à constituição de sua própria identidade. Prestes a completar um século de existência, nosso jornais, como uma cobra a morder o próprio rabo, parecem estar precisando de uma nova "luz da história" para iluminar seu percurso. Só esperamos que ela não chegue tarde demais.

Jornais consultados:

Folha de S. Paulo

Folha da Noite, anno I, nº I, 19 de fevereiro de 1921.
Folha da Manhã, ano I, nº I, 1º de julho de 1925.
Folha da Manhã, ano XX, nº 6431, 10 de março de 1945.
Folha da Manhã, ano XXIII, nº 7422, 13 de junho de 1948.

Folha de S. Paulo, ano XXXV, nº 10950, 1 de janeiro de 1960.
Folha de S. Paulo, ano XLII, nº 12.089, 22 de julho de 1962.
Folha de S. Paulo, ano XLII, nº 12.112, 14 de agosto de 1962.
Folha de S. Paulo, ano XLII, nº 12.152, 23 de setembro de 1962.
Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.707, 31 de março de 1964.
Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.714, 7 de abril de 1964.
Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.716, 9 de abril de 1964.
Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12.717, 10 de abril de 1964.
Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 13.720, 13 de abril de 1964.
Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 12. 784, 16 de junho de 1964.
Folha de S. Paulo, ano XLIV, nº 13.013, 31 de janeiro de 1965.
Folha de S. Paulo, ano XLV, n.º 13.114, 12 de maio de 1965.
Folha de S. Paulo, ano XLV, nº 13.127, 25 de maio de 1965.
Folha de S. Paulo, ano XLV, n.º 13.129, 27 de maio de 1965.
Folha de S. Paulo, ano XLV, nº 13,134, 1 de junho de 1965.
Folha de S. Paulo, ano XLV, nº 13.156, 23 de junho de 1965.
Folha de S. Paulo, ano XLV, nº 13.278, 23 de outubro de 1965.
Folha de S. Paulo, ano XLV, nº 13.283, 28 de outubro de 1965.
Folha de S. Paulo, ano XLV, nº 13.284, 29 de outubro de 1965.
Folha de S. Paulo, ano XLV, nº 13.380, 2 de fevereiro de 1966.
Folha de S. Paulo, ano XLV, nº 13.389, 11 de fevereiro de 1966.
Folha de S. Paulo, ano XLVI, nº 13.397, 19 de fevereiro de 1966.
Folha de S. Paulo, ano XLVI, nº 13.412, 06 de março de 1966.
Folha de S. Paulo, ano, XLVI, nº 13.437, 31 de março de 1966.
Folha de S. Paulo, ano XLVI, nº 13.490, 23 de maio de 1966.
Folha de S. Paulo, ano XLVI, nº 13.505, 7 de junho de 1966.
Folha de S. Paulo, ano XLVI, nº 13.555, 27 de julho de 1966.
Folha de S. Paulo, ano XLVI, nº 13.624, 4 de outubro de 1966.
Folha de S. Paulo, ano XLVI, nº 13.674, 23 de novembro de 1966.
Folha de S. Paulo, ano XLVI, nº 13.678, 27 de novembro de 1966.
Folha de S. Paulo, ano XLVI, nº 13.638, 18 de outubro de 1966.
Folha de S. Paulo, ano XLVI, º 13.704, 23 de dezembro de 1966.
Folha de S. Paulo, ano XLVI, º 13.710, 29 de dezembro de 1966.
Folha de S. Paulo, ano XLVI, nº 13.722, 10 de janeiro de 1967.
Folha de S. Paulo, ano XLVI, nº 13.787, 16 de março de 1967.
Folha de S. Paulo, ano XLVII, nº 13.894, 1 de julho de 1967.
Folha de S. Paulo, ano XLVII, nº 13.900, 7 de julho de 1967.
Folha de S. Paulo, ano XLVIII, nº 14.184, 17 de abril de 1968.
Folha de S. Paulo, ano XLVIII, nº 14.206, 8 de maio de 1968.
Folha de S. Paulo, ano XLVIII, nº 14.245, 16 de junho de 1968.

Folha de S. Paulo, ano XLVIII, nº 14.251, 23 de junho de 1968.
Folha de S. Paulo, ano XLVIII, nº 14.272, 13 de julho de 1968.
Folha de S. Paulo, ano XLVIII, nº 14.426, 14 de dezembro de 1968.
Folha de S. Paulo, ano XLIX, nº 14.579, 16 de maio de 1969.
Folha de S. Paulo, ano XLIX, nº 14.593, 30 de maio de 1969.
Folha de S. Paulo, ano XLIX, nº 14.625, 1º de julho de 1969.
Folha de S. Paulo, ano XLIX, nº 14.656, 1º de agosto de 1969.
Folha de S. Paulo, ano XLIX, nº 14.658, 3 de agosto de 1969.

Folha de S. Paulo, ano LI, nº 15.223, 19 de fevereiro de 1971.
Folha de S. Paulo, ano LI, nº 15.438, 22 de setembro de 1971.
Folha de S. Paulo, ano LI, nº 15.435, 19 de setembro de 1971.
Folha de S. Paulo, ano LI, nº 15.437, 21 de setembro de 1971.
Folha de S. Paulo, ano LII, nº 15.627, 29 de março de 1972.
Folha de S. Paulo, ano LII, nº 15.720, 30 de junho de 1972.
Folha de S. Paulo, ano LIII, nº 16.281, 16 de janeiro de 1974.
Folha de S. Paulo, ano LIV, nº 16.339, 14 de março de 1974.
Folha de S. Paulo, ano LIV, nº 16.356, 31 de março de 1974.
Folha de S. Paulo, ano LV, nº 17.030, 27 de outubro de 1975.
Folha de S. Paulo, ano LV, nº17.031, 28 de outubro de 1975.
Folha de S. Paulo, ano LV, nº17.032, 29 de outubro de 1975.
Folha de S. Paulo, ano LV, nº 17.035, 1 de novembro de 1975.
Folha de S. Paulo, ano LVI, nº 17.683, 1º de setembro de 1977.
Folha de S. Paulo, ano 57, nº 18.102, 25 de outubro de 1978.
Folha de S. Paulo, ano 57, nº 18.105, 28 de outubro de 1978.
Folha de S. Paulo, ano 57, nº 18.106, 29 de outubro de 1978.

Folha de S. Paulo, ano 61, nº 18.950, 19 de fevereiro de 1981.
Folha de S. Paulo, ano 61, nº 18.951, 20 de fevereiro de 1981.
Folha de S. Paulo, ano 61, nº 18.952, 21 de fevereiro de 1981.
Folha de S. Paulo, ano 61, nº 18.953, 22 de fevereiro de 1981.
Folha de S. Paulo, ano 61, nº 19.233, 29 de novembro de 1981.
Folha de S. Paulo, ano 63, nº 20.003, 08 de janeiro de 1984.
Folha de S. Paulo, ano 63, nº 20.021, 26 de janeiro de 1984.
Folha de S. Paulo, ano 63, nº 20.086, 31 de março de 1984.
Folha de S. Paulo, ano 64, nº 20.346, 16 de dezembro de 1984.
Folha de S. Paulo, ano 64, nº 20.355, 25 de dezembro de 1984.
Folha de S. Paulo, ano 64, nº 20.362, 1º de janeiro de 1985.
Folha de S. Paulo, ano 66, nº 20.776, 19 de fevereiro de 1986.
Folha de S. Paulo, ano 68, nº 21.725, 25 de setembro de 1988.

Folha de S. Paulo, ano 70, nº 22.337, 30 de maio de 1990.
Folha de S. Paulo, ano 70, nº 22.462, 2 de outubro de 1990.
Folha de S. Paulo, ano 70, nº 22.600, 17 de fevereiro de 1991.
Folha de S. Paulo, ano 71, nº 22.602, 19 de fevereiro de 1991.
Folha de S. Paulo, ano 71, nº 22.866, 10 de novembro de 1991.
Folha de S. Paulo, ano 74, nº 23.734, 27 de março de 1994.
Folha de S. Paulo, ano 75, nº 24.352, 5 de dezembro de 1995.

Folha de S. Paulo, ano 80, nº 26.254, 18 de fevereiro de 2001.

Folha de S. Paulo, ano 91, nº 29.907, 19 de fevereiro de 2011.
Folha de S. Paulo, ano 91, nº 30.258, 5 de fevereiro de 2012.
Folha de S. Paulo, ano 91, nº 30.259, 6 de fevereiro de 2012.
Folha de S. Paulo, ano 91, nº 30.261, 8 de fevereiro de 2012.
Folha de S. Paulo, ano 91, nº 30.262, 9 de fevereiro de 2012.
Folha de S. Paulo, ano 92, nº 30.301, 19 de março de 2012.
Folha de S. Paulo, ano 92, nº 30.302, 20 de março de 2012.
Folha de S. Paulo, ano 92 nº 30.307, 25 de março de 2012.
Folha de S. Paulo, ano 92, nº 30.355, 12 de maio de 2012.
Folha de S. Paulo, ano 92, nº 30.357, 14 de maio de 2012.
Folha de S. Paulo, ano 92, nº 30.358, 15 de maio de 2012.
Folha de S. Paulo, ano 92, nº 30.350, 16 de maio de 2012.
Folha de S. Paulo, ano 92, nº 30.363, 20 de maio de 2012.
Folha de S. Paulo, ano 92, nº 30.370, 27 de maio de 2012.
Folha de S. Paulo, ano 92, nº 30.391, 17 de junho de 2012.
Folha de S. Paulo, ano 92, nº 30.406, 2 de julho de 2012.
Folha de S. Paulo, ano 92, nº 30.407, 3 de julho de 2012.
Folha de S. Paulo, ano 92, nº 30.411, 7 de julho de 2012.
Folha de S. Paulo, ano 92, nº 30.412, 8 de julho de 2012.
Folha de S. Paulo, ano 92, nº 30.422, 18 de julho de 2012.
Folha de S. Paulo, ano 93, nº 30.650, 3 de março de 2013.
Folha de S. Paulo, ano 93, nº 30.652, 5 de março de 2013.
Folha de S. Paulo, ano 92, nº 30.628, 9 de fevereiro de 2013.
Folha de S. Paulo, ano 93, nº 30.692, 14 de abril de 2013.
Folha de S. Paulo, ano 93, nº 30.730, 22 de maio de 2013.
Folha de S. Paulo, ano 93, nº 30.733, 25 de maio de 2013.
Folha de S. Paulo, ano 93, nº 30.736, 28 de maio de 2013.
Folha de S. Paulo, ano 93, nº 30.758, 19 de junho de 2013.
Folha de S. Paulo, ano 93, nº 30.839, 8 de setembro de 2013.
Folha de S. Paulo, ano 93, nº 30.840, 9 de setembro de 2013.
Folha de S. Paulo, ano 93, nº 30.960, 7 de janeiro de 2014
Folha de S. Paulo, ano 93, nº 30.978, 25 de janeiro de 2014.
Folha de S. Paulo, ano 94, nº 31.028, 16 de março de 2014.
Folha de S. Paulo, ano 94, nº 31.029, 17 de março de 2014.
Folha de S. Paulo, ano 94, nº 31.033, 21 de março de 2014.
Folha de S. Paulo, ano 94, nº 31.035, 23 de março de 2014.
Folha de S. Paulo, ano 94, nº 31.036, 24 de março de 2014.
Folha de S. Paulo, ano 94, nº 31.037, 25 de março de 2014.
Folha de S. Paulo, ano 94, nº 31.039, 27 de março de 2014.
Folha de S. Paulo, ano 94, nº 31.040, 28 de março de 2014.
Folha de S. Paulo, ano 94, nº 31.042, 30 de março de 2014.
Folha de S. Paulo, ano 94, nº 31.105, 1º de junho de 2014.
Folha de S. Paulo, ano 94, nº 31.106, 2 de junho de 2014.
Folha de S. Paulo, ano 94, nº 31.225, 29 de setembro de 2014.
Folha de S. Paulo, ano 94, nº 31.297, 10 de dezembro de 2014.
Folha de S. Paulo, ano 94, nº 31.298, 11 de dezembro de 2014.
Folha de S. Paulo, ano 94, nº 31.299, 12 de dezembro de 2014.
Folha de S. Paulo, ano 94, nº 31.301. 14 de dezembro de 2014.
Folha de S. Paulo, ano 94, nº 31.306, 19 de dezembro de 2014.

O Globo

O Globo, anno I, nº 1, 29 de julho de 1925.
O Globo, anno I, nº 3, 31 de julho de 1925.
O Globo, anno XI, nº 2.789, 24 de julho de 1935.
O Globo, ano XI, nº 2.793, 29 de julho de 1935.
O Globo, ano XIX, nº 5.700, 2 de dezembro de 1944.
O Globo, ano XXX, nº 8708, 25 de setembro de 1954.
O Globo, ano XXX, nº 8.964, 28 de julho de 1955.
O Globo, ano XXI, nº 8.965, 29 de julho de 1955.

O Globo, ano XXXVI, nº 10.502, 29 de julho de 1960.
O Globo, ano XXXVIII, nº 11.495, 25 de outubro de 1963.
O Globo, ano XXXVIII, nº 11.496, 26 de outubro de 1963.
O Globo, ano XXXIX, nº 11.625, 2 de abril de 1964.
O Globo, ano XXXIX, nº 11.627, 4 de abril de 1964.
O Globo, ano XXXIX, nº 11.630, 8 de abril de 1964.
O Globo, ano XXXIX, nº 11.634, 13 de abril de 1964.
O Globo, ano XXXIX, nº 11.639, 18 de abril de 1964.
O Globo, ano XXXIX, nº 11.730, 4 de agosto de 1964.
O Globo, ano XXXIX, nº 11.748, 25 de agosto de 1964.
O Globo, ano XXXIX, nº 11.754, 1 de setembro de 1964.
O Globo, ano XXXIX, nº 11.802, 27 de outubro de 1964.
O Globo, ano XL, nº 11.859, 5 de janeiro de 1965.
O Globo, ano XL, nº 11.884, 3 de fevereiro de 1965.
O Globo, ano XL, nº 11.892, 12 de fevereiro de 1965.
O Globo, ano XL, nº 11.896, 17 de fevereiro de 1965.
O Globo, ano XL, nº 11.908, 5 de março de 1965.
O Globo, ano XL, nº 11.933, 3 de abril de 1965.
O Globo, ano XL, nº 12.030, 28 de julho de 1965.
O Globo, ano XL, nº 12.031, 29 de julho de 1965.
O Globo, ano XLI, nº 12.037, 5 de agosto de 1965.
O Globo, ano XLI, nº 12.109, 28 de outubro de 1965.
O Globo, ano XLI, nº 12.186, 29 de janeiro de 1966.
O Globo, ano XLI, nº 12.218, 10 de março de 1966.
O Globo, ano XLI, nº 12.293, 7 de junho de 1966.
O Globo, ano XLII, nº 12.380, 27 de setembro de 1966.
O Globo, ano XLII, nº 12.403, 13 de outubro de 1966.
O Globo, ano XLII, nº 12.413, 25 de outubro de 1966.
O Globo, ano XLII, nº 12.466, 27 de dezembro de 1966.
O Globo, ano XLII, nº 12.531, 15 de março de 1967.
O Globo, ano XLII, nº 12.572, 4 de maio de 1967.
O Globo, ano XLII, nº 12.589, 24 de maio de 1967.
O Globo, ano XLIII, nº 12.656, 10 de agosto de 1967.
O Globo, ano XLIII, nº 12.851, 1 de abril de 1968.
O Globo, ano XLIII, nº 12.852, 2 de abril de 1968.
O Globo, ano XLIII, nº 12.853, 3 de abril de 1968.
O Globo, ano XLIII, nº 12.932, 5 de julho de 1968.
O Globo, ano XLIII, nº 12.942, 17 de julho de 1968.
O Globo, ano XLIV, nº 13.021, 17 de outubro de 1968.
O Globo, ano XLIV, nº 13.070, 14 de dezembro de 1968.

O Globo, ano XLIV, nº.13.074, 19 de dezembro de 1968.
O Globo, ano XLIV, nº 13.086, 4 de janeiro de 1969.
O Globo, ano XLIV, nº 13.088, 7 de janeiro de 1969.
O Globo, ano XLIV, nº 13.090, 9 de janeiro de 1969.
O Globo, ano XLIV, nº 13.109, 31 de janeiro de 1969.
O Globo, ano XLIV, nº 13.119, 12 de fevereiro de 1969.
O Globo, ano XLIV, nº 13.167, 12 de abril de 1969.
O Globo, ano XLIV, nº 13.207, 29 de maio de 1969.
O Globo, ano XLIV, nº 13.242, 9 de julho de 1969.
O Globo, ano XLV, nº 13,292, 5 de setembro de 1969.
O Globo, ano XLV, nº 13.293, 6 de setembro de 1969.

O Globo, ano XLV, nº 13.566, 28 de julho de 1970.
O Globo, ano XLV, nº 13.567, 29 de julho de 1970.
O Globo, ano XLVII, nº 13.920, 20 de setembro de 1971.
O Globo, ano XLVII, nº 13.921, 21 de setembro de 1971.
O Globo, ano XLIX, nº 14.793, 31 de março de 1974.
O Globo, ano L, nº 15.205, 21 de maio de 1975.
O Globo, ano L, nº 15.206, 22 de maio de 1975.
O Globo, ano L, nº 15.272, 27 de julho de 1975.
O Globo, ano L, nº 15.273, 28 de julho de 1975.
O Globo, ano L, nº 15.274, 29 de julho de 1975.
O Globo, ano LI, nº 15.364, 27 de outubro de 1975.
O Globo, ano LIV, nº 16.512, 31 de dezembro de 1978.
O Globo, ano LIV, nº 16.599, 31 de março de 1979.
O Globo, ano LIV, nº 16.680, 20 de junho de 1979.
O Globo, ano LIV, nº 16.687, 27 de junho de 1979.
O Globo, ano LIV, nº 16.688, 28 de junho de 1979.
O Globo, ano LV, nº 16.750, 29 de agosto de 1979.

O Globo, ano LVI, nº 17.354, 2 de maio de 1981.
O Globo, ano LVI, nº 17.358, 6 de maio de 1981.
O Globo, ano LVI, nº 14.410, 27 de junho de 1981.
O Globo, ano LVI, nº 17.414. 1 de julho de 1981.
O Globo, ano LVI, nº 17.417, 4 de julho de 1981.
O Globo, ano LXI, n. 18.887, 29 de julho de 1985.
O Globo, ano LX, nº 18.596, 7 de outubro de 1984.

O Globo, ano LXX, nº 22.501, 1 de julho de 1995.
O Globo, ano LXX, nº 22.338, 19 de janeiro de 1995.
O *Globo*, ano LXXI, nº 22.800, 28 de abril de 1996.
O Globo, ano LXXI, nº22.801, 29 de abril de 1996.
O Globo, ano LXXI, nº 22.804, 2 de maio de 1996.
O Globo, ano LXXI, nº 22.805, 3 de maio de 1996.
O Globo, ano LXXI, nº 22.818, 16 de maio de 1996.
O Globo, ano LXXI, nº 22.870, 7 de julho de 1996.
O Globo, ano LXXI, nº 22.871, 8 de julho de 1996.
O Globo, ano LXXII, nº 22.937, 12 de setembro de 1996.
O Globo, ano LXXIV, nº 23.928, 5 de março de 1999.
O Globo, ano LXXIV, nº 23.965, 11 de abril de 1999.

O Globo, ano LXXIV, nº 23.966, 12 de abril de 1999.
O Globo, ano LXXIV, nº 23968, 14 de abril de 1999.
O Globo, ano LXXIV, nº 23.969, 15 de abril de 1999.
O Globo, ano LXXIV, nº 23.972, 18 de abril de 1999.
O Globo, ano LXXIV, nº 23.981, 27 de abril de 1999.
O Globo, ano LXXIV, nº 24.027, 11 de junho de 1999.
O Globo, ano LXXV, nº 24.127, 19 de setembro de 1999.

O Globo, ano LXXVI, nº 24.440, 29 de julho de 2000.
O Globo, ano LXXIX, nº 25.569, 8 de agosto de 2003.
O Globo, ano LXXIX, nº 25.801, 28 de março de 2004.
O Globo, ano LXXX, nº 26.284, 24 de julho de 2005.
O Globo, ano LXXXI, nº 26.289, 29 de julho de 2005.

O Globo, ano LXXXVII, nº 28.714, 19 de março de 2012.
O Globo, ano LXXXVII, nº 28.771, 16 de maio de 2012.
O Globo, ano LXXXVII, nº 28.773, 17 de maio de 2012.
O Globo, ano LXXXVII, nº 28.774, 18 de maio de 2012.
O Globo, ano LXXXVII, n. 28.784, 28 de maio de 2012.
O Globo, ano LXXXVII, nº. 28.727, 1º de abril de 2012.
O Globo, ano LXXXVII, nº 28.811, 24 de junho de 2012.
O Globo, ano LXXXVII, nº 28.812, 25 de junho de 2012.
O Globo, ano LXXXVII, nº 28.813, 26 de junho de 2012.
O Globo, ano LXXXVII, nº 28.814, 27 de junho de 2012.
O Globo, ano LXXXVII, nº 28.818, 1º de julho de 2012.
O Globo, ano LXXXVII, nº 28.823, 6 de julho de 2012.
O Globo, ano LXXXVII, nº 28.825, 8 de julho de 2012.
O Globo, ano LXXXVIII, nº 29.089, 29 de março de 2013.
O Globo, ano LXXXVIII, nº 29.142, 21 de maio de 2013.
O Globo, ano LXXXVIII, nº 29.148, 27 de maio de 2013.
O Globo, ano LXXXIX, nº 29.245, 1º de setembro de 2013.
O Globo, ano LXXXIX, nº 29.246, 2 de setembro de 2013.
O Globo, ano LXXXIX, nº 29.266, 22 de setembro de 2013.
O Globo, ano LXXXIX, nº 29.280, 6 de outubro de 2013.
O Globo, ano LXXXIX, nº 29.281, 7 de outubro de 2013.
O Globo, ano LXXXIX, nº 29.282, 8 de outubro de 2013.
O Globo, ano LXXXIX, nº 29.373, 7 de janeiro de 2014.
O Globo, ano LXXXIX, nº 29.399, 2 de fevereiro de 2014.
O Globo, ano LXXXIX, nº 29.402, 5 de fevereiro de 2014.
O Globo, ano LXXXIX, nº 29.406, 9 de fevereiro de 2014.
O Globo, ano LXXXIX, nº 29.413, 16 de fevereiro de 2014.
O Globo, ano LXXXIX, nº 29.424, 27 de fevereiro de 2014.
O Globo, ano LXXXIX, nº 29.425, 28 de fevereiro de 2014.
O Globo, ano LXXXIX, nº 29.441, 16 de março de 2014.
O Globo, ano LXXXIX, nº 29.442, 17 de março de 2014.
O Globo, ano LXXXIX, nº 29.447, 22 de março de 2014.
O Globo, ano LXXXIX, nº 29.451, 26 de março de 2014.
O Globo, ano LXXXIX nº 29.455, 30 de março de 2014.
O Globo, ano LXXXIX, nº 29.456, 31 de março de 2014.
O Globo, ano LXXXIX, nº 29.457, 1º de abril de 2014.

O Globo, ano LXXXIX, nº 29.458, 2 de abril de 2014.
O Globo, ano LXXXIX, nº 29.502, 16 de maio de 2014.
O Globo, ano LXXXIX, nº 29.504, 18 de maio de 2014.
O Globo, ano LXXXIX, nº 29.513, 27 de maio de 2014.
O Globo, ano LXXXIX, nº 29.526, 9 de junho de 2014.
O Globo, ano LXXXIX, nº 29.537, 20 de junho de 2014.
O Globo, ano LXXXIX, nº 29.573, 26 de julho de 2014.
O Globo, ano XC, nº 29.600, 22 de agosto de 2014.
O Globo, ano XC, nº 29.608, 30 de agosto de 2014.
O Globo, ano XC, nº 29.618, 9 de setembro de 2014.
O Globo, ano XC, nº 29.630, 21 de setembro de 2014.
O Globo, ano XC, nº 29.631, 22 de setembro de 2014.
O Globo, ano XC, nº 29.632, 23 de setembro de 2014.
O Globo, ano XC, nº 29.634, 25 de setembro de 2014.
O Globo, ano XC, nº 29.702, 2 de dezembro de 2014.
O Globo, ano XC, nº 29.711, 11 de dezembro de 2014.
O Globo, ano XC, nº 29.712, 12 de dezembro de 2014.
O Globo, ano XC, nº 29.713, 13 de dezembro de 2014.

Referências bibliográficas:

AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

___. *Ditadura e democracia no Brasil***:** do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar*: 40 anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.

ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo:* o jornalismo e a ética do marceneiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ABREU, Alzira Alves. *A modernização da imprensa (1970-2000).* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

___. A imprensa e a queda do governo de João Goulart. In: BRAGANÇA, A.; MOREIRA, S. V. (orgs.) *Comunicação, acontecimento e memória.* São Paulo: Intercom, 2005.

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; DORA, Rocha. *Eles mudaram a imprensa.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ABREU, João Batista de. *As manobras da informação*: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979). Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

ADORNO, Theodor W. Capitalismo Tardio ou Sociedade Industrial. In: COHN, Gabriel. *Sociologia*: Theodor Adorno. São Paulo: Ática, 1986.

ALBUQUERQUE, Afonso de. Um outro "quarto poder": imprensa e compromisso político no Brasil". *Contracampo*, n. 4, p. 23-57, 2000.

___. Afonso de. Aconteceu num carnaval: algumas observações sobre o mito de origem do jornalismo brasileiro moderno. *Eco-Pós*. v,11, n,2, ago-dez, 2008.

___. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. *Alceu*. v. 10 n. 20. jan/jun. 2010.

ALBUQUERQUE, Afonso; HOLZBACH, Ariane D. Metamorfoses do contrato representativo: jornalismo, democracia e os manuais da redação da Folha de S. Paulo. *Comunicação, Mídia e Consumo*, vol. 5, n. 14, p. 149-170, nov. 2008.

ALBUQUERQUE, Afonso; SILVA, Marco Antonio Roxo da. Preparados, leais e disciplinados: os jornalistas comunistas e a adaptação do modelo de jornalismo americano no Brasil. *E-Compós*, vol. 9, 2007.

ALVIM, Thereza Cesário (org.). *O golpe de 64:* a imprensa disse não. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

AMORIM, Paulo Henrique. *O quarto poder:* uma outra história. São Paulo: Hedra, 2015.

ANDRADE, Evandro Carlos de. Entrevista a Alzira de Abreu e Fernando Lattman-Weltman em 19 de outubro de 1997. In: ABREU, et. al. *Eles mudaram a imprensa.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ANDRADE, Jeferson de. *Um jornal assassinado*: A última batalha do Correio da Manhã. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

ANTUNES, Elton. *Videntes imprevidentes:* temporalidade e modos de construção do sentido de atualidade em jornais diários impressos. Tese de doutorado em Comunicação. Salvador (BA): UFBA, 2007.

___. O jornalismo é história malfeita? In: LEAL, Bruno Souza (Orgs.) et al. *Para entender o jornalismo.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário:* o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

ARAUJO, Juliana Gagliardi de. *Mediando a "Revolução"*: as narrativas de O Globo sobre os aniversário do golpe no regime militar. Dissertação de mestrado em Comunicação. Niterói, RJ: UFF, 2011.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARRUDA, Laercio Pires. *Nabantino Ramos*: o modernizador da imprensa paulista. Tese de Doutorado em Comunicação. São Paulo, SP: UMESP, 2007.

ATENCIO, Rebecca J. *Memory's turn*: reckoning with dictatorship in Brazil. Madison: The University of Wisconsin Press, 2014.

AUSTIN, John L. *How to do Things with Words.* Harvard: University Press, 1962.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*: história da imprensa brasileira. 4ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

___. *Marxismo e filosofia da linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2009.

BARBOSA, Marialva. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, jun/dez 2006.

___. *História cultural da imprensa*: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

___. Meios de comunicação e usos do passado: temporalidade, rastros e vestígios e interfaces entre Comunicação e História. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael

(Orgs.). *Comunicação e história:* interfaces e novas abordagens. Rio de Janeiro: Mauad X; Globo Universidade, 2008.

___. O presente e o passado como processo comunicacional. *Matrizes.* São Paulo, Ano 5 – nº 2, jan./jun. 2012a.

___. Cenários de transformação: Jornalismo e História no século XX. *Famecos*, v. 19, n.2, p. 458-480, maio/agosto, 2012b.

___. Os meios de comunicação e seu lugar na história (e na memória). Texto da conferência apresentada no 2º Simpósio Internacional de História Pública. Niterói, UFF, 2014.

___. Meios de comunicação: lugar de memória ou na história? *Contracampo*, v. 35, n. 1, abril-jul, 2016.

___. Manipulação midiática ou a dimensão declaratória da memória? *E-compós*, Brasília, v.20, n.2, maio/ago. 2017.

BARBOSA, Rui. *A inprensa e o dever da verdade*. São Paulo: Com-Arte; Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. *Galáxia*, n. 15. São Paulo: PUC-SP, 2008.

BENNETI, Marcia. HAGEN, Sean. Jornalismo e imagem de si: o discurso institucional das revistas semanais. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, ano VII, nº 1, jan-jun, 2010.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política:* ensaios sobre literatura e história da cultura. (obras escolhidas v.1) São Paulo: Brasiliense, 2012.

BERGER, Christa. Memória enquadrada: 30 anos se passaram e Vlado segue morrendo. *Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. SBPJOR. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

BERGER, Christa; TAVARES, Frederico M. B. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia P. da Silveira (Org.) *Jornalismo e acontecimento*: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*: tratado de sociologia do conhecimento. 23ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BIAL, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade; v. 1. Brasília: CNV, 2014.

BRITO, Judith; PEDREIRA, Ricardo. *A força dos jornais*: os 30 anos da Associação Nacional de Jornais no processo de democratização brasileiro. Brasília, DF: ANJ – Associação Nacional de Jornais, 2009.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989):* a Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

___. *Uma história social do conhecimento – II*: da enciclopédia à Wikipédia. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade.* São Paulo: Contexto, 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion.; VAINFAS, Ronaldo (orgs,). *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Lucileide Costa. *Criações da memória*: defensores e críticos da ditadura (1964-1985). Cruz das Almas: UFRB, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil.* São Paulo: DIFEL, 1972.

CARR, Edward Hallet. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A Rede da Democracia*: O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961/64). Niterói: Eduff, 2010.

CASADEI, Eliza Bachega. *Jornalismo e Reconstrução do Passado*: os fatos históricos nas notícias de hoje. Dissertação de mestrado em Comunicação. São Paulo, SP: USP, 2010.

CATELA, Ludmila da Silva. O mundo dos arquivos. In: REÁTEGUI, Félix (org.) *Justiça de transição*: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história* 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias.* São Paulo: Contexto, 2006a.

___. *Discurso político.* São Paulo: Contexto, 2006b.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. 13ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.

CONNERTON, Paul. *Como as sociedade recordam*. Oieras: Celta Editora, 1999.

CONTI, Mario Sergio. *Notícias do planalto*: a imprensa e Fernando Collor: São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CORNU, Daniel. *Jornalismo e verdade*: para uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

COTTA, Pery. *Calandra*: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato:* o som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

COSTA, Edwaldo. *Mea culpa:* O Globo e a ditadura militar. Florianópolis: Insular, 2015.

DANTAS, Audálio. *As Duas Guerras de Vlado Herzog*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

DIAS, André Bonsanto. *O presente da* memória*:* uso do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o 'golpe de 1964' e a 'ditabranda'. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

___. Para além do rascunho: jornalistas "fazedores de história" e as rememorações do golpe de 1964, cinquenta anos depois. *Revista Lumina*, vol.8, nº 2, dez, 2014b.

DIAS, André Bonsanto; ROXO, Marco. Folha de S. Paulo e o caso Herzog re(a)presentado: um estudo sobre memória, narrativa e "acontecência". *Revista Observatório*, Palmas, v. 2, n. 5, p. 452-484, set/dez 2016a.

___. De jornalista a ícone da democracia: os 40 anos da morte de Vladimir Herzog, entre a memória e a história. In: Araujo, D. C. et. al. *Ditaduras revisitadas*: Cartografias, Memórias e Rep-resentações Audiovisuais. Faro, Portugal: CIAC/Universidade do Algarve. 1ª ed., 2016b.

DINES, Alberto. Entrevista a Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman em 3 e 29 de dezembro de 1997. In: ABREU, et. al. *Eles mudaram a imprensa.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

DOSSE, François. *A história a prova do tempo:* da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: UNESP, 2001.

___. *A História*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

___. *Renascimento do acontecimento*: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquita do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

DUBY, Georges. *O domingo de Bouvines*: 27 de julho de 1214. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

EDY, Jill. Journalistic Uses of Collective Memory. *Journal of Communication* 49 (2): 71–85, 1999.

FAUSTO NETO, Antônio. Notas sobre as estratégias de celebração e consagração do jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. Ano V, n. 1, pp. 109-121, jan/jun, 2008.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (Orgs.). *O Brasil republicano*. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964*: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERRO, Marc. *A história vigiada.* São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual Geral da Redação.* 2ª ed., 1987.

___. *20 textos que fizeram história*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1991.

___. *Um país aberto:* reflexões sobre a Folha de S. Paulo e o jornalismo contemporâneo. São Paulo: Publifolha, 2003.

___. *Manual da Redação*. São Paulo: Publifolha, 2005.

FONSECA, Francisco. *O consenso forjado*: A grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder.* São Paulo: Paz e Terra, 22ª ed., 2006.

___. *A ordem do discurso*. São Paulo, SP: Edições Loyola, 20ª ed., 2010.

FRANÇA, V. O acontecimento e a mídia. *Galáxia* (São Paulo, *Online*), n. 24, p. 10-21, dez. 2012.

FRIAS FILHO, Otávio. Entrevista a Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman em 8 de dezembro de 1997. In: ABREU, et. al. *Eles mudaram a imprensa.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer.* São Paulo: Editora 34, 2009.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*, São Paulo: Cia da Letras, 2002.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide:* para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.

GOMES, Wilson. *Jornalismo, fatos e interesses*: ensaios de teoria do jornalismo. Série jornalismo a rigor. V. 1. Florianópolis: Insular, 2009.

GONÇALVES, Carmen Regina Abreu. *Comissão Nacional da Verdade*: um acontecimento entre o passado e o futuro do Brasil. 345 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2016.

GONZÁLEZ, Eduardo; VARNEY, Howard (Ed.) *Em busca da verdade*. Elementos para a criação de uma comissão da verdade eficaz. Brasília: Comissão de Anistia do Ministério da Justiça; Nova York: Centro Internacional para la Justicia Transicional, 2013.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GROPPO, Bruno. Amnésia, repressões, mitos: como se conta o passado após uma ditadura. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. (org.) *1964*: 50 anos depois: a ditadura em debate. Aracaju: EDISE, 2015.

HABERMAS, Jürgen. *Verdade e justificação*: ensaios filosóficos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

___. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Centauro, 2004.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade:* presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2014.

HAYNER, Priscilla B. *Unspeakable truths*: Transitional Justice and the challenge of truth commissions. 2ed. New York: Routledge, 2011.

HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo.* Porto Alegre: Tchê, 1987.

HOFMANN, Yasmine. A vanguarda da modernização. A Folha de São Paulo e os mil dias que abalaram o jornalismo. *Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* – Intercom, Manaus, AM, 2013.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: *a gramática moral dos conflitos sociais*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.

HUYSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória:* arquitetura, monumentos, mídia. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

JÁCOME, Phellipy Pereira. Jornalismo e autolegitimação: a historicidade dos discursos autorreferentes. *Leituras do jornalismo*. Ano 1, nº 02, julho-dezembro, 2014.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de lamemoria*. Madrid y Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2002.

JORDÃO, Fernando P. *Dossiê Herzog*. Prisão, tortura e morte no Brasil. São Paulo: Global Editora, 2005.

KARAM, José Francisco. *A ética jornalística e o interesse público*. São Paulo: Summus, 2004.

KITCH, Carolyn. Placing journalism inside memory – and memory studies. *Memory Studies*, vol. 1 (3), p. 311-320, 2008

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda*: jornalistas e censores, do AI5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

KUCINSKI, Bernanrdo. *A síndrome da antena parabólica*: ética no jornalismo brsileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

LABORIE, Pierre. *L'opinion française sous Vichy*. Les Français et la crise d'identité nationale. 1936-1944. Paris: Seuil, 2001.

___. 1940-1944. Os franceses do pensar duplo. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.) *A construção social dos regimes autoritários*: Europa, vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LANDOWSKI, Eric. *A sociedade refletida*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

LARANGEIRA, Álvaro Nunes. *A mídia e o regime militar*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. O Globo: Independência na ordem. In: ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; DORA, Rocha. *Eles mudaram a imprensa.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de Abreu; CARNEIRO, José Alan Dias. *A imprensa faz e desfaz um presidente*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Nova Fronteira, 1994.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.) *História*: novos problemas; novas abordagens; novos objetos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

LE GOFF, Jacques. *História e memória.* Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

LEAL, Bruno Souza. Para além das notícias: o jornal, sua identidade, sua voz. *Revista Fronteiras - Estudos midiáticos*. Vol. 11, nº 2, maio/agosto, 2009.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. É que Narciso acha feio o que não é espelho: autorreferencialidade e identidade do jornal. *Revista Famecos*, v. 21, n. 1, p. 148-164, janeiro-abril, 2014.

LEAL, Bruno Souza; JÁCOME, Phellipy. Outros agentes na comunidade interpretativa do jornalismo. *Rumores*, n. 14, v. 7, jul-dez 2013.

___. Mudar para permanecer o mesmo: marcas de um discurso de autolegitimação ao longo da história. *Anais do XXV Encontro Anual da Compós*, UFGO, 2016.

LEAL, Rogério Gesta (Org.) *Verdade, memória e justiça*: um debate necessário. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

LIMA, Venício A. de. Mídia: crise política e poder no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LIPPMANN, Walter. *Opinião pública.* 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LISBOA, Sílvia. *Jornalismo e a credibilidade percebida pelo leitor*: independência, imparcialidade, objetividade, honestidade e coerência. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2012.

LISBOA, Sílvia; BENETTI, Marcia. O jornalismo como crença verdadeira justificada. *Brazilian journalism research*, vol. II, nº 2, 2015.

LOPES, Fernanda Lima. *Auto-referência, discurso e autoridade jornalística.* BOCC – Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação, Labcom, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. *Elementos de linguística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978).* 2. ed. São Paulo: Global, 1980.

MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*: novas perspectivas. São Carlos: EdUFSCAR, 2006.

MATHEUS, Letícia Cantarela. *Comunicação, tempo, história*. Tecendo o cotidiano em fios jornalísticos. Tese de doutorado em Comunicação. Niterói, RJ: UFF, 2010.

MATTOS, Sérgio. As Organizações Globo na mídia impressa. In: BRITTOS, V. Cruz; BOLAÑO, C.R. Siqueira. (orgs.) *Rede Globo: 40 Anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005.

___. A trajetória de sucesso de Roberto Marinho. Trabalho apresentado durante o seminário "Pioneirismo Empresarial no Brasil e a Construção do Século XXI". São Paulo, FEA/USP, 9 de outubro de 2007.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação.* Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1997.

MELO, José Marques de. *História social da imprensa*: fatores culturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MEMÓRIA GLOBO. *Jornal Nacional*: a notícia faz história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MEZAROBBA, Glenda. *Um acerto de contas com o futuro*: a anistia e suas consequências: um estudo do caso brasileiro. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 20006.

MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo como sistema perito. *Tempo social*. Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(1): 197-208, maio de 1999.

MILL, John Stuart. *Sobre a liberdade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

MOLINA, Matías M. *História dos jornais no Brasil*: da era colonial à regência (1500-1840). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOORE Jr, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORAES, Mário Sérgio de. *50 anos construindo a democracia*: do golpe de 64 à Comissão Nacional da Verdade. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2014.

MORRIS-SUZUKI, Tessa. *The past within us*: media, memory, history. London; New York: Verso, 2005.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de S. Paulo* (1921-1981). São Paulo: Impress, 1981.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. *As universidades e o regime militar*: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO , Sérgio Dayrell (org.) *O jornal:* da forma ao sentido. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. *1964*: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

___. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15, p. 09-44, nov. 2015.

___. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago. 2017.

NEIGER, Motti; MEYERS, Oren; ZANDBERG, Eyal. On media memory: editor's introduction. In: NEIGER, Motti; MEYERS, Oren; ZANDBERG, Eyal. (edit.) *On media memory*: collective memory in a new media age. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

NERONE, John. The journalism tradition. In: EADIE, William F. (ed.). *21st Century Communication: A Reference Handbook*. Beverly Hills, CA: Sage, 2009.

___. The historical roots of the normative model of journalism. *Journalism*, 14 (4), p. 446–458, 2012.

___. History, Journalism, and the Problem of Truth. In: BRENNEN, Bonnie (ed.) *Assessing Evidence in a Postmodern World*. Diederich Studies in Communication and Media, nº 3. Milwaukee, WI: Marquette University Press, 2013.

NIETZSCHE, Friedrich. *Vontade de potência*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1993.

___. Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral [1873]. In: *Obras incompletas*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*. La République. Présentation. Entre mémoire et histoire. Paris: Gallimard, 1984.

___. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.

NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério F. da (orgs.). *Nova história em perspectiva*. 2 v. São Paulo: Cosac Naify, 2011-2013.

OLIVEIRA SOBRINHO, José Bonifácio de. *O livro do Boni.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

ONUR, Bakiner. *Truth Comissions*: memory, power, and legitimacy. Philadelphia, Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2016.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Editora brasiliense, 2ª. ed. 1989.

PARK, Robert. A história natural dos jornais. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (orgs.) *A era glacial do jornalismo - teorias sociais da imprensa*: pensamento crítico sobre os jornais. Porto Alegre: Sulina, 2006.

___. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org.). *A era glacial do jornalismo:* teorias sociais da imprensa. v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PASCHOAL, Engel. *A trajetória de Octavio Frias de Oliveira*. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2007.

PILAGALLO, Oscar. *O Brasil em sobressalto*: 80 anos de história contados pela Folha. São Paulo: Publifolha, 2002.

___. *História da imprensa paulista:* jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PINHEIRO, Milton (org.) *Ditadura*: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

PINTO, Ana Estela de Sousa. *Folha* (Folha explica). São Paulo: Publifolha, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

___. Memória e identidade social. *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

PONTES, Felipe Simão. *Teoria e história do jornalismo*: desafios epistemológicos. Dissertação de Mestrado em Jornalismo. Florianópolis, SC: UFSC, 2009.

PONTES, Felipe Simão; SILVA, Gislene. Acontecimento jornalístico e história. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia P. da Silveira (Org.) *Jornalismo e acontecimento*: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010.

POPPER, Karl. *Conhecimento objetivo*: uma abordagem evolucionária. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

___. Verdade e aproximação da verdade [1960]. In: *Textos escolhidos*. (org.) David Miller. Rio de Janeiro: Editora Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2010.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos. Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, Lisboa, n. 6, p. 59-75, 2005.

___. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana de. (Orgs). *Acontecimento*: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

QUINALHA, Renan. Com quantos lados se faz uma verdade? Notas sobre a Comissão Nacional da Verdade e a "teoria dos dois demônios". *Revista Jurídica da Presidência*. Brasília, v.15, n.105, fev./maio. 2013.

RAMOS, José Nabantino. *Jornalismo*: Dicionário Enciclopédico. São Paulo: Ibrasa, 1970.

RANCIÈRE, Jacques. *O espectador emancipado*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

___. *Os nomes da história*: ensaio de poética do saber. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

REÁTEGUI, Félix (Org.). *Justiça de transição*: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

RESENDE, Fernando. Jornalismo e suas Narrativas: as Brechas do Discurso e as Possibilidades do Encontro. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p.31-43, dez, 2009.

___. Falar para as massas, falar com o outro: valores e desafios do jornalismo. In: França, V; VAZ, P. (Orgs.) *Comunicação midiática*: instituições, valores, cultura. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *A história do seu tempo*. A imprensa e a produção do sentido histórico. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 1995.

___A mídia e o lugar da história. In: HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *Mídia, memória e celebridades*. Estratégias narrativas em contextos de alta visibilidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2005.

___. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

___. Os anos 1960-1970 e a reconfiguração do jornalismo brasileiro. In: SACRAMENTO, Igor; MATHEUS, Leticia Cantarela (orgs.). *História da comunicação*: experiências e perspectivas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (orgs.). *Mídia e memória:* a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael (org.). *Comunicação e história:* interfaces e novas abordagens. Rio de Janeiro: Mauad X;Globo Universidade, 2008.

RIBEIRO, Lavina Madeira. Imprensa e esfera pública: o processo de institucionalização do jornalimo no Brasil (1808-1964). *Comunicação & Sociedade*, PósCom-Umesp, n.41, p. 97-114, 1º sem, 2004.

RICOEUR, Paul. *História e verdade*. Rio de Janeiro: Forense Editora, 1968.

___. *Percurso do reconhecimento.* São Paulo: Edições Loyola, 2006.

___. *A memória, a história, o esquecimento.* Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

___. *Tempo e narrativa*. Tomo I. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

___. *O si-mesmo como outro*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*: novas perspectivas. São Carlos: EdUFSCAR, 2006.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.) *A construção social dos regimes autoritários*. 3 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RORTY, Richard. *Objetivismo, relativismo e verdade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

___. *Contingência, ironia e solidariedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ROXO, Marco. *A identidade jornalística*: profissionalismo, populismo e representação política. 37º Encontro Anual da ANPOCS: Águas de Lindóia, SP. 2013.

SANGLARD, Fernanda Nalon. *Verdades possíveis*: o jornalismo brasileiro e as narrativas sobre a ditadura durante o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade. 299 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SCHUDSON, Michael. Descobrindo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

___. A norma da objetividade no jornalismo americano. In: SACRAMENTO, Igor; MATHEUS, Leticia Cantarela (orgs.) *História da comunicação*: experiências e perspectivas. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O adiantado da hora:* a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991.

___. *Mil dias:* seis mil dias depois. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2005.

SILVA, Eduardo Gomes. A rede da democracia e o golpe de 1964. Dissertação de mestrado em História. Niterói, RJ: UFF, 2008.

SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, vol.22, n.44, pp. 425-438, São Paulo, 2002.
SILVA, Juremir Machado da. *1964*. Golpe midiático-civil-militar. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. *A operação midiográfica*: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – a Folha de São Paulo e o golpe de 1964. Tese de doutorado em História. Niterói, RJ: UFF, 2011.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SINGER, André. *Mídia e democracia*. In: REVISTA USP, São Paulo, n.48, p. 58-67, dezembro/fevereiro 2000-2001.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado:* o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SODRÉ, Muniz. *A narração do fato*: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SPONHOLZ, Liriam. *Jornalismo, conhecimento e objetividade*: além do espelho e das construções. Série jornalismo a rigor, vol. 4. Florianópolis: Insular, 2009.

SYLVIA, Moretzsohn. *Pensando contra os fatos*: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento:* análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura:* a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*: uma teoria social da mídia. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TOSH, John. *A busca da história*: objetivos, métodos e as tendências no estudo da história moderna. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TRAQUINA, Nelson (org.). J*ornalismo: questões, teorias e "estórias".* Lisboa: Vega, 1993.

___. *Teorias do jornalismo*, vol. I: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. A objectvidade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). J*ornalismo: questões, teorias e "estórias".* Lisboa: Vega, 1993.

VENTURA, Zuenir. *1968*: o ano que não terminou. 3ª ed. São Paulo: Planeta, 2008.

VEYNE, Paul. *Acreditavam os gregos em seus mitos?* Ensaio sobre a imaginação constituinte. São Paulo: Brasiliense, 1984.

___. *Como se escreve a história.* Lisboa: Edições 70, 1987.

WAINBERG, Jacques A. O embate pelo controle da memória traumática brasileira. *Intexto*, v. 2, n. 23, p. 50-68, jul/dez 2010.

WAISBORD, Silvio. *Watchdog journalism in South America*: news, accountability, and democracy. New York: Columbia University Press, 2000.

___. In journalism we trust? Credibility and fragmented journalism in Latin America. In: VOLTMER, Katrin (ed.) *Mass media and political communication in new democracies*. London and New York: Routledge, 2006.

WHITE, Hayden. *Meta-história*: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 1992.

___. *Trópicos do discurso*: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 1994.

ZANDBERG, Eyal. The right to tell the (right) story: journalism, authority and memory. *Media Culture Society*, v. 32 (1), p. 5-24, 2010.

ZELIZER, Barbie. *Covering the body:* the Kennedy assassination, the media, and the shaping of collective memory. Chicago & London: University of Chicago Press, 1992.

___. When facts, truth, and reality are God-terms: on journalism's uneasy place in cultural studies. *Communication and Critical/Cultural Studies*, 1:1, p. 100-119, 2004.

___. Why memory's work on journalism does not reflect journalism's work on memory. *Memory Studies*. 1 (1): 79-87, 2008.